

Introdução

Nesta tese, proponho-me a refletir sobre o fenômeno urbano – forma predominante assumida pela reprodução social do espaço a partir da segunda metade do século XX – e a crise a ele correspondente, buscando explicitar sua natureza e o que a compõe¹. O objetivo é compreender em que medida a urbanização influencia a reprodução social, pois, nos termos de Harvey (1996, p.51),

a urbanização (...) deveria ser considerada como um processo social que ocorre no espaço, no qual uma ampla gama de diferentes atores com objetivos e agendas bastante diversos interagem através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas.

Sendo assim, ela apropria-se principalmente do espaço, o que lhe confere o estatuto de produto, meio e condição da reprodução social. Nesse sentido, a urbanização não é apenas um processo social que ocorre no espaço. Ela é também a transformação desse espaço. É nessa condição entranhada que o espaço, produto do processo social, também reproduz as relações sociais que o produziram, sendo que, em uma sociedade definida pela reprodução capitalista caracterizada por classes sociais antagônicas, o espaço produzido só pode ser desigual, estratificado e segregado. É como condição da reprodução social que o espaço pode ser assenhoreado e produzido no sentido de condicionar as relações de reprodução e assim repor os termos necessários à reprodução ampliada do capital. Isso porque o capital tem na *produção do espaço* o fundamento geral da reposição das determinações que permitem superar a condição fundamental e tendencial de sua crise de acumulação. Porém, a *produção* do espaço é também a produção da vida, do homem como ser genérico que supera sua condição mortal pela produção da materialidade que lhe permite apropriar-se do mundo e materializar-se nele. A produção do espaço é, assim, um processo histórico, no qual são repostos e recriados os termos que permitem a *superação* dos limites anteriores. É o controle sobre essa produção que indicará para o que aponta tal superação. Um caminho é o que se inscreve

¹ A meu ver, a natureza da crise do fenômeno urbano está intrinsecamente ligada ao processo contraditório de assenhoreamento sobre a práxis social como necessidade de reprodução ampliada do capital, na medida em que, nesse processo, não basta ao capital reproduzir suas relações de produção, também é necessário submeter todas as relações sociais e inscrevê-las em seu circuito. Produz-se, assim, um espaço e “um modo de vida em sociedade a ele apropriado, por ser precisamente de acordo com as exigências de sua reprodução”. BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998. Pág. 145.

como virtualidade, como utopia do possível, que se fundamenta na construção contemporânea de condições que permitam, no devir, arrancar a produção do espaço dos termos da reprodução ampliada da riqueza. Outro percurso é o que se materializa no curso dos últimos séculos, em que se aprofundaram os termos que fundamentam a valorização do valor, e que operam, basicamente, pelo aprofundamento da monetarização das relações socioespaciais. Sob a perspectiva da reflexão acerca da urbanização crítica, esse processo materializa-se pelo avanço significativo da reprodução do capital, que passa a operar, além de no âmbito da economia política, também no da economia política do espaço, o que não se dá sem consequências profundas sobre a reprodução social mais ampla, uma vez que essa condição colocada para a produção do espaço abrange o econômico, o social e o político. É sobre esse processo e a partir dele que procuro orientar minha reflexão, no sentido de contribuir para o desvendamento de estratégias que compõem a fase crítica da reprodução social e, assim, somá-la àquelas que apontam para arrancar o espaço dos termos impostos pela valorização do valor.

Embora seja anterior, a meu ver, foi no século XX que se consolidou o processo já em curso da urbanização da sociedade, fenômeno que se acelerou após a segunda guerra mundial e se constituiu em uma das formas de recuperação da crise econômica mundial ocorrida nos anos 1930². Foi no bojo da crise de 1929 que a produção do espaço revelou-se como uma estratégia exitosa de recuperação das condições de valorização, isso porque os excedentes simultâneos de capital e de força de trabalho, mobilizados e mediados pelo Estado, foram utilizados para a produção de uma infraestrutura cujo caráter central foi o de *ordenamento territorial* como forma de superação das *barreiras impostas pelo espaço ao tempo de circulação do capital*. Ao iniciar o processo de produção dos grandes eixos viários, o Estado garantiu não só o emprego da força de trabalho excedente, mas pôde fazê-lo sob condições extremamente desfavoráveis aos trabalhadores. Além disso, sob a garantia do Estado, o capital excedente encontrou nessa produção novas formas favoráveis à sua valorização. É bem verdade que essas estratégias só lograram êxito após o exercício geopolítico de redefinição/centralização de controle sobre os territórios e que permitiu a destruição produtiva de capital fixo durante

² A crise de superprodução e subconsumo ocorrida em 1929 expôs de maneira dramática os limites de reprodução ampliada do capital e sua incapacidade de manutenção e/ou elevação das taxas de lucro médio dentro dos termos e normas então vigentes na sociedade capitalista. Assim, evidenciou a necessidade de adoção de novas medidas capazes de promover a recuperação das taxas de lucro em declínio. Entre as muitas ações adotadas na década de 1930, destacam-se os investimentos estatais para a promoção de infraestrutura urbana e a indução dos fluxos populacionais em direção às cidades.

a Segunda Guerra Mundial. Inegavelmente, a recuperação da infraestrutura dos países da Europa Ocidental, bem como a recuperação do Japão, está na base dos patamares de valorização alcançados pelo capital no período seguinte. Obviamente que o crescimento quase ininterrupto por aproximadamente três décadas não se resume à destruição produtiva do capital ocorrida durante a guerra. Contudo, esse é um fator essencial para compreender não apenas a superação da crise de acumulação do capital, mas a produção da materialidade do espaço, permitindo não apenas superar sua condição de barreira geográfica à aceleração do tempo de circulação do capital, mas também inscrevê-lo definitivamente como um dos fundamentos da valorização. De fato, tal processo o colocou no centro das estratégias de reprodução do capital, que passaram a ter no *ajuste espacial uma condição de revalorização do valor*.

Foi também a partir do século XX e no curso de uma reprodução social que passava a ser orientada pelos termos da urbanização que se consolidou e generalizou-se em âmbito mundial a subordinação do campo ao espaço urbano, na medida em que este último foi transformado em fundamento para a reprodução ampliada do capital que se reproduzia neste³. Como bem refletiu Henri Lefebvre, essa subordinação foi condição para a industrialização, pois, ao se tornar o núcleo central da produção e acumulação da riqueza, o capital que se reproduzia principalmente sob a forma industrial apoderou-se da riqueza até então acumulada no campo e vinculada à atividade agrícola, redefinindo-os e os inserindo como fundamento da acumulação originária fundamental à reprodução do capital⁴.

A própria cidade, produzida como Obra, antecedeu à reprodução do capital. E foi como *ambiente construído*⁵ que antecedeu o capitalismo como modo de produção e que este se apoderou da cidade, submetendo-a, redefinindo-a, transformando-a em capital fixo e, assim, em imensa força produtiva, conforme a reflexão de David Harvey, a partir de elaborações marxianas:

³ Sobre isso, ver: LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

⁴ MARX, K. O capital. Para a crítica da economia política. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁵ “El ambiente construido comprende multitud de elementos diversos: fábricas, presas, oficinas, tiendas, bodegas, carreteras, ferrocarriles, muelles, centrales de fuerza motriz, sistemas para el abastecimiento de agua y para su eliminación mediante el drenaje, escuelas, hospitales, parques, cines, restaurantes, etc.; la lista es interminable. Muchos elementos, como los templos, las casas, los sistemas de drenaje, etc. son legados de actividades realizadas bajo relaciones de producción no capitalistas. En cualquier momento el ambiente construido aparece como un palimpsesto de paisajes diseñados de acuerdo con los dictados de los diferentes modos de producción em diferentes etapas de su desarrollo histórico. Sin embargo, bajo las relaciones del capitalismo, todos los elementos asumen la forma de mercancías”. HARVEY, D. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

el capital fijo es, entonces, sólo aquella parte de la riqueza social total, la reserva total de bienes materiales, que se usan para producir plusvalía. Puesto que los mismos objetos se pueden usar em diferentes formas, son definidos como capital fijo 'no por el modo determinado de su ser, sino pelo el empleo que se les da'⁶.

(...) el capital, después de todo, 'no comenzó el mundo desde el principio sino más bien encontro producción y productos ya presentes, antes de subyugarlos a su processo'. (...) Los primeros industriales adquirieron gran parte de su capital fijo dándoles nuevos usos productivos a las estructuras antiguas (molinos, graneros, casas, sistemas de transportes, etc.)⁷.

Quando o capital assenhoreou-se⁸ do espaço urbano, tiveram início diversas contradições que se acumularam no interior de sua reprodução e que revelaram o antagonismo entre classes: a classe dominante buscava reproduzir as condições de subordinação da classe dominada como fundamento da reprodução ampliada da riqueza monetária, o que exigiu a subordinação do social e do político, já que era necessário destituir a imensa maioria da sua autonomia individual e/ou coletiva. Por um longo período, essas contradições permaneceram latentes ou puderam ser controladas (como ainda hoje é possível), ora pelo exercício do poder, ora pelo exercício da força. Tal como afirmou Michel Foucault, ao explicitar os elementos que compõem um poder que se realiza no âmbito das relações interpessoais, poder é, essencialmente, o que se exerce, o que se legitima, pois fora dessa condição, é a utilização explícita da força, cuja imposição revela a impossibilidade do exercício do poder. Esse é um dos aspectos que explicam por que o capital em seu movimento de reprodução não pode prescindir da ação do Estado, pois o que não pode ser imposto pelo consenso, sob a perspectiva do poder que se exerce, obrigatoriamente terá que ser obtido pela repressão explícita através da utilização da força. Daí que, para o controle/domínio da dimensão político-social, o capital, em sua reprodução, também se movimenta no sentido de romper, redefinir e assenhorear-se do que fundamenta o modo de vida, da cultura e das relações que lhes dão sustentação, o que torna fundamental considerarmos que a produção do espaço não se restringe à produção da materialidade espacial, mas a contém e a supera, pois envolve os anseios, os desejos, as necessidades e o imaginário que estão na base da reprodução social. É sob tal condição que o capital opera no sentido de capturar e controlar essas dimensões do humano, sendo que o caminho utilizado é o da inscrição do cotidiano nos termos de sua reprodução ampliada. Condição que, afinal, revela o quão acertada foi a reivindicação de Henri Lefebvre no que se refere à consideração

⁶Ibidem. Pág. 211.

⁷ Ibidem. Pág. 223.

⁸ Contudo, trata-se de um assenhorear-se que não se completa, na medida em que há resistências a essa tentativa.

da importância fundamental do cotidiano para o desvendamento das contradições que perpassam a reprodução socioespacial⁹.

Todavia, ao apoderar-se do ambiente urbano construído, o capital também o fez no sentido de redefini-lo para adequá-lo às melhores condições de exercício de dominação (pelo exercício do poder e/ou pela utilização da força), propiciando sua reprodução ampliada. Foi esse assenhoreamento que impôs ao espaço urbano uma condição funcionalizada, ao mesmo tempo em que diminuiu as possibilidades de apropriação pela reprodução social mais ampla. Redução que, no entanto, não significa eliminação, já que, embora opere nesse sentido, o capital não alcança plenamente os termos da determinação da reprodução social, pois há sempre o que escapa a essa determinação. Embora nesta tese não haja uma perspectiva histórica em si, a reflexão que me proponho a desenvolver considera o fenômeno urbano nessa condição, uma vez que as contradições que se explicitam na/pela urbanização social contemporânea têm fundamento em seu processo histórico, e também se orienta pela busca desses resíduos, no sentido de compreender onde residem as possibilidades de resistência a esse processo que se coloca como predominante e avassalador.

Para a realização do estudo proposto, estabeleci como “ponto de partida” a análise dos processos mais gerais e particulares da urbanização que se materializam contemporaneamente em Belo Horizonte e em sua região metropolitana. Além dos motivos de ordem pessoal, essa escolha deve-se, fundamentalmente, ao volume considerável de capitais investidos na metrópole atualmente e às alternativas desenvolvidas pelas classes dirigentes¹⁰ para viabilizar novas condições de atuação para o capital. Minha hipótese é que os países periféricos e, dentro destes, suas periferias, foram definitivamente inscritos nas estratégias de reprodução ampliada do capital, que opera e tem no ajuste espacial uma condição fundamental à sua reprodução ampliada. O ajuste espacial torna-se, efetivamente, mundial.

Entretanto, trata-se de uma estratégia essencialmente contraditória, porque tal processo de imobilização de parcela significativa de capitais no ordenamento territorial é um

⁹ Condição que explicita com bastante clareza na obra: LEFEBVRE, H. Vida Cotidiana e Mundo Moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

¹⁰ Entendo por classe dirigente a tecnocracia que administra o Estado. Embora na ampla maioria das vezes as classes dirigentes coincidam com as classes dominantes, acredito que há exceções nesse processo. Assim, ainda que raramente e de modo parcial, há casos em que administradores públicos não estão alinhados aos interesses das classes dominantes nem são seus representantes.

dos fundamentos para a aceleração do tempo de rotação dos capitais, o que, a meu ver, está no cerne da exacerbação dos efeitos catastróficos das crises de acumulação.

Embora as condições repostas para a reprodução do capital alcancem diferentes campos e operem sob diferentes estratégias, estas podem ser resumidas a uma condição central: torna-se fundamental constituir um *estado de exceção*. O que aqui estou denominando de estado de exceção é o conjunto de ações que atuam no âmbito jurídico, econômico, social e político e que legitimam, no limite, a utilização da força de repressão para garantir os pressupostos engendrados.

Visto que a produção do espaço ascendeu ao “setor” principal da reprodução do capital, tornou-se necessário o amplo controle sobre os termos de sua produção, cujo intuito é o de garantir a reposição das relações de produção que dão sustentação à valorização do valor. É nesse sentido que o Estado, como mediador da relação capital-trabalho, torna-se central como garantidor das condições necessárias¹¹. Indubitavelmente, um passo decisivo nessa direção foi a adoção das chamadas “políticas” de ajuste fiscal que, no limite, configuraram-se como um processo de arrolamento em longo prazo das dívidas contraídas diante de uma nova redefinição das taxas de juros. O objetivo explícito foi o de garantir a condição de solvência aos Estados periféricos, o que lhes permitiria contrair novos empréstimos (inclusive para o arrolamento das dívidas). Já o objetivo implícito, embora claramente perceptível, foi a instrumentalização desse arrolamento como fundamento da ingerência sobre os Estados devedores por meio da imposição de condições para autorização dos empréstimos advindos das agências ditas multilaterais. Não é meu objetivo considerar o caráter geopolítico de tais imposições. Contudo, entendo ser necessário ressaltar a forma como elas estiveram/estão no fundamento da reatualização das condições favoráveis à reprodução do capital e, principalmente, da expropriação para garantir a realização/acumulação deste nos países centrais da economia capitalista. Sob essa perspectiva, entendo não ser abusivo dizer que o ajuste espacial engendrado contemporaneamente comporta elementos que reatualizam, ainda que no bojo de outras relações de produção, alguns dos termos da colonização da periferia mundial da reprodução capitalista do espaço.

¹¹ Não se trata aqui de afirmar que essa seja uma inovação no papel exercido pelo Estado, visto que tal função está no cerne de formação. O que destaco aqui é como, após o declínio da taxa de acumulação sob o regime de acumulação fordista, o Estado assumiu a condição de viabilizador dos novos termos da acumulação, rompendo com os compromissos assumidos sob o pacto fordista, principalmente no que se referia aos interesses dos trabalhadores, no caso dos países centrais. E, para o caso dos países periféricos, como as ditas “políticas” de ajuste fiscal foram a condição da viabilização das novas condições de reprodução ampliada do capital.

Quanto ao que se refere à urbanização, o ajuste espacial e suas “políticas” correlatas assumiram a forma do que foi elaborado como planejamento estratégico, sob o qual procurarei refletir adiante nesta tese. Entendo ser relevante considerar que este, ao operar pela busca do consenso, revela, sob a roupagem da valorização democrática, os termos autoritários e conservadores da reprodução capitalista do espaço. Isso porque, no âmbito do consenso, presume-se que sejam adotadas ações que favoreçam a maioria. Se, por si só, a ideia de consenso já elimina a possibilidade do exercício do amplo e irrestrito direito de todos – porque, se assim o fosse, estaríamos no âmbito do conflito, que comporta o que diverge e não apenas o que coaduna –, os termos de sua imposição são ainda mais perversos. Perversos porque comportam o fundamento do conservadorismo que orienta os termos da reprodução social do espaço nos e sob os termos impostos pela reprodução do capital. Assim, sob o consenso, opera-se com estratégias que, por um lado, cumprem o papel de dar aparência de legitimidade democrática às ações e decisões tomadas por uma pequena parcela que objetiva repor os termos favoráveis à reprodução conservadora das relações de produção e, por outro, garantem condições que bloqueiem as formas, ainda que restritas, de apropriação das condições que foram instrumentalizadas apenas para cumprirem o papel de suposta legitimação. Dessa maneira, uma das principais consequências da reprodução social do espaço sob o planejamento estratégico é a reposição de formas de bloqueio do exercício da política que só se manifestam no espaço que legitima o conflito.

A meu ver, é sob essa estratégia de constituição de situação de exceção que Belo Horizonte e sua região metropolitana têm sido reproduzidas e, nessa reprodução, reestruturadas para repor novas condições de atuação da reprodução do capital. E, nesse sentido, as práticas clássicas do retismo que se articulam à realização da economia política somam-se às estratégias que lhe permitem reproduzir-se como realização da economia política do espaço. É nesse contexto que entendo que se fundamenta o discurso da suposta escassez de áreas incorporáveis na região sul de expansão de Belo Horizonte¹². Contudo, se o

¹² Desde sua fundação, a região sul de Belo Horizonte constituiu-se em eixo de expansão de investimentos, devido à instalação de equipamentos públicos, tais como as sedes administrativa, municipal e estadual, serviços etc., o que, dentro do planejamento estabelecido, induziu a ocupação dessa área pelas classes sociais de rendimento médio e mais abastadas. De fato, a maioria dos grandes empreendimentos imobiliários está aí localizada. Um aspecto que demonstra a importância dessa área para os capitais que atuam no “setor” imobiliário é o tratamento dado a ela nas leis de uso e ocupação do solo, com caráter bastante

discurso da escassez não encontra correspondência na realidade, há, de fato, entraves colocados à reprodução dos capitais que atuam na produção do espaço. Entraves como a concentração da propriedade fundiária, bem como o patamar alcançado pela remoção da barreira que esta significa. É diante dos limites que essa condição representa que as classes dirigentes (associadas às classes dominantes) planejam abrir novas possibilidades de investimentos para o capital, o que tem se materializado, incisivamente, na região norte de expansão da metrópole.

Nesse contexto, entendo que a transferência do centro de poder político-administrativo do Estado de Minas Gerais, outrora localizado na Praça da Liberdade (situada no bairro de Lourdes, região sul de Belo Horizonte), para a “Cidade Administrativa”¹³, construída na região norte de expansão na divisa da capital com cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), torna-se central na viabilização dessa estratégia. De fato, a nova sede do governo tem, além da função político-administrativa, o sentido de viabilizar o potencial de investimentos na região norte de expansão, na qual a incorporação de empreendimentos imobiliários é apenas o início do projetado. As condições que envolvem a produção da “cidade administrativa”¹⁴ explicitam a importância da ação direta do Estado para o desenvolvimento de estratégias que viabilizem “centralidades”¹⁵ supostamente capazes de induzir exitosamente o estabelecimento de novos empreendimentos em áreas que permitam ampliar as condições de reprodução do capital.

restritivo ou bastante permissivo, de acordo com os interesses de representantes desse setor. Outro exemplo mais recente foi a constituição da Área de Proteção Ambiental Sul – APA-SUL, que abrange, além de parte da chamada zona sul de Belo Horizonte, cidades situadas em área de expansão imediata e que formam o principal lócus de atuação do “setor” imobiliário até então. Todavia, as possibilidades de incorporação atualmente encontram-se bastante reduzidas, o que demonstra a necessidade de desenvolvimento de estratégias que possibilitem oferecer novas áreas passíveis de serem incorporadas. Isso não significa, no entanto, que essa área deixou de ser importante, mas apenas que as demandas dos capitalistas não podem mais ser acomodadas ali.

¹³ O uso de aspas em “Cidade Administrativa”, escrita em letras maiúsculas, é a forma como o governo estadual e a imprensa em geral se referem ao empreendimento construído no bairro Serra Verde para abrigar a sede do governo estadual e suas secretarias. Adiante no trabalho, ao referir-me a esta, farei uso de Centro Administrativo de Minas Gerais – CAMG. Quando fizer uso de “cidade administrativa”, grafarei em minúsculo e entre aspas, na medida em que entendo que o referido empreendimento não comporta o sentido que se atribui ao termo.

¹⁴ E, além do Centro Administrativo de Minas Gerais – CAMG, outros empreendimentos que também cumprem a função de equipamentos de atração de urbanização e reestruturação da região norte, conforme será considerado ao longo desta pesquisa.

¹⁵ O modo como o termo centralidades foi aqui empregado não tem o estatuto teórico atribuído ao termo por Henri Lefebvre, motivo pelo qual aparece grafado entre aspas. Em seguida, refiro-me à centralidade nos termos elaborados por esse autor.

Todavia, embora essa ação dita empreendedora seja alardeada como algo novo na reprodução do espaço, portanto como algo advindo das “mais modernas práticas” de “intervenção” do Estado, em moldes que apontam para a adoção de “parcerias” entre o poder público e o capital, essa compreensão desconsidera elementos importantes para a análise. Se partirmos do fundamento que essa ação do Estado objetivou promover a revalorização da região norte de expansão da metrópole, veremos que, afinal, esta não se constitui em uma ação propriamente inovadora em sua atuação para a formação socioespacial¹⁶ da metrópole. De fato, como demonstrado em diversos estudos, como os realizados por Clélio Campolina Diniz, ações como essa são inerentes à “prática” do Estado em Belo Horizonte, sempre consideradas como expressões do moderno. Nesse sentido, entendo que a produção do Centro Administrativo de Minas Gerais (CAMG) é, então, expressão da “modernização do moderno” sob um velho intuito: renovar amplas condições de revalorização do capital, se não para todos, pelo menos para alguns “setores”, como, por exemplo, o imobiliário, o da construção civil e pesada e, principalmente, o financeiro. Isso, no entanto, também não se constitui em uma inovação nas formas adotadas para a reprodução do capital.

Henri Lefebvre, acerca do “setor” imobiliário, afirmou que, se anteriormente secundário, dentro da economia política do espaço foi alçado à condição central na reprodução capitalista, na medida em que se torna uma extensão do capitalismo financeiro:

a mobilização das riquezas fundiária e imobiliária deve ser compreendida como uma das grandes extensões do capitalismo financeiro, desde um certo número de anos; a entrada da construção no circuito industrial, bancário e financeiro foi um dos objetivos estratégicos durante o último decênio. Isso é completamente lógico, completamente coerente na sociedade tal como ela é. Mais exatamente, esse circuito do imobiliário foi, durante muito tempo, um setor subordinado, subsidiário; pouco a pouco se tornou um setor paralelo, destinado à inserção no circuito normal da produção-consumo. Embora ele seja normalmente um setor compensatório, pode até tornar-se um setor principal se o circuito normal “produção-consumo” arrefecer, se houver recessão¹⁷.

¹⁶ O sentido adotado para “formação socioespacial” tem aqui a dimensão conceitual atribuída por Marx e Lefebvre, tal como expressa José de Souza Martins: “no retorno a Marx, o retorno ao núcleo explicativo do processo histórico: a relação entre o homem e a natureza; o homem que, na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando ao mesmo tempo sua relação com a natureza. (...) Essa noção já carrega consigo, na descoberta de Lefebvre, o intuito de datação das relações sociais, a indicação de que as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade coexistem relações sociais que têm diferentes datas e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas”. MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J.S. (ORG.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

¹⁷ LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Pág. 71.

Ainda, segundo Lefebvre, “os capitais encontram no imobiliário uma espécie de refúgio”, mas que, “(...) em geral [...] não dura muito”, sendo assim “um fenômeno ‘malsão’”¹⁸.

Talvez resida aí um elemento novo trazido pelo ajuste espacial. A meu ver, a designação de fenômeno malsão deve-se ao caráter especulativo presente neste, o que em longo prazo não se sustenta. As diversas “bolhas imobiliárias” que “estouraram” nos últimos anos, como ocorrido nos Estados Unidos, corroboram a afirmação do autor, no sentido de que uma crise de acumulação associa-se a esse fenômeno em médio e longo prazos.

Contudo, parece-me haver mais um aspecto relevante nessa “simbiose” que envolve os “setores” imobiliário e financeiro, principalmente quando consideramos a importância fundamental da extensão do crédito não apenas às empresas, mas também aos consumidores da mercadoria imóvel. A extensão de crédito àqueles que consumirão a mercadoria antes da edificação permite a compra do imóvel ainda “na planta”, acelerando o tempo de rotação dos capitais investidos. E tal condição permite, ainda, que parcela considerável do custo da mercadoria seja financiada com capitais que não advêm dos empreendedores, possibilitando-lhes atuação simultânea em outros empreendimentos. Ao financiarem a incorporação com recursos advindos dos consumidores finais, as empresas que atuam na produção do imobiliário tendem a reunir condições mais favoráveis de reposição de suas condições de atuação. Por exemplo, pela conformação de um “estoque de terras” que permita repor as condições sem que, no entanto, tal estratégia signifique ou possa ser reduzida à mera condição de especulação imobiliária. De fato, como será considerado nesta tese, não se trata de uma estratégia meramente rentista vinculada ao exercício da economia política. A meu ver, a conformação desse “estoque de terras” cumpre duas funções estratégicas quando se opera no âmbito da economia política do espaço. A primeira é a que se refere ao cerceamento das possibilidades de atuação de empresas concorrentes. Dessa maneira, o “estoque” formado opera como estratégia de monopolização das condições de atuação. Já a segunda é a que permite ao incorporador reter a exacerbação das rendas fundiárias promovida por sua atuação, garantindo assim condições que permitam a retenção da valorização resultante dessa atuação.

Outro aspecto bastante favorável referente à ampliação do crédito e à sua extensão aos consumidores da mercadoria imóvel limitados pelos patamares em que se situam seus rendimentos é que essa ampliação/extensão induz à elevação das vendas (e do preço) dos

¹⁸ Ibidem.

imóveis que constituem a “carteira” de financiamento das instituições financeiras, valorizando-as como empresas. No contexto de uma economia com elevado grau de desregulação referente ao capital financeiro, essas “carteiras” tornam-se a base para o “mercado” de derivativos futuros em que não mais (apenas) o imóvel em si, mas os financiamentos imobiliários dos consumidores tornam-se o produto a ser vendido¹⁹. Entre os compradores dessas dívidas (e da promessa dos ganhos associados aos juros pagos pelo consumidor que, no limite, está comprando sua residência) encontram-se, além dos investidores de grande porte, os fundos de pensão e previdência privada que operam com recursos financeiros captados dos trabalhadores, indivíduos de rendimentos médios que investem nos fundos previdenciários para complemento da aposentadoria e, ainda, investidores que ingressaram no “mercado de futuros” e são denominados como “investidores de novo perfil”: pessoas mais jovens, que integram a chamada classe média alta e que auferem rendimentos médios e passam a investir nas bolsas de valores²⁰. Assim, parte considerável dos ganhos obtidos pelos capitais que operam no imobiliário não vem da produção em si, mas das estratégias engendradas no âmbito do capital financeiro e da financeirização do setor. Contudo, todos os ganhos, cedo ou tarde, assumem a condição de efetivos, superando a condição de fictícios quando são transformados na base material da produção. Condição que, no entanto, não está colocada para a totalidade dos capitais fictícios que operam com essa estratégia de valorização.

Supostamente, todos os investidores têm acesso às mesmas informações estratégicas ou conhecem os riscos envolvidos nas “operações financeiras” que, em determinado momento, chegam ao seu limite. O momento limite é aquele em que os

¹⁹ Sobre esse processo, ver: BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005, 345p. (Tese de doutorado em Geografia Humana)

²⁰ A “Bovespa encomendou uma pesquisa ao instituto de pesquisa Plano CDE. (...) 600 pessoas foram ouvidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. O resultado mostrou que a expansão de 2004 a 2009 foi capitaneada majoritariamente por homens (eles são 75% do total) e, de modo geral, seguiu o caminho clássico desbravado pelos americanos nos anos 50 do século passado, quando aconteceu a primeira onda de popularização em larga escala de um mercado de ações. O investidor médio brasileiro é casado (60%), está na parte de cima da pirâmide social (59% têm renda superior a 6.000 reais) e foi atraído pela possibilidade de ter uma rentabilidade maior (48%). A pesquisa também deixou claro que, para crescer, a bolsa terá de atrair um número maior de investidores das classes B e C, famílias com renda entre 2.500 e 6.000 reais. O primeiro passo nesse sentido será dado nas próximas semanas, quando a BM&F Bovespa lançará a campanha “Quer ser sócio?”, estrelada por Pelé, com cerca de 40 milhões de reais para serem investidos”. Disponível em: http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0974/noticias/fabrica-de-capitalistas?page=4&slug_name=fabrica-de-capitalistas acessado em 03 de setembro de 2011.

ganhos projetados não se realizam e a “pirâmide financeira” não se sustenta, já que os ganhos futuros estavam fixados sobre um capital fictício, ou seja, sobre a captura de mais-valia futura, o que exige o ordenamento das condições de sua captura. Tão logo a “pirâmide financeira” desmorona – revelando sua fragilidade e o quão fictícios eram esses ganhos monetários –, há grandes perdas e desvalorização de capitais imobilizados na forma de ações, títulos e derivativos, cujo prejuízo recai sobre os detentores desses papéis. Todavia, as crises das “bolhas imobiliárias” ocorridas recentemente revelaram que a maior parte do prejuízo foi dos fundos de pensão e previdenciários e dos “investidores de novo perfil”. Quando esse prejuízo atinge capitalistas que mobilizam capital de grande porte e os ameaça com a desvalorização, o Estado é chamado a agir no sentido de assumir tais prejuízos, sob o argumento da necessidade de “socorrer” o “mercado” financeiro para evitar sua falência, o que se explicitou na “intervenção” do Estado para resgatar o “sistema” financeiro nos EUA em 2008-2010.

O fenômeno que se materializa na atualidade, já indicado por Henri Lefebvre e estudado por David Harvey, demonstra que o capital encontrou na financeirização da mercadoria imóvel um “novo” caminho para a captura da mais-valia na forma de juros que remuneram o capital financeiro. De fato, estamos diante de um momento caracterizado pelo aprofundamento da monetarização das relações sociais, o que exige da reflexão sobre o fenômeno urbano a consideração da atuação do capital financeiro:

o capital fictício, no entanto, é uma demanda sobre o trabalho futuro. Para a realização do seu valor, o trabalho futuro deve ser organizado de tal modo a assegurar uma taxa de retorno sobre o investimento inicial. De fato, o que acontece é que os problemas presentes são absorvidos mediante a contratação de obrigações futuras. Até o ponto em que o problema seja absorvido e não eliminado, o equilíbrio dinâmico representa deslocamento temporal contínuo por meio da formação acelerada de capital fictício. O volume de dívidas cresce e o trabalho futuro fica cada vez mais preso dentro de uma moldura de obrigações contratuais. (...) Em algum momento, as dívidas têm que ser pagas. O momento exato depende do tempo de rotação do capital distribuído em infra-estruturas físicas e sociais específicas. No entanto, a formação acelerada de capital fictício – a verdadeira essência da espiral do desenvolvimento – significa que mais e mais trabalho vivo da produção corrente precisa ser entregue para saldar obrigações passadas²¹.

Esse é um processo cuja compreensão exige que consideremos as profundas mudanças ocorridas no “mundo do trabalho” desde a crise do regime de acumulação fordista e da adoção de um regime de acumulação mais flexível, inclusive no que se refere ao conjunto de

²¹ HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. Pág. 139.

leis instituídas que regulamentam as relações de trabalho. Se, para muitos autores, essas mudanças²² significaram a perda da centralidade do “mundo do trabalho”, ao mesmo tempo em que indicavam o arrefecimento ou mesmo o fim da luta de classes, entendo que elas precisam ser situadas no âmbito das reflexões apontadas por David Harvey. Isso porque o significado avassalador das reestruturações ocorridas no âmbito da relação capital-trabalho explicita os caminhos para a obtenção de mais e mais trabalho vivo para manter a espiral da reprodução do capital.

Diante desses aspectos, também entendo ser relevante considerar as reflexões de alguns autores que apontaram para a perda da centralidade das questões advindas do “mundo do trabalho” para compreendermos a reprodução socioespacial contemporânea. Minha hipótese é que esse discurso teve grande influência naquilo que na reprodução do espaço urbano apareceu como governança urbana, fundamento do planejamento estratégico, já que, em ambos, a busca ou a suposta existência de um consenso possível tornou-se o fundamento dessas estratégias, o que, sob o contexto de uma reprodução social que se fundamenta na luta de classes, não é possível, já que se opera com objetivos antagônicos.

Todavia, é inegável que as relações advindas do “mundo do trabalho” são insuficientes diante da complexificação da reprodução social. Assim, também entendo que aqueles que defendem o trabalho como *a categoria* através da qual seria possível superar a alienação e o estranhamento incorrem em uma mistificação, tal como os autores que conferem ao trabalho condição secundária. Isso porque esse caminho leva ao entendimento de que a luta de classes foi superada ou perdeu importância para a reprodução social contemporânea. Essa perspectiva acaba por lançar um véu que encobre não apenas o surgimento de novas formas de exploração do trabalho, mas também a reatualização da exploração que pouco ou nada fica a dever àquelas presentes nos primórdios do capitalismo²³ – que recolocam constantemente os fundamentos da acumulação primitiva²⁴ – ou, ainda, que a realização do possível que se inscreve no real e se realiza no presente – e que, portanto, comporta a dialética do possível/impossível – poderia se materializar sem que a relação fundamental de classe esteja efetivamente superada. Nesse sentido, supostamente, a superação da *alienação política* realizar-

²² Entre os muitos fatores que integram essas mudanças, podemos destacar a redução da empregabilidade no setor industrial e o aumento significativo no setor de serviços nos países centrais da economia capitalista, ao mesmo tempo em que se ampliou a empregabilidade em condições bem mais precárias em países como México, Brasil, Argentina, entre outros nos anos 1970 e, recentemente, em países da América Central e Sudeste Asiático, onde a precariedade das condições de trabalho foi ainda mais acentuada. Sobre esse processo, ver: KLEIN, N. 5ª ed. Sem logo: a tirania da marca em um planeta vendido: São Paulo - Rio de Janeiro: Record, 2006.

²³ Ibidem.

²⁴ MARX, K. O capital. Crítica da economia política. 20ª ed. Livro I, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pág. 825-877.

se-ia em outras atividades, desconsiderando os processos que desumanizam no âmbito de um trabalho estranhado.

Assim, entendo que a reflexão acerca das mudanças ocorridas no “mundo do trabalho” necessita ser ressituada. A meu ver, esta deve ser considerada no contexto da reestruturação produtiva fundamentada na necessidade permanente de introdução de inovações tecnológicas que alteram a composição orgânica do capital, o que, ao invés de abrir caminho para torná-la desnecessária, o faz para reinseri-la pela precarização de seu emprego²⁵. E, fundamentalmente, porque considero que transformações dessa envergadura no âmbito do econômico não se dão sem se alcançar, buscando subordinar, o nível do social e do político. De fato, na base do que aparece, fenomenicamente, como empreendedorismo urbano no Brasil, há a busca acentuada da *destituição da fala* aos sujeitos que, no âmbito do exercício da política, lograram, em alguma medida, pautar a discussão acerca da reprodução e do planejamento urbano no Brasil. Foi nesse bojo que se forjou o movimento que culminou no Estatuto da Cidade, processo que, indiretamente, será considerado no curso desta tese. Assim, restringir-se à discussão acerca da suposta centralidade do trabalho ou de seu deslocamento é, no mínimo, ater-se apenas a um dos aspectos que envolvem a complexa reprodução social contemporânea. Mais ainda, é manter a reflexão nos limites da pauta do debate que adveio do “mundo do trabalho” que, conforme bem destacou José Geraldo Pedrosa²⁶, é o “mundo do capital” e que, a meu ver, trata-se de um nível estéril, já que não há aí, inscrito no possível-impossível, a possibilidade de superação desses “dois” “mundos”.

²⁵ Valho-me, aqui, das elaborações desenvolvidas por David Harvey a partir das produções marxianas. Segundo o autor, todo capitalista é compelido a estabelecer seu lucro, a remuneração de seu capital investido no setor produtivo, acima da taxa de lucro médio. Essa necessidade permanente, que é um dos principais indutores do desenvolvimento de inovações tecnológicas, é um dos elementos responsáveis pela alteração da composição orgânica do capital. O capitalista que introduz em seu sistema de produção determinada inovação tecnológica tende a obter vantagem sobre os demais concorrentes, obtendo, assim, lucros acima da taxa média do setor em que atua. Contudo, a tendência é que os demais concorrentes, sob pena de não permanecerem no setor, também incorporem as inovações aos seus sistemas produtivos, de modo que todos os capitalistas sejam remunerados pela taxa de lucro médio, já que aqueles que não conseguem modernizar a produção serão alijados do setor. Paradoxalmente, para um modo de produção que tem sua reprodução ampliada fundamentada no aumento da exploração do trabalho, essas inovações tendem a elevar a composição orgânica do capital, diminuindo a necessidade de capital variável. Porém, esse processo só é possível porque a massa de mais-valia capturada nos setores de baixa composição orgânica é em grande parte transferida para os capitalistas que atuam nos setores de elevada composição orgânica, por meio dos mecanismos de integração do “sistema” capitalista. Sobre esse processo, ver: HARVEY, D. David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

²⁶ PEDROSA, J. G. *Trabalho e Educação no capitalismo tardio: crítica ao trabalho hipostasiado*. Belo Horizonte: UFMG/FAE. 2002. (Tese de doutorado).

Dessa maneira, se por um lado é fundamental o reconhecimento da insuficiência da reflexão acerca da categoria trabalho, por outro, é preciso que as elaborações não incorram no equívoco de decretar sua desimportância e o fim da luta de classes, ainda que seja necessário reconhecer que esta não corresponde mais (apenas) à forma e ao conteúdo com que Marx se deparou em elaborações sobre a crítica da economia política.

É nesse sentido que entendo ser necessário refletir sobre as mudanças no “mundo do trabalho” que derivam do trabalho alienado, mas que não são restritas a ele, visto que a alienação que ali se forja alcança outras dimensões da reprodução social. Nessa condição, ater-se à alienação forjada no/pelo trabalho é, como bem afirmou José Geraldo Pedrosa, hipostasiá-lo, o que, no limite, pode induzir à compreensão de que há uma separação entre o econômico, o social e o político. Ao contrário, trata-se de uma tríade que precisa ser compreendida em sua unidade, como condição para se conseguir apreender a crítica radical a ser feita e, assim, poder refletir sobre o estranhamento, que não se limita em estranhamento do sujeito em relação ao próprio objeto, mas a todo o espaço, na medida em que este também é resultado de sua produção.

Nesse sentido, reflexões como as desenvolvidas por Jürgen Habermas ou Claus Offe²⁷, que atribuem ao “mundo do trabalho” uma condição secundária em relação ao “mundo da vida cotidiana”, são resultantes desse modo de entendimento do trabalho na sociedade contemporânea, que ora o enaltece, ora o desconsidera, e cuja consequência, em qualquer uma das duas perspectivas, é bastante parecida: a decretação do fim ou da ontologização do trabalho (quase sempre), desconsiderando-se a complexificação que, na atualidade, envolve não apenas as relações de produção, mas, fundamentalmente, as *relações sociais de produção*²⁸ que, afinal, não se constituem sem o político.

Assim, o sentido de retomar parte das reflexões desenvolvidas por autores acerca da centralidade (ou não) do trabalho para a reprodução social atual deve-se, principalmente, à influência desse debate sobre o que vem sendo chamado de “governança urbana”²⁹, sobre as práticas ditas políticas, mas que, a meu ver, são infrapolíticas, e se expressam nos chamados projetos de revalorização urbana.

Dessa maneira, não tenho como premissa recuperar a origem ou os termos desse debate, não apenas porque isso apenas tangencia as questões que pretendo desenvolver, mas

²⁷ Com suas especificidades, como será considerado adiante.

²⁸ Recorro, aqui, à distinção feita por Henri Lefebvre: a expressão *relações de produção* tende a acentuar a reflexão acerca da produção material no âmbito do econômico. Já a expressão *relações sociais de produção* refere-se a uma reflexão mais ampla, que contém o âmbito do econômico, porém o extrapola, considerando também o social e o político.

²⁹ O fundamento da expressão “governança urbana” reside na suposta ampliação dos “canais de participação da sociedade civil organizada” por meio de instrumentos, como audiências públicas.

porque pouco acrescentaria ao já existente. Ao retornar às reflexões realizadas por esses autores³⁰, o faço tendo em conta a busca da compreensão dos fenômenos da alienação e estranhamento que, em alguma medida, perpassam pelos pressupostos da valorização urbana.

Diante do exposto, uma reflexão sobre a construção dos empreendimentos planejada pelo Estado deve considerá-la no contexto de que, embora estes atuem como equipamentos de atração de investimentos, não se resumem a isso. Nesse sentido, mesmo de acordo com a afirmação lefebvriana de que se trata de um fenômeno malsão, também entendo que, nas quatro ou três últimas décadas, a partir de sua atuação em âmbito global, principalmente pela exacerbação do capital fictício associado às estratégias de produção/valorização/deterioração/desvalorização de espaços (tendo o Estado como fundamento), o capital financeiro tem conseguido, com relativo êxito, separar os aspectos sãos dos malsãos. Os aspectos sãos ou os ganhos exacerbados pela captura da mais-valia futura global tendem a se concentrar “nas mãos” das classes dominantes que atuam em âmbito mundial, enquanto o Estado, sob o argumento de evitar a falência do sistema financeiro, tende a assumir os prejuízos causados pela desvalorização do capital e pela deterioração de equipamentos e/ou infraestrutura produzidos em seus limites territoriais³¹.

Sendo assim, é possível afirmar que o projeto do Estado de viabilizar novas “centralidades” como forma de superação da escassez de áreas incorporáveis não se resume a uma estratégia do “setor” imobiliário, mas se trata de uma das formas contemporâneas renovadas da reprodução do capital, que encontrou na (re)produção do espaço “o fôlego” necessário à sua reprodução ampliada.

³⁰ Autores como Hannah Arendt, André Gorz e os que compõem o Grupo Krisis, Clauss Offe e Jürgen Habermas que, em linhas gerais, secundarizam do trabalho; e, posteriormente, Lukacs, Ricardo Antunes e José Henrique Carvalho Organista, cujas reflexões apontam para a ontologização deste.

³¹ A assunção da deterioração e da desvalorização do capital fixo pelo Estado é um dos motivos que desautorizam aqueles que na atualidade do aã pós-moderno também decretam o fim ou a não necessidade do Estado. As crises financeiras ocorridas no capitalismo em âmbito mundial desde a década de 1980 consistiram, em sua ampla maioria, em formas de viabilizar a desvalorização de ativos, derivativos ou investimentos efetuados pelo Estado, que assumiu os custos, ao mesmo tempo em que permitiram os ganhos dos capitalistas que mobilizam capitais de grande porte no “setor” financeiro, possibilitando a renovação dessa estratégia em outras regiões do mundo. Nesse sentido, parece-me bastante interessante o atual processo de desvalorização do capital financeiro excedente imobilizado na forma de capital fixo em Dubai, Emirados Árabes Unidos. Na última década, essa região do globo foi alçada à condição de paraíso de investimentos que, supostamente, seriam capazes de gerar uma riqueza substituta àquela gerada pelo petróleo, pois, conforme os (desinteressados?) estudos científicos, as jazidas estariam próximas do fim. Todavia, antes mesmo de a imensa parcela de capitais imobilizada na forma de capital fixo ser nova e plenamente mobilizada pela viabilização/aceleração da circulação de capitais, essa região já sofre o chamado “ataque especulativo”, cuja tendência é a de promoção da destruição dos capitais investidos, seja por sua deterioração, seja por sua desvalorização.

Ao assumir a promoção de novos empreendimentos, como o CAMG, em Belo Horizonte, viabilizados pelo endividamento do Estado junto às chamadas agências multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Estado garante duas vantagens à reprodução do capital: ao mesmo tempo em que propicia novos espaços pela conformação de uma nova “centralidade” atendendo aos interesses da indústria da construção civil, também se torna um consumidor produtivo do capital excedente disponível para empréstimos, recolocando-o em circulação. Sob essa condição, o Estado, ao assumir o custo da imobilização do capital que objetiva acelerar o tempo de sua rotação, torna-se central na estratégia do deslocamento espaço-temporal da crise de acumulação no bojo do ajuste espacial engendrado.

De fato, os investimentos efetuados pelo Estado na forma de capital fixo têm como principal fundamento promover a aceleração da rotação de capitais, não apenas pelo fornecimento de outras formas de circulação e melhoria das existentes, mas também por potencializar novos ciclos produtivos. Todavia, se há um relativo controle sobre os investimentos realizados, o mesmo não se pode dizer da instalação de novos ciclos produtivos. O então governador de Minas Gerais em 2009 revelou essa expectativa, ao mesmo tempo em que explicitou a importância dos investimentos de ordem privada que pretendia atrair com a construção do CAMG: a ampliação da capacidade de operação do aeroporto internacional Tancredo Neves e a construção do novo distrito industrial metropolitano, dentre outros empreendimentos³².

Supostamente, a instalação de empreendimentos no entorno da nova “cidade administrativa” seria capaz de induzir a formação de uma nova centralidade “constitutiva da vida urbana”³³, visto que “(...) se não há centralidade, não há mais vida urbana (...)” e “a prática urbana é atacada no seu coração pelo deslocamento da centralidade”³⁴. No entanto, ainda que a estratégia de espaço engendrada não alcance o êxito planejado, certamente alcançará o cerne da prática urbana em Belo Horizonte. Isso porque esses empreendimentos não derivam da “saturação da centralidade por si mesma” que, segundo Lefebvre, colocaria a “exigência de

³² Segundo reportagem realizada pela revista Veja: “a expectativa do governador é que os prédios públicos, a avenida e uma área industrial que ele está criando junto ao aeroporto desviem a atenção dos empreendedores privados para o Norte, uma região pobre da capital.” EDWARD, José. O legado de Aécio em concreto. Revista Veja, Caderno Brasil, 02/09/2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/020909/legado-aecio-concreto-p-074.shtml> acessado em 28 de novembro de 2009, às 21:44.

³³ LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Obra citada. P. 69

³⁴ Ibidem.

uma policentralidade, de uma concepção policêntrica do espaço urbano”³⁵, mas da atuação do Estado no sentido de viabilizar uma suposta nova centralidade diante das exigências de reprodução ampliada do capital. Assim, cabe então perguntar: é possível induzir a constituição de uma centralidade nos termos engendrados pelo Estado? É possível constituí-la sem considerar que esta envolve “uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem o encontro atual ou possível de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’”? Ou, ainda, sem considerar que a centralidade é base para o direito à cidade, que “não se trata de um direito natural, decerto, nem contratual”? E que “o mesmo significa o direito dos cidadãos-cidadinos e dos grupos que eles constituem (...) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas”³⁶?

Ainda que a resposta às questões anteriores não deva ser dada agora, entendo ser relevante considerar alguns aspectos que envolvem a produção do “coração” da nova “centralidade” e seus empreendimentos estruturantes. Tanto a produção do eixo viário denominado de linha verde quanto a ampliação das avenidas Presidente Antônio Carlos e Pedro I e a própria construção do CAMG provocaram a desapropriação ou remoção de um considerável número de pessoas de suas residências ou comércios, porque se encontravam, literalmente, no caminho dos empreendimentos.³⁷ A meu ver, essas remoções e desapropriações indicam um processo que, possivelmente, poderá ser acentuado, qual seja, a expulsão daqueles que auferem rendimentos menores. Esse processo, já em curso, tem como consequência a diminuição da diversidade que contribui, entre outros aspectos, para a conformação de uma centralidade efetiva, cujo sentido é o da reunião de todos no exercício da prática urbana. No limite, isso revela a insuficiência e a impossibilidade da constituição de uma centralidade, o que só se efetiva se for expressão da convivência, seja ela pacífica ou conflituosa, com o diverso.

Entretanto, se a “cidade administrativa” assume a condição de “equipamento” indutor da urbanização, o mesmo não se dá nos moldes clássicos, restritos apenas às estratégias de produção *no espaço*. Embora o fundamento de produção no espaço esteja presente de forma bastante vigorosa na *produção do espaço* como mercadoria, esta também mobiliza as estratégias engendradas para sua valorização, que atingem, desestruturam e reestruturam o nível do vivido, alcançando o indivíduo em sua vida cotidiana, afetando-a, reproduzindo-a e programando-a, o que também se torna objeto dessa valorização. Nesse sentido, não são mais

³⁵ Ibidem. P.70.

³⁶ Ibidem. P. 30-31.

³⁷ Além daqueles que se encontravam no caminho, também foram desapropriados muitos que se encontravam nas imediações do CAMG, sob o argumento da necessidade de construção de um parque ecológico, processo que será analisado nesta pesquisa.

(apenas) os rentistas clássicos que se apoderam da valorização do espaço (pelo menos, não de sua parcela mais significativa), mas, principalmente, os capitalistas, que mobilizam o capital financeiro e são, por sua vez, representados pelas classes dirigentes, que engendram e/ou executam as estratégias de (re)produção do espaço. E, ao mobilizá-lo, alcançam as tramas mais finas da reprodução social, processo que, no limite, age no sentido de alienar o sujeito de sua própria prática.

Diante do processo que inscreve a reprodução social do espaço nos circuitos de reprodução do capital, entendo que o *pensamento*³⁸ que inclui a possibilidade de arrancar o espaço (e a sua produção) dos domínios e dos termos das classes dominantes (ou do capitalismo) encontra-se diante de um novo limite: a classe que domina e direciona a reprodução do espaço como mercadoria não é mais a do proprietário fundiário de atuação limitada. Essa função é hoje assumida não apenas por classes de atuação local, mas, principalmente, por aquelas de atuação global, que não apenas se beneficiam de informações estratégicas obtidas junto ao Estado, mas também produzem as condições necessárias à sua atuação. E, assim, têm, na produção dos empreendimentos infraestruturais (muitos deles reivindicados socialmente)³⁹, a forma de utilização da produção do espaço e o ordenamento do território para instrumentalizá-los no sentido de “superação” das crises de acumulação do capital. Sendo assim, retirar o espaço das estratégias da economia política do espaço, conforme apontado por David Harvey a partir das reflexões desenvolvidas por Neil Smith, exige que “os diversos movimentos opostos ao capitalismo no interior dos espaços fragmentados da economia mundial [reconheçam] a espacialidade de suas condições”. E, a partir desse reconhecimento, consigam desenvolver “uma concepção de como combater o poder do capitalismo em produzir e, portanto, dominar o espaço”⁴⁰, construindo, nesse sentido, relações que permitam não a dominação do espaço – necessidade do capital e de sua reprodução, cujo princípio é o de subordinação –, mas, sim, a sua apropriação, capaz de permitir a superação da crise de reprodução social do espaço a partir da orientação das novas relações sociais de produção para a reprodução da vida.

³⁸ “Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. Evidentemente, desde que se evite o positivismo acabrunhante, que não significa outra coisa senão a ausência de pensamento, nos encontramos diante das fronteiras, bastante difíceis de discernir, entre o possível e o impossível”. LEFEBVRE, H. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. P. 73.

³⁹ É nessa perspectiva de análise que considero nesta pesquisa o programa de “urbanização” Vila Viva. Embora possa ser entendido como fruto de reivindicações e lutas históricas, penso que o fundamento desses programas deve ser visto como uma das estratégias de revalorização do capital, que considera os pobres como potenciais consumidores. Sobre isso, ver: DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

⁴⁰ SMITH, N. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. P. 26.

É diante desse desafio que entendo ser necessário situar uma reflexão acerca do fenômeno urbano e de sua crise correspondente dentro de um quadro conceitual que não a considere apenas restrita à imobilização do capital excedente na forma de capital fixo para a recuperação das taxas de lucro ou à produção de empreendimentos imobiliários, pois a estratégia político-econômica de reprodução social do espaço contemporâneo consiste em algo bem mais complexo.

Aproximação do “objeto prático”

A partir das questões e premissas citadas, inicio pela análise de alguns empreendimentos que são produzidos atualmente em Belo Horizonte. Além da “cidade administrativa”, destaco o Programa Municipal de “urbanização” de favelas Vila Viva; os eixos viários reestruturantes da metrópole, como a linha verde; a ampliação das avenidas Presidente Antônio Carlos e Pedro I; o anel metropolitano (em fase de projeto) e empreendimentos ligados à “Copa do Mundo de Futebol” de 2014, uma vez que Belo Horizonte será uma das cidades-sede desse evento esportivo.

Para compreender onde e como se inserem esses empreendimentos, procurei situar minha reflexão no interior de um quadro conceitual que considere o conhecimento crítico da realidade social contemporânea incluída em um modo de reprodução social bastante particular: o modo de produção capitalista⁴¹. Inicialmente, localiza-se na ação incisiva e vertical do capital financeiro como um dos agentes determinantes da reprodução capitalista do espaço, o que se deve ao fato de o capital financeiro atravessar as tramas mais finas da organização da vida cotidiana através da “financeirização” das relações sociais por meio da qual “inseriu” segmentos de classes sociais até então desprezados e/ou marginalizados em seus “circuitos”⁴² de reprodução. Esse é um processo que faz com que a “re-produção das relações de produção não [coincida] mais com a reprodução dos meios de produção”, ao

⁴¹ O quadro conceitual de que faço uso para minha análise foi inicialmente formulado por Marx e Engels no século XIX e reelaborado por importantes pensadores que desenvolveram e ampliaram o pensamento marxiano, resgatando seu estatuto teórico, como Henri Lefebvre, Alain Bhir e David Harvey. Todavia, é preciso considerar que não se fez, nos termos de Alain Bhir, uma marxilogia, tornando esse pensamento dogmático. Ao contrário, nos três autores que aqui citamos e em outros que adotaram essa perspectiva, o que se observa é um esforço em um duplo sentido: não fragmentar a análise, na medida em que a perspectiva analítica de Marx exige a consideração da totalidade, e romper com as análises que consideram o pensamento original desse autor como um sistema, conseqüentemente, como algo fechado. Na perspectiva que adotaram, cada um a seu modo, Lefebvre, Bhir e Harvey buscaram superar a fragmentação e o fechamento impostos pelos marxistas dogmáticos, contribuindo decisivamente para o resgate do caráter utópico do pensamento de Marx.

⁴² O uso das aspas no vocábulo circuito deve-se ao fato de esse termo, para Milton Santos, dentro de sua teoria dos circuitos inferiores e superiores, conter um estatuto teórico. O modo como faço uso dele aqui não tem esse sentido.

mesmo tempo em que faz com “ela se [efetue] através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade (...), ou seja, através do espaço inteiro”⁴³.

Se, para apreendermos as contradições que envolvem e se reproduzem na sociedade urbana, temos necessidade de considerar seus níveis e dimensões, bem como as interações existentes entre eles, torna-se relevante que analisemos como o capital financeiro se insere, ou seja, o “nível global [que] é o das relações as mais gerais, portanto, as mais abstratas e, no entanto, essenciais: mercados de capitais, política do espaço”⁴⁴. Todavia, a consideração do nível global não nos permite entender como secundários ou menos importantes outros níveis que compõem a reprodução social, como o intermediário e o nível do vivido no âmbito da vida cotidiana⁴⁵. Assim, se no exercício analítico podemos destacar um nível ou elemento para iniciarmos a reflexão, não podemos entendê-los fragmentados, fora das relações que os cercam e compõem⁴⁶. Como alerta Neil Smith, é necessário que superemos os problemas conceituais que nos impedem de realizar “uma integração do espaço e da sociedade”, já que “o capital parece realizá-la na prática, diariamente”. É a partir dessa superação que conseguiremos perceber que “o capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” e, a partir dessa compreensão, situar não apenas nossa reflexão, mas também nossa prática.

O Centro Administrativo de Minas Gerais e outros empreendimentos reestruturantes da região norte de expansão da metrópole

Desde meados da década de 1930, o norte da capital mineira, bem como as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – situadas na região de expansão onde foi construído o novo CAMG –, caracterizou-se por uma ocupação dos segmentos sociais que auferiam rendimentos mais baixos, na forma dos chamados loteamentos irregulares, sedes industriais ou grandes áreas não edificadas⁴⁷. Esse padrão de ocupação foi, em grande medida,

⁴³ LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Pág. 48.

⁴⁴ LEFEBVRE, H. [1970] A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. pág. 78.

⁴⁵ IBIDEM, pág. 79-80.

⁴⁶ David Harvey, ao refletir sobre o método e a metodologia empregados por Marx em “O capital”, revela o modo como o autor considerou a mercadoria: aparentemente, ele fragmentou a totalidade para iniciar sua análise e entender seus mecanismos de reprodução. Todavia, esta fragmentação foi apenas aparente, pois ao entender o funcionamento da reprodução da mercadoria entenderia também a reprodução do capital e, embora tenha destacado a mercadoria, sua análise centrou-se sobre a relação desta no processo social em que estava inserida. Sobre isso, ver: HARVEY, D. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

⁴⁷ A exceção a essa forma de ocupação predominante são alguns empreendimentos localizados na região institucional da Pampulha. Na década de 1940, foi construído pelo Estado o Complexo da Pampulha, cujo intuito foi o de redirecionar parte das classes sociais de rendimentos mais elevados para aquela região. Embora nas décadas de 1950-70 essa ocupação tenha ficado aquém do planejado, nas décadas seguintes foi adensada e na atualidade alguns dos bairros que compõem a região da Pampulha se configuram em redutos

decorrente de ações diretas e indiretas do Estado, tais como a instalação de um conjunto penitenciário em Ribeirão das Neves, o Distrito Industrial de Santa Luzia ou os reduzidos investimentos em infraestrutura e a “omissão” na regulação urbanística. De fato, essas condições contribuíram efetivamente para o estabelecimento do preço da terra em patamares inferiores em relação aos preços praticados em outras regiões de Belo Horizonte, o que contribuiu para a expansão dos loteamentos ditos populares⁴⁸.

Embora o fato possa assumir a aparência de desinteresse do Estado e/ou de segmentos do capital atuantes no âmbito do “setor” imobiliário, isso não corresponde à realidade. A precariedade da infraestrutura resultante dos poucos investimentos associada à regulação fundiária bastante permissiva e à quase ausência de fiscalização propiciaram um “mercado de terras” bastante dinâmico, que teve naqueles que auferem baixos rendimentos seus principais consumidores. De fato, esses componentes foram responsáveis pela ampliação das possibilidades de atuação daqueles que integram o “setor” imobiliário, na medida em que permitiram a “produção” não apenas de loteamentos mais baratos, mas também em condições de serem consumidos por trabalhadores que, para tal, também se consumiam em um duplo processo de exploração e espoliação urbana, tal como demonstrado por Lúcio Kowarick⁴⁹.

Na década de 1980, conforme demonstrado em estudos sobre o crescimento urbano de Belo Horizonte⁵⁰, ocorreu uma relativa retração da oferta de loteamentos. Porém, na década seguinte, essa oferta foi retomada na forma de loteamentos populares, sendo muitos destes, sob a ótica jurídica, considerados como irregulares⁵¹.

de classes sociais abastadas, tais como o São Luís e o Bandeirantes. Sobre a lenta ocupação dos bairros “nobres” da Pampulha, ver: VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

⁴⁸ Heloísa Costa, ao refletir sobre o processo de reprodução de Belo Horizonte a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito do PLAMBEL, também considera o processo histórico de expansão dos loteamentos populares ao norte da capital. Sobre esse processo, ver: COSTA, H.S.M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, R. L. M. et al. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Coleção BH 100 anos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994.

⁴⁹ KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

⁵⁰ COSTA, H. Obra citada.

⁵¹ Sobre os loteamentos da década de 1990, é bastante interessante observar a divulgação desses empreendimentos em busca de seu “público-alvo”. Entre os anos de 1994 e 2004, trabalhei em uma imobiliária de Belo Horizonte, período no qual pude acompanhar o lançamento de alguns loteamentos situados ao norte da capital – como o de Campos Silveira e São Luiz, ambos situados em Ribeirão das Neves –, bem como suas estratégias de divulgação. Os panfletos utilizados, fixados em postes e pontos de ônibus, traziam na mensagem veiculada três aspectos centrais para alcançar o consumidor desse tipo de loteamento. Inicialmente, afirmavam que a infraestrutura ausente estava “garantida em contrato”; posteriormente, destacavam que o custo da prestação do lote jamais ultrapassaria entre 30% a 50% do salário do comprador,

Em entrevista realizada em 2005, por ocasião de outra pesquisa, a então secretária de Meio Ambiente, Flávia Mourão, anteriormente responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, ao referir-se ao crescimento de Belo Horizonte explicitou os motivos que levaram a esse contexto, ao mesmo tempo em que indicou como a região norte de expansão da metrópole constituiu-se em uma “válvula de escape”, ao mesmo tempo em que revelou sua função estratégica na reprodução capitalista do espaço:

(...) o poder público ficou meio acanhado neste processo como um todo. Ao mesmo tempo em que acontecia esta expansão de acordo com os interesses do mercado imobiliário [referindo-se à região sul de expansão da metrópole], também acontecia aquela expansão *para os que sobravam*, aquelas expansões de periferia que é onde o mercado imobiliário não interessava e que, de certa forma, o poder público não tinha, não exercia *o poder de polícia eficaz*, né? E nem sei se tivesse exercido um grande poder público de polícia se isto teria sido suficiente, porque durante todos esses anos o que foi que nós vimos? Foi *ausência* de políticas urbanas, habitacionais principalmente, para criar áreas com boas qualidades urbanas e ambientais para atender à população de baixa renda. Então esta população que foi atendida e *que não encontrava espaço* foi ocupando o que aparecia. Tanto a ocupação feita de um modo muito rudimentar e aos poucos isso foi consolidando, né? Então nós tivemos tanto assim, uma grande proliferação de favelas, mas também de bairros vendidos assim de uma forma irregular, que não passaram por uma aprovação regular, que não tem um traçado muito regular e nem uma estrutura muito regular. São loteamentos que foram produzidos pela iniciativa privada para serem vendidos para classes assim, D, classes baixas, porque não existia uma política apropriada para isso. (...)

(...) Agora a expansão de Belo Horizonte, hoje a gente não tem como falar tendo em conta só o território de Belo Horizonte, né? Você tem que passar a pensar a expansão de Belo Horizonte, a tratar esta expansão de forma metropolitana. A cidade não existe mais sozinha, né? *O que se fez de contenção aqui, que ela tentou ordenar, sobrou para Neves [Ribeirão das Neves], sobrou para Santa Luzia. Toda aquela explosão de loteamentos clandestinos que aconteceu para lá, foi muito em função da regulação que se fez no território de Belo Horizonte.* Então, se você não tiver um tratamento metropolitano você não consegue resolver os problemas da cidade.

Da reflexão possível sobre esse fragmento de entrevista e que será desenvolvida mais adiante neste trabalho, entendo ser necessário destacar aqui alguns aspectos que se explicitam

o que, ilusoriamente, subentendia não haver reajustes na prestação; e, finalmente, destacavam que a compra do lote significava a realização do “sonho da casa própria”, como se a compra deste fosse a compra da própria casa, o que obviamente não correspondia à realidade. A consequência bastante perversa desse processo foi que muitos dos compradores, após pagarem em média um ano de prestações, perdiam o lote, pois não tinham como arcar com o preço das prestações reajustadas juntamente com o salário e o custeio da efetiva construção da casa própria. Longe de ser acidental, essa desistência compôs as estratégias de acumulação dos loteadores, conforme pude perceber em pesquisa realizada juntamente com Giovanni Antônio Resende. Alguns resultados foram publicados em: RESENDE, D. A.; GOMES, G. C. A reprodução extensiva das periferias no contexto da urbanização contraditória: uma reflexão a partir dos loteamentos populares de Ribeirão das Neves. In: Colóquio Internacional Metrôpoles em Perspectivas - Globalização, Territórios e Conflitos na produção Urbano-Metropolitana e Experiências de Participação Social, 2007. Colóquio Internacional Metrôpoles em Perspectivas - Globalização, Territórios e Conflitos na produção Urbano-Metropolitana e Experiências de Participação Social, 2007.

de imediato. Entre eles, a questão do direito à cidade. De fato, expressões como “os que sobravam”, “não encontravam espaço” ou que “sobrou para Neves”, revelam, afinal, os limites impostos aos fundamentos do “direito” à cidade no interior de uma sociedade capitalista. A relação de apropriação não passa pelo direito à cidade, mas pela condição de consumi-la como mercadoria. E, no bojo de uma sociedade marcada pela monetarização das relações, aquele que não se apresenta como um “usuário solvente” não tem acesso a ela. Nesse sentido, fica como questão a ser respondida se o que apareceu como “o novo” no planejamento urbano brasileiro – o planejamento estratégico – não seria também a formalização de práticas historicamente adotadas na reprodução do espaço urbano, que necessitou assumir essa forma diante dos limites e entraves colocados pelo embrião (abortado) da participação popular que se constituiu nos anos de 1980.

Diante do exposto, entendo ser possível afirmar que a estratégia de transferência da sede administrativa do governo de Minas Gerais e suas secretarias para o bairro Serra Verde na região norte tem como principal objetivo redefinir a ocupação histórica dessa região, o que, a partir do que apontam os indícios atuais, obterá êxito no sentido de viabilizar novas e amplas possibilidades de acumulação que, se existiam, poderão ser amplamente potencializadas.

Outro elemento que entendo como central e necessário considerar é que empreendimentos como a “cidade administrativa” e os eixos viários reestruturantes, cuja produção exige elevados investimentos (realizados pelo Estado), têm-se constituído em possibilidades de recuperação de taxas de lucro para o capital excedente. Nesse aspecto, chama atenção a preocupação (que aparece como do Estado, mas que possivelmente não se localiza apenas nesse nível) em se evitar o atraso no cronograma pré-estabelecido para a execução desses empreendimentos. Conforme já foi dito, parcela substancial dos capitais investidos é originária do endividamento estatal junto às chamadas agências multilaterais, como o Banco Mundial e o BID⁵², o que diminui significativamente o risco assumido pelos investidores, já que a ameaça de desvalorização dos investimentos em capital fixo pela

⁵² Parece-me ser possível afirmar com relativa tranquilidade que a produção de empreendimentos financiados dessa maneira não causa grandes surpresas. Porém, o que chama a atenção é o montante de investimentos e a quantidade simultânea desses empreendimentos. Outro aspecto que entendo como relevante, e considero também surpreendente, são os investimentos das agências multilaterais em empreendimentos que, considerados em si mesmos, não são significantes. Por exemplo, foram construídos 16 edifícios habitacionais na Vila Pontaporã e outros 10 na Vila Senhor dos Passos para a realocação de 64 e 40 famílias, respectivamente, com recursos do Banco Mundial, dentro do programa HABITAR, programa habitacional destinado a intervenções na América Latina.

deterioração ou subutilização da infraestrutura produzida é assumida integralmente pelo Estado.

Assim, entendo ser razoável supor que as estratégias engendradas não se resumem apenas ao financiamento e à produção direta dos empreendimentos e, ainda, que a concepção de (infra) *estrutura* presente vai além da condição de suporte físico: alcança a possibilidade de transformar o espaço em mediação para novas e ampliadas formas de reprodução do capital. Talvez, o “mercado” imobiliário exerça em Belo Horizonte papel similar ao exercido em Nova York onde, segundo Mariana Fix⁵³, a partir da colocação de Zukin, “os incorporadores são os motores dos recorrentes altos e baixos da cidade”.

Contudo, não podemos desconsiderar que as possibilidades do endividamento estatal, fundamento para o estabelecimento dessa estratégia de espaço em um país periférico do “sistema” capitalista, assumem características singulares. Assim, é necessário considerar que elas vinculam-se também às (im)posições da economia política estabelecidas pelo seu núcleo central, engendradas alhures e materializadas na forma dos chamados ajustes fiscais impostos aos núcleos periféricos. Sob tal denominação, foram estabelecidas condições que levaram à recuperação da capacidade de endividamento do Estado brasileiro perdida no fim dos anos de 1970 e década de 1980. Entendo ser esse um indício que exemplifica bem a capacidade do capital de realizar na prática a integração do espaço e da sociedade.

Todavia, ao considerar o contexto em que se insere e as relações estabelecidas que envolvem os níveis global, intermediário e do vivido, a eleição dos empreendimentos indicados como “objeto de análise” imediata consiste em algo bem particular: compreender o modo como tais empreendimentos apontam para a reestruturação da metrópole na atualidade. Minha hipótese é que o entendimento das contradições e dos aspectos críticos envolvidos nessa (re)produção é uma “porta de entrada” para a compreensão do fenômeno urbano e da crise correspondente que se manifesta na forma de uma crise cultural, ora ecológica, ora de segurança⁵⁴. Assim, a partir de um elemento particular, procuro alcançar a compreensão acerca do que envolve a reprodução social contemporânea nos quadros da reprodução capitalista do espaço, cuja forma predominante é a do capital financeiro atuando na/sobre a produção do espaço urbano, mas que preserva como fundamento a reposição conservadora das condições de atuação para a reprodução ampliada do capital.

⁵³ FIX, M. São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. Pág. 77.

⁵⁴ BIHR, A. Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

O programa de “urbanização” Vila Viva

O programa de urbanização Vila Viva consiste em um programa do governo municipal de “urbanização” de favelas em Belo Horizonte, iniciado em 2005 durante a gestão do prefeito “bom de serviço”⁵⁵ Fernando Pimentel, e implantado inicialmente em algumas das favelas que compõem o atualmente chamado Aglomerado da Serra.

Após sua inclusão no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)⁵⁶, o Vila Viva foi estendido para outros conjuntos de favelas da capital, entre os quais se destacam a Pedreira Prado Lopes, a Favela São José, Taquaril e o Morro das Pedras, tornando-se o novo formato oficial de tratamento das favelas na capital. Segundo técnicos da prefeitura, esse programa representa uma forma diferente de lidar com as favelas, já que, anteriormente, as ações eram centralizadas e tinham na remoção o princípio geral⁵⁷. No desenvolvimento desta tese, busquei considerar em que consistem as efetivas diferenças presentes no programa Vila Viva e em que medida essas diferenças restringem-se apenas às indicadas pelo município e/ou se reúnem a outras não destacadas, bem como o que permanece, para, assim, apreender o “fio condutor” do sentido da favela nos 114 anos da capital mineira.

As favelas que já foram inseridas no Vila Viva localizam-se nas proximidades (ou mesmo no caminho) dos eixos viários que integram os empreendimentos (re)estruturantes

⁵⁵ Esse foi o lema da campanha eleitoral que elegeu o então prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, em 2005. Contudo, o slogan “*bom de serviço*” indicou também um momento de inflexão no perfil do administrador público eleito (mantida na eleição do atual prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda), qual seja a substituição do candidato carismático representativo de lideranças de base pelo técnico com experiência administrativa, que na cidade-empresa, para usar os termos de Carlos B. Vainer, torna-se o administrador público ideal. Isso porque, supostamente, orientar-se-á pela racionalidade técnica, livre dos apelos e arroubos ideológicos, garantindo, assim, maior eficácia no investimento e gestão dos recursos públicos.

⁵⁶ Inclusão baseada no Artigo 3º do Capítulo I da Lei 10.257/2001, que em seu inciso III indica que “Compete à União: promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria de condições habitacionais e de saneamento básico”. A referência que faço à Lei 10.257/2001 ou ao Estatuto da Cidade deve-se ao fato de entender que, entre outros aspectos, o estatuto constituiu-se em importante instrumento para a recuperação e/ou ampliação da valorização do capital a partir da reforma urbana nele indicada, o que pretendo analisar ao longo desta pesquisa.

⁵⁷ Embora a remoção tenha sido amplamente adotada, é necessário considerar que não prevaleceu de maneira igual ao longo do tempo e, ainda, que a área atingida guardava suas especificidades. Nesse sentido, é abusivo dizer que a remoção tenha sido a única forma predominante. Muitas vezes, o próprio Estado encontrava dificuldades para indenizar os moradores desterritorializados. Entretanto, favelas em localizações estratégicas quase sempre foram destruídas.

atualmente em curso na metrópole⁵⁸. Dessa maneira, constituem-se, simultaneamente, como entraves e condição à modernização, uma vez que a “inserção” das favelas na metrópole revela que esta ocorre sob uma perspectiva funcional, por exemplo, quando se tornam lugares de passagem. Nesse sentido, parece-me emblemática uma fala do ex-prefeito Fernando Pimentel dentro do Aglomerado da Serra quando afirmou que, pela primeira vez no Brasil, a favela não seria construída debaixo do viaduto, mas o viaduto sobre a favela.

Tal como ocorreu nos arredores da “cidade administrativa” e ao longo do eixo viário linha verde, as ações do programa Vila Viva promoveram considerável elevação do preço dos terrenos, processo que contribuiu para a saída e remoção de muitos moradores, o que, afinal, não é algo novo no nosso processo de urbanização. Para o caso de Belo Horizonte, talvez a novidade resida no fato de essas ações ocorrerem, simultaneamente, nas favelas localizadas na área central e na região norte de expansão da metrópole, o que coloca para muitos a “opção” de restabelecer sua moradia em localidades cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo em que é retirada dos moradores removidos a alternativa a que se referiu Flávia Mourão, quando afirmou que as “políticas” de ordenamento do território da capital imputavam à região norte da RMBH o custo dessa ordenação, “é aberta” para eles a “possibilidade” de se reinstalar em outras favelas da capital. Porém, estas também tendem a tornar-se moradias provisórias, visto que podem ser envolvidas em novas e futuras estratégias de revalorização⁵⁹. Assim, ao mesmo tempo em que se veem expulsos, os moradores removidos também têm limitadas as condições de se deslocar para a região norte, não apenas nos limites da metrópole, mas também para os municípios vizinhos, já que há indícios de readequação das Leis de Uso e

⁵⁸ O Aglomerado do Morro das Pedras não se encontra nas proximidades de eixos viários que estão sendo reestruturados. Contudo, as ações que estão sendo empregadas permitirão a constituição de mais uma rota de integração das avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo, o que pode se constituir em uma via alternativa de acesso a alguns bairros localizados na área sul de Belo Horizonte: “O sistema viário também será reestruturado com a urbanização de dezenas de becos e ruas e a implantação de via cortando a região do Aglomerado no sentido leste-oeste, fazendo a interligação das avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo”. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=26330&chPlc=26330 acessado em 05 de maio de 2010, às 16:15.

⁵⁹ A afirmação de que o que resta é a opção de esses moradores reocuparem áreas dentro de outras favelas deve-se ao fato de que o número de famílias removidas supera o de habitações construídas, e porque muitos moradores resistem à proposta de residir em habitações verticalizadas, o que, somado ao preço instituído para a indenização em dinheiro, que não ultrapassa R\$25.000,00, não permite muitas escolhas.

Ocupação do Solo – LUOS no sentido de dificultar a abertura de novos loteamentos populares, tais como os estabelecidos até os anos 1990.

Os eixos viários (re)estruturantes

Como condição estruturante do CAMG (condição essa que também envolve o programa de “urbanização” Vila Viva), foram ou serão reestruturados (entenda-se ampliados, seja pela duplicação ou extensão) importantes eixos viários da metrópole. É o caso da Avenida Cristiano Machado e da rodovia estadual MG 10, “transformadas” em “linha verde”, projeto umbilicalmente ligado à “cidade administrativa” e, a meu ver, indiretamente ao Vila Viva, do Aglomerado da Serra. É o caso da ampliação das avenidas Antônio Carlos e Pedro I, também ligadas ao CAMG, já que servirão como uma alternativa à linha verde como eixo de ligação ao novo Centro Administrativo.

A produção da linha verde ocorreu em três etapas, sendo a primeira o Boulevard Arrudas⁶⁰, no centro de Belo Horizonte; houve ainda intervenções na Avenida Cristiano Machado, via que integra o centro ao norte da capital e onde ocorreu o maior número de remoções; e a duplicação da rodovia estadual MG 10, que liga Belo Horizonte aos municípios localizados ao norte e o ao aeroporto internacional Tancredo Neves, localizado no município de Confins.

Ao longo da extensão da linha verde ocorreram sensíveis alterações no modo de vida então existente. Na Avenida Cristiano Machado foram removidos aproximadamente 933 domicílios, sendo que, destes, 849 eram habitações e 144 estabelecimentos comerciais, segundo dados do relatório final do projeto Pós-Morar. A MG 10 tornou-se uma via de trânsito rápido e intenso, tendo sua velocidade máxima alterada de 70 km/h para 110 km/h, o que contribuiu para redefinir significativamente os hábitos dos moradores do entorno. Ao longo de toda a Linha Verde ocorreu significativa elevação do preço dos imóveis, fazendo com que diversos comerciantes não mais atuassem ali.

Durante a execução desse eixo viário, por diversas vezes moradores tentaram se organizar, ora para se posicionar contra, ora para exigir melhores indenizações. Em todas

⁶⁰ Originalmente, o Boulevard Arrudas iniciava-se na Avenida dos Andradas, em frente à entrada do Parque Municipal. Recentemente, foi aprovada sua extensão até o trecho onde se localiza a Câmara Municipal, na junção da Avenida dos Andradas com a Avenida Mem de Sá. A abertura da Avenida do Cardoso, que corta o Aglomerado da Serra (parte integrante do programa Vila Viva), constituiu-se em outra opção de acesso a bairros situados na área sul da capital.

as manifestações, principalmente quando estas ameaçavam atrasar o cronograma de atividades, o Estado respondeu de maneira incisiva, impedindo qualquer possibilidade de negociação. Tal como ocorrido na fase de planejamento, o Estado não se abriu para dialogar com outros agentes do processo (quando apresentado, o projeto já estava definido nos aspectos centrais, restando poucas possibilidades de negociação), principalmente aqueles que seriam mais atingidos em seu cotidiano, reafirmando seu caráter autoritário, principalmente no que se refere à execução de empreendimentos de maior envergadura.

Assim, as consequências geradas por esse empreendimento vão além das indicadas pelo Estudo de Impacto Ambiental e pelo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) da linha verde. Penso que é necessário refletir sobre o impacto não apenas da linha verde, mas também dos demais empreendimentos que reestruturam a metrópole desestruturando o nível do vivido, no sentido de extrair deles as consequências, mapeáveis/sistematizáveis ou não, que deixam sobre a condição de cidadão e a autonomia política do indivíduo.

É nesse mesmo contexto que se insere a ampliação das avenidas Presidente Antônio Carlos e Pedro I. Tendo sido iniciada pelo município, a continuidade do empreendimento foi assumida pelo governo estadual como forma de evitar atraso no cronograma estabelecido, fato que, a meu ver, se relaciona com o tempo de rotação dos capitais imobilizados na forma de capital fixo. Possivelmente, o atraso no cronograma desses empreendimentos pode significar a desvalorização dos investimentos pela subutilização da infraestrutura produzida. Portanto, é importante considerar a escolha de Belo Horizonte como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol em 2014, podendo ser o evento um momento catalisador para acelerar o tempo de circulação desses capitais. De fato, é em função desse evento que algumas peças jurídicas específicas foram produzidas, como a que criou condições especiais para os capitalistas que investirem na rede hoteleira de Belo Horizonte e em sua região metropolitana. Por meio desse instrumento, têm sido produzidos diversos hotéis em diferentes pontos da capital, já que no bojo da condição de exceção e sob o argumento do número de quartos de hotel insuficiente, o Estado direcionou subsídios relevantes para os capitais que se deslocarem para esse setor.

E, finalmente, ainda em fase de discussão, outro empreendimento que completa o quadro atual de reestruturação da metrópole, no sentido de ampliar as possibilidades de reprodução do capital, é a construção do que vem sendo denominado de “Anel Metropolitano”⁶¹, que, se produzido, integrará a região oeste industrial da região metropolitana ao aeroporto internacional Tancredo Neves. Além e também em função desse eixo viário, o Distrito Industrial de Confins, o centro aerotecnológico de Lagoa Santa e o aeroporto de cargas em Confins que, de acordo com o planejamento do governo estadual, deverá transformar-se em um dos principais aeroportos nacionais de cargas, tornando-se importante eixo de escoamento da produção da região industrial⁶².

É a partir da consideração do potencial desses empreendimentos de reestruturação da metrópole que entendo ser necessário considerá-los na condição de fragmentos que são, mas situando-os em um quadro conceitual mais amplo, que nos possibilite compreendê-los como inscritos no processo mais geral que integram, superando, assim, essa fragmentação.

Porém, impõe-se o questionamento de como escapar das “lentes filosóficas” nas quais a “reestruturação espacial aparece como muitos processos separados, em escalas separadas, com muitas causas e explicações separadas”⁶³. É em busca dessa resposta que enveredo pela reflexão sobre qual é a potência da Geografia diante das possibilidades e limites de sua condição de ciência parcelar. Na medida em que foge ao escopo desta pesquisa, essa

⁶¹ A construção desse eixo viário vem sendo discutida como uma necessidade para o crescimento econômico de Belo Horizonte. Em fórum realizado em 2009 pela Fundação Dom Cabral – FDC e Fundação João Pinheiro – FJP, segundo reportagem, o vice-prefeito Roberto Carvalho afirmou que “Belo Horizonte é hoje um entroncamento nacional, o que gera muitas possibilidades e oportunidades. ‘Temos que construir o novo Anel Metropolitano, refazer vários viadutos e construir 11 trincheiras, e os investimentos para isso são de R\$ 30 milhões.’ Carvalho informou que com a construção do rodoanel norte haverá diminuição de 22% do trânsito no atual anel e o rodoanel sul restringirá essa carga em 30%, reduzindo também o gargalo em que o entroncamento da região se transformou. “O rodoanel é prioridade do governo federal e só não foi licitado por impedimentos de cunho ambiental.” Carvalho disse que as obras estruturantes do anel norte e sul vão tirar 50% da demanda do anel atual, ou 50 mil veículos/dia. “Essas obras vão permitir o planejamento da RMBH para que ela tenha competitividade como outras”. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/index.php/banco-de-noticias/35-fjp-na-midia/465>, acessado em 05 de maio de 2010, às 18h10min.

⁶² Embora as classes dirigentes quase sempre estejam em perfeita sintonia com os interesses das classes dominantes, às vezes os interesses de ambas são divergentes, ao menos para alguns segmentos dessas classes. É o que acontece na atualidade com o embate entre o governo de Minas Gerais e as companhias de tráfego aéreo. Para o Estado, é fundamental para o êxito da reestruturação planejada que os voos nacionais continuem no aeroporto de Confins. Contudo, as companhias aéreas entendem que o retorno desses voos para o aeroporto da Pampulha, mais central, favoreceria suas economias de escalas. Assim, há dois anos que estas vêm pressionando a Agência Nacional de Controle aéreo – ANAC para que se decrete o retorno dos voos para o aeroporto Guimarães Rosa (Pampulha), disputa que, embora tenda para o governo do Estado, encontra-se em aberto.

⁶³ SMITH, N. O desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. P. 15.

reflexão não se refere a fazer ciência ou às possibilidades e limites do pensamento científico que nos é contemporâneo. A questão sobre a qual me debruço e à qual me limito é a que se refere à potência da Geografia no contexto do fazer científico moderno. Assim, ao considerá-lo, o faço no sentido de construir as condições teórico-metodológicas para analisar o particular (com suas especificidades) na totalidade que ele integra.

A potência da Geografia diante dos limites (e possibilidades) do fazer científico moderno: reflexões (e questionamentos) acerca do método e da metodologia

Diante da opção metodológica de partir do fragmento, do particular que não tem a força e as possibilidades inscritas no nível mais elementar, entendo que um dos principais riscos é o de perder-me em uma pesquisa competente, que embora traga uma análise útil e especializada, não vá além dessa condição. Não seria mais alentador se estivesse orientada para apontar melhorias nesses projetos que favorecessem as classes sociais dominadas. Penso que, nessa condição, apontar-se-ia apenas para a diluição das contradições, ao mesmo tempo em que, também, diluir-se-iam as possibilidades mais efetivas de superação⁶⁴.

Tal situação seria a negação do que se pretende: caminhar para uma crítica à reprodução social do espaço subordinada ao capital, visto que, como afirmou Alain Bhir, “diante da crise ecológica, social, econômica, política e simbólica que indica a catástrofe do capitalismo contemporâneo (...) faz necessário prosseguir e aprofundar na crítica ao capitalismo que, essencial, faltou no curso das duas últimas décadas”⁶⁵.

De fato, os limites apontados por Alain Bhir acerca da crítica realizada devem-se, em grande parte, ao fato de muitos pesquisadores fazerem um “recorte-montagem, atribuindo-se uma parcela de um ‘campo’ que procura cercar”, o que consiste em uma

⁶⁴ Essa questão situa-se, a meu ver, no bojo do que ficou conhecido, inclusive nas/pelas pesquisas teóricas e ações práticas de alguns pesquisadores, como movimentos sociais urbanos. O nexos que pretendo destacar vincula-se às questões acerca do porquê das análises científicas que, embora tenham considerado esses movimentos como revolucionários, os compreenderam como movimentos reivindicativos nos quadros internos da reprodução capitalista e, como consequência dessa inscrição, como as reivindicações/orientações desses movimentos estão na base dos ajustes do escopo jurídico e do ordenamento legal pro e imposto ao espaço diante das novas contradições advindas do processo de reprodução social, principalmente aqueles presentes no fenômeno urbano.

⁶⁵ BHIR, A. La reproduction du capital. Prolemènes à une théorie générale du capitalisme. Lausanne: Editions Page deux, 2001. Tradução livre da autora.

“operação de apropriação privativa muito grosseira, sempre suspeita, ainda que usual e considerada legítima, pois a propriedade privada se estende às idéias e ao saber”⁶⁶.

Além desse aspecto, a crítica feita por Alain Bihl abarca o estabelecimento do saber científico como aquele que supostamente alcança a compreensão da realidade e suas contradições. Todavia, nessa perspectiva, o conhecimento torna-se tão ideológico quanto o saber teológico contra o qual se estabeleceu, na medida em que alcança e atravessa as tramas mais finas da reprodução social diante da credibilidade do saber científico ou da crença neste. Refletindo sobre a ideologia, seu poder e seu alcance, Marilena Chauí afirma que

por mais absurdo que pareça, é nesse instante em que a cientificidade tem o direito de explicação sobre todo o real, em que a nossa confiança sobre a explicação científica tornou-se total, em que a ciência aparece divulgada nas enciclopédias, nas bancas de jornal, nos debates de televisão, em qualquer escrito que circule em qualquer parte, em nossas aulas, em nossos cursos, em nossos artigos, em nossos ensaios, em nossas discussões – é nesse instante, quando confiamos cegamente na idéia de que existe uma transparência da realidade e que essa transparência emerge desde que a objetividade seja construída, quando a ciência tem a última palavra, ela se torna o lugar privilegiado da ideologia no mundo contemporâneo. Esse privilégio advém, sobretudo, porque o que ela possui é a crença (que partilhamos com ela e graças a ela) de que o real é racional e transparente, faltando apenas aprimorar os procedimentos científicos, melhorar as metodologias, melhorar o aparelhamento tecnológico, para que se chegue a essa racionalidade total que é a própria realidade⁶⁷.

Para que fosse possível a construção desse quadro conceitual e diante do risco anteriormente apresentado e assumido, o desafio foi encontrar o caminho, o fio que conduzisse a uma reflexão que, para além dos marcos conceituais do capitalismo, fosse capaz de abarcar as relações e processos que compõem a *totalidade* do fenômeno urbano (sua aparência e essência, seu movimento) – que, no limite, é a forma predominantemente assumida pelo processo da reprodução social do espaço – para que, assim, fosse possível compreender “o papel da urbanização na mudança social, especialmente sob as condições das relações sociais capitalistas e de acumulação capitalista”⁶⁸.

A partir do anteriormente exposto, considerei como método analítico para o desenvolvimento desta pesquisa a *razão dialética*, visto que ela “não existe fora da realidade e tampouco concebe a realidade fora de si mesma”⁶⁹. A perspectiva foi a de

⁶⁶ LEFEBVRE, H. Espaço e política. Obra citada. P. 17.

⁶⁷ CHAUI, M. Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. Pág. 32.

⁶⁸ HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. Obra citada. Pág. 165.

⁶⁹ KOSIK, K. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. Pág. 97.

buscar superar uma análise que “parte do simples para o complexo”, para alcançar uma reflexão que parta do fenômeno para a essência, “cuja razoabilidade da razão consiste em pressupor e prever a negatividade histórica e em saber, portanto, por si mesma, que é sua tarefa propor e resolver contrastes”⁷⁰.

Embora a adoção da razão dialética como método possa tornar o caminho mais seguro, é necessário reconhecer que este é bastante árduo, principalmente diante do aprofundamento nos últimos séculos de uma razão cuja “limitação histórica consiste no fato de negar a negatividade”⁷¹ e que atravessa e alcança a reprodução social em seu nível mais elementar. Nesse sentido, além de reconhecer os limites e a insuficiência do conhecimento parcelar no qual nos formamos, é necessário avançar deixando para trás boa parte das “chaves” e categorias explicativas que anteparam nossa reflexão e que acreditávamos que, se bem aplicadas, supostamente nos levariam ao verdadeiro entendimento “do real”, mas que, no entanto, somente nos levam ao mundo da *pseudoconcreticidade*, ou seja, ao “complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural”⁷².

Indubitavelmente, diversos pensadores buscam a superação dos limites da ciência moderna, apontando para possibilidades que vão além da forma e conteúdo desse saber científico. Entretanto, nem todos os esforços são de superação desses limites, sendo que muitos estudos apontam para o seu aperfeiçoamento. Crença ilusória que, conforme nos alertou Marilena Chauí, supostamente permitiria chegar à racionalidade total, à própria realidade. É nesse sentido que entendo um discurso bastante recorrente, embora não consensual, dentro das perspectivas que se pretendem inovadoras no fazer científico moderno através do rompimento ou “mobilidade das fronteiras” do saber disciplinar (como a Geografia, a História, a Química etc.). Supostamente, essa prática permitiria melhor analisar e romper os *limites*⁷³ disciplinares e, com eles, as barreiras erguidas em

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem, pág. 11.

⁷³ Porém, essa possibilidade não se configura senão como uma condição aparente, na medida em que a ciência moderna tem como fundamento o estabelecimento de limites e a disciplinarização. Assim, ela separou do mundo aquele que seria o seu campo de atuação, o conhecimento do mundo concreto; estabeleceu sua linguagem, a matemática, já que real seria tudo aquilo que poderia ser matematicamente comprovado. Limite que é, fundamentalmente, estabelecimento e exercício de poder, pois, definido nesses

torno de cada campo científico e assim arejar e renovar o cabedal teórico-metodológico-epistemológico. De fato, são inúmeras as publicações científicas que defendem a adoção de uma perspectiva analítica que seja *multi, inter e/ou transdisciplinar*, sob o argumento de que a adoção dessa prática analítica propiciaria o diálogo perfeito entre a parte e o todo, entre a particularidade e a totalidade.

No entanto, entendo ser necessário questionar se esse não é um daqueles momentos em que, acreditando superar as barreiras disciplinares, não estariam sendo erguidas outras novas e mais resistentes, pela suposta construção de um diálogo alcançado pelo consenso; se não seria essa uma forma de compreender o limite como sua própria solução, fornecendo um paliativo que distensione a contradição gritante da ciência parcelar para, assim, “renová-la”. Essa prática não levaria, então, ao risco sobre o qual alertou Alain Bihir de diluir o particular na totalidade⁷⁴?

Henri Lefebvre, refletindo sobre essa tendência nas pesquisas sobre fenômeno urbano, indaga se alguém “pode ignorar as decepções e malogros proporcionados pelas reuniões ditas ‘inter’ ou ‘pluridisciplinares’”⁷⁵. Para o caso estudado, o questionamento dos limites desse discurso torna-se relevante na medida em que

o fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada. [Portanto, não pode ser objeto]. Mesmo considerando-se como princípio metodológico que nenhuma ciência renuncia a si própria, mas que, ao contrário, cada especialidade deve levar a utilização de seus próprios recursos até o limite para atingir o fenômeno global, nenhuma dessas ciências pode pretender esgotá-lo. Nem governá-lo⁷⁶.

Assim, entendo que, ainda que sob uma perspectiva inter, pluri, multi ou transdisciplinar, a ciência moderna não abandona seu fundamento de redução do fenômeno à sua mínima parte, recortando a realidade e tornando-a objeto deste ou daquele campo científico. Porém, ao efetuar esse processo, o que ocorre é a objetualização da reprodução social, do sujeito e de sua prática.

termos, marginalizou outros saberes, sendo este um dos argumentos justificadores da dominação e da exploração. A suposta superação dos limites, ou a “mobilidade das fronteiras” do conhecimento disciplinar, constitui-se apenas em readequação e reafirmação em outros termos do princípio fundamental excludente.

⁷⁴ BHIR, A. La reproduction du capital: prolégomènes à une générale du capitalisme. Tome I. Lausanne: Editions Page Deux, 2001. p. 15-27.

⁷⁵ LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. pág. 58.

⁷⁶ IBIDEM. PÁG. 57.

Desde Descartes⁷⁷, sabemos que o bom cientista deve conhecer bem o seu objeto, decompondo-o de forma a compreender suas leis e assim dominá-lo. Entretanto, esse processo não ocorre isento de consequências: ao tomar o sujeito e a prática social como objetos, a ciência que simplifica pela redução à mínima parte (o que significa que não é toda a ciência), que no discurso elimina (porque ignora) a contradição, torna-se efetivamente uma força produtiva fundamental para a dominação e a subordinação do sujeito aos circuitos de reprodução do capital. Processo que exige de nós, ainda que em linhas gerais, a consideração da formação da ciência moderna.

A formação da ciência moderna

Independentemente de seu início preciso, é possível afirmar que a ciência moderna se consolidou no percurso de alguns séculos em um processo lento, mas vigoroso, que deslocou a Igreja e o cristianismo do papel central do desvendamento dos mistérios do mundo⁷⁸.

Segundo Hannah Arendt, esse processo teve início quando Galileu Galilei inventou o telescópio, o que, ao lado da descoberta da América e da Reforma, constituiu-se em um dos três grandes eventos que marcaram o limiar da Era Moderna, ainda que os “nomes ligados a esses eventos ainda pertencessem à era pré-moderna”⁷⁹. Para a autora, a importância da invenção do telescópio deve-se ao fato de este possibilitar “o primeiro passo experimental do homem na direção da descoberta do universo”⁸⁰, o que significou a *alienação externa do mundo*, e, ao mesmo tempo, um golpe mortal no poder central da Igreja.

Embora os efeitos de tal invenção somente tenham se materializado no decorrer dos séculos seguintes, o poder religioso já pressentia o risco desta para a reprodução social na Idade Média, que ocorria sob seu controle insidioso. Segundo Hannah Arendt, foi esse o

⁷⁷ DESCARTES, R. Discurso do método. Regras para a direção do espírito. São Paulo: Martin Claret, 2001.

⁷⁸ Diversos autores dedicaram-se ao estudo desse processo que, indubitavelmente, é fundamental para a compreensão da reprodução social. Dentre eles, destaco as reflexões desenvolvidas por John Bellamy Foster em “A ecologia de Marx”, e Hannah Arendt, em “A condição humana”. O objetivo de Foster, explícito no subtítulo da obra, é compreender a relação entre materialismo e natureza. No desenvolvimento de seu trabalho, especialmente nos capítulos 1 e 2, o autor aponta a disputa travada entre o cristianismo e a razão científica moderna em busca do domínio dos mistérios do mundo, batalha travada por mais de dois séculos, até que a ciência deslocasse a Igreja de seu papel central. Hannah Arendt, no capítulo 6 de sua obra, também considera esse processo ao refletir sobre a condição humana, e aponta a gênese dessa batalha no momento em que Galileu Galilei inventa o telescópio e desloca o ponto arquimediano para uma condição extraterrena, situando-o no espaço sideral. Sobre isso, ver: ARENDT, Hannah. A condição Humana, obra citada; e FOSTER, John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Obra citada.

⁷⁹ ARENDT, H. A condição humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. Pág. 260.

⁸⁰ Ibidem. Pág. 262.

motivo da perseguição religiosa imposta a Galileu Galilei, já que o telescópio permitiu que o homem comprovasse sua condição universal, para além de sua condição terrena.

A grande ameaça associada ao artefato foi a comprovação das especulações de Epicuro⁸¹, “origem comum do materialismo de Bacon e Marx e até do de Darwin”⁸², e que foi, para Hegel, “o inventor da ciência natural empírica”⁸³. Nesse sentido, uma das ameaças para a Igreja e seu poder residia na filosofia materialista epicurista que, embora tenha sido praticamente dizimada durante a Idade Média pela destruição de seus escritos, quando considerada era desqualificada como meramente especulativa.

Segundo John Bellamy Foster,

a filosofia de Epicuro “era um sistema lógico extremamente coeso e, uma vez estabelecidos alguns pressupostos iniciais, a maior parte do resto parecia seguir-se principalmente por dedução. Entre as deduções mais importantes *estavam as noções de espaço ilimitado (inclusive mundos em número infinito) e tempo infinito*. Epicuro também se referia à extinção de espécies e desenvolvimento humano a partir de origens animais. A sua filosofia materialista parecia antecipar-se em grau impressionante às descobertas da ciência, e de fato foi extremamente influente entre muitos dos principais cientistas da revolução científica do século XVII e do Iluminismo. (...) O materialismo de Epicuro implicava a expulsão do poder divino – de todos os princípios teleológicos – da natureza⁸⁴.

Embora não negasse uma existência divina, Epicuro a relegava a uma condição secundária, situando-a nos espaços de interseção dos mundos. Para o filósofo, a “vida nascia da terra, em vez de descer dos céus (ou resultar da criação pelos deuses)”⁸⁵.

Quando a invenção de Galileu Galilei permitiu que o homem, a partir da Terra, observasse além dela e comprovasse a existência de outros mundos, aquilo que a Igreja tentou apagar pela destruição da obra de Epicuro, e que até então fora tratado como especulação

⁸¹ Tais como esta: “Deus, ou quer impedir os males e não pode, ou pode e não quer, ou não quer e nem pode. Se quer e não pode, é impotente: o que é impossível em Deus. Se pode e não quer, é invejoso: o que do mesmo modo, é contrário a Deus. Se nem quer e nem pode, é invejoso e impotente: portanto, nem sequer é Deus. Se pode e quer, o que é a única coisa compatível com Deus, donde provém então a existência dos males? Por que razão é que não os impede?”. EPICURO. Pensamentos. São Paulo: Martin Claret, 2008, pág. 115. Ou ainda: “O universo é infinito. Pois aquilo que é limitado possui um extremo, mas um extremo só pode ser percebido comparando-o com algo de diferente. (...) Já que o universo não possui extremo, também não possui limite, e já que não possui limite, deverá ser ilimitado e infinito. (...) Mas ainda existe um número infinito de mundos semelhantes ao nosso e outros que são diferentes dele; pois também os átomos são (...) infinitos em número e impelidos a distâncias longínquas. Esses átomos, dos quais pode originar-se um mundo, ou dos quais pode formar-se um mundo, nunca são consumidos, nem para um mundo só, nem para um número limitado de mundos, nem para aqueles que são semelhantes, nem para aqueles que são diferentes. Nada, pois, impede o número imenso, infinito, dos mundos”. (EPICURO, 2008, pág. 49-50)

⁸² FOSTER, J. B. A ecologia de Marx. Materialismo e natureza. São Paulo: Editora Boitempo, 2005. pág. 11.

⁸³ Ibidem. Pág. 15

⁸⁴ Ibidem. Pág. 58.

⁸⁵ Ibidem. Pág. 63

sem fundamento, foi retomado pelo movimento de constituição da ciência moderna já existente, que buscou comprovar tais deduções. Todavia, isso foi feito dividindo-se a ciência em diversos campos, o que caracterizaria o método do fazer científico moderno, reduzindo, assim, a filosofia epicurista.

Hannah Arendt, ao analisar as consequências da localização do “ponto de vista arquimediano” fora da Terra, afirmou que

desde o dia em que a criança nasceu na manjedoura, nenhuma outra coisa tão importante havia ocorrido com tão pouco alarde'. (...) O nascimento na manjedoura, longe de significar o fim da antiguidade, significou o começo de algo tão inesperado e imprevisivelmente novo que nem a esperança nem o temor o teria previsto; e aquelas primeiras espreitadas tímidas em direção do universo, através de um instrumento ao mesmo tempo ajustado aos sentidos humanos e destinado a revelar aquilo que ficará definitiva e eternamente longe de seu alcance, estabeleceram as condições de um mundo inteiramente novo e determinaram o curso de outros eventos que, com muito maior alarde, iriam dar início à era moderna⁸⁶.

Eis o fundamento da alienação do mundo.

Por sua vez, a Reforma foi um “evento inteiramente diferente, [que] terminou por nos colocar ante um fenômeno semelhante de alienação”, o qual “Max Weber identificou sob o nome de ‘ascetismo do mundo interior’ como a mais recôndita fonte da nova mentalidade capitalista (...)”⁸⁷. Dessa forma, estabeleceu-se a “alienação na direção de um mundo interior” que “está igualmente presente, embora em nível inteiramente diverso, na expropriação das classes camponesas, consequência imprevista da expropriação dos bens da Igreja (...) fator isolado mais importante no colapso do sistema feudal”⁸⁸.

O deslocamento do poder religioso sobre a organização do mundo foi fundamento para a constituição da moderna sociedade capitalista, que teve na exploração do camponês expropriado condição para sua reprodução. Nesse sentido, é questionável a visão arendtiana da expropriação camponesa como condição imprevista. Embora a substituição da ideologia da

⁸⁶ ARENDT, H. A condição Humana. Obra citada. pág. 269-70

⁸⁷ Ibidem. Pág. 263.

⁸⁸ Ibidem. Pág. 263-64. Embora Hannah Arendt desenvolva reflexão de fundamental importância para compreender o declínio do sistema feudal e o deslocamento do poder da Igreja como poder central, há um equívoco quando a autora afirma que a expropriação das classes camponesas foi uma consequência imprevista. A partir de estudos como os desenvolvidos por Marx e mesmo pelo autor citado, Max Weber, é notório que a expropriação dos bens da Igreja foi um dos fundamentos para a reprodução do capitalismo, conforme a própria autora afirma. Por sua vez, a transformação do camponês em trabalhador livre foi condição essencial para esse processo, o que somente seria possível pela sua retirada plena de reproduzir-se sob essa condição, o que, adiante, a autora reconhece, ao afirmar que “a expropriação, o fato de que certos grupos foram despojados de seu lugar no mundo e expostos, de mãos vazias, às conjunturas da vida, criou o original acúmulo de riqueza e a possibilidade de transformar essa riqueza em capital através do trabalho. (pág. 267)

Igreja pela do capital tenha sido o fundamental, esse fato não pode ser reduzido à condição de imprevisibilidade. Contudo, como também ressalta Hannah Arendt, a

moderna perda da fé não é de origem religiosa (...) e seu alcance não se limita de modo algum à esfera religiosa. Além do mais, mesmo que admitíssemos que a era moderna teve início com um súbito e inexplicável eclipse da transcendência, da crença de uma vida após a morte, isso não significaria absolutamente que esta perda houvesse lançado o homem de volta ao mundo. Ao contrário, a história demonstra que os homens modernos não foram arremessados de volta a este mundo, mas para dentro de si mesmos. Uma das mais persistentes tendências da filosofia moderna desde Descartes, e talvez a mais original contribuição moderna à filosofia, tem sido uma preocupação exclusiva com o ego, em oposição à alma ou à pessoa, ou ao homem em geral, uma tentativa de reduzir todas as experiências, com o mundo e com os outros seres humanos, à experiência entre o homem e si mesmo⁸⁹.

Esse é um processo que, sem dúvida, produz o “homem do capital”. No entanto, não foi só isso. De fato, tal processo atravessou toda a reprodução social e, no seu curso, alcançou as tramas mais finas da vida cotidiana, e, ainda que avassalador, e que tenha possibilitado a superação de antigas carências (possibilidade que, entretanto, não se materializa para todos), também produziu novas necessidades, ao mesmo tempo em que operou com a manipulação dos desejos. Isso, no limite, viabilizou a reprodução ampliada do valor por meio da produção de valores de uso, que se tornaram suporte para a realização do valor de troca das mercadorias produzidas.

Henri Lefebvre, ao refletir sobre a ação insidiosa do capital na vida cotidiana, capturando-a e inscrevendo-a em seus circuitos de reprodução, explicita o papel da publicidade na construção de necessidades e na manipulação dos desejos como forma de reprodução. Segundo ele,

enquanto forma, a mercadoria tem uma *lógica*. Sendo produto do trabalho, ela produz encadeamentos, atos inteligentemente ligados. Ela é ao mesmo tempo coisa social e mental. Essa forma se apodera também da linguagem que existe antes dela. Ela molda essa linguagem à sua maneira. Ela constituiria mais que uma simples linguagem de conotações (embora um determinado grupo, como o grupo dos comerciantes, possa possuir semelhante sistema semiótico). Não sem algumas resistências enfiadas e talvez irredutíveis, do lado do passado e das nostalgias, como do lado das possibilidades revolucionárias, a mercadoria tende a constituir um ‘mundo’ (ou se se preferir, um ‘sistema’ que tem o seu nome: o capitalismo), mas nunca o constitui completamente. A publicidade? Ela descreve, de modo a excitar o comprador ao ato da compra, os objetos destinados a um determinado uso e dotados de um valor de troca, como cotação no mercado. (...) na segunda metade do século XX, na Europa e na França, *nada* (um objeto, um indivíduo, um grupo social) *vale*, a não ser através da sua duplicata: a imagem publicitária que o aureola. Essa imagem *duplica* não apenas a materialidade sensível do objeto, mas o desejo, o prazer. Ao mesmo tempo, ela torna fictícios o desejo e o prazer, situa-

⁸⁹ Ibidem. Pág. 265-266

os no imaginário. É ela que traz 'felicidade', isto é, satisfação ao estado de consumidor⁹⁰.

Assim, a alienação do mundo, desencadeada pela invenção de Galileu Galilei, não revolucionou apenas a reflexão acerca dos mistérios do mundo. Na medida em que a ciência moderna foi subordinada pelo capital ao seu processo de reprodução, ela também se tornou fundamento da reprodução do capital. Todavia,

(...) a liberação da força de trabalho como processo natural não se restringiu a certas classes da sociedade, e a apropriação não terminou com a satisfação das necessidades e desejos; o acúmulo de capital, portanto, não levou à estagnação (...), mas infiltrou-se por toda a sociedade e deu início a um fluxo constantemente crescente de riqueza. Mas este processo, que é realmente o 'processo vital da sociedade' como o chamava Marx, e cuja capacidade de produzir riqueza só pode ser comparada à fertilidade dos processos naturais (...), permanece ligado ao princípio de alienação do mundo do qual resultou; o processo só pode continuar se a durabilidade mundana e a estabilidade não interferirem, e se todas as coisas mundanas, todos os produtos finais do processo de produção o [realimentarem] a uma velocidade cada vez maior. Em outras palavras, o processo de acúmulo de riqueza, tal como o conhecemos, estimulado pelo processo vital e, por sua vez, estimulando a vida humana, é possível somente se o mundo e a própria mundanidade do homem forem sacrificados⁹¹.

Se a Igreja fundamentou seu domínio sobre a fé divina, a ciência moderna fundamentou-o na busca das leis naturais que, supostamente, seriam capazes de explicar todo e qualquer fenômeno. Como crença correspondente, exigiu que se acreditasse nos eventos que pudessem ser cientificamente demonstrados, separando-se, assim, o campo religioso do científico. Ao primeiro caberia, então, o reino do espírito, e ao segundo, o "mundo real".

Diante da necessidade da demonstração e do encontro das leis naturais dever-se-ia sempre isolar o fenômeno, fragmentá-lo em suas partes mais elementares, observá-lo, descrevê-lo, descobrir seu padrão e assim desvendar os mecanismos de seu funcionamento, além de isolá-lo das relações em que estivesse inserido: quanto mais fosse possível isolá-lo dos fatores que lhe fossem exteriores, maiores seriam as possibilidades de entendimento de seu funcionamento e menor a probabilidade de erro. À proporção que esse procedimento fosse reproduzido, mais se descobriria sobre os mistérios do funcionamento dos fenômenos naturais.

Se a ciência moderna em sua gênese foi influenciada pela filosofia epicurista, em sua reprodução afastou-se dela, até que se perdesse (quase) completamente sua premissa de totalidade. E, nesse processo, quase que como o saber teológico, a ciência tornou-se detentora do conhecimento do real, condição que encontra ampla correspondência social, o

⁹⁰ LEFEBVRE, H. Vida Cotidiana e mundo moderno. São Paulo: Ática. 1991. Pág. 115.

⁹¹ ARENDT, H. A condição humana. Obra citada. Pág. 267-268.

que pode ser facilmente percebido pela recorrência do uso da expressão “isso foi cientificamente demonstrado”⁹².

Embora o declínio do saber teológico e a ascensão do saber científico moderno remontem a um processo cuja origem localiza-se no século XVII, foi no século XIX que ele se consolidou. Não por acaso, também se localizam nesse século importantes questões para o entendimento desse modo bastante particular de reprodução social que é o capitalismo, o que torna relevante sua consideração.

Todavia, não se trata de um retorno às origens. Se assim o fosse, partiria de um equívoco, já que o capitalismo antecedeu em muito o século XIX. Menos ainda busco o desvendamento de seus mecanismos, condição absolutamente desnecessária diante da magnitude dos estudos deixados por pensadores como Marx. Assim, o retorno a pensadores que refletiram sobre esse processo torna-se fundamental não apenas porque consideraram essas contradições, mas porque as formularam em um momento em que a fragmentação do conhecimento não era algo natural. É nesse sentido que adoto como procedimento metodológico inicial o retorno aos clássicos que não são, necessariamente, os autores que viveram e deixaram obras relativas ao século XIX, mas pensadores que não se renderam à perspectiva fragmentada que caracteriza a ciência moderna.

Também é necessário dizer que não me eximo de recorrer aos resultados e mesmo às análises resultantes do fazer científico moderno. Inicialmente, por reconhecer que, mesmo fragmentada, a ciência moderna trouxe avanços significativos para a reprodução social. Negar esse fato é negar as contradições e o próprio processo histórico do qual resultaram e no qual o capitalismo emergiu como elemento centralizador da reprodução social. E também porque é possível apreender elementos importantes da reprodução social capitalista, já que a ciência moderna constitui-se na atualidade (ainda que não se reduza a essa condição) como mais uma força produtiva do capital. E, finalmente, porque nesses estudos é possível encontrar indícios importantes para a composição da crítica que aqui se pretende desenvolver não apenas pelo que considera, mas também pelo que aparece como lacunas.

Assim, é importante considerar que, ao longo da reprodução da ciência moderna, foram registrados consideráveis avanços em seus diversos “campos”. De fato, foram desenvolvidas técnicas que responderam satisfatoriamente a problemas antigos, assim como

⁹² Fato que não se restringe ao chamado senso comum, mas que, ao contrário, atravessa o nível do senso comum da vida cotidiana, em que as pessoas devem orientar-se pelo conhecimento (que assume a condição de poder) advindo do saber científico. Não raro, é pelos estudos científicos que ficamos sabendo que a gordura do porco faz mal, ao mesmo tempo em que nada é dito sobre o óleo de soja, elemento importante na reprodução do complexo agroindustrial.

foram desenvolvidas outras em resposta aos problemas decorrentes desse modo de produção. No entanto, em nome da neutralidade científica, a ciência, na condição de força produtiva, constituiu-se também em fundamento de reprodução dessas contradições.

Talvez o elemento mais significativo desse processo não seja a explicitação da imensa capacidade humana de domínio de técnicas que podem chegar à capacidade de reprodução de biomas, mas o fato de todo esse imenso conhecimento se dar e permanecer sistêmico e, nessa condição, não se alimentar (mas se retroalimentar) do *possível-impossível* que se inscreve no devir histórico.

Portanto, embora impressione, o conhecimento científico ficou aquém da promessa de efetivação do projeto de emancipação humana plena em relação ao que escraviza, explora ou aliena o sujeito social. Isso porque, ao mesmo tempo em que permite à sociedade o domínio das condições que lhe possibilitariam o salto qualitativo para se apropriar dos limites de sua natureza, retira-lhe tal possibilidade. Não porque não indique o caminho dessa apropriação, mas porque o caminho apresentado é único e leva em direção a um novo domínio, o da reprodução e acumulação da riqueza como fim si mesma.

Mas, como hipótese, seria possível que a ciência moderna levasse para/por caminhos diferentes? Penso que essa questão deve ser respondida considerando-se que os caminhos encontrados pela ciência moderna estão irremediavelmente inscritos nos limites e nos termos da sociedade burguesa. Nessa condição, a fragmentação dos saberes em diversos campos científicos (como a Geografia) torna-se a expressão da necessidade da sociedade capitalista de dividir o trabalho e, nesse sentido, configura-se como a extensão dessa divisão ao chamado “trabalho intelectual”.

Foi em decorrência da divisão do trabalho, e como forma de facilitá-lo e torná-lo viável, que cada um dos campos científicos elegeu “seu objeto” e suas categorias de análise, seu método e sua metodologia, e empreendeu análises competentes que se acumularam, revelando, mas também ocultando, contradições importantes daquilo que se acredita ter o domínio. Condição da qual a Geografia não escapou.

A geografia brasileira

Na Geografia também se fez um grande esforço para a delimitação de *seu campo científico*, com o intuito de cultivá-lo, nos termos de Henri Lefebvre⁹³. O objetivo: alcançar de “seus pares” o reconhecimento como ciência, diante dos questionamentos acerca da

⁹³ LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Obra citada.

cientificidade ou não do fazer geográfico, contexto no qual chegou ao país como disciplina acadêmica.

No Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, a reprodução social dominada pelas oligarquias agrárias já dava sinais claros de esgotamento, processo acelerado pela crise econômica mundial de 1929. O declínio econômico dessa oligarquia levou também ao seu declínio político, abrindo condições para o estabelecimento do domínio político-econômico do grupo ascendente, que tinha como centro de acumulação a atividade industrial. Por sua vez, a industrialização, que exige a concentração espacial das condições de que necessita para sua reprodução, impôs a urbanização como nova forma e conteúdo da reprodução social.

Entre os limites que se colocavam para o projeto urbano-industrial brasileiro, encontravam-se as dimensões e a diversidade regional do país, potencialmente positivas, mas que, contudo, permaneciam apenas potenciais, pois não se conhecia o território. Foi nesse contexto que o Estado aprofundou os estudos sobre o território brasileiro, como forma de alcançar um conhecimento detalhado para a melhor exploração das riquezas existentes. Outro aspecto, já bastante conhecido e que também se transformou em preocupação do Estado, foi a ausência de uma identidade nacional, limitada pelas diversidades regionais. Os desafios que se colocavam para o Estado brasileiro (em grande medida semelhantes aos processos ocorridos na França, que contribuíram decisivamente para moldar a geografia francesa) contribuíram também para a influência da geografia francesa na geografia brasileira⁹⁴.

Entre as principais características desses estudos, encontram-se as monografias produzidas pela geografia brasileira⁹⁵, que deixaram importantes descrições e registros de um momento bastante particular da produção do espaço. De fato, como afirmou Maurício Abreu, referindo-se à cidade, os conhecimentos propiciados pela “geografia tradicional [foram] bastante [extensos] (...) e isso se aplica tanto à quantidade de trabalhos realizados quanto à qualidade de uma parcela considerável desses”⁹⁶.

Contudo, embora considerável, essa produção não foi capaz de servir como orientação para os geógrafos diante das contradições da reprodução social que colocava novos questionamentos para a ciência e diante dos quais a Geografia reconheceu seus limites, principalmente advindos do campo teórico. De fato, “tal como ocorreu nas demais disciplinas,

⁹⁴ Sobre esse processo, ver: LENCIONI, S. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003.

⁹⁵ Sobre a produção da geografia brasileira, ver o minucioso trabalho de Maurício de Almeida Abreu sobre a implantação da Geografia como disciplina acadêmica ao final da década de 1980. In: ABREU, M. A. *O estudo geográfico da cidade no Brasil*. In: CARLOS, A. F. A. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

⁹⁶ *Ibidem*. Pág. 233.

a crise que se abateu sobre o conhecimento existente sobre cidade na década de [19]70 também atingiu a geografia”. Por sua vez, os geógrafos⁹⁷ buscaram os motivos da não compreensão dessa crise na insuficiência de um arcabouço teórico geográfico, na medida em que reconheciam “a ausência de um pensamento teórico bem estruturado”. Diante disso, assumiram novas temáticas de pesquisa como forma de “identificar não apenas os mecanismos perversos que estavam em funcionamento no sistema social, mas também diversas dimensões através das quais poderiam se expressar no espaço” para, assim, serem capazes de “apontar infratores, denunciar injustiças sociais”. Essa geografia atribuiu-se então novas funções e, para ser capaz de realizá-las, seria “preciso ver, afinal, o que se escondia atrás da paisagem visível”⁹⁸.

Na busca de “lentes” que não distorcessem a realidade (tal como afirmou Maurício de Abreu sobre a geografia neopositivista), os geógrafos colocaram-se o desafio de produzir o arcabouço teórico que possibilitaria à Geografia realizar sua potência diante dos fenômenos sobre os quais ela nada ou pouco tinha a dizer. De fato, foi esse o esforço empreendido por muitos no final da década de 1970, cujo resultado penso não caber apenas numa avaliação, mas sim na avaliação de cada um, toda vez que esses trabalhos são mobilizados no exercício de novos conhecimentos. Trabalhos que, a cada vez, podem ser reinterpretados e, portanto, renovados⁹⁹.

Mas o que me interessa aqui, fundamentalmente, é compreender por que, apesar dos esforços, a renovação crítica da Geografia não escapou da distorção que Maurício de Abreu localizou na geografia neopositivista e, assim, não alcançou a condição de uma crítica radical, nos termos reclamados por Alain Bihl. Penso que o limite residiu no fato de os geógrafos terem atribuído a aridez da Geografia à ausência da abordagem de determinadas temáticas, principalmente aquelas relacionadas com a reprodução desigual do espaço. Assim, diante dos desafios da realidade socioespacial, elegeram ou retomaram em outras bases *seu objeto*, o espaço (que seria a totalidade), e *suas categorias ou conceitos de análise* iniciais – região, paisagem, território, lugar –, com o objetivo de desenvolver um arcabouço teórico-

⁹⁷ Ao fazer uso da expressão “os geógrafos”, não queremos dizer que esse processo foi unânime. Ao contrário, tratou-se de um momento bastante conflituoso e diverso. Mesmo que tenha predominado o momento de renovação denominado geografia crítica após o fim dos anos de 1970, as abordagens quantitativa e tradicional não desapareceram na Geografia. Em muitos casos, até se fortaleceram. Assim, ainda que algumas expressões usadas possam dar a entender que se tratou de um processo uniforme e linear, não é essa a minha concepção, como também não o é a dos autores com os quais dialogo.

⁹⁸ *Ibidem* pág. 250-251

⁹⁹ Obviamente que nem todos que recorrem a esse conhecimento já sistematizado o fazem no sentido de reinterpretá-lo e considerá-lo em suas múltiplas dimensões, tais como foi e a partir do que foi feito; o que permite avançar, quais são suas lacunas etc. Muitas vezes, a perspectiva é a da repetição, o que pouco acrescenta.

metodológico capaz de refletir sobre essas desigualdades. Além disso, também foi estabelecida *sua metodologia*, baseada na análise detalhada e minuciosa de cada uma das categorias (de cada fragmento) que, quando somadas, levariam ao entendimento do espaço e a um suposto *pensamento* consistente sobre esse “objeto”.

Nesse contexto, a pergunta inicial que se fez foi no sentido de saber o que é o espaço. A essa pergunta, Milton Santos, um dos expoentes da Geografia que localizou os limites dessa ciência no que se refere à ausência de um arcabouço teórico-metodológico que se orientasse também pela consideração dessas temáticas, responde que o espaço não é “apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza”. Para ele, o “espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual”. Nesse sentido, para Santos, teríamos

paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento¹⁰⁰.

Segundo esse autor, “os processos, resolvidos em funções, realizam-se através de formas”. Formas que “podem não ser originariamente geográficas, mas [que] terminam por adquirir expressão territorial” e sem as quais “a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria”. Tal concepção o levou a afirmar que o espaço é continente, porque “contém as demais instâncias”, ao mesmo tempo em que “ele está, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico”¹⁰¹.

¹⁰⁰ SANTOS, M. Espaço e Método. 5ª São Paulo: EDUSP, 2008. Pág. 12.

¹⁰¹ Ibidem. A escolha dessa obra, da qual citei um longo trecho, deve-se a alguns aspectos. O primeiro deles, por tratar-se de um autor que teve entre seus objetivos desenvolver e apresentar um conjunto teórico-metodológico geográfico para analisar o espaço, por ele denominado em outra obra (“A natureza do Espaço”) como um sistema de fixos e fluxos. O segundo, porque, conforme entendo e pode ser visto nos fragmentos citados, Milton Santos também defendia a consideração da “totalidade” como algo importante a ser buscado para compreender os processos, as funções e as formas da configuração espacial. Em suas palavras, buscava considerar a imbricação da configuração geográfica e a sociedade. Trata-se de um autor que teve como objetivo em seus esforços de pesquisador alcançar plenamente o fenômeno que se propôs a analisar. E o terceiro, porque se trata de um texto escrito nos anos 1980, ou seja, já alimentado pela renovação da Geografia por sua abordagem crítica, da qual esse autor foi um expoente e, ainda, porque foi reeditado nesses termos durante duas edições na década de 1990 (1992 e 1997, pela editora Studio Nobel). Entendo ser esse fato relevante, porque sua edição, em 1997, quando o autor ainda estava vivo, reflete com fidelidade as concepções de Milton Santos sobre o espaço, reeditadas na edição que uso. E, finalmente, porque se trata de um autor que formou uma escola de análise geográfica. O método e a metodologia de análise que se propôs a desenvolver, como efetivamente desenvolveu, encontra significativa aceitação, sendo adotado por um grande número de geógrafos que têm produzido diversos estudos ligados ao espaço urbano ou ao ordenamento territorial e, a partir deles, produzido conhecimento relevante para a Geografia e mesmo para outras ciências parcelares.

Assumidamente ou não, os estudos desse autor tiveram (e têm) grande influência para muitos geógrafos, principalmente sua concepção de espaço e metodologia de análise. Não raro, aparece repetidamente em artigos científicos a “necessidade de analisar a parte sem perder a perspectiva do todo”. Essas afirmações me parecem ser a redução da afirmação feita por Milton Santos, que o espaço “dever se considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida”. No entanto, sua consideração, nesses termos, “é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes”, em que “a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo”¹⁰².

Entre as razões que poderiam ser elencadas para recorrer às elaborações desenvolvidas por Milton Santos, destaco que não se refere à representação do autor para a Geografia, talvez o de maior destaque no processo de renovação dessa ciência¹⁰³, mas ao fato de, como exposto em “Espaço e Método”, ter tido como projeto elaborar um conjunto de conceitos teóricos capazes de orientar uma análise crítica e, nesse sentido, diversos conceitos de análise que são largamente utilizados no desenvolvimento dos estudos geográficos. Outra razão seria, ainda, porque a partir de seu legado é possível avançar no entendimento do quanto é difícil (ou mesmo impossível) para o exercício da reflexão libertar-se da armadilha existente para o pensamento no interior das ciências parcelares, pois, mesmo reconhecendo o necessário avanço da ciência para compreender o fenômeno em sua totalidade, o caminho adotado não lhe permitiu superar os limites da compreensão fragmentada acerca dessa realidade, como pode ser observado no fragmento destacado na “orelha” da 6ª edição (1ª reimpressão) do livro “Por uma geografia nova”:

Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhecem uma evolução importante, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, *aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar*¹⁰⁴.

¹⁰² IBIDEM, pág. 15. Embora indique a necessidade de consideração da totalidade, Milton Santos opera com uma dimensão reduzida desta, na medida em que alcança, no máximo, a projeção da realidade sobre o futuro, aparecendo fechada ou limitada pelas possibilidades atuais.

¹⁰³ Originalmente publicado em 1978, o livro “Por uma geografia nova” é um dos marcos da chamada renovação crítica da Geografia. Nele, o autor, além de situar os questionamentos acerca da geografia neopositivista, apresenta um roteiro no sentido de uma produção geográfica engajada. Elabora, ainda, alguns dos conceitos iniciais que na sequência de suas publicações seriam desenvolvidos ou reelaborados. O próprio título é uma alusão à geografia neopositivista, também conhecida como nova geografia. SANTOS, M. Por uma geografia nova. Obra citada.

¹⁰⁴ SANTOS, M. Por uma geografia nova. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

Embora seja possível encontrar a mesma perspectiva em outros autores, entendo que não é relevante estender-me mais nessa demonstração, uma vez que meu objetivo não é exigir desses estudos aquilo eles não podem dar e que entendo ser um dos desafios atuais a serem superados pela geografia na sua condição de ciência parcelar.

Ainda que produções como a de Milton Santos não deixem de ser importantes contribuições, também não deixam de revelar seu “calcanhar de Aquiles”: a adoção da perspectiva analítica fragmentária e o exercício metodológico de adotar determinado fenômeno como *seu objeto, como sua propriedade*. Postura que, conforme nos alerta Henri Lefebvre, é representativa do quanto a reprodução social, sob a égide capitalista, está entranhada no fazer científico moderno e do quanto deveria (mais de um cientista) “desculpar-se por cercar seu jardim para cultivá-lo à vontade”¹⁰⁵.

Nesse sentido, entendo que o limite que aprisiona os estudos desenvolvidos sob uma perspectiva analítica, como os realizados no bojo da chamada geografia crítica, encontra-se no fato de se orientarem por uma prática que apenas ilusoriamente possibilita “surpreender o processo e, por seu intermédio, a apreensão de tendências, que podem permitir vislumbrar o futuro possível e suas linhas de força”¹⁰⁶, conforme intencionado por Milton Santos. No entanto, apesar de a tentativa ser bem intencionada, não se concretiza porque não foram rompidos os véus que moldam e educam o olhar para perceber apenas o que existe ou, no máximo, vislumbrar a extrapolação e a projeção de tendências a partir do que é (re)conhecido, não permitindo alcançar o possível-impossível que integra o real. Nesse caminho, alcançam-se, quando muito, reformas que são concessões do capital ao que se torna um entrave à sua reprodução, até que lhe seja possível engendrar mecanismos que permitam assenhorear-se desse entrave para então inscrevê-lo em seus circuitos reprodutivos.

Contudo, ao mesmo tempo em que se constitui em um risco, a perspectiva analítica característica do saber científico moderno é uma necessidade para o alcance da compreensão das contradições que se misturam em empreendimentos como os que são atualmente produzidos em Belo Horizonte. E é a partir do exposto que entendo que o desafio é não se perder na própria análise, buscando, onde não se podem encontrar, as condições necessárias à sua superação.

Quanto aos estudos e procedimentos metodológicos da ciência moderna (como muitos dos estudos produzidos pela Geografia), entendo que é importante apropriar-se deles como forma de alcançar os objetivos propostos. Isso porque é por meio de procedimentos

¹⁰⁵ LEFEBVRE, H.. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

¹⁰⁶ SANTOS, M. Espaço e Método. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008. Pág. 32

como a observação que tomamos contato com a forma como o fenômeno se manifesta. Porém, a observação aqui considerada não é a que se restringe apenas ao olhar, mas a que envolve todos os sentidos, inclusive o que chamamos de intuição¹⁰⁷, ou seja, nossa capacidade de (envolvidos no/pelo fenômeno) transpor o limite do que está posto e compreender o que aparece apenas como indício ou mesmo possibilidades ainda não inseridas como forma concreta. Parece-me haver aí – na necessidade da forma concreta para se observar – um dos limites da ciência moderna que, como sabemos, lida com a (pseudo)concreticidade do mundo.

Não defendo aqui a busca dos aspectos metafísicos. O que afirmo é que muitos dos conteúdos que integram o fenômeno que nos propomos a compreender não assumiram ainda (e talvez nunca assumam) a forma concreta que, de antemão, esperamos encontrar. Assim, a partir da observação fenomênica, podemos fazer algumas deduções que nos aproximam do como, do por que, do para que etc., dependendo dos objetivos anteriormente definidos na pesquisa. Também, dependendo do que se estuda, podemos induzir a repetição de processos que compõem o fenômeno, como forma de extrair suas leis ou mecanismos de funcionamento. Todavia, não podemos transcender o que está materializado, o que torna necessário reconhecer que “o conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação de um objeto *já real*”¹⁰⁸. O fato de o fenômeno sobre o qual nos propomos a refletir não se explicitar em uma *forma concreta* não significa que ele não exista ou se trate de uma abstração, mas sim de um “objeto possível, do qual teremos que mostrar o nascimento e o desenvolvimento, relacionando-os a um processo e a uma práxis (uma ação prática)”¹⁰⁹.

Outro procedimento metodológico importante adotado é a quantificação/hierarquização, desde que, tal como a observação, não seja considerado como um fim em si mesmo. Se, por exemplo, o objetivo da quantificação demográfica for apenas para indicar o crescimento (ou diminuição) da população de uma dada metrópole ou o dinamismo da “urbanização” de um país em um determinado recorte temporal, esse procedimento nada mais faz do que dar ares científicos ao que é facilmente percebido por qualquer olhar um pouco mais atento. Todavia, a quantificação/hierarquização pode ser importante indício para compreendermos estratégias de determinada classe (ou segmento de

¹⁰⁷ Karel Kosik afirma que a sensibilidade que chamamos de intuição é de grande importância para conseguirmos, efetivamente, ver determinado fenômeno para além de sua aparência, sendo resultante do envolvimento e da compreensão deste. KOSIK, K. Dialética do concreto. Obra citada.

¹⁰⁸ LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. Pág. 16.

¹⁰⁹ Ibidem.

classe) de atuação sobre o espaço, quando consideramos o fenômeno em suas complexas interações. Por exemplo, a constatação das estatísticas demográficas referidas ao Brasil após 1950 demonstra a “urbanização” acentuada da chamada região centro-sul¹¹⁰, superior às previsões para a taxa nacional, o que pode ser compreendido como decorrência do fato de ser essa região o centro de acumulação da riqueza capitalista centrada na atividade industrial. Mas tais estatísticas também revelam um elevado “índice de urbanização” na região centro-oeste, exceto pelo estado de Mato Grosso. Ao contrário da região centro-sul, não é imediata a associação do processo que leva ao fato e, nesse contexto, apresenta-se como importante indício para a compreensão do processo que envolveu e rompeu determinado espaço, redefinindo suas relações de sustentação. No caso do centro-sul, a elevada concentração demográfica constituiu-se na resposta viabilizada pelo Estado para garantir as taxas de lucro médio do capital que se caracterizou como de baixa composição orgânica, conforme reflexão desenvolvida por Francisco de Oliveira¹¹¹. Embora composto por elemento análogo, o que ocorreu na região centro-oeste foi resultado do reordenamento territorial constituído como necessidade de viabilização do complexo agroindustrial. Assim, a partir da elevada taxa de urbanização, é possível compreender como afinal a estratégia de produção do espaço no Brasil, se fundamentalmente vinculada ao fenômeno urbano, também se materializou nos espaços rurais, submetendo-os.

Tão importante como a observação e a quantificação/hierarquização é a descrição que, como procedimento, deve constituir-se em desdobramento da observação, contribuindo para identificar de modo bastante minucioso e detalhado a forma como o fenômeno se revela, buscando, com a mesma importância, aquilo que não está manifestado, e, assim, o que aparece como lacunar, o que novamente exige a mobilização de todos os sentidos (inclusive a intuição) como condição para alcançar o não materializado do fenômeno, mas que deve compor a descrição.

Embora muitos geógrafos tenham adotado essa perspectiva¹¹², e, ainda, que essa adoção tenha trazido avanços¹¹³, é inegável que a perda de sua radicalidade e a busca de saída

¹¹⁰ Faço uso aqui da delimitação proposta por Francisco de Oliveira. Para esse autor, a região centro-sul é composta por São Paulo, o centro dinâmico da região; pelo Rio de Janeiro, região de expansão imediata; e delimitada por Minas Gerais e Paraná, áreas limites de expansão periférica da região centro-sul. As informações de que faço uso referem-se aos chamados índices de urbanização citados por Milton Santos. Conferir: SANTOS, M. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, A. F. A. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

¹¹¹ OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

¹¹² Segundo Ana Fani A. Carlos, “nos últimos anos, uma nova preocupação se fixa: a geografia precisa pensar a sociedade, entendê-la e produzir uma teoria capaz de explicitá-la”. E, ainda, ser capaz de produzir “novas formas de pensar, fazer e ensinar”, já que para a geografia essas formas “colocavam-se como fundamentais: a

em seus próprios limites fez com que não se alcançasse o proposto, o que levou à abordagem crítica da Geografia a uma crise como a que se constituiu em uma resposta a uma repetição que pouco tem contribuído para sua renovação. Isso, a meu ver, somente pode ser superado pela assunção da necessidade da crítica radical aos termos colocados e pautados pela ciência moderna, mesmo que esses questionamentos ameacem o próprio campo científico, seja o da Geografia ou de qualquer outra ciência parcelar.

A inscrição do espaço e do cotidiano nos setores dinâmicos do capitalismo e o capital financeiro

Outra dimensão que envolve a reestruturação de Belo Horizonte e sua região metropolitana é como por ela se revela o modo incisivo pelo qual o espaço e o cotidiano foram inscritos nos circuitos reprodutivos do capital. Assim, entendo que os empreendimentos anteriormente referidos têm o sentido de redefinir os pressupostos históricos da organização contemporânea do espaço da metrópole e, ainda, explicitam estratégias de produção do espaço engendradas no nível global e executadas no intermediário.

Porém, essas estratégias, quando se materializam, o fazem desestruturando o nível do vivido, desequilibrando as relações estabelecidas com o outro e com o espaço, sejam aquelas inscritas no âmbito do trabalho propriamente dito ou as mais afeitas ao âmbito do cotidiano. Ao se (re)estabelecer o nível do vivido (quase sempre) são reafirmados os pressupostos engendrados alhures, cuja característica predominante é a do reforço à alienação do sujeito dentro das tramas da reprodução social sob o capitalismo. Assim, ainda que hipoteticamente possa ser acesa uma centelha que desencadeie ações de

geografia não é mais o estudo do lugar; o homem não se coloca mais como elemento da paisagem; e o espaço passa a ser humano porque o homem o produz". CARLOS, A. F. A. Repensando a geografia: uma nova perspectiva se abre. In: CARLOS, A. F. A. (org.) Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: EDUSP, 1994. p.158. Todavia, inscritos nos limites da Geografia, muitos desses esforços não lograram superar os desafios colocados pela reprodução social.

¹¹³ Além dessas contribuições de ordem imaterial, a Geografia produzida sob essa perspectiva contribuiu com a produção de importantes estudos (teses, dissertações, artigos, documentos, dossiês, livros etc.), que registraram os processos e as contradições que envolveram a reprodução social do espaço no Brasil em período determinante. Conforme afirmado por Odette Seabra, em conferência no XII EGAL, ocorrida em abril de 2009, muitos desses estudiosos não reuniam condições que lhes permitissem a reflexão sobre as contradições que, naquele momento, puderam apenas ser descritas e registradas. Nem por isso deixam de se constituir em importante legado, seja para a ciência moderna, seja para o pensamento que se propõe a superá-la. Se concordamos com Henri Lefebvre sobre a necessidade da gênese e do processo para a compreensão do objeto possível, entendo que estes (e, nesse sentido, também os esforços epistemológicos) são de suma importância no exercício do pensamento de desvendar as contradições da reprodução social do espaço.

fortalecimento da esfera pública¹¹⁴ capazes de levar ao exercício de estratégias de políticas do espaço advindas do nível do vivido, esse momento não parece reunir tais condições.

Ao contrário, a produção desses empreendimentos indica (como tendência) o aprofundamento da alienação pela ruptura dos laços constituídos que estruturam a vida cotidiana, não apenas em relação ao outro, mas também em relação ao espaço, processo que culmina com a alienação política do sujeito, uma vez que este não se reconhece mais em condições de interferir na pauta da reprodução social que integra. O rompimento e a reconstituição desses laços, nos termos determinados por essas estratégias, aprofundam a relação de estranhamento do sujeito em relação ao espaço produzido e vivido. Estranhado e alienado, esse sujeito é facilmente sujeitado às estratégias de reprodução do espaço engendradas em âmbito global e levadas a cabo pelo Estado, como aquelas que partem da premissa da cidade-empresa¹¹⁵.

O movimento social¹¹⁶ que supostamente poderia empreender alguma resistência ao reordenamento do território engendrado pelo Estado em Belo Horizonte diluiu-se nos questionamentos acerca do preço das indenizações que serão pagas aos removidos ou no incômodo causado (mas rapidamente internalizado pela rotina) pela divisão territorial provocada pelos empreendimentos.

Esses movimentos, na atualidade, perderam a condição fundamental para a superação dos termos nos quais a reprodução social foi enquadrada sob o capitalismo, cujo reverso indissociável é uma sociedade que, consciente dessa condição fundamental, esteja disposta a revolucionar e a romper com essa determinação. A meu ver, esse é um dos motivos para o capital inscrever o cotidiano incisivamente em seus circuitos e levar seu poder às tramas mais finas da reprodução social e, assim, garantir seu controle sobre os termos desta¹¹⁷.

¹¹⁴ Faço uso do termo com estatuto teórico atribuído por Hannah Arendt.

¹¹⁵ Sobre isso, ver: VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. et. al. (org.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹¹⁶ Para que um movimento social reúna condições de resistir e, efetivamente, de pautar a reprodução social, é fundamental que assuma uma dimensão essencialmente política. Fora dessa condição, consiste em uma forma instituída que alcança, no máximo, melhores condições de exploração sob a reprodução do capital. Seu horizonte é, portanto, o de reformas que possibilitem que seus integrantes obtenham uma parcela maior da riqueza produzida. Por sua vez, o movimento social essencialmente político traz em si a perspectiva de ruptura integral com todo processo que aliene o sujeito em seu trabalho e que o leve ao estranhamento em relação ao mundo que resulta de sua fabricação.

¹¹⁷ De fato, já foi amplamente demonstrado, seja em âmbito mundial, seja no Brasil, o quanto o capital busca controlar o trabalhador para além de seu universo de trabalho, alcançando o âmbito de sua vida cotidiana. Como exemplo, podemos considerar o estabelecimento das vilas operárias como forma de aumentar o controle sobre o trabalhador dentro do “mundo do trabalho”. Essa é também uma forma de alcançar e

É nesse contexto que entendo a produção do trabalhador/consumidor, processo que exigiu a promoção de amplas redefinições do modo de vida dos trabalhadores, cujo objetivo era “construir” a concepção de mundo burguesa, incluindo seus valores e, principalmente, hábitos de consumo. Assim, embora o âmbito da vida cotidiana não seja fundamentalmente o lugar das definições que influenciam os níveis global e médio, ele se tornou estratégico, levando à subordinação de seu nível de realização nos circuitos de reprodução do capital, o que demonstra a necessidade deste de inserir em seus circuitos o que lhe escapa.

Conforme Alain Bihir, a partir das elaborações marxianas, o capitalismo tem como necessidade vital reproduzir-se ampliadamente e ser constantemente alimentado pelo novo, pela criação, pela produção em seu sentido mais amplo¹¹⁸. Porém, não tem a capacidade de criação. Assim, para suprir sua necessidade, recorre à reprodução social, sempre mais ampla, porque portadora do novo. Todavia, quando inscritos nos circuitos de reprodução do capital, a sociedade e os sujeitos que a compõem são, em grande medida, alienados de suas potencialidades criadoras, porque inseridos em um circuito caracterizado pela repetição empobrecedora e redutora, mas que, embora assim caracterizada, é fundamental, visto que é pela repetição que são repostos os termos favoráveis à reprodução das relações de produção nos moldes engendrados e demandados pela reprodução ampliada do capital. Há, então, um novo paradoxo para o capitalismo: ao mesmo tempo em que este se reproduz, alimentado pela subordinação do nível do vivido, ao inscrevê-lo em seus circuitos de reprodução e assim impor-lhe uma reprodução empobrecedora de suas possibilidades, o capital solapa de si mesmo aquilo que lhe é fundamental para retroalimentar-se¹¹⁹.

É nesse contexto que considero nesta tese o âmbito da vida cotidiana: buscando compreender sua inscrição e importância para a reprodução capitalista e, ainda, as contradições, os limites, os resíduos e as possibilidades de resistência decorrentes desse processo.

Porém, entendo que a consideração da vida cotidiana não se constitui em uma esfera apartada do “mundo do trabalho”, concepção presente em muitos autores que chegam a

moldar seus hábitos, seu modo de vida. As estratégias de aumento da produção e consumo adotados por Henri Ford no início do século XX tiveram por fundamento não apenas o controle do operário, mas o controle do homem: era preciso educá-lo para que este “soubesse” utilizar seu tempo (supostamente) livre e os seus ganhos salariais de acordo com os pressupostos da reprodução capitalista. Sobre isso, ver: HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Especialmente o terceiro capítulo.

¹¹⁸ BIHR, A. La reproduction du capital. Obra citada.

¹¹⁹ Ibidem.

advogar o fim deste. A partir dessa concepção, entendo que uma reflexão acerca das contradições que permeiam e reproduzem o espaço exige também que se considere o alcance das redefinições impostas à vida cotidiana. Isso porque, ainda que gestados em uma ordem distante, só é possível entender o alcance desses processos em sua materialização porque o espaço não é uma abstração *a priori* ou um palco onde a vida se desenrola: é produto, reproduzido e condição de exercício das práticas sociais que nele se reproduzem.

Contudo, o espaço sob o domínio do capitalismo é produzido e reproduzido como condição para a realização da mercadoria. E a formação e o aprofundamento desse fenômeno contribuem para a relação de estranhamento entre o sujeito e seu espaço. A produção do espaço como mercadoria aprofunda a alienação do homem de si, da natureza, enfim, da sociedade que integra, na medida em que não se reconhece em si mesmo, no outro, no seu trabalho¹²⁰, sendo essa a alienação do trabalho, a “raiz causal de todo o complexo de alienações”¹²¹.

Uma vez que a relação de reconhecimento não advém de sua condição humana, do seu trabalho, da sua condição social ou da sua relação com o espaço devido ao processo de alienação/estranhamento, passa a advir da representação (ou simulacro) de sua condição de consumidor. Isso, a meu ver, ajuda-nos a compreender as ações efetivadas no sentido de ampliar a capacidade de consumo de segmentos das classes populares via extensão de crédito, fenômeno que também se coloca para análise, na medida em que se constitui em acesso para o capital financeiro apoderar-se da riqueza socialmente produzida que, devido às contradições de sua reprodução, não foram capturadas no processo formal de produção de mercadorias¹²². Empreendimentos como a “cidade administrativa” ou o programa de “urbanização” Vila Viva, ao mesmo tempo em que são (re)estruturantes para esse processo, são também mediadores para o desencadeamento das estratégias de reprodução do capital. Nesse sentido, sua produção aprofunda a negação do sujeito e, portanto, seu estranhamento em relação ao espaço urbano. Por sua vez, essa forma de produção do espaço, cada vez mais padronizada em função das necessidades de produção do capital, tende a esvaziar o conteúdo do Urbano e

¹²⁰ MESZÁROS, I. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006. Pág. 20-21.

¹²¹ Ibidem. Pág. 21. A perspectiva que proponho para a reflexão a respeito da alienação tem o sentido de, ao compreendê-la como fenômeno, também apreender os caminhos ou os possíveis caminhos que se revelam como condição de sua superação. Nesse sentido, conforme afirma Sérgio Martins, a alienação não pode ser entendida sem que se leve em conta a dimensão da Utopia, o que exige sua consideração no desenvolvimento desta pesquisa. MARTINS, S. Poder, Política, Urbano e a Caixa de Pandora. No prelo.

¹²² É importante ressaltar que, se o consumo, principalmente de signos, é uma das características marcantes da sociedade do fim do século XX e do século atual, entendê-la como “sociedade de consumo” tal como é feito por muitos autores é reduzi-la por meio de um processo metonímico. Tal consideração seria tomar a parte pelo todo, compreensão que guarda mais possibilidades de equívocos do que de desvendamento das contradições que envolvem a reprodução social e de seu espaço.

romper o vínculo entre sujeito e espaço, pois aquele, ao não se reconhecer neste, também não se reconhece sequer como cidadão, mesmo que nos limites da cidadania formal e institucionalmente admitida.

Estrutura da tese

A partir dos pressupostos citados, esta tese se estrutura em função de compreender, a partir da reestruturação contemporânea de Belo Horizonte, em que medida o fenômeno urbano e a crise correspondente resultam também da alienação do trabalho, o que levou ao estranhamento do sujeito diante não apenas do objeto produzido como coisa em si, mas diante do próprio mundo na condição de artefato humano.

Nessa perspectiva, no primeiro capítulo, procurei refletir sobre as concepções acerca da perda de importância ou mesmo de sentido da luta de classes contemporânea a partir da discussão sobre a importância do trabalho como categoria analítica do processo de reprodução social. Na reflexão proposta, considerei os fundamentos dessa concepção, bem como o modo como foi fundamentado o que se consubstanciou como “empreendedorismo urbano” e que se encontra na base das estratégias que perpassam o processo contemporâneo de valorização urbana.

No segundo capítulo, desenvolvi uma breve análise sobre a ação histórica do Estado mineiro na produção do espaço urbano, cujo sentido foi o de compreender rupturas e permanências em relação à reestruturação urbana que reproduz a produção do espaço de Belo Horizonte e sua região metropolitana. Por meio dessa análise, procurei entender como o que contemporaneamente aparece como novo, embora comporte novidades, no limite, também aponta para a continuidade de um processo que, em Minas Gerais, já se materializa há mais de um século: a atuação incisiva do Estado no sentido de produzir condições amplamente favoráveis à reprodução ampliada do capital que, desde o início, articulou seu ordenamento territorial ao ajuste espacial comandado pelos capitalistas que se situam nos países centrais da reprodução capitalista do espaço. Ainda neste capítulo, apontei como inovação o modo como se altera a ação do Estado no bojo da realização da economia política que, se outrora se realizava *no* espaço, há algumas décadas assumiu a condição de uma economia política *do* espaço.

No terceiro capítulo, apropriei-me de forma mais particular daquilo que, em princípio, assume aparência fragmentada ou específica, mas que, quando se adentra em sua essência, explicita-se como inserido no processo mais geral e mais amplo de reprodução ampliada da riqueza fundamentada no ajuste espacial ao qual se integram a reestruturação do espaço

urbano de Belo Horizonte e sua região metropolitana. Nesse capítulo, busquei refletir acerca dos sentidos, permanências, rupturas e inovações que se revelam no/pelo programa dito de “urbanização” Vila Viva. Procurei entender como, ao contrário do que é destacado pelo poder público, o Vila Viva é um amplo projeto da/para a metrópole e não para seus moradores, e como se trata, afinal, de um projeto nas favelas, mas não para as favelas e os que nela residem. De fato, esse programa se explicita como uma conquista histórica, política, porque logrou pautar os termos da forma como o Estado lidava com as favelas que foram absorvidas e hoje são inscritas nos circuitos de reprodução ampliada da riqueza que tem na revalorização do espaço condições de atuação. Processo em que, indubitavelmente, o Estado assume condição preponderante em função de interesses do capital.

Já no quarto capítulo, considerei os processos específicos de reestruturação da região norte de expansão da RMBH. É um capítulo mais descritivo, no qual assumi o risco que essa condição comporta, na medida em que entendi como importante detalhar o conjunto de empreendimentos (públicos e privados) que apontam para uma reestruturação como fundamento da renovação/ampliação das condições favoráveis à reprodução do capital e que estão na base do ajuste espacial aqui indicado. Procurei, ainda, levar em consideração como a vida cotidiana foi sendo progressiva e insidiosamente inscrita como estratégia de revalorização do espaço como fundamento da valorização do valor.

E, finalmente, no quinto e último capítulo, tive como objetivo refletir sobre como esse processo se materializa em Belo Horizonte e como o faz desestruturando o nível do vivido, impondo-lhe novas condições, exigindo-lhe adaptações, aprofundando a condição de alienação e estranhamento já presentes: alienação que, se teve como início a atividade do trabalho tornada sem sentido, alcançou o espaço, que se tornou “amnésico” e que, pelo engendramento do que aparece como consenso e governança urbana, adquiriu a condição de alienação política. Todavia, procurei considerar não apenas o que leva a essa alienação/estranhamento ou o modo como esta/este opera, mas, principalmente, onde residem as possibilidades que se inscrevem no possível-impossível de superação dessa forma de reprodução social do espaço, tal como se apresenta em direção ao Urbano e na realização da Política.

Capítulo I – O sentido e as consequências do debate acerca da ontologização/(des)centralização do trabalho (e da luta de classes) sobre a revalorização urbana

As mudanças ocorridas na forma de reprodução da riqueza sob o capitalismo na segunda metade do século XX provocaram alterações significativas na organização do movimento operário, ao mesmo tempo em que expuseram sua fragilidade. No bojo da crise do movimento operário, formaram-se (ou se fortaleceram) outros movimentos, cuja organização ocorreu em torno de outras questões sociais que não se ligavam (pelo menos não diretamente) às relações de trabalho.

Rapidamente, esses movimentos foram reconhecidos como interlocutores do que se convencionara chamar de “sociedade civil”. Os “novos movimentos sociais” tenderam a se conflitar com o movimento operário e, não raro, de ambos os lados, não houve o reconhecimento de que, afinal, a causa da luta de cada um localizava-se no mesmo fundamento. Assim, concomitante à ascensão dos “novos movimentos sociais”, o movimento operário imergiu em uma profunda crise que, no limite, colocou em questão a legitimidade da representação desse movimento em relação à sua base¹²³.

Entre os diversos aspectos que tornam relevante esse contexto, dois são de grande importância. O primeiro deve-se ao que David Harvey compreendeu como *dispersão do capital a partir de sua mobilização geográfica*, aproveitando-se do desenvolvimento desigual das diversas regiões do globo¹²⁴. De fato, a “superação” da crise de acumulação do capital ocorrida na década de 1970, causada pelo declínio da taxa de lucro médio, só foi possível pela adoção do chamado regime de acumulação flexível, que consistiu não apenas na flexibilização da rígida estrutura do regime fordista, mas também na do aparato legal que protegia o trabalhador europeu. Essa flexibilização (que também

¹²³ Alain Bihl desenvolve alentada reflexão sobre a crise do movimento operário europeu no bojo das mudanças da produção capitalista ocorridas na segunda metade do século XX. Nessa reflexão, o autor aponta a relação entre o declínio da influência do movimento operário e o crescimento dos chamados novos movimentos sociais, demonstrando como eles foram importantes por meio da desradicalização da luta contra o capital. Ver: BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Editora Boitempo, 1998. Parte II.

¹²⁴ Essa reflexão é desenvolvida por David Harvey em grande parte de sua obra, como em “Condição pós-moderna” e em “Produção capitalista do espaço”. Todavia, aparece de modo bastante explícito e desenvolvida em “Los límites del capitalismo”, principalmente no capítulo XII, quando trata da produção das configurações espaciais. Ver: HARVEY, D. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

pode ser entendida como precarização da proteção ao trabalhador) teve como um de seus fundamentos a mobilização geográfica do capital: a transferência de parte considerável das unidades produtivas para as “regiões periféricas” do capitalismo não apenas permitiu a recuperação de grande parcela da taxa de lucro em declínio, como também possibilitou a quebra da “espinha dorsal” e do poder de reivindicação do movimento operário europeu¹²⁵. O segundo aspecto para o qual chamo a atenção refere-se aos sentidos atribuídos à atividade do trabalho que, em grande medida, emergiram no bojo da crise de acumulação do regime de produção fordista. Foi nesse contexto que se desenvolveu a discussão acerca da centralidade ou não da atividade do trabalho no processo de reprodução social. Essa discussão assumiu sentidos antagônicos: por um lado, foi entendida como a atividade central da hominização do homem ou como aquela que confere ao homem sua condição ontológica. Por outro, a atividade do trabalho foi vista como a responsável pela inserção do homem em um mundo heterônomo, condição em que seria, então, responsável pela alienação do indivíduo em relação às suas potencialidades mais amplas. Embora não seja objetivo entrar nesse debate nos termos em que está pautado, entendo ser necessário refletir sobre o sentido ou sentidos que envolvem o trabalho contemporaneamente, o que exige que consideremos alguns dos argumentos que compuseram e compõem esse debate.

Em princípio, é preciso considerar que a crise de acumulação do capital sob o regime fordista e as profundas consequências sobre o trabalho e o seu sentido na sociedade contemporânea apontou, entre outros aspectos, para a necessidade de uma reflexão que não se restringisse ao âmbito do trabalho, mas que procurasse abarcar a reprodução social em sua totalidade. Porém, muitos autores privilegiaram a expressão fenomênica desse processo¹²⁶ e buscaram no trabalho (na sua reafirmação ou no seu fim) os fundamentos para compreender a reprodução social do espaço.

¹²⁵ Sobre esse processo, ver: HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1996. ; BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

¹²⁶ Talvez por ficarem presos ao impacto do fenômeno das mudanças ocorridas na organização do trabalho, muitos autores refletiram sobre este como uma atividade parcial, quase sempre restrita à forma imposta sob a reprodução do capital. Assim, quase sempre tenderam a reduzir trabalho a emprego ou à sua forma alienada, como será demonstrado a seguir.

A meu ver, o debate ficou preso à expressão fenomênica, já que, com raras exceções, não se considerou o trabalho naquilo que lhe confere sentido e é um de seus principais aspectos. Refiro-me aqui ao fato de que é pela atividade do trabalho que o homem, no exercício de sua condição humana, apropria-se de sua natureza corpórea que lhe é externa ao seu próprio corpo. Nesse sentido, o trabalho, que é mediação da apropriação do mundo, é também condição de sua produção. Ao apropriar-se da natureza que lhe é externa, o homem a *transforma* e, ao conferir-lhe nova forma, confere-lhe também novos conteúdos: aqueles que são necessários à sua reprodução na e sob sua condição humana. É nesse processo que o homem produz as condições necessárias a sua produção, o que, no entanto, não significa dizer que sua reprodução resume-se a essa dimensão, visto que no processo de reprodução de sua humanidade vão se somando aspectos que a torna, essencialmente, complexa. Reduzir essa reprodução ao “universo” do trabalho é destituir a reprodução social de sua complexidade que, no limite, é a expressão de seu processo histórico. Assim, é preciso considerar que o que se produz a partir do trabalho o transcende, pois alcança o sujeito em sua subjetividade¹²⁷. Dessa maneira, pelo trabalho,

na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dele a natureza aparece como a *sua obra* e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objetivo do trabalho é, portanto, a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa e efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenständlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza¹²⁸.

Assim, “igualmente, quando o trabalho estranhado reduz a autoatividade, a atividade livre, a um meio, ele faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física”¹²⁹.

Diante disso, embora na análise proposta apresente elementos desse debate, meu objetivo não é desenvolver uma reflexão sobre ele¹³⁰. Meu interesse fundamenta-se no

¹²⁷ MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo editorial; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

¹²⁸ MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo editorial, 2010. Pág. 85.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Sobre isso, ver: ORGANISTA, J. H. C. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

entendimento de que tal debate, ao explicitar as contradições que envolviam a atividade do trabalho – principalmente sob a forma assumida na segunda metade do século XX – e as fragilidades do movimento operário, teve grande influência na produção do espaço. A meu ver, o que David Harvey chamou de “transformação da governança urbana no capitalismo tardio”, que passou do “administrativismo ao empreendedorismo urbano”¹³¹, foi amplamente influenciado pelo viés dessa discussão, que se orientou ora pela reafirmação da suposta centralidade do trabalho, ora pela perda de sua importância e pela superação (também suposta) da luta de classes. Se considerarmos que as contradições que emergem desse processo estão situadas nesse âmbito, entendo que só mesmo a tendência à fragmentação com a qual operamos pode propor a divisão de “um mundo do trabalho” apartado de um “mundo da vida”, impedindo-nos de compreender que, ao fim e ao cabo, esse debate é uma das estratégias que compõem o ajuste espacial com o qual o capital opera em seu processo de reprodução ampliada.

A partir do que envolve esse debate, entendo ser necessário reafirmar que, inegavelmente, diante da complexificação e das contradições que envolvem a reprodução social contemporânea, esta não pode ser compreendida apenas no/pelo trabalho. Compreendê-la nesses termos seria também reduzi-la apenas ao seu aspecto fenomênico e, principalmente, aceitar a pauta definida nos limites colocados pelo âmbito do crescimento econômico, desconsiderando o que compõe e envolve o âmbito social e o político. Entretanto, também entendo ser necessário reafirmar que, se o trabalho não pode ser entendido como a categoria central da análise da reprodução social, também não podemos entendê-lo como desimportante ou, menos ainda, decretar o seu fim ou o da luta de classes. Assim, entendo que a reflexão acerca da reprodução social do espaço exige que busquemos superar a alienação que envolve não apenas a perspectiva que decreta o fim do trabalho, como também a que o considera como fundamento ontológico do ser social ou, nos termos de Ricardo Antunes, como “protoforma do ser social”¹³².

¹³¹ Esse é o título de uma reflexão bastante interessante que Harvey desenvolve sobre o empreendedorismo urbano. Sobre isso, ver: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. Pág. 161-190.

¹³² As reflexões de Ricardo Antunes orientam-se no sentido da ontologização do trabalho e, embora desenvolva uma abalizada crítica aos limites teóricos que sustentam em muitos autores a tese do fim do trabalho, o autor, ao restringir-se à distinção em si e por si entre trabalho abstrato e trabalho concreto, não superou os limites pautados pela discussão do fim do trabalho. Foi no bojo das questões definidas nesse âmbito e, em grande medida, por ater-se aos aspectos fenomênicos do processo de produção (quase o

A meu ver, concepções dessa natureza alimentam-se da consideração ora redutora, ora parcial acerca das elaborações de Marx¹³³ e mesmo de Lukács¹³⁴. De fato, há tanto nas elaborações lukacsianas quanto nas marxianas referências que, se consideradas apenas em contexto estrito, podem induzir ao entendimento de que esses pensamentos definiram o trabalho não apenas como a atividade central da hominização do homem, como também o elegeram como o elemento central da reprodução social.

Porém, quando se considera o conjunto da obra desses autores, fica explícito que, afinal, nem Lukács e, menos ainda, Marx exaltaram o trabalho como a atividade portadora dos fundamentos da hominização do homem. Ao refletirem sobre o trabalho, o que esses pensadores fizeram foi localizar neste, além da condição de constituição do homem como ser genérico, também o processo em que ele foi assenhoreado como *meio fundamental da exploração que alienou o homem de si mesmo, do outro e de seu espaço, o que, ao fim e ao cabo, é (também) resultado de sua produção*.

Contudo, para os autores que atribuíram ao trabalho a centralidade na/para a reprodução social, a crítica marxiana aos efeitos perversos do trabalho limitar-se-iam apenas ao trabalho abstrato, orientado pela extração da mais-valia e pela produção do valor de trocas. Embora Marx tenha diferenciado em sua obra o trabalho abstrato do trabalho concreto, em suas elaborações não há a exaltação do trabalho concreto como a atividade que conferiria ao homem o seu pleno desenvolvimento. Conferir ao trabalho esse estatuto, e, ainda, atribuir a Marx tal concepção só é possível se se operar uma divisão das elaborações desse pensador, por exemplo, em obras da juventude ou da

considerando como apartado da reprodução social do espaço) que desenvolveu o conceito “classe que vive do trabalho”, o que, em parte, contribuiu para a não superação da análise empreendida. Sobre esse processo, ver: ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11^a ed. São Paulo: Editora Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

¹³³ Que aparecem ao longo de grande parte de sua obra, mas quase sempre consideradas as referências em MARX, K. O capital. Crítica da economia política. Volume I. Obra Citada.

¹³⁴ Principalmente a partir de elaborações do pensador húngaro, como a seguir: “Ante todo em el valor como categoria social aparece igualmente el fundamento elemental del ser social: el trabajo. Su conexión con las funciones sociales del valor revela al mismo tiempo los principios constructivos del ser social, que resultan del ser natural del hombre y al mismo tiempo de su intercambio de materia con la naturaleza, proceso, cuyos momentos conjuntos – la inseparable conexión ontológica con esta base material y su ininterrumpida, en extensión e intensidad, constante superación, transformación en sentido de una pura socialidad – señalan un proceso que culmina en categorías que, como el valor mismo, ya se han desprendido de su naturalidad material. LUKÁCS, G. Marx, Ontología del ser social. Madrid: AKAL, 2007. Pág. 99.

maturidade¹³⁵ ou, ainda, em obras filosóficas e econômicas. De fato, a reflexão acerca do trabalho ocupa lugar importante na/para a compreensão da reprodução social em função do que comporta: é condição de mediação da relação metabólica pela qual o homem apropria-se de seu corpo inorgânico, da natureza e nele se materializa. O trabalho é, assim, condição de objetivação:

O engendrar prático de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói apenas aquilo que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. (...) Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a *sua obra* e a sua efetividade. O objeto do trabalho é, portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo no mundo criado por ele. Consequentemente, quando o homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica e transforma sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza¹³⁶.

Todavia, foi também esse pensador quem compreendeu profundamente o sentido atribuído ao trabalho no curso da reprodução social que foi inscrita como condição de valorização para o circuito de reprodução ampliada do capital. Compreensão a partir da qual desenvolveu uma crítica radical à alienação do trabalho, *transformado em meio de reprodução do valor*, em que revela que, submetido ao trabalho assenhoreado dessa maneira, assume novo conteúdo e

o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quando mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma

¹³⁵ Contudo, não significa dizer que todo autor que opera com essa divisão tenha uma compreensão reduzida de Marx. Por exemplo, José de Souza Martins refere-se às obras de Marx nesse termo sem apresentar uma concepção reduzida do pensamento do autor. MARTINS, J.S. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. Obra citada. Por sua vez, a ruptura entre obras filosóficas e econômicas tende ao reducionismo, na medida em que fragmenta a interação entre o econômico, o social e o político que perpassa pelas reflexões marxianas.

¹³⁶ MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo editorial, 2010. Pág. 85. E, ainda: Primeiramente, o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora da vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. (pág. 84)

mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral¹³⁷.

A consequência disso alcança o homem em sua relação metabólica; dessa forma, “o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto *estranho*”. Portanto, “a *exteriorização* do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa*”, *mas vai além dela e, assim, o trabalho torna-se* “potência autônoma diante dele (em) que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha”¹³⁸.

Alienado e estranhado, o trabalho, ao se externar do sujeito, exterioriza-se e, ao materializar-se, objetiva-se, mas não conforma uma materialidade em que o trabalhador possa reconhecer-se e dela apropriar-se. Ao contrário, o sujeito depara-se com um espaço produzido que lhe é negado, mas no qual não pode se reconhecer. De fato, esse espaço estranhado só revela o estranhamento que não está apenas no produto, mas também no ato de produção em si. Assim,

o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo. (...) O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. **O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação.** Finalmente, a externalidade do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião, a autoatividade da fantasia humana, do cérebro e do coração humanos atua independentemente do indivíduo e sobre ele, isto é, como uma atividade estranha, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo¹³⁹. *Grifos itálicos do autor, em negritos, meu.*

¹³⁷ Ibidem. Pág. 80

¹³⁸ Ibidem. Pág. 81.

¹³⁹ Ibidem. Pág. 82-83.

Nesse sentido, entendo que a crítica desenvolvida por Marx não pode ser apartada do lugar em que se inscreve: é uma crítica à economia política que, por sua vez, na atualidade, precisa ser considerada como uma economia política do espaço, porque é nessa dimensão que o capital opera em sua reprodução. Assim, entendo não ser possível desconsiderar o que se configura como elemento central: a *forma* determinada de trabalho hipostasiado, que determina o seu conteúdo alienador e exteriorizante (forma não assumida apenas sob o capitalismo, como muitas vezes pelos autores que defendem a centralidade do trabalho) e se constitui no fundamento do que aparta o sujeito de sua autoatividade e o impede de *apropriar-se* da natureza por ele reproduzida ou do mundo no qual se objetiva. Assim, tanto aqueles que afirmam haver na atualidade a descentralização quanto os que reafirmam essa centralidade desviam-se do que efetivamente pode ser a “chave” para o entendimento da reprodução social: a *alienação política*.

Todavia, é preciso considerar qual a política que aliena, para então entendermos a alienação questionada e, dessa maneira, a Política reclamada. Assim, é necessário considerar que a Política que se reclama não é a que corresponde ao “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”¹⁴⁰. De fato, essa é a forma assumida pela redução operada no âmbito da busca do consenso no qual se engendra o empreendedorismo urbano, que objetiva situar os sujeitos e suas ações nos limites da pauta definida pelas classes dirigentes e dominantes, ou mudar a forma para reafirmar e conservar o mesmo conteúdo. A Política que se reclama e cuja alienação deve ser superada é a que considera o direito irrestrito à possibilidade da inscrição permanente do

conjunto de atividades que vêm perturbar a ordem da polícia [classes dirigentes e dominantes] pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade (...) não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável¹⁴¹.

Essa é uma concepção que, quando aplicada à reprodução social do espaço, aponta para o direito irrestrito de “pautar os movimentos do outro, do adversário, por

¹⁴⁰ RANCIÈRE, J. O dissenso. In: Novaes, A. A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. Pág. 372.

¹⁴¹ Ibidem. Pág. 372.

impor-lhe, minimamente, uma agenda de questões, sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito”¹⁴², o que não significa, necessariamente, a obtenção de êxito, mas, fundamentalmente, a construção de um espaço em que seja possível exercitar a Política.

É dessa forma que neste capítulo me proponho a refletir sobre o debate acerca da centralidade do trabalho na reprodução social contemporânea: não apenas em busca do que esse debate revela, mas, principalmente, em busca do que oculta, como forma de encontrar caminhos que contribuam para a superação da alienação tal como ela se apresenta contemporaneamente, como *alienação política*.

I.1 – Fundamentos da condição humana e sentidos do trabalho e da ação: diálogos¹⁴³ com Hannah Arendt

Embora o debate acerca da descentralização do trabalho tenha ocorrido de modo mais efetivo a partir de meados dos anos 1960, inicio a análise sobre o modo como Hannah Arendt compreendeu os fundamentos da condição humana e, nesta, o lugar da fabricação/labor e, ainda, pela forma como procurou situar e atribuir sentido ao trabalho na obra de Marx. O diálogo que procuro estabelecer com o pensamento da filósofa não tem o sentido da busca do absolutamente verdadeiro ou do absolutamente falso nas contradições que se explicitam nas reflexões que desenvolve acerca do sentido do trabalho e como o localiza no pensamento marxiano. O que, para mim, aparece como relevante ao retomar suas elaborações é, pelo exercício do contraditório, apontar e, quiçá, superar alguns limites expressos na concepção arendtiana acerca do lugar do trabalho no pensamento de Marx. O retorno às concepções arendtianas justifica-se

¹⁴² OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO: Buenos Aires, 2006. Pág. 265.

¹⁴³ “Retiremos, pois, da sofística, a arte da discussão; vejamos o que pode ser um diálogo livre, vivaz, que se move entre teses contraditórias, mas que é dirigido para o verdadeiro por um pensamento seguro e leal. As teses em presença revelam-se então incompletas, como superficiais, como aparências momentâneas, como fragmentos da verdade. (...) Para o pensamento vivo, nenhuma afirmação é indiscutível e inteiramente verdadeira; nem tão pouco indiscutível e inteiramente falsa. Uma afirmação é verdadeira pelo que ela afirma relativamente (um conteúdo), e falsa pelo que afirma absolutamente; é verdadeira pelo que nega relativamente (sua crítica bem fundamentada das teses contrárias), e falsa pelo que nega absolutamente (seu dogmatismo, seu caráter limitado). Confrontando as afirmações, o pensamento vivo busca assim a unidade superior, a superação”. LEFEBVRE, H. Lógica formal. Lógica dialética. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Pág. 171-172.

porque essa pensadora explicita elementos que reapareceram fortemente no debate acerca da centralização/descentralização do trabalho ocorrido a partir da segunda metade do século XX. Na medida em que as críticas elaboradas por alguns autores que se envolveram nesse debate não tiveram seus fundamentos na reprodução social, entendo que as reflexões de Hannah Arendt, relativizadas, assumem grande importância para a superação que aqui se almeja. Tal retorno respalda-se ainda porque, embora tenha realizado uma das críticas mais contundentes ao que entendeu ser o pensamento de Marx, a filósofa procurou situá-la no contexto da reprodução social do espaço¹⁴⁴.

O modo como Hannah Arendt apreendeu as elaborações de Marx sobre o trabalho deve-se ao fato de o autor ter, nos termos da filósofa, invertido a inversão de Platão, elevando a *fabricação* acima do pensamento metafísico, e elaborado seu *constructo* teórico-filosófico sob a premissa de que o pensamento advém da *ação*, sendo esta entendida como a força produtiva humana. A partir do modo como entendeu a elaboração marxiana, Arendt afirmou que esta não possibilita compreender a sociedade moderna tal como se apresenta. Assim, aponta o que elegeu como as contradições fundamentais (em relação ao trabalho, à violência e à ação) que supõe existir naquilo que é central ao pensamento de Marx:

essas três afirmações são cunhadas em termos tradicionais, os quais, entretanto, elas extravasam; são formuladas como paradoxos e tentam chocar-nos. São na verdade mais paradoxais ainda, e conduziram Marx a dificuldades maiores do que ele mesmo antecipara. Cada uma delas contém uma contradição fundamental que permaneceu insolúvel em seus próprios termos. Se o *trabalho é a mais humana e mais produtiva das atividades do homem*, o que acontecerá quando, depois da revolução, “o trabalho for abolido” no “reino da liberdade”, quando o homem houver logrado emancipar-se dele? Que atividade produtiva e essencialmente humana restará? Se a *violência é a parceira da história* e a ação violenta, portanto, a mais honrada de todas as formas de ação humana, o que acontecerá quando, após a conclusão da luta de classes e o desaparecimento do estado, nenhuma

¹⁴⁴ Essa crítica é bastante acentuada em obras como “Entre o passado e o futuro” e “Origens do totalitarismo”. No entanto, em “A condição humana”, Hannah Arendt pretende não só desmontar a concepção filosófica de Marx fundamentada no trabalho, como também demonstrar que a inversão feita entre a contemplação e a ação e a elevação do mundo dos negócios humanos impede a compreensão da sociedade moderna. Daí a contundência de sua crítica. Segundo afirmação da autora, essa obra resultou da alteração do projeto original, que consistia em produzir a continuidade de sua obra anterior, “Origens do totalitarismo”, em que escolhera não tratar do totalitarismo presente no marxismo, o que deveria ocorrer em “Elementos totalitários do marxismo”. Todavia, esse projeto, ao ser ampliado, transformou-se em sua obra “A condição humana”. Sobre isso, ver: LAFER, C. A política e a Condição Humana. (posfácio) In: A condição Humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004; WAGNER, E. S. 2ª ed. Hannah Arendt & Karl Marx – o mundo do trabalho. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Especialmente o primeiro capítulo.

violência for sequer possível? Como serão os homens capazes de agir de um modo significativo e autêntico? Finalmente, quando *a filosofia tiver sido ao mesmo tempo realizada e abolida na futura sociedade*, que espécie de pensamento restará¹⁴⁵? (*destaques meus*)

Como bem explicita em diversas passagens de sua obra, um de seus principais objetivos foi o de aprofundar a reflexão acerca do pensamento político tradicional e a crítica a ele correspondente, crítica essa efetuada, entre outros, por Karl Marx, Kierkegaard e Nietzsche¹⁴⁶. Hannah Arendt afirma que os autores citados foram os primeiros que procuraram compreender a era moderna em seus primórdios, antes mesmo que ela se firmasse em seus conteúdos e contradições.

No entanto, se os três realizaram uma crítica radical ao sistema filosófico tradicional, o fizeram partindo de um quadro conceitual elaborado pelo pensamento tradicional que objetivavam criticar. E, para a autora, foi porque partiram da própria tradição que não lograram superá-la nem romperam definitivamente com suas formulações. E, porque não romperam, entendeu-os *não como modernos*, mas como os *últimos representantes da tradição*, já que, em sua concepção, tanto Kierkegaard quanto Nietzsche e, principalmente, Marx, ficaram presos na tradição contra a qual se posicionaram¹⁴⁷. Mas, ainda que “essas três notáveis e conscientes rebeliões contra uma

¹⁴⁵ ARENDT, H. 5ª ed. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005. Pág. 51. Em princípio, é preciso considerar essas afirmações de Marx dentro do contexto de sua elaboração, sob pena de não se perceber que ele se refere à *abolição da forma histórica assumida pelo trabalho sob o capitalismo* e não ao trabalho como atividade ontológica; que a afirmação sobre ser a *violência a parceira da história* refere-se à *ascendência da sociedade capitalista gestada nas entranhas da sociedade feudal* e como a acumulação originária foi escrita com sangue e não da maneira idílica descrita pelos economistas políticos; que em nenhum momento Marx reduz a *ação* ao ato violento, apenas afirma que ela o contém; e, finalmente, que *a abolição da filosofia à qual Marx se refere é a abolição da filosofia apartada da prática, dos negócios do mundo*. Então, o que restará (para responder à questão arendtiana) é o pensamento acerca da reprodução, da prática social.

¹⁴⁶ Fica bastante explícita na obra de Hannah Arendt sua defesa da liberdade como fundamento do Ato Político e como este é possível pela reflexão sobre “o que estamos fazendo”. No prefácio de “A condição pós-moderna”, afirma: “este livro não oferece resposta a essas preocupações e perplexidades. Respostas são dadas diariamente no âmbito da política prática, sujeitas ao acordo de muitos; jamais poderiam se basear em considerações teóricas ou na opinião de uma só pessoa, como se se tratasse de problemas para os quais só existe uma solução possível. O que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes. (...) Por outro lado, a finalidade da análise histórica é pesquisar as origens da alienação no mundo moderno, o seu duplo vôo da Terra para o universo e do mundo para dentro do homem, a fim de que possamos chegar a uma compreensão da natureza da sociedade, tal como esta evoluiu e se apresentava no instante em que foi suplantada pelo advento de era nova e desconhecida”. ARENDT, Hannah. A condição humana. Obra citada. Pág. 13-14

¹⁴⁷ Ibidem. Pág. 55-56. “Kierkegaard, Marx e Nietzsche *situam-se no fim da tradição*, exatamente antes de sobrevir a ruptura. O predecessor imediato deles foi Hegel. Foi ele quem, pela primeira vez, via a totalidade da história universal como um desenvolvimento contínuo, e essa tremenda façanha implicava situar-se ele mesmo no exterior de todos os sistemas e crenças do passado com reclamos de autoridade; implicava ser

tradição que havia perdido seu *arkhé*, seu começo e princípio, tenham findado em autoderrota”, esse fato “não é razão para questionar a grandiosidade da empresa nem sua importância para a compreensão do mundo moderno”¹⁴⁸.

Dos três pensadores, é sobre Marx que recai como maior peso a condição de “último representante da tradição”, que teve “seu fim não menos definido com as teorias de Karl Marx”¹⁴⁹, principalmente quando afirma que “a filosofia e sua verdade estão localizadas, não fora dos assuntos dos homens e de seu mundo comum, mas precisamente nele”¹⁵⁰. Assim como a “filosofia de Marx [que] não virou Hegel de cabeça para baixo tanto assim” consistiu em uma inversão da tradicional “hierarquia entre pensamento e ação, contemplação e trabalho e filosofia e política”¹⁵¹, o pensamento de Marx e seu *constructo* filosófico tornou-se o alvo central das críticas elaboradas contra a inversão de pensamento e ação. Isso porque a filósofa localizou nele a gênese e maior representante dessa inversão. E, dentre as elaborações marxianas, Hannah Arendt elegeu o *trabalho* como o elemento centralizador de suas críticas, o que, por sua vez, não foi casual.

Na elaboração arendtiana, o *trabalho*, juntamente com o *labor* e a *ação*, compõem a *vita activa*. Todavia, o trabalho não aparece apenas como um componente, mas sim como a *atividade mediadora* entre a condição natural e a condição humana do homem e, nesse sentido, como uma *atividade fundamental da condição humana*, na medida em que foi a primeira a distanciar o homem de sua condição natural e a possibilitar a fabricação do

ele tolhido unicamente pelo fio de continuidade da própria história. O fio da continuidade histórica foi o primeiro substituto para a tradição; por seu intermédio, a avassaladora massa dos valores mais divergentes, dos mais contraditórios pensamentos e das mais conflitantes autoridades, todos os quais haviam sido, de algum modo, capazes de funcionar conjuntamente, foram reduzidos a um desenvolvimento unilinear e dialeticamente coerente, na verdade, *não para repudiar a tradição* como tal, mas *a autoridade de todas as tradições*. Kierkegaard, Marx e Nietzsche permaneceram hegelianos na medida em que viram a história da filosofia passada como um todo dialeticamente desenvolvido; seu grande mérito está em que radicalizaram essa nova abordagem ao passado da única maneira em que ela podia ser ainda desenvolvida, isto é, questionando a tradicional hierarquia conceitual que dominara a filosofia ocidental desde Platão e que Hegel dera ainda por assegurada. Kierkegaard, Marx e Nietzsche são para nós como marcos indicativos de um passado que perdeu sua autoridade. Foram eles os primeiros a ousar pensar sem a orientação de nenhuma autoridade, de qualquer espécie que fosse; não obstante, bem ou mal, *foram ainda influenciados pelo quadro de referência categórico da grande tradição*”. (destaques meus)

¹⁴⁸ Ibidem. Pág. 58. O projeto filosófico arendtiano tem sentido na medida em que se reconhece seu diálogo com pensadores dessa estatura teórico-filosófica e, portanto, o não reconhecimento dessa grandiosidade desqualifica não apenas o pensador, mas também o diálogo que estabeleceu, principalmente com Marx.

¹⁴⁹ Ibidem. Pag. 43.

¹⁵⁰ Ibidem. Pág. 44.

¹⁵¹ Ibidem. Pág. 45.

mundo comum. Sem o mundo comum produzido pelo trabalho, o homem não conseguiria localizar-se nele, assumir sua posição nem deter sua propriedade, condições essenciais para o exercício das atividades humanas na esfera pública e que não existem sem a esfera privada.

É inegável que Hannah Arendt reconhecia a importância da fabricação para o exercício e o desenvolvimento da humanidade do homem. Dessa maneira, sua crítica às elaborações sobre o trabalho em Marx perderia o sentido se ela se localizasse sobre o trabalho ou a atividade daquele que chamou de “*homo faber*”, pois, também para a autora, é “o trabalho de nossas mãos (...) [que] fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano”¹⁵². Nesse sentido, a posição inferior que atribui ao trabalho que fabrica o mundo significaria também sua posição sobre o mundo fabricado, o mundo que abriga a esfera privada e a esfera pública, o mundo que permite ao homem afastar-se de sua condição natural e exercer sua atividade superior na visão arendtiana, qual seja, o *ato político* que se realiza através da palavra.

Outra condição fundamental que Hannah Arendt reconheceu no trabalho foi que os artefatos humanos, quando são devidamente usados, “não desaparecem, e emprestam ao artifício humano a estabilidade e a solidez sem as quais não se poderia esperar que ele servisse de abrigo à criatura mortal e instável que é o homem”¹⁵³. Assim, “desse ponto de vista, as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana; sua objetividade reside no fato de que (...) os homens, a despeito de sua contínua mutação, podem reaver sua invariabilidade, isto é, sua identidade no contato com objetos que não variam (...)” e, dessa forma, equilibrando a “subjetividade dos homens, ergue-se a objetividade do mundo feito pelo homem, e não a sublime indiferença de uma natureza intacta, cuja devastadora força elementar os forçaria a percorrer inexoravelmente o círculo do seu próprio movimento biológico”¹⁵⁴.

É justamente a objetivação do mundo realizada pelo trabalho que permite escapar desse ciclo, porque é quando “erigimos a objetividade de um mundo que nos é próprio a partir do que a natureza nos oferece que o construímos dentro do ambiente natural para nos proteger contra ele (...). Dessa forma, “sem um mundo *interposto* entre os homens e a

¹⁵² ARENDT, Hannah. A condição humana. Obra citada. Pág. 149.

¹⁵³ Ibidem. Ibidem.

¹⁵⁴ Ibidem. Ibidem.

natureza, haveria eterno movimento, mas não objetividade”¹⁵⁵. Indubitavelmente, é a atividade de fabricação, ou seja, o trabalho, a atividade que objetiva o mundo, que permite ao homem estabilizar-se e reconhecer-se e, assim, identificar seu lugar no mundo dos negócios humanos.

Por sua vez, essa atividade, *assim entendida*, não pode ser desprezada, o que, a meu ver, levou Hannah Arendt a operar uma redução do trabalho, no sentido que atribuiu a Marx à dimensão do que a filósofa entendeu como *labor*. É nesse sentido que, tão ou mais importante que essa concepção de trabalho, torna-se importante a distinção feita por Hannah Arendt entre o *trabalho* e o *labor*, em que o ato de fabricar é precedido pelo pensamento sobre a coisa a ser fabricada ou, nos termos de Lukács¹⁵⁶, da prévia ideação, havendo a reafirmação da importância da fabricação para a constituição da ideia, da contemplação:

para o papel que a fabricação veio a desempenhar na hierarquia da *vita activa*, é muito importante o fato de que a imagem ou o modelo cuja forma orienta o processo de fabricação *não apenas o precede*, mas não desaparece depois de terminado o produto; sobrevive-lhe intacto, pronto, por assim dizer, *a emprestar-se a uma infinita continuidade de fabricação*. Essa multiplicação potencial, própria do trabalho, difere em princípio da repetição que caracteriza o labor. (...) A multiplicação, diferentemente da mera repetição, multiplica algo que já possui existência relativamente estável e permanece no mundo. Essa qualidade de permanência (...), o fato de existir antes que a fabricação comece e de permanecer depois que esta termina, sobrevivendo a todos os possíveis objetos de uso que continua ajudando a criar, teve grande influência na doutrina dos universais de Platão. Na medida em que os seus ensinamentos foram inspirados na palavra *idéia* ou *eidós* (...), que ele foi o primeiro a usar num contexto filosófico, baseava-se em experiências de *poiesis*, ou seja, de fabricação¹⁵⁷.

Diante dessa concepção acerca da atividade de fabricação, não seria possível desconstruir a importância fundamental do trabalho para a humanização do homem, inclusive como atividade mediadora entre sua condição natural e a humana. Ou, ainda, como atividade que possibilita a objetivação da subjetividade do sujeito, tal como considerada por Marx, conforme elaborações presentes nos *Grundrisse*.

¹⁵⁵ Ibidem. Pág. 150.

¹⁵⁶ LUKÁCS, G. Marx, ontologia del ser social. Obra citada.

¹⁵⁷ ARENDT, H. A condição humana. Obra citada. Pág. 154-155

Portanto, não foi sobre ela que Hannah Arendt erigiu sua crítica a Marx¹⁵⁸, mas sobre a atividade do *labor*, que também aparece em posição inferior na hierarquia da *vita activa*, entendida como a *condição natural fundamentadora da condição humana a atividade reduzida à significante de trabalho alienado tornado sem sentido*, tal como a forma predominante historicamente assumida na moderna sociedade capitalista. Por meio dessa operação, Hannah Arendt reduziu *todo* o sentido do trabalho a essa condição e atribuiu essa redução ao pensamento de Marx, ao afirmar que, na era moderna, o que foi elevada não foi a atividade do *homo faber*, responsável pela durabilidade do mundo, mas a atividade do *animal laborans*, cuja produção caracteriza-se, entre outros aspectos, por sua condição efêmera, de não deixar nada atrás de si¹⁵⁹.

1.1.1 - O trabalho (e o labor) como componente da vida activa

A expressão *vita activa*¹⁶⁰ designa, para Hannah Arendt, simultaneamente, as três atividades fundamentais que determinam a condição humana: *o labor, o trabalho e a ação*, porque “a cada uma delas corresponde uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na terra”¹⁶¹. Assim, a filósofa afirma a importância de cada uma das atividades que, *juntas*, atribuem ao homem a sua *condição humana*. Nesse sentido, labor, trabalho e ação, em sua indissociabilidade, fundamentam e possibilitam a humanidade do homem, seja por garantirem a reprodução metabólica da espécie, seja porque permitem a produção de artefatos que possibilitam ao homem apropriar-se do mundo e construir sua

¹⁵⁸ De fato, em toda sua reflexão acerca da elaboração marxiana sobre o trabalho, em momento algum Hannah Arendt o entende como atividade criativa e produtiva do homem, como também aparece na obra de Marx, como pode ser observado em citação anterior da obra desse pensador.

¹⁵⁹ O *animal laborans* ocupa posição inferior na hierarquia da *vita activa*, tal como elabora Hannah Arendt, e, ainda que inferiorizado, o labor aparece como uma atividade fundamental da condição humana. Contudo, quando se refere à era moderna, Arendt o compara com o modo como compreendeu o trabalho para Marx.

¹⁶⁰ “a expressão *vita activa*, compreendendo todas as atividades humanas e definida do ponto de vista da absoluta quietude da contemplação, corresponde, portanto, mais à *askholia* grega (‘ocupação’, ‘desassossego’), com a qual Aristóteles designava toda atividade, que ao *bios politikos* dos gregos. (...) todo movimento, os movimentos do corpo e da alma, bem como o discurso e o raciocínio, devem cessar diante da verdade. Esta, seja a antiga verdade do Ser ou a verdade cristã do Deus vivo, só pode revelar-se em meio à completa quietude humana. (...) O primado da contemplação sobre a atividade baseia-se na convicção de que nenhum trabalho das mãos humanas pode igualar em beleza e verdade o *Kosmos* físico, que revolve em torno de si mesmo, em imutável eternidade, sem qualquer interferência ou assistência externa, seja humana ou divina. Essa eternidade só se revela a olhos mortais quando todos os movimentos e atividades humanas estão em completo repouso. (...) Tradicionalmente, portanto, a expressão *vita activa* deriva o seu significado da *vita contemplativa*.”

¹⁶¹ ARENDT, H. [1958] 10ª ed. A condição humana. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004. Pág. 15.

durabilidade, seja porque propiciam exercitar o diálogo e a ação no relacionamento com o outro.

Ainda que indissociáveis, no pensamento de Hannah Arendt há uma hierarquia entre as três atividades fundamentais, sendo que há aquela que confere ao homem a sua humanidade e que efetivamente o distingue das outras espécies animais. Nessa hierarquia, labor e trabalho aparecem como suporte para o exercício da ação, que para a autora não tem o sentido do *fazer humano*, da fabricação de artefatos, mas o sentido de *refletir/expor-se ao outro*, seu igual, no espaço específico para tal exposição – a esfera pública. Assim, a superioridade atribuída à ação em relação ao labor e ao trabalho reside no fato de esta ser a característica da esfera pública e, sob qualquer perspectiva, só poder ser exercitada nesse espaço.

Se a ação é a atividade humana superior que compõe a *vida activa*, o *labor* é aquela na qual o homem mais se aproxima de sua condição natural, de sua animalidade, sendo, portanto, a atividade fundamental inferior. Não por acaso, é identificada como “*animal laborans*”. Todavia, nos termos da própria Hannah Arendt,

o labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. *A condição humana do labor é a própria vida.*¹⁶² (destaques meus)

Porém, entendida como responsável por uma existência que não deixava nada atrás de si e que alcançava apenas a reprodutibilidade do corpo físico, a vida que o labor possibilita é a existência da espécie que, se é base para a realização da condição humana, em si permite apenas a continuidade permanente da espécie *homo sapiens*. E, na medida em que não se destaca na grafia do mundo, a existência daqueles que estiverem presos à condição de labor não permite identificar o *início* e o *fim* de suas vidas, não se distinguindo na produção do mundo, permanecendo presos à vida biológica que lhes foi dada e à sua *condição de nascer para morrer*. Considerada nesses termos, a expressão “*animal laborans*”, atribuída aos que viveram nesses limites, é amplamente justificada, uma vez que esta “é,

¹⁶² Ibidem. Ibidem.

realmente, apenas uma das espécies de animais que vivem na Terra – na melhor das hipóteses, a mais desenvolvida”¹⁶³.

Diferente do labor, o *trabalho* tem uma finalidade definida e sua característica fundamental é *produzir o mundo dos negócios humanos*, a durabilidade do mundo. Ao produzir o mundo artificial por meio de artefatos, o homem produz, junto com as condições que permitem sua existência nesse mundo, *sua própria condição como ser distinto da natureza*. A função do trabalho é afastar o homem de sua condição natural e aproximá-lo de sua humanidade. Nesse sentido, *o trabalho é mediação*.

Todavia, o afastamento da condição natural e a construção da humanidade do homem não ocorrem de forma harmônica. Ao contrário, trata-se de *uma relação de ruptura* em que não apenas o homem extrai da natureza aquilo de que necessita para a produção dos artefatos que compõem o mundo dos negócios humanos, como também rompe com a sua condição natural, retirando desta a condição de determinação da reprodução social. Hannah Arendt reconhece essa ruptura ao afirmar que

a fabricação, que é o trabalho do *homo faber*, consiste em reificação. A solidez, inerente a todas as coisas, até mesmo às mais frágeis, resulta do material que foi trabalhado; mas esse mesmo material não é simplesmente dado e disponível, como os frutos do campo e das árvores, que podemos colher ou deixar em paz sem que com isso alteremos o reino da natureza. O material já é um produto das mãos humanas que o retiraram de sua natural localização, seja matando um processo vital, como no caso da árvore que tem que ser destruída para que se obtenha madeira, seja interrompendo alguns dos processos mais lentos da natureza, como no caso do ferro, da pedra ou do mármore, arrancados do ventre da terra. Este elemento de violação e de violência está presente em todo processo de fabricação, e o *homo faber*, criador do artifício humano, sempre foi um destruidor da natureza.¹⁶⁴

O que a autora aparentemente não percebe (ou não explicita em suas elaborações) é que se trata não apenas de ruptura do processo natural de determinado

¹⁶³ Ibidem. Pág. 95. É interessante como o que Hannah Arendt distinguiu como labor (distinção que, segundo ela, espantosamente havia sido feita antes) aparece às vezes como paradoxal e mesmo contraditório no pensamento da autora. Do mesmo modo que afirma que o “*animal laborans*” é apenas mais uma espécie animal que vive na terra, em outras passagens diz que o labor é uma atividade desprezível; em outras, ainda, quando reflete sobre o sentido da escravidão entre os gregos, afirma: “no entanto, todas as eras anteriores à era moderna, ao identificar o trabalho com a escravidão, tinham em mente precisamente esses criados servis e caseiros (...), cujo trabalho era exigido pela mera subsistência e que eram necessários para o consumo isento de esforço e não para a produção. *O que eles deixaram atrás de si, (...) que consumiam foi nada mais nada menos que a liberdade, ou, na linguagem moderna, a produtividade potencial de seus senhores*”. (Pág. 97-98)

¹⁶⁴ Ibidem. Pág. 152. Passagens como essa explicitam que Hannah Arendt não considerou como fundamental à crítica elaborada ao pensamento de Marx as elaborações desse pensador presentes nos Manuscritos Econômico-filosóficos.

material que o homem usa na fabricação do mundo. Fundamentalmente, o que ocorre através desse processo, mais do que a ruptura apontada por Arendt, é a *superação* do homem de sua condição de espécie animal e a construção de sua humanização por meio do trabalho como atividade criadora, que lhe permite produzir o mundo em que vive de acordo com suas necessidades e para além delas. Nesse sentido, pelo trabalho como atividade mediadora, o homem se apropria de seu corpo inorgânico, a natureza, haja vista que nela se objetiva pela atividade do trabalho.

É nesse sentido que Lukács, em “Ontología del ser social”, reafirma o trabalho como atividade fundamental do humano. Atividade que – caracterizada pelos elementos indissociáveis de finalidade e causalidade, precedida pela prévia ideação – permite ao homem materializar-se não apenas no produto resultante de seu trabalho, mas também no ato em si.

Contudo, se o trabalho revela ao homem sua condição mortal, os artefatos humanos podem restituir-lhe sua condição perene, não mais pela indistinção dentro da espécie, mas pela sua permanência após seu desaparecimento biológico, através de sua Obra, dimensão criadora de sua atividade de fabricação.

Porém, não são todos os instrumentos que resultam do trabalho que guardam essa possibilidade. De fato, apenas os objetos que possuem a capacidade de transcender o tempo de sua produção e sua destinação (seu uso) podem garantir ao fabricante essa condição, que vai além de sua existência mortal¹⁶⁵. O trabalho, nessa condição, é aquele que transcende a condição de utilidade e atendimento das necessidades e alcança a condição de *obra, de (re)produzir o belo e de proporcionar prazer destituído de interesse*, na medida em que “a fonte da obra de arte é a capacidade humana de pensar”¹⁶⁶. Isso porque apenas o trabalho orientado pela reflexão que não objetive a mera utilidade pode produzir um objeto que transcenda o processo, o período e o sentido da fabricação do qual se originou¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Por exemplo, a Cidade, que, para Henri Lefebvre, constituiu-se em uma das maiores obras do fazer humano.

¹⁶⁶ Ibidem. Pág. 181.

¹⁶⁷ É devido ao fato de a obra ser expressão da capacidade criadora do homem e de Hannah Arendt não reconhecer essa dimensão no Trabalho que para a ela a obra de arte não se inscreve no mundo dos negócios humanos, ou, pelo menos, nele se inscreve com outra qualidade. Isso porque “esses atributos humanos são tão alheios ao mundo que o homem cria como seu lugar na terra” que, caso “tivessem que constituir um ambiente fabricado pelo homem para o animal humano, esse ambiente seria um não mundo, resultado da *emanação* e não de criação. A obra de arte é, assim, humana, porque deriva de “uma capacidade humana que, por sua própria natureza é comunicativa e voltada para o mundo [a ação], transcende e transfere para o mundo algo muito intenso e veemente que estava aprisionado no ser”. O artefato que alcança o estatuto de obra é aquele que traz em si a condição de estabelecer com o outro uma interação

A meu ver, parte considerável dos limites que envolvem o debate acerca da centralidade (ou descentralização) do trabalho na e para a reprodução social deriva desse entendimento reduzido e redutor que considera como trabalho apenas as atividades que atendem às necessidades às quais o produto do trabalho destina-se a saciar e que, assim, retiram do trabalho atividades que lhes são inerentes, como atividade produtora para além do estabelecido pelo que Marx chamou de reino da necessidade. Entender o trabalho somente nesse âmbito é fragmentar aquilo que, fundamentalmente, é indissociável, e cuja indissociabilidade confere ao homem a sua condição humana. Nos termos de Arendt: o labor, o trabalho e ação. Nos termos de Marx: o âmbito econômico, o social e o político. Mas, na medida em que se considera o trabalho somente como mero produtor de coisas que atendem às necessidades colocadas para a realização das condições materiais da vida, simultaneamente opera-se com a fragmentação desses níveis, e se aceita que a atividade do pensamento seja pautada apenas no âmbito do econômico. Talvez isso seja resultante, em muito, de nossos jardins cercados...

Porém, o trabalho analisado como um fim em si mesmo produziu uma discussão pouco profícua, pois, quase sempre, não superou os limites impostos pela pergunta supostamente fundamental se a atividade do trabalho é ou não central à reprodução social. De fato, a questão deveria alcançar a compreensão sobre como a inscrição da reprodução social do espaço nos circuitos de valorização do valor – do qual o trabalho alienado é uma das dimensões – incide sobre o sujeito e sua obra, redefinindo-os.

Foi também em função dessa fragmentação que Hannah Arendt deslocou a obra de arte para o campo dos resultados do pensamento. E, dessa maneira, pôde reduzir o trabalho à mera condição de execução deste (separando a prévia ideação do processo de execução), de modo que, em sua concepção, a obra é fruto da ação, e o trabalho, o ato de fabricar, é apenas a condição necessária para que o que estava aprisionado no ser pudesse se materializar em

que pode ser a comunicação, desde que esta seja a comunicação dos símbolos presentes no momento de sua produção. “No caso da obra de arte, a reificação é algo mais que mera transformação. É transfiguração, verdadeira metamorfose, como se o curso da natureza, que requer que tudo queime até virar cinzas, fosse invertido de modo que até as cinzas pudessem irromper em chamas. As obras de arte são fruto do pensamento, mas nem por isso deixam de ser coisas. O processo de pensar, em si, não é capaz de produzir e fabricar coisas tangíveis como livros, pinturas, esculturas ou partituras musicais, da mesma forma como o uso é incapaz de produzir e fabricar uma casa ou uma cadeira. Naturalmente, a reificação que ocorre quando se escreve algo, quando se pinta uma imagem ou se modela uma figura ou se compõe uma melodia tem a ver com o pensamento que a precede, mas o que realmente transforma o pensamento em realidade e fabrica as coisas do pensamento é o mesmo artesanato que, com a ajuda do instrumento primordial – a mão do homem – constrói as coisas duráveis do artifício humano”. ARENDT, Hannah. [1958] 10ª ed. A condição humana. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2004. Pág. 15.

algo que aparentemente é um artífice humano, mas que, no entanto, transcende essa condição. Sem essa resolução seria impossível para autora desenvolver sua análise acerca do pensamento marxiano sobre o trabalho nos termos em que desenvolveu. E, assim, se não pôde mais dizer pelo substantivo que a substância do homem é a de um animal, como revelada na expressão *animal laborans*, adjetivou a nova substância pelo adjetivo *faber*, que se acrescenta ao substantivo *homo*, como redutor de sua humanidade¹⁶⁸.

Nesse sentido, embora o trabalho distancie o homem de sua condição natural e o insira no mundo dos negócios humanos, não tem a capacidade de realizar todas as potencialidades que integram a condição humana. Por conseguinte, apenas a *ação* (que Arendt não considera como atividade) deteria essa condição, o que faz com que, das atividades que compõem a *vita activa*, seja ela a que permitiria ao homem *agir* (no sentido da contemplação) e realizar sua condição humana, através de suas palavras e feitos. Isso porque

a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Essa manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isso não ocorre com nenhuma outra atividade da *vita activa*. Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando outros a trabalhar para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo das coisas sem lhe acrescentar um só objeto útil; a vida de um explorador ou senhor de escravos ou a vida de um parasita pode ser injusta, mas nem por isto deixa de ser humana. Por outro lado, a vida sem discurso e sem ação – único modo de vida em que há palavra – está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens¹⁶⁹.

Segundo a autora, a característica fundamental da ação e que lhe atribui a superioridade entre as atividades que compõem a *vita activa* é a *imprevisibilidade* que comporta e sua *capacidade de atuar* sobre a teia de relações humanas historicamente constituídas. Toda ação desencadeia uma reação que, tal como a ação, também comporta a imprevisibilidade.

¹⁶⁸ É interessante observar como as palavras, os termos são extremamente importantes para Hannah Arendt. Por exemplo, para justificar a distinção entre labor e trabalho, a autora recorre a substantivos diferentes em diversas línguas. Segundo ela, somente a Ação atribui ao homem sua condição humana, afastando-o de sua condição de animal. Para ela, é um equívoco a expressão animal racional, já que a capacidade de pensamento é do humano. Ela afirma, ainda, que o trabalho não é a atividade que atribui ao homem a sua humanidade, todavia, ela o designa como *homo faber*. A meu ver, mais importante que a adjetivação *faber*, é a substantivação, que, afinal, reconhece a substância, a natureza humana pelo uso do substantivo *homo*, o que revela, assim, uma contradição fundamental do pensamento arendtiano que, em grande medida, se sustenta pela desqualificação do trabalho como atributo do humano.

¹⁶⁹ Ibidem. Pág. 189

Assim, para Arendt, é também pela ação que nos inserimos no mundo humano, e “essa inserção é como um segundo nascimento”¹⁷⁰.

Dessa forma, o agir humano possibilitaria ao homem (re)nascer, porém desamarrado dos limites da *necessidade* (labor) e da *utilidade* (trabalho). O ato de agir permitiria, assim, o início, o (re)começar. Não se trata, porém, da repetição do início do mundo, mas de “um início que difere do início do mundo; não é início de uma coisa, mas de alguém que é, ele próprio, um iniciador”¹⁷¹. O que Hannah Arendt explicita bastante bem é que o agir renova a teia das relações humanas, renovando também possibilidades que, em princípio, sequer podem ser previstas. Isso porque a ação comporta, essencialmente, o novo e o singular, na medida em cada homem em sua essência não pode ser repetido. É, por excelência, o campo e o lugar do exercício da Política.

Porém, ao refletir sobre a ação e apartá-la do trabalho (ou retirar o trabalho da ação), Hannah Arendt depara-se com um paradoxo fundamental em seu pensamento. Se observarmos atentamente as características que a autora atribui à ação, é possível perceber implicitamente a presença do trabalho (desde que este não seja compreendido reduzidamente) que, explicitamente, a autora procura negar, como, por exemplo, quando desloca a obra de arte para o universo da ação ou, ainda, quando se remete à *Polis* para exaltar a ação daqueles que se ocupavam da esfera pública.

A menos que se reduza o sentido do trabalho ao suor ou àquilo que culmina em um “produto concreto”, a ocupação com as coisas da *Polis* também comporta a dimensão de trabalho. E foi justamente pela redução do sentido fundamental do trabalho à produção dos artefatos do mundo humano que Hannah Arendt não pôde compreender o pensamento marxiano e a dimensão que o trabalho ocupou nas elaborações desse pensador, para quem o trabalho deveria ser entendido considerando-se o econômico, mas não restrito a ele. E, devido a essa incompreensão, também não pôde apreender a crítica radical que Marx direcionou à alienação do trabalho.

Nesse sentido, entendo que, em diversos momentos, a crítica de Hannah Arendt ao pensamento marxiano tem seu fundamento na necessidade de reafirmação de seu próprio pensamento. A ação integrante da *vida ativa* é a atividade humana superior, porque é ela que

¹⁷⁰ Segundo Hannah Arendt, diante da insegurança causada por essa imprevisibilidade, foi necessária a criação do perdão como forma de findar uma ação e, ao mesmo tempo, criar “ilhas” de segurança e previsibilidade para os homens. Ver. ARENDT, H. A condição humana. Obra citada.

¹⁷¹ Ibidem. Pág. 190.

permite alcançar a contemplação, momento em que cessaria toda a atividade e o homem poderia elaborar sua compreensão do mundo pela atividade da reflexão.

Todavia, a filósofa não desconsiderava que a reprodução social ou, em seus termos, a teia de relações tecidas pelos homens, não é desimportante, de modo que a defesa do retorno à *vita contemplativa* mais que saudosista negaria os feitos humanos e, ainda, os efeitos da imprevisibilidade que o agir humano comporta, o que é, afinal, o fundamento da liberdade e do ato político. Logo, a autora reconhece o caráter irreversível entre contemplação e ação. Mas a defesa da superioridade do ato de pensar sobre o fazer e, portanto, a subordinação deste àquele, fez com que Arendt associasse a ação ao pensar e o fazer à mera execução, impedindo-a de superar a perspectiva autolegitimadora de sua elaboração sobre ação e fabricação.

Como premissa fundamental para a reflexão sobre a época moderna, a autora não considerou que, para Marx, pensar e fazer constituía-se em uma única e indissociável atividade, sob pena de aliená-la não apenas do sujeito, mas também de alienar o próprio sujeito. Daí a importância da reflexão acerca do *fenômeno da alienação*, que derivava do assenhoreamento do capital sobre a atividade humana fundamental do trabalho, mas que não se restringia a ela. Essas premissas impediram Hannah Arendt de compreender o pensamento de Marx, possibilitando-lhe afirmar, equivocadamente, que esse pensador elegeu o trabalho sem sentido (nos termos arendtianos, labor) como atividade fundamental da condição humana, não alcançando o sentido fundamental da Política para Marx.

1.1.2 - A concepção arendtiana sobre o pensamento marxiano acerca dos (des)caminhos do fazer científico moderno e do sentido do trabalho

Conforme o exposto, para Arendt, foi na tradição que ocorreu a inversão fundamental entre a *vita contemplativa* e a *vita activa*, momento em que o *fazer* tornou-se mais importante que o *pensar*. Após a invenção de Galileu Galilei, o homem passou a depositar no *ato* sua busca pelo conhecimento. Segundo a filósofa, essa busca foi abrandada na era moderna, ou seja, uma das consequências desse processo foi o empobrecimento da própria reflexão:

seja como for, a experiência fundamental que existe por trás da inversão de posições entre a contemplação e a ação foi precisamente que a sede humana de conhecimento só pôde ser mitigada depois que o homem depositou sua fé no engenho das próprias mãos. Não que o conhecimento e a verdade já não fossem importantes, mas só podiam ser atingidos através da “ação”, e não da contemplação. Foi um instrumento, o telescópio, obra da mão do homem que finalmente forçou a natureza, ou melhor, o universo a revelar seus segredos. As razões para que se confiasse no fazer e se desconfiasse do contemplar ou observar tornaram-se ainda mais fortes após o resultado das primeiras pesquisas ativas. Desde que o ser e a aparência se divorciaram,

quando já não se esperava que a verdade se apresentasse, se revelasse e se mostrasse ao olho mental do observador, surgiu uma verdadeira necessidade de buscar a verdade atrás de aparências enganosas. Realmente, nada merecia menos fé para quem quisesse adquirir conhecimento e aproximar-se da verdade que a observação passiva ou a mera contemplação¹⁷².

Na visão de Hannah Arendt, a mudança ocorrida foi mais radical que a mera inversão entre a contemplação e ação, pois significou a perda da importância da filosofia, que fora substituída pela ciência, o que ocorreu não na tradição, mas na era moderna, quando “a filosofia passou a segundo ou mesmo terceiro plano”. Assim considerado, o saber filosófico pareceu condenado “a seguir sempre um passo atrás dos cientistas e de suas descobertas”. Nessa condição, “a filosofia não era necessária aos cientistas, que (...) acreditavam não precisar de uma serva”, de forma que, como consequência, os filósofos, até então conhecedores do mundo, “tornaram-se epistemologistas, preocupados com uma teoria global da ciência da qual os cientistas não necessitavam”¹⁷³.

Na medida em que a substituição da centralidade da *vita contemplativa* pela *vita activa* derivou da invenção de um artefato humano, dentro das atividades fundamentais que compõem a *vita activa*, aquela que foi considerada a mais importante para o desvendamento dos mistérios do mundo foi a fabricação. Mas, como ressalta Hannah Arendt, o fundamental para essa consideração não foi dado pelo instrumento fabricado em si, mas pelo *processo*. Assim, “em lugar do conceito de ser, encontramos agora o conceito de processo”, e se a natureza do ser se revela para a observação contemplativa, “é da natureza do *processo* permanecer invisível, algo cuja existência pode apenas ser inferida da presença de certos fenômenos”¹⁷⁴.

O que parece não ter sido tão relevante para Arendt nessa elaboração é o fato de que *todo* ato de fabricar é antecedido pela reflexão, pela prévia ideação. Ainda que estejamos imersos em uma sociedade em que o homem é alienado de si e, portanto, de seu próprio trabalho, essa condição fundamental para a atividade do fazer não pode ser abolida. Por desconsiderar esse âmbito da reflexão, Arendt atribuiu ao pensamento de Marx, erroneamente, a desconsideração do pensar, afirmando que sua filosofia fundamentava-se única e exclusivamente sobre a atividade de fabricação que, destituída da reflexão, seria então o trabalho em uma condição aquém de suas potencialidades¹⁷⁵.

¹⁷² ARENDT, Hannah. A condição humana. Pág. 303.

¹⁷³ Ibidem. Pág. 307.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Hannah Arendt, quando se refere a Marx ao longo de sua obra, afirma recorrentemente que para ele o importante é o labor e não o trabalho, chegando mesmo a corroborar a expressão de Karl Dunkmann que, segundo ela, “observa corretamente que o título da grande obra de Marx é inadequado: deveria ter sido

Ainda segundo Hannah Arendt, por não distinguir entre *labor* e *trabalho*, os “teoristas modernos”, tal como ocorrido na Antiguidade, não exploraram a diferença entre essas duas atividades. Porém, para a filósofa, essa não distinção na Antiguidade explica-se pelo desprezo dos antigos em relação ao *labor* e por sua posição inferior:

o motivo pelo qual esta distinção permaneceu ignorada e sua importância nunca foi examinada nos tempos antigos parece-nos bastante óbvio. O desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida que as exigências da vida na *polis* consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase em sua abstenção (*skhole*) e qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço.¹⁷⁶

Portanto,

laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade.¹⁷⁷

Entretanto, se é bastante óbvio para Arendt por que a distinção não ocorreu na Antiguidade, sua não realização é incompreensível na era moderna, uma vez que nela o trabalho tornou-se a atividade fundamental:

porém, é surpreendente que a era moderna – tendo invertido todas as tradições, tanto a posição tradicional da ação e da contemplação como a tradicional hierarquia dentro da própria *vita activa*, tendo glorificado o trabalho (*labor*) como fonte de todos os valores, e tendo promovido o *animal laborans* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale* – não tenha produzido uma única teoria que distinguísse claramente entre o *animal laborans* e o *homo faber*, entre ‘o labor de nosso corpo e o trabalho de nossas mãos’¹⁷⁸.

O que ocorre é que a autora não compreendeu a distinção feita, a meu ver, porque buscava os termos e os pressupostos que fundamentam sua elaboração. Ao não considerar ou não destacar a condição relevante do trabalho sob o modo capitalista de produção, Arendt não pôde considerar que, afinal, as reduções que atribuíam ao pensamento de Marx acerca do trabalho foram operadas efetivamente na reprodução social capitalista, que foi quem fez com que todas as “coisas do mundo moderno [tornassem-se] produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés dos produtos do trabalho, que se destinam a ser usados”¹⁷⁹.

system der arbeit”, já que o labor seria para esse autor a fonte de toda a riqueza. Ver: ARENDT, H. A condição humana. Obra citada. Nota 39; pág. 113.

¹⁷⁶ Ibidem. Pág. 91.

¹⁷⁷ Ibidem. Pág. 94.

¹⁷⁸ Ibidem. Pág. 96.

¹⁷⁹ Ibidem. Pág. 137.

Dessa forma, Marx, ao refletir sobre o processo de alienação do trabalho, localiza nele o fundamento do *estranhamento* do sujeito que, se inicialmente ocorre em relação ao produto de seu trabalho, na medida em que é ele o fabricante do mundo, alcança o estranhamento em relação ao seu próprio espaço, ao seu próprio mundo e, mais que isso, ao seu próprio ato. E, se o trabalho é a atividade responsável pela produção da materialidade do mundo e permite ao homem apropriar-se deste, o trabalho alienado produz um mundo estranhado, no qual o sujeito não se reconhece objetivado. Assim, ao atribuir a alienação ao pensamento de Marx, Arendt não percebe que a

interminabilidade da produção [que] só pode ser garantida se os seus produtos perderem o caráter de objetos de uso e se tornarem cada vez mais objetos de consumo ou, em outras palavras, se a taxa de uso for acelerada a tal ponto que a diferença objetiva entre uso e consumo, entre a relativa durabilidade dos objetos de uso e o rápido surgimento e desaparecimento dos bens de consumo, for reduzida até se tornar insignificante¹⁸⁰.

Essa é uma necessidade da reprodução do capital. Se, ao fazer suas elaborações em relação a Marx tivesse feito essa consideração, a autora teria entendido o quão acertado foi o título de “O capital” e, ainda, que o que Marx elaborou foi “uma crítica à economia política” e não a exaltação do trabalho ou do labor.

A meu ver, no conjunto do que falta à crítica arendtiana, é central o modo como a autora praticamente desconsidera que as elaborações de Marx partem de uma crítica radical ao modo de produção capitalista, à economia política a ele correspondente, à exploração de classes, defendendo, fundamentalmente, a restituição ao sujeito da possibilidade do exercício pleno da atividade Política. Retirar esses aspectos da crítica marxiana é retirar o seu fundamento. O que Marx afirmou foi que o pensamento metafísico, apartado de uma realidade explosiva, não correspondia mais à necessidade de uma época; e, ainda, que seria impossível a uma filosofia que objetiva compreender a verdade do ser desconsiderar aquilo que emergia da prática social. É nesse sentido que entendo se localizarem na própria incompreensão da autora os limites que Hannah Arendt atribuiu à reflexão marxiana acerca do trabalho.

1.2 - O debate acerca da importância do trabalho na sociedade contemporânea: o fim do trabalho, da luta de classes e os desvios de um debate limitado à aparência do fenômeno

Ao associar trabalho e labor, Hannah Arendt elaborou um importante *constructo* teórico sobre o que Marx chamou de trabalho alienado, ainda que tenha reduzido todas as

¹⁸⁰ Ibidem.

possibilidades do trabalho a essa condição. Nesse sentido, mesmo que tenha atribuído equivocadamente sua compreensão a Marx, sua elaboração permite-nos perceber como a forma histórica assumida pelo trabalho sob o capital degrada as potencialidades da condição humana. Foi sobre essa *forma* imposta ao trabalho, que não permite ao homem o seu desenvolvimento, mas que o deforma e o reduz porque atrofia suas potencialidades, que boa parte do debate acerca da centralidade do trabalho se assentou, desviando-se, afinal, do que efetivamente deveria ser central. E foi essa forma que fundamentou a reprodução social contemporânea, materializando-se sob o arranjo que aparece como empreendedorismo urbano.

Tal como Hannah Arendt, diversos autores que escreveram na segunda metade do século XX, em ampla medida motivados pelas transformações ocorridas na transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível, também localizaram no trabalho (e nas teorias que sobrevalorizaram seu lugar na reprodução social) o elemento central para elaborar sua crítica à reprodução social. Todavia, diferentemente da filósofa, em termos gerais, tais críticos não lograram avançar para além do aspecto fenomênico com o qual se depararam, o que teve como efeito o caráter redutor presente nas críticas elaboradas. Entretanto, o modo como situaram as críticas ao “mundo do trabalho”, no contexto em que estas foram engendradas, contribuiu para a elaboração de uma concepção de que, afinal, a reprodução social do espaço não se explicava mais tendo em conta o trabalho como uma de suas instâncias fundamentais. Ao contrário, seja por torná-lo secundário ou por decretar seu fim, elaborações dessa natureza ajudaram a pavimentar o caminho que levou ao que, supostamente, substitui o trabalho e o conflito de classes no âmbito da reprodução ampliada da riqueza. Contexto esse no qual o ajuste espacial e a reprodução do espaço urbano assumiram grande importância. Isso porque os espaços produzidos como “lugar do trabalho”, ao se tornarem alvo de ações de revalorização do capital por meio da reprodução/refuncionalização do espaço urbano, também cumpriram o papel de deslocamento das ações do Estado para esse âmbito. Considerando que foi esse o momento em que se deu o desmantelamento do chamado estado de bem-estar social, tal deslocamento, se não foi assim produzido, foi estrategicamente instrumentalizado.

No entanto, entendo que esses autores elaboraram uma crítica que necessita ser considerada principalmente não pelo que ela explicita, mas pelo que potencialmente oculta. Nos termos aqui elaborados, são esses aspectos que contribuem para a passagem do administrativismo público, em que as relações de trabalho ocuparam lugar de destaque para o que vem sendo chamado de empreendedorismo urbano, no qual os antagonismos que fundamentam essas relações são estrategicamente desconsiderados.

Nesse contexto, para os interesses desta tese, destaquei textos de quatro autores que apontaram para o fim e/ou a secundarização do trabalho para a compreensão das contradições contemporâneas. É importante ressaltar que não me propus a analisar a obra desses autores, mas apenas procurei considerar textos em que estes refletem sobre o trabalho. Os três primeiros considerados foram destacados pelo impacto que tiveram devido às suas posições assertivas, principalmente os textos produzidos por André Gorz e pelos autores que integram o Grupo Krisis. Já o destaque para os textos de Clauss Offe foi devido à recorrência como seus trabalhos aparecem como fundamento para outros autores, como será demonstrado a seguir. Já o quarto autor considerado foi Jürgen Habermas, que buscou elaborar algo que foi apropriado, em alguma medida, como uma “teoria substitutiva” à do “mundo do trabalho”.

Como última ressalva antes de avançar na análise dos referidos textos, destaco a relação sequencial destes posteriormente à análise sobre o trabalho para Hannah Arendt, que não se deve a uma associação dos textos, já que os últimos guardam diferenças temporais e de conteúdo em relação às elaborações arendtianas. Todavia, entendo que as elaborações da filósofa ajudam a compreender e mesmo a situar parte da crítica empreendida por esses autores ao se depararem com a expressão fenomênica dos limites de acumulação sobre o regime fordista.

1.2.1 - O fim do trabalho e seus (supostos) substitutos: diálogos com André Gorz, Clauss Offe e os autores do Manifesto contra o trabalho

André Gorz, em “Adeus ao proletariado”¹⁸¹, ao refletir sobre o movimento operário e sua insuficiência, explicita em ampla medida sua concepção de trabalho reduzida à condição de

¹⁸¹ Em “Metamorfoses do trabalho”, André Gorz relativiza algumas de suas afirmações e mesmo a perspectiva de adeus ao proletariado, e caminha em busca de paliativos para a crise do trabalho. Uma das principais propostas é a drástica redução da jornada de trabalho (duas horas diárias) e o emprego do restante do tempo em atividades voluntárias, como cuidar de idosos, crianças, jardins etc. Na

emprego, por limitar-se à sua forma histórica e a um determinado contexto específico, tal como se materializara para ele na segunda metade do século XX.

Entretanto, o que esse autor parece não ter considerado (tal como muitos autores que concebem o trabalho como “fundamento ontológico”, como um fim em si mesmo) é que a crise manifestada a partir do final da década de 1960 não foi uma crise do “mundo do trabalho” ou do movimento operário, mas uma crise mais ampla, que alcançou os termos da própria reprodução social sob o capitalismo. Contudo, mesmo considerando essa crise a partir de uma de suas dimensões, a do crescimento da riqueza monetária, esse autor parece não ter considerado o fato de que um dos seus fundamentos foi o declínio e posterior esgotamento das possibilidades de acumulação de capital sob o regime de acumulação fordista e, portanto, da forma assumida pelo movimento operário que correspondeu a esse regime de acumulação.

Assim, por ater-se a fragmentos da crise do capital e às saídas encontradas para tentar resolvê-la, André Gorz apresentou um entendimento que não alcançou a essência da contradição sobre a qual se propôs a refletir, chegando mesmo a afirmar (erroneamente) que “nunca o capitalismo foi tão pouco capaz de resolver os problemas que engendra”. Ainda que tenha reconhecido que “essa incapacidade não lhe [era] fatal”, o autor a atribuiu ao fato de o capital ter adquirido “a faculdade, pouco estudada e mal compreendida, de dominar a não-solução de seus problemas; saber sobreviver a seu mau funcionamento”¹⁸². Como consequência da acepção de trabalho com a qual operou, pôde afirmar que o sucesso obtido pelo capital “em reduzir o poder operário sobre a produção” e ter feito com que os “trabalhadores chamados a dominar máquinas gigantes fossem dominados no e pelo trabalho de dominação que deviam executar” correspondesse ao domínio sobre as potencialidades do trabalho e, assim, que “a onipotência coletiva de uma classe produtora do mundo e da história é totalmente incapaz de se tornar sujeito consciente de si em seus membros”, já que “a classe que (...) desenvolve e põe em ação a totalidade das forças produtivas é incapaz de se apropriar

“desradicalização” em relação a seu momento anterior, fica bastante nítida a adoção de vias reformistas que, supostamente, seriam capazes de superar a crise de reprodução social que, erroneamente, atribuiu à crise do trabalho ou do movimento operário.

¹⁸² André Gorz apresenta esse entendimento já no início de seu livro e o retoma de diferentes formas ao longo de toda a sua construção teórica. Outro elemento que foi bastante explorado por esse autor foi o recurso de expressar pela negação aquilo que ele não explica. Assim, a “não solução” dos problemas do capital ocorre em uma não sociedade de não trabalhadores que compõem (?) uma não classe. Pag. 25.

dessa totalidade”. Considerando nesses termos, só pôde concluir que “o trabalhador coletivo permaneceu exterior aos proletários”, de forma que “o desenvolvimento capitalista deu-lhe uma estrutura tal que é impossível que os proletários de carne e osso se reconheçam nele, identifiquem-se com ele, interiorizem-no como sua realidade e sua potência própria”¹⁸³. Diante de tais afirmações, penso ser possível afirmar que o autor só conseguiu ver o futuro como uma extrapolação do presente, nos termos já determinados.

Outro aspecto relevante do texto em questão de André Gorz foi que nele o autor generalizou o trabalhador do movimento operário europeu dos anos de 1950-70 como correspondente ao trabalho e à sua potencialidade. Assim, quando esse movimento entrou em crise, o autor só pôde entendê-la como uma crise *do* trabalho. Ao partir dessa premissa, o que Gorz não considerou foi que o motivo da crise do movimento operário que se associou à crise de acumulação do regime de acumulação fordista deveu-se ao que Alain Bihl chamou de *pacto fordista*, em que *capital*, *Estado* e *movimento operário* assumiram compromissos bem definidos para a expansão do capital¹⁸⁴. Nesse sentido, ao sustentar sua análise sobre o movimento operário europeu tradicional, que renunciou à sua luta contra o capital e adotou uma postura reformista, esse autor, para legitimar suas afirmações, distorceu as elaborações de Marx ao atribuir-lhe a defesa desse tipo de movimento:

como o de todo e qualquer clero, esse pensamento reflete e prolonga uma atitude escatológico-religiosa: a fé na transformação – para além da história que é fim e começo da História – do Nada em Tudo. Basta que o proletário, totalmente negado por um sistema social fundado sobre sua alienação perpétua, aceite-se em seu despojamento e negue-se totalmente como indivíduo para recuperar, como classe, a totalidade do que lhe é alienado: ele deve se perder como indivíduo para se encontrar, como classe, senhor do sistema que o aliena. (...) Assim, a ideologia do movimento operário tradicional valoriza, perpetua e, se a ocasião se apresentar, arremata a obra iniciada pelo capital: a destruição da capacidade de autonomia dos proletários. O proletário acabado é aquele cujo trabalho, inteiramente heterônomo, só tem utilidade quando combinado com o trabalho de um grande número de outros trabalhadores. Esse trabalho é *puramente social*. O saber profissional que, quando é o caso, ele implica, é totalmente esvaziado

¹⁸³ Ibidem. Pág. 40.

¹⁸⁴ Alain Bihl apresenta notável reflexão sobre a crise de reprodução do capital devido à crise de acumulação sob o fordismo. Nessa reflexão, o autor demonstra de forma bastante clara como o movimento operário europeu abdicou de sua luta histórica contra o capital e adotou a estratégia reformista que, se por um lado estendeu uma mínima parte dos ganhos econômicos para segmentos do movimento, por outro contribuiu decisivamente para a fragmentação da classe operária, impondo uma hierarquia dentro desse movimento. O que distingue radicalmente a reflexão e a crítica de Alain ao movimento operário em relação à análise que André Gorz apresenta, é que Bihl não apenas localiza a gênese da crise do movimento operário no próprio pacto fordista, ou seja, bem antes dessa acontecer. Ver: BIHL, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

de valor de uso para aquele que o executa: o operário não pode, de maneira alguma, servir-se dele para fins pessoais, domésticos, privados¹⁸⁵.

Em meio a argumentos que assim se sustentam, André Gorz dá continuidade à sua suposta demonstração da desimportância da esfera do trabalho na/para a sociedade contemporânea. Baseado em pesquisas realizadas pelo próprio capital (e supostamente científicas), delineia um quadro futuro de escassez de trabalho, como apresenta em “Adeus ao proletariado”. De fato, se nos ativermos ao trabalho industrial formal dentro dos limites da Europa ocidental, o quadro apresentado por Gorz não está de todo errado. Isso porque a saída encontrada pelo capital para a reversão da tendência de queda da taxa lucro foi um ataque frontal aos direitos trabalhistas e aos trabalhadores inseridos no quadro de direitos obtidos pelas lutas destes no âmbito do pacto fordista, o que foi possível pela transferência de unidades produtivas para a “periferia” do capitalismo. Ou, nos termos elaborados por David Harvey, pela inscrição em seus circuitos das desigualdades socioespaciais em escala regional como fundamento do ajuste espacial em curso.

Sendo assim, esse autor secundarizou sua análise afirmando que, ao mesmo tempo em que diminuía os postos de emprego protegidos pelas legislações trabalhistas dos países centrais da economia capitalista, expandiam-se em outras regiões do globo aqueles submetidos a um elevado grau de precarização. Foi nesse sentido que Naomi Klein demonstrou, ao refletir sobre a separação operada entre a marca e a unidade de produção, que os postos de trabalho fechados na Europa Ocidental foram reabertos sob formas bem mais precárias em outras regiões do globo sob o objetivo de se beneficiarem das desigualdades regionais em escala mundial¹⁸⁶.

Ao considerar o “mundo do trabalho” como lugar da heteronomia, André Gorz elegeu o “mundo da vida”, que (supostamente) se localiza fora do trabalho, como o mundo da autonomia. Assim, afirmou que “não se trata mais de saber aonde vamos, nem de desposar as leis imanentes do desenvolvimento histórico. Não vamos à parte alguma”, pois “a História não tem sentido; não há nada a esperar dela nem nada a lhe ser

¹⁸⁵ GORZ, A. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense, 1982. Pág. 48-49.

¹⁸⁶ No curso desta pesquisa, retomarei as análises e dados elaborados por essa autora, bem como por outros autores, para demonstrar o quanto da reprodução desigual do espaço foi fundamental à reprodução ampliada do capital e como o debate sobre a centralidade do trabalho, uma vez que permanece na aparência do fenômeno, não pôde apontar para essa consequência. Klein, N. Sem logo. A tirania da marca em um planeta vendido. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

sacrificado”. E, por entender assim, pôde afirmar que “não se trata mais de nos devotarmos a uma Causa transcendente que resgataria nossos sofrimentos e nos reembolsaria com juros o preço de nossas renúncias”, na medida em que “a lógica do capital nos conduziu ao limiar da liberação” que, todavia, “somente será transposto por uma ruptura que *substitua a racionalidade produtivista por uma racionalidade diferente*”¹⁸⁷. Nitidamente, o autor sucumbe ao discurso fatalista neoliberal de que não há alternativa, conforme apontou Carlos Vainer quando se propôs a refletir sobre as possibilidades inscritas nas e pelas escalas de poder¹⁸⁸. Assim, para Gorz,

o reino da liberdade não resultará jamais dos processos materiais: só pode ser instaurado pelo ato fundador da liberdade que, reivindicando-se como subjetividade absoluta, toma a si mesma como fim supremo de cada indivíduo. Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador; pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes¹⁸⁹.

Possivelmente, o ato fundador da liberdade ao qual Gorz se refere advém do âmbito da Política. Todavia, entendo que dificilmente a mesma poderá ser alcançada fora do processo da luta de classes. Portanto, se o “reino” da liberdade não resultará desse campo, este também não poderá se constituir como o possível da dialética do possível-impossível sem que a heteronomia que fundamenta os processos de reprodução material da vida seja superada.

Por sua vez, essa superação não poderá ocorrer pelo decreto teórico da perda da importância do trabalho para a reprodução socioespacial contemporânea. Se, conforme alertou José Geraldo Pedrosa a partir do diálogo estabelecido com Adorno e Marx, o trabalho é o reverso do capital¹⁹⁰, sob uma sociedade capitalista é impossível secundarizar o trabalho, o que não significa, entretanto, hipostasiá-lo ou torná-lo o fundamento da

¹⁸⁷ Ibidem. Pág. 93.

¹⁸⁸ No artigo ao qual faço referência, Carlos Vainer aponta algumas das questões primordiais que envolvem as escalas de poder e as diferenças regionais nesse momento histórico em que as sociedades caracterizam-se como sociedades que operam em ou são submetidas pelo âmbito global, que assume cada vez mais uma condição urbana. Embora não seja uma questão nesse momento para o autor, ao defender a necessidade de considerar as disputas entre as regiões ou, conforme denominou, a “guerra de lugares” estabelecida para atrair grandes empresas capitalistas, Vainer deixa implícito o quanto é importante considerar a espacialidade da questão que está posta, qual seja, as estratégias adotadas pelo capital como alternativas para a recuperação das taxas de lucro que entraram em declínio que apontaram o esgotamento do pacto fordista. E, na medida em que a consideração da espacialidade dessas estratégias é de fundamental importância, atente-se, como fez André Gorz, aos eventos ocorridos na Europa Ocidental somente poderia levar a uma compreensão parcial do fenômeno. Ver: VAINER, C. B. O poder das escalas e as escalas de poder. O que pode o poder local? In: CARDOSO, A. L. et. al. Planejamento e Território. Ensaio sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: DP&A; IPPUR/UFRJ, 2002.

¹⁸⁹ Ibidem. Pág. 93.

¹⁹⁰ PEDROSA, J. G. Trabalho e educação no capitalismo tardio: crítica do trabalho hipostasiado. Obra citada.

humanização, como se a finalidade/causalidade que o trabalho comporta, juntamente com sua capacidade de objetivação do sujeito, pudesse torná-lo a finalidade do existir humano. Isso seria entendê-lo (o trabalho) como uma atividade em si e para si, o que, fatalmente, por caminhos diversos, leva ao mesmo ponto: o da defesa da atividade do trabalho como *a atividade fundamental do humano*, o que, afinal, não está tão distante do que fundamenta a reprodução capitalista, mas, certamente, se distancia de sua superação.

Outro aspecto limitante da concepção de André Gorz apresentado em “Adeus ao proletariado” é que o sujeito da liberdade não poderia mais exercê-la no espaço público, mas apenas nos limites de sua vida cotidiana, único espaço que, para o autor, escapou da reprodução do capital. Nesse sentido,

a esfera de soberania individual *não é fundada sobre simples desejos de consumo nem apenas sobre atividades de divertimento e recreação*. É constituída, mais profundamente, por atividades sem fim econômico, com finalidade em si mesmas: a comunicação, a dádiva, a criação e o prazer estéticos, a produção e reprodução da vida, a ternura, a realização das capacidades corporais, sensoriais e intelectuais, a criação de valores de uso (objeto ou serviços mútuos) sem valor mercantil e cuja produção mercantil seria impossível por não ter rentabilidade – em resumo, um conjunto de atividades que, constituindo o próprio estofo da vida, têm, na vida, o direito de ter um lugar não subordinado mas primordial. A inversão da ordem de prioridades, com a subordinação do trabalho social com finalidade econômica à expansão das atividades da esfera da autonomia individual está acontecendo em todas as classes das sociedades superdensas (...): a verdadeira “vida” começa fora do trabalho, o trabalho torna-se um meio de ampliar a esfera do não-trabalho, é a ocupação temporária pela qual os indivíduos adquirem a possibilidade de dar continuidade às suas atividades principais.¹⁹¹

Nos termos de André Gorz, parece então ser um fato dado (não possível de ser revertido?) que amplos setores da reprodução socioespacial são do capital e que não há nada a fazer. Restaria, então, apenas defender a trincheira restante, a da vida cotidiana, para que “o conjunto de atividades que [constituem] o estofo da vida [tenha] o direito de ter um lugar não subordinado”¹⁹². Porém, do mesmo modo que não é possível se apartar de todas as instâncias que compõem a reprodução da vida, também é ilusório acreditar que esse conjunto de atividades ao qual o autor se refere ficará para sempre ou mesmo se encontre livre da subordinação imposta pelas necessidades de reprodução do capital. Nesse sentido, apegar-se a essa ilusão é desconsiderar que o capital, em seu movimento de reprodução ampliada, o faz buscando subordinar e inscrever tudo e a todos em seus

¹⁹¹ Ibidem. Pág. 100-101.

¹⁹² Ibidem. Ibidem.

circuitos de reprodução. Assim, a “trincheira da autonomia” idealizada por Gorz seria, na melhor das hipóteses, provisória. Contudo, o que já se materializa é a pior delas. De fato, as estratégias adotadas pela indústria da construção civil explicitam como se busca inscrever o cotidiano e as necessidades subjetivas daí advindas em seu circuito de produção. E, dessa maneira, oferecem, na forma da mercadoria, o suposto alento para o mal-estar que se origina das necessidades forjadas no âmbito da vida cotidiana¹⁹³.

Assim, ao conceber que a alternativa reside na esfera da autonomia que, pelo que deixa claro, é o mundo fora do trabalho, o da vida cotidiana¹⁹⁴, apartando um do outro, o que Gorz não concebe é o que Henri Lefebvre, em a “Revolução urbana”, apontou como fundamental: o engendramento de estratégias que permitam arrancar o espaço – a reprodução do espaço – das “garras” da reprodução do capital, garantindo que a sua reprodução se dê em função das necessidades de reprodução e de realização da vida.

A meu ver, ao confundir trabalho com emprego, André Gorz situa-se entre aqueles “pensadores de esquerda” que adotaram uma perspectiva finalista para a luta de classes entre capital e trabalho, quase que nos moldes do “fim da história”, como bem criticou Russel Jacoby¹⁹⁵. Assim, pôde recorrer a uma vida que, supostamente, poderia se realizar fora do trabalho e, principalmente, das relações que o colonizaram.

1.2.2 - Manifesto contra o trabalho

Outro escrito que se faz presente como referência no debate sobre a centralidade do trabalho na segunda metade do século passado é o “Manifesto contra o trabalho”, assinado pelo Grupo Krisis.

Nesse manifesto, os autores pretenderam deixar claro o fim do trabalho ou, pelo menos, de sua importância para entendermos a sociedade contemporânea. Foi nesse sentido que afirmaram que “um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho”¹⁹⁶. Se, de fato, vivemos numa sociedade que hipostasiou o trabalho, o fazemos porque a sociedade capitalista tem no trabalho – produtor de mais-valia – o fundamento da

¹⁹³ Essa discussão é retomada nos capítulos quatro e cinco desta pesquisa.

¹⁹⁴ Já no pós-fácio, ao reconhecer que de acordo com as necessidades do capital “inventam-nos novas penúrias e carências, novos luxos e novas pobreza, deliberadamente, sistematicamente”, o autor reconhece indícios de que, afinal, o “mundo da vida” fora colonizado pelo mesmo colonizador que impôs ao trabalho a sua forma alienada. *Ibidem*. Pág. 42.

¹⁹⁵ JACOBY, R. *Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁹⁶ Grupo KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Editora Conrad, 2003. Pág. 15.

ampliação e da acumulação da riqueza. Se partirmos desse princípio e, junto com ele, considerarmos que a forma capitalista de produção e acumulação está longe de indicar seu esgotamento, considerar o trabalho como “um cadáver que domina a sociedade” é incursionar por um desvio que, se se propôs a uma crítica radical à reprodução do capital, caminhou em seu sentido oposto.

Após essa afirmação necrofóbica, os autores do “Manifesto contra o trabalho” apresentaram uma premissa bastante recorrente em “Adeus ao proletariado”, de André Gorz. Refiro-me aqui ao fato de que a defesa do trabalho, contemporaneamente, é feita primordialmente pelos representantes das estruturas do capital e do Estado. Ainda que essa premissa não seja equivocada – pois, conforme já dito anteriormente, o capital dependente nevrálgicamente do trabalho –, por operarem com o trabalho reduzido à condição emprego, os autores não puderam distinguir as nuances que envolvem a defesa efetuada que tem no trabalho sua dimensão criadora, como atividade de fabricação da materialidade do mundo. E, mais que isso, não consideraram o quanto é favorável aos interesses das classes dominantes e/ou dirigentes essa junção, como se se tratasse da mesma crítica, como se ambas estivessem desradicalizadas de suas raízes. E, por se prenderem a um determinado momento histórico (o da crise do regime de acumulação fordista) e a um recorte territorial (a Europa Ocidental), também o entenderam como o fim da atividade do trabalho. A reboque desses pressupostos, puderam afirmar que “os que ainda não desaprenderam a pensar reconhecem facilmente que essa postura [de reivindicar trabalho] é infundada, pois a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto”. De fato, os autores do Manifesto apontam bem para o limite de que não se trata da reivindicação de trabalho como fim em si e atividade para si. Mas, como consequência da análise restrita ao contexto europeu ocidental, entenderam que o capital havia chegado a um estágio em que supostamente seria capaz de reproduzir o valor sem o trabalho, concepção, aliás, fundamental para se decretar o funeral do trabalho e se arrumar para participar dele. Sob tal concepção, os integrantes do Grupo Krisis puderam afirmar que, contemporaneamente, “a produção da riqueza desvincula-se cada vez mais, na seqüência da revolução micro-eletrônica, do uso da força de trabalho humano” e, ainda, que “a venda da mercadoria força de trabalho será

no século XXI tão promissora quanto a venda de diligências no século XX”¹⁹⁷. A meu ver, é desnecessário dizer o quão equivocados estavam em relação a essas afirmações, pois, se não for suficiente a simples observação da realidade cotidiana, seja em que país for, basta ter contato com algumas pesquisas, como a realizada pela jornalista Naomi Klein, já citada anteriormente¹⁹⁸.

Sendo assim, entendo que, tal como André Gorz, os integrantes do Grupo Krisis compreenderam apenas o *trabalho tornado abstrato*, reproduzidor de uma riqueza abstrata, desconsiderando dessa maneira sua dimensão criadora e objetivadora do sujeito, o que, afinal, é o que permite a este reconhecer-se no mundo, pois, no limite, o mundo produzido contém parte de sua essência. Em ambos os escritos é notória a influência da crise do trabalho sob o regime de acumulação fordista.

após a segunda guerra mundial, por um curto momento histórico, pôde parecer que a sociedade do trabalho nas indústrias fordistas tivesse se consolidado num sistema de ‘prosperidade eterna’, no qual a insuportabilidade do fim em si coercitivo tivesse sido pacificado duradouramente pelo consumo de massas e pelo Estado social. Apesar de essa idéia sempre ter sido uma idéia ‘hilótica’ e democrática, que só se referiria a uma pequena minoria da população mundial, nos centros ela também necessariamente fracassou. Na terceira revolução industrial da microeletrônica, a sociedade mundial do trabalho alcança seu limite histórico absoluto¹⁹⁹.

Além de revelar uma compreensão reduzida dos eventos históricos, o Grupo Krisis não observou que a revolução da microeletrônica, juntamente com os demais elementos que compuseram a redefinição do capital após o declínio do regime de acumulação fordista, abriu caminho para a superexploração de trabalhadores que não se encontravam sob a proteção do aparato estatal constituído nesse período. Como já dito, trata-se de práticas contemporâneas que revelam a reatualização da superexploração que nada ficam a dever àquelas ocorridas no período que Marx denominou de acumulação primitiva. Fica, então, a questão: as formas de exploração adotadas na acumulação originária do capital correspondem a uma fase específica da reprodução do capital ou,

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Outro aspecto desse estudo foi que, ao analisar o crescimento da marca e os investimentos de capital em publicidade, Naomi Klein associou esse fato à superexploração do trabalho por indústrias dos países desenvolvidos da periferia do mundo capitalista. Em seu livro, a autora traz inúmeros relatos e descreve minuciosamente a recorrência a ações do capital que não deixam nada a dever àquelas descritas por Marx nos estertores do capitalismo na Europa Ocidental.

¹⁹⁹ Ibidem. Pág. 59.

como necessidade fundamental para que esta se efetue, necessitam de ser permanentemente reatualizadas e reempregadas como condição de reprodução ampliada? Se considerarmos a primeira afirmação como verdadeira, eventos como os apresentados por Naomi Klein podem e devem ser entendidos como práticas arcaicas anacrônicas e atópicas, na medida em que não correspondem a esse tempo e espaço. Porém, como bem demonstrou Francisco de Oliveira, se a modernização das relações de produção se dá produzindo o moderno no arcaico, ela também é tributária da reprodução do arcaico no moderno. Talvez devêssemos nos perguntar em nossa reflexão se essas ações brutais de exploração que, no limite, alcançam os “confins do humano”, são mesmo arcaicas e, portanto, anacrônicas, ou se não seriam, de fato, de nosso tempo ou, mais que isso, de todo o tempo em que tempo, homem e espaço estiverem submetidos à reprodução ampliada do capital.

Assim, porque não consideraram essas interações, os autores do “Manifesto contra o trabalho” não compreenderam que, de fato, não se tratou de um momento de redução do trabalho abstrato pela redução do número de empregos, mas de seu aumento exponencial a partir do aprofundamento das relações de exploração de trabalhadores em outras regiões do mundo, diante das condições abertas pelo aprofundamento da mundialização do capital, que se fundamenta na inscrição da desigualdade regional em seus circuitos de reprodução. A menos que se considere, tal como a perspectiva colonialista, apenas a Europa, o que se revelou no momento histórico circunscrito pela análise presente do “Manifesto contra o trabalho” não foi a morte do trabalho ou o seu fim, mas sim sua extensão em âmbito global, principalmente para áreas em que os trabalhadores se encontravam desorganizados e sem um aparato legal de proteção consolidado²⁰⁰.

Diante do exposto, entendo como equivocado não apenas o decreto do fim da luta de classes como esses autores afirmam, mas também a concepção que apenas equipara capital e trabalho, quase que os colocando lado a lado, sem extrair suas consequências. Indubitavelmente, o trabalho, na sua forma alienada, é o reverso da mesma moeda do capital, na medida em que este só existe mediante a existência daquele.

²⁰⁰ E mesmo onde os trabalhadores estão relativamente consolidados, como no Brasil, isso pode não constituir argumento suficiente. De fato, está na agenda da “política” de Estado a revisão das leis trabalhistas no país, sob o pressuposto de que elas são ultrapassadas e que atuam no sentido de restringir o aumento da produção.

Todavia, sua dimensão criadora da materialidade do mundo e sua potencialidade de objetivação do sujeito, que permite a este reconhecer-se nesse mundo pelo produto e processo de seu trabalho, não podem ser desconsideradas, pois, dessa maneira, aceitar-se-ia que a reflexão seja pautada apenas no e pelo âmbito econômico da reprodução social, rompendo com e desconsiderando os elementos e potencialidades que advêm do nível do social e do político.

É bastante perceptível que ao se manifestarem contra o trabalho, os integrantes do Grupo Krisis manifestaram-se contra a reprodução do capital que, em seu processo de acumulação, degrada a natureza, inclusive a humana. Contudo, entendo que “lançam fora a criança junto com a água suja” quando se equivocam ao afirmar que “o trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades”. Ao contrário do que formularam (e, portanto, se contradisseram), essa dimensão está presente e fundamenta a atividade do trabalho, visto que, *por meio do trabalho como atividade produtiva e criadora, “enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, cultivarão hortas, farão músicas”*²⁰¹.

1.2.3 - O fim do trabalho e a sociedade do lazer: diálogo com Clauss Offe sobre o fim do trabalho

Outro autor que teorizou sobre a perda da centralidade do trabalho para compreendermos a sociedade contemporânea foi Clauss Offe, a partir do que entendeu como relativo ao futuro da sociedade do trabalho²⁰². Tal como os autores anteriormente citados, Offe considerou o trabalho a partir do modo como ele se manifestou predominantemente sob a reprodução capitalista e, principalmente, diante das intensas reformas ocorridas no capital e no emprego do trabalho na segunda metade do século XX.

A meu ver, foi por operar com tal redução que limitou a crise da reprodução social à crise da “sociedade do trabalho” que, redutoramente compreendida, corresponderia apenas à diminuição da empregabilidade no setor fabril dentro dos países centrais da economia capitalista.

²⁰¹ Ibidem. Pág. 33.

²⁰² OFFE, C. Trabalho e Sociedade. Problemas e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Conforme explicita ao longo de seus escritos, o autor entendeu que o trabalho assalariado havia perdido sua condição de referência social, o que, supostamente, legitimaria a compreensão da reprodução social contemporânea fora do trabalho, principalmente considerando-se outras relações que compõem a vida cotidiana, como a importância crescente das atividades de lazer para a reprodução social²⁰³. A partir de sua compreensão acerca da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, Clauss Offe chega a afirmar que o crescimento do número de empregos no que chamou de “setor improdutivo” não pode ser entendido como trabalho, porque, supostamente, não seria produtivo. Segundo ele, “o trabalho em serviços difere do trabalho produtivo pela falta de um ‘critério de eficiência econômica’ claro e incontroverso, do qual possam ser estrategicamente derivados o tipo e a quantidade, o lugar e o ritmo de trabalho aconselháveis”²⁰⁴. Essa compreensão foi a base para que o autor acreditasse haver uma diferenciação “no interior do conceito de trabalho” que acabou se constituindo no fundamento de seu argumento de que “não se pode mais falar de um tipo basicamente unificado de racionalidade, que organizaria e governaria o conjunto da esfera do trabalho”²⁰⁵.

Embora Clauss Offe tenha observado acertadamente que “o conjunto da esfera do trabalho” se complexificara, principalmente pela reconstituição de condições bastante precárias de trabalho sustentadas pela dispersão do capital e por sua mobilidade geográfica²⁰⁶, ao elaborar sobre esse processo, o autor caminhou para a conclusão da “centralidade do trabalho”. Partindo dessa compreensão, expôs duas concepções equivocadas. Primeiro, se o trabalho perdeu a centralidade é porque, em algum momento, ele foi central para a reprodução social. Se essa centralidade perdida considera que o trabalho foi *a atividade* buscada, o *elemento* almejado na e pela reprodução social, o equívoco de Clauss Offe ocorre ao atribuir ao trabalho a condição de atividade com fim em si e para si. A história da luta de classes está aí para demonstrar que pelo menos para as classes trabalhadoras a reivindicação não foi de trabalho, mas de construção da *autonomia* política que, entre outras dimensões,

²⁰³ Para Clauss Offe, uma boa indicação da perda da importância do trabalho seriam as tentativas de compreensão sociológica da reprodução social contemporânea pelo mundo da vida.

²⁰⁴ OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? RBCS, N° 10, Volume 04, junho de 1989. Pág. 10.

²⁰⁵ Ibidem. Pág. 11. Ao observar que o trabalho enfraqueceu-se no nível da integração social, Clauss Offe demonstra (ou pretende demonstrar) esse enfraquecimento através do hedonismo, que “é bastante evidente na indústria do turismo e do lazer, cujos prospectos parecem, às vezes, um manifesto contra o trabalho. Observem, por exemplo, esse anúncio publicado no Neue Westfälische Zeitung, em 17 de março de 1982: ‘Leve o seu lazer a sério. Ele é a parte mais importante de sua vida!’ Destaco essa citação do autor porque, a meu ver, algumas de suas conclusões basearam-se nesse tipo de observação.

²⁰⁶ HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

comporta a autonomia sobre a atividade do trabalho. Se o trabalho como atividade em si e para si foi central, também o foi para o capital. E se é nesse sentido que Clauss Offe afirma que o trabalho como atividade em si e para si é descentralizado, incide em outro equívoco de outra natureza, já que é no âmbito do trabalho abstrato que se produz a mais-valia base para a produção e reprodução ampliada do valor. Assim, sob qualquer uma das perspectivas, não há sentido na questão colocada pelo autor *que a sociedade se apresentava menos configurada pelo trabalho e, ainda, que o trabalho havia se tornado menos importante para os indivíduos*. Esta só tem algum sentido se se operar com um desvio fundamental, qual seja, o da suposta superação da luta de classes.

Mas, como uma resposta positiva às questões suscitadas, e demonstrando que opera com o trabalho para o capital e seu sentido para o trabalhador, Clauss Offe considerou o já citado crescimento do emprego no chamado “setor de serviços” (que na sua compreensão é trabalho improdutivo). A partir daí, afirmou que uma racionalidade diferente da existente no setor industrial fez com que houvesse uma “erosão dos alicerces culturais e políticos de uma identidade coletiva centrada no trabalho”. Como consequência, essa racionalidade teria sido ampliada para além dos “dilemas das formas de trabalho assalariado ou da dependência com relação ao salário”, de modo que estes não eram mais “o foco de intenção coletiva e de divisão social e política”²⁰⁷. Ou seja, embora aparentemente opere com a dimensão ampla do trabalho para os trabalhadores, sua concepção é a de trabalho com fim em si e para si. E, no que se refere ao capital, por não compreender o que distingue a produtividade do trabalho, pôde afirmar que este perde cada vez mais importância na sociedade contemporânea.

Finalmente, ao inserir em sua conclusão que o trabalho não é mais o objeto coletivo que perpassa o nível social e o político, o autor não considera a relação existente entre o econômico, o social e o político. Se assim o fosse, dificilmente teria chegado às conclusões que chegou, principalmente com a separação que opera entre o que chamou de “mundo da vida” e “mundo do trabalho”. Dessa forma, apesar de apontar elementos da crise de reprodução social, por restringi-la ao “mundo do trabalho”, Clauss Offe pode operar com a distinção entre “mundo do trabalho” e “mundo da vida” e lançar sobre o “mundo do trabalho” aquilo que cerceia as possibilidades de desenvolvimento e autonomia do indivíduo, elegendo, assim, o que chamou de “mundo da vida” como o lugar de sua realização.

²⁰⁷ OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? RBCS, N° 10, Volume 04, junho de 1989. Pág. 9.

É justamente no pensamento desse autor que se explicita o risco inscrito no desvio da questão central, que é a reprodução social fundamentada na desigualdade de classes. Ao eleger o que chamou de mundo da vida como lugar da autonomia e da realização dos anseios do sujeito social e definir o mundo do trabalho como cada vez menos importante na e para a reprodução social, fica implícita também a desimportância desse embate. Mais ainda, fica claro que o próprio capital, supostamente, se desinteressa cada vez mais pelo trabalho como produtor de mais-valia. É nesse sentido que entendo como um desvio esse debate e a aproximação dos discursos, como se, afinal, houvesse hoje um consenso quanto ao fim do trabalho. Além disso, se uma reivindicação histórica dos trabalhadores, o fim da exploração do trabalho, fosse alcançada, não pelo conflito de classes, mas pelos acordos e pactos firmados entre capital e trabalho, tal fato demonstraria que, afinal, eles não são tão antagônicos assim.

Porém, ao aproximar a crítica de Clauss Offe à elaborada pelos autores do “Manifesto contra o trabalho”, entendo ser necessário apontar em que divergem, sob risco de incorrer na aproximação perigosa a que me referi anteriormente. Ao contrário do Grupo Krisis, que nega a reprodução social sob o capitalismo, cuja crítica radical ao trabalho se deve ao entendimento de ser este o veículo de reprodução do capital, Clauss Offe defende *apenas a mudança na compreensão sociológica da sociedade atual*²⁰⁸, cujo objetivo é, a meu ver, o de legitimar novos caminhos de reprodução social, como a “governança ampliada” supostamente possível pelo consenso, já que não há antagonismos, mas diferenças de “pontos de vista”. Assim, no lugar do trabalho descentralizado como centro de análise, Offe defende “uma revisão da teoria sociológica da estrutura e do conflito”, já que,

se é verdade que as formas contemporâneas de atividade social, geralmente designadas como ‘trabalho’, não possuem uma racionalidade comum nem partilham características empíricas, e se o trabalho é, neste sentido, não apenas objetivamente disforme mas também está se tornando subjetivamente periférico, [cabe perguntar] quais são os conceitos sociológicos da estrutura e do conflito apropriados para descrever uma sociedade que, no sentido aqui adotado, deixou de ser uma ‘sociedade do trabalho’²⁰⁹.

A essa questão, Clauss Offe responde com as elaborações de outro autor, Jürgen Habermas, e sua *teoria da ação comunicativa* que

descreve a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como um antagonismo enraizado na esfera da produção, mas como uma colisão entre os ‘sub-sistemas’ de ação racional-intencional, mediados pelo dinheiro e pelo

²⁰⁸ Essa diferença não é desimportante, porque a elaboração de Clauss Offe (recorrentemente citado por Habermas) supostamente fundamenta-se no fim da luta de classes, sendo possível amalgamar os interesses de classes que até então apareciam como antagônicos.

²⁰⁹ Ibidem. Pág. 17.

poder de um lado, e um 'mundo da vida cotidiana' que resiste obstinadamente a esses sistemas de outro²¹⁰.

Nas formulações de Habermas, que, tal como Clauss Offe, entende haver na atualidade uma nova organização social que não se pauta mais pelo “antagonismo enraizado na esfera da produção”, revelam-se novos (e perversos) desvios. Como não há mais antagonismo na seara do debate – porque este é enraizado na esfera da produção e não é lugar da autonomia, podendo, portanto, ser desprezado –, os diferentes pontos de vista poderiam e deveriam ser debatidos para que, afinal, se alcançasse o consenso, já que “conversando a gente se entende” e sem o “radicalismo antagônico” é possível conversar.

Assim, Clauss Offe também reduziu trabalho a emprego e, ao considerar as diferenciações ocorridas nessas modalidades, impôs uma segunda redução, afirmando não poder tratar-se de trabalho, com o intuito de negar a influência deste na e para a reprodução social contemporânea. Efetuada essa segunda redução, não conseguiu, como bem observou José Henrique Carvalho Organista, desvencilhar-se “das armadilhas contidas nas suas próprias proposições (...) ao reduzir como formas idênticas categorias historicamente distintas”. Dessa forma, não pôde “vislumbrar que a diminuição do número de trabalhadores formalmente constituídos (...) não significa que não existam inúmeras formas de trabalho associadas e interdependentes ao grande capital”²¹¹.

As elaborações teóricas desses autores, em grande medida, contribuíram para legitimar o suposto “fim da história”, ou pelo menos para demonstrar o quão se tornara secundária a luta do trabalho contra o capital. São, portanto, indicadoras não de um novo modo de reprodução social, como afirmou Clauss Offe, mas de um modelo teórico que se tornaria predominante sobre o sentido do trabalho a partir do final do século passado.

1.2.4 - “O mundo da vida cotidiana”

Ao mesmo tempo em que a centralidade do trabalho entrava em franco declínio nas elaborações teóricas, outra proposição ascendeu e se fortaleceu a ponto de se tornar uma das principais vertentes de orientação da elaboração teórica sociológica, qual seja, “o mundo da vida cotidiana”.

De fato, muitos pensadores defenderam a importância da consideração do âmbito da vida cotidiana para a compreensão dos fenômenos que compunham a reprodução social

²¹⁰ Ibidem. Pág. 18.

²¹¹ ORGANISTA, J. H.C. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Expressão popular, 2006. Pág. 75-76

contemporânea. Isso porque é nessa esfera, muitas vezes entendida como secundária, que se materializam as decisões tomadas pelo Estado e/ou capital. Todavia, se há um acordo entre a necessidade de se considerar como relevante o âmbito da realização da vida cotidiana, há pelo menos duas formas bem distintas de entendimento do modo como ela deveria ser compreendida.

Para Henri Lefebvre, “a vida cotidiana no mundo moderno”²¹² deve ser considerada porque é nela que se realiza o âmbito do vivido e porque nela o capital encontrou, em sua colonização, um novo “fôlego” para sua reprodução. De fato, a reflexão desse pensador já desconstrói a elaboração da vida cotidiana como uma suposta ilha de autonomia dentro desse mundo heterônimo.

A meu ver, a compreensão acerca da reprodução social contemporânea só pode ser alcançada a partir da reflexão sobre as estratégias do capital em busca da ampliação de sua acumulação que, contemporaneamente, envolveu, colonizou e inseriu a vida cotidiana em seus circuitos de reprodução, o que torna sua consideração fundamental, mas também porque é no nível do vivido que reside aquilo que escapa ao capital em seu movimento de reprodução e que, portanto, permanece como residual. E ainda que o resíduo não reúna as condições efetivas de resistência a esse movimento de reprodução avassalador, ele permanece e contém suas potencialidades.

Distintamente, Jürgen Habermas defende a consideração do mundo da vida cotidiana não em relação às esferas tradicionais de dominação do capital, como o que chamou de “mundo do trabalho”, mas como um substituto, em que a reflexão acerca desse mundo seria a chave para o entendimento das contradições que envolvem a reprodução social contemporânea.

Diante da distinção feita, tenho por objetivo compreender em que medida a concepção habermasiana e sua teoria da ação comunicativa centrada no mundo da vida ao inserir-se na “via” de “descentralização” do trabalho pode ter influenciado a “nova” concepção de “ampliação da governança urbana” como a forma supostamente “revolucionária e ampliadora” do exercício da “política” na busca de solução para as contradições através do *consenso*, forma supostamente superior do *conflito*.

1.2.4.1 - Jürgen Habermas e a teoria do agir comunicativo

²¹² LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

É na elaboração habermasiana que se explicita mais claramente o que David Harvey denominou de passagem *do administrativismo público para o empreendedorismo urbano*, partindo do domínio da razão comunicativa sobre a razão instrumental, que busca, fundamentalmente, o *consenso* na reprodução do espaço orientada pela (re)valorização urbana.

A partir desse pressuposto, entendo ser importante compreender o momento do *constructo* teórico de Habermas, visto que nas elaborações desse autor recorre-se à “descentralização” do trabalho pela interação da linguagem, estabelecendo uma ruptura desta com outras dimensões do humano, cujo fundamento, a meu ver, localiza-se no suposto apaziguamento dos conflitos de classes operado pelo Estado – via Estado de Bem-Estar Social – sob o regime de acumulação fordista.

No entendimento habermasiano, sob o regime de acumulação fordista, foram superados os interesses antagônicos de classes, o que teria sido possível pela politização da economia e a despolitização das massas. Dessa maneira, a Política não aparece como um caminho ou uma finalidade da reprodução social, mas como um elemento que, naquele contexto, impôs um entrave à (suposta) superação da luta de classes.

O fundamental desse suposto apaziguamento foi que, para Habermas, teria sido possível sair de posições sustentadas por *interesses individuais* através da interação proporcionada pela linguagem, o que, no limite, permitiria alcançar o consenso (*favorecedor do coletivo*) acerca do direcionamento da reprodução socioespacial. Nesse contexto, no e pelo *agir comunicativo*, os indivíduos poderiam agir autonomamente, o que abriria caminho para a *liberdade emancipatória*²¹³.

Todavia, ao relegar o trabalho como categoria analítica a uma condição secundária, Habermas secundarizou também o conflito de classes, já que o entendeu como apaziguado, haja vista que considerava que no “capitalismo tardio” o antagonismo entre elas havia sido superado, pois os trabalhadores teriam assumido o capitalismo como fundamento da reprodução social²¹⁴. De fato, ainda que tivesse sido esse o caminho adotado, ao se considerar o devir histórico e as possibilidades de superação colocadas pela reprodução social, parece-me estranho, para dizer o mínimo, que Habermas tenha entendido tal assunção. E, mais que isso, que tenha partido da suposta assunção do capitalismo como fundamento da reprodução

²¹³ HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa. Madrid: Editora Taurus, 1999.

²¹⁴ Essa é uma das concepções presentes em sua obra: HABERMAS, J. A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

social como fato dado. Seria essa, então, para o autor, a forma superior e acabada da reprodução social (do espaço)?

Mas, tomando esse fato como dado e acabado, para o autor, a organização socioespacial não seria mais entendida pela “centralidade do trabalho”, considerando o estado de bem-estar social que resultara da politização da economia. O desenvolvimento técnico-científico e a intervenção política do Estado seriam os agentes da “transformação”, em substituição ao papel anteriormente ocupado pela luta de classes sob o capitalismo em sua forma liberal²¹⁵. A meu ver, ao operar com esses pressupostos, Habermas efetuou, como Marx criticou em Hegel, a inversão entre sujeito e predicado, em que “a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como produto de seu produto²¹⁶.”

De fato, não seria abusivo acreditar que a crise do regime de acumulação fordista de alguma forma significou um momento de inflexão da reprodução do capital. Contudo, não do modo como foi entendido por Habermas. Os limites da análise habermasiana sobre essa questão – que lhe permitiu considerar o trabalho e a luta de classes superados – fundamenta-se na compreensão do regime de acumulação fordista apenas sob o viés econômico, tal como elaborado pelos estudiosos da “escola” de regulação francesa, como apontou David Harvey²¹⁷.

Ao restringir a questão sobre o que havia permitido ao capital reproduzir-se ampliada e (quase) ininterruptamente por três décadas, não pôde considerar as profundas mudanças sociais e ideológicas que fundamentaram esse regime de acumulação. Por sua vez, a desconsideração dessas mudanças e o desconhecimento (ou desconsideração) da luta de classes dificultam ou mesmo impedem a compreensão do que foi esse regime de acumulação e sua crise correspondente, bem como das consequências sobre os agentes sociais nele envolvidos.

O que os autores aqui analisados compreenderam como o fim da luta de classes, Alain Bihl denominou de *compromisso fordista*, processo em que capital e trabalho comprometeram-se mutuamente com a reprodução ampliada da riqueza sob o

²¹⁵ Essa reflexão aparece bastante diluída na obra de Habermas afeita a essa discussão. Contudo, de forma mais sistematizada, está presente em: HABERMAS, J. A crise de legitimação no capitalismo tardio. Obra citada. Especialmente na primeira parte de sua elaboração.

²¹⁶ MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 [1843].

²¹⁷ HARVEY, D. A condição pós-moderna. Obra citada.

capitalismo. Nesse pacto, tanto capitalistas quanto trabalhadores renunciaram a elementos de sua posição histórica, sendo que essa, no entanto, também foi uma renúncia desigual. Isso porque, enquanto os capitalistas tiveram que reconhecer os trabalhadores como legítimos participantes da reprodução da riqueza e, assim, reconhecer sua maior participação nos ganhos monetários do trabalho, os trabalhadores renunciaram à sua “aventura histórica”, qual seja a de ruptura definitiva do capitalismo, que poderia levar à emancipação do trabalho heterônomo²¹⁸. Ao renunciarem à possibilidade de transformação radical, os trabalhadores adotaram uma *via reformista*, processo em que, nos limites pautados pelo próprio capitalismo, alcançaram algumas de suas reivindicações históricas, principalmente aquelas ligadas à redução da jornada de trabalho e à elevação de sua remuneração, o que, afinal, corroborava as novas necessidades postas para a reprodução ampliada do capital.

Mas, efetivamente, os trabalhadores renunciaram a quê? E, ainda, o que efetivamente trocaram? Para essa segunda pergunta, entendo que a resposta seja: trocaram a garantia de conseguir algo que, na luta fora do pacto, somente havia a *possibilidade* de se conquistar. Nesse sentido, a troca foi entre o *possível* de ser conquistado e o *certo consentido*. É da resposta da troca do possível pelo certo consentido que deriva a resposta à questão ao que efetivamente se renunciou.

A meu ver, a renúncia fundamental não foi em relação à autonomia sobre o processo de trabalho e, ainda que também seja importante, não foi em relação à restituição da dimensão criadora do trabalho que permite a objetivação do sujeito no espaço produzido. De fato, a renúncia exigida foi e alcançou a *ação política*, na medida em que se poderia efetivar a possibilidade inscrita e assim tornar-se possível o que naquele momento ainda não se materializara, mas que já existia como impossível-possível, uma vez que, como nos alertou Henri Lefebvre, o real não assume, necessariamente, sempre a forma concreta²¹⁹. O concreto é *uma* e não *a* forma definitiva.

Contudo, o impossível não se torna possível a partir do nada ou de abstrações especulativas. O impossível que deriva da transmutação do possível alimenta-se da prática social radical, encorpa-se (e assim ganha corpo) a partir dos conflitos e do aprendizado

²¹⁸ BIHR, A. Da grande Noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Editora Boitempo, 1998. Pág. 35-43.

²¹⁹ Lefebvre, H. A revolução urbana. Obra citada.

que alcança o estatuto de *experiência* do sujeito. Ao ganhar corpo e incorporar-se, essa prática social experienciada e compreendida alcança a dimensão da *práxis* – dimensão da qual emergem questões que vão além do *como fazer, conforme* refletiu Hannah Arendt – e expõe, a partir da reflexão questionadora dessa própria prática, as questões fundamentais que revelam a autonomia do sujeito: *o que fazer e por que fazer*. Questões que, a meu ver, estão no cerne da *ação Política*, no fundamento de toda atividade transformadora.

Não há, aqui, a ingenuidade de se acreditar que o movimento operário pré-pacto fordista havia alcançado essa dimensão da Política. O que entendo é que essa dimensão só é alcançada pelo exercício cotidiano de poder em que o sujeito cotidianamente se percebe possuidor da possibilidade e capaz de exercitá-la e assim dar início ao novo. Em uma palavra: o sujeito percebe-se em condição de *criar*. Mas não apenas de criar produtos concretos em que se objetiva ou que atenda a sua necessidade real. Mas uma capacidade de criar novas relações transformadoras que, no limite, podem, porque são essencialmente *ação*, revolucionar este mundo, suas estruturas, seus fundamentos.

Parece-me impossível afirmar que essa possibilidade materializou-se efetivamente como uma ameaça para o capital. Mas, se considerarmos que o capital opera estrategicamente, talvez a estratégia tenha consistido em “cortar o mal pela raiz”. Talvez, por isso, a *desradicalização* tenha se constituído na consequência fundamental do pacto fordista para o movimento operário.

Porém, se o exposto anteriormente, por si só, já seria suficiente para explicitar o quão desigual foi o pacto fordista, outros elementos revelam o aprofundamento dessa desigualdade no bojo da reprodução social. Embora para os capitalistas o pacto também tenha significado a concessão de uma parcela maior dos ganhos monetários do trabalho para os trabalhadores, esta rapidamente foi “internalizada” pelo capital em seu movimento de reprodução ampliada. De fato, constituiu-se no *fundamento* da reprodução ampliada do capital pela “massificação” da produção, da qual derivou o que foi chamado de “consumo de massa”.

Tratou-se, porém, do engendramento de novas estratégias que alcançaram o capital em sua forma organizativa e exploratória, e que dele exigiu uma profunda reestruturação dos pressupostos da reprodução e da acumulação de riqueza. Se até a crise de acumulação do capital, ocorrida na década de 1930, o capital reproduzia-se

fundamentalmente pela extração da mais-valia em sua forma absoluta, a continuidade da recuperação da economia capitalista proporcionada pela guerra se deu pela inversão do predomínio da extração da mais-valia absoluta pela mais-valia relativa.

De fato, havia ficado explícito que a ampliação da produção somente se sustentaria com uma ampla e profunda extensão do consumo aos segmentos da classe trabalhadora e, ainda, sobre nichos da reprodução da vida que ainda não haviam sido incorporados à reprodução do capital. A questão essencialmente que se colocou como necessidade para o capital foi a de engendrar formas de aprofundamento da monetarização das relações, processo que parece consolidar-se nos dias que nos são contemporâneos. Mas, naquele momento, a primeira extensão – a “inclusão” de parcelas da classe trabalhadora – implicava, além da elevação de salários, a *liberação do tempo*, fundamental para que os trabalhadores pudessem se constituir em consumidores sem que, no entanto, tal fato significasse declínio da taxa de lucro médio do capital.

Ainda associado ao tempo liberado da atividade do trabalho em si, outro campo sobre o qual a reprodução capitalista da vida se estendeu para subordiná-lo foi o tempo da recuperação da energia para o trabalho. Foi no bojo do regime de acumulação fordista que o capital assenhoreou-se novamente do tempo que havia liberado da atividade do trabalho, transformando o descanso – necessidade real do sujeito – em atividade de lazer – necessidade produzida pelo discurso do consumo do espaço. A partir desse momento, fosse no “descanso” que se realiza em casa, fosse pelo que se realiza em outros espaços, o tempo liberado da atividade direta do trabalho foi capturado e inscrito nos circuitos de reprodução do capital. Perspectiva que, por sua vez, foi amplamente desprezada pelos autores que consideraram o “mundo da vida” como liberto da heteronomia que erroneamente entenderam como exclusiva do “mundo do trabalho”. Após o avanço sobre esses dois “campos”, a nova “fronteira” a ser vencida para uma nova expansão foi a que, em alguma medida, alcançou e assenhoreou-se da subjetividade do sujeito, ora produzindo, ora manipulando seus desejos e inscrevendo novas necessidades. Essa estratégia adotada no crepúsculo do fordismo constituiu-se em uma das “portas de saída” para a crise de acumulação de capital sob esse regime.

Todavia, o que possibilitou a extensa ampliação da acumulação sob o regime fordista foi também o embrião de sua crise, pois essa extensão das “fronteiras” permitiu e exigiu a elevação significativa da capacidade produtiva. A condição fundamental para a elevação da

capacidade produtiva foi o aumento significativo de investimento em capital fixo. Porém, quanto mais se investia em capital fixo, mais se demandava a produção para a aceleração do ciclo de rotação dos capitais investidos como forma de antecipar o retorno ampliado do capital imobilizado. Por sua vez, esse processo exigiu a elevação da taxa do emprego de capital variável (força de trabalho) como forma de manter as máquinas em funcionamento ininterruptamente e, dessa maneira, aumentar a transferência do valor nelas materializado para os produtos produzidos ou “desimobilizar” o capital imobilizado na forma de produtos que, ao serem vendidos, cumpriram o ciclo da mercadoria, permitindo o retorno do capital, agora valorizado, para o capitalista.

Como consequência do aumento de trabalhadores empregados, ocorreu o fortalecimento do movimento operário, que se tornou mais reivindicativo, ampliando a exigência de novas concessões do capital para o trabalho, embora nunca fora dos limites do pacto fordista. Assim, essas reivindicações vinculavam-se às melhorias nas condições de trabalho e à participação maior nos dividendos. Porém, esse aumento na participação não correspondia ao que os capitalistas estavam dispostos a conceder²²⁰. Concomitante às dificuldades oriundas do fortalecimento do movimento operário e das novas exigências, o ciclo de rotação dos capitais investidos na produção dos bens duráveis – característica fundamental dos produtos fordistas – já não comportava mais sua aceleração, conforme necessitado pela produção capitalista, condição que indicou para a saturação que impedia a retomada do ciclo de reprodução ampliada do capital.

A consequência desse processo foi não apenas a desvalorização, mas também a destruição de parte do capital investido na forma de meios de produção, devido à lentidão de seu ciclo de rotação acima do tempo médio. Já os trabalhadores enfrentaram a ruptura unilateral do pacto fordista pelos capitalistas como resposta imediata à passagem da forma latente para a forma efetiva da crise. O que tornou mais explícita essa ruptura foi o início de um processo massivo e intenso de demissões que surpreendeu os trabalhadores,

²²⁰ Segundo Alain Bihr, outra característica importante do pacto fordista foi ter sido firmado por representantes tanto do capital quanto dos trabalhadores. Assim, sob esse regime de acumulação, foi necessário por parte do capital não apenas a legitimação, mas inclusive o fortalecimento dos sindicatos operários como forma de viabilizar a produção. No contexto do “pleno emprego”, esses sindicatos tornaram-se mais fortes que o desejado pelos capitalistas, o que lhes possibilitou utilizar estratégias que, em muitos momentos, surpreenderam e mesmo acuaram o capital, tais como paralisações, operações-padrão que reduziam o ritmo de produção e até as greves que a paralisavam totalmente. Devido aos elevados investimentos em capital fixo (na forma de meios de produção), por alguns anos os capitalistas não conseguiram empreender ações que reduzissem o poder do movimento operário, o que acelerou a crise do regime de acumulação fordista.

fazendo com estes renunciassem a uma parcela substancial dos ganhos obtidos devido ao pacto firmado. Assim, o movimento operário, outrora reivindicativo, viu-se novamente na condição que dera início ao regime de acumulação fordista: a de fazer concessões. Todavia, as concessões agora afetavam diretamente aquilo que se constituía em ganhos sob o fordismo. Acuada, o movimento operário buscava, em vão, manter os ganhos obtidos para aqueles que estavam empregados, assumindo como “bandeira” principal a manutenção do emprego²²¹.

Talvez tenha sido a incompreensão ou não consideração desse processo que levou alguns dos autores que apontaram para a “descentralização” do trabalho a afirmar que capital e trabalho faziam a mesma reivindicação, já que, nessa conjuntura, o movimento operário europeu assumiu essa posição. Entretanto, considerá-lo apenas nesse contexto é ater-se a apenas um fragmento de um processo que é bem mais complexo.

Foi essa crise que, entre suas consequências, acentuou a fragmentação da classe operária, principalmente devido à redução dos postos de emprego nos países centrais da economia capitalista.

Por sua vez, essa redução serviu como referência para Jürgen Habermas argumentar que a razão instrumental heterônoma (ou o mundo trabalho) perdera sua capacidade explicativa como categoria analítica para compreender a reprodução social decorrente das novas características do capitalismo, afirmando dessa maneira que, diante da crise de legitimação sob o que chamou de “capitalismo tardio”, a linguagem assumiria o lugar do trabalho.

Para Habermas, um dos motivos que tornam a linguagem fundamental é o fato de, através dela, ser possível alcançar o consenso. Nesse ponto de partida, o autor estabelece uma diferença fundamental em relação ao trabalho, já que esse é um campo em que estão colocadas as posições antagônicas dentro de uma sociedade de classes desiguais. Porém, o consenso, possível de ser alcançado na e pela linguagem, seria possível, supostamente, porque o pacto fordista teria, na visão desse autor, apaziguado o conflito de classes.

Outra característica da linguagem é que esta aparece apartada do agir com sentido a alcançar determinados fins (agir instrumental), o que, para Habermas, caracterizaria o agir como heterônomo. Na medida em que entende o trabalho – lugar do agir instrumental –

²²¹ Alain Bihr demonstra como esse processo levou à fragmentação e à crise do movimento operário, por muitos entendida como o fim da “sociedade do trabalho”.

como o “mundo da heteronomia”, seria impossível a derivação da emancipação política nesse âmbito, o que somente poderia ocorrer no “mundo da vida cotidiana”, por ele entendida como “fora do trabalho” e, portanto, como mundo da possível autonomia.

Nessa concepção, Habermas entende ser possível separar o indivíduo de sua força de trabalho, ou considerar que o exercício de sua atividade produtiva não interfere de modo relevante em sua sociabilidade. Esse pressuposto lhe permite operar com uma separação, como se o indivíduo não estivesse presente no momento do trabalho ou como se o trabalho não compusesse a sociabilidade desse indivíduo. E, a partir dessa fragmentação, desconsidera o trabalho e elege a linguagem (como se a segunda também não fosse influenciada pelo primeiro) e o discurso que levam ao consenso como substitutos do trabalho na condição de importantes estruturadores da reprodução social sob o capitalismo.

De fato, o trabalho não guarda a centralidade, tal como defendem alguns autores, como Ricardo Antunes e José Henrique Organista que, em alguma medida, o exaltam como a atividade fundamental da reprodução social. Porém, ao considerar o trabalho desimportante, também desconsideram a luta de classes que lhe é correspondente e que não apenas fez parte dos fundamentos da reprodução social capitalista do espaço como permanece presente nestes. Todavia, a efetiva e completa descentralização do trabalho exigiu que Habermas apontasse aquela que seria então a principal força produtiva da reprodução social capitalista, uma vez que desacredita (mas não ignora) que ela se dá sob a égide do capital.

A saída desse impasse vem do recurso à crítica realizada por Herbert Marcuse²²² que, ao considerar que a *ciência* e a *técnica* tornaram-se a força produtiva central para a reprodução do capital, advoga uma revolução técnico-científica que produza uma nova ciência e uma técnica emancipadas do capital. Ao constatar que a ciência e a técnica constituem-se na atualidade em formas de dominação, Marcuse defende que “hoje, a dominação eterniza-se e amplia-se não só mediante a tecnologia, mas como tecnologia”, o que leva à “grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade técnica de ser autônomo, de determinar pessoalmente a sua vida”²²³.

No entanto, ao se apropriar das reflexões de Marcuse, Habermas o faz não para defender a necessidade de se revolucionar a ciência, tal como expresso por seu interlocutor.

²²² Cf.: HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Pág. 94. HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. Lisboa: Edições 70, 1987.

²²³ MARCUSE *apud* HABERMAS. In: HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. Obra citada. Pág. 49.

Para Habermas, essa racionalidade científica é fruto da ligação existente com a racionalidade do trabalho, já que o desenvolvimento científico fundamenta-se como uma racionalização para diminuir a força de trabalho necessária à reprodução do capital. Assim, na medida em que a ciência está ligada a essa racionalidade do trabalho, a transformação desse modo de fazer ciência ocorreria tão logo se descentralizasse o trabalho de sua condição de organizador da reprodução social, o que ocorreria pela prevalência da interação sobre a razão instrumental. Embora rejeite a criação de uma nova ciência, Habermas retira da crítica elaborada por Marcuse um dos fundamentos para a separação entre trabalho e interação²²⁴.

Ainda segundo Habermas, a razão instrumental (trabalho) fundamenta-se na relação homem-objeto, visto que objetiva a produção, o que faz com que as normas que regulam essa relação sejam externas a ela, consubstanciando-se em uma relação de heteronomia. Para esse autor, fundamentalmente, as atividades submetidas ao agir instrumental são reguladas pelo poder do Estado e pela economia. Já o agir comunicativo, orientado pelo entendimento, possui normas que necessitam ser internalizadas, o que atribuiria a este seu potencial emancipatório²²⁵.

Para o autor, o compromisso fordista – que pôs a luta de classes em estado de latência, permitindo-lhe afirmar que no capitalismo tardio ocorreu a politização da economia – pacificou a luta de classes, incrementou a valorização do capital e tornou secundário o trabalho²²⁶. E, diante de tal secundarização, é impossível que a emancipação do indivíduo se dê na e pela esfera do trabalho, podendo somente ocorrer a partir dos movimentos até então subprivilegiados pela razão instrumental²²⁷.

Todavia, se de fato “os ‘novos movimentos sociais’ ressaltaram as insuficiências radicais do movimento operário sob a hegemonia social-democrata”²²⁸, é ilusório acreditar que esses movimentos estejam apartados ou escapem da colonização imposta pelo capital,

²²⁴ Ibidem. Pág. 60-68. Valho-me aqui também das elaborações de José Henrique Carvalho Organista, através da crítica que este desenvolve acerca da teoria habermasiana. ORGANISTA, J. H. C. O debate sobre a centralidade do trabalho. Obra citada. Pág. 104-109.

²²⁵ HABERMAS, J. Teoria de la acción comunicativa. Obra citada.

²²⁶ HABERMAS, J. A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

²²⁷ Nesse ponto, Habermas encontra Claus Offe, que também entendeu que os movimentos sexistas, de gênero, ambientalistas, entre outros, tornaram-se autônomos em relação à heteronomia presente nos movimentos operários, que se orientariam somente pela busca de ganhos econômicos. Uma crítica bastante interessante e que alcança a essência dessa fragmentação dos movimentos sociais é realizada por Alain Bihl ao refletir sobre a crise ecológica, a crise da sociabilidade e a crise cultural. Ver: BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. Obra citada. Pág. 123-181

²²⁸ BIHR, A. Da grande Noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. Obra citada. Pág. 153-154.

uma vez que as “condições da reprodução do capital ultrapassam hoje, amplamente, seu simples movimento econômico (seu ciclo de ‘valor em processo’) para se estender à totalidade das condições sociais de existência”²²⁹.

Assim, concomitante à politização da economia que tornou secundária (e obsoleta) a consideração da importância do trabalho, ocorreu também o desenvolvimento das forças produtivas pela técnica e pela ciência, que supostamente se tornaram o novo impulso de acumulação ampliada do valor, o que, no capitalismo tardio, tornaria obsoleta a teoria do valor-trabalho de Marx, posto que esta não possuiria mais a capacidade de explicar a realidade contemporânea.

Para Habermas, Marx estaria equivocado quando afirmou que o desenvolvimento das forças produtivas levaria à emancipação do trabalho, o que somente ocorreria pelo agir comunicativo, que é a condição que reúne essa possibilidade, na medida em que somente a razão comunicativa poderia se libertar da colonização imposta a todas as dimensões da vida pelo capital. Além de considerar que a luta de classes estaria superada, Habermas também entende que somente o agir comunicativo descolonizado poderia repolitizar e libertar o pensamento da colonização das forças produtivas. Essa empreitada seria possível através da criação de espaços que, supostamente livres da monetarização das relações e da imposição do poder do Estado, possibilitariam que se alcançasse o consenso, já que estaria superado o antagonismo dos interesses de classes. Os interesses divergentes não seriam mais que interesses egocêntricos, passíveis de serem superados pela busca do bem coletivo. Eis então o fundamento da *revolução silenciosa* habermasiana que, pela razão comunicativa, produziria um mundo livre das contradições da reprodução do capitalismo, sem que, no entanto, fosse necessário abalar os fundamentos desse modo de produção.

Nesse sentido, o pensamento habermasiano torna-se bastante condizente com o constructo ideológico da reprodução capitalista, considerando que, ao sustentar a supressão da luta de classes, substituir e considerar o trabalho como secundário (bem como sua exploração) e defender a predominância do agir comunicativo por meio do qual se alcançaria o consenso, permite considerar o “novo” “*mundo da vida*” como destituído dos conflitos advindos da exploração de classes, uma vez que iguala e torna homogêneos os diversos (e diferentes) sujeitos sociais pela padronização desradicalizada dos interesses de cada um. Nesse ponto, existiriam apenas divergências superficiais oriundas não de posições e/ou concepções

²²⁹ Ibidem. Pág. 153.

antagônicas, mas de pontos de vista diferentes, cuja “síntese superior” poderia ser alcançada pelo debate político.

Nesse sentido, é bastante interessante o modo como Habermas compreende a reprodução da riqueza sob o capitalismo como um contexto ou “pano de fundo” para a constituição das relações. E, ainda, como considera o modo de produção capitalista como algo que não é central para o aprisionamento do homem, para a degradação de sua condição humana, o que lhe permitiu atribuir ao trabalho a perda da autonomia do sujeito. Talvez porque, no limite, tal como refletiu Francisco de Oliveira, a concepção habermasiana, que retoma, segundo esse autor, o pensamento de Hegel, considera que a esfera pública – lugar do Sujeito e do exercício de Autonomia – “aparece como a constituição de um espaço de sujeitos privados que assim se demarcam em relação ao Estado”. Tal fato, ainda conforme Oliveira, em Marx, aparece como efetivamente é, ou seja, a “esfera pública de sujeitos privados é o lugar da concorrência entre os capitais, que inclui o mercado de força de trabalho”²³⁰, o que, certamente, contribui para entender a grande influência do pensamento habermasiano.

Outro aspecto bastante relevante que demonstra os limites da concepção habermasiana está no fato de o autor ter minimizado e não ter percebido (ou não ter podido considerar sob pena de fazer ruir a teoria do agir comunicativo) a colonização da vida cotidiana pelo capital em seu movimento de reprodução ampliada, como demonstrou Henri Lefebvre:

o cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão (...). Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e grandeza da condição humana. Não é mais apenas um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um “setor” e porque a exploração racional inventou formas mais sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema como um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo²³¹.

Contudo, é preciso considerar que, apenas como tendência, esse “sistema” se realiza, pois há sempre algo que não sucumbe, que permanece como resíduo. Todavia, não é a esse

²³⁰ OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. Pág. 56.

²³¹ LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991. Pág. 82. Entre 2004 e 2006, em uma pesquisa em que considerei a atuação da indústria da construção civil, pude perceber de maneira bastante clara como o capital apoderou-se do cotidiano, colonizando-o como forma de garantir a sua reprodução ampliada.

resíduo que Habermas se refere, pois não considera como o capital, para reproduzir-se, assenhoreou-se do cotidiano para ampliar a produção por meio do direcionamento do consumo.

1.3 – O debate acerca da centralização/descentralização do trabalho situado no âmbito da reprodução socioespacial e os ecos ouvidos na (re)valorização urbana

A meu ver, os ecos das concepções, como as defendidas pelos autores citados anteriormente, guardam ampla correspondência com o discurso ideológico que pavimentou o caminho da ação estatal que – em parceria com os setores “privados” – teve na (re)valorização urbana um dos caminhos para a recuperação da crise de acumulação pós-regime fordista. Efetivamente, foi no bojo da crise de acumulação ampliada dos capitais e na sua recuperação que o discurso produzido acerca da “superação” ou distensionamento do conflito de classes, fundamentado nas relações de trabalho, que a reprodução do espaço foi amplamente envolvida como um dos fundamentos dessa recuperação.

Esse processo aponta, por sua vez, para a materialização de dois outros. O primeiro, que o capital, em seu movimento de recuperação das taxas de lucro em declínio, foi além dos “muros das fábricas” e alcançou a reprodução social em todos os seus níveis, inscrevendo tudo e todos em seus circuitos de reprodução. O segundo foi que, ao estender-se plena, profunda e irrestritamente sobre a reprodução social, o capital buscou produzir as condições que permitissem a ele manter fragmentado em seus limites os fundamentos do movimento operário, o que, afinal, tinha como objetivo fazer com que este se mantivesse isolado e limitado aos estilhaços restantes da quebra do pacto fordista para, assim, impedir que ele também superasse os limites dos muros da fábrica, e que, em diálogo com outros movimentos sociais, alcançasse uma *síntese superior*, constituindo um único movimento que lograsse ser protagonista nos novos termos colocados para a reprodução social do espaço.

Todavia, não foi o que ocorreu. De fato, os movimentos sociais não lograram superar suas diferenças ou “verdades” absolutas. Atuando fragmentados, não puderam redefinir a pauta de uma reprodução socioespacial capitalista que aprofundou os termos da exploração para além dos limites do “mundo do trabalho”. Assim, ainda que questões colocadas pelos diversos movimentos sociais constituídos tenham sido consideradas, estas foram rapidamente

internalizadas pela reprodução capitalista do espaço que as transformou, muitas vezes, em novos circuitos de reprodução.

Foi nesse contexto, de enfraquecimento do movimento operário associado à não superação das “verdades absolutas” de cada um, que a discussão acerca dos termos da “superação” da crise de acumulação foi alcançando outros campos. Aos poucos, as posições favoráveis à busca de condições que fomentassem a ampliação de postos de emprego como saída para a crise de acumulação (nos moldes apregoados pela via keynesiana que se consolidou no regime de acumulação fordista) foi substituída por posições que passaram a defender a reestruturação dos espaços urbanos deteriorados como forma de atração de investimentos privados e consumidores solventes. E, também nesse contexto, a reprodução social do espaço assumiu condição central na/para a reprodução ampliada do capital.

Dentre as opções apresentadas no *Colóquio de Orleans*, realizado em 1985, em que, no âmbito do Estado, debatiam-se os termos da ação estatal para a recuperação econômica, a escolhida foi a que os governos deveriam “se ater à provisão da infra-estrutura, de projetos de caráter local, incentivos fiscais e atrações culturais e sociais que remodelariam antigas formas de atividade econômica e atrairiam novas”²³². Para Harvey, essa tomada de posição é um caso

sintomático de uma reorientação das atitudes em relação à administração urbana ocorrida nas últimas décadas nos países capitalistas avançados. Mais diretamente, a abordagem do gerenciamento, tão típica dos anos sessenta, deu prontamente lugar a formas de ação de empresariamento nos anos setenta e oitenta. Particularmente, nos últimos anos, parece ter surgido um consenso geral em todo o mundo capitalista avançado de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico²³³.

Esse debate ocorreu a partir dos anos 1970, no contexto do esgotamento do regime de acumulação fordista, quando, segundo Blunkett e Jackson (1987, p.108-142, *apud* Harvey, 1995), os governos locais buscaram condições de oferecer “sua própria forma de empresariamento para fazer face à enorme mudança social e econômica acarretada pela reestruturação tecnológica e industrial”, o que explicita que “há uma concordância generalizada de que a mudança tem algo a ver com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde a recessão de 1973”²³⁴. E, a meu ver, demonstra a correspondência

²³² HAVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista Espaço & Debates, N° 39, 1995. P. 48-64.

²³³ Ibidem. Pág. 49.

²³⁴ Ibidem. Pág. 50.

entre as estratégias de superação da crise de acumulação pela inscrição da reprodução social do espaço urbano e do isolamento dos movimentos sociais, cada um nos limites de seu questionamento.

Como destacou Carlos B. Vainer, a cidade, ao mesmo tempo em que é depositária de uma determinada riqueza, também a (re)produz. Nesse sentido, a produção da cidade, a partir das diversas instâncias, está envolvida em um contexto de disputa dessa riqueza, pois

a cidade é também, nela mesma, um poderoso mecanismo de geração e apropriação de riqueza que não está inscrito nem totalmente determinado na estrutura social. Que alguns poucos promotores imobiliários capturem imensos valores – mais-valias imobiliárias – graças a investimentos públicos que poderiam estar sendo consagrados à redução das desigualdades estritamente urbanas, eis algo que não nos é imposto por nenhuma lei de mercado; ao contrário, é pura e simples apropriação privada de recursos públicos. Esta lei do mais forte que se institucionaliza – ao mesmo tempo em que se traveste de lei do mercado – manifesta, de maneira plena, a estreita solidariedade entre o poder econômico e o poder político [Estado] que configura, simultânea e combinadamente, a economia e a política urbanas²³⁵.

Atualmente – e Belo Horizonte é exemplo claro desse momento –, há um acentuado direcionamento dos recursos públicos para a promoção de empreendimentos urbanos cujo sentido é o de permitir a (re)valorização urbana de determinados setores da cidade, cuja escolha, conforme Vainer, não é aleatória.

Entretanto, se o direcionamento desses recursos beneficia apenas determinados espaços pela valorização imobiliária correspondente, os efeitos perversos tendem a alcançar os sujeitos que estão inseridos em espaços que ficam à margem dessa revalorização. Isso porque, “ao mesmo tempo em que os subsídios locais para o capital provavelmente irão aumentar, a provisão local para os menos privilegiados irá diminuir, produzindo uma maior polarização na distribuição social da renda real”²³⁶.

Todavia, para a atração efetiva dos investidores e seus recursos, não é suficiente apenas a reestruturação do espaço por meio da renovação da infraestrutura urbana. Dessa maneira, os vultosos investimentos realizados nesse intuito estão submetidos à possibilidade de atingir o objetivo esperado, motivo pelo qual esses empreendimentos tendem a ser produzidos nos moldes de parcerias público-privadas (PPPs), em que recai sobre o público a maior parte do ônus e do risco.

Mas há outros custos que são impostos em função da reestruturação que objetiva garantir amplas condições de *revalorização do capital*. Dentre estes, a exigência posta ao Estado é que imponha à população a adoção de uma “nova sociabilidade” como forma de os espaços

²³⁵ VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. et al. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Pág. 27.

²³⁶ HARVEY, (1995, p. 58).

urbanos tornarem-se adequados e, portanto, capazes de serem atrativos ao capital. É nesse sentido que Carlos Vainer afirma tratar-se de um momento que exige a construção de um sentimento de “patriotismo” em relação à cidade²³⁷. Como condição fundamental, exige-se das autoridades públicas garantias de segurança para o capital a ser investido não apenas no que se refere aos aspectos institucionais (como adequação das legislações pertinentes), mas também aos de *controle* sobre a população, como forma de evitar qualquer problema que esta, organizada em movimentos sociais, possa representar. Contexto esse no qual a substituição de uma reflexão orientada pela luta de classes por uma que a considere superada encontra seu lugar.

Por sua vez, esse processo demonstra que, afinal, análises como as referidas à suposta superação do trabalho como categoria sociológica importante encontra correspondência em outros campos disciplinares, o que explicita que, afinal, compõem um dos campos da luta de classes em que a frente em que se atua opera pelo reforço da desmobilização fundamentada em sua suposta superação.

É nesse contexto que essa discussão alcança Belo Horizonte e sua região metropolitana na atualidade, em que sua reestruturação é fundamento da reprodução ampliada do capital. No entanto, se esse processo se coloca como novo na reprodução socioespacial da capital mineira, ele encontra ampla correspondência com o que, afinal, foi gestado no âmbito do discurso da modernização industrial de Minas Gerais.

Sendo assim, Belo Horizonte, como expressão do moderno que antagonizava com o atraso, cumpriu importante função. É dessa forma que entendo que a compreensão mais ampla dos processos que reinscreveram a metrópole no ajuste espacial do capital exige que consideremos alguns dos elementos que compuseram o discurso da produção do moderno, já que, indubitavelmente, encontramos-nos novamente diante do “discurso/prática” da necessária “modernização do moderno” para adequá-la aos novos termos de reprodução socioespacial.

²³⁷ Sobre isso, ver: VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. *et al.* A cidade do pensamento único. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Capítulo 02 – Estado e reestruturação urbana: rupturas e permanências na reprodução social do espaço de Belo Horizonte e de sua região metropolitana

As esperanças de que Belo Horizonte, como Capital do Estado, se tornasse o centro da economia mineira se frustraram pelo menos nas primeiras décadas após tornar-se sede do governo. (...) As principais atividades econômicas do Estado continuam subordinando-se a mercados situados além-fronteiras e se desenvolvem nas zonas periféricas do território estadual. (...) O papel de Belo Horizonte como capital econômica regional é muito limitado, pelo menos até 1930²³⁸.

Belo Horizonte foi produzida no final do século XIX como ação estratégica para superar as condições internas que ameaçavam a unicidade do território. A capital surgiu, então, como uma ação deliberada do Estado no sentido de manter-se tal como estabelecido em 1720, após a separação da então capitania de São Paulo, juntamente com os territórios agregados ao longo do século XIX.

Todavia, conforme pode ser observado na epígrafe, a produção da nova capital não alcançou de imediato os objetivos traçados no âmbito do Estado, o que, por sua vez, definiu a especificidade da reprodução social do espaço de Minas Gerais e Belo Horizonte – produzida como símbolo da modernidade e do progresso e, conseqüentemente, da ruptura com a reprodução tradicional –, definindo também a relação simbiótica estabelecida entre o Estado e a capital. De fato, em nome do progresso – cujo caminho passava pela industrialização –, fundamentou-se o sentido da ação que marcou o Estado ao longo do século XX. Sendo assim, as ações desenvolvidas no âmbito do Estado em Minas Gerais têm seu marco na condição de sua inserção geográfico-econômica no processo de industrialização brasileira, o que, no limite, o vincula a uma industrialização tributária da reprodução capitalista do espaço fundamentada no desenvolvimento desigual.

Embora a moderna industrialização do Brasil tenha se iniciado a partir das últimas décadas do século XIX e, como projeto, também esteja remetida a esse período histórico,

²³⁸ SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

foi após a inflexão político-administrativa ocorrida em 1930 que a atividade industrial configurou-se como o novo centro da acumulação e da reprodução ampliada da riqueza. Isso não significa, porém, que a reprodução capitalista do espaço tenha sido inaugurada no país, já que sua formação remonta aos tempos coloniais.

Integrado como periferia, o Estado brasileiro foi reproduzido como fornecedor de matéria-prima, condição assumida pelos bens naturais então reduzidos a recursos a serem exportados, fossem na forma de minério ou de produtos agrícolas. Por se encontrarem integrados à reprodução econômica do espaço em âmbito mundial, os eventos imperialistas que marcaram as primeiras décadas do século XX afetaram a inserção brasileira que, progressivamente, abriu caminho para industriais brasileiros que direcionavam seus investimentos para a nova atividade.

Entretanto, a redefinição do centro de produção e acumulação de riquezas não se deu apenas em função de eventos externos, ainda que estes possam constituir – como efetivamente constituíram – condições de atuação amplamente favoráveis às formas nascentes. De fato, inversões dessa magnitude não poderiam ocorrer sem a ação incisiva do Estado, o que exigiria, então, a ascensão de um grupo político-econômico orientado por essa nova forma de acumulação e concertado com ela. Se desde a segunda década do século passado as condições de reprodução consubstanciaram-se favoráveis em âmbito mundial, foi apenas a partir de 1930 que a conjuntura político-administrativa em âmbito nacional assumiu essa condição. É a partir desse contexto que se pode afirmar que este foi o marco fundamental da modernização industrial brasileira, que demarcou “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”²³⁹.

Assim, a hegemonia urbano-industrial estabeleceu-se em função de uma “nova correlação de forças sociais, [d]a reformulação do aparelho e ação estatal, [d]a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho”, o que significou a “destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras”, ao mesmo tempo em que também significou a

²³⁹ OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo editorial, 2003. Pág. 35.

produção “das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno”²⁴⁰.

Contudo, foi apenas a partir da década de 1950 que a industrialização se consolidou, o que também se explica em função de condições internas e externas. Quanto às questões externas, estas estão associadas à condição periférica da reprodução socioespacial brasileira, o que a tornou tributária dos processos ocorridos nos países centrais da economia capitalista. No que se refere às internas, pode-se dizer que foi nesse período que o mercado de consumo interno alcançou uma condição significativa, capaz de servir de base para a expansão do setor industrial de bens de consumo não duráveis, que também foi responsável pelo abastecimento de uma população que se urbanizava aceleradamente.

A industrialização brasileira que se estabeleceu inicialmente foi ampla e duplamente dependente da urbanização nascente. Por um lado, essa urbanização conformou a concentração demográfica responsável pela reprodução do capital industrial sob uma baixa composição orgânica. Por outro, consubstanciou um mercado consumidor responsável pelo consumo da produção de bens não duráveis, sendo esse um dos fatores (embora não o decisivo) que consolidaram a industrialização inicial dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro²⁴¹.

Embora a industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro tenha se constituído como periférica em âmbito mundial, no contexto nacional constituiu-se como o núcleo central desse processo, condição que lhe permitiu conformar em torno de si uma periferia que, tal como ocorrido em âmbito mundial, também lhe deu sustentação²⁴². Por sua vez, foi o caráter periférico de algumas regiões integrantes do Estado brasileiro que lhes conformou

²⁴⁰ Ibidem.

²⁴¹ Conforme demonstrado por diversos estudiosos da industrialização brasileira, o fator decisivo foi a existência de um capital acumulado durante a fase agroexportadora, base da industrialização nascente, responsável, inclusive, pela atração demográfica exercida que conformou o mercado consumidor desses estados.

²⁴² Muitos estudiosos refletiram sobre esse processo a partir de algumas periferias constituídas no e pelo ordenamento jurídico, econômico e territorial estabelecido. Dentre esses, para o caso do nordeste brasileiro, ver: OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Paz e Terra, 1981. Para o caso de Minas Gerais, ver: DINIZ, C. C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. ; DULCI, O. S. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

a especificidade de sua industrialização inicial, como foi o caso da reprodução espacial de Minas Gerais e, por conseguinte, de Belo Horizonte.

2.1 – Estado e reprodução urbano-industrial em Minas Gerais: a produção do espaço de Belo Horizonte

Ao longo da segunda metade do século XIX configurou-se no Estado uma representação bastante significativa acerca do que se entendeu como um *atraso* de Minas Gerais em relação a outros estados da federação que se constituíam, então, como centros dinâmicos da reprodução social.

Como bem demonstrou Otávio Dulci, para a oligarquia política que gozou de grande poder político ao longo do século XIX, o declínio da importância vivenciado ao longo do século passado contribuiu para a busca da produção de alternativas que lograssem restituir a Minas Gerais a importância perdida²⁴³. Porém, esse declínio não significou apenas a perda da importância política no conjunto da federação, mas também, e principalmente, abriu caminho para disputas pelo poder entre grupos regionais, o que culminou com a mudança da capital da área cuja atividade econômica havia entrado em franco declínio para outra, que pudesse constituir-se em *centralizadora* das regiões que compunham o Estado e que estivesse localizada no centro econômico de Minas Gerais, para onde afluíssem e se acumulassem os fatores necessários a uma modernização que, claramente, já se consubstanciava em urbano-industrial.

Nesse sentido, é importante observar a escolha do local que, transformado, assumiria a condição de capital, cuja função básica seria constituir-se em seu centro político-econômico-industrial. Na medida em que nenhuma das regiões que compunham Minas Gerais reunia condições político-econômicas de sobreposição às demais, todas as regiões reivindicaram a condição de abrigar a nova capital. A escolha feita, com o apoio da oligarquia decadente de Ouro Preto, foi a que situou a capital no lugar que aparecia como mais improvável de fazer cumprir o que se esperava da nova capital. Assim, além dos

²⁴³ DULCI, O. S. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Obra citada.

interesses expressos dos grupos que apontavam Curral Del Rey como o lugar mais apropriado, Belo Horizonte também foi tributária da incredulidade da produção de seu espaço, o que, no limite, inviabilizaria a produção da nova capital e, por consequência, sua transferência. Incredulidade que se expressa na sua ocupação inicial, como bem demonstrado por autores como Diniz (1981), Singer (1977) e Dulci (1999).

A questão central que se explicita, no entanto, é a que se refere ao motivo do estabelecimento da capital no lugar mais improvável e que, a meu ver, é respondida pela condição assumida pelo Estado no engendramento de estratégias de modernização do território para a reprodução econômica. De fato, tratou-se de um projeto que em seu horizonte apontava para a ruptura com as oligarquias agrárias que se constituíam em forças político-econômicas estabelecidas, principalmente na Zona da Mata e Sul do Estado, mas que não foi total, já que a produção dessas regiões foi importante para a estruturação do projeto do Estado de modernização industrial.

Nesse sentido, a produção de Belo Horizonte constituiu-se, paradoxalmente, em uma “ruptura continuísta” com a forma de reprodução socioeconômica até então vigente. Ela foi de permanência, no sentido de indicar a ação incisiva do Estado na produção da infraestrutura necessária à reprodução ampliada da riqueza, mas também foi de ruptura, uma vez que a produção da nova capital nos termos empreendidos apontou para o direcionamento da constituição de um novo grupo de poder que, apesar de alimentar-se do anterior, se reproduzia em consonância com os interesses da modernização, que se revelava industrial e urbana.

Essa ação significou produzir, juntamente com a reprodução do capital, também os capitalistas que assumiriam a condução desse processo e o seu engendramento. Do mesmo modo que ocorrido em âmbito nacional, essa reprodução foi instituída pelo Estado a partir do deslocamento dos recursos advindos das atividades agrícolas para a atividade industrial.

Ainda que algumas análises tenham se situado no âmbito da consideração do “perfil” ou “vocação” industrial de Minas Gerais, da inépcia ou não do empresariado local, ou mesmo do atraso econômico em função de uma “ação imperialista” interna e, ainda, que tenham ocupado boa parte do debate e/ou reflexão acerca do papel do Estado na industrialização – que nesse caso significa, também, a produção do espaço urbano de Belo

Horizonte –, não é aí que reside um de seus aspectos fundamentais. A meu ver, um dos mais relevantes a serem considerados é o modo como se viabilizou o assenhoreamento privado de uma riqueza produzida coletivamente, sob o argumento de que essa riqueza encontrava-se pulverizada e descentralizada pelo Estado e que, centralizada, poderia significar a recuperação de Minas Gerais do atraso econômico em que se encontrava.

Embora essa condição não seja uma inverdade – o Estado que reproduziu até 1970 caracteriza-se pela produção descentralizada da riqueza, o que possibilitou a atração/subordinação de suas sub-regiões pelas áreas limítrofes mais dinâmicas –, serviu de fundamento para a centralização que, determinada, assumiu a condição de transferência de recursos estatais para o setor privado. E, nesse processo, o “Estado agiu como verdadeira alavanca de acumulação capitalista, transferindo recursos públicos para empresas privadas”²⁴⁴. Transferência que, por sua vez, foi exacerbada após o processo de concentração de capitais, conforme analisado por Maria da Conceição Tavares²⁴⁵. Nesse sentido, ainda que seja inegável a importância do capital estrangeiro para a industrialização e a consequente urbanização de Minas Gerais, também não se pode desconsiderar que foi o Estado que, efetivamente, desempenhou o papel fundamental nesse processo e, ainda, que não se limitou apenas à produção da infraestrutura demandada na/pela industrialização.

Outro fator que se revelou preponderante para o Estado (e que também esteve na base do engendramento da produção e reprodução do capital) foi a busca da superação do forte movimento migratório de Minas Gerais em direção a São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente. De fato, a questão demográfica esteve no centro das preocupações do governo estadual, questão que foi, sem dúvida, relevante, já que “o censo de 1940

²⁴⁴ DINIZ, C.C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Obra citada, pág. 79. Dentre os inúmeros exemplos trazidos pelo autor acerca do funcionamento dessa “alavanca de transferência”, destaco um que considero elucidativo: “Simultaneamente aos demais aspectos e facilidades locacionais, a montagem do sistema de incentivos fiscais jogou papel relevante. O retorno de 25,6% de ICM a ser arrecadado, até o limite de 100% de investimentos físicos, tornou-se elemento com peso decisivo no cálculo econômico das empresas. Ainda mais que os investimentos, para efeito desse cálculo, seriam corrigidos monetariamente, assegurando praticamente uma doação do setor público aos empresários privados. Como a maioria dos projetos gozava simultaneamente de financiamento, significava que o investimento seria feito com recursos de empréstimos e amortizado com retorno fiscal do ICM.” (DINIZ, 1981, p. 194). Processo que, por sua vez, levou ao quadro estabelecido no período de 1970-77 em que, de acordo com tabela apresentada pelo autor, dos 450 projetos aprovados neste interregno “os investimentos públicos representaram 64% do total, ficando o capital estrangeiro com 20% e o capital privado nacional com 16%.

²⁴⁵ TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre a economia brasileira. 11ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1983.

registrou a existência de 829.521 mineiros vivendo fora de Minas, o que representava 12,9% da população efetivamente presente no Estado”²⁴⁶. Entretanto, o fluxo migratório não se constituía no único problema demográfico de um Estado forjado e reproduzido sob o viés da modernização a qualquer custo para a suposta superação de seu atraso econômico. Também se constituía em um problema o fato de que aproximadamente 75% da população mineira aferida em 1940 em 6,7 milhões de habitantes estava localizada, predominantemente, nos espaços rurais, e que dos 1,675 milhões que ocupavam o espaço urbano, apenas 211 mil habitantes residiam em Belo Horizonte, já então a maior cidade de Minas Gerais, mas que registrava número muito inferior aos apresentados por Rio de Janeiro e São Paulo que, respectivamente, já eram ocupadas por 1,8 e 1,3 milhões de habitantes²⁴⁷.

A consequência mais imediata da desconcentração demográfica de Minas Gerais, bem como do restrito “mercado” urbano, foi que a indústria de bens de consumo não duráveis e duráveis estabelecida no país após 1930 localizou-se nos espaços urbanos que lhe foram mais atraentes e que, apesar dos esforços do Estado mineiro, mantiveram a atração dos fluxos migratórios da população rural para fora do Estado, bem como ampliaram a polarização em relação às regiões limítrofes.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que, de acordo com a função estabelecida por Belo Horizonte desde sua origem, quase cinquenta anos depois esta ainda não havia cumprido o papel que lhe fora atribuído desde sua formação. E, por não tê-lo cumprido, tal como fizera nos cinquenta anos anteriores, o Estado continuou carreando os recursos públicos para a conformação de um setor industrial privado (embora formado prioritariamente por recursos públicos administrados pelo Estado), reproduzindo, juntamente com a estrutura produzida, o núcleo capitalista que, ao assenhorear-se desse aparato, passou a conduzir a reprodução estatal, o que apareceu como uma ruptura em relação ao direcionamento. Assim, progressivamente, as classes dirigentes do Estado conformaram as classes dominantes que, pela continuidade da mobilização do Estado, direcionaram a reprodução capitalista do espaço nos termos mais interesses a esse grupo.

²⁴⁶ Diniz, C.C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Obra Citada. Pág.37.

²⁴⁷ Ibidem. p. 114.

Contudo, a partir das análises realizadas principalmente por Clélio Campolina Diniz e Otávio Soares Dulci, cabe perguntar se, afinal, a assunção da reprodução capitalista do espaço pelos capitalistas a partir da última quadra do século passado constituiu-se efetivamente em uma ruptura ou se não se *revela aí uma permanência do conteúdo com a mudança da forma*. Entendo que essa é uma questão, se for perguntado quem foi ou quem pôde, efetivamente, ocupar a condição de dominante dentro do Estado para, nessa condição, direcionar seus investimentos, produzir suas legislações, além de reforçar as ideologias fundantes de suas ações.

De fato, ao longo de todo o processo histórico-geográfico de reprodução socioespacial em que o Estado, sob o argumento da inépcia do empresariado, montou não apenas a infraestrutura, mas também direta ou indiretamente a base da industrialização mineira, quem dominou foi o grupo que viria a se beneficiar desse processo sob essa representação. Grupo esse composto por um empresariado supostamente inepto que, ocupando postos estratégicos dentro do que foi chamado de tecnoburocracia, constituiu-se a partir do direcionamento do Estado. Henri Lefebvre, ao refletir sobre os mitos da tecnocracia, afirmou que

Os homens qualificados de tecnocratas passam por possuir importantes competências, bem como o dom da eficácia. Teriam o quase monopólio dessas duas coisas. Seriam ao mesmo tempo capazes de descobrir soluções técnicas que forneçam uma resposta aos problemas muito preciosos apresentados pela prática e capazes também de impor essas soluções (capazes de comandar). Ora, se se observar aquilo que efetivamente acontece, tais homens não existem. Aqueles chamados de “tecnocratas” e que são vistos em ação (notadamente no setor público da economia e do social) na realidade não comandam; dispõem apenas de um poder de decisão limitada; com efeito, engenheiros que se tornaram administradores executam ordens, as ordens do político que dispõe das “variáveis estratégicas”. **O poder impõe aos tecnocratas de que dispõe as escolhas decisivas.** Estes propõem soluções para os problemas oficialmente reconhecidos e formulados e o poder estatal escolhe entre elas²⁴⁸.

²⁴⁸ LEFEBVRE, H. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Editora Documentos, 1969. Pág. 15. Ainda sobre a técnica e os tecnocratas, segundo esse pensador, “a pretensa tecnocracia não é tão nociva por sua ação real como pela imagem que ela mesma dá à sociedade. Segundo esta imagem, a racionalidade social, enfim madura, já impera ou vai imperar dentro em breve. Esta crença muito difundida na opinião ‘pública’ resulta de uma propaganda: é uma ideologia. Esta ideologia é o produto mental da tecnocracia, sua justificação, a compensação de sua impotência e de sua incapacidade, sua contribuição real à ação de poder. Os pretensos tecnocratas, segundo normas fixadas longe deles e por razões que nada têm a ver com a técnica, dispõem as cidades, os territórios, a circulação, as comunicações, o consumo. Acima de uma enorme incoerência desdobra-se uma ideologia da coerência (do sistema) que tem por base apenas uma semi-planificação econômica incerta de seus objetivos e de seus meios. A ideologia da racionalidade tecnicista oculta a não aplicação da técnica à vida prática”. Pág. 16.

As reflexões de Henri Lefebvre explicitam, limpidamente, o modo como as classes dominantes, em sua reprodução do capital, instrumentalizam o Estado em função de seus interesses, ao mesmo tempo em que demonstram onde reside e se exercita efetivamente o poder que mobiliza o Estado.

Na modernização industrial de Minas Gerais, porém, a tecnocracia não ocupou papel meramente executante ou, na melhor das hipóteses, de indicadora de opções. Ao contrário, sob o viés da modernização industrial, a tecnocracia assumiu a condição de protagonista nesse processo, o que, aparentemente, contrariaria as elaborações lefebvrianas para o caso de Minas Gerais. Todavia, essa contradição é apenas aparente. O que Lefebvre destaca claramente é a existência de um poder capaz de impor suas decisões em função de suas estratégias. O que ocorreu foi que no processo de modernização industrial de Minas Gerais, na medida em que sob essa nova condição o grupo dominante ainda não estava consolidado, a posição ocupada pela tecnocracia mineira permitiu-lhe apoderar-se do Estado para constituir-se nesse grupo dominante. Condição que, embora não tenha sido mantida por todos que ascenderam ao longo da primeira metade do século, caracterizou a modernização industrial desse Estado.

É nesse sentido que entendo a análise feita acerca da influência dos técnicos que integraram a estrutura do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) ou do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI). Mesmo que seus diretores ou personagens mais influentes não tenham ocupado a condição de governadores de estado, como bem demonstrou o recorte histórico produzido pelos autores considerados, esses agentes, mais que influenciaram, eles produziram uma “política” de “desenvolvimento” econômico que foi executada pelo Estado e que, no limite, favoreceu esse grupo, que assumia a condição de capitalistas produzidos nesse processo. Isso explicaria, afinal, a continuidade do projeto e sua execução, mesmo quando no comando da administração pública alteravam-se projetos e interesses políticos divergentes.

Assim, entendo que a modernização industrial de Minas Gerais, embora tenha sido encampada pelo Estado, não foi, propriamente, um projeto de Estado, mas fundamentalmente um projeto de grupos de capitalistas nascentes que, a partir de processos instituídos em outros espaços, estiveram, desde o início, esclarecidos de que

uma redefinição desse alcance não só não poderia ocorrer à margem do Estado, como deveria ser representada como um *projeto do Estado*, o que permitiria que pudessem constituir uma reprodução capitalista do espaço de base urbano-industrial que possibilitasse que o grupo alinhado com essa reprodução substituísse na política de Estado a oligarquia agrária, ainda que esta ainda detivesse o controle populacional e econômico. Nesse sentido, entendo que são esses os fatores preponderantes para a escolha de Belo Horizonte, na região central do Estado, em que pesem as preocupações higienistas características do fim do século XIX. E, dessa forma, a localização da capital em uma região fraca politicamente (porque pouco significativa economicamente) é resultado do acirramento das disputas das regiões mais dinâmicas, o que, embora parecesse improvável, teve, no limite, o objetivo de reproduzir, *pari passu* com a nova capital, a nova “elite” dominante.

É nesse sentido ainda que compreendo a ênfase dada desde o fim do século XIX ao desenvolvimento do polo siderúrgico no entorno da nova capital a partir das reservas minerais existentes no que então se denominou de “região central” do Estado. Ao mesmo tempo em que esse setor industrial exigiu elevados investimentos do Estado (sempre feitos previamente), sua viabilização demandou ainda a produção da infraestrutura de integração territorial (que também atendeu à representação do “mosaico” mineiro), além da disponibilidade energética fundamentada nos baixos custos. (Re)produzido dessa maneira, o núcleo central desse parque industrial não se constituiu em grande atrativo para os fluxos demográficos que, desterritorializados do espaço rural, reterritorializavam-se nos espaços urbanos, o que, em certo sentido, explica os dados relativos ao censo de 1940.

Assim, se na década de 1950-60 Minas Gerais apresentava um parque industrial (construído ou em construção) já significativo, principalmente no que se refere ao setor mineiro-metalúrgico, sua industrialização não demandou, necessariamente, como fundamento, uma urbanização que lhe desse suporte. Isso porque boa parte do emprego de força de trabalho a baixo custo foi consumida nos próprios espaços rurais, principalmente na produção de energia advinda do carvão vegetal. E, visto que a mercadoria produzida não se voltava para o mercado interno, a integração territorial

principal se deu de forma a integrar a então região central aos locais de exportação, principalmente com o Estado do Espírito Santo.

Em alguma medida, as comparações feitas em relação a São Paulo e Rio de Janeiro no sentido de destacar o favorecimento do Estado-Nacional a esses dois Estados em detrimento de Minas Gerais foram estratégicas para a viabilização do projeto industrial da “elite” industrial mineira. Ao apontar o apoio à indústria desses Estados – que em função da urbanização que acompanhou a industrialização alcançou, já em 1960, todo o ciclo: de bens não duráveis, bens duráveis, bens de produção, indústria de base –, o grupo industrial mineiro dominante não tinha, pelo menos não predominantemente, em seu horizonte a concorrência com todos os setores da indústria. Isso porque, em Minas Gerais, a urbanização acompanhou de forma mais distante a industrialização engendrada como projeto central. Efetivamente, o objetivo foi de carrear para o Estado uma parcela significativa dos investimentos feitos, processo bem exemplificado pela relação estabelecida entre a localização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – sediada em Volta Redonda-RJ e que, sob esse discurso, permitiu a Minas a obtenção das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – e da USIMINAS, conforme demonstrado por Clélio Campolina Diniz e Otávio Dulci.

Embora o projeto siderúrgico tenha constituído o “núcleo duro” do projeto de industrialização mineiro engendrado pelo grupo industrial, que se tornou dominante, e executado pelo Estado, ele não foi exclusivo, já que também comportava a busca da efetivação de Belo Horizonte como polo central econômico-político de Minas Gerais. Nesse sentido, além da indústria mínero-metalúrgica que se integrava à especialização industrial inscrita na divisão regional da reprodução social da riqueza, também foi necessário produzir as condições da nova capital, para que ela pudesse se constituir em “centro da economia mineira”, o que, obrigatoriamente, passava pela constituição das condições de sua urbanização.

Todavia, tal como característico da industrialização periférica inscrita no desenvolvimento regional desigual, esse processo não foi isento de contradições fundamentais que se materializaram no espaço urbano. E, na medida em que se materializaram, constituíram-se na base da reprodução social do espaço urbano de Belo Horizonte que, antes mesmo da constituição formal de sua região metropolitana, já havia

se apoderado dos espaços urbanos vizinhos para neles se instalar, o que, supostamente, não corresponderia à representação de cidade símbolo do moderno e do progresso.

Ao direcionar para fora dos limites da metrópole o que não correspondia ao simbolismo da “moderna capital planejada” e buscar manter nela apenas o que correspondia a essa representação, muito cedo se definiu o padrão de ocupação do espaço da metrópole que, no limite, fundamentou a expansão das regiões sul e norte da RMBH. Ao sul, a ocupação produzida fundamentou-se no “transbordamento” da metrópole para os municípios vizinhos. Ao norte, ela se deu ocupando os municípios vizinhos com o que não correspondia à metrópole, principalmente em Santa Luzia e Ribeirão das Neves. Para o primeiro, foi planejado o segundo distrito industrial de Belo Horizonte que, tal como o de Contagem, deveria localizar-se fora da capital. Embora o distrito industrial de Contagem não estivesse saturado, o fato de Belo Horizonte encontrar-se à jusante deste fazia com que a capital recebesse pelos cursos d’água – já assenhoreados com condutores de dejetos – a carga poluidora da cidade industrial de Contagem. Assim, Santa Luzia apareceu como “opção” para as indústrias com maior potencial poluente²⁴⁹.

Também definido como o lugar do indesejável na capital, a Ribeirão das Neves coube um dos símbolos da ordem do Estado, o conjunto penitenciário que, em ampla medida, foi responsável pela moldagem da reprodução desse município. Nesse sentido, entendo não ser coincidência nem resultado da “ordem natural” da reprodução do espaço urbano que Santa Luzia e Ribeirão das Neves tenham se constituído no exemplo mais acabado de periferia, inclusive na representação que se tem dentro da própria região metropolitana. Dessa maneira, a partir dessas considerações e como subsídio a estas, entendo ser necessário um breve esclarecimento acerca da reprodução social da metrópole que conformou os chamados “eixos” sul e norte de expansão da RMBH.

²⁴⁹ Por exemplo, o frigorífico estadual e a indústria cimenteira, como destacou Diniz (1982).

2.2 – Produção e reprodução do moderno espaço (e da representação) da capital Belo Horizonte

A Belo Horizonte produzida para ser a capital de Minas Gerais já foi amplamente estudada, pesquisada e analisada. Em praticamente todos os estudos destaca-se sua condição de moderna cidade, planejada com rigor em sua zona urbana, que diminuiu para além do cordão sanitário que demarca esse limite. Também já foi bastante destacado o modo como seu espaço intraurbano foi estruturado, enfatizando a ocupação no sentido centro-sul das classes de alta renda e no sentido centro-oeste-norte das classes de rendimentos mais baixos. Não há, pois, necessidade de retomar aqui tal processo, na forma de uma “revisão histórica” acerca da produção da capital²⁵⁰.

Nesse sentido, a apropriação que procurei fazer desse processo foi no sentido de compreender os elementos que fundamentaram a produção do espaço na região norte da metrópole e que definiram a representação socioespacial acerca desse fragmento da metrópole. No entanto, o que hoje se configura como a região norte de expansão não pode ser compreendido fora do contexto ao qual pertence, haja vista que foi nesse âmbito mais geral e mais amplo que se moldaram os fundamentos de sua produção/reprodução. Assim, o entendimento da condição periférica dessa região exige a consideração de que esta está inserida em um processo de desenvolvimento desigual. Desigualdade que alcança, destrói e reproduz tempo e espaço e os inscreve nos circuitos de reprodução ampliada do capital, na medida em que fundamenta a reprodução destes como abstrações a serem vendidas.

Uma vez que, na produção desta tese, situo-me a partir do campo disciplinar da Geografia, é também a partir da mobilização do cabedal teórico-epistemológico produzido nos “jardins particulares” desse campo científico que procuro compreender a reprodução social incursa nas contradições que lhe são contemporâneas. Dessa maneira, ao procurar apreender a ação do capital na sua forma financeira na produção do espaço, bem como o

²⁵⁰ Por exemplo, os estudos produzidos pelo historiador Abílio Barreto, entre os quais: BARRETO, A. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2 volumes. Obra que considera a formação da cidade. E, ainda, MONT MOR, R. L. M. et. al. Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR; PBH, 1994. Obra em que os autores avaliam a reprodução social do espaço após um século de sua produção.

modo como nesse processo esse agente mobilizou o cotidiano cada vez mais programado, o faço a partir de uma aproximação do que aparecem (e, em função disso, é redutor) como “categorias geográficas”: paisagem, região e território. Diante dessa condição, entendo que uma apropriação conceitual deve, em princípio, não apenas superar o campo disciplinar, mas, como todo conceito, ser considerada como forma de aproximação do que se objetiva compreender, já que a realidade em si, por ser dinâmica, é sempre mais ampla que aquela apreendida na construção conceitual.

Há, ainda, outra ressalva que considero importante para esclarecimento da análise empreendida no curso desta tese, bem como para a conexão do que aparece fragmentado nos capítulos. Refiro-me aos fundamentos do estudo da forma contemporânea assumida pela reprodução do fenômeno urbano. Se, por um lado, se trata de um processo que guarda rupturas e que aponta para inflexões, por outro, também se trata de um processo que se revela pela continuidade histórico-geográfica da produção do espaço inscrita na reprodução social capitalista. Assim, ao analisar a reestruturação contemporânea da metrópole, o faço considerando a modernização urbano-industrial capitalista que envolveu a reprodução de Minas Gerais. Modernização que, inscrita no processo de desenvolvimento desigual da produção do espaço, conferiu a Belo Horizonte uma condição duplamente periférica, já que o foi em âmbito mundial e nacional, o que, certamente, impôs a essa cidade os limites inscritos na especialização tributária da divisão internacional e regional do trabalho.

A consequência dessa condição duplamente periférica para Belo Horizonte foi que, produzida para centralizar a reprodução econômica do Estado, só alcançou tal condição a partir das três últimas décadas do século XX, momento em que, paradoxalmente, a representação ideológica também se alterou. A concentração demográfica – outrora lamentada porque não se efetivara – passou ser vista como um problema a ser resolvido, da mesma forma que o discurso ideológico do atraso industrial e da perda populacional foi instrumentalizado pela racionalidade tecnocrata-político-econômica de Minas Gerais para apoiar “*ad eternum*” os empreendedores capitalistas. Sob o mesmo argumento ideológico, a “explosão demográfica” também foi assim considerada, tornando-se um dos fundamentos da urbanização de Belo Horizonte.

A partir daí, a questão que se configurou em Minas Gerais, tal como em todo o país, foi o da representação de um *déficit habitacional* ou da não preparação do espaço urbano para receber as “levas” de migrantes que para ele foram direcionados. Discurso que em muito foi alimentado pelos chamados estudos técnicos de classe que reforçaram a representação ideológica distorcida acerca da existência de um déficit habitacional e que o analisaram como uma excrescência ou “efeito colateral” de um processo. João Ricardo Serran, em “*O IAB e a política habitacional*”, aponta a posição assumida pelo IAB sobre o problema habitacional:

a situação habitacional do Brasil é de suma gravidade, caracterizando-se, essencialmente, pela desproporção cada vez maior, nos centros urbanos, entre o salário ou a renda familiar e o preço da locação ou de aquisição de moradia e pelo déficit crescente de disponibilidade de prédios residenciais, em relação à demanda do povo brasileiro (...) Que, no Brasil, o fenômeno de urbanização vem se processando de maneira vertiginosa e desordenada, sendo fatores determinantes desse fenômeno, primordialmente, a estrutura subdesenvolvida do país, o intenso incremento demográfico desacompanhado de medidas que, no interesse nacional, ordenem e disciplinem o surto industrial e as arcaicas relações de produção agrária que determinam fortes movimentos migratórios para os núcleos urbanos; nos maiores centros urbanos do país a população que vive em sub-habitações – tais como favelas, cortiços, mocambos, malocas, barracos – é grande e crescente, tanto em números absolutos como relativos²⁵¹.

Analisando pela forma manifesta do fenômeno – mais gente com menos poder de aquisição de unidades habitacionais –, o IAB, naquele momento, pôde apreender esse processo apenas pela aparência, o que corroborou para que se entendesse que se tratava de uma “incapacidade já demonstrada de obter, pela iniciativa privada, os recursos e investimentos necessários ao aumento da oferta de moradias de interesse social, pelo menos no ritmo em que se processa o crescimento das populações urbanas”²⁵².

Embora a proposta resultante das discussões do referido seminário tenha sido amplamente distorcida, como analisou João Ricardo Serran, e ainda que não tenha sido aplicada nos moldes propostos, ela seria sempre e, na melhor das hipóteses, corretiva. Isto porque não foi considerado que o que aparece como déficit habitacional inscreve-se no deslocamento do eixo central da acumulação do espaço rural para o urbano, o que fez da atividade industrial o núcleo duro da acumulação que se alimentou da retomada dos pressupostos de uma “acumulação primitiva”.

²⁵¹ Ibidem. Pág. 11.

²⁵² SERRAN, J. R. *Obra citada*. Pág. 56. Essa concepção serviu de base para a elaboração de um conjunto de propostas que, conforme o autor, após ser estilhaçado, consubstanciou a base do Banco Nacional de Habitação.

Foi nesse contexto que Francisco de Oliveira considerou o processo de autoconstrução pelo morador de sua própria moradia, quase sempre em condições qualificadas pelo IAB de sub-habitações. Para o autor, a moradia das classes trabalhadoras construídas “utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o mutirão (...) se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho.” E, produzida dessa maneira, “embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho.” Dessa maneira, a superação do caráter fenomênico do que aparece como um déficit habitacional que se materializa na forma de sub-habitações que conformam os espaços ditos informais exige que consideremos que, efetivamente, “uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho”²⁵³.

Foi nesse sentido que esse autor, ao apreender de maneira bastante rica as contradições que estavam na base da produção/reprodução social do espaço urbano brasileiro, afirmou que a

expansão do capitalismo no Brasil [que se deu] introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera a força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (...) [Assim,] o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração de renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir²⁵⁴.

Ainda que a reflexão de Francisco de Oliveira esteja situada nas condições engendradas pela reprodução capitalista no Brasil relativas ao período de 1930-1970, ou seja, no momento em que se consubstanciavam as condições da industrialização e urbanização brasileiras – o que a torna datada, porque referente a um momento bastante particular –, os pressupostos fundamentais de sua análise permanecem bastante atuais e com grande força explicativa. De fato, a reprodução socioespacial capitalista não prescinde do que aparece como “setor informal”; a assunção do custo de parte de sua reprodução

²⁵³ OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. Obra citada, pág. 59.

²⁵⁴ Ibidem. Pág. 60.

social continua sendo assumida pelo trabalhador, o que faz com que a reprodução do novo continue fortemente amparada pela contínua (re)inscrição do arcaico. São condições que, ao fim e ao cabo, alimentam a reprodução ampliada da riqueza capitalista. Em Belo Horizonte, esses fundamentos também se materializaram e estão na base do que, por vezes, é redutoramente compreendido como expressão de um processo de segregação socioespacial, condição em que o conceito situa-se aquém da realidade que se objetiva compreender, porque apreendida apenas no nível do fenômeno.

É inegável que a região centro-sul de Belo Horizonte que se expande ao sul da capital materializa um fenômeno que comporta a segregação social. Contudo, entendê-lo apenas dessa maneira é ater-se aos limites da aparência, é não avançar na direção dos fundamentos desse fenômeno. Assim, entendo ser necessário situá-lo no bojo de uma sociedade que se divide em classes e se estrutura em função da exploração aí estabelecida, cuja reprodução fundamenta-se na produção social da riqueza que é apoderada privadamente. Trata-se de uma sociedade de classes antagônicas em cujo antagonismo se consubstancia a luta de classes. Nesse sentido, os pressupostos do fenômeno que se materializa na forma de segregação espacial são os mesmos que estão na base da luta contra a exploração do sujeito, que comporta, entre outras dimensões, a do trabalho, embora não se restrinja a ele. Dizer que a exploração entre classes situa-se apenas no âmbito do trabalho, e que, em função disso, este ocupa a centralidade da reprodução social, é desconsiderar que o capital, em seu movimento de reprodução, subordina tudo e todos aos seus circuitos de valorização. Assim, não se trata mais apenas da exploração do trabalho, mas do sujeito em todas as suas dimensões: no atendimento de suas necessidades, em seu desejo, em seu cotidiano. Daí que a alienação imposta não é mais apenas em relação ao trabalho, mas alcança a condição de uma alienação política, na medida em que se busca a alienação completa do sujeito para que este não consiga restituir sua autonomia²⁵⁵.

Assim, é esse conflito, ora latente, ora efetivo, que fundamenta a separação espacial, bem como o aparato de proteção dos enclaves produzidos. Se a “leitura do

²⁵⁵ Autonomia elaborada nos termos refletidos por Marcelo Lopes de Souza, em que o autor considera que a autonomia individual só se efetiva plenamente na construção de uma autonomia coletiva. Sobre isso, ver: SOUZA, M. L. A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Pág. 68-94.

espaço” é um dos caminhos para o entendimento da reprodução social, entendo que a exacerbação do crescimento do aparato de segurança privada, bem como o apelo da segurança inscrito em todo e qualquer empreendimento imobiliário de venda do espaço explícita, limpidamente, a permanência da luta de classes e seu alcance sobre uma reprodução socioespacial contemporânea.

É nesse sentido que, a meu ver, a paisagem conformada constitui-se em importante “ponto de partida” para a compreensão do que constitui a essência do fenômeno²⁵⁶. Dessa maneira, a observação de um número significativo de favelas na região centro-sul explícita, pela aparência do fenômeno, um intenso processo de espoliação urbana que, ao consubstanciar-se em uma das estratégias de rebaixamento do custo da força de trabalho, revela uma das continuidades históricas do processo de reprodução capitalista: a constante retomada dos fundamentos da acumulação primitiva. Esse foi um dos motivos que fizeram com que o número de moradores de favela, bem como o número de favelas em si, tenha crescido de forma tão intensa ao longo da consolidação da reprodução do capital de base urbano-industrial em Belo Horizonte. Crescimento que, se até o fim da década de 1970 foi tributário da vinda de moradores do espaço rural para o espaço urbano, a partir da década de 1980 foi em muito influenciado pelo “deslocamento intraurbano” de Belo Horizonte, processo em que muitos moradores não reuniam mais condições de custear a reprodução através da locação de moradia²⁵⁷.

Dessa maneira, embora a região centro-sul tenha sido produzida, historicamente, para constituir-se no lugar das classes de rendimentos médios e elevados, nesta também

²⁵⁶ A categoria *Paisagem*, que já assumiu (e ainda assume) definições conceituais diferentes dentro da Geografia em função das clivagens internas ao campo disciplinar, é um bom exemplo do quanto os limites disciplinares atuam no sentido de reduzir a compreensão do real. Apesar das múltiplas variações, desde a chamada geografia tradicional até os dias atuais, predominam nessa ciência definições que, mais ou menos elaboradas, possuem como centralidade o que considera a Paisagem uma porção do espaço que pode ser abarcada pelo olhar, estabelecendo a relação entre o observado e o observador. Limitada, a concepção predominante da Geografia também é limitadora da compreensão dos processos históricos que conformaram uma ciência que não só explícita como também atua no sentido de apartar o conjunto abarcado pelo olhar das relações essenciais estabelecidas interna e externamente. Discussão que, no entanto, é muito enriquecida quando se superam os limites parcelares da ciência, alimentando-se de reflexões de outros campos. Por exemplo, a reflexão desenvolvida acerca da essência e da aparência (entre outros, por Henri Lefebvre) é bastante enriquecedora dos conceitos geográficos de Paisagem. Sobre isso, ver: LEFEBVRE, H. *Lógica formal. Lógica dialética*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Especialmente págs. 105-108 e págs. 216-222.

²⁵⁷ Essa realidade é apontada pelos diagnósticos presentes nos Planos Globais específicos de favelas como o Aglomerado da Serra, Favela Pontaporã, Favela Pedreira Prado Lopes e Favela São José.

se constituíram os espaços marginais precários das favelas que, na reprodução urbana e industrial, cumprem função estratégica, como bem afirmou uma moradora do Belvedere II em relação ao Aglomerado Santa Lúcia. Segundo ela, é preciso manter com a favela uma relação de convivência, já que, de certa maneira, ambos dependem um do outro²⁵⁸. Essa é, assim, uma segregação que revela os limites da separação espacial, já que os seguranças, empregados domésticos e outros trabalhadores, cuja remuneração é estabelecida pelo limite mínimo da reprodução social, são estruturais para o funcionamento dos “enclaves fortificados”, são o elo com os espaços e sujeitos do quais se objetiva apartar.

Mas, na medida em que foi produzida como o lugar das classes sociais de alta renda, a região sul foi intensamente ocupada, inicialmente nos limites de Belo Horizonte. Ainda que os chamados “condomínios fechados” da região sul da RMBH tenham sido produzidos desde o início da segunda metade do século passado, só foram mais densamente ocupados e se tornaram lugar de moradia e não apenas “segunda residência” a partir das décadas de 1980/90. Nesse contexto, essa região da capital foi objeto de intensa regulação urbanística que, a partir dos interesses do grupo de capitalistas que se constituíam dominantes, ia sendo estabelecida e/ou revista, conformando sempre um intenso campo de disputas pelo exercício do poder sobre o poder público municipal, em que as regras do jogo são formalizadas. A consequência mais imediata de uma intensa atuação capitalista na produção/reprodução do espaço na região sul nos limites da capital foi o “transbordamento” desse processo sobre os municípios que integram a região metropolitana ao sul da capital, consolidando uma *região*²⁵⁹ de expansão.

²⁵⁸ Entrevista realizada por mim com a moradora, em junho 2005. Essa resposta foi dada quando lhe perguntei sobre o porquê de o posto médico da Associação dos Moradores do Bairro Belvedere – AMBB – oferecer consultas médicas básicas por R\$5,00 e R\$10,00 e das ações que ela qualificou como filantrópicas com associações e instituições da favela.

²⁵⁹ Também fortemente elaborado dentro da Geografia, o conceito de Região assume também a condição de uma das categorias “da” Geografia. Tal como ocorreu em relação ao território e a paisagem, essa elaboração conceitual também foi bastante dinâmica no interior dessa ciência. Todavia, a meu ver, tal conceito precisa ser considerado para além dos limites do campo geográfico, na medida em que é amplamente enriquecido com elaborações que o extrapolam. Assim, o primeiro aspecto do sentido aqui atribuído à Região é que se trata de um recorte espacial em que a produção/reprodução do território se dá em função de processos correspondentes que, ao se materializarem, atuam para garantir o controle sobre o processo de produção/reprodução do espaço. Nos termos aqui considerados, Região assume o estatuto de um recorte espacial sobre o qual, em função de características e interesses, se estabelecem relações de poder que reproduzem sua paisagem e que correspondem a seu conjunto. O que aqui assumo como Região, em muitos estudos é teorizado como eixo ou vetor. A opção feita aqui por Região em detrimento de eixo e vetor deve-se à preocupação de, na adoção do termo, indicar a abrangência regional do processo e o envolvimento da forma e do conteúdo que compõem determinado recorte espacial. Assim, ao optar pelo

Todavia, a constituição da região sul de expansão da metrópole guarda especificidades que demarcaram amplamente os termos dessa reprodução: a primeira delas refere-se à necessidade da indústria da construção civil de lidar com o capital industrial minerário, já que essa região conformou, em parte, a base da indústria metalúrgica de Minas Gerais²⁶⁰. Nessa condição, a remoção do entrave da propriedade foi colocada em outro patamar, o que, possivelmente, ajuda a compreender as novas estratégias engendradas na reprodução do espaço. De fato, é nessa região que se têm constituído parcerias entre a mineradora proprietária da terra e a indústria da construção (caso do empreendimento Vale dos Cristais) ou, ainda, entre construtoras de base local e de outros estados na incorporação dos empreendimentos produzidos. Além das estratégias que mobilizam os capitais que se situam ora como concorrentes, ora como parceiros no empreendimento, a reprodução da região sul também aponta para estratégias de outra natureza, que mobilizam o aparato jurídico-legal em grande parte conformado pelo Estatuto da cidade. Trata-se, por exemplo, de ações como a “operação urbana Lagoa Seca” (entre outras que serão consideradas adiante) que, em fase de avaliação, transformará a área da mineradora em um empreendimento imobiliário que deverá ser iniciado em 2013 e concluído em 2025, conforme explícito na reportagem do jornal Estado de Minas:

Até 2015, a paisagem da região entre os bairros Sion e Belvedere, conhecida como Mineração Lagoa Seca, vai mudar. Na área desocupada, que conta com cerca de 1 milhão de metros quadrados, devem ser construídos 30 prédios, além de um parque público que será batizado de Park Burle Marx. O investimento partirá das empresas Patrimar e Caparaó, que ainda não precisaram o aporte total no projeto. As edificações ficarão concentradas em uma área de 300 mil metros quadrados e terão entre quatro e quinze pavimentos. O restante da área será destinado à construção do parque que, segundo o diretor da Patrimar, Marcelo Martins, será mantido pela associação dos moradores e usuários dos empreendimentos. “No total serão 1 mil unidades, sendo 70% comerciais e 30% residenciais”, descreve. A expectativa é de que a menor unidade tenha 100 metros

uso de Região em lugar de outros termos não pretendo reafirmar conceitualmente essa palavra, mas, através dela, apreender a forma como determinado fragmento do espaço produzido é assenhoreado e, sob essa condição, reproduzido. No âmbito da Geografia, Sandra Lencioni desenvolveu alentada reflexão sobre o processo de construção conceitual de Região. Ver: LENCIONI, S. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 2003.

²⁶⁰ Muitas das especificidades que compõem a reprodução da região sul da metrópole são explicitadas na obra “Novas periferias metropolitanas”, em que os autores desenvolvem importantes estudos que ajudam a compreender a região da RMBH. Sobre isso, ver: COSTA, H. S. M. *et al.* ; Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

quadrados, enquanto o maior apartamento chegará a 600 metros quadrados. “São unidades de altíssimo padrão que, se fossem comercializadas hoje, custariam entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil o metro quadrado”, calcula Marcelo²⁶¹.

A possibilidade de execução de empreendimentos como o citado, bem como dos demais que compõem a ação atual dos empreendedores que atuam na região sul, explicitam os limites do discurso veiculado atualmente, que consiste na suposta saturação das possibilidades de atuação na região sul de expansão da metrópole, e que está na base da reestruturação da região norte.

Por sua vez, os elementos que estão na base da conformação do discurso (que se pretende consensual) da necessidade de reestruturação da infraestrutura da região norte também foram produzidos no bojo da consolidação urbano-industrial de Belo Horizonte.

Embora ao longo da década de 1960 a cidade industrial de Contagem se encontrasse ainda com grande disponibilidade de áreas para constituição de unidades industriais, sua localização revelou o problema já citado dos efeitos da poluição industrial sobre Belo Horizonte. Nesse contexto, o distrito industrial de Santa Luzia foi produzido (o que também explica sua longa desocupação, já que não foi a saturação do de Contagem a motivação central) para receber as indústrias que, embora importantes para a reprodução urbano-industrial da capital, eram de elevado potencial poluidor, como o frigorífico estadual que deveria beneficiar a produção pecuária do Estado, conforme afirmou Clélio Campolina Diniz.

Assim, tanto em Santa Luzia quanto em Ribeirão das Neves, configuraram-se os espaços destinados àqueles que, superexplorados no processo de trabalho, realizariam sua reprodução envoltos nas estratégias de reprodução espacial que caracterizaram esses municípios como o “lugar da periferia” na Região Metropolitana. Não por acaso, como pode ser observado nos estudos e diagnósticos produzidos pela superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), tais municípios

²⁶¹ TAKAHASHI, P. Construtoras investem em projeto na zona sul de BH. Caderno Economia, Jornal Estado de Minas. 06/08/2011 Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/08/06/internas_economia,243635/patrimar-e-caparao-investem-em-projeto-na-zona-sul-de-bh.shtml, acessado em 31 de agosto de 2011.

figuraram entre os que tiveram maior crescimento demográfico entre as décadas de 1960-90.

Ainda que o crescimento demográfico fruto da territorialização do trabalhador, que conformou um dos fundamentos da reprodução urbano-industrial de Belo Horizonte, tenha sido intenso nesses municípios, o que ocorreu nos limites da metrópole também foi acentuado. Porém, nessa região também existem grandes áreas não empreendidas que, na reestruturação atualmente em curso, são agora mobilizadas para empreendimentos de grande porte (Região do Isidoro), para equipamentos públicos de atração de urbanização (Centro Administrativo de Minas Gerais – CAMG), para parques ambientais (Parque Serra Verde) ou, ainda, para empreendimentos ditos populares, tal como afirmado pelo diretor da Construtora Líder, processo considerado no quarto capítulo desta tese.

Nesse sentido, as características específicas assumidas pela (re)produção das regiões sul e norte de expansão da RMBH constituem, na atualidade, os fundamentos de sua reprodução socioespacial contemporânea. Se na região sul a ação do Estado caracteriza-se pela manutenção da infraestrutura e (tentativa) de regulação da produção capitalista do espaço, na região norte a ação do Estado consiste, além da regulação, também na produção de empreendimentos (que vão além da infraestrutura) capazes de induzir a urbanização nos termos do ordenamento territorial definido pelo Estado e capital para a região.

Entretanto, se a reprodução capitalista da região sul, nos termos do capital e do Estado, não depende da conformação estrutural dessa região, a viabilidade de sua reprodução capitalista é afetada pelo impacto da expansão desta, o que, no limite, exige novamente a mobilização do Estado, no sentido de produzir as condições infraestruturais necessárias à continuidade da reprodução ampliada dos capitais que nela atuam. Mas, na medida em que se trata de uma ocupação consolidada e, predominantemente, por classes sociais de rendimentos médios e elevados, a reprodução da região sul para as décadas seguintes depende da execução de eixos viários, que, se não terão alcance de reestruturação (como na região norte), deverão funcionar como ações paliativas efetivas, mas, principalmente, darão novo fôlego à representação acerca da região sul. Assim,

torna-se fundamental à reprodução dos capitais que atuam nessa região a integração dos eixos viários já existentes e mesmo a criação de novos eixos, o que impõe intenso processo de desestruturação socioespacial, principalmente nos espaços que se apresentam como mais vulneráveis.

Conforme já dito, a região sul de Belo Horizonte também é caracterizada pela presença significativa de “espaços marginais precários”, as favelas, sendo que algumas delas chegam a formar aglomerados, como o da Serra, Santa Lúcia e Morro das Pedras, ou são de grande porte, como a Favela Taquaril²⁶². Como quase todas as favelas de Belo Horizonte, as anteriormente citadas também foram estabelecidas sobre áreas que não se constituíam como atrativas para a indústria da construção civil ou então áreas públicas. Outra característica comum é a que se refere ao regime jurídico dos espaços ocupados. Sob a perspectiva jurídico-legal, todas elas são áreas de ocupação irregular, o que inscreve a possibilidade de remoção das famílias que ocupam esses espaços.

Todavia, sob a perspectiva da luta pelo direito da moradia que se fundamenta e se confunde com a luta pelas condições de reprodução como força de trabalho – como apontado por Mercês Somarriba – e que logrou conquistas históricas, o processo não é de simples remoção, tal como ocorreu em Belo Horizonte até o fim dos anos de 1980. Nesse sentido, há também uma legitimidade que se antepara no/pelo ordenamento jurídico do espaço produzido. É justamente nesse contexto que se insere um novo campo de disputas que, tal como tem se configurado na atualidade, aponta, sob o manto de pequenos avanços, para retrocessos naquilo que, no limite, se configura na questão fundamental, qual seja, a do direito à permanência, que está na base do Possível que se inscreve no direito à Cidade.

É nesse sentido que, no próximo capítulo, procuro refletir acerca do processo de constituição do Plano Global Específico e do programa dito de urbanização (mas que, essencialmente, é de valorização) Vila Viva, o que, por sua vez, exige uma breve

²⁶² Embora a Favela do Taquaril e Morro das Pedras não componham a região sul, as ações estabelecidas sobre as mesmas apontam para o assenhoreamento de ambas em função da viabilização da região sul de expansão da metrópole, como será analisado no capítulo seguinte.

consideração do processo de reprodução social que culminou na forma atual do poder público de lidar com os espaços marginais precários ou, simplesmente, as favelas.

Capítulo 03 – A luta pela moradia como caminho para a Política. Do possível que se inscreve e que se bloqueia para não se realizar: avanços e retrocessos, rupturas e permanências inscritas no Programa de “Urbanização” Vila Viva e sua inserção na revalorização da metrópole

Notadamente, a segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permitindo a reprodução das relações de produção (que são relações de classes), essa segregação constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas, enquanto tal, ela o revela. O caráter desértico, abandonado das periferias urbanas é revelador. O que ele revela? Para descobri-lo e dizê-lo é preciso lê-lo. A leitura dos espaços urbanos, periféricos ou centrais, não se faz somente sobre mapas, construindo um código abstrato. Trata-se de uma leitura sintomal por excelência, e não literal. (LEFEBVRE, 2008, p. 86)

3.1 – Notas sobre o percurso escolhido

A citação em epígrafe aponta, em alguma medida, o sentido no qual busco caminhar na reflexão que proponho acerca do Vila Viva – programa de “urbanização” do governo de Belo Horizonte . Efetivamente, procuro situá-lo no processo histórico do qual deriva, o da construção do Direito à Cidade – que se conformou na luta pela moradia –, mas também no que consiste, em um campo de disputas que, ao fim e ao cabo, aponta para a conformação de estratégias de revalorização de espaço e que tem como fundamento a negação desse direito.

Assim, ao percorrer esse caminho, procurei também considerá-lo em sua essência que, em muito, se revelou no próprio caminhar: não me foi possível lidar com o Vila Viva em posições definitivas, porque este, fora do caráter publicitário que comporta, sempre se revelou em suas contradições e foi com elas que procurei lidar, compreendendo-as. Tal fato me faz trazer para o início uma conclusão: que aquilo que o antecedeu como programa comportou uma riqueza muito mais ampla, mas que, programa instituído, nas “práticas” e práticas que revelou, comportou novas riquezas, mas também uma intensa e incisiva deterioração. O Vila Viva revela, em suas estratégias (no âmbito do Estado) o quanto a Política é poder e, porque poder se exerce, o quanto os avanços dependem da ocupação intensa e permanente das posições conquistadas, sob pena de estas se ossificarem e serem subordinadas no processo que, perversamente, atua no sentido da

anulação da fala e da destituição da Política. Assim, neste capítulo, o esforço que faço é o de apresentar os acúmulos, os avanços e retrocessos, as rupturas e permanências percebidas e apreendidas que sustentam essa conclusão.

Diante disso, esclareço que não farei adiante uma descrição minuciosa do Vila Viva do Aglomerado da Serra ou de outros lugares onde ele ocorre, o que pode ser encontrado no Plano Global Específico – PGE de cada uma das favelas. Recorro à descrição no momento em que ela se faz necessária à demonstração do que se pretende. Não que a descrição do programa e mesmo do que o sustenta não seja rica. Ao contrário. Certamente, o diagnóstico trazido pelo PGE acerca das favelas traz um detalhamento bastante relevante. E não apenas do que falta, mas também da concepção que sustenta a quantificação do que falta e do qualitativo que, muitas vezes, não se revela. De fato, parte considerável da riqueza que perpassa o PGE é que esse documento revela as concepções consolidadas acerca da produção do espaço urbano e do sentido assumido pelos espaços materialmente precários.

De fato, para as leituras que vão além do texto – aquelas que alcançam o contexto e que são capazes de apreender o movimento a partir do estático desse documento –, ele é ainda mais completo. Nessa leitura não literal, o PGE revela como no nível do vivido, onde se dá a reprodução da vida, aquelas pessoas, homens e mulheres, submetidos por uma ampla gama de precariedades, conseguiram apropriar-se do *quase nada* e produzir uma riqueza que – sob o entorpecimento dos sentidos que se orientam por uma riqueza monetária – quase não conseguimos perceber. Nas inferências possíveis a partir do PGE do Aglomerado da Serra, bem como nas conversas com seus moradores e andanças naquele lugar, foi-me possível perceber como os saberes, aqueles que conformam uma cultura bastante densa, são apropriados como estratégias de sobrevivência e se incorporam ao espaço produzido. Tal como o poder, a cultura também se exerce, se exercita... E, mais que isso, como, mesmo em um contexto de tanta precariedade e negação (em condições que são quase impossíveis), esses sujeitos alcançam dimensões que se inscrevem no nível da vivência e do habitar.

Porém, diante das colocações anteriores, entendo como necessário ressaltar que as reflexões que procurei fazer não se orientam no sentido de exaltar a favela e o modo de vida que comporta como expressão, forma e conteúdo adequados para viver. Ao

contrário, o que prevalece é o quanto essa forma expressa uma perversidade que foi e ainda é estrutural à urbanização de uma sociedade em que ganha sentido a afirmação de Henri Lefebvre que “o uso e o valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias”. Dimensão em que, “com tal generalização da troca, [na qual] o solo tornou-se mercadoria”, de forma que “tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto”²⁶³. Adiante, procurarei a origem formal da favela, porém seu conteúdo está expresso na reflexão do filósofo.

O entendimento balizar do qual parti para a construção deste capítulo foi o que considerou que a favela, fruto que é dessa urbanização contraditória, traz em si essa contradição, sendo que não há como não percebê-la e registrá-la, lugar e condição que permite que nos aproximemos da compreensão dos sentidos que perpassam o programa dito de “urbanização” Vila Viva.

3.2 – Por que “urbanizar-se” torna-se uma necessidade: o sentido estrutural da favela na e para a urbanização

Indubitavelmente, esse programa – que se constituiu no curso da urbanização de Belo Horizonte – expressa, em ampla medida, o não reconhecimento histórico daquele sujeito que, em princípio, foi o trabalhador que construiu a materialidade da capital, mas que ao longo da reprodução da cidade foi quem – levado ao extremo da exploração – se viu envolvido em um universo de extrema precarização. No entanto, se a localização geográfica dos espaços de precarizações extremas considerados – as favelas – encontra-se em Belo Horizonte, entendo que seja necessário observar que estes estão inscritos em dois processos que indicam que se trata de uma reflexão que não se situa apenas no nível do fragmento, ou seja, que toma a favela como algo em si e para si.

O primeiro processo ao qual me refiro – que alcança o conjunto metropolitano – associa-se ao da valorização do espaço e tem na concepção deste como mercadoria seu fundamento e se constitui no fio condutor desta tese. Nesse âmbito, a propriedade, além

²⁶³ LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Pág. 83.

de reafirmada como fundamento da organização social, fundamentou a reprodução capitalista do espaço, sendo estendida aos limites mais extremos possíveis, o que exige que hoje, para se entender as estratégias que se materializam, se considere a dimensão metropolitana. É nesse sentido que entendo que o Vila Viva associa-se, simultaneamente e em ampla medida, com as regiões sul e norte de expansão de Belo Horizonte, na escala de sua região metropolitana.

Ainda que estabelecer-se fisicamente sobre o território seja condição essencial à reprodução humana, nos termos atuais que pautam a reprodução social, esse estabelecimento tem na mediação da propriedade formal do território a forma condicionante de toda essa reprodução. Dessa maneira, no contexto de sua reafirmação permanente, apoderou-se de contradições que apontaram ou que poderiam ter apontado para o seu próprio questionamento. Um exemplo interessante que expressa esse apoderamento conservador é o que se refere ao escopo que integra a legislação ambiental. Em alguns casos, esta é instrumentalizada no sentido de justificar ações que – se orientadas pela necessidade da *conservação* – têm-se constituído mais na *conservação da propriedade privada* do que das condições naturais propriamente ditas, o que, no entanto, não está fora dos termos dessa sociedade, pois, “assim como o espaço, a natureza encontra-se politizada, porque está inserida em estratégias conscientes ou inconscientes”²⁶⁴.

Já o segundo processo – de ordem mais geral e mais ampla – é o que explicita que as favelas e os programas a elas referidos (como o Vila Viva) estão inseridos no processo histórico-geográfico do qual derivam e que têm seu fundamento na análise da formação de favelas e das correspondentes ações de “desfavelização”, para o caso de Belo Horizonte, adotadas ao longo de mais de 114 anos. Também através desse processo pode-se apontar para os desdobramentos possíveis, pois se trata de um pensamento que não se pretende realista, preso aos limites instituídos. Como bem expresso na elaboração lefebvriana, entendo ser impossível a apreensão por um pensamento que se prenda meramente ao que existe e que não se oriente pela exploração de uma possibilidade que, se impossível hoje, pode ter, no agora, resíduos do que se inscreve no devir.

²⁶⁴ LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Obra citada. Pág. 67.

Dessa maneira, trata-se da consideração do processo histórico em que se busca, por um lado, sua gênese e, no percurso de sua constituição, as permanências, o que mais de um século depois ainda se observa nesse relacionamento conflituoso de Belo Horizonte com fragmentos de si mesma. Mas é também nesse movimento regressivo que procuro compreender as discontinuidades e mesmo rupturas que em alguns momentos foram capazes de apontar para novos caminhos, reorientar as políticas de Estado, mas, fundamentalmente, de redefinir o sujeito e o modo como este se vê, pois, inscrito nessa sociedade, também é um sujeito efetivo que auferir os direitos inseridos no âmbito da cidadania ou que vão além dessa dimensão. O exercício que procurei fazer foi tentar ressignificar as informações sobre esse processo registradas em diversos estudos que tiveram nele o objeto de estudo²⁶⁵.

Nesse sentido, a historicidade que busco – que se volta para e transcende o momento atual – é a dos acúmulos, das possibilidades que foram ou estão sendo construídas, apropriadas e/ou assenhoreadas no curso da luta mais imediata que é a do direito à cidadania em suas condições limites e limitantes, mas que pode abrigar e abrir caminho para aquela mais ampla, que tem no horizonte a luta pelo efetivo Direito à Cidade.

No que se refere ao primeiro processo – o da valorização do espaço –, o recorte que faço é o da escala da metrópole. Contudo, procurei considerá-la em uma relação *transescalar*, cujo sentido foi o de compreender como os processos forjados no nível global – aquele no qual se inscrevem as políticas de Estado e as estratégias de reprodução do capital na sua forma mais desenvolvida –, ao alcançarem o nível médio (da própria cidade que se constrói), assenhoreiam-se do produzido nesse nível, transformando-o em uma imensa força produtiva, apoderando-se de sua produção/destruição/reprodução e instrumentalizando-as. E, todavia, ao alcançarem o nível médio – o da cidade reproduzida –, as estratégias e políticas do Estado e/ou do capital que busca reproduzir-se ampliadamente por meio desse processo também alcançam o nível do vivido, aquele que

²⁶⁵ Há, de fato, uma vasta produção sobre a formação de favelas em Belo Horizonte e a reação do poder público a esse processo. Em meio a essa produção, há alguns estudos mais específicos sobre determinada favela e outros mais amplos, mas que são de grande relevância e contribuem para a compreensão da urbanização de Belo Horizonte por um de seus fragmentos.

se realiza no cotidiano, por meio da construção diária da própria vida²⁶⁶. Por sua vez, esse cotidiano, ao ser alcançado, vai se tornando objeto dessas estratégias políticas que nele se materializam e disputam o lugar com aquelas que sustentam o âmbito do vivido.

Porém, os elementos que sustentam o vivido tornam-se alvo e objeto dessas estratégias, que percebem neles potenciais para a extensão da monetarização das relações, inscrevendo por esse processo aquilo que se constrói e se revela no âmbito do espontâneo e que não se constituía, até então, em nicho de valorização do valor. Se tomados individualmente, esses elementos aparecem como portadores de um potencial de riqueza (monetária) irrisório. No entanto, se considerados no seu conjunto, revela-se aí um imenso potencial de crescimento do capital através do que, por muito tempo, foi interpretado apenas como sua excrescência. A análise dos dados estatísticos aponta que esse potencial pode ser quantificado em aproximadamente 25% por cento da população brasileira que vive nas metrópoles ou ser observado no percorrer das ruas e becos da favela Santana do Cafezal, onde é explícita a produção dessa riqueza.

Embora comporte exageros e generalizações que diluem o particular no geral, ao falar sobre um “Planeta favela”, Mike Davis apontou para a consolidação de um momento bastante interessante na atualidade e que demonstra uma descontinuidade: o da favela que, após a década de 1990, passou a ser considerada como um “manancial” de riqueza (monetária, é sempre bom afirmar) potencial²⁶⁷. Ao se referir às concepções de Hernando de Soto (citadas a seguir e as quais o autor refuta em “Planeta Favela”), Davis explicita uma orientação que, não coincidentemente, passou a ser amplamente reafirmada – pois já existia em programas anteriores –, tendo em conta que “essa enorme população de ex-camponeses e trabalhadores marginalizados é uma colméia frenética de protocapitalistas cobiçosos de direitos formais de propriedade e do espaço competitivo não

²⁶⁶ Sobre essa discussão, ver: LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Obra citada.

²⁶⁷ Sobre as generalizações abusivas, ver o posfácio escrito por Ermínia Maricato, publicado na 1ª edição de 2006. Quanto ao potencial, Mike Davis traz dados interessantes: “(...) a partir da década de 1980 a informalidade econômica voltou com força total, e a equação que iguala marginalidade urbana à marginalidade ocupacional tornou-se irrefutável e avassaladora: os trabalhadores informais, de acordo com as Nações Unidas, constituem cerca de dois quintos da população economicamente ativa do mundo em desenvolvimento.” DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006. Pág. 177.

regulamentado”²⁶⁸, o que demonstra que um dos sentidos do que se denomina como “urbanização da favela” é, de fato, o do provimento de uma infraestrutura mínima para sua formalização que, entre outros aspectos, contempla a dimensão da regularização fundiária que, por sua vez, fundamenta a perspectiva de que são “protocapitalistas”.

Para o caso de Belo Horizonte, a discussão acerca da regularização fundiária alcançou as ações do poder público na década de 1980 e materializou-se na Lei Municipal 3.532/83 – PROFAVELA. Foi um momento em que se apontou para a regularização fundiária como fundamento do desenvolvimento socioeconômico da favela e de seus moradores, como será considerado adiante, dentro da “linha do tempo” que integra.

Nesse sentido, nas reflexões que desenvolvo sobre o Vila Viva, procuro também considerar em que medida esse programa pode ter sido alimentado por tais concepções acerca do sentido e funções da favela que, em ampla medida, se não tão somente, também são engendradas no nível global²⁶⁹.

Nessa análise, o que se revelou como o fio condutor para o entendimento do sentido da favela e de por que se busca na atualidade “urbanizá-la” foi a propriedade. De fato, a questão da *propriedade* já estava colocada²⁷⁰, de forma geral, desde a produção de Belo Horizonte. E o que a caracterizou nesse período foi o modo como a sua não detenção para os moradores das favelas constituiu-se em fundamento de constantes expulsões sumárias. Isso porque não havia (condição que permaneceu até os anos de 1970) indícios claros do reconhecimento do direito à permanência em determinada localidade sem essa mediação. É sempre importante ressaltar que essa exigência era principalmente feita em relação aos pobres da cidade que viviam nas favelas, aos quais era associada toda sorte de atributos negativos, sendo estes considerados como indolentes,

²⁶⁸ Ibidem. Pág. 179. Segundo Davis (2006, p.180), as concepções de Hernando de Soto levaram “alguns burocratas das instituições de fomento a redefinir as favelas como ‘sistema de gerenciamento urbano estratégico de baixa renda’”.

²⁶⁹ Um exemplo desse alcance e, em alguma medida, determinação, pode ser encontrado nas relações estabelecidas entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e os países latino-americanos, principalmente com seus sócios mutuários (tomadores de empréstimos, caso do Brasil). Essa instituição financeira tornou-se, em certo sentido, um gerenciador de programas de urbanização aplicados nos países periféricos. Conforme demonstrou Silva Júnior (2006), parte considerável das “soluções” adotadas pelo Estado para espaços precários foi orientada ou acompanhou as orientações do BIRD. Sobre isso, ver: SILVA JÚNIOR, L. R. C. O programa Favela-Bairro e as políticas habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006. Dissertação.

²⁷⁰ Sobre o processo, ver: SOMARRIBA, M. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: ALMEIDA, N. M.; DULCI, O. S. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

violentos, portadores de doenças etc., o que permite afirmar que a exigência da propriedade como mediadora do lugar da habitação fundamentava-se na estratégia de manter longe os indesejáveis que, historicamente, foram os mais pobres.

Contudo, na década 1970 pode ser observada uma tentativa (mais efetiva e que alcançou mais êxito) de descontinuidade nesse processo, quando se observa a ação da Pastoral de Favelas, vinculada à Igreja Católica²⁷¹. Ao aproximar-se e envolver-se com a organização e integração das favelas essa questão alcançou também aqueles sujeitos que, confrontados pela propriedade, viam-se no limite do questionamento do direito fundamental de permanência na cidade. A questão central trazida pela Pastoral de Favelas e que se colocava para os movimentos sociais que se formavam nestes espaços era de que todo sujeito tem direito à moradia, conformando-se ali de maneira mais efetiva essa luta²⁷². Entretanto, a discussão acerca da propriedade também foi feita em concomitância com o direito da posse do lugar para viver, ou do direito coletivo do grupo sobre a área que habita, o que, a meu ver, também pode ser discutido no âmbito da propriedade e da apropriação.

Conforme Edésio Fernandes e Helena Dolabela Pereira, a Lei 3.532/1983 foi institucionalizada “aproveitando a abertura jurídica proporcionada pela Lei Federal 6.766/1979 (...) que permitiu ao Poder Executivo criar o PROFAVELA”²⁷³. Segundo esses autores, o PROFAVELA foi pioneiro, na medida em que apontou para a “regularização de assentamentos informais consolidados” a partir da demarcação das áreas em que estes estavam localizados, o que hoje se formaliza como Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS. Com a demarcação, para cada uma dessas ZEIS deveriam ser elaboradas leis urbanísticas, considerando as especificidades existentes nelas. Por sua vez, a elaboração dessas normas deveria ser feita com a participação organizada dos moradores, e deveriam

²⁷¹ Embora a perspectiva não seja histórica, é importante ressaltar que, desde a década de 1950, quando foi fundada a União dos Trabalhadores da Periferia – UTP, pelo líder comunitário da Favela Senhor dos Passos (Buraco Quente) Chico Nascimento, essa luta já estava posta. Também é possível perceber como esta se inscreveu no âmbito das relações constituídas na divisão do trabalho.

²⁷² É importante ressaltar que o que ocorre nesse momento é que a luta pela moradia torna-se mais efetiva e organizada pela aproximação das favelas e seus moradores via Pastoral das Favelas; na verdade, essa luta vem desde as primeiras ocupações, sendo a expressão mais nítida desta. O que chamo a atenção aqui é que a partir dessa década os movimentos sociais mais organizados começam a reivindicar de maneira mais incisiva o direito à permanência onde estão, tentando resistir aos processos de desfavelamento engendrados pelo poder público municipal.

²⁷³ FERNANDES, E. PEREIRA, H. D. Legalização de Favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? In: Planejamento e políticas públicas – ppp N.º 34, jan./jun. 2010.

adotar, de forma integrada, a regularização fundiária, a partir da urbanização das áreas e da melhoria das habitações. Conforme prescrito no documento “PROFAVELA – o morro já tem vez”, entre os objetivos e metas desse programa encontra-se o de “reconhecer como legítima a ocupação de assentamentos espontâneos, criando condições técnicas e jurídicas para sua legalização” para, dessa maneira, “possibilitar a integração dessa parcela da população à condição de proprietários”²⁷⁴.

É interessante observar que se o PROFAVELA trouxe em si a *possibilidade* de um avanço significativo no sentido de se reconhecer como legítima a ocupação das favelas, isso foi feito recolocando-a sob uma perspectiva essencialmente reacionária, reafirmando a propriedade como fundamento. E, nesse sentido, reafirmou-se também o sentido histórico da urbanização capitalista do espaço que tem neste uma mercadoria, visto que sua regularização, resultante das pressões advindas do movimento social, constituiu-se em uma estratégia do Estado, que foi a de pautar os rumos do movimento, inserindo em seu avanço um grande retrocesso, mantendo-o nos limites (im)postos pela propriedade privada. Se, por um lado, essa lei significou um avanço e mesmo uma ruptura com as ações e concepções anteriores, por outro, ela também pode ser entendida como uma *concessão* do que pode ser concedido (pois como a história mostrou, o reconhecimento da legitimidade da favela não significou necessariamente sua regularização jurídica) para manter e fazer permanecer o essencial, que é a reafirmação da propriedade, ao mesmo tempo em que se instituiu no âmbito da política municipal de habitação uma relação de tutela do Estado em relação aos moradores das favelas “contemplados”.

É nesse sentido que entendo que a institucionalização da Lei 3.532/83 também significou o bloqueio de outra possibilidade que naquele momento ameaçou colocar em discussão a preponderância da propriedade como fundamento da estruturação da urbanização. A questão que perpassou essa discussão foi que grande parte das favelas

²⁷⁴ COLEN, L. A. P. PROFAVELA – O morro já tem vez. In: “BH-FERRARA: A CIDADE É NOSSA CASA”, 1988 (sem página). É bastante interessante que esse documento tenha sido elaborado durante o governo de Sérgio Ferrara, momento em que se conformaram condições bastante favoráveis à indústria da construção civil em Belo Horizonte. Do mesmo modo que também é sintomático o fato de grandes incorporadores do solo urbano que atuam na produção de loteamentos e imóveis para as classes de média e alta renda, simultaneamente atuarem nos espaços periféricos (muito próximos aos conjuntos habitacionais das Zeis). Como exemplo, cito aqui os loteadores do Belvedere II e III que, quando do lançamento do empreendimento destinado a esses segmentos, também empreenderam na região do Barreiro loteamentos como o antigo Pongelupe, que deu origem ao chamado Barreiro de Cima. Espaço e leis são, também, espaços de estratégica política que perpassam a urbanização.

estavam localizadas nas áreas mais centrais e mais valorizadas. Assim, foi considerado que a simples titulação poderia desencadear um processo de substituição de moradores pela própria dinâmica do setor imobiliário. Mas também nesse bojo colocou-se a questão que foi a da necessidade de se considerar de forma mais ampla o direito à moradia, momento em que este se aproximou do próprio *direito à cidade*. Sob essa concepção, ater-se somente à regularização fundiária que se articulava pelo título da propriedade individual era redutor e também poderia colocar o sujeito à mercê do chamado mercado imobiliário e, conseqüentemente, submetido a uma possível expulsão nesse jogo de forças. Discutia-se também o direito de *apropriação* da cidade, de seus espaços, de sua *centralidade*. Daí o direito à permanência nas áreas centrais.

Porém, essa discussão, além do que interessava à própria Pastoral de Favelas, foi condutora central no processo. Progressivamente ou, em termos mais apropriados, regressivamente, ela foi sendo restrita às formas de garantir a legitimidade e a segurança da propriedade da área ocupada sem que, contudo, esse reconhecimento pudesse ser instrumentalizado *contra o, mas também pelo morador* da favela em vias de regularização. As conquistas garantidas deveriam ser, então, mantidas sob controle. Uma boa forma de se conseguir isso era fazer com que essas conquistas parecessem uma concessão.

Um caminho apontado naquele momento foi o que possibilitaria a propriedade coletiva da área em que o sujeito teria todos os direitos. Porém, não poderia dispor de sua moradia como propriedade. Essa modalidade, adotada no Recife, expressou o “entendimento de que o objetivo das políticas públicas era principalmente o de reconhecer o direito social da moradia, que não poderia ser reduzido ao direito da propriedade plena”. O receio identificado por Edésio Fernandes e Helena Pereira no PREZEIS de Recife foi que, reduzido a essa dimensão, esse processo culminasse na “expulsão pelo mercado” em que

os beneficiários finais das políticas públicas da urbanização e legalização (...) que valorizam as áreas e lotes individuais não são os moradores originais, mas outros agentes imobiliários e grupos sociais interessados em promover a gentrificação das áreas informais²⁷⁵.

Essa proposta, ainda que com seus limites, não vingou em Belo Horizonte devido a interesses ainda mais conservadores, inclusive dos grupos católicos que apoiavam a

²⁷⁵ Ibidem. Pág. 180.

organização das favelas. Isso porque, na lógica do PREZEIS, como prevalece como fundamento o direito social da moradia, “não caberia pagar indenização aos proprietários privados originais que, por não terem dado uma função social às suas propriedades, acabariam por perdê-las”. Dessa maneira, ao compararem com o processo ocorrido em Recife, afirmaram que

a lógica por trás da proposta de legalização aprovada em Belo Horizonte, também por influência de grupos católicos, era completamente distinta. Falava-se não de reconhecimento de direito social de moradia, mas de direito individual de propriedade plena (sem que houvesse nem mesmo qualquer menção à possibilidade de titulação coletiva), com políticas de regularização fundiária sendo percebidas como uma maneira de promover a reforma de estrutura fundiária e injusta do país. A proposta aprovada pela lei do PROFAVELA implicava a necessidade de aquisição e/ou desapropriação das terras privadas ocupadas (...), com pagamento de indenização aos proprietários originais, seguido de doação dos lotes para os moradores. (...) Qualquer outra forma de titulação que não a propriedade individual plena era frequentemente desconsiderada como uma solução jurídico-política discriminatória e de segunda classe²⁷⁶.

Assim, mesmo quando o processo histórico apontou para a possibilidade de questionamento da propriedade, o percurso que se fez em Belo Horizonte foi o de sua reafirmação como fundamento da urbanização. E, apesar dos avanços presentes na proposta que prevaleceu no Recife serem modestos, mesmo estes não foram aqui adotados, já que a indenização e/ou desapropriação de áreas como fundamento da regularização fundiária explicitam, no limite, a legitimação da retenção do solo para valorização, que é o que perpassa a lógica que o concebe como mercadoria.

A meu ver, há na perspectiva do PREZEIS e na lógica da propriedade coletiva, tal como proposta pelo Estado, um aspecto importante que não pode ser desconsiderado. Refiro-me aqui ao que se configura como uma tutela do poder público sobre os moradores das favelas. Isso porque essa modalidade de propriedade não exclui a possibilidade de comercialização do lote ou da moradia, mas apenas a vincula à *avaliação e aprovação do Estado*. Embora não desconsidere que um princípio como esse, possivelmente, também foi pensado no sentido de garantir que o morador não seja lesado por desconhecimento, essa prática traz arraigada em si a compreensão de que *as classes mais pobres precisam ser tuteladas, porque não auferem autonomia total sobre suas ações*. O princípio é, então, de heteronomia, em que se nega a autonomia dessa classe social, já que

²⁷⁶ Ibidem. Pág. 181.

se fundamenta na suposta incapacidade de tais sujeitos de lidar com a propriedade em uma sociedade que é estruturada por ela. Em certa medida, esse fator se faz presente no Vila Viva do Aglomerado da Serra: as 864 famílias que foram reassentadas nos apartamentos construídos pelo programa podem, após dois anos de moradia, comercializar o direito de moradia concedido. Contudo, essa transação deve ser aprovada pela Companhia de Urbanização de Belo Horizonte – URBEL. No limite, essa concepção também localiza esses sujeitos aquém da Política...

Entretanto, visto que essa modalidade não vingou em Belo Horizonte, a descontinuidade inscrita foi, no âmbito da própria lei, instrumentalizada como um reforço na continuidade conservadora. Assim, entendo que o PROFAVELA pode ser então entendido como um “desvio” que foi rapidamente recolocado e reinserido na linearidade conservadora da prevalência da propriedade fundiária. Porém, essa lei também pode ser considerada como um divisor das práticas adotadas pelo poder público em relação às favelas, já que é, por um lado, resultado de lutas intensas e históricas engendradas pelos moradores das favelas de Belo Horizonte.

Por outro lado, o PROFAVELA também pode ser entendido como o embrião de programas como o Vila Viva. Embora não derive somente desse plano, foi a partir dele que se procedeu à concepção de que a *favela deveria ser urbanizada para ser integrada*, concepção essa que também perpassa e fundamenta o Vila Viva.

Tal concepção demonstra claramente que o reconhecimento da legitimidade da favela foi (e ainda é), na melhor das hipóteses, formal. Isso porque, ao se operar com a concepção de que a favela vai ser urbanizada para ser integrada à cidade, revela-se uma permanência que pode ser observada desde as ações relatadas pelos primeiros prefeitos da capital: de que a favela não faz parte, que se encontra apartada da urbanização, porque essa, supostamente, seria composta apenas pelo ordenado através do planejamento. Entendimento que, no entanto, é de importância estratégica para a relação com a propriedade privada, já que permite remover, expurgar, porque, afinal, não *pertence*. E, se fundamentalmente o *pertencer* passa pela estratégia da “urbanização”, no limite é *ao Estado que cabe essa determinação, demonstrando aí uma estratégia da urbanização no âmbito da economia política*.

Determinação que, também no limite, sustentou/sustenta remoções parciais ou mesmo de favelas inteiras. Foi sob essa perspectiva que o poder público municipal reagiu historicamente às ocupações, tendo na atuação da Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL) o seu ápice. É também sob tal perspectiva que pode ser compreendida a remoção sumária das cinco favelas que estavam no caminho da linha verde, sendo ainda removidos os moradores da favela São José e, também, do Aglomerado da Serra, Taquaril²⁷⁷ e Morro das Pedras...²⁷⁸ Na medida em que os empreendimentos dos quais as favelas estão no caminho são estratégicos para a reestruturação em curso engendrada pelo Estado, em momento algum se considerou o reconhecimento legítimo da permanência dessas favelas, mas sim a preponderância do ordenamento do território para sua modernização, o que explicita que o *pertencer* necessita ser mediado e referendado pelo Estado.

Mas essa concepção também cabe à favela e ao morador que permanece. Isso porque, para os moradores que não serão removidos ou serão reassentados na própria favela, a perspectiva dominante que também se revela é a da parcialidade do reconhecimento dessa legitimidade, visto que para serem reconhecidos é necessário se adequarem, ou seja, estenderem e assumirem como práticas suas o ordenamento territorial (mas que também é do corpo), “atribuindo-lhe”, assim, as condições para serem integrados²⁷⁹.

²⁷⁷ No programa Vila Viva do Taquaril, o volume de recursos investidos é superior a R\$100.000.000,00 de reais, sendo que 90% desse recurso vem do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Previsto para terminar em 30 meses, o Vila Viva vai retirar mais de 800 famílias do Taquaril e parte considerável dos recursos a serem investidos serão para a reestruturação e produção de eixos viários que deverão melhorar as vias de acesso viário dessa favela à metrópole. Juntamente com o Aglomerado da Serra, o Taquaril aparece como localização estratégica a ser reordenada no sentido de viabilizar novos eixos viários de integração entre a região sul de expansão da metrópole e a região central de Belo Horizonte.

²⁷⁸ Já o programa Vila Viva do Morro das Pedras, aglomerado com mais de 20.000 habitantes formado por sete favelas, terá aporte de recursos de aproximadamente R\$ 120.000.000,00. Ao longo de sua execução, serão removidas mais de 1.500 famílias. Dentre as ações a serem empreendidas dentro desse aglomerado destaca-se o conjunto de ações viárias em que haverá “a implantação de via cortando a região do aglomerado no sentido leste-oeste, fazendo interligação das Avenidas Raja Gabaglia e Barão Homem de Melo”. Disponível em: <http://bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/Vila%20Viva%20Morro%20das%20Pedras>, acessado em 03 de setembro de 2011, às 18:46.

²⁷⁹ Contudo, muitas vezes, o que vai ser integrado é a área destituída do morador indesejado, o favelado, como se deu nas remoções ocorridas recentemente na ampliação da Avenida Antônio Carlos e na produção da Linha Verde.

O que envolve essa dupla concepção (de não pertencer ou de pertencimento condicionado) é que se reafirma o entendimento da favela como um ente em si e para si, o que impede de compreendê-la como o que efetivamente é, ou seja, um dos fundamentos da urbanização. É esse fato que, ao se explicitar, explica porque em Belo Horizonte, mesmo sendo esse um espaço urbano planejado, constituiu-se uma forma de habitação tida e havida como uma das mais abjetas, tal como se revela nos Relatórios Anuais da Prefeitura e mesmo por estudiosos da questão da favela na metrópole. Assim, entendo como fundamental a superação da consideração da favela como um “ente” *em si* ou *para si*, pois somente dessa maneira poderemos alcançar e lograr compreender algumas contradições que, quando colocamos a favela nessa condição restrita, podem não se revelar ao nosso pensamento, mas que são condição fundamental para o conhecimento.

3.3 – Possibilidades de estudo acerca da favela

De fato, há muitas possibilidades de definirmos o que é favela. Uma delas é pela origem e sentido do termo, que vem da junção da planta da Caatinga resistente à seca com a *forma aparente* dos morros ocupados pelos soldados na guerra de Canudos, como nos informam Alba Zaluar e Marcos Alvito²⁸⁰. Também pela forma aparente revela-se outra concepção que, a meu ver, é mais reveladora nos termos do próprio autor:

Se desejasse conhecer todos os aspectos das grandes cidades do Brasil, o turista não deixaria de notar bairros de estranha originalidade: as ‘favelas’. Imagine uma justaposição desordenada de pequenas cabanas apertadas umas contra as outras e formadas por um conjunto heteróclito de todas as espécies de materiais: telhas, tijolos, pranchas, fôlhas de zinco, terra batida, badulaques. Elas vegetam na lama dos terrenos úmidos, mal drenados, trepam pelos ‘morros’ escarpados. Quantidade enorme de atalhos escapam-se dêste labirinto sôbre os quais caminham descalços garotos em farrapos ou mulheres trazendo uma grande lata d’água em equilíbrio sobre a cabeça. (...)

A favela brasileira é um agrupamento de população miserável escapando mais ou menos ao controle das autoridades administrativas e vivendo em pobres cabanas sem higiene, numa lamentável promiscuidade, geradora de doenças e perversões, onde a família não se pode constituir normalmente²⁸¹.

Essa é uma concepção também destacada por Alba Zaluar e Marcos Alvito, ao afirmarem qual é a definição por excelência adotada pelo Estado – e pela classe dominante

²⁸⁰ ZALUAR, A. ALVITO, M. Um século de Favela. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

²⁸¹ TEULIÈRES, R. Favelas de Belo Horizonte. Boletim Mineiro de Geografia. Belo Horizonte. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. Seção Regional de Minas Gerais. 1957. Pág. 07.

– acerca da favela que, “(...) pelos olhos das instituições e dos governos, é o lugar por excelência da desordem”. E, além disso, em visão que em muito se aproxima daquela expressada por Teulière (1957), citada anteriormente, é também compreendida como “foco de doenças, gerador de mortais epidemias; (...) sítio por excelência de malandros e ociosos”. E, em uma compreensão que se inscreve no processo característico da luta de classes do fim do século XIX e início do XX, é vista como um lugar de “negros inimigos do trabalho duro e honesto”. Mas quando as visões se reaproximam, culmina com a definição de que se trata de um lugar formado por um “amontoado promíscuo de populações sem moral”²⁸².

Essas visões expressam um elemento interessante, a partir do qual cabe questionar em que medida o sentido real foi o de que as favelas eram o lugar “dos negros inimigos do trabalho duro e honesto”. Não poderíamos estender essa visão para um conjunto mais amplo, o conjunto dos pobres? O daqueles que viveram (e vivem) as condições mais extremas da reprodução capitalista do espaço? Talvez derive daí a dificuldade de, afinal, definirmos a favela e o seu morador, o favelado. Dificuldade que só aumenta em um momento em que se acredita ser possível resolver contradições fundamentais pela desradicalização, inclusive dos termos, o que nos leva para as expressões “politicamente corretas”. Daí que a favela é vila, comunidade, espaços precários, ou, como aparece na terminologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, espaços subnormais²⁸³.

Todavia, é interessante observarmos o quanto pode ser interessante para o Estado e as classes dominantes operarem com essa representação ideológica, aqui entendida como distorção da realidade pela análise parcial (representação) que falseia a realidade a ser compreendida, produzindo uma falsa consciência (ideológica) que se revela pelo preconceito que expressa e pelo que transveste de termos eufemísticos²⁸⁴.

Trata-se, de fato, da construção de *imaginários*. Termo que, como bem refletiu Henri Lefebvre, “en la reflexión y en las ideologías contemporâneas (...) ya no designa los

²⁸² Zaluar; A. Alvito, M. Um século de favela. Obra citada, 1999. Pág. 14.

²⁸³ É claro que houve um avanço (ou pelo menos o avanço que se objetiva ter) com a utilização de expressões que buscam corrigir preconceitos tão arraigados. Mas há neles, também, um problema que é o de que essa desradicalização pode indicar superações que não se efetivaram para além dos termos.

²⁸⁴ Sobre a riqueza da discussão dos termos, ver: LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006.

productos de una ‘facultad’ o capacidad creadora que superaría lo ‘real’ e incluso trascendería el ‘mundo’”. Processo que nos indica que, se em boa medida essa visão preconceituosa vem sendo superada, ela também se torna mais ambígua, porque alcança a própria dimensão do imaginário, o que comporta um grande risco, pois “no obstante, lo posible, lo virtual, lo futuro no se representan sino a través de lo imaginário”²⁸⁵.

Tanto a definição da favela pela origem do texto quanto pelo que se observa revela a prevalência da *forma do fenômeno* na análise em relação ao que efetivamente o constitui. Não que a forma não seja constitutiva do fenômeno. Ela o é. Porém, é insuficiente para sua compreensão mais ampla. De fato – como exercício do conhecimento –, tendemos a abordar o que se constitui em nosso “objeto” de estudo pelo imediato, o que para nós constitui-se em começo ou “ponto de partida”. Mas como

o conhecimento (a razão que quer conhecer) não pode parar nesse imediato (nas sensações, nas primeiras impressões) (...). Deve ir mais longe, na convicção de que, por detrás do imediato, há uma outra coisa que, ao mesmo tempo, se dissimula e se expressa nesse imediato; que o imediato é apenas a constatação (ainda insuficiente e abstrata, nesse sentido) da existência da coisa²⁸⁶.

Sendo assim, uma definição sobre o que é a favela necessita ir além do que se manifesta no imediato e que se configura em matéria para o trabalho ambíguo no imaginário, visto que é nessa condição que, pelo exercício do pensamento, poder-se-á alcançar um conhecimento mais consistente e que efetivamente se aproxime do real, já que as representações apresentam-se cada vez mais como mediações²⁸⁷.

É nesse sentido – no qual devemos considerar os riscos, mas também as possibilidades –, que comporta o imaginário e a representação, que entendo que não devemos deter-nos apenas na manifestação do fenômeno, o que não significa, contudo, desconsiderá-lo, pois, “para ser, a essência deve aparecer; e a aparência, a manifestação, é em realidade o ‘meio’ através do qual a essência se realiza”²⁸⁸. Ao mesmo tempo em que se devem reconhecer os limites da aparência, é também necessário que se considere a riqueza que essa aparência revela ao constituir-se como mediação da realização da essência. Além da rica dimensão da aparência já apontada, esse pensador a situa em outro patamar, ao afirmar que “o fenômeno, considerado como manifestação reveladora, revela

²⁸⁵ Ibidem. Pág. 70.

²⁸⁶ LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. [1969] p. 216.

²⁸⁷ Ibidem; ibidem.

²⁸⁸ LEFEBVRE, *Lógica Formal. Lógica dialética*. Obra citada. Pág. 219.

a lei do devir, a relação essencial da coisa com outras coisas, já que contém a essência”²⁸⁹. Assim, a *forma* – aqui entendida como aparência, como manifestação do fenômeno – é de suma importância para compreender como a favela se inscreve no processo geral de urbanização, sendo esse, portanto, o sentido da busca da apropriação da forma da favela que procuro apreender no exercício desta tese.

3.4 – Exposição da forma e das questões que orientam a aproximação do Programa de “Urbanização” Vila Viva

Ao analisar o programa Vila Viva procurei considerá-lo em uma dupla acepção que expressa uma estratégia política de produção do espaço que se fundamenta em uma determinada concepção de produção do espaço urbano. Porém, embora convergentes, entendo que essas acepções guardam especificidades que, diante do cuidado necessário de não diluir o particular no geral, precisam ser consideradas como inscritas no processo histórico em que se constituíram.

Como já dito anteriormente, o Vila Viva, em ampla medida, está inscrito na continuidade do processo que envolveu a formação de favelas e a consequente ação de “desfavelamento” engendrada pelo poder público municipal no transcurso da urbanização de Belo Horizonte. É nesse campo que se forma a primeira acepção: nele, formou-se uma luta pelo direito à permanência que, em princípio, não foi no próprio lugar ou, em termos talvez mais apropriados, o lugar da permanência desejada correspondia a toda a cidade. Essa luta, em alguns momentos, aproximou-se de uma luta mais ampla pelo direito à cidade, chegando a apontar para uma dimensão mais rica, aquela em que se realiza a Política, orientada por uma dimensão da *apropriação*, mas que ficou restrita aos limites institucionalizados, como o PROFAVELA.

Porém, em outros momentos – bem mais abundantes – essa luta ficou restrita ao campo do “direito à cidade” que se orienta pelo individual e pelo “ser cidadão”, campo em que se inscreve a *propriedade*, permanecendo nos limites pautados por uma concepção que, se ainda não se consolidara como tal, já estava integrada nas práticas de determinada

²⁸⁹ Ibidem, p. 221.

forma de produção do espaço urbano: *a de que a cidade é uma mercadoria*²⁹⁰. Contudo, independente da forma pela qual predominou, essa concepção alcançou o Estado (este já envolvido no campo de lutas que se constituiu no final da década de 1970 e que tem em 1988 um marco), sendo que em Belo Horizonte esse acúmulo manifestou-se na forma de novos (o que não significa a não conservação de permanências) programas destinados à definição dos princípios norteadores da relação entre Estado, favelas e o “sujeito oculto” capital.

Já a segunda acepção aproxima-se da primeira, se for considerado que esse campo orienta-se pela concepção da cidade na condição de mercadoria, tal como referido por Hernando de Soto²⁹¹. Assim, as favelas não deveriam mais ser concebidas como “câncer a ser extirpado” para manter a “saúde do corpo”. Ao contrário. Desde que no *lugar* e na *forma* certos, se bem explorados, poderiam ser mais um benefício à saúde do corpo do que propriamente uma doença, considerando que a reprodução ampliada da riqueza encontrou nas favelas um novo “nicho” de expansão que se baseia na complexidade que as compõe. Sob esse contexto, as imensas metrópoles dos países outrora pobres (mas atualmente *em desenvolvimento*²⁹² ou *emergentes*) constituem-se em um imenso campo de atuação que permite desde a ação de setores como a construção civil àqueles ligados à forma mais desenvolvida do capital, qual seja, a financeirização.

Porém, há dentro do Aglomerado da Serra, onde esse programa foi implantado de forma mais incisiva, uma aceitação bastante considerável do Vila Viva, percebido por muitos como um programa que levou melhorias significativas para as seis favelas que o

²⁹⁰ Embora tenha sido restrita, é sempre importante ressaltar o ponto de partida dessa luta: *partia* (e parte) da quase completa negação, sendo que se luta, ainda que restritamente, pela própria condição de manter-se vivo.

²⁹¹ Refiro-me a esse autor, dentre outros, pelo papel que ele exerceu dentro do Banco Mundial, a partir do engendramento dos programas UN Habitat I e UN Habitat II – direcionados para os países pobres ou, em termos mais apropriados *em desenvolvimento*. Nesses programas – que em ampla medida influenciaram práticas estatais para lidar com favelas – fica explícita uma nova visão sobre as favelas: estas não seriam mais um câncer a ser extirpado, porque são estruturais à urbanização. Todavia, não se tratou de reconhecer os limites de uma urbanização contraditória fundamentada na exploração e na espoliação, mas, fundamentalmente, de reconhecer que, nos termos de Hernando Soto, há na favela uma imensa riqueza (monetária, é bom que se diga) produzida que, se bem canalizada, pode tornar-se mais um campo para a extensão da reprodução ampliada do capital.

²⁹² A meu ver, a mudança na designação de países pobres ou de 3º mundo, passando de subdesenvolvidos para *em desenvolvimento*, guarda algumas estratégias que indicam a complexificação das regiões periféricas inseridas na reprodução capitalista do espaço que se reproduz assenhoreando-se deste e aprofundando as desigualdades socioespaciais.

compõem. De fato, os ganhos trazidos por alguns das ações empreendidas sob o Vila Viva são inegáveis. Não há como não considerá-los quando se conversa com moradores que moravam em habitações extremamente precárias situadas não ao lado (de), mas sobre esgoto a céu aberto, e que tinham que conviver cotidianamente com todo tipo de vetores de doença, ou ainda moradores cuja casa estava na iminência de ruir no próximo período de chuvas. E essa não era a situação de um ou dois moradores apenas, mas de muitas famílias que foram removidas não para a construção de eixos viários ou prédios, mas porque onde moravam não havia condições mínimas de habitabilidade.

Contudo, mesmo esses ganhos podem trazer um lado bastante perverso: o de que o mínimo é o suficiente. Não se nega a necessidade de uma moradora ser retirada de um barracão sujeito a constantes inundações. Porém, cabe refletir sobre o porquê de essa moradora, que hoje reside em um dos 864 apartamentos construídos pelo Vila Viva, ter sido removida compulsoriamente e ter sido obrigada a “escolher” morar no apartamento, porque o preço pago por sua habitação não seria suficiente para comprar outra. É preciso considerar a perversidade de uma reprodução socioespacial que impõe ao sujeito condições de extrema degradação, em que este se vê obrigado a estabelecer em condições tão precárias sua territorialidade. Incursa em uma dupla violência, como relata essa moradora, em menos de 30 dias foi comunicada de que seria removida, viu sua casa anterior ser destruída e foi transferida para uma casa alugada até que o apartamento ficasse pronto. Ao se mudar, desfez-se, além das plantas que não cabiam, também da vida que não podia levar, porque não caberia no novo lugar. Desfez-se, por exemplo, da visita simultânea dos cinco filhos e netos, com os quais se reunia em fins de semana, mas que agora não podiam mais ficar com ela, já que não cabem todos no apartamento²⁹³. Isso nos

²⁹³ Ao fazer essa afirmação, perguntei a moradora se cabiam no barracão anterior, já que, segundo seu próprio relato, ele era pequeno. Ela respondeu que embora o barracão fosse pequeno, o terreiro era bastante grande, e lá ela tinha uma área coberta para fazer as festas nos finais de semana. Essa área não foi considerada pela URBEL para efeitos de indenização, já que não havia construção de alvenaria, mas sim uma varanda com esteios de madeira retirada na própria área, construída por ela e por dois de seus filhos. Também nesse relato, mesmo quando se referia à precariedade da casa, ela sempre reafirmava que havia “cavucado” (retirado) a terra em dois domingos para construir essa varanda. Primeiro fez de madeira, depois de tijolos e telhas, com a ajuda dos filhos e vizinhos, e isso a URBEL não considerava para a indenização. Ainda que de forma não elaborada, em seu lamento/questionamento essa moradora aponta para as lógicas antagônicas que regeram o entendimento dos moradores, que em suas moradias reconheciam um valor para além do de troca. Já a URBEL contabilizava apenas o que foi mediado por essa forma de valor, concepções que se revelaram (porque são essencialmente assim) irreconciliáveis.

ajuda a compreender a dimensão da reestruturação trazida pelo Vila Viva. Entretanto, o entendimento desse projeto não permite desconsiderar suas particularidades.

Efetivamente, esse programa de “urbanização” derivou, de um lado, do acúmulo de práticas que foram forjadas no âmbito do Estado em uma longa trajetória no lidar com as favelas e, de outro, do âmbito da reprodução do cotidiano de pessoas que não elaboraram (ou não apenas elaboraram), mas que vivenciaram visceralmente qualquer um dos sentidos que possam comportar termos como desfavelamento, remoção ou expropriação. Fundamentalmente, vivenciaram a perda da casa, do direito de estar, das relações constituídas na reprodução do vivido. Mas também vivenciaram o recomeço que, ainda que imposto, comporta sempre o possível, o que talvez explique o (quase) eterno dispor-se a recomeçar. Essa moradora que citei anteriormente, impedida de ter suas plantas e “criações” (ela criava porcos), apropriou-se da encosta atrás de seu prédio e, dos cultivos visíveis, registram-se duas moitas de cana-de-açúcar cayana, três pés de mamão já com frutos, quiabo, hortaliças e flores. Mas talvez o seu cultivo mais rico não possa ser registrado ou enquadrado em uma fotografia, como as apresentadas a seguir, pois, como ela disse, é sua horta que a ajuda a “passar o dia”, expressão que explicita a construção de novos caminhos para a nova existência (im)posta:



Fotos 1 e 2: Pés de mamão, manga, bananeiras e moitas de cana plantados pela moradora de um dos apartamentos do prédio em frente. Registradas pela autora.

Dessa maneira, ao considerar necessária a reflexão acerca desse programa de “urbanização” de favelas, o que orienta minha busca é o que efetivamente tal programa traz de novo em relação às ações e políticas de Estado anteriores a ele, mas também o que nele permanece, e como essas novidades e permanências impõem os processos correspondentes de desestruturação e reestruturação. Nesse sentido, em certa medida, busco entender um pouco da urbanização de Belo Horizonte, com suas continuidades e rupturas.

Também procurei compreender – o que para mim apareceu como questão fundamental – as estratégias urbanísticas engendradas no âmbito do Estado que se materializam na reafirmação (pela formalização) da *propriedade* como enfrentamento antagônico em relação ao possível inscrito na *apropriação*. Ou, em outros termos, se os programas de “urbanização” de favelas da história recente de Belo Horizonte podem ser entendidos para além do que explicitam, para além da condição de formalização de espaços marginais, como um enfrentamento entre apropriação e propriedade. Ou se, afinal, a disputa reduz-se somente a quem é ou quem tem direito de ser o proprietário (o que não é desimportante). Mas, nesse âmbito, a propriedade já aparece como o *fundamento* que perpassa a reprodução social do espaço sob o fenômeno da urbanização contemporânea, a ponto de não ser mais colocada como questão, mas apenas como condição a ser alcançada.

3.5 – Formação de favelas e “desfavelamento” em Belo Horizonte. Contradição aparente ou forma aparente da contradição fundamental?

Conforme já exposto, analisado e debatido por diversos estudiosos da formação, história e/ou urbanização de Belo Horizonte, o surgimento de favelas foi concomitante à produção da própria cidade. Roger Teulières afirmou que

as favelas que proliferam em torno da Capital de Minas apareceram em datas diferentes. As mais antigas remontam à própria origem da cidade (1895). Os trabalhos de sua construção atraíram muitos operários, aventureiros, imigrantes sem profissão definida. Estavam concentrados em duas zonas: o Córrego do Leitão (atual Barro Preto) e a Favela ou Alto da Estação (hoje Santa Tereza). Lá viviam, mais ou menos, 10.000 pessoas muito turbulentas, entre as quais os crimes e as disputas eram frequentes²⁹⁴.

Tal fato também pode ser observado no Relatório Anual da Prefeitura de 1899, feito pelo prefeito Bernardo Pinto Monteiro, quando registra que

a extinta Comissão Constructora teve necessidade de permitir que os operários estabelecessem na zona urbana grandes núcleos de cafuas, ‘com o’ condição, que aliás não foi cumprida, de serem as mesmas demolidas, logo que para aqui ‘si’ transferisse o governo. Com maior prudência e critério já consegui remover todas quantas existiam, nessa cidade, menos uma grande parte das do Córrego do Leitão²⁹⁵.

A remoção das favelas que, tal como sua formação, corresponde aos primeiros anos de Belo Horizonte – além do fundamento contraditório da urbanização – também expõe outros aspectos relevantes. Entre eles, que a ocupação do espaço na forma de favelas – para além do duplo processo de exploração e espoliação do sujeito que se explicita na precariedade materializada no espaço produzido – em alguma medida revela a disputa antagônica entre apropriação e propriedade na reprodução social.

De fato, já nos primeiros anos havia a expectativa de que a venda de lotes nas zonas urbanas e suburbanas se constituísse em importante fonte de recursos para financiar a construção da infraestrutura urbana de Belo Horizonte. Contudo, não foi possível “financiar a construção da nova Capital mediante a alienação de lotes, não só pela

²⁹⁴ TEULIÈRES, R. Favelas de Belo Horizonte. Obra citada. Pág. 08.

²⁹⁵ Relatório Anual da Prefeitura de 1899-1900, redigido pelo prefeito Bernardo Pinto Ribeiro. Pág. 17. O fragmento citado demonstra, além do fato de que as favelas surgiram juntamente com a capital, a concepção de que estas deveriam ser removidas.

pequena quantidade vendida como pelo baixo preço que alcançavam nas hastas públicas”²⁹⁶.

Porém, já estava claro, desde os primeiros anos, que a forma predominante para a ocupação do espaço seria pela mediação da propriedade, o que colocava a forma de ocupação da favela – sem a mediação monetária²⁹⁷ – como forma de acesso à propriedade em contradição como o princípio básico da urbanização capitalista. Dessa maneira, já desde esse momento, a propriedade constituía-se na forma estrutural do que aparece como fundamento (mas que se situa aquém) ao direito à cidade, qual seja, o direito de permanência. Ao mesmo tempo em que se buscava garantir a generalização da forma da propriedade, buscava-se também impedir as possibilidades mais amplas inscritas na apropriação. Isso porque, conforme apontou Odette Seabra em diálogo com Henri Lefebvre, entre outros aspectos, “o conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação”²⁹⁸, sendo que esse processo comporta estratégias que envolvem a forma e conteúdo de inscrição do tempo, do espaço, do corpo, do cotidiano, em que se opera o confronto entre propriedade e apropriação:

considerando que a confrontação uso-troca se opera no cotidiano, formula-se o conceito: o cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto; institui-se e constitui-se a partir do vivido. Com isso ele traz o vivido ao pensamento teórico e mostra aí uma certa apropriação do tempo, do espaço, do corpo e da espontaneidade vital. Apropriação esta sempre em vias de apropriação. O cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade. (...) Enfim, no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se lutas pelo uso,

²⁹⁶ SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1974. Pág. 220.

²⁹⁷ É preciso, no entanto, relativizar essa questão. Há, de fato, diversos estudos que indicam a consubstanciação da “prática” de cobrança para a moradia nas favelas, cobrança feita de algum morador mais antigo em relação aos mais novos e, posteriormente, a conformação de um efetivo “mercado imobiliário” de compra, venda e aluguel da posse de imóveis.

²⁹⁸ SEABRA, O. A insurreição do uso. In: MARTINS, J.S. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996. Pág. 79. Ao situar a discussão sobre a favela no âmbito da reflexão acerca da propriedade e da apropriação, não estou afirmando que o espaço da favela comporta o rico sentido atribuído à apropriação por Henri Lefebvre, retomado por Odette Seabra no texto referido. De fato, a dimensão dada à apropriação vai muito além do que se pode chamar de uma “apropriação precária”, tal como observamos nas favelas. Henri Lefebvre, citado por (SEABRA, 1996: p.86), afirma que “o criador de obra realiza uma dupla criação: a do saber por um vivido e a de um vivido por um saber, o que exclui qualquer expropriação... O ato criador passa através do mundo das representações, das aparências e as supera”. Mas, se a ocupação não mediada pela propriedade não é suficiente para alcançar a dimensão da apropriação em que o uso se realiza, uma ocupação orientada pela necessidade de se estar no espaço e pelo direito da reprodução da vida em alguma medida aponta nesse sentido.

sempre envolvendo as particularidades na direção e com o sentido de firmarem-se como diferença²⁹⁹.

A consideração do cotidiano como mediação entre o econômico e o político e, ainda, como lugar da objetivação de estratégias do Estado no sentido da gestão total da sociedade, constitui-se em um dos fios condutores que perpassam historicamente a ação do Estado em Belo Horizonte, pelo modo como este lidou com as favelas desde a dupla origem destas e da cidade, pois, quando não as removeu, procurou adequá-las³⁰⁰. Tanto nas remoções das primeiras favelas de Belo Horizonte – Córrego do Leitão e Alto Estação – quanto no que hoje se consubstancia no programa Vila Viva, há, nitidamente, a presença da busca do controle sobre o segmento social que ocupa esses espaços. Ou seja, busca-se a imposição de uma ordem, mas que não é um ordenamento qualquer, e sim um ordenamento orientado pelo Estado, como ente organizador das estratégias de produção do espaço. Um exemplo bastante singelo da busca desse controle pode ser encontrado na cartilha que foi distribuída aos moradores dos apartamentos contendo as regras de convivência a serem seguidas e, ainda, nas intervenções que a URBEL ainda faz na resolução de conflitos que possam aparecer.

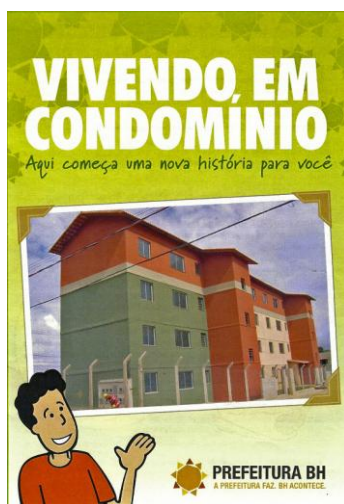


Figura 1: Fragmento da cartilha da URBEL distribuída aos moradores do Vila Viva com orientações sobre como viver em condomínio e que aponta diferenças em relação à forma/conteúdo da habitação anterior.

²⁹⁹ Ibidem. Pág. 77

³⁰⁰ Adequação que pode ser observada em muitos dos apartamentos construídos no programa Vila Viva, desde os móveis até sua própria disposição, passando por práticas como pinturas texturizadas ou com decalques, enfim, estratégias que, internamente, diferenciam o apartamento entregue, para torná-lo semelhante aos demais que não são oriundos de conjuntos habitacionais.

A partir do momento em que a terra tornou-se cativa³⁰¹, deter a propriedade significou não apenas o direito da ocupação, mas, principalmente, a condição fundamental para a permanência, mesmo que a prática social – fundamentada pelo que comportava e revelava o *costume*³⁰² – estivesse em descompasso com a formalização do direito. Assim, mesmo que naquele momento a propriedade não fundamentasse a prática, esta já se constituía como a *forma legalmente instituída*, sendo a única capaz de conferir o direito de permanência, o que sem dúvida orientou e mesmo fundamentou as ações de remoção ao longo do processo histórico de constituição da urbanização de Belo Horizonte. Talvez seja esse um dos sentidos (porque acredito que há outros) que perpassam a defesa – feita por todos os sujeitos que discutem a suposta inserção da favela no espaço urbano – da necessidade de regularizar a propriedade fundiária e garantir a consequente titulação ao morador. Portanto, pode-se mesmo afirmar que no confronto entre o costume e a forma legalmente instituída, prevaleceu a segunda, sendo que os que a ela não se adaptaram foram aliados da modernização social do espaço, como bem demonstrou Odette Seabra em estudo realizado sobre a urbanização de São Paulo a partir do Bairro do Limão³⁰³.

Para o caso de Belo Horizonte, foi porque já operava com essa racionalidade formal da propriedade legalmente instituída que o Estado consentiu na instalação dentro zona urbana das ocupações não formais dos trabalhadores construtores da capital. Se estes não detinham a propriedade do lugar ocupado, tão logo se quisesse “fazer cumprir a lei” eles poderiam ser expulsos, reafirmando, assim, o princípio que se tornaria o fundamento central da reprodução socioespacial moderna. Por sua vez, na medida em que os ocupantes desse espaço não operavam com a racionalidade do princípio fundamental, o da propriedade – em muito porque não conseguiam se realizar como proprietários –,

³⁰¹ MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

³⁰² SEABRA, O. *A insurreição do uso*. Obra citada. Odette Seabra, em diálogo com Henri Lefebvre, situa o costume no âmbito do cotidiano, que se expressa em sua dimensão do vivido. Segundo SEABRA, (1996, p. 72), para Lefebvre, “a questão do movimento dialético entre a propriedade e a apropriação está formulada como momentos ínfimos que implicam o âmbito do vivido, lugar dos embates entre os diversos processos de institucionalização da vida, como princípios lógico-políticos. Estes embates se travam na textura fina da sociedade, e têm de subverter formas de uso, revolver costumes”.

³⁰³ SEABRA, O. C. L. S. *Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP, 2003. Tese de livre docência.

foram submetidos aos constantes processos de expropriação dos lugares ocupados, processo que lhes impôs permanentes recomeços³⁰⁴.

Ainda sobre a formação de favelas em Belo Horizonte, também se pode afirmar que as primeiras – aquelas surgidas antes da capital e juntamente com ela –, ao serem produzidas pelos construtores da capital como uma necessidade da produção da cidade, revelam, aí, sua condição estrutural. Estrutural porque consistiu na forma encontrada para abrigar trabalhadores que – embora produzissem a materialidade do espaço, condição que lhes possibilitaria objetivar-se nele – não puderam se apropriar do produzido, sendo relegados aos *espaços momentaneamente marginais*. Mas, tão logo esses espaços fossem exigidos, fosse para empreendimentos privados, fosse para a produção da infraestrutura urbana, deveriam ser restituídos a *quem de direito*, sendo tal direito fundamentado na propriedade.

Dessa maneira, as primeiras ações de remoção engendradas pelo Estado ocorreram nesses lugares, no intuito de restituir os espaços outrora marginais à centralidade dos circuitos produtivos do espaço urbano. Isso porque sua condição marginal foi apenas momentânea, já que, antes de serem apropriados, já estavam, no/pelo planejamento urbano, funcionalizados. E tão logo foram demandados para atuar no crescimento e na reprodução de Belo Horizonte, foram retomados, para que cumprissem o papel instituído em função dos interesses de quem se assenhoreou da condição de instituinte. A figura a seguir apresenta a abertura da Avenida Cristiano Machado na década de 1970, momento em que as favelas anteriormente constituídas foram removidas para outras localidades nas imediações da referida avenida, sendo posteriormente novamente removidas para a construção da linha verde:

³⁰⁴ Segundo Roger Teulières, em seu estudo sobre as favelas de Belo Horizonte, os moradores das favelas removidas encorpavam ou mesmo formavam novas favelas nos espaços momentaneamente desprezados da cidade. Para o caso que nos interessa mais de perto – o do Aglomerado da Serra –, esse conjunto de favelas teve sua origem quase que simultânea em duas pontas de duas remoções anteriores de favelas. A extensão da Avenida Afonso Pena (que conformou a Avenida Agulhas Negras) exigiu a remoção da favela Pindura Saia. Os moradores removidos foram ocupar o morro não loteado acima da Rua Capivari, que mais tarde conformaria a Vila Marçola, na divisa com o Parque dos Mangabeiras. Na outra “ponta”, a remoção de uma ocupação no bairro Novo São Lucas, nas proximidades da área hospitalar da capital (favela que se formou em função desse fato), formou a favela Nossa Senhora do Cafezal, nas proximidades de onde hoje termina a Avenida Mem de Sá.



Foto 3: Abertura da Avenida Cristiano Machado na década de 1970. Acervo URBEL.

Se as ações de remoção iniciaram-se já nos primeiros anos, foi na segunda metade do século XX – principalmente no fim dos anos de 1970 – que se consolidaram de forma mais efetiva, momento em que as lutas de resistência às remoções impostas pelo Estado também se organizaram³⁰⁵. Todavia, essas lutas foram pelo menos em um primeiro momento marcadas pelo “seu caráter tóxico, fragmentário e instável”, o que obrigou à relativização do que se acreditava ser um “grande potencial transformador das estruturas de dominação”³⁰⁶. A meu ver, as elaborações colocadas por Mercês Somarriba expressam o estatuto assumido pela propriedade na urbanização em seu processo de (re)produção. Expressam, ainda, como a dimensão da propriedade pautou as lutas pela concepção reduzida do direito à cidade. Fato esse que se deve não apenas à postura assistencialista,

³⁰⁵ Isso não significa que não havia um sentido de resistência. Mas até a década de 1970 diversos fatores compunham uma conjuntura que, em certo sentido, impunha o não confronto tão intenso: havia ainda muitos terrenos marginalizados, ações de intensa repressão e mesmo criminalização dos movimentos associativos e, ainda, o período de relativo crescimento econômico que absorvia parcela importante dos fluxos migratórios. Porém, a partir dessa década, a situação se inverteu: houve o esgotamento da forma pela qual se sustentava o crescimento econômico, os fluxos migratórios permaneceram e os espaços outrora marginalizados foram ocupados por empreendimentos de integração e expansão de Belo Horizonte, momento em que o Estado procurou fazer com que as ações de desfavelamento fossem mais efetivas, o que deu outra dimensão à situação. Também foi nesse momento que, dentro da doutrina da Teologia da Libertação da Igreja, constituiu-se a Pastoral das Favelas, que atuou no sentido de organizar a resistência no interior de cada favela, mas também no de integrá-las na luta que, afinal, era a mesma. Tudo isso fez com que o enfrentamento se tornasse uma das poucas opções aos moradores das favelas removidas.

³⁰⁶ SOMARRIBA, M. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: ALMEIDA, N. M.; DULCI, O. S. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. Pág.2

por vezes distributivista, desempenhada pelo Estado, mas, principalmente, à consubstanciação de uma sociedade que se formou e se reproduziu como rentista e transformou a propriedade na “pedra de toque” da organização social, tornando-a intocável, inclusive por muitos daqueles que reivindicavam a condição de proprietários, tanto nas lutas que se desenvolviam no campo quanto nas que ocorriam na cidade.

Todavia, a década de 1970 – que por diversos motivos moldou determinada conjuntura – constituiu-se em um período bastante importante no que diz respeito à relação do município com suas favelas. Entre esses, um dos mais significativos foi, certamente, a constituição da CHISBEL, que substituiu o Departamento de Bairros Populares (DBP). Entretanto, não se tratou de uma mera substituição. De fato, as remoções empreendidas pela CHISBEL superaram em muito os números do órgão anterior, indicando que se iniciaria um intenso período de remoções, principalmente daquelas favelas que se encontravam no caminho dos eixos viários estruturantes de Belo Horizonte como metrópole. No relatório das atividades da CHISBEL de 1975, ficam bastante claros quais são os alvos da ação desse órgão e o que orientou essa escolha. Segundo expresso no documento, em seus quatro primeiros anos de atuação esse órgão conseguiu fazer cumprir o que estava previsto no “plano de obras” do governo municipal, *entregando as áreas de interesse totalmente destituídas das favelas que se consubstanciavam em entrave à execução das ditas “obras”*.

Nesse sentido, pode-se mesmo dizer que as lutas de resistência foram, em ampla medida, um resultado da ação do Estado, demonstrando elementos que compunham a contradição da produção do espaço. Contudo, não se tratou de uma luta que tenha, desde o início, se constituído como uma luta Política, na medida em que foi, conforme demonstrou Mercês Somarriba, pautada nos limites impostos pelo Estado.

Foi também nessa década que a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) – que consistiu na rearticulação dos antigos órgãos agregadores das associações de favelas – reorganizou-se após ter sido desarticulada. Embora atuasse no sentido da negociação, essa organização tinha como horizonte “a permanência dos moradores em áreas ameaçadas de remoção pelo poder público”. Porém, já nos anos do esgotamento do período ditatorial –

porque se cumpriram os principais objetivos³⁰⁷ –, o cerne da reivindicação dessa organização se alterou. Assim,

a partir de 1978 (...) a atuação da UTP, em conjunto com a Pastoral de Favelas, muito ativa no período de 1980/1982, concentrou-se predominantemente na negociação com os organismos públicos. Na linguagem corrente das lideranças envolvidas com a causa dos favelados, essa negociação tinha em vista uma “indenização justa” aos moradores desalojados. (SOMARRIBA, 1993: p. 6/7)

Esse foi um processo que, como a própria autora indicou, culminou com a subordinação do movimento ao Estado, fruto da estratégia adotada de nomear lideranças para cargos dentro da burocracia estatal, levando ao quase desaparecimento das mobilizações reivindicatórias, que foram substituídas pelas “práticas de negociação”³⁰⁸.

É interessante observar como as “práticas de negociação” com os moradores das favelas foram estruturais para o momento que envolveu Belo Horizonte na década de 1980. De fato, foi nesse período que os eixos viários estruturais foram estendidos, facilitando a integração de bairros distantes da área central, ao mesmo tempo em que provocaram intenso processo de remoção de favelas e seus moradores, tensionando decisivamente a relação entre Estado e favelas. Também foi nessa década que favelas já consolidadas da capital – como o conjunto que compõe o Aglomerado da Serra – foram mais adensadas, conforme fica explícito no Plano Global Específico.

No entanto, essas lutas – que também podem ser entendidas como lutas de resistência pelo direito à moradia, mesmo inscritas nos termos pautados pelos limites da cidadania e ainda que apenas em determinados momentos e de modo incipiente – lograram momentos de ruptura com os limites impostos pela concepção de que favela e favelado são para serem removidos. Isso, em alguma medida, provocou uma ruptura em relação à estratégia política do Estado em relação às favelas e seus moradores, sendo que, já na década seguinte, a CHISBEL foi substituída por programas em que a remoção foi, ao menos parcialmente, redefinida³⁰⁹.

³⁰⁷ A consolidação de um parque urbano-industrial relativamente bem diversificado; a relativa expansão para o oeste do país, bem como a fundamentação para sua continuidade nos anos posteriores; a consolidação de uma classe dominante urbano-industrial e de uma classe de mediação responsável pela disseminação dos princípios fundamentais à reprodução capitalista.

³⁰⁸ Ação que, ao que parece, permanece. De fato, segundo muitos moradores do Aglomerado da Serra, um dos motivos que favoreceram a implantação do Vila Viva no Aglomerado foi o fato de muitas lideranças locais estarem inseridas na atual administração municipal.

³⁰⁹ Contudo, se a nova conjuntura apontava para a não aceitação das práticas exercidas pela CHISBEL, é preciso considerar que esta, quando foi substituída, já havia cumprido o seu papel.

3.5.1 – A aparência da contradição: a remoção da favela e do favelado como fundamento da urbanização

Conforme pode ser observado nos “Relatórios Anuais da Prefeitura”³¹⁰, as remoções de favelas perpassam toda a história da urbanização de Belo Horizonte. Como explícito no relatório de 1911-12, é bastante interessante a concepção de que havia a necessidade, se não de duas cidades, de se garantir que a cidade planejada e executada fosse destinada ao cidadão e para ele planejada. Por sua vez, esse cidadão deveria ter algumas características que comporiam o “cidadão de bem” que, afinal, pode ser resumido no que José Murilo de Carvalho definiu como “cidadão de 1ª classe”:

O doutor, cidadão de primeira classe, (...) é a pessoa rica, educada, branca. É o empresário, o professor universitário, o político, o fazendeiro, o coronel, o profissional liberal. É a pessoa capaz de defender seus direitos e mesmo seus privilégios, recorrendo a amigos influentes, pagando advogados. (...) É o um por cento da população com renda de mais de dez salários mínimos³¹¹.

A cidadania, principalmente a de “primeira classe”, fundamenta-se no acesso aos direitos políticos, sociais e civis, sendo estes últimos fundamentais, visto que é através deles que se garantem os direitos de igualdade (perante a lei do país), de liberdade e de propriedade.

Do conjunto expresso por esse autor como fundamento do ser cidadão que se funda no/pelo Estado Moderno, pode-se derivar que a *cidadania* em uma sociedade como a brasileira passa, necessária e obrigatoriamente, pelo acesso à propriedade. Talvez, seja esse um dos elementos que também a colocou no horizonte de quem luta contra a *extrema* desigualdade na distribuição da riqueza e que indica a concepção reduzida da cidadania, que tem no seu “*horizonte possível*” o acesso, o adentrar nesse “universo” da

³¹⁰ Esses relatórios encontram-se disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: <http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos>. Trata-se de documentos bastante ricos e interessantes como fonte original de pesquisa, o que pode ser observado no uso feito por Érika Lopes em sua dissertação de mestrado, trazendo uma importante contribuição para o conhecimento do processo de formação e desfavelamento de Belo Horizonte ao longo do século XX. LOPES, E. O projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2010.

³¹¹ CARVALHO, J. M. Pontos e Bordados. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Pág. 276. De fato, esse autor revela em sua reflexão as consequências perversas devidas à lentidão e ao descompasso do acesso aos direitos fundamentais da cidadania que, em si, já são uma redução do possível. Em seus termos: “observe que, na área dos direitos sociais, as coisas evoluíram satisfatoriamente. Criou-se uma justiça trabalhista à qual tem acesso uma parcela muito maior de cidadãos que à justiça civil. O pobre tem muito mais facilidade de entrar em juízo para reclamar hora-extra não paga do que para garantir a inviolabilidade de seu lar, a proteção de sua honra, de sua integridade física, mesmo de seu direito de ir e vir (...)”. Pág. 287.

propriedade e não sua superação, condição necessária para a abertura das possibilidades que se inscrevem na apropriação, aquelas que se ligam – como afirmaram os autores já citados – ao uso do tempo, do espaço, do corpo, da espontaneidade.

Porém, a concepção predominante era a de que, garantindo o bom cidadão, também se garantiria que não se conformassem o que nesse relatório específico foi denominado como “verdadeiros bairros chineses”, uma forma de se evitar que se alastrassem doenças infecto-contagiosas das quais, certamente, os moradores desse lugar seriam portadores. Entretanto, a concepção expressa no relatório de 1911-1912 que explicita o antagonismo de classes não foi exclusiva do planejamento urbano de Belo Horizonte, o que indica que esta não é fundamento da reprodução do espaço de Belo Horizonte, mas fundamento do processo de urbanização. De fato, quando observamos as reflexões desenvolvidas por Sidney Chalhou, em “Cidade febril”, fica bastante claro como o discurso do risco de contágio de doenças infecciosas, que supostamente se formavam e se alastravam nos espaços ocupados pelos pobres, foi estrutural aos interesses do Estado. Este foi o mediador que permitiu legitimar socialmente práticas cujos fundamentos orientadores foram o da segregação socioespacial, possibilitando, ainda, liberar áreas de grande potencial de valorização fundiária da presença dos pobres. Liberação essa que foi feita tanto para a constituição de bairros residenciais formais quanto para a extensão de eixos viários, como foi o caso das favelas removidas em Belo Horizonte ao longo do curso do Ribeirão Arrudas para a construção da Avenida dos Andradas, atualmente parte do projeto Linha Verde. Todavia, ainda que fundamentada por esses princípios, essas ações deveriam parecer para a sociedade como destituídas de seu sentido real. Daí a necessidade de serem engendradas como estratégias políticas do Estado, como se tratassem de ações estritamente técnicas e, portanto, neutras, situando-se completamente fora do campo da luta de classes. Ou seja, compondo uma ideologia, nos termos utilizados por Henri Lefebvre³¹². Segundo afirmou Sidney Chalhou, ao considerar os processos que envolveram a urbanização do Rio de Janeiro, houve, de fato, a

configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à civilização, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação

³¹² LEFEBVRE, H. Posição: contra os tecnocratas. Obra citada.

apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no 'caminho da civilização'. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma 'científica' – isto é, 'neutra', supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – da gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.³¹³

Essa visão higienista que – mais que perpassar, fundamentou a urbanização de Belo Horizonte constituindo-se em um paradigma orientador das práticas – atribuía ao pobre e aos seus espaços a origem e a proliferação de doenças contagiosas tornava-se bastante funcional aos interesses daqueles que concebiam a cidade como *locus* da reprodução da riqueza. Foi nesse sentido que o autor compreendeu a remoção dos cortiços no centro do Rio de Janeiro, da qual a destruição do “Cabeça de porco” foi exemplar. Ao ressaltar essas relações, Sidney Chalhoub afirma que

o discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira a grupos empresariais atentos às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da Corte. Haveria no processo um enorme potencial para especulação na construção de moradias e no provimento da infra-estrutura indispensável à ocupação de novas áreas da cidade. A prestigiosa Ciência dos higienistas parecia legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e ao enfatizar sempre que a destruição de moradias consideradas insalubres e a diminuição da aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais de tal terapia³¹⁴.

Nesse contexto, é possível estabelecer um paralelo ao que, em certo sentido, vem se constituindo como um discurso amparado pela necessidade da melhoria do que se denomina, ambigualmente, de condições ambientais. Ambigualmente, porque o termo tem sido adotado em sentido bem elástico. Assim, pode se referir às questões ambientais mais amplas que perpassam pelo todo que integra e forma a cidade, mas também à necessidade de recuperação das nascentes da Primeira, Segunda e Terceira Água, que são tributárias do Córrego do Cardoso dentro do Aglomerado da Serra, justificando, pelo viés ambiental, a remoção de mais de quatrocentas famílias ali instaladas, sendo muitas moradoras do lugar há quase meio século.

³¹³ CHALHOUB, S. Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pág. 35.

³¹⁴ Ibidem. Pág.52.

Entendo que a consideração da dimensão ambiental na/pela reflexão acerca dos conflitos urbanos é de fundamental importância, porque comporta, em muitos sentidos, uma dimensão esclarecedora, ao mesmo tempo em que também demonstra uma preocupação mais ampla com o viver na cidade e com a qualidade do espaço urbano. Mas também pode ser esclarecedora por aquilo que talvez, tal como o discurso higienista, encubra. Além do exemplo do Parque Linear do Córrego do Cardoso e dos parques da Primeira, Segunda e Terceira Água, ainda na Serra, há outro exemplo bastante interessante que se observa no Aglomerado da Serra. Após a remoção da Favela do Pindura Saia – que se localizava no alto da Avenida Afonso Pena e seu prolongamento, a Avenida Agulhas Negras –, os moradores do lugar deslocaram-se e formaram no alto do bairro Serra a Favela do Pau Comeu, hoje Favela Nossa Senhora de Fátima, e a Favela Marçola, na década de 1970. Foi nesse período que se conformou o Parque das Mangabeiras, que entre outras representações possíveis, constituiu-se como uma “área de amortecimento” entre o Aglomerado da Serra e o bairro Mangabeiras, cuja ocupação foi feita pelas classes de alta renda da capital. De fato, na divisa do Parque das Mangabeiras com o Aglomerado há uma cerca ao longo de toda a extensão, demarcando claramente os limites instituídos. Ainda no Aglomerado da Serra, discute-se a forma de garantir a instalação de uma Área de Preservação Permanente – APP onde está a favela que, em sua origem, conforme já dito, remonta à década de 1920³¹⁵. Foi sob esse pressuposto que Marco Antônio S. Borges Netto considerou que o

Agglomerado da Serra é uma área caracterizada por altas declividades e pelo fato de ter as nascentes de dois importantes contribuintes do Ribeirão Arrudas, o Córrego da Serra e o Córrego do Cardoso. Uma área de recarga do lençol freático, que possui várias nascentes e que, caracterizando-se como áreas de preservação e proteção ambiental pela legislação, não poderia ser ocupada³¹⁶.

Desnecessário comentar a fragilidade da argumentação, já que a favela antecede em pelo menos meio século a referida legislação. Contudo, essa legislação revela a concepção

³¹⁵ Essa é a temática sobre a qual trata Marco Antônio S. Borges Netto, em artigo sobre a regularização fundiária em áreas de interesse ambiental que, nos termos do autor, procurou “abordar a questão das ocupações irregulares em área de preservação permanente”. BORGES NETTO, M. A. S. Regularização fundiária em áreas de interesse ambiental como garantia do direito de cidadania: o caso do Aglomerado da Serra. In: Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, XIV, 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza: 2005. Pág. 2.

³¹⁶ Ibidem. Pág. 07.

da irregularidade de uma ocupação de pelo menos 50 mil pessoas – sob o ponto de vista da propriedade, mas não da apropriação, já que se trata de uma área consolidada – e da prevalência da importância de garantir a preservação de uma área de recarga hídrica, mesmo havendo ao lado um parque como o das Mangabeiras... Entretanto, encontra-se aí a origem de um novo problema (não o parque, é bom que fique claro), já que, segundo o autor, “o Aglomerado da Serra fica próximo ao Parque Ecológico das Mangabeiras e detectaram-se ocupações no entorno do Parque”, concluindo que “esse conflito de interesses entre a moradia e o meio ambiente [no caso, só o parque] também deve ser analisado quando se trata da regularização fundiária”³¹⁷.

Não se trata aqui de afirmar a conformação de um novo paradigma da urbanização – o ambiental. Não tenho elementos suficientes que sustentem essa afirmação e este não é o enfoque do trabalho. Contudo, fica bastante nítido o quanto essa discussão pode (e tem sido) instrumentalizada como uma nova fronteira para manter longe o que antes representava contágio do ambiente saudável e hoje representa degradação ambiental, mas que, no fundo, (também) representa o fundamento da segregação que se dá pela busca de estratégias de manter afastados e sob controle os pobres. Entretanto, não parece perpassar a análise questões como o porquê de essas pessoas terem ocupado áreas tão improváveis quanto impróprias. Talvez porque a resposta aponte para o fato de que as habitações produzidas para o reassentamento dos removidos das favelas na área central tenham sido sempre aquém do necessário³¹⁸ ou que os custos de reprodução do trabalhador não consideraram no salário estabelecido os gastos com habitação, o que é, sem dúvida, uma manifestação aparente da contradição que perpassa a urbanização. De fato, em uma reprodução socioespacial capitalista, o descompasso entre a necessidade da moradia e a condição de obtê-la, longe de ser passageiro ou explicado por uma determinada crise financeira – nos Relatórios Anuais da Prefeitura essa parece ser uma

³¹⁷ Ibidem. Pág. 8. É possível que as “ocupações detectadas” sejam as favelas Marçola e Nossa Senhora de Fátima, de 1975, portanto anteriores ao estabelecimento do Parque. A meu ver, é bastante interessante observar como a discussão ambiental pode ser instrumentalizada para colocar como limite à regularização fundiária – ou seja, reconhecer a propriedade da área aos moradores de direito que lá estão há mais de 50 anos – a necessidade de preservação permanente de uma área que, se é para ser discutida nesses termos, foi “antropofizada” há quase um século.

³¹⁸ Em determinado momento, o poder público municipal e/ou o governo estadual construíram vilas operárias nos bairros Lagoinha, Calafate, Carlos Prates etc. Contudo, estas sempre foram aquém do necessário e também mediadas pela relação formal de trabalho, o que as restringia a uma parcela significativa da população.

situação conjuntural e não estrutural – é, efetivamente, estruturante dessa reprodução social, como bem demonstrou Francisco de Oliveira ao apontar os limites da razão dualista³¹⁹.

Esse é, sem dúvida, um elemento fundamental que revela o alcance da ação do Estado e, por consequência, o quanto este se torna estratégico no engendramento de políticas de produção do espaço, ao mesmo tempo em que revela o sentido profundo da junção de economia e política. Ao elaborar sua crítica radical aos fundamentos da economia política, Marx, já desde os primeiros escritos³²⁰, tinha em conta o sentido do Estado na/para a economia capitalista, pois entendia que, na presença do Estado, a Política não se realiza, visto que este se arvora da condição de ente político por excelência assim como do lugar de sua realização. Dessa maneira, em uma de suas faces, o Estado revela-se como um campo de disputas pelo controle da ação do Estado, de sua burocracia, de sua capacidade de determinação da reprodução do social do espaço o que, por sua vez, determinaria a sua forma de atuação. Não por acaso, no interregno dos 40 anos fundamentais para montagem do “parque” industrial brasileiro (1930-1980) o Estado esteve sob governo ditatorial em mais da metade desse período.

A industrialização induz, necessariamente, a urbanização, que a fundamenta e estrutura. A urbanização da sociedade, nos termos colocados pela industrialização no Brasil, trouxe, como consequência imediata, a impossibilidade do trabalhador urbano de custear por meio de seu trabalho a sua condição de trabalhador. Diante de tal contexto, este foi obrigado a estabelecer estratégias que se situaram no âmbito da sobrevivência como forma de garantir sua reprodução. Por um lado, recorreu aos saberes culturais que se vinculam aos praticados no campo, tais como o plantio de legumes e/ou hortaliças e a criação de animais domésticos para o consumo, como porcos, galinhas etc., o que significou, também pela espoliação, o aprofundamento do processo de exploração que se dava cotidianamente no âmbito do trabalho.

³¹⁹ Sobre esse processo, ver: OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

³²⁰ Refiro-me, aqui, aos textos de 1942/1943, que Miguel Abensour denominou de “momento maquiaveliano de Marx”. ABENSOUR, M. A democracia contra o Estado. Marx e o momento maquiaveliano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. Ver: MARX, K. Contribuição para a crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. [1842/1843].

Assim, as ações de remoção ou de suposta erradicação da favela podem ser entendidas como ações que se situam no âmbito da aparência da contradição fundamental. E, ao se desenvolver nesse campo, seu efeito só pode ser, na melhor das perspectivas, paliativo, provisório, já que apenas remove temporariamente um espaço precário para que determinado terreno possa ser inserido diretamente nos circuitos de valorização. Porém, os sujeitos removidos, como necessidade vital, reassentam-se em novos espaços, bem em como outros produzidos por esse processo perverso, reproduzindo os fundamentos dessa urbanização contraditória.

Em Belo Horizonte, sempre que os espaços destinados a equipamentos públicos a serem instalados no futuro eram (são, como demonstram a Via 276, no Vila Viva, e a linha verde, na região norte de expansão) alcançados por esse futuro, os sujeitos que os haviam ocupado viam-se submetidos a novas remoções, obrigados a um novo recomeço, sendo que, muitas vezes, partindo do nada ou do quase nada, já que durante muito tempo as indenizações não compunham as “políticas” de Estado. E, ainda hoje, quando compõem, são estabelecidas em um patamar tal que sequer é possível comprar meio lote em qualquer bairro de Belo Horizonte. A “opção”, então, é buscar moradia em outra favela – e submeter-se a uma possível nova remoção no futuro – ou assumir que, afinal, não tem sequer o direito de permanência na cidade e, dessa maneira, que não é um de seus cidadãos.

Além de se tratar de ações compulsórias, as remoções comporta(ra)m múltiplas formas de violência, dentre as quais as que se referem à truculência do Estado manifestada nos atos dos executores, característica dominante em um determinado momento³²¹.

Porém, outras formas de violência que já se faziam presentes não só permanecem, como são constantemente reafirmadas. Por exemplo, a obrigatoriedade de sair, que explicita não apenas que *aquele não é o lugar do sujeito*, mas também que aquilo que para ele é uma necessidade fundamental, é para a cidade uma necessidade para viabilizar funções que se vinculam a outros sujeitos. Ou, ainda, a de ver o lugar onde mora reduzido a entulhos e resíduos depois da casa demolida e a obrigatoriedade de des-localar-se para se re-alocar em outros lugares, em outras condições e assim (re)constituir novas relações

³²¹ Mas que ainda permanecem, como foi observado recentemente na remoção para a duplicação da Avenida Antônio Carlos, na altura do bairro Aparecida, nos anos de 2007/2008.

socioespaciais, diante da ruptura abrupta das já existentes. Mesmo que esse morador seja direcionado para os ditos espaços formais, entendo que esse processo, em alguma dimensão, constitui-se como perda e violência para o sujeito removido.

De fato, é possível afirmar – sem necessidade de demonstração por dados ou entrevistas – que ninguém escolhe morar em uma favela ou viver a condição de favelado sem alguma finalidade. Assim, entendo que a favela não deriva de uma escolha possível, mas, principalmente, da impossibilidade, que significa o fechamento ou a redução extrema das possibilidades que, ao se inscreverem para a reprodução de determinado segmento de classe social, fazem com que o sujeito se agarre à única condição possível de reprodução da existência. Nesse sentido, o ato de morar na favela, de constituir-se em um favelado é, essencial e inegavelmente, uma imposição. Entretanto, a dimensão do morar, do habitar é composta por algo que vai além do ocupar em sentido estrito, porque esta se realiza no âmbito do vivido e como condição para a reprodução do cotidiano. E, dessa maneira, comporta o possível, o que se constitui como irreduzível e que é, afinal, o que sustenta a realização da vida. Portanto, para que seja possível habitar (em qualquer espaço, seja ele precário ou não) é necessária a construção de laços que permitam ao ocupante perceber-se pertencente a um determinado lugar e, a partir daí, às relações mais amplas que se vinculam à cidade. Não se trata aqui da perspectiva da construção da afetividade. Na verdade, refiro-me à dimensão que perpassa pela apropriação do espaço, condição que é mediada não apenas pelos laços de afetividade que se constituem, mas também pelas disputas que advêm de outros campos que se dão no cotidiano, no nível do vivido.

Dessa maneira, se, por um lado, o ato de morar na favela não é mediado por uma escolha, mas por uma imposição externa ao sujeito, por outro, a partir da sua constituição como morador desta, há outras dimensões que não se limitam mais, ou apenas, ao nível da imposição. Assim, retirar o favelado da favela para instalá-lo em uma localidade constituída pelos atributos materiais mínimos necessários (que, em geral, a favela não possui) não é uma solução isenta de violência, principalmente quando esse morador não se constitui em protagonista dessa decisão. Ao contrário, é portadora de uma nova violência, mesmo quando seu morador não está mais nela, porque ele é parte dela e a favela dele. Após a sua constituição, a favela não é mais ou apenas um espaço caracterizado por um arranjado de habitações precárias situado em uma área de ocupação ilegal (porque propriedade

privada ou do Estado) caracterizada pelo que falta. Se a favela é tudo isso, após a sua constituição, é também espaço grafado pelo ato cotidiano do viver de cada um e do todo que conforma. É, também, lugar de realizações e fracassos, de sonhos e desilusões, de ganhos e perdas que se estabelecem no dia a dia de cada um que vive (e é marcado por isso) a favela. Retirar a favela é retirar tudo isso.

Porém, sob a lente da racionalidade do Estado, na favela – que se orienta pelo aparentemente duplo processo de formalidade/propriedade (aparente porque, efetivamente, se reduz apenas ao segundo) –, o que se observa é um emaranhado de informalidade e, portanto, de ilegalidade da posse. Sob o vivido, a favela é *também* (porque indubitavelmente comporta a racionalidade do Estado) expressão de apropriação do espaço que, além disso, é apropriação pelo corpo. Daí que o espaço da favela é também a in-corporação de quem nela habita. Incorporação que não se dá apenas porque, em geral, a materialidade externa a cada casa foi feita pelas mãos dos próprios moradores, mas também e, principalmente, porque moldaram sua subjetividade a partir e em função de condições que se revelaram ou se colocaram nos limites da própria sobrevivência. Enfim, porque se objetivaram naquele espaço... A meu ver, o curral com cinco vacas que observei dentro da favela Nossa Senhora de Fátima ou o feijão plantado em uma das raras encostas não ocupadas pelas habitações são expressivos da extensão da incorporação para além do sujeito, que se viu, pela contingência, diante da necessidade de apropriar-se de seu saber e de incorporá-lo no espaço como estratégia que começou como sobrevivência, mas que foi além dessa condição. Talvez porque permitiu a seus praticantes um determinado reconhecimento dentro da favela que não encontraram na cidade dita formal. É o caso do morador que fornece o leite melhor que o da padaria, ou o do outro que tem feijão novo para colher... Quando se remove uma favela, não são apenas as construções precárias que se removem, mas também tudo (ou quase tudo) isso.

3.6 – Do planejamento que se questiona às questões que se metamorfoseiam em planejamento: o Plano Global Específico – PGE como instrumento de ordenamento territorial das favelas

Como já dito anteriormente, o programa de “urbanização” Vila Viva que se iniciou no Aglomerado da Serra deriva dos acúmulos de uma longa trajetória que foi norteadada pelos conflitos que pautaram o modo como Belo Horizonte lidou historicamente com as favelas existentes. Contudo, o marco desse processo foi a organização dos moradores da favela com a intensificação dos conflitos a partir dos anos de 1970. Essa foi uma conjuntura importante, porque os questionamentos de ampla ordem também culminaram, em certo sentido, no questionamento do planejamento como instrumento de ordenamento urbanístico.

Outro aspecto que confere importância a esse momento é que foi nele que se forjaram experiências organizativas que se fundamentaram no reconhecimento dos sujeitos moradores de favelas de que eles estavam sujeitos a uma mesma condição, o que, possivelmente, permitiu-lhes reconhecerem-se nos limites e nas precariedades em que estavam inseridos. Essa consciência, em si mesma significativa, foi de grande relevância nos momentos que se sucederam nas décadas seguintes: tanto no movimento nacional mais amplo das lutas que originaram o movimento da reforma urbana e se formalizaram nele quanto na experiência do Orçamento Participativo – OP, instituído em Belo Horizonte na gestão municipal da *Frente Brasil Popular* a partir de 1993.

Embora não tenham derivado só desse campo – porque envolvem o Estado –, essas lutas alcançaram o planejamento urbano, quando se colocou em discussão o próprio sentido e alcance deste, bem como as possibilidades e os limites nele inscritos. Sob essa perspectiva, os movimentos sociais de luta pela moradia que se constituíram em Belo Horizonte conseguiram alterar a pauta definida em função dos interesses do Estado, o que culminou com o questionamento da própria necessidade do ato prévio de planejar. Foram, assim, essencialmente, movimentos políticos. Porém – e essa ressalva é fundamental para que não se atribua a esses movimentos um alcance que efetivamente não tiveram –, esse questionamento acerca do sentido do planejamento urbano só foi possível em função de

uma conjuntura muito mais ampla, na qual esses movimentos estavam inseridos e que se vinculava ao Estado em âmbito nacional³²².

De fato, ao longo do governo ditatorial, constituíram-se formas variadas para se garantir um determinado controle (para esse Estado central) sobre a urbanização em curso. Uma das formas engendradas foi a vinculação dos recursos necessários ao planejamento e sua execução a determinados órgãos que respondiam diretamente ao poder central ou em esfera estadual, limitando amplamente o alcance dos municípios. Assim, nesse período, a parcela mais significativa dos investimentos em habitação e procedimentos “urbanizadores” ficou concentrada em órgãos como o Banco Nacional de Habitação – BNH e, a partir deste, no Plano Nacional de Saneamento - PLANASA. Controlados diretamente pelo governo federal, o BNH e o PLANASA deveriam, respectivamente, suprir a demanda por habitações e por saneamento, que seriam, supostamente, universalizados, suprindo, dessa forma, o que se representava como “*déficit*” habitacional e de serviços básicos de saneamento. De fato, a representação de que haveria esse *déficit* constituiu-se na questão norteadora desses órgãos durante sua vigência, principalmente ao longo dos anos de 1970, quando alcançaram o auge de sua atuação e quando, principalmente, havia fartos recursos para investimento de acordo com as orientações advindas do planejamento.

Contudo, ao se definir como pressuposto a existência de um *déficit* habitacional, definiu-se também a forma de sua suposta superação: na falta de habitações, o caminho seria o de aumentar exacerbadamente a produção de habitações e de saneamento, o que, segundo essa lógica, fatalmente levaria à resolução do problema. Porém, a concepção limitada do problema traz em si os limites não apenas para sua resolução, mas também para a forma de lidar com ele. Mais ainda, impede a percepção mais apurada de seus desdobramentos.

Ao se considerar o caráter rentista de uma sociedade como a brasileira e, ainda, em que consiste a propriedade privada do solo (e da habitação), fica bastante claro que a questão não era (como ainda não é) de simples resolução e que o pressuposto desse *déficit* é bastante simplista e redutor. Por essa redução, impediu-se de se considerar que a

³²² Segundo reflexões de Heloísa Costa, mesmo em âmbito mundial, já que essa autora indica que o planejamento foi questionado mundialmente nesse período.

equação não era composta apenas pelas variáveis: *número de habitações necessárias e número de famílias que necessitam de habitação*; que a ela era fundamental acrescentar elementos que não podem ser desconsiderados; que a habitação – embora atenda a uma necessidade vital – em uma sociedade capitalista é uma mercadoria (quase) como qualquer outra; e que a família, embora tenha na habitação uma condição fundamental de existência, nesse contexto, só tem acesso a ela pela mediação monetária dessa relação. Ou seja, a questão não é – como nunca foi – de um *déficit* de habitação, mas sim de que esta, ao assumir o estatuto de mercadoria, somente pode ser acessada pela relação monetarizada, o que situa a discussão no âmbito da relação capital/trabalho.

De fato, para a ampla maioria daqueles que reproduzem a sua existência no espaço urbano, os rendimentos auferidos vinculam-se à sua relação de trabalho, seja essa em que condição for. Para o caso das favelas, o que o trabalhador recebe é quase sempre inferior a dois salários mínimos. Se considerarmos os patamares estabelecidos pelo BNH e pelo que hoje aparece como “Minha Casa, Minha Vida”, as famílias que vivem em favelas estão fora do alcance do programa habitacional de outrora e também do da atualidade³²³. Isso significa dizer que os subsídios federais associados a programas dessa natureza não alcançam os sujeitos que auferem os rendimentos mais baixos, os que estão “na base da pirâmide”. Sendo assim, tratar essa questão como “*déficit* habitacional” é, para dizer o mínimo, simplista. Contudo, não é o mínimo que precisa ser dito.

Como já foi amplamente estudado, o BNH teve como uma das principais fontes o aporte de recursos acumulados através do Fundo de Garantia Sobre o Tempo de Serviços (FGTS), instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como um direito de todo trabalhador inscrito em uma relação formal de trabalho. Como fundo, esses recursos constituíam-se apenas como garantidores para momentos de descontinuidade da relação trabalhista formal. Mas como recursos mobilizados a serem investidos na produção do espaço urbano, constituíram-se em um novo nicho de reprodução ampliada

³²³ No que se refere ao “Minha Casa, Minha Vida”, segundo dados que vêm sendo amplamente divulgados pelo governo federal, a segunda fase desse programa voltar-se-á para o financiamento habitacional para famílias que percebem rendimentos de 0 a 3 salários mínimos, sendo que nessa etapa a CEF ganhará o reforço do Banco do Brasil – BB. É bastante significativo que o BB comece a operar nesse segmento habitacional, bem como que a CEF amplie efetivamente esse alcance, na medida em que se consideram os fundos mobilizados para esses recursos. No caso da segunda instituição financeira, o aporte vem do FGTS – fundo constituído com recursos dos trabalhadores –, no caso da primeira, majoritariamente são recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, cuja constituição também é da mesma origem.

do capital, em que o conjunto de trabalhadores, indiretamente, financiou “políticas” setoriais do Estado. Se, conforme amplamente considerado nos estudos que se referem ao BNH, esses recursos foram majoritariamente assenhoreados por classes sociais de rendimentos médios e elevados, essa foi a superfície de um processo que demonstra o campo de disputas que envolvem o Estado em uma sociedade capitalista profundamente desigual. Porque o fundamental foi o modo como se operou com esses recursos, criando um novo mecanismo de valorização do valor a partir de uma parcela do trabalho extraído que não se acumulou nas mãos dos capitalistas na forma de mais-valia.

Por sua vez, os programas Minha Casa, Minha Vida 1 e 2 retomam e aprofundam esse caminho. Não por acaso, tal como ocorrido no auge da atuação do BNH, ao mobilizarem esses recursos retidos na forma de fundos (FGTS e FAT, além de outros oriundos da peça orçamentária do Estado) via ampliação de recursos e extensão de créditos, esses programas habitacionais desencadeiam intensa valorização do espaço que, no limite, compõe a base da valorização do valor que sustenta os ritmos de crescimento do produto interno bruto (PIB) do país. Ao operar com essa junção – mobilização de fundo, ampliação do aporte de recursos do Estado e extensão do crédito via financeirização da habitação –, o setor imobiliário sai da sua condição de setor secundário para assumir, efetivamente, a condição de um dos “protagonistas” da reprodução ampliada da riqueza que tem na produção do espaço uma de suas principais estratégias³²⁴.

Outra consideração importante é a que diz respeito a quem interessava, fundamentalmente, a representação, até então simplista, da falta de moradia sob a aparência do “*déficit habitacional*”. Isso porque, ao considerarmos esse elemento, vemos que ele não é tão simples assim, mas o começo de uma engrenagem bem mais ampla. Se fizermos um levantamento simples da origem e/ou período de crescimento das empresas que atuam na construção civil e pesada, veremos o quanto esse setor foi tributário e cresceu no auge desse discurso e com ações subsidiadas pelo Estado. Nesse sentido, a simplificação anteriormente referida não foi meramente um descuido do planejamento que

³²⁴ Impossível esquecer o primeiro contato que tive com o setor de financiamento imobiliário da CEF para tentar apropriar-me dos códigos e linguagens cifradas dos contratos de financiamento habitacional. Ao questionar o gerente de operação de uma agência em Belo Horizonte, este, já impaciente, disse-me que a questão era que eu não estava entendendo o mote da operação (foram esses os seus termos). Disse que eu não estava comprando um apartamento, mas uma dívida financeira que me permitiria sair do aluguel. Esse diálogo ocorreu em 1999.

se instituía ou, ainda, apenas uma visão reduzida de um processo complexo. Ao contrário, foi uma das formas encontradas para viabilizar e/ou potencializar um importante setor produtivo – o da construção civil – sem, contudo, redefinir os fundamentos da reprodução capitalista do espaço. Foi assim a forma encontrada, para usar uma metáfora de Francisco de Oliveira, de fazer uma “omelete sem quebrar os ovos”.

Contudo, estruturas como o BNH e o PLANASA, para funcionarem, exigiam constantes aportes de recursos, o que, por sua vez, sustentava-se no que foi chamado de “ciclo virtuoso de crescimento” durante o período do “milagre brasileiro”. Porém, sua interrupção, no final dos anos de 1970 e nos primeiros anos da década seguinte, colocou em xeque não apenas a estrutura, mas também a concepção planejadora que a perpassava. Foi no bojo desse processo que o ato de planejar foi amplamente contestado, e o chamado “planejamento compreensivo” então em vigência foi bastante questionado, principalmente por dois vieses – o de “esquerda” e o “liberal”³²⁵ – que, embora distintos, objetivavam o mesmo alcance: desqualificar essa modalidade de planejamento.

Ao refletir sobre o universo de OP em Belo Horizonte, Heloísa Costa³²⁶ aponta o que pode ter sido o núcleo central dos questionamentos feitos ao chamado planejamento compreensivo. Segundo a autora, nele estava “implícita a ideia de que o estado é o legítimo responsável, entre outras atribuições, pela gestão do espaço”. Dessa maneira, seriam também “suas ações, [e] o promotor de uma ordem social, tida por princípio como justa”. Mas, principalmente, para o que aqui nos interessa mais de perto, nessa modalidade de planejamento que se orientava pelo saber técnico e que, segundo a autora, tinha no plano o produto principal, a questão a se destacar é que “há pouco espaço para o não-formal, para o espontâneo, para o ‘desordenado’”³²⁷. Nesse contexto, espaços como os correspondentes às favelas apareciam como algo que havia escapado ao planejamento. Assim, foi após a crise do planejamento – que segundo Heloísa Costa se deu em âmbito mundial – que se buscaram novas perspectivas.

Para o caso brasileiro, esse momento correspondeu a outro processo em curso, o da redemocratização, em grande parte impulsionado pelos movimentos sociais

³²⁵ Sobre esse processo, ver: SOUZA, M. L. Mudar a Cidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Pág. 25-41.

³²⁶ COSTA, H. S. M. Gestão Urbana e Controle Social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do Orçamento Participativo em Belo Horizonte. Belo Horizonte: IGC/UFMG. 2000, mimeografado.

³²⁷ Ibidem. Pág. 2

organizados, o que, em Belo Horizonte também culminou com a experiência do OP. Nesse período, o questionamento radical alcançou as próprias raízes do processo e, nelas, o Estado, desvelando a impossibilidade *daquele* Estado – que se orientava pela não consideração do “não-formal” e do “desordenado” para pautar a discussão e efetivamente definir a forma da urbanização. O caminho buscado por esse processo, então, foi o de “resgatar e incorporar as práticas populares e o saber tradicional”³²⁸ que, quando confrontado com aquele advindo da racionalidade do Estado tendeu, nesse período, a sobrepor-se a ele.

Assim, para o caso de Belo Horizonte, uma das consequências desse processo foi o avanço no sentido do reconhecimento, mais que da existência, do *caráter estrutural e permanente das favelas dentro de uma urbanização capitalista*³²⁹. De fato, foi nesse período que se avançou na concepção de que não se tratava de um fenômeno transitório, mas de algo permanente e que exigia uma reflexão que não apenas considerasse a sua existência, mas que, fundamentalmente, também se orientasse por suas especificidades e necessidades. É o que hoje, entre outros elementos, fundamenta o Vila Viva. É nesse sentido que entendo que o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) e o Programa de regularização de favelas (PROFAVELA) foram, sob uma certa forma, embriões do que hoje se consolida como o atual programa de “urbanização” de favelas de Belo Horizonte. O PROFAVELA, ao apontar para outros caminhos que não mais o da remoção da favela e de seu morador, buscava integrá-lo ao processo formal da cidade. A ideia central passou a ser, então, a de prover “condições mínimas de urbanidade” nos espaços da favela, atribuindo-lhes as qualidades necessárias para a integração à estrutura formal da metrópole.

A questão que fica é se esse é, de fato, o aspecto central desse programa, ou ainda se é a única centralidade. Talvez seja importante considerar se essa ação do Estado também não foi orientada *no sentido de continuar pautando o processo e assim permanecer*

³²⁸ Ibidem. Pág.3

³²⁹ Se naquele momento os elementos não nos autorizam a afirmar que se tratava de uma visão empreendedora da favela, entendo que hoje se pode dizer que se iniciava ali o engendramento desse processo. O fato de esse engendramento culminar em um empreendimento como o Vila Viva quase três décadas depois só demonstra a força do conservadorismo segregacionista e estratificado em torno da propriedade no Brasil, que é o que também justifica o não avanço nesse programa do que se refere à titulação, como será visto em um subitem deste capítulo.

como o *legítimo responsável pela gestão do espaço*. Isso a partir dos elementos colocados por Mercês Somarriba ao associá-lo ao efervescente momento de organização dos movimentos sociais urbanos na década de 1980 – via UTP e Associação de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte – FAMOBH e, ainda, ao movimento do Estado no sentido de garantir o controle sobre essas organizações³³⁰. Conforme indicou a autora, esse movimento apontou para um questionamento que ameaçou ser radical, na medida em que apontava na direção da raiz da contradição fundamental da urbanização, qual seja, a de que a exploração e espoliação fundamentam a reprodução social do espaço.

Porém, se a década de 1980 foi marcada pelo questionamento do planejamento urbano, a de 1990 foi bastante importante no que se refere ao papel desse instrumento em Belo Horizonte. De fato, o planejamento vigente nas décadas anteriores, que tinha no *plano* sua centralidade e a subsequente quase negação do planejamento como instrumento de ordenamento territorial, foi superado. Nos anos de 1990, a importância do planejamento como orientador da gestão foi retomada e este colocado em outro patamar.

Também nessa década foram iniciadas as experiências que compuseram o Orçamento Participativo, cuja importância pode ser mensurada por pelo menos três eixos básicos. O primeiro refere-se à criação de canais de participação e ampliação do campo do debate não apenas sobre o planejamento da, mas sobre a própria cidade. O fato de as potencialidades reveladas no processo não terem se materializado não retira do OP sua importância como instrumento político que possibilitou que, em determinado momento, a cidade tivesse sido debatida por sujeitos que na ampla maioria das vezes sequer eram reconhecidos como interlocutores potenciais. O segundo aspecto foi que, para o OP funcionar, foi necessário que o Estado atuasse no sentido de criar os canais que possibilitassem a ampliação da participação dos sujeitos sociais organizados, o que apontou em sentido oposto à ação histórica deste em relação à participação. Ao criar e efetivar esses canais, houve significativa aproximação entre a estrutura do Estado – representada pelos técnicos responsáveis pela mediação, inclusive pela linguagem – e as populações que, mesmo potencialmente, puderam a partir do lugar onde viviam e a partir de suas vivências e ter essa fala mais que considerada, incorporada formalmente. De fato, parcela significativa dos PGE vem dos relatos de experiências dos moradores das favelas. Já o

³³⁰ SOMARRIBA, M. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. Obra citada.

terceiro aspecto foi a retomada sistemática do ato de planejar ou do planejamento urbano como *instrumento fundamental para o ordenamento territorial* de acordo com os princípios orientadores em uma perspectiva de curto, mas também de médio e longo prazos. Como afirmou Aderbal de Freitas³³¹, o PGE foi de fundamental importância para a captação de recursos junto a instituições como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que possibilitou o aporte de mais de duzentos milhões de reais somente no Aglomerado da Serra, entre os anos de 2006 e 2011. Assim, experiências de discussão acerca da produção do espaço urbano como a do OP ou outras que possam ter surgido através do debate foram fundamentais para que o planejamento pudesse ser redefinido, saindo dos extremos da imposição total ou de sua negação radical para a ideia de um planejamento mais democrático, construído pela ampliação da participação.

Todavia, os avanços dessa discussão foram bloqueados nesse ponto. Dele em diante – ou seja, do reconhecimento da necessidade da ampliação da participação – a discussão tomou rumos diferentes, divergentes, por vezes antagônicos, revelando um novo campo de disputas que se manifestou nos “produtos” desse planejamento, como, por exemplo, nos novos planos diretores pós década de 1990 e, principalmente, após a homologação dos artigos 182 e 183 da Constituição Brasileira, no Estatuto da Cidade.

Todo esse contexto – que foi composto por diversas nuances e por possibilidades abertas, mas também pelo interesse de segmentos dominantes de reafirmar pelo novo os velhos princípios estruturantes da produção do espaço urbano – revelou fatos novos que, no percurso, foram se tornando mais claros. Por exemplo, uma parcela significativa dos recursos para investimento em habitação e saneamento passaria a ser administrada pelos municípios, o que fez com esses entes político-administrativos emergissem com uma nova força (e de forma mais atrativa) para os demais setores da sociedade. Nesse sentido, a administração municipal (não apenas o prefeito, mas também o corpo legislativo e a burocracia do município) tornou-se uma peça muito mais importante na disputa pela

³³¹ Em entrevista realizada no dia 06 de junho de 2011.

produção do espaço urbano. Importância que foi amplamente percebida por aqueles que viram “as cidades como atores políticos”³³².

De fato, já nas primeiras linhas do artigo em que apresentam os princípios do planejamento estratégico, Jordi Borja e Manuel Castells operam um deslocamento fundamental para entendermos o sentido que perpassa este planejamento. A cidade em si torna-se o sujeito e o seu sujeito desaparece, porque foi diluído em seu ambiente³³³. Foi nessa conjuntura que esses autores puderam afirmar que “as cidades adquirem, cada dia mais, um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social, cultural e nos meios de comunicação”³³⁴. Ao indicarem em que supostamente consiste a cidade e suas articulações, explicitaram os objetivos básicos do que perpassa ou deveria perpassar o sentido e os objetivos da cidade-mercadoria para se vender. Em todos eles fica bastante explícito o caráter de *empresariamento da cidade*. Porém, em dois desses “objetivos diversos”, expõem bem em que consiste esse planejamento explicitamente orientado para e pelo setor empresarial. Assim, afirmam que se deve buscar “campanhas baseadas na cooperação público-privada (por exemplo, campanhas de segurança pública, imagem, reabilitação urbana etc.)” e, posteriormente, que um caminho é a abertura da cidade para a implantação de “grandes projetos de desenvolvimento urbano vinculados a um evento ou derivados de um programa *cívico-político* com ampla base *consensual*”³³⁵. Esclarece-se, dessa maneira, o objetivo de transformar a cidade em fundamento da reprodução da riqueza, aprofundando definitivamente o assenhoreamento desse ambiente pelo capital em sua consolidação, e que esse processo deve ser construído como representativo dos interesses de todos os sujeitos que compõem e disputam a cidade, como se estes não fossem orientados por objetivos e concepções radicalmente

³³² Esse é o título de um artigo publicado por Jordi Borja e Manuel Castells no ano de 1996. Nele, os autores apresentam e defendem uma nova modalidade de planejamento cuja essência foi bem sintetizada por Carlos B. Vainer, ao referir-se a ele como um planejamento que se fundamentava na concepção da cidade como “pátria, empresa e mercadoria”. Uma ressalva importante a fazer é que não se pretende deduzir ou afirmar que a elaboração produzida pelos autores catalães tenha sido feita a partir da realidade brasileira. O que procuro é apenas explicitar como essas elaborações tiveram aqui grande força legitimadora das ações que operavam no sentido de bloquear possibilidades abertas.

³³³ Talvez, dessa operação, derivem as remoções das áreas consideradas como reservas ambientais. Retira-se tudo que é indevido à sua qualidade... Inclusive as pessoas.

³³⁴ BORJA, J. CASTELLS, M. AS cidades como atores políticos. Revista Novos Estudos, julho de 1996. Pág. 152.

³³⁵ Ibidem. Pág. 153.

antagônicos. As cidades são vistas, portanto, como “motores do desenvolvimento econômico”³³⁶.

A modalidade de planejamento defendida por Borja e Castells constituiu-se na forma predominante do planejamento, sendo que, conforme demonstrou Carlos Vainer, foi amplamente disseminada para os países periféricos da economia capitalista. Porém, não o foi para toda e qualquer cidade e todo e qualquer país, mas para aquelas cidades localizadas em países cuja economia apontava para um período de crescimento econômico significativo³³⁷. É possível considerar que o planejamento estratégico – que deriva de uma determinada concepção de reprodução do espaço urbano que coaduna com uma sociedade cada vez mais atomizada – representou um bloqueio a outra modalidade de planejamento, aquela em que se forjou o OP em seus primeiros anos. A partir de sua generalização, pareceu-se que se falava da mesma coisa ao se falar de participação ampliada, autonomia etc. Fomentou-se, dessa maneira, um contexto ambíguo que foi muito bem instrumentalizado para os interesses inscritos na modalidade de planejamento que predominou.

Por sua vez, o fundamento dessa modalidade de planejamento está intrinsecamente ligado ao que se convencionou chamar contemporaneamente de parceria público-privada – PPP, contexto no qual se defende a “governança ampliada”, cujo sentido é o de ampliar a participação do setor privado no planejamento. Ampliação que, muitas vezes, alcança o nível da determinação. Nessa dita parceria da qual o planejamento estratégico se alimenta, os papéis atribuídos a cada integrante tendem a ser bastante claros: na maioria dos casos, ao Estado cabe – além dos investimentos de grande monta, capazes de reestruturar determinadas funções e reordenar o território – buscar constituir um ambiente (em amplo sentido) propício e seguro aos capitais investidos; aos capitalistas, explorar os dividendos da parceria. Como bem ressaltaram Borja e Castells, a forma geral do exercício dessa parceria é o estabelecimento de empreendimentos que promovam intensa revalorização de determinado espaço. No entanto, como antecedente, é necessário que se constitua determinada “representação” que confira essa condição a esse determinado

³³⁶ Ibidem. Ibidem. Segundo os autores, essas formulações seriam resultantes da Conferência de Cidades Europeias, realizada em Roterdã, no ano de 1986, e da Comunidade Europeia, respectivamente. Contudo, os autores não apenas citam, como também definem e desenvolvem essa concepção.

³³⁷ VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. et. al. A cidade do pensamento único. Obra citada.

espaço. Henri Lefebvre, ao refletir sobre a representação, afirmou que a condição de ser uma representação do fato não lhe atribui uma condição de falseabilidade. Isso porque, “las representaciones no son ni falsas ni verdaderas, sino a la vez falsas ou verdaderas: verdaderas como respuestas a problemas ‘reales’ y falsas como disimuladoras de las finalidades ‘reales’”³³⁸. As representações são, assim, necessárias.

Todavia, a representação comporta, quase que como uma mediação, elementos que compõem o verdadeiro e o falso de determinado fenômeno. Mas, fundamentalmente, define-se “por la relación con una vivencia (una presencia)”. Não se trata, pois da representação. Todavia, a representação “rica y confusa, (...) envuelve e incluye a la ideología, empobrecida, clarificada”, sendo que “la eficacia de la abstracción y de la ideología proviene de las representaciones que persisten en ellas, más o menos reconocibles”³³⁹. É desse campo que emerge a forma como a representação é assenhoreada e reduzida e, assim, inscrita na revalorização do espaço. Dessa maneira, podemos dizer que o discurso da degradação do espaço que sustenta as ações de revalorização que fundamentam as PPPs constitui-se, efetivamente, em uma representação, mas esta, destituída de sua radicalidade, o que lhe confere caráter *ideológico*³⁴⁰. E é também por meio desse discurso que, em nome da dita “qualidade de vida” ou “qualidade do ambiente urbano”, se tem operado ações de revalorização do espaço.

Esse, porém, não é o limite: a revalorização do espaço tem-se constituído em uma das principais formas pelas quais o capital – em ação concertada com o Estado – tem se apoderado não apenas da produção do espaço, mas da própria condição de elaboração das estratégias dessa produção. Nesse sentido, não se trata mais do empreendedor urbano clássico que se beneficiava de determinada ação de valorização; ou, ainda, do

³³⁸ LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. Pág. 68.

³³⁹ LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. Obra Citada. Pág. 76.

³⁴⁰ Todavia, como ressaltou Henri Lefebvre, não podemos, pelo que ela comporta, prescindir das representações. “Cómo prescindir de representaciones? Esta pregunta ya formulada se dirige la filosofía que pretende ser trascendente y pura de representaciones, así como a la crítica absoluta que quiere destruirlas. No cabe duda que ciertos actos atraviesan y quizá trasciendan las representaciones, elevándose por encima de la superficie o bien hundiéndose en las profundidades. Cuáles actos? La creación, la poesía, el amor, el conceito teórico. Pero para atravesar las representaciones hay que partir de ellas y encontrar cierto apoyo más o menos vacilante en tal o cual representación de la muerte o de la vida, del poder o del sexo, etc. Sí, cómo vivir sin representaciones? Así se esboza un movimiento dialéctico. Algunas de las representaciones tapan la vista y el horizonte, Forman anillo y círculo (vicioso). Otras se abren hacia la superación. (LEFEBVRE, 2006, p. 106).

empreendedor já característico da fase do empresariamento do setor, que buscava antecipar a informação privilegiada e agir de acordo com essa informação; mas do empreendedor que, ao atuar sob a perspectiva do planejamento estratégico, se arvora da condição de induzir a estratégia de acordo com os seus interesses, pelo engendramento das condições de direcionamento da ação (entenda-se investimentos) do Estado³⁴¹.

Sob esse processo, dentro de uma suposta ampliação da governança, os sujeitos que se envolvem nos projetos de valorização do espaço e que são envolvidos por ele são chamados “a sentarem-se à mesa” para buscar – de forma consensual, já que se opera com a concepção de que não há mais luta de classes, portanto não haveria interesses antagônicos – uma solução que confira ao espaço urbano a competitividade necessária frente a espaços urbanos. É justamente nesse ponto que o administrador público precisa garantir o que é fundamental ao planejamento estratégico, ou seja, um ambiente seguro em que os agentes subordinados percebam-se como legítimos interlocutores e construtores do projeto e, principalmente, que determinado projeto de revalorização do espaço não se caracterize como um empreendimento de classe, mas que assuma a aparência de que foi definido consensualmente, porque atenderia aos interesses mais amplos da sociedade. Nesse contexto, ganha sentido a argumentação dos autores que assumem o discurso da “descentralização” do trabalho na sociedade contemporânea como um veículo para dizer que não há mais conflitos de classes fundamentados em interesses antagônicos e irreconciliáveis. Esses seriam, supostamente, de outro tempo. Na atualidade, haveria divergências de ponto de vista que – em um “diálogo”, quando todos estivessem à mesa de negociação – poderiam ser superadas, o que permitiria a predominância do consenso e a acomodação dos interesses de todos.

No bojo desse suposto consenso constrói-se, então, uma falsa representação de que os interesses podem ser conciliados e, ainda, que o caminho constituir-se-ia em um só: o dos projetos de revalorização do espaço fundamentados nas PPPs que, ao identificarem a “vocaçãõ” de determinado espaço urbano, adotariam ações no sentido de atrair o usuário solvente, aquele que reúne as condições ideais de consumo da cidade reproduzida como mercadoria. Isso porque, segundo Castells e Borja, “as grandes cidades

³⁴¹ Sobre essa reflexão, ver: FIX, M. São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

devem responder (...) [à] nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade”³⁴². E, para responder a essas questões, seria preciso se operar com um plano estratégico que permitisse “construir e/ou modificar a imagem que a cidade tem de si mesma”, dando, assim, “uma resposta a uma sensação de crise”³⁴³, cujo resultado, supostamente, seria a inserção de todos na construção coletiva de um mesmo projeto de cidade.

Sob a perspectiva do planejamento estratégico, o governante capaz de dar conta da nova “missão” não pode ater-se a gerir os recursos públicos. É preciso que ele assuma definitivamente a condição de um governo promotor: principalmente da imagem da cidade como mercadoria a ser vendida, das parcerias público-privadas e das “inovações” político-administrativas que favoreçam a ampliação da participação³⁴⁴.

Ainda que o projeto de “urbanização” de favelas Vila Viva não possa ser exclusivamente associado aos princípios do planejamento estratégico, porque, como já dito, resulta, também, de um intenso processo de lutas urbanas de resistência contra as ações de remoção, há nele elementos que o aproximam das concepções desse tipo de planejamento. Mais que isso, são elementos que apontam para uma nova concepção que, formulada no bojo das políticas habitacionais do Banco Mundial, complexifica o sentido histórico da favela na urbanização da sociedade. Conforme expresso no PGE do Aglomerado da Serra, a favela passa a ser vista e apreendida *pele que tem* e não apenas pelo que lhe falta. Sob essa nova concepção, da qual também se alimenta o planejamento estratégico, constrói-se o discurso de que não é viável e nem economicamente interessante a um espaço urbano que parcela tão grande de sua população seja marginalizada, devendo buscar-se “políticas” afirmadoras de “inserção” desses grupos, pois uma “cidade competitiva deve ter capacidade de integração sociocultural”³⁴⁵. E, ainda, porque esse pode ser um importante caminho para que o governante possa obter o apoio político necessário às reformas estruturais necessárias à viabilização dos projetos de grande envergadura de revalorização do espaço.

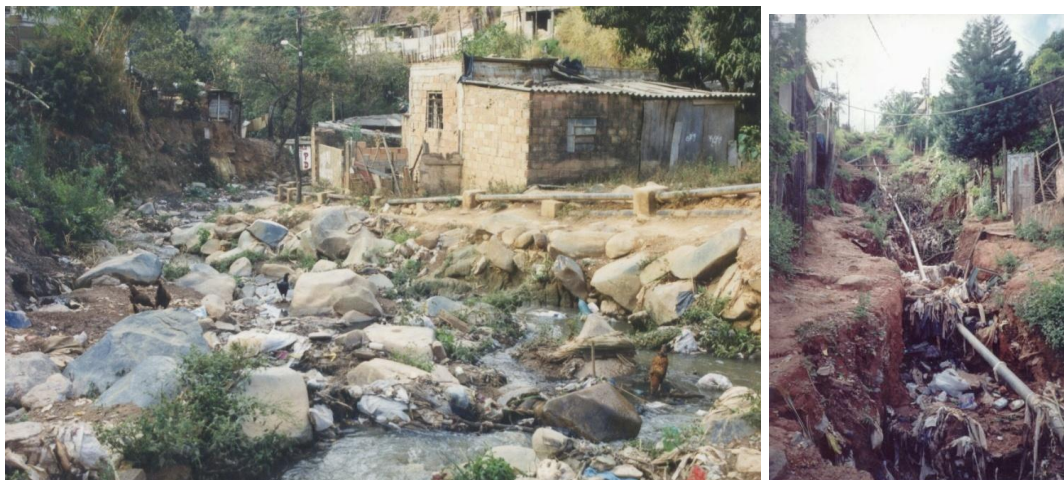
³⁴² BORJA, J.; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. Obra citada.

³⁴³ Ibidem. Pág. 158.

³⁴⁴ Ibidem. Pág. 160.

³⁴⁵ Ibidem. 157.

Nesse sentido, o programa Vila Viva não se constitui em uma simples evolução das políticas de remoção de favelas nem apenas indica uma nova forma de lidar elas. Ele não é, ainda, uma mera continuidade das formas históricas de se relacionar com esses espaços. Como ruptura expressa, é preciso considerar que o Vila Viva também, e essencialmente, é expressão da nova concepção que envolve as favelas, qual seja, de que elas se constituem em um “manancial” de “protocapitalistas” que podem e devem ser inscritos de forma mais incisiva ou com toda a sua potencialidade nos circuitos de reprodução ampliada da riqueza. Todavia, é importante considerar que se trata de um processo que também é produto de uma complexa discussão que, no limite, se dá em um campo de disputas políticas bastante delicado. A meu ver, nem o crítico mais arraigado dessa modalidade é capaz de defender a posição de “*deixa como está*” ou de que a favela se configura como uma forma plena e acabada para a realização da vida. Sendo assim, também é indefensável que o Estado não aja no sentido de retirar pessoas que estão sujeitas a uma situação de alto risco ou a risco iminente de vida em função da localização/situação de sua moradia. De fato, é inegável que esse conjunto de ações que tem desestruturado e reestruturado a vida nas favelas tem trazido alguns benefícios bastante significativos. As fotos a seguir oferecem uma parca ideia de em que consistem tais benefícios ou quais são as situações que se explicitam no “chão do mundo”, em que se descobre que os limites de degradação do humano ainda não foram alcançados:



Fotos 4: Casa inserida no Aglomerado da Serra (Nossa Senhora de Fátima) que no período de chuvas era inundada várias vezes pelas águas poluídas pelo lançamento de esgoto no córrego que a margeia. Fonte: material de divulgação Vila Viva. Foto 5: Casas na Rua São João, Aglomerado da Serra. Os moradores, para se deslocarem, eram sempre obrigados a transpor a vala retratada. Acervo URBEL

Contudo, a questão é a que preço são alcançados esses benefícios e, mais que isso, se as opções reduzem-se apenas ao *“ou se faz assim ou se deixa como está”* que, *no limite, explicita que se opera nos termos pautados e definidos pelo Estado e pela reprodução do capital.* É a partir de tais considerações que esse programa é também *expressão desses novos elementos que compõem a contemporaneidade do processo de urbanização da sociedade que, sob a reprodução do capital que se reproduz externamente, também o faz para dentro e se alimentando das contradições que engendrou.*

Por conseguinte, se o Vila Viva também é tributário da experiência do OP, não se trata mais apenas de ações pontuais ou paliativas, no sentido de atender a uma urgência, como a contenção de uma encosta ou o cumprimento de uma determinação alcançada no programa, mas, efetivamente, de uma ação orientada por um planejamento que se propõe *reestruturador daquele espaço, que tem por base a desestruturação da organização prévia da favela para reinseri-la no contexto do ordenamento territorial da metrópole e de sua região metropolitana.* A meu ver, são dessa natureza as ações engendradas no bojo do PGE e do programa de “urbanização” Vila Viva.

Em suas especificidades, o Plano Global Específico pode ser considerado um instrumento de planejamento urbanístico cujo sentido principal é promover a reorganização das favelas e re-inseri-las dentro do ordenamento territorial de Belo Horizonte. Assim, sua função é orientar as ações de investimentos do poder público

municipal nos espaços da cidade designados no Plano Diretor do município como Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS, na qual se inserem as 208 favelas da capital. Nesse sentido, o PGE também se fundamenta na realidade dada – as favelas existentes em Belo Horizonte e a busca de uma nova forma de lidar com estas –, já que, considerando o acúmulo desse processo, bem como o novo contexto sócio-político no qual o governo da capital estava inserido, a remoção fundamentada (apenas) na negação da favela como integrante da urbanização se esgotou totalmente. Isso não significa, porém, o esgotamento da estratégia política de remoção, pois quando as favelas estão no caminho do ordenamento do território são sumariamente removidas. Foi esse, por exemplo, o caso das moradias que estavam localizadas ao longo do que hoje se configura como Avenida do Cardoso no Aglomerado da Serra. Nas visitas realizadas na favela Nossa Senhora de Fátima, encontrei uma família que se mudou para lá em função da remoção em trechos dos empreendimentos do Vila Viva. Essa família, composta por quatro pessoas, morava em uma casa que não foi classificada como “área de risco”. Contudo, estava no caminho da Avenida do Cardoso, empreendimento principal e fundamental do Vila Viva desse conjunto de favelas. Entretanto, também é preciso considerar o PGE pelo significado que esse instrumento tem na importância organizativa dos recursos conquistados pelos moradores das favelas no Orçamento Participativo. Recursos que seriam destinados não somente para a construção/ampliação de escolas como ainda para a construção de escadarias nos becos de acesso ou para a pavimentação de pequenos trechos. O PGE é, em certo sentido, um instrumento de planejamento das ações que traz o aporte detalhado *do como, mas também em que ordem fazer*.

De fato, o que ficou bastante claro foi o conhecimento superficial que se tinha das favelas, o que as colocou na pauta da agenda do Estado em outra condição: era necessário conhecê-las de uma maneira ampla, ou seja, em todos os seus aspectos, mas também de forma específica. É nesse sentido que, contraditoriamente, o PGE também derivou de uma prática bastante rica em potencialidades e que se orientou por um exercício que, em alguma medida e por certo momento, colocou para o Estado a necessidade de *re-conhecer* as favelas em sua forma e conteúdo. Na atualidade, as principais ações desempenhadas pelo poder público municipal de Belo Horizonte dentro de qualquer uma das 208 favelas

são (ou considera-se que deverão ser) orientadas pelo diagnóstico e proposição presentes nesse instrumento de ordenamento territorial³⁴⁶.

Segundo dados disponíveis no sítio eletrônico da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, em 2010, das 208 favelas existentes no município, 54 delas já tinham concluído o seu PGE, cinco outros estavam em andamento e outros sete previstos.³⁴⁷ Embora esse número corresponda a apenas 32% das favelas da capital, é bastante significativo se considerarmos que os dois primeiros PGEs (da Pedreira Prado Lopes e Califórnia) foram concluídos em 1999. Segundo a URBEL,

O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que norteia as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade destas áreas, considerando os aspectos urbanístico, sócio-econômico e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nestes locais e integrá-los ao conjunto da cidade. Uma das vantagens do Plano Global é possibilitar maior eficiência e organização na aplicação dos investimentos para evitar desperdícios. Outra, é a captação de recursos junto aos organismos financeiros. A partir de projetos do PGE, o município já conquistou considerável volume de recursos para investimento em vilas e aglomerados junto à União e organismos financeiros nacionais e internacionais³⁴⁸.

Assim, sob uma aparente contradição, os espaços outrora caracterizados como objetos de remoção e extirpação constituem-se, na atualidade, em mediadores para a captação de recursos disponíveis em órgãos reestruturadores da urbanização brasileira como o BNDES e a CEF, mas também em organizações multilaterais, como BID e o Banco Mundial. Ao serem viabilizados via empréstimos, cujos recursos são captados através de fundos como o FGTS, no caso da CEF, ou dos sócios emprestadores, como no caso BID, é possível afirmar, de forma incisiva, que o provimento dos equipamentos de urbanidade nas favelas constitui-se contemporaneamente em uma das faces (bastante seguras, porque

³⁴⁶ Outro fator que revela a importância estratégica do PGE foi o aporte de recursos recebidos em função da existência desse planejamento. Se as ações do OP foram desenvolvidas com recursos próprios do poder público municipal, a partir da elaboração desse instrumento de planejamento, o município conseguiu captar recursos cujo volume foi bem mais significativo e “tem se revelado em um importante instrumento no processo de captação de recursos para as intervenções nas vilas e aglomerados”. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=15885&chPlc=15885>, acessado em 15 de junho de 2011, às 12:02.

³⁴⁷ Dados disponíveis em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=15985&chPlc=15985&termos=PGE>, acessados em 15 de junho de 2011, às 12:28

³⁴⁸ IBIDEM.

garantidas pelo Estado) de valorização do valor, o que, no limite, reafirma os pressupostos criticados por Mike Davis.

Outro fato interessante que diz respeito ao PGE e ao Vila Viva é o que se refere à divisão do emprego dos recursos. Para o caso do Aglomerado da Serra, 60% dos recursos investidos através do Vila Viva (cerca de 140 milhões) foram utilizados diretamente na construção da Avenida do Cardoso ou Via 276, nos termos do Plano Diretor de 1996 ou, nos termos dos empreendedores imobiliários (de 2001), uma etapa do supostamente esquecido Anel da Serra. Ou seja, o equipamento para o qual foram direcionados cerca de 60% dos recursos, embora esteja no Aglomerado e, em alguma medida, possa ser apropriado por ele, está nele, mas não é para ele. Ao se referir à acessibilidade, o PGE apresenta o Aglomerado da Serra no Diagnóstico Integrado nos seguintes termos:

O Aglomerado da Serra, **apesar de sua localização estratégica na cidade**, apresenta condições **extremamente desfavoráveis de acesso e circulação, tanto do ponto de vista da continuidade e compatibilização com o sistema viário de Belo Horizonte**, quanto da circulação e acessibilidade interna para os moradores das Vilas. Dessa forma se **configura como uma barreira de difícil transposição para a integração viária da região metropolitana**, tanto por suas características sociais quanto pela morfologia do sítio. (PGE, p. 26.)

Nessa altura do trabalho é fundamental que se aproveite a oportunidade da elaboração do Plano Global para incluir a população do Aglomerado no debate sobre a implementação da Via 276, prevista no Plano Diretor de Belo Horizonte, ligando a Avenida Bandeirantes à Avenida Mem de Sá. **Dessa forma estas comunidades têm a chance de coadjuvantes a agentes proativos e possíveis beneficiários de um projeto que tem o interesse de toda a cidade.** (...) O setor oeste da Via 276, fora do território de nosso plano, vem sendo chamado de Anel da Serra e faz parte do polêmico projeto de implementação de uma “segunda Avenida do Contorno” atravessando áreas de interesse ambiental na Serra do Curral. (PGE, p. 7) (destaques da autora).

A partir dos destaques dados, pretendo chamar a atenção não para o lugar da Avenida do Cardoso (fragmento da Via 276 ou Anel da Serra) dentro do Aglomerado da Serra, mas para o seu inverso: o lugar desse aglomerado no ordenamento territorial da metrópole, que tem na Via 276 um fundamento estratégico de sua reprodução para a valorização ampliada do capital que se reproduz no e pelo imobiliário na conformação dos espaços (re)produzidos que, expresso claramente, não se restringem às imediações do Aglomerado, como em princípio se poderia pensar dentro da reduzida concepção de segregação socioespacial. O que o PGE do Aglomerado da Serra explicita de forma bastante clara é o modo como as classes dirigentes e dominantes, respaldadas sob a

aparente consideração das necessidades da favela, assenhoreiam-se desses espaços precários e os reproduzem em função da necessidade de reprodução do capital que opera em escala metropolitana. O citado Anel da Serra, cuja integração deverá extirpar a Favela do Taquaril e o Aglomerado da Serra para conformar os dois eixos viários de acesso à área central, tem em seu “horizonte” ou na sua “outra ponta” dois grandes empreendimentos imobiliários em vias de planejamento e licenciamento: o de Águas Claras, incorporado pela Vale, e o da Mineração Lagoa Seca, do grupo de mesmo nome, cuja propriedade é da família Pentagna Guimarães, empreendedora do Belvedere II e III. Se o provimento dos equipamentos de urbanidade é um direito histórico, que no caso de algumas das favelas do Aglomerado da Serra começam a chegar com mais de 60 anos de atraso, não podemos desconsiderar a dimensão em que o direito, em alguma medida, constituiu-se em veículo da valorização de um capital que se valoriza na (re)produção do espaço. E, principalmente, que esse é também um dos lugares do PGE dentro da valorização do valor que inscreveu a produção do espaço nos circuitos de valorização.

Assim, contraditória e perversamente, é no momento em que se conhece de maneira mais aprofundada e detalhada as favelas que estas têm sido re-ordenadas em função das necessidades de reprodução ampliada da metrópole. No entanto, isso, afinal, não é propriamente uma novidade, já que permanecem com surgiram: como uma necessidade estrutural da urbanização. O que se explicita agora são, então, apenas os novos termos de um velho processo.

3.7 – O lugar do/para o Programa Vila Viva já implantado³⁴⁹: a formação do Aglomerado da Serra

O Aglomerado da Serra situa-se no limite entre as chamadas regiões centro-sul e leste da capital e é composto por seis favelas que fazem divisa com os bairros Mangabeiras e Serra, situados na região sul; com São Lucas, Novo São Lucas e Santa Ifigênia, na região leste; além do Parque das Mangabeiras e do Parque da Baleia. A seguir (Figura 4), é possível observá-lo inscrito em Belo Horizonte e, no encarte à esquerda (Figura 3), o contorno e a divisa das favelas:

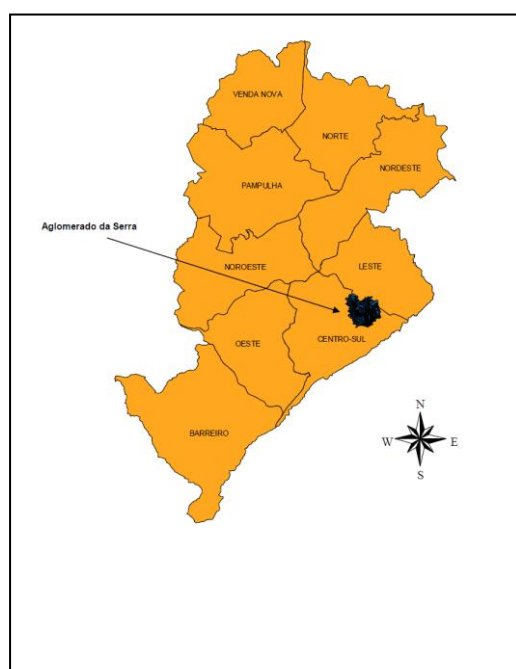


Figura 3: Localização do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. CAMARGOS, 2005 Apud ALMEIDA, 2006.

³⁴⁹ Embora o Programa de “urbanização” Vila Viva tenha se constituído na forma adotada pelo governo para empreender o reordenamento territorial das favelas para revalorização do espaço urbano da metrópole, a análise aqui realizada considera, essencialmente, o processo que se materializou no Aglomerado da Serra. Essa restrição deve-se, essencialmente, a dois fatos. O primeiro é que somente no Aglomerado da Serra o Vila Viva já foi concluído. No Taquaril e Morro das Pedras o programa está em fase inicial. Principalmente em função de problemas com o consórcio construtor dos apartamentos do Vila Viva, o cronograma está bastante atrasado e, segundo Aderbal Freitas, um dos coordenadores do Vila Viva da Serra, este deverá ser reestruturado. Também contribui para o atraso o fato de o aporte de recursos para financiamento do programa ainda não ter sido feito integralmente. O segundo fato é que, a meu ver, pelo detalhamento do processo que envolveu o Aglomerado da Serra, é possível apreender o sentido da reestruturação metropolitana que tem no reordenamento das favelas um de seus aspectos centrais. Quanto à Favela São José, que foi totalmente removida pelo Vila Viva, esta será considerada no capítulo quatro, no bojo das reflexões que envolvem a região norte de expansão da metrópole.

Embora possam ser consideradas em seu conjunto, há diferenças significativas que se revelam em cada uma das favelas que compõem esse Aglomerado. Não apenas em função das características de suas formações específicas, mas também em função de sua longevidade. Assim, tem-se, nesse aglomerado, uma favela cuja formação remete às condições postas pela urbanização de Belo Horizonte na década de 1920 – Nossa Senhora da Conceição – e outra que foi formada nas condições da década de 1990 – Favela Novo São Lucas.

Esse conjunto de favelas ocupa uma área correspondente a 148,93 ha³⁵⁰, sendo a maior parte localizada na região centro-sul. Embora de localização estratégica, até meados da década de 1970 não despertou o interesse da construção civil, na medida em que seu perfil geológico-geomorfológico não era tão atraente para sua incorporação, situação que se modificou na década citada, quando se delimitou o Parque das Mangabeiras, que se constituiu em importante equipamento de contenção da expansão das favelas Nossa Senhora de Fátima e Marçola. Mas o desinteresse até essa década veio não só pela predominância de quartzito fraturado e filito em suas terras, mas também por se tratar de uma área com significativo número de nascentes e talvegues e, ainda, por apresentar inclinação superior a 47° graus em diversos pontos do terreno. As figuras a seguir são croquis do relevo de algumas das seções geológico-geotécnicas das favelas que integram o Aglomerado da Serra. Em todos eles é possível observar a referência ao filito e a inclinação referidas, fatores que, somados, tornaram essa área desinteressante em um período em que havia outras opções para a indústria da construção civil.

³⁵⁰ Há uma pequena divergência em relação a esse dado no PGE. Em alguns documentos que o integram, o número é de 148,93 hectares (a que também se chega pela soma dos hectares de cada favela). Contudo, há passagens no PGE que fazem referência a uma área de 150,14 hectares.

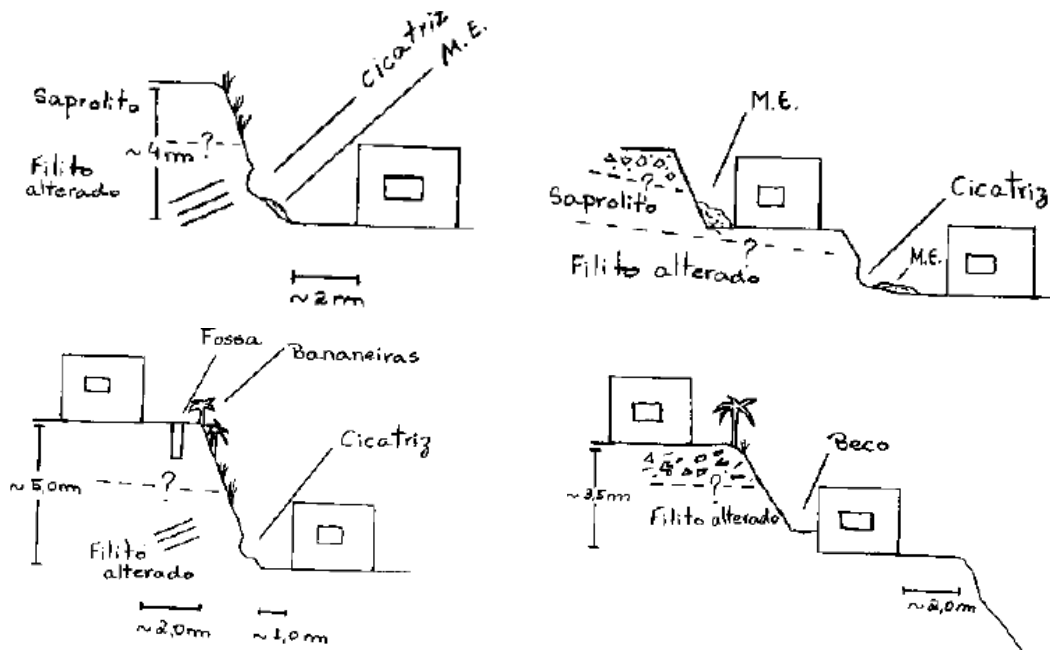


Figura 4: Seções geológico-geotécnicas da favela Santana do Cafezal.
 Fonte: PGE – Aglomerado da Serra

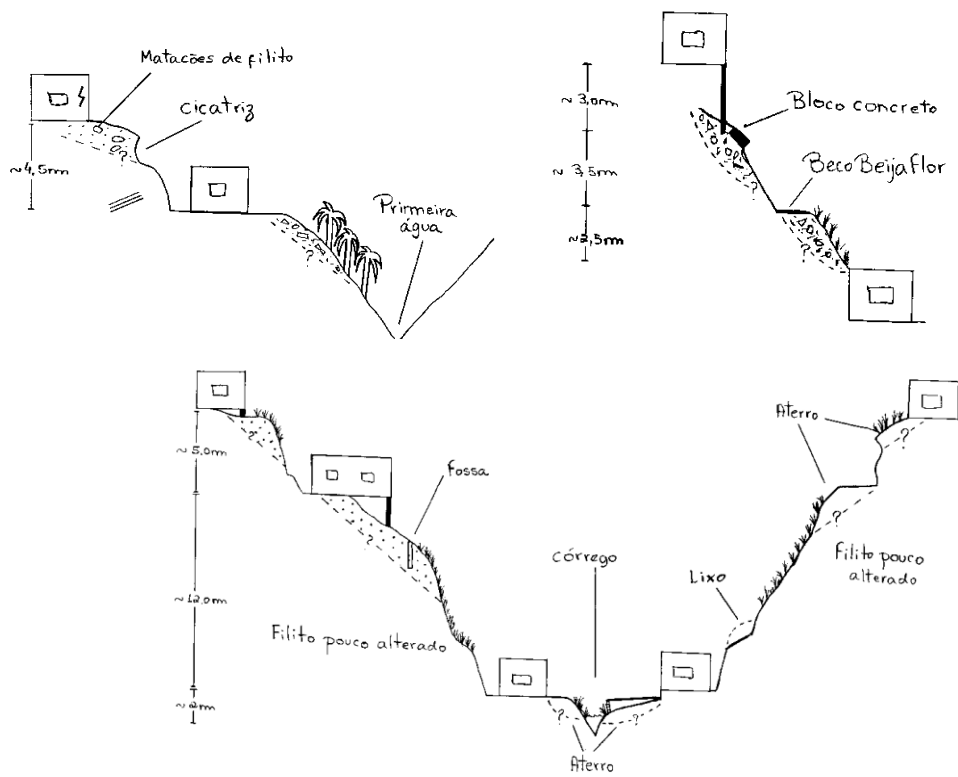


Figura 5: Seções geológico-geotécnicas da Favela Nossa Senhora de Fátima.
 Fonte: PGE – Aglomerado da Serra.

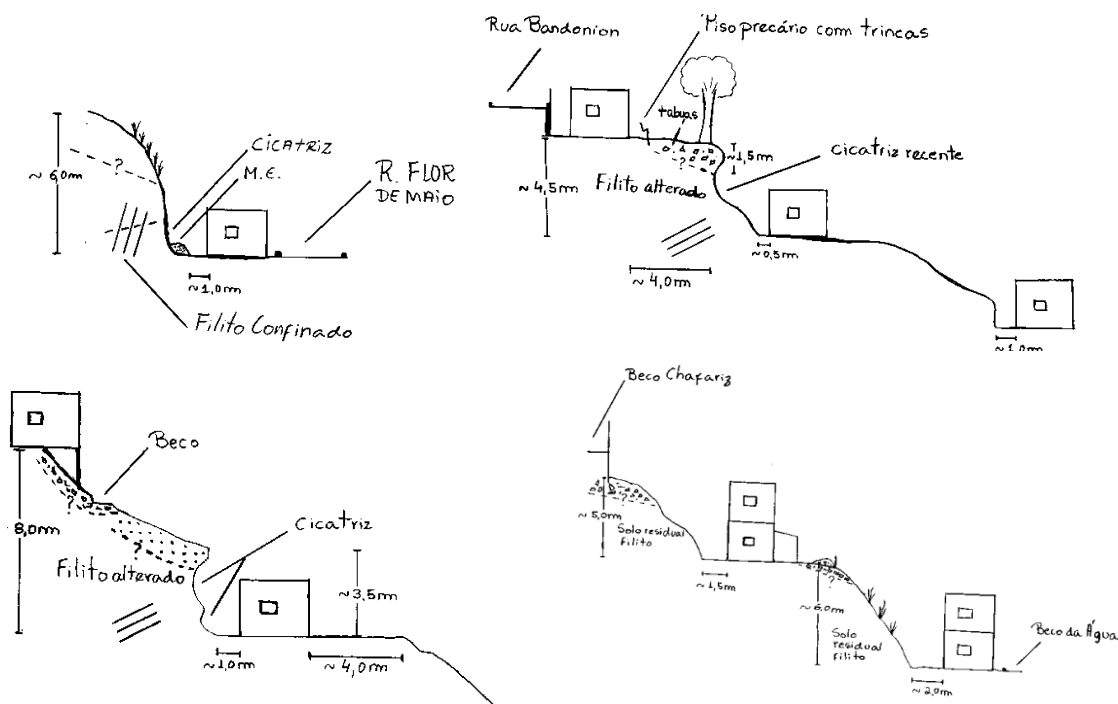


Figura 6: seções geológico-geotécnicas da Favela Marçola. Fonte: PGE – Aglomerado da Serra.

As características citadas são, em geral, expressão da afirmação de que “as características fisiográficas da área em estudo não são de forma geral favoráveis à ocupação”³⁵¹, porque esta demandaria elevados custos. Tal configuração ajuda a compreender o porquê de essa área, embora de localização favorável, não ter sido ocupada pelos bairros formais que fazem divisa com as favelas do aglomerado e, também, por que se tornou objeto de ocupação das famílias que chegavam a Belo Horizonte vindas do interior e que não conseguiam se estabelecer (caso da formação de Nossa Senhora da Conceição e Aparecida, principalmente) e/ou das famílias que haviam sido removidas de outras favelas no caminho da modernização da capital, como foi o caso de Marçola e Santana do Cafezal.

Das seis favelas que integram o Aglomerado da Serra, a primeira área a ser ocupada foi a que conformou a favela Nossa Senhora da Conceição, na divisa com o bairro São Lucas, cuja ocupação iniciou-se em 1920. Segundo relato expresso no PGE, “os primeiros moradores vieram do interior do estado, principalmente das cidades de Raul Soares, São Pedro dos Ferros, Rio Casca, Montes Claros, Teófilo Otoni, há mais de 80

³⁵¹ Diagnósticos setoriais, p. 15. PGE – Aglomerado da Serra. Segundo dados do PGE, dentro do Aglomerado da Serra há 18.74 hectares que deverão ser tratados prioritariamente, na medida em que envolvem risco iminente. (PGE, p. 17)

anos”³⁵². Ainda segundo esses dados, essa favela possui uma população de 7.828 pessoas, distribuídas em 2.217 domicílios. Se compararmos os dados do PGE de 1999 com os advindos de outras fontes, é possível perceber que, embora seja a favela de ocupação mais antiga, a Conceição continua se adensando. Conforme registrado pela PLAMBEL, em 1983 havia 4.730 residentes na Conceição. Já em 1996, o IBGE estimou que sua população era de 5.761; e em 1999, de 7.828. Por esses dados pode-se perceber o elevado crescimento demográfico dessa favela, que foi de 21,79% de 1983/1996 e de 35,87% para o período de 1996/99³⁵³.

Esses dados, em alguma medida, permitem fazer algumas inferências, principalmente quando relacionados às informações obtidas nas visitas realizadas na Favela Conceição. Nas entrevistas realizadas, a ampla maioria dos moradores entrevistados afirmou que antes de se mudarem para a favela moravam em residências alugadas nos bairros das imediações ou mesmo em bairros distantes, como Baronesa e Justinópolis, na RMBH. Segundo eles, o preço do aluguel, somado à possibilidade de tornarem-se proprietários, bem como a localização foram os fatores principais para o estabelecimento da moradia dentro da Favela Conceição³⁵⁴.

A segunda favela mais antiga do Aglomerado da Serra é a Nossa Senhora de Fátima, cujo início vinculou-se à ocupação da fazenda de mesmo nome, com área correspondente a 62,27 ha, o que a torna a favela de maior extensão do Aglomerado. Sua população em 1999 era de 13.291 habitantes, sendo que também se encontra em processo significativo de adensamento, crescendo a taxas superiores a 25%. Segundo relato de moradores antigos (também expressos no PGE), a favela constituiu-se à margem

³⁵² PGE, p. 56. Além destes, nas visitas que fiz à favela, encontrei moradores de Prado, também do interior de Minas Gerais.

³⁵³ Segundo dados de 1960 da Fundação João Pinheiro, estima-se que em 1958 a Favela Conceição, então conhecida como “Vai quem quer”, possuía 1.018 habitantes. Já em estudo de 1966, sua população era de 4.062 habitantes, distribuídos em 824 municípios. Esses dados indicam que o adensamento insere-se em um processo histórico. Conforme inferido no próprio PGE, é possível que o adensamento da Favela Conceição nesse período, bem como o das demais favelas que compõem o Aglomerado da Serra, tenha ocorrido em razão da “política” de remoção de favelas adotada nesse momento na capital em função, principalmente, dos eixos viários estruturantes da modernização da metrópole.

³⁵⁴ Talvez por ser de ocupação mais antiga (portanto, de uma área em melhores condições), a Favela Conceição não apresenta grande número de áreas de risco elevado ou iminente. Conforme dados do PGE, estes são registrados apenas na seção 4 (risco alto a iminente), e na seção 5, onde o risco é de médio a alto. Já nas seções 1, 2, 3 e 6, o risco foi qualificado como baixo. Dessa maneira, pelo critério de risco, apenas duas moradias foram indicadas para remoção no Vila Viva.

da área de passagem de animais que faziam o transporte de víveres na região. Embora seja área de grandes dimensões, possui, nos termos da avaliação do PGE, uma geologia-geomorfologia bastante complexa,

marcada por três grandes talwegues principais encaixados, onde as declividades são elevadas e onde ocorre a concentração da água pluvial e do esgoto da sub-bacia. Essas características físicas do terreno requerem de forma geral intervenções mais elaboradas e onerosas. (PGE, p. 21)

Foi nessa favela que se encontravam cerca de 50% das áreas consideradas de alto risco e risco iminente, presentes dentro do Aglomerado da Serra, o que fez com a população de setores inteiros desta – como os setores da 1ª, 2ª e 3ª Água – fosse totalmente removida, sendo que grande partes das famílias foi direcionada para os apartamentos do Vila Viva construídos nas imediações desses setores. Outro fator significativo no engendramento das remoções que ocorreram na Fátima foi a efetivação da Via 276 – denominação do Plano Diretor de Belo Horizonte de 1996 – ou Avenida do Cardoso, denominação do PGE³⁵⁵. A foto a seguir foi registrada na porta de um dos apartamentos do Vila Viva, com código de identificação da URBEL, propositalmente desconfigurado:



Foto 6: Código de controle da URBEL fixado na porta de um apartamento de uma família composta por dois moradores (casal) removidos da favela Nossa Senhora de Fátima e reassentados em um edifício do Vila Viva. Esse prédio já foi entregue há 4 anos. Registro da autora, em junho de 2011.

³⁵⁵ A questão que envolve a Avenida do Cardoso está presente na Favela de Nossa Senhora de Fátima desde o OP de 1995. Contudo, o que foi demanda dos moradores da favela foi a canalização do córrego do Cardoso no final da Avenida Mem de Sá. Contudo, desde esse mesmo período a constituição de um lugar de passagem por dentro do Aglomerado já estava presente no ordenamento territorial da metrópole, na forma da via 276.

Embora o diagnóstico do PGE tenha indicado que na favela Nossa Senhora de Fátima “as zonas críticas de risco estão basicamente localizadas ao longo dos talvegues das três drenagens principais” (1ª, 2ª e 3ª Água), a indicação foi de “intervenções [que] necessitam de contenções de grande porte” **ou** “remoção definitiva das moradias envolvidas e a recuperação da área com contenções e outros”, configurando-a como área ‘não edificante’. (PGE, p. 23). Mas, ainda que existente, a primeira opção foi desconsiderada, sendo que na atualidade essa área da Favela Nossa Senhora de Fátima constitui-se em três dos cinco parques ambientais construídos dentro do Aglomerado, como pode ser observado nas fotos a seguir:



Fotos 7, 8 e 9: Parque da 3ª Água, construído pelo Vila Viva. Fonte: Material de divulgação Vila Viva.

No planejamento inicial, esses parques deveriam se reverter em áreas de uso público, pela construção de equipamentos de lazer. Contudo, apesar do saneamento, bem como do investimento em alguns equipamentos de lazer, a área não parece ainda ter sido reapropriada pelos moradores do aglomerado. A figura a seguir é do mapa multissetorial

elaborado para apresentar as ações Vila Viva e da área propriamente dita, que representa os principais lugares afetados da favela Nossa Senhora de Fátima:

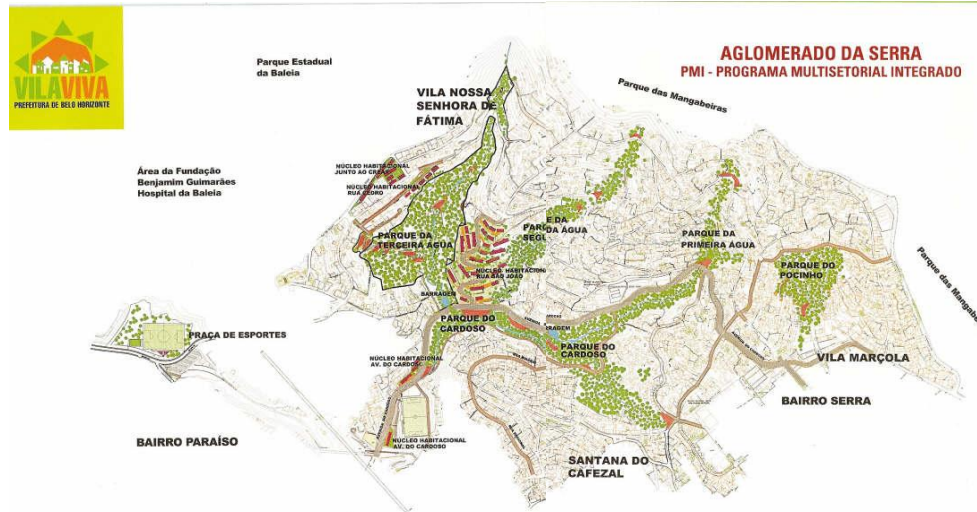


Figura 7: Mapa multissetorial integrado do Vila Viva, registrando os parques ambientais da 1ª, 2ª e 3ª Água (parte superior da direita para a esquerda). Entre os parques da 2ª e 3ª Água (parte superior à esquerda), observam-se também retângulos rosa e laranja, indicando o lugar em que foram construídos alguns prédios para realocação das famílias removidas. Material de Divulgação Vila Viva.

Já a foto a seguir demonstra como se encontra a área após a ação do Vila Viva. As unidades habitacionais no centro da foto correspondem aos retângulos da figura anterior, entre os parques da 2ª e 3ª Água.



Foto 10: Parque da 3ª Água (na base da foto), prédios do Vila Viva (no meio) e vegetação do Parque da 2ª Água (na parte superior). Trata-se de parte da favela Nossa Senhora de Fátima representada no mapa multissetorial do Vila Viva. Registro da autora.

A terceira favela de ocupação mais antiga do Aglomerado da Serra é a Nossa Senhora Aparecida. No período da elaboração do PGE, sua população era de 6.166 habitantes. A favela ocupa uma área correspondente a 14,19 ha, o que lhe confere densidade populacional acima de 430 habitantes/ha. De ocupação consolidada (essa favela é de 1950), registra apenas 0,1% das áreas de risco alto e iminente existentes no Aglomerado, havendo a indicação de apenas uma moradia a ser removida na Rua Calábria. A foto a seguir – do mapa multissetorial do Vila Viva – expressa a não ação efetiva nessa favela em função de suas necessidades específicas. Contudo, para além do que lhe era específico, ocorreu na Favela Aparecida a construção de unidades habitacionais para reassentamento de moradores removidos de outras favelas. Já a figura seguinte, integrante de material de divulgação do Vila Viva do Aglomerado da Serra, expressa uma das ações desenvolvidas dentro da Favela Nossa Senhora Aparecida.



Foto 11: representação da Favela Nossa Senhora Aparecida no mapa das intervenções multissetoriais do Vila Viva, com destaque para as unidades dos conjuntos habitacionais construídas para reassentamento de famílias removidas. Registro da autora.

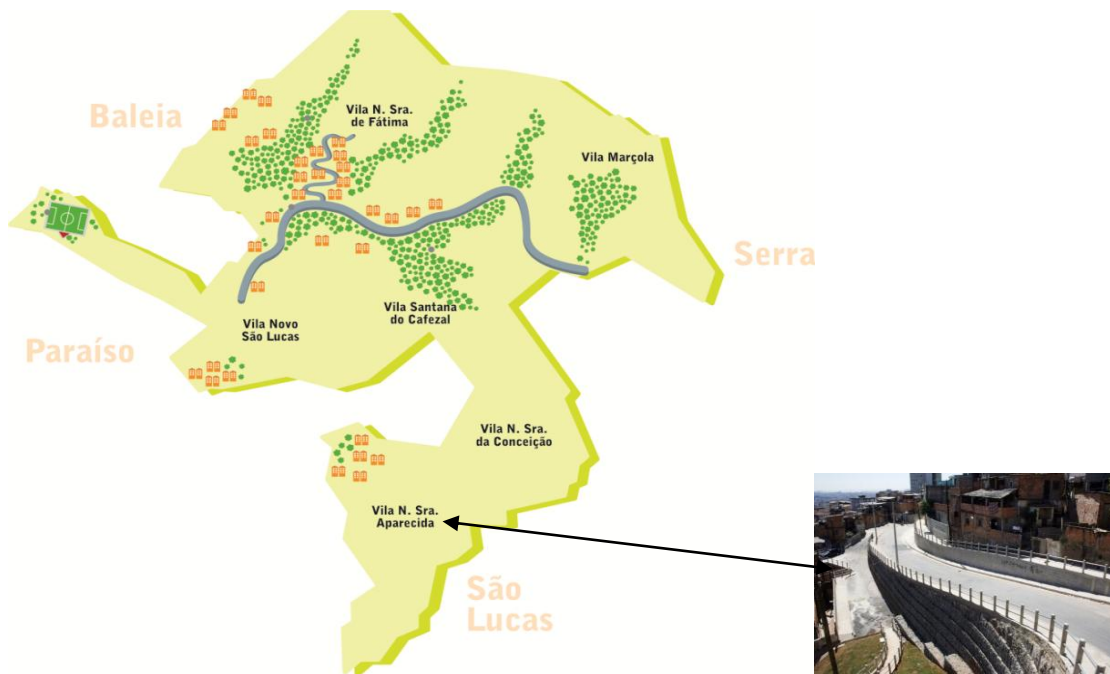


Figura 8: Pavimentação da Rua Arauto, uma das ações do Vila Viva dentro da Nossa Senhora Aparecida, demandada pelos moradores.

Outra favela que integra o Aglomerado da Serra é a Marçola, situada nas imediações do bairro Mangabeiras e do parque de nome correspondente. A favela Marçola possui uma área de 22,23 ha, ocupada em 1999 por 7.944 habitantes. Embora possua densidade populacional média em relação ao Aglomerado, apresenta, juntamente com a Santana do Cafezal, maior verticalização, processo que se verifica já em curso nas demais favelas. Na Marçola ocorreu elevado número de remoções, em função da construção do Trevo Bandoneon no início da Avenida do Cardoso, de unidades habitacionais e do Parque do Pocinho, como pode ser observado na figura do mapa multissetorial indicado anteriormente.

Porém, essas não foram as primeiras remoções que redimensionaram (para reduzir) a área ocupada pela favela Marçola. Segundo histórico expresso no PGE, a ocupação inicial dessa favela ocorreu a partir de onde hoje se encontra o Minas Tênis Clube II, construído na década de 1990, alcançando também a rua do Hospital Evangélico. Segundo moradores com os quais conversei no momento da pesquisa (o que também foi registrado pelo PGE), os períodos das remoções foram bastante conturbados, já que estas se deram com forte repressão policial. Processo esse antecedido pela delimitação do Parque das Mangabeiras.

Já em meados da década de 1970, teve início a ocupação da favela Santana do Cafezal. Embora seja uma das favelas mais recentes, é bastante comum a denominação de todo o Aglomerado da Serra como Cafezal. Segundo relatos de moradores expressos no PGE, esse fato se deve ao período em que a mata do cafezal constituiu-se em refúgio para foragidos ou pessoas acusadas de cometimento de crimes. Todavia, essa identificação também pode se dever ao fato de a favela Santana do Cafezal ter servido de piloto para o PRODECOM na década de 1980, cuja promessa seria a de prover toda a área de 13,58 ha com equipamentos básicos, o que não ocorreu. Porém, a ação do PRODECOM atribuiu caráter diferenciado a essa favela, que é constituída por número significativo de ruas, ainda que também existam muitos becos. Também se observa nessas ruas grande número de estabelecimentos comerciais, com grande diversificação. Nas visitas que fiz às favelas que integram o Aglomerado da Serra, somente na Santana do Cafezal observei esse comércio diversificado, constituído por farmácias, lojas de roupas, lojas infantis, loja de móveis, de celulares, de eletroeletrônicos, mercearias, mercados, padarias, lanchonetes, além de sacolões e bares, estes últimos também observados nas outras favelas. Na Santana do Cafezal, também ao contrário do observado, por exemplo, na Nossa Senhora de Fátima, Conceição e Aparecida, em muitos lugares as casas terminam imediatamente onde começa a rua, não havendo calçadas ou recuos das habitações. Já nas outras favelas, pude observar a predominância de casas que, embora tivessem o portão no limite da rua ou do beco, possuíam um recuo até a habitação propriamente dita.

Segundos dados estatísticos do PGE, a Santana do Cafezal possui a maior densidade populacional do Aglomerado da Serra, com impressionantes 516,12 habitantes/ha. Dentro de sua área de 13,58 ha encontravam-se cerca de 14% das áreas de risco existentes no Aglomerado. Somados, esses fatores contribuíram para o elevado número de famílias removidas de suas casas pelo Vila Viva. Segundo afirmou Aderbal Freitas em entrevista, somente dessa favela foram removidas cerca de 400 famílias. Entretanto, esses dois fatores foram contribuintes secundários dessa remoção, já que parcela significativa desta foi removida em função da construção da Avenida do Cardoso, cuja parte relevante de sua extensão engloba essa favela. Um grande número das famílias removidas foi realocado nos apartamentos do Vila Viva, no conjunto de prédios

localizados na junção das avenidas Mem de Sá e do Cardoso. A foto a seguir expressa esse conjunto de unidades habitacionais e, ao fundo, a favela Santana do Cafezal:

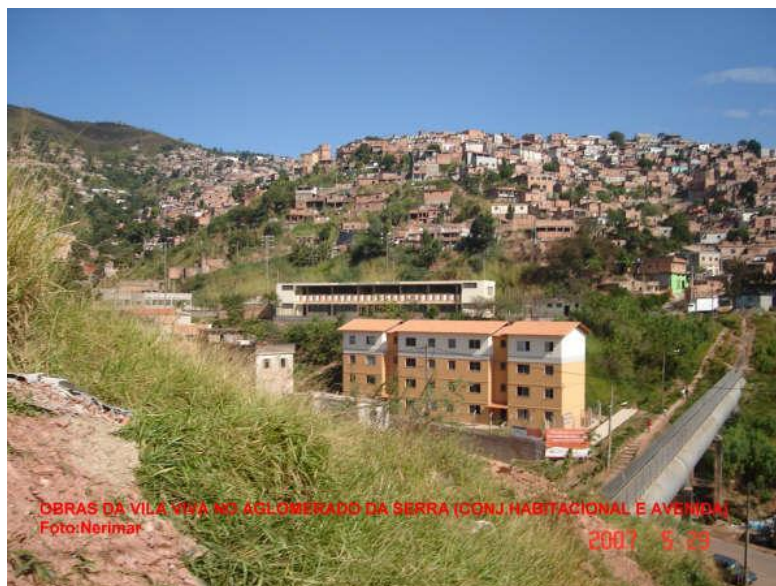


Foto 12: Registro fotográfico feito a partir da Favela Nossa Senhora de Fátima. À direita, na parte inferior, está expresso o “canal”, onde os moradores da Fátima desciam para buscar água e lavar roupas. Nesses prédios foram reassentados moradores da Fátima e Cafezal. Disponível em: <http://aglomeradodaserra.spaces.live.com/photos/cns!2EB7131F0E2CA9B4!117/>, acessado em 25 de maio de 2008.

Outro conjunto de unidades habitacionais onde os moradores da Santana do Cafezal foram reassentados foi o da Rua São João, também localizado nas imediações da Avenida do Cardoso, como pode ser observado na foto a seguir:



Fotos 13 e 14: Rua São João, após a ação do Vila Viva, com edifícios para os quais foram deslocados moradores da Fátima e Santana do Cafezal. Fonte: URBEL. Material de divulgação do Vila Viva.

Das favelas que integram o Aglomerado da Serra, a Novo São Lucas é a de ocupação mais recente, já que sua origem data de 1990. Essa é a que apresenta a menor densidade populacional do conjunto, com 210,38 habitantes/ha. Como apresenta em seu

interior áreas cuja declividade supera 47%, além de processos de escorregamento, cerca de 14% de sua área foi identificada como de alto risco ou de risco iminente. Por ser a mais recente das favelas do aglomerado, é também a que apresenta menor população, 3.848 habitantes, distribuídos em 1.022 domicílios. Conforme expresso no PGE, a partir de relatos dos moradores, a Novo São Lucas

começou a surgir na Rua Dr. Argemiro Resende Costa, que era um terreno vazio, sem nenhuma casa. A vila era um grande barranco que os primeiros moradores foram cortando para fazerem suas casas. Sua ocupação se deu com lonas e depois vieram os primeiros barracos. A ocupação foi sempre vigiada de perto pela polícia que muitas vezes usou a força para forçar a desocupação. Um dos recursos utilizados pela população era construir os barracos à noite. Outra estratégia era intensificar o adensamento populacional na busca de reforçar o poder de negociação frente às pressões contrárias à ocupação do terreno (PGE, p. 67).

Quanto à propriedade fundiária onde estão situadas as seis favelas que integram o Aglomerado da Serra, de acordo com o PGE, trata-se de um misto de propriedades públicas e particulares, sendo que há predominância do segundo tipo nas favelas Novo São Lucas e Fátima, em que 95% da área de cada uma foi considerada como de propriedade particular e 5% pública. Já na Santana do Cafezal, a propriedade particular também se constitui, mas com predominância um pouco menor, sendo 93% da área particular e 7% pública. Já nas outras três favelas a situação se inverte, sendo a predominância de propriedade pública. No caso da Nossa Senhora da Conceição, de forma bem acentuada, sendo que nesta, apenas 4% são de propriedade particular. Com um pouco menos de acentuação, mas também com grande predominância de terras públicas, o fato também se verifica na Marçola, onde 89% são de propriedades públicas e 11% de particulares. O caso de maior equilíbrio é o da Nossa Senhora Aparecida, onde 37% da área é composta por propriedade particular e 63% por terras públicas. Consideradas no universo global, pode-se afirmar que no Aglomerado da Serra predominam as áreas consideradas como de propriedade particular, principalmente se considerarmos que a área da Fátima (onde 95% são particulares) corresponde a mais de 40% da área do Aglomerado. Ainda referente à propriedade da área, em entrevista, Aderbal Freitas afirmou que, majoritariamente, as terras públicas são de propriedade do governo estadual e pequena parcela do poder público municipal. Esse fato constitui-se em grande entrave à regularização fundiária, já que, conforme expresso na legislação adotada desde o PROFAVELA, esta está condicionada à desapropriação (para o caso da propriedade privada), o que,

supostamente, torna o processo bastante oneroso para o município. Já as terras públicas estaduais dependem de acordos e convênios que, quase sempre, também são bastante morosos.

Na verdade, o que se observa é que, mesmo já havendo terminado, não houve titulação significativa dentro do Aglomerado da Serra³⁵⁶. Assim, embora em todas as favelas essa tenha sido uma reivindicação comum e, ainda, seja um dos pontos que compõem o tripé de estruturação do Plano Global Específico que norteou o programa Vila Viva e um dos norteadores das políticas de urbanização engendradas pelo Banco Mundial, ao que tudo indica, a regularização fundiária em Belo Horizonte ainda esbarra em formas bastante conservadoras. Que, bem dito, são conservadoras da propriedade nos moldes em que essa se estrutura em uma sociedade desigual como a brasileira.

Porém, o que ficou bem claro no PGE do Aglomerado da Serra foram as áreas de não titulação qualificadas como não edificantes: os parques da 1ª, 2ª e 3ª Água; o Parque do Pocinho e a área a ser doada para o Parque das Mangabeiras. Nesse ponto, chamam bastante atenção os arranjos formais e as justificativas dadas. Quanto ao arranjo, essas áreas foram normatizadas e qualificadas como Áreas de Preservação Permanente – APP, ainda que essa forma seja posterior à ocupação da ampla maioria daquele conjunto de favelas. Quanto às justificativas, seria uma forma de se evitar a habitação em áreas de risco, já que o futuro morador pensaria duas vezes antes de tomar tal atitude, pois não viria nunca a ser proprietário da área. Assim, sugere-se que estas sejam reconhecidas como “proteção de nascentes, curso d’água e talvegues, como proposição de áreas de preservação permanente ou outro uso imediato que evite ocupação posterior”. Ao mesmo tempo, também se orienta para que se confira “titulação do maior número possível de pessoas dentro das áreas consolidadas ou consolidáveis, evitando o adensamento em áreas sem infra-estrutura urbana ou que ofereçam condições de aproveitamento para uso público”³⁵⁷. Se é certo que a proposta apresentada preocupa-se com a reestruturação em função de áreas de risco que culminam com perdas de vidas

³⁵⁶ Nem mesmo os apartamentos construídos pelo programa Vila Viva estão titulados, sendo que ainda se encontram em processo. Contudo, a posse dos moradores não é o que se pode qualificar de posse precária. Isso porque, após 2 anos de moradia, caso o morador queira vender a sua unidade habitacional, tem esse direito, desde que intermediado pela URBEL, que exige que o comprador também aufera baixos rendimentos.

³⁵⁷ Relatório da etapa diagnóstico do PGE, p. 32.

humanas, também é certo que a questão é tratada parcialmente. Como pude perceber na fala de todos os moradores com os quais conversei – inclusive uma moradora da Nossa Senhora de Fátima que fora vítima em 2007 de um deslizamento que soterrara sua casa –, eles próprios percebem, conhecem esses riscos. Contudo, estão em um contexto de pouca ou nenhuma alternativa. Como um deles disse, “aqui arrisco viver, porque não tenho pra onde ir. É só por isso que arrisco.”

3.8 – Avanços, retrocessos, rupturas e permanências na reprodução da vida inscrita na reprodução ampliada do capital: reflexões sobre os sentidos e contradições que perpassam o Programa de “Urbanização” Vila Viva

Talvez, uma das frases mais repetidas – e acertadas – acerca do Programa de “Urbanização” Vila Viva seja que esse empreendimento foi o que provocou as alterações mais profundas no Aglomerado da Serra e, possivelmente, também causará nas outras favelas ou aglomerados em que está sendo implantado. Nos termos da URBEL, o Vila Viva consiste em um programa cujo sentido é o de reestruturar a favela em que for inserido e, assim, “integrá-la” à cidade. O mapa a seguir corresponde às favelas de Belo Horizonte e, dentre estas, as que estão inscritas no Vila Viva:

Universo de Atuação da Urbel Programa Vila Viva / PAC

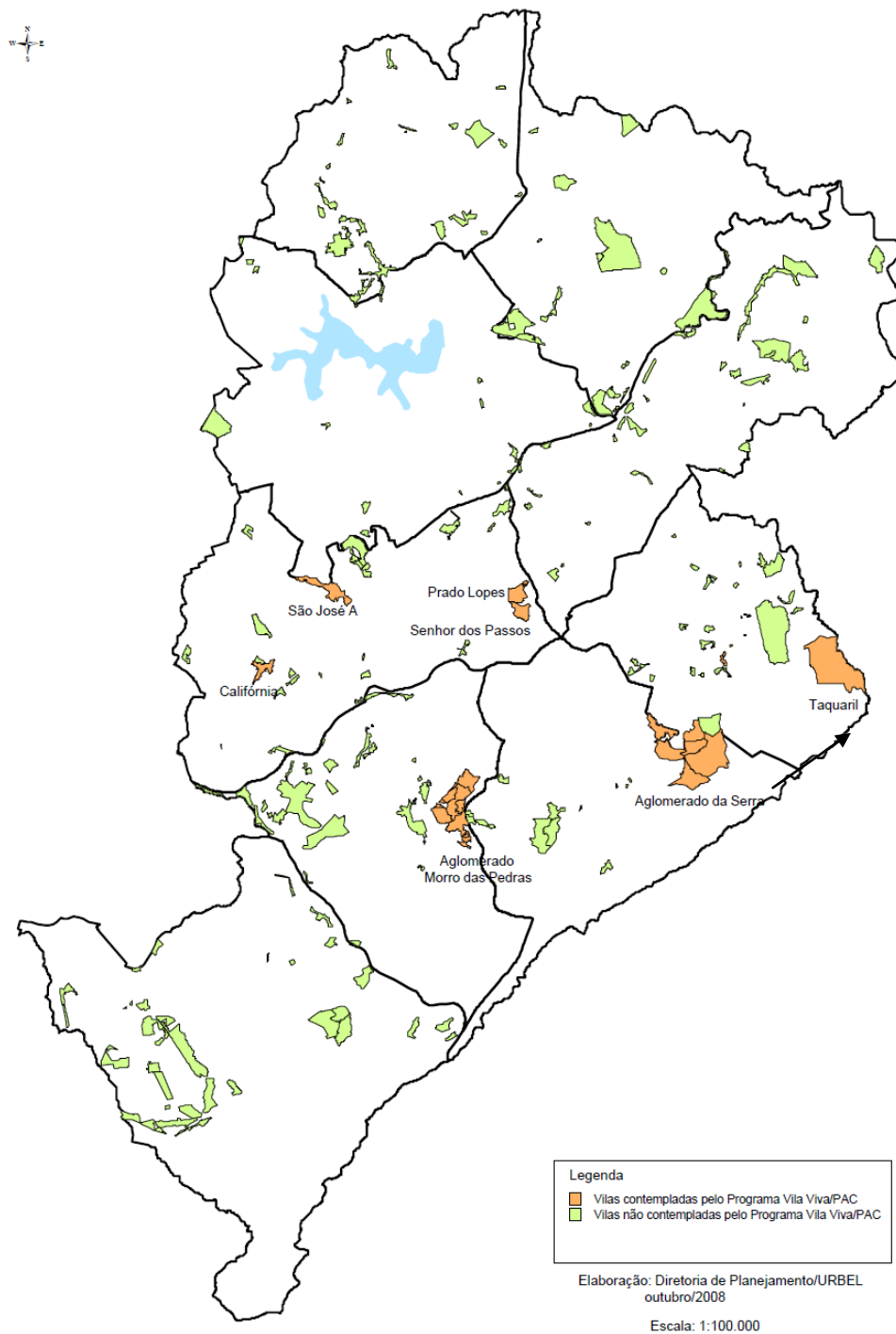


Figura 9: Mapa de atuação da URBEL nas favelas de Belo Horizonte, MG, com destaque para as favelas em que o Programa Vila Viva está em curso. Fonte: URBEL.

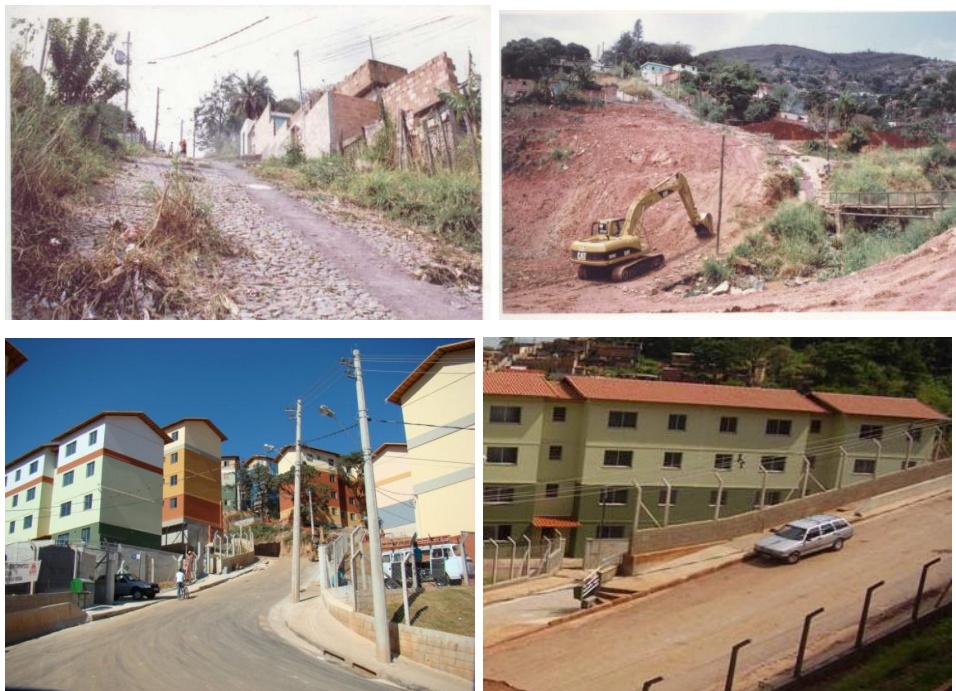
Essa “integração” se deu por meio das ações empreendidas no Aglomerado da Serra. Indubitavelmente, esse programa trouxe ganhos materiais significativos para os moradores do Aglomerado, conforme registrado pela ampla maioria daqueles com os quais conversei. Ganhos que, como bem frisou o jornalista Eduardo Costa, não foram concessões, mas conquistas que se efetivaram ao longo do processo histórico de resistência dos moradores das favelas de Belo Horizonte³⁵⁸. Especificamente e em números, esses ganhos consistem na pavimentação de mais de 30.000 m² de becos nas seis favelas, o que, para as pessoas que transitam cotidianamente, tem muito significado. Em 2007, em uma das primeiras visitas que fiz à favela Nossa Senhora de Fátima, pude sentir em que consiste a dificuldade de andar em becos de difícil travessia e de odor nauseante devido ao esgoto putrefato. Segundo a URBEL, esse número alcançou todos os becos das seis favelas. Também foram implantados sob o Vila Viva 216 postes de iluminação e cerca de 2.500 moradias tiveram o esgoto sanitário ligado à rede de saneamento formal³⁵⁹. De grande importância, essas ações – embora não sejam as que provocaram as transformações de maior alcance nas favelas do aglomerado – foram as que mais efetivamente destinaram-se aos moradores.

Já as outras ações, conforme explícito pelo programa Vila Viva, foram de caráter reestruturador. Contudo, toda reestruturação pressupõe a desestruturação do existente. Não só da forma, mas também das relações que a sustentam. E a que ocorreu no Aglomerado da Serra não foi de outra natureza. Dentre as ações reestruturantes, as de menor impacto foram a abertura e/ou prolongamento de ruas que ocorreram nas favelas do Aglomerado. O caráter reestruturador dessas ações foi, principalmente, o de ampliar as condições de acesso ao interior das favelas, viabilizando o deslocamento de automóveis e serviços como o transporte público e/ou coleta de lixo, além das viaturas policiais. Contudo, para a reestruturação empreendida, a desestruturação causada afetou, diretamente, em torno de 250 famílias, que foram removidas em função dessas aberturas

³⁵⁸ COSTA, E. Vila Viva – transformando vidas. Belo Horizonte: PBH, 2008. Pág. 13.

³⁵⁹ Na favela do Novo São Lucas foi aberta a Rua Tarumirim. Na favela Nossa Senhora de Fátima, esse processo alcançou as ruas Pedra Azul, Amizade, Cedro, Madeira, Paineiras e São João. Na favela Aparecida, foram abertas as ruas Arauto e Falcão; na favela Cafezal, a Rua Binário. Dados extraídos de: VILA VIVA – informativo do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Belo Horizonte: URBEL, 2001. Ano I. Número 01.

e/ou prolongamentos. As fotos a seguir são da Rua São João, no interior da favela Nossa Senhora de Fátima, antes, durante e após a execução das obras citadas:



Fotos 15, 16, 17 e 18: ações de destruturação e reestruturação da Rua São João, que integra a Favela Nossa Senhora de Fátima. Fonte: URBEL, apresentação de empreendimentos do Vila Viva.

A ampla maioria dos moradores removidos para a abertura das ruas referidas foi reassentada em unidades habitacionais nas imediações, quase sempre mantendo as relações de proximidade anteriores à remoção³⁶⁰. Esse fato aponta para um dos avanços significativos da política municipal de habitação incorporada pelo Vila Viva. Como uma das diretoras da URBEL afirmou em entrevista ao jornalista Eduardo Costa, em outros momentos era bastante comum as remoções ocorrerem no Barreiro e os reassentamentos serem feitos em Venda Nova, localizados a oeste e norte de Belo Horizonte, respectivamente. Nesse sentido, não há como não considerar a preocupação de manter o sujeito o mais próximo possível de suas relações anteriores como um avanço. Todavia, como é possível observar na sequência anterior de fotos, não havia na área em questão nenhum fator de risco que obrigasse a retirada dos moradores de suas casas. Havia, contudo, a condição de construção ali de conjuntos habitacionais que serviriam para a alocação de outros moradores de outras áreas.

³⁶⁰ Pude perceber esse fato (destacado pela URBEL como um diferencial do programa) nas visitas que fiz aos conjuntos habitacionais do Vila Viva. Dos cinco prédios visitados, em quatro deles os moradores do edifício mantinham relações familiares e/ou de proximidade antes do reassentamento.

Outra inovação do Vila Viva, em alguma medida reestruturadora, foi a realização de cursos de capacitação profissional para os moradores do Aglomerado. Nos quatro anos da execução do Vila Viva foram realizados cursos de capacitação para a construção civil, de auxiliares de cozinha, garçons, eletricitista de instalações prediais e jardinagem. Se importantes, é também necessário considerar que esses cursos foram, em amplo sentido, estratégicos para a execução do Vila Viva. De fato, as ações exigiam, além do conhecimento técnico, o conhecimento do território, bem como a disponibilidade dos moradores para conviver e facilitar, diariamente e por longo período, a presença e atuação dos técnicos e operários. A solução desse entrave se deu pela contratação de cerca de 80% da força de trabalho ocupada no Vila Viva dentro do próprio Aglomerado da Serra. População essa que, para ser contratada, passava pelos cursos de qualificação. Essa engenharia revelou-se bastante exitosa e, segundo relatos dos técnicos da URBEL, de fundamental importância para o transcorrer relativamente tranquilo dos empreendimentos desse programa. Claramente, ao adotar essa estratégia, a URBEL procurou lidar com uma questão delicada e de múltiplas facetas. Por um lado, essa foi uma forma encontrada para tratar, ainda que temporariamente, com um dado apontado pelo PGE, de que cerca de 30% da força de trabalho do Aglomerado estava desempregada. Capacitando-a, essa força de trabalho oferecia como vantagem ao empregador: economia no custo de transporte, já que estavam no local de realização do empreendimento; diminuição dos atrasos por desconhecimento do território, pois os trabalhadores tinham domínio sobre ele; além de evitar atrasos e desgastes nas negociações para se ter o necessário acesso à casa dos moradores na execução do empreendimento, pois, no mínimo, era casa de conhecidos. Enfim, essa estratégia (que foi fundamental para, diante das condições dadas, se executar o Vila Viva dentro do prazo de sua realização) constituiu-se em um dos feitos mais exaltados quando se fala no significado do Vila Viva. O fragmento a seguir – extraído do informativo desse empreendimento em 2008 – sintetiza esses aspectos que, se como procurei demonstrar, foram estratégicos para a execução do empreendimento, também atravessam, desestruturam e reestruturam a vida, porque alcançam os moradores no nível do vivido:

Paulo César Rosa de Oliveira e sua esposa Keidman Silva dos Santos (...) estão de mudança para novo endereço: o apartamento de 48m², com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, no Conjunto Habitacional São João, apenas a

400m de onde moravam. Juntos levam Kathlem Vitória, a filha de dois meses. Antes eles viviam num apertado “barraco” de 20m², de dois cômodos e paredes sem reboco, marcadas pelas infiltrações das chuvas, pendurado numa encosta bastante inclinada no Beco Pedra Verde, na Vila Fátima. Para Keidman a vida deve ser bem melhor na nova moradia. “Não vamos ficar preocupados com a chuva e um dia sonho mobiliar todo o apartamento”. (...) Paulo César tem mais um motivo de satisfação: após quatro meses desempregado arranhou trabalho de servente de pedreiro no canteiro de obras do Vila Viva. “Fui liberado do serviço hoje pelo encarregado para fazer minha mudança”. (...) Outros sete vizinhos do casal também estão sendo removidos para a execução de obra de alargamento da Rua Pedra Verde e a construção de muro de contenção para eliminação de risco geológico.³⁶¹

Sobre o fragmento anteriormente citado, não desconsidero que se trata de uma história perfeita para ilustrar parte do que oficialmente se diz a respeito do Vila Viva, e é só por isso que ela está ali. Mais ainda, não desconsidero que a história escolhida é aquela que, pelo menos na fala e elaboração de seus protagonistas, apresenta-se destituída de contradições. Paulo e Keidman veem apenas como positividade o que vivenciaram. Nesse sentido, trata-se da história perfeita para a publicidade positiva do Programa Vila Viva porque, nela e por ela, puderam afirmar que, se esse programa alcançou visceralmente o cotidiano dos moradores do Aglomerado da Serra atravessando-o, o fez redefinindo-o, pela extensão da história de Paula e Keidman para os demais (como, por exemplo, os outros sete vizinhos removidos para alargamento da Rua Pedra Verde) isso se deu, fundamentalmente, na forma de ganhos. E é esse motivo que fez ser essa a história escolhida para ser contada. E, como pude observar nas visitas realizadas aos moradores dos apartamentos do Vila Viva, trata-se de uma história real, que exemplifica a de muitos outros moradores que viviam em barracos apertados e no limite da insegurança, porque situados em localidades de risco iminente.

Mas essa não é a história de todos os moradores removidos. Muitos tiveram que sair para a construção daquilo que no PGE se *elegeu como estratégico*, como, por exemplo, pode ser visualizado nas fotos anteriormente inseridas relativas à Rua São João. É notório que as habitações anteriores não estavam em área de risco, mas estavam no caminho do que *tecnicamente se definiu como prioritário*. Nas visitas que fiz ao Aglomerado, após a finalização dos empreendimentos do Vila Viva, pude encontrar muitas histórias que, ao contrário da de Paulo e Keidman, são mais ricas em contradições que se revelam nos gestos, na emoção, nos olhares, nas falas reticentes, recortadas e que na rememoração

³⁶¹ Informativo Vila Viva, pág. 7.

são reelaboradas, como se estivessem sendo revividas. Exercício em que se reconhece uma ausência na presença, como refletiu Henri Lefebvre:

El recuerdo difiere de la representación por una cualidad, la de la vivencia. Mientras hay recuerdo, el pasado se enlaza con lo actual y conserva la vivacidad cambiante del presente; lo cual no significa de una presencia, sino una ausencia en la presencia. En cuanto es representado, el pasado se fija y muere tanto en la historia como en la memoria subjetiva³⁶².

Dentre as histórias que ouvi e às quais me refiro, destaco duas que, a meu ver, revelam algumas das contradições inscritas no programa de “urbanização Vila Viva. A primeira foi a de uma moradora residente há 4 anos no apartamento do Vila Viva e que, antes da remoção, viveu por 15 anos em um barracão na favela Santana do Cafezal³⁶³. Nascida na Bahia, dos seus 64 anos, viveu os últimos 19 no Aglomerado da Serra. Os outros dez anteriores, em residência de aluguel no bairro Paraíso, nas imediações do Aglomerado e, anteriormente, no bairro Céu Azul, situado ao norte da capital. Em suas palavras, a carestia fez com que a vida ficasse impossível nos bairros ditos formais. A saída encontrada foi quando um de seus filhos, já morador da Santana do Cafezal, negociou uma área então desocupada, possibilitando sua mudança para lá. Embora fosse uma área relativamente extensa (aproximadamente 300m), localizava-se à margem de um córrego que servia de condutor de dejetos dentro da Santana do Cafezal. A casa – de três cômodos, sala, quarto e cozinha, mais a varanda –, que foi construída por ela e pelos filhos com a ajuda dos vizinhos, havia sido invadida pelo córrego por pelo menos cinco vezes (conforme ela se lembra) durante esses quinze anos, o que provocava grande incômodo no período de chuvas, já que a obrigava sair de casa por alguns dias. Cotidianamente, porém, o que mais a incomodava era o odor constante advindo do esgoto ou de animais mortos lançados no curso d’água a montante. Ao chegar nesse ponto do relato, minha representação construída era a de que se tratava de uma moradora muito satisfeita em

³⁶² LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones.. Obra citada. Pág. 69.

³⁶³ Nas histórias que relato, optei por não usar os nomes dos moradores, embora todas as entrevistas usadas tenham sido autorizadas por eles, inclusive para gravação. Contudo, percebi que as histórias, em alguma medida, se repetiam, sendo que, embora específicas, eram moldadas em um processo que atravessou o cotidiano de muitos desses moradores. Também faço a escolha da não identificação como forma de preservação. Principalmente nos apartamentos do Vila Viva, pois todos são codificados, porque acompanhados pelo Programa Pós-Morar. A meu ver, identificá-los reforça, de alguma forma, esse movimento de acompanhamento e análise da vida de cada um que, entre as perdas que se revelam, explicita-se a perda do direito à privacidade da vida.

morar no apartamento do Vila Viva: sem odor desagradável, sem inundação que provocava transtornos ou perdas. Contudo, fui surpreendida quando ela afirmou que, apesar de tudo isso, a vida era melhor. Era melhor porque tinha terreiro onde plantava horta, árvores frutíferas onde crianças iam buscar manga, goiaba etc., criava galinhas e porcos, o que, segundo ela, lhe permitia comer bem. Afirmou também que gostava de fazer churrasco no domingo, quando reunia os filhos e os netos que brincavam na área que era a sua casa... No apartamento do Vila Viva, quando os netos chegam e brincam (de bola e bicicleta dentro do apartamento), os vizinhos reclamam, já que causa ruídos que, ela mesma reconhece, incomodam os moradores, principalmente a senhora do andar inferior. No fim dos domingos ou seus netos estão chateados porque não puderam brincar direito ou ela está indisposta (em seus termos, “brigada”) com a vizinha de baixo, que ela conheceu no Vila Viva, mas de quem gosta muito, pois a ajuda a cuidar de suas plantas, que cultivava na encosta atrás de seu prédio. Ao perguntar-lhe sobre o porquê da escolha do apartamento, respondeu que foi assim instruída, já que a indenização de sua casa não alcançaria mais que R\$15.000,00, quantia insuficiente até mesmo para comprar outra moradia dentro do próprio Aglomerado. Dos apartamentos que visitei, foi um dos que menos apresentava alterações em relação ao original e cuja disposição dos pertences mais se assemelhava à observada no interior dos barracões. Ao contrário da maioria, o apartamento continuava com piso de cimento queimado e a cozinha sem revestimentos. A moradora modificou apenas a pintura, pois achava a cor branca muito sem graça. No caminho da desestruturação de uma vida que se reestrutura, as possibilidades e limites do apartamento de dois quartos com 48m² consubstanciou-se em sua única alternativa.

Foi também nesse conjunto de edifícios que encontrei outra família que representa a desestruturação que alcança e atravessa o nível do vivido. Dos três membros cadastrados para a mudança para o apartamento do Vila Viva, apenas mãe e filha se mudaram. Do aviso da desapropriação até o momento da mudança efetiva, ocorreram alterações significativas na vida que se desenvolve. Mãe, filha e padrasto moraram por 40 anos em um lugar na margem esquerda do que hoje é a Avenida do Cardoso. Da habitação antiga, a mãe se lembra das festas, dos encontros que aconteciam em fins de semana. Embora a casa fosse pequena, a área ocupada era bem grande. O que ajuda a dar

essa dimensão é que, no lugar desta, foram construídos dois edifícios do Vila Viva, nos quais residem 16 famílias. A remoção da família citada não foi motivada porque ela estava em área de risco alto ou iminente, mas porque esta era estratégica demais para a construção da referida avenida. Em princípio, essa família seria assentada em um apartamento de três quartos. Mas, até que este ficasse pronto, a família foi inscrita no programa Bolsa Aluguel, condição em que residiram por pouco mais de um ano. Cerca de dois meses antes da mudança definitiva para onde moram na atualidade, o padrasto veio a falecer, portanto apenas mãe e filha mudaram-se para o apartamento do Vila Viva. Segundo uma das moradoras, após a morte do padrasto o apartamento foi redefinido e elas foram remanejadas para outro apartamento em outro edifício, sendo esse de dois quartos, o que causou grande desgosto em ambas, já que o anterior era de três quartos. Contudo, não foi apenas esse o motivo de desgosto. Segundo elas, cerca de pouco mais de um ano antes da remoção a que os três foram sujeitos, o padrasto havia se aposentado, o que lhe permitiu resgatar seu FGTS. Todo esse recurso foi utilizado na reforma e melhoria da casa que construíra ao longo dos últimos 40 anos, onde investiu parcela considerável do que acumulou ao longo de sua vida. Quando souberam da remoção, tentaram resistir a ela. Porém, por não deterem o título da propriedade, não tiveram outra alternativa e foram obrigados a sair. Para a esposa e a enteada, esse fato lançou-o em um processo de fragilização que, segundo ambas, contribuiu para a debilidade de sua saúde. Assim como é impossível dizer que a remoção tenha sido decisiva no desencadeamento dos fatos, do mesmo modo é difícil não pensar nas possíveis relações entre eles.

Das quase 2.500 famílias removidas, 864 foram reassentadas nos apartamentos do Vila Viva, construídos em localidades diversas dentro do Aglomerado da Serra. A escolha dessas famílias foi balizada por dois critérios fundamentais: as que efetivamente escolheram mudar-se para os apartamentos e aquelas cuja indenização seria insuficiente para a compra da nova moradia. Segundo critérios estabelecidos pela URBEL, todo morador que recebe a habitação pelo Programa Municipal de Habitação deve permanecer nesta por pelo menos dois anos. Essa exigência deve-se ao fato de haver grande resistência dos moradores em serem reassentados em habitações verticais, o que também

pude perceber com as famílias com as quais conversei. Contudo, após esse prazo, se for de interesse do morador, ele pode vender o apartamento, havendo, no entanto, condicionantes. A operação de venda, obrigatoriamente, necessita ser consentida pela URBEL. Esse fato pode indicar, por um lado, relativo cuidado da instituição no sentido de garantir que o morador beneficiado não seja lesado em relações futuras, o que poderia levá-lo às condições anteriores. Mas, por outro, essa política traz em si certa dimensão que pressupõe a *heteronomia do sujeito*, já que, no limite, o fundamento é que o morador não teria condições de, sozinho, lidar com a relação de transação imobiliária. Há, dessa maneira, uma contradição que se coloca no cerne da propriedade: isso porque, ao receber a unidade habitacional, o que o morador recebe é uma *cessão de direito de moradia*. Ou seja, a propriedade permanece sendo do município, e o morador recebe apenas a concessão para morar ali. Talvez seja por isso que essa relação assuma, de certa maneira, também a forma de uma relação de tutela, o que, por outros caminhos, é também a reafirmação histórica de um dos meios do município de lidar com as favelas e seus moradores.

Assim, no caso dos moradores removidos para as unidades habitacionais construídas sob o Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra, conforme já foi dito, a obrigatoriedade de permanência no imóvel é de pelo menos dois anos. Após esse período, a família que assim o quiser poderá “vender” a cessão de direito, desde que sob a anuência da URBEL, mesmo que o que esteja sendo vendido não seja o título de propriedade da habitação. Mas sob a mediação da URBEL (inclusive para o caso de uma titulação futura, já que no caso do Aglomerado, segundo Aderbal de Freitas, haverá titulação), o comprador da cessão de direito fica regularizado.

Segundo um dos corretores de imóveis que atuam no Aglomerado da Serra, outra exigência feita pela URBEL é que o novo comprador também seja classificado como de baixa renda. Segundo ele, o movimento de comercialização de apartamentos do Vila Viva, embora ainda seja incipiente, vem aumentando, o que também pode ser comprovado pelos imóveis colocados à venda em sítios eletrônicos³⁶⁴. Nos 15 dias anteriores à

³⁶⁴ Como exemplo, há a Taylor Imóveis (5 apartamentos com preços variando de R\$55.000,00 a R\$65.000,00; ou www.minhamoradia.com.br (também cinco apartamentos, todos por R\$40.000,00). No

entrevista, esse corretor havia vendido dois apartamentos de dois quartos e outros dois de três quartos. E ainda havia cadastrados outros cinco para venda. Conforme informação do próprio, o preço médio do apartamento de dois quartos em junho de 2011 era de R\$42.000,00, e do de três, R\$48.000,00, com tendência de elevação, principalmente daqueles em que os moradores fizeram melhorias, caso de um apartamento de três quartos que havia captado para venda e estava em vias de fechamento do negócio, cujo preço a ser auferido era de 56.000,00. Mas o que efetivamente foi responsável pela elevação e poderá provocar significativo aumento do preço será o título de propriedade, o que poderá ocorrer nos próximos dois anos. Nesse ponto, esse corretor em específico foi acompanhado por outros dois com os quais conversei e que também atuam no Aglomerado: todos estimam que, após a emissão dos títulos de propriedade, os preços deverão alcançar cifras de R\$120.000,00 e R\$150.000,00, para dois e três quartos, respectivamente³⁶⁵, As fotos a seguir registram a fachada de uma corretora que atua na região em questão, na qual havia o anúncio de apartamentos que, conforme verifiquei, são das unidades habitacionais do Vila Viva:



Fotos 19 e 20: Anúncios de quatro apartamentos do Vila Viva à venda. Os demais (casas e barracão) são de imóveis localizados dentro da Nossa Senhora de Fátima. Fonte: registro da autora.

anúncio de vendas de todos os dez imóveis oferecidos há fotos, o que permite perceber que não se trata dos mesmos apartamentos em imobiliárias diferentes).

³⁶⁵ Embora tenha conversado com três corretores que atuam no Aglomerado da Serra em dias diferentes, e todos tenham afirmado haver a tendência de elevação do preço dos apartamentos, ao perguntar-lhes em que especificamente se baseava essa avaliação, todos se referiram à possibilidade de titulação. E ao perguntar-lhes sobre a deterioração natural de uso, o que tende a inverter ou a reduzir a elevação, disseram que o preço já considera essa depreciação. Já outros dois corretores com os quais conversei por telefone estimam o preço entre R\$90.000,00 e R\$100.000,00, respectivamente.

Os primeiros apartamentos do Vila Viva, localizados no encontro da Avenida do Cardoso com a Avenida Mem de Sá, foram entregues há cerca de 4 anos, o que possibilita a algumas famílias esse movimento. Porém, como destacaram os corretores (e também a URBEL), esse movimento de vendas corresponde a menos de 2% das unidades do Vila Viva³⁶⁶.

Ainda de acordo com os corretores entrevistados, dois motivos são mais perceptíveis nos moradores que estão dispostos a vender o apartamento em que foram reassentados. O primeiro tem a ver com a mudança para sua cidade de origem. Foi esse o caso de três apartamentos vendidos anteriormente. O segundo é o interesse em voltar para dentro do próprio Aglomerado. Essa foi a situação de outros três que venderam os apartamentos e compraram (com o mesmo corretor) dentro do Aglomerado um imóvel cerca de R\$10.000,00 mais barato que o vendido. Ao lhe perguntar se esse era um critério para a viabilização do negócio, afirmou que sim, que há sempre o objetivo de “fazer sobrar uma diferença”, perguntando-me se eu achava que a troca se daria para ficar do mesmo jeito. Embora os dados sejam insuficientes para afirmações mais contundentes, entendo que os mesmos explicitam o modo como as práticas rentistas atravessam todos os estratos sociais.

Outra avaliação comum a todos os corretores com os quais eu conversei foi que o Vila Viva provocou um processo de intensa elevação de preço de moradias dentro e no entorno do Aglomerado da Serra. Dentro do Aglomerado, essa elevação correspondeu a aproximadamente 100%, não apenas para venda, mas também para locação. Enquanto conversava com uma moradora da favela Nossa Senhora de Fátima que para lá mudara se há seis meses, fui abordada por outro morador que, ao ouvir parte da conversa, ofereceu-me uma fração de terreno por R\$2.000,00. Ao explicar-lhe que não estava interessada na

³⁶⁶ Sobre isso, entendo como necessário esclarecer que esse universo de 2%, como ressaltou Aderbal de Freitas, trata-se de uma inferência, já que ainda há um levantamento para se auferir esse dado com exatidão. E, ainda, que a relação feita é do número de vendas em relação a todos os apartamentos construídos no Programa Vila Viva. Isso porque, se os primeiros edifícios ficaram prontos há quatro anos, há também aqueles que foram entregues a menos de dois anos e, portanto, os moradores ainda não podem comercializá-los. Faço essa referência porque em dois edifícios que visitei, na Praça do Cardoso, das cinco famílias com quem conversei, todos os moradores manifestaram a intenção de, daqui a 12 meses, venderem seus apartamentos. Informação que, contextualizada, pode não indicar tão somente que haverá venda maciça, já que, em relação às outras famílias, estas ainda estão em fase de adaptação à nova forma de residência.

compra, ofereceu-me barracões para aluguel: ele tinha dois vagando naquela semana, cujo preço para locação seria de R\$250,00 e R\$350,00, respectivamente. Após dizer que não pretendia mudar para a Fátima, mas que estava ali em função de uma pesquisa, perguntei-lhe se o Vila Viva havia provocado elevação dos preços para aluguel e/ou venda. Embora um pouco mais ressabiado, disse que esses barracões que ficariam vagos estavam alugados por R\$150,00 e R\$250,00, respectivamente.

3.8.1 – Desestruturação, reestruturação e rupturas no Aglomerado da Serra: a construção da Avenida do Cardoso

Um dos aspectos que demonstram a magnitude do Programa de “Urbanização” Vila Viva é o aporte de recursos investidos no Aglomerado da Serra sob essa “rubrica”. Trata-se de um volume de recursos que se aproxima da cifra de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), dos quais o município fez apenas o aporte obrigatório pelas leis de responsabilidade fiscal e captação de recursos, correspondente a 10% do montante investido. Nesse sentido, a captação de recursos externos via financiamento foi da ordem de R\$180.000000,00 (cento e oitenta milhões de reais), captados junto ao BNDES, CEF e o Programa Federal de Aceleração do Crescimento – PAC. Do total de recursos obtidos, mais da metade foi investida na construção da Avenida do Cardoso, considerada estratégica pelo PGE.

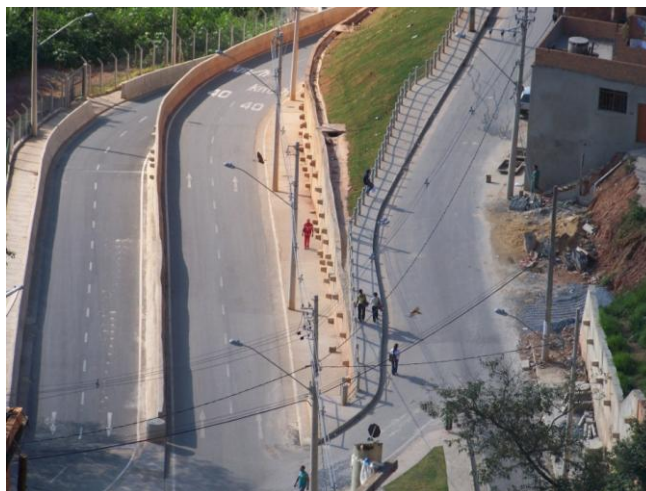
Para sua construção, ou em função desta, foi realizado o saneamento do Córrego do Cardoso e de seus afluentes, o que motivou a remoção total nas áreas conhecidas como 1ª, 2ª e 3ª Água na favela Nossa Senhora de Fátima, assim como a intensa remoção em suas margens. Isso porque, para sua execução, foram removidas todas as habitações em uma faixa de 16m de cada margem ao longo de toda a Avenida do Cardoso. Além disso, ao longo dessa avenida, foi construído o Parque Linear do Cardoso (na parte inferior da figura), um dos cinco (outros quatro na parte superior) construídos dentro do Aglomerado da Serra em função do Vila Viva. A figura e as fotos a seguir representam a Avenida do Cardoso dentro do Aglomerado:



Figura 10: Croqui do conjunto de favelas, com destaque para o modo como a Avenida do Cardoso insere-se no Aglomerado da Serra. Fonte: Material de divulgação Vila Viva – URBEL.



Fotos 21; 22; 23 e 24: Área anterior à instalação da Avenida do Cardoso, após as primeiras remoções.



Fotos 25 e 26: Trechos da Avenida do Cardoso, já concluída. Fonte: figura e fotos: URBEL, 2011.

Conforme pode ser visto pela figura e pelas fotos anteriores, a Avenida do Cardoso corta, literalmente, o Aglomerado da Serra, dividindo-o agora em uma parte localizada à esquerda e outra à direita desse eixo viário. Como também pode ser observado, em diversos pontos esse eixo viário é intransponível para o morador que, porventura, deseje atravessar essa via para chegar a determinados pontos do Aglomerado, o que outrora não acontecia. Nesse sentido, se, por um lado, inclusive para os moradores, a via do Cardoso favoreceu em ampla medida o deslocamento, este se deu apenas para aquele fundamentado no transporte motorizado, o que, por sua vez, não corresponde à condição majoritária de quem habita o aglomerado. Do ponto de vista do corpo, essa via não apenas desestrutura, mas rompe qualquer possibilidade de apropriação pela sua incorporação, o que deixa nítido que a Avenida do Cardoso não é para o Aglomerado, mas apenas está nele.

Ao transitar pela Via 276 (Cardoso), é impossível não perceber que se está atravessando uma favela. A própria morfologia faz com que em diversos pontos a favela se explicita na paisagem. Porém, pela inacessibilidade da favela à via, penso ser possível inferir que – se não foi engendrado dessa maneira, o que não é possível afirmar – o resultado final tornou-a uma via relativamente “protegida” do Aglomerado e, em alguma medida, apartada deste, apesar de nele estar localizada. Dessa maneira, de um lado (à esquerda de quem está no sentido Serra-Mem de Sá), em boa parte do trajeto da favela Nossa Senhora de Fátima o que se observa são os Parques da 1ª, 2ª e 3ª Água e unidades dos conjuntos habitacionais distribuídos em pontos estratégicos da favela que, em alguma medida e em determinados pontos, constituem-se em uma barreira em relação às habitações características da favela. Já do outro lado, à direita, há a presença marcante do Parque Linear do Cardoso e, em muitos pontos, também das unidades habitacionais do Vila Viva e de muros de arrimo (como também se observa do outro lado), construídos como forma de dar sustentação e estabilidade às encostas, tanto em função dos empreendimentos do Vila Viva quanto das próprias condições sócio-naturais encontradas no Aglomerado e pré-existentes a esse programa de “urbanização”.

Tanto em função dos recursos a ela direcionados quanto das remoções causadas, entendo ser possível afirmar que a construção dessa avenida foi o empreendimento de maior impacto e o que provocou maior reestruturação no Aglomerado da Serra, inclusive reinserindo-o – porque, a rigor, ele nunca esteve excluído – no contexto da metrópole que se moderniza pela modernização do moderno.

3.8.2 – Sentidos e contradições do que se insere no lugar, mas que lhe é externo: quando a Avenida do Cardoso (se) (trans)forma (n)o Anel da Serra

Embora de grande impacto para o Aglomerado Serra, fundamental e estruturalmente, tal eixo viário não foi produzido para esse lugar. Estando nele, a Avenida do Cardoso não é para ele, mas parte de um projeto mais geral e mais amplo que, no limite, objetiva reestruturar as dimensões de Belo Horizonte em escala metropolitana. Nesse sentido, a Via 276 constitui-se em um *fragmento* do projeto conhecido como *Anel*

da Serra que, amplamente discutido em 2005/2006, aparentemente saiu do planejamento geral da metrópole.

Como expresso no PGE e citado anteriormente, no contexto da metrópole, o Aglomerado da Serra aparece como uma *barreira* que deve ser superada como forma de integração viária. O sentido da necessidade dessa superação deve-se, principalmente, a dois aspectos: o primeiro pelas possibilidades de empreendimentos ligados aos empreendedores imobiliários (o que, nesse caso, inclui as mineradoras que ali atuam) proprietários de áreas localizadas no reverso da Serra do Curral, na região sul de expansão da metrópole. De fato, como demonstram Maysa Gomes Rodrigues e Eliano Freitas, parcela considerável da propriedade fundiária localizada na Área de Proteção Ambiental Sul – APA-SUL, encontra-se concentrada sob a propriedade de uma única empresa, a mineradora MBR, controlada pela mineradora Vale. Nas últimas décadas, a empresa diversificou sua ação, passando a atuar também na incorporação imobiliária, seja diretamente, seja através de parcerias, como a realizada com a construtora Odebrecht na viabilização do condomínio Vale dos Cristais, empreendido nos primeiros anos do novo século.

Embora o condomínio Vale dos Cristais possa ser considerado um empreendimento de grande porte – tal como outros condomínios residenciais ou de uso misto localizados ao Sul de Belo Horizonte, no município de Nova Lima –, ao que tudo indica, o próximo empreendimento da MBR superará em muito as dimensões deste e de outros empreendimentos. Enquanto o Vale dos Cristais ocupa área de pouco mais de 500 hectares, o condomínio misto da Águas Claras será construído em uma área de quase 2.000 hectares. Ele será composto por unidades residenciais, mas também por edifícios de uso comercial, como prédios de escritórios, hotéis etc., e ainda por um *Shopping Center* e pelo centro administrativo da MBR, sendo este o primeiro a ser construído e que, espera-se, funcione como atrativo para a instalação dos demais equipamentos. Segundo dados do projeto divulgados através de veículos de comunicação, trata-se de um projeto de longa duração, que será empreendido ao longo dos próximos 20 anos:

PROJETO ÁGUAS CLARAS: área de 1,9 milhão de m² terá casas de alto padrão, escritórios e shopping center

Segunda maior mineradora do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce abriu uma nova frente de negócios. Vai construir um moderno centro urbano no município

de Nova Lima (MG), a 20 quilômetros de Belo Horizonte, bem no meio de um de seus patrimônios fundiários. A idéia surgiu com o esgotamento da Mina de Águas Claras, no sul da capital mineira, onde foram explorados cerca de 300 milhões de toneladas de minério de ferro, entre 1973 e 2002. Sem o retorno financeiro da mina, restou à Mineração Brasileiras Reunidas (MBR), empresa da Vale, criar uma alternativa comercial para a região. Assim surgiu o Projeto Águas Claras. Um gigantesco complexo empresarial que será erguido em 1,9 milhão de metros quadrados, o que representa menos de 10% da propriedade da MBR no município. **"A mineração é um uso temporário do solo. Depois da atividade minerária, a área deve ser recuperada e ter uma nova utilização", disse à DINHEIRO o diretor-presidente da MBR, Wilfred Bruijn.** "É um exemplo na recuperação e no reaproveitamento do solo que pode se tornar referência no setor." A MBR reservou 461,5 mil m² para áreas comerciais e de serviço, outros 319,1 mil m² para um parque urbano e mais 115,5 mil m² para uma área de ensino e pesquisa. O restante será dividido entre setor habitacional com prédios de cinco andares, hotéis, parques de feiras, shopping e um espaço cultural. **Mas a âncora do projeto é o Centro Administrativo da Vale, que será todo transferido para o complexo.** Embora o contrato de privatização impeça a mudança da sede da Vale do Rio de Janeiro, não faz nenhuma referência à transferência da administração para outros Estados. Hoje, essa administração já está espalhada por Minas Gerais. Se a licença ambiental sair, as obras começam em 2008 e devem durar 20 anos, com a participação não só da Vale, mas de empreendedores interessados em apostar na proposta³⁶⁷.

Esse projeto também foi divulgado em jornais locais, como na reportagem de 2008 do Jornal Pampulha:

Com início de obras previsto para este ano, o projeto Águas Claras será desenvolvido ao longo de 20 anos, com a colaboração de diversos empreendedores do setor de construção civil. Os estudos realizados indicam que, após sua completa implementação, o espaço contará com populações fixa e flutuante da ordem de 20 mil pessoas e geração de 20 mil novos postos fixos de trabalho, além de um crescimento de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) de Nova Lima, um incremento de 150% na arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e de 50% na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para Nova Lima. Com tantos benefícios e previsão do aumento do fluxo de pessoas, o município já estuda a criação de uma nova via de acesso sobre o leito da ferrovia desativada da antiga mina, com o objetivo de escoar o tráfego da região. Segundo o prefeito de Nova Lima, Carlos Roberto Rodrigues, já estão em andamento outros projetos de integração viária do município, a fim de facilitar o acesso e desafogar o trânsito que já se forma com o aumento de condomínios

³⁶⁷ NICÁCIO, Adriana. Vale entra no ramo imobiliário e transforma área degradada num empreendimento de alto luxo : projeto Águas Claras- área de 1,9 milhão de m² terá casas de alto padrão, escritórios e shopping center. Revista Isto é Dinheiro , 2007. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/2873_A+MINA+QUE+VIRA+CONDOMINIO acessado em 21 de junho de 2011, às 15h59.

fechados na região. De acordo com o consultor do projeto, Michel Abras, essa será uma das prioridades assim que as obras começarem³⁶⁸.

A magnitude desse empreendimento, bem como a possibilidade de outros ainda que de porte inferior, exigem – como explicitou claramente o então prefeito de Nova Lima – a reestruturação viária, principalmente no que se refere à articulação desse município a Belo Horizonte.

É nesse contexto que se insere a reativação do projeto Anel da Serra ou de uma nova Avenida do Contorno que, ao contrário da original, não se constitui em um cordão sanitário limitando “a moderna cidade planejada”. O novo anel de contorno que tem por princípio reestruturar Belo Horizonte em caráter metropolitano, aponta para a possibilidade de ligação com a região central através de dois eixos viários estruturantes: um no Aglomerado da Serra (Via do Cardoso) e outro passando por dentro do Taquaril onde, na atualidade, está sendo implantado o Vila Viva. A construção do Anel da Serra integrará as áreas de propriedade das mineradoras, localizadas no reverso da Serra do Curral, à Avenida Bandeirantes/Avenida do Cardoso e, no sentido leste desta, por um eixo viário a ser construído dentro do Taquaril. Se a Avenida do Contorno original teve o sentido de limitar, a que agora se planeja objetiva ampliar as possibilidades de reprodução do espaço, já que esta é fundamento da reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, fica bastante explícito que o objetivo da construção do Anel da Serra é se constituir em mais uma ligação viária entre a região sul de expansão da metrópole e a região central. No caso do Aglomerado da Serra, a Avenida do Cardoso faz a integração com a Avenida Mem de Sá que, por sua vez, inicia-se na Avenida dos Andradas, exatamente no início do Boulevard Arrudas, que integra a linha verde. É importante ressaltar que, em princípio, no ano de 2005, o Boulevard iniciava-se cerca de 800m antes, nas imediações do Parque Municipal. Já em 2007, foi ampliado para onde se inicia atualmente. Portanto, uma “ponta” do Anel da Serra é a já existente Avenida Mem de Sá que, possivelmente, deverá ser alvo de ações de revalorização nos próximos anos, visto que é bastante estreita para o fluxo esperado. A outra “ponta”, de acordo com o

³⁶⁸ MIZHER, Alessandra. Jornal Pampulha, caderno Habitar, Águas Claras. Vale terá condomínio de luxo. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/jornalpampulha/noticias/?IdNoticia=2082> acessado em 21 de junho de 2011, às 15:46.

projeto, seria o percurso da antiga estrada de ferro da FERROBEL, desativada na década de 1970. Entre as “pontas”, o Aglomerado da Serra, o Parque das Mangabeiras e o Taquaril. Se parte da resistência ao Anel da Serra foi, no passado, vinculada à degradação ambiental que este traria para o parque, a construção da Via do Cardoso no Aglomerado da Serra e a futura construção no Taquaril, ambas no âmbito do Vila Viva, explicitam, afinal, o quanto este se constitui, efetivamente, no Programa de Valorização Vila Viva.

Nesse sentido, entendo que embora essas vias estejam no Vila Viva e, ainda, que na sua produção tenha sido investida a maior parte dos recursos, como ocorreu no caso da Avenida do Cardoso, esses eixos viários são de interesse de reestruturação metropolitana e não das favelas reordenadas propriamente ditas. Sob essa perspectiva e, na medida em que parcela considerável das remoções ocorridas no Aglomerado deveu-se à construção dessa via – mesmo tendo trazido avanços em relação a momentos anteriores da política municipal de habitação –, o Vila Viva reafirma e aprofunda um princípio que, afinal, esteve presente em grande parte das remoções que ocorreram na história da urbanização de Belo Horizonte. Se estiver no caminho, seja de um eixo viário ou de qualquer outro projeto modernizador, a favela será sumariamente removida, o que, afinal, reafirma permanências que se inscrevem no programa de “urbanização” Vila Viva.

3.8.3 – O Vila Viva e para onde aponta seu alcance

À guisa de conclusão da discussão que balizou a reflexão acerca desse fragmento da modernização da metrópole, pergunto-me, afinal, o que é o Vila Viva. Na definição de um dos entrevistados, o Vila Viva é um grande programa publicitário sob o qual o município reuniu as diversas políticas públicas municipais que foram aplicadas simultaneamente em um mesmo lugar. Tudo isso sob o ordenamento de um planejamento minucioso, como prescrito no PGE, o que viabiliza o aporte de recursos da ordem de R\$573 milhões de reais. O Vila Viva é, na afirmação desse entrevistado, uma marca. Sob essa perspectiva, uma marca poderosa.

Indubitavelmente, em nenhum outro momento em Belo Horizonte investiu-se tantos recursos em favelas. Do mesmo modo que também não restam dúvidas de que o longo percurso de *luta* pelo direito de permanecer na cidade marcou profundamente a

política municipal de habitação da cidade. A preocupação manifesta de permitir ao sujeito permanecer nas imediações de suas relações estruturais não é pouco, tal como também não é por acaso. É, fundamentalmente, por resistência.

É fato que a construção de conjuntos de unidades habitacionais em diversas localidades dentro das seis favelas do Aglomerado tem o sentido de minimizar o impacto sofrido, que se inicia quando se sabe do futuro que se apresenta um pouco mais incerto, do esforço de muitos anos, décadas talvez, que materializados, reduzem-se a valor de troca, e que reduzidos a essa forma, se estabelecem em um patamar sempre aquém... São avanços que se constituem, mas que se renovam também como retrocessos que fundamentam novas estratégias de valorização. Embora não tenha conseguido documentar, entre as estórias ouvidas, há a da construtora que teria procurado efetivar um “contrato de gaveta” com todos os moradores de um edifício do Vila Viva em outro aglomerado. Segundo esses relatos, o objetivo seria, assim que fosse possível juridicamente, demolir o edifício do Vila Viva e produzir outro para segmentos sociais de rendimentos médios...

Ainda que essa versão não seja um fato, há nela algo que encontra correspondência na realidade dada. De fato, a ampla maioria dos edifícios do Vila Vila foram ou estão sendo construídos em pontos estratégicos da favela, quase sempre à margem dos novos eixos viários (re)produzidos. No caso do Morro das Pedras e do Aglomerado da Serra, grande parte dos edifícios foram construídos no limite entre a favela e os bairros do entorno. Eles são quase mediadores entre a favela e o bairro formal. Considerando sua localização, bem como a pressão por terrenos para novos empreendimentos da construção civil, não é descabido considerar que, afinal, isso pode vir a acontecer.

São, assim, avanços que se situam na forma, por isso, avanços que reformam, e que se situam nessa condição porque o princípio fundamental já chega definido de antemão: “vão ter que sair”... O que muda é que agora se busca minimizar os efeitos perversos que se somam à violência primeira que se materializa na forma que explicita que a via a ser construída é o essencial; e também o parque, que garantirá a preservação, e cujo espaço assume a condição de um vazio, mas não de um vazio desocupado. Ao contrário, de

vazios que expressam a força do Estado no ordenamento do território, que “proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja” (...), mas que “mais tarde efetuam-se transferências para outras finalidades que justificam de uma outra maneira os entalhes na vida urbana”³⁶⁹.

Apesar dos avanços inscritos nesse programa – que fundamentalmente se inscrevem na forma menos brutal de se lidar com os sujeitos submetidos à remoção –, a meu ver, o que confere a essência do Vila Viva é o fato de este constituir, contemporaneamente, um *bloqueio às possibilidades mais ricas de experiências que se gestaram no interior das favelas e no bojo da luta pelo direito de permanência na cidade, que poderiam ter avançado no sentido mais rico da Política*. Mas que, subordinadas, essas práticas foram desradicalizadas e, assim, destituídas das possibilidades mais amplas. Nessa condição, foram pautadas nos limites das discussões que reafirmam a propriedade e o espaço assim consumidos. O Vila Viva é, portanto, essencialmente conservador. Conservador dos termos e dos princípios da propriedade.

Henri Lefebvre, ao referir-se às favelas como mediadoras (insuficientes, como ressaltou) entre a cidade e o campo, afirmou que estas “oferece[m] um sucedâneo à vida urbana, miserável, e no entanto intensa, àqueles que ela abriga”³⁷⁰. Mais do que a miséria, o que o Vila Viva reduziu foi essa intensidade e riqueza de possibilidades que a favela, com sua forma e conteúdo menos ordenados, comportou. É sob essa condição, ordenada para o controle, que tal programa as oferece à metrópole para serem, então, re-inscritas em seu processo de revalorização diante das novas exigências da reprodução ampliada do capital.

³⁶⁹ LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. Pág. 16. Nessa passagem, o filósofo faz referência a Paris de Haussmann, cujo sentido foi de esvaziamento do território.

³⁷⁰ Ibidem. Pág. 75.

Capítulo 04 – A reestruturação urbana de Belo Horizonte e sua região metropolitana: fundamentos da realização da economia política do/no espaço

Na atualidade, a economia política não se resume a operar no espaço, mas, fundamentalmente, atua na própria produção do espaço com uma estratégia duradoura de reprodução ampliada. Conforme exposto por Henri Lefebvre:

A tendência atual de constituir “centros de decisão” que pretendem reunir tudo num território restrito, essa tendência essencial mantém a raridade do espaço no território considerado. A penúria do espaço possui, por conseguinte, traços novos; ao mesmo tempo ela é “espontânea”, resultado de um processo cego, de origem histórica – e mantida, consentida, digamos desejada –, às vezes é expressamente organizada. Portanto, trata-se de uma contradição entre a abundância passada e possível, de um lado, e a raridade efetiva, de outro. Essa contradição não é exterior às relações sociais de produção, ainda menos à sua reprodução, que implica estratégias políticas. Ela não se reduz a essas contradições “clássicas”; trata-se de uma contradição do espaço. As contradições e conflitos no espaço (com suas implicações táticas e estratégicas) não desapareceram, longe disso. As contradições do espaço as envolvem, as elevam a um grau superior, reproduzindo-as, ampliando-as. Do mesmo modo, a produção de coisas no espaço não desapareceu, nem um certo número de problemas colocados por essa produção (não mais a raridade dos bens produzidos, mas a gestão e a posse dos meios de produção); contudo as novas produções, as dos “elementos” inclusive – como se verá cada vez melhor – a do próprio espaço, envolvem e ampliam os problemas da produção das coisas³⁷¹.

Também David Harvey³⁷², ao refletir sobre as diferenças regionais ao longo do processo de reprodução ampliada do capital, explicitou o modo como estas foram instrumentalizadas e transformadas em desigualdades socioespaciais e, nessa condição, inscritas como condição dessa reprodução. Processo que também foi considerado por Alain Bihl, ao refletir sobre as estratégias de reprodução do capital: “l’originalité foncière de as critique de l’économie politique: montrer que le résultat essentiel de la production capitaliste, ce ne sont ni les marchandise ni l’argent, ni même la plus-value (le profit, l’intérêt, la rente), mais le capital lui-même comme rapport de production”³⁷³.

O que se consubstancia como fundamento nos fragmentos citados anteriormente é o fato de explicitarem uma das estratégias mais duradouras e eficazes de reprodução

³⁷¹ LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Pág. 124-125.

³⁷² Crítica em que destacou, fundamentalmente, como as desigualdades regionais foram estratégicas à reprodução das relações de produção. Ver: HARVEY, D. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

³⁷³ BIRH, A. La reproduction du capital. Prolégomènes a une théorie générale du capitalism. Tome I. Lausanne: Cahiers libres; Editions Page Deux, 2001. Pág.46.

ampliada do capital: a de uma economia política que se realiza pela produção no/do espaço. O que confere longa duração a essa estratégia – e, ao mesmo tempo, permite que o capital com ela opere em sua reprodução – é o que explicitou Ana Fani A. Carlos em diálogo com Henri Lefebvre, ao afirmar que “as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço”³⁷⁴.

De fato, embora uma das dimensões da produção do espaço seja abstrata, obrigatoriamente também se realiza a partir e em função de sua base concreta, visto que essa produção é a materialização do próprio processo de reprodução social ao longo de sua história. Assim, as estratégias engendradas pelo capital que operam no plano abstrato, para se efetivarem, alcançam a concretude do espaço e da vida que nele se reproduz cotidianamente. Mas, ao ser alcançado por essas estratégias, o espaço é amplamente desestruturado para que sua estrutura seja reordenada não mais em função da reprodução social, mas da promoção de um ordenamento territorial que permita ao capital reproduzir-se ampliadamente. Por sua vez, ao desestruturar o espaço para reordená-lo de acordo com suas premissas, essas estratégias alcançam e rompem também a estruturação que dá suporte à vida cotidiana que nele se realiza, sendo que esta – des/(re)estruturada – também é capturada como instrumento de reprodução ampliada, conforme será visto no capítulo seguinte.

Dessa maneira, entendo que há nesse encontro também um desencontro que, a meu ver, tem seus fundamentos na contradição fundamental da produção capitalista da riqueza. Ao mesmo tempo em que essa riqueza é resultado de uma produção que é social, sua realização ocorre privadamente. No processo de reprodução do capital, essa contradição é aprofundada não só pelo engendramento de novas, mas também pela reafirmação de antigas estratégias de exploração do trabalho, produtor de mais-valor. Trata-se, de fato, de um constante processo de re-produção das relações de produção.

Se toda relação social possui uma existência real e concreta, os processos atuais de reestruturação produtiva do capital – do qual são tributárias as *discussões polêmicas* acerca da centralidade do trabalho para a reprodução social –, ao se materializarem produzindo a

³⁷⁴ CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2001. Pág. 13.

base concreta que demandam, o fazem redefinindo outra produção já materializada, herdada de outro tempo histórico e que produziu outra espacialidade³⁷⁵. É a esse encontro/desencontro que me refiro e que, a meu ver, está no centro da reestruturação contemporânea em que a Região Metropolitana de Belo Horizonte está inserida.

A estrutura metropolitana que atualmente é alvo de reestruturação é tributária de um ordenamento territorial que foi necessário a uma industrialização cuja forma aparente foi a das grandes plantas fabris, com produção em grande escala e imobilização de capitais na formação de grandes estoques³⁷⁶, ocupando grandes unidades territoriais. Para o caso de Belo Horizonte e da RMBH, conforme apontaram Heloísa Costa e Jupira Mendonça, esse processo foi engendrado e viabilizado pelo Estado, na medida em que se identifica

a decisiva intervenção pública no sentido da produção das chamadas condições necessárias de produção, principalmente industrial, promovendo a valorização de determinados espaços e moldando a expansão urbana subsequente comandada pelo capital imobiliário privado que investiu especialmente no parcelamento do solo³⁷⁷.

Em Belo Horizonte, como características gerais do espaço urbano estruturado na e para a reprodução do capital via industrialização, destacam-se a funcionalização de fragmentos espaciais e, como fundamento dessa funcionalização, os grandes eixos viários de integração dos espaços funcionalizados. Embora esse fato explicita o ordenamento territorial de um fragmento espacial inserido em um país periférico, é importante considerar que está articulado aos processos mais gerais e mais amplos de reprodução do capital, cujos “carros-chefes” foram os complexos automotivo, petroquímico e da construção civil pesada³⁷⁸. O entendimento da importância da ação desses três complexos industriais para moldar o século XX pode ser constatado de diversas maneiras, desde a

³⁷⁵ O que não significa, porém, que a formação socioespacial anterior não estivesse subordinada à reprodução capitalista do espaço. Ao contrário, a região norte de expansão da RMBH é resultado direto dessa subordinação.

³⁷⁶ Há casos em que essas características são elencadas como definidoras da indústria fordista, o que, de acordo com Alain Bihr, constitui-se em grande redução do que foi o regime de acumulação fordista. No capítulo I desta pesquisa, ao refletir sobre o lugar do trabalho na reestruturação contemporânea do espaço, fiz algumas considerações a esse respeito. Para discussão mais aprofundada, ver: BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. Obra citada. HARVEY, D. A condição pós-moderna. Obra citada.

³⁷⁷ COSTA, H. S. M. ; MENDONÇA, J. G. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana de Belo Horizonte. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2010, Caxambu. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, 2010. v. 1. p. 1-25. Pág. 05.

³⁷⁸ Certamente, há outros complexos industriais fundamentais à reprodução do capital que, direta ou indiretamente, conformam a produção do espaço, como, por exemplo, a indústria armamentista. Contudo, os três complexos citados moldaram o espaço urbano contemporâneo, viabilizando, inclusive, outras estratégias de exercício de poder.

observação dos complexos viários produzidos para a utilização do automóvel, até o caráter simbólico expresso em diversas produções culturais que corroboram para a formação de um imaginário a respeito do que materializam.

Marshall Berman, ao refletir sobre as ações da Hausmann, em Paris, no século XIX, e Robert Moses, em Nova Iorque, na primeira metade do século XX, explicita como os produtos resultantes da ação desses complexos conformaram uma representação destes como símbolos de progresso e do moderno, aos quais quase todos queriam se associar e poucos estavam (e mesmo ainda estão) dispostos a se contrapor. Como bem demonstrou Berman, ao se referir aos empreendimentos levados a cabo por Robert Moses, foi sempre fundamental a esse processo a capacidade de convencimento da população da necessidade de tal empreendimento. Empreendimento esse que em muito se alimentou da construção ideológica de que “opor-se às suas pontes, seus túneis, vias expressas, projetos habitacionais, barragens hidrelétricas, estádios, centros culturais era (ou assim parecia) opor-se ao progresso, à história, à própria modernidade”³⁷⁹.

Foi sob a concepção da modernização e do ordenamento espacial exigido pela e para a industrialização que se configuraram as ações de planejamento que, para o caso da RMBH, foram amplamente centralizadas pela PLAMBEL. Ao longo de sua existência, essa instituição produziu um importante acervo de diagnósticos, prognósticos que orientaram as diretrizes gerais para o uso e ocupação do solo. Propostas que, invariavelmente, visavam a orientar investimentos estatais, o que fez com que assumissem importante papel na estruturação da metrópole tal como esta se apresenta na atualidade. Nesse sentido, essa instituição constituiu-se em dos importantes agentes responsáveis pela formação da metrópole, na medida em que sua consubstanciação foi potencializada “pelo crescimento industrial, pela valorização fundiária e pela especialização funcional do espaço oriundo das propostas do planejamento metropolitano”³⁸⁰ empreendido pela PLAMBEL. Contudo, a partir do esgotamento das condições de reprodução ampliada do capital sob o regime de acumulação fordista, o espaço urbano produzido que lhe dava sustentação também

³⁷⁹ BERMAN, M. Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Pág. 330.

³⁸⁰ COSTA, H. S. M. ; MENDONÇA, J. G. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana de Belo Horizonte. Obra citada. Pág. 5.

começou a dar sinais de esgotamento, sendo que a estrutura produzida para viabilizar a acumulação transformou-se, em certo sentido, em entrave a essa acumulação.

Atualmente, porém, esse entrave não é devido apenas ao fato de ter sido produzido como suporte para a reprodução do capital sob um regime de acumulação (quase) esgotado. Ele se deve, também, à questão de que as condições engendradas para a realização da economia política mudaram de patamar. Se até o regime de acumulação fordista essa realização utilizava-se do espaço como suporte, a partir dos indícios de seu esgotamento, o espaço foi instrumentalizado de outra forma, tornando-se, ele mesmo, objeto de valorização. Assim, o capital, para além da atuação no espaço, passou a atuar diretamente na sua reprodução, aproveitando-se das condições favoráveis adquiridas em momentos anteriores. Os empreendimentos já produzidos, em curso ou em projeto na RMBH, são exemplos bastante esclarecedores de como essas condições herdadas de momentos anteriores, associadas à reestruturação produtiva da metrópole, viabilizam novas condições de atuação e explicitam a realização da economia política do/no espaço. E, dessa maneira, demonstram como a reestruturação contemporânea da RMBH está associada aos movimentos de revalorização do valor que, nesse fragmento espacial, operam pela “modernização do moderno”.

De fato, o capital, em seu processo de valorização, precisa lidar com a materialidade produzida, uma vez que não se trata apenas de condições de produção, mas de re-produção das relações de produção. Assim, o movimento feito se dá no sentido de apoderar-se do já produzido, inserindo-o em seus circuitos como estratégia fundamental de valorização, ainda que (ou em função de que) essa ação comporte a destruição e/ou desvalorização do capital já investido. Portanto, pode-se dizer que o movimento acentuado de revalorização do planejamento urbano, principalmente em escala metropolitana, vincula-se, fundamentalmente, à necessidade de reproduzir e reordenar o território sob as novas premissas da reprodução do capital que se colocam nesse momento histórico. Nele, o espaço, fragmentado, funcionalizado e recoberto de simbolismos, se constitui também na mercadoria a ser vendida. Fragmentos que, somados, constituem o próprio espaço, sendo esse também reduzido à condição de valor de troca. É dessa maneira – e sob arranjos que envolvem a formação do consenso pela destituição da Política – que se conformam as estratégias que subordinam o espaço aos fundamentos

da valorização do valor, cujo objetivo é a otimização das condições que favoreçam a realização de uma economia política que cada vez mais é também do espaço.

O planejamento territorial urbano empreendido na atualidade – que opera com a concepção do espaço urbano a ser vendido –, ao buscar redefinir o ordenamento territorial herdado, traz arraigadas em si as estratégias que potencializam a valorização do espaço. Estratégias que permitem a captura de mais-valor através da exacerbação das rendas fundiárias que não são mais retidas (pelo menos em sua maior parte) pelo agente imobiliário que atua como proprietário fundiário, mas pelo capitalista que também busca apoderar-se (sempre que possível) dessa condição, para a qual o ato de planejar torna-se cada vez mais estratégico.

4.1 – O ordenamento territorial como reprodutor das condições de reprodução ampliada do capital: sentidos e limites inscritos (e “possibilidades”) e engendrados pelo planejamento urbano da RMBH

No limiar deste novo século, assiste-se ao movimento de retomada do planejamento urbano em escala metropolitana, o que também se configura na forma da promulgação ou revisão de planos diretores e leis de uso e ocupação de solo que ordenam a produção do território das cidades que compõem a RMBH. No que se refere à Região Metropolitana propriamente dita, esse processo também se materializa na forma do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI-MG³⁸¹, elaborado em 2010.

Indubitavelmente, esse movimento vincula-se aos novos instrumentos urbanísticos legitimados pela Lei 10.257, de julho de 2001 que, ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, instituíram novas regras para a reprodução do espaço, processo que foi saudado como um grande avanço. De fato, foi essa lei que regulamentou uma série de reivindicações históricas que se forjaram no movimento nacional de reforma urbana (que culminou no Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU) e que pressionaram decisivamente para que os referidos artigos fossem regulamentados. Essa lei constitui-se, portanto, num avanço significativo, o que lhe atribui importante estatuto dentro da reprodução contemporânea do espaço urbano, posto que também pode ser entendida como resultado de uma ação direta dos movimentos sociais urbanos que, até

³⁸¹ Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – PDDI-RMBH. Estudos Setoriais integrados. Volume I. Estado de Minas Gerais, 2010.

então, se interferiam no ordenamento do território, podiam fazê-lo apenas periféricamente, mesmo sendo sujeitos históricos da reprodução social do espaço. Contudo, o entendimento mais amplo do significado do Estatuto da Cidade exige que se considere tal instrumento inserido no campo de forças do qual emergiu, mas também a forma como foi assenhoreado e como tem se dado sua inscrição nos circuitos reprodutivos capitalistas, transformando avanços em concessões controladas e/ou em novos fatores de valorização do valor que se reproduzem na/pela reprodução do urbano.

Essencialmente, o Estatuto da Cidade consubstanciou-se em um instrumento de *reforma urbana* que, nessa condição, reposiciona, para reafirmar, os mesmos termos de uma urbanização que se orienta para viabilizar a reprodução ampliada da riqueza. Assim, essa lei é, também, um instrumento que permite readequar o espaço pela sua re-produção a partir dos novos termos da reprodução do capital que se insere no contexto de reestruturação produtiva e que, ao romper com o regime de acumulação fordista, necessita também de romper com o espaço produzido que o viabilizou. Por si só, esse processo já revela ser de ampla capacidade de valorização, visto que se trata de um processo de destruição/reprodução produtiva. A reforma instituída mediada pela Lei 10.257/01 se insere nos limites da cidade-mercadoria e considera o direito à cidade, no âmbito também reduzido de acesso ao que Raquel Rolnik e Klink denominaram de condições básicas de urbanidade e, sob essa condição, também viabiliza esse processo³⁸².

Sob uma perspectiva reformista, o Estatuto da Cidade também foi pautado pelo acesso à habitação que, por sua vez, deveria possibilitar o acesso aos demais equipamentos que compõem uma determinada dimensão da cidade. É nesse campo que se situam alguns dos avanços mais significativos dessa lei, tais como a exigência do cumprimento da função social da propriedade, instrumentos como IPTU progressivo ou, ainda, edificação e utilização compulsórias de terrenos ociosos. Mesmo no que comporta de mais progressista, essa lei não rompe com o princípio da propriedade privada. Mas, na medida em que não rompe e possibilita reformas, também pode ser entendida como um instrumento de (re)ordenamento territorial que renovou amplamente as condições de valorização de capitais que se reproduzem na e pela reprodução capitalista do espaço. Por

³⁸² ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento Econômico e desenvolvimento urbano. Por que nossas cidades continuam tão precárias? In: Novos Estudos do CEBRAP, março de 2011 – pág. 89-109. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/06.pdf> acessado em 05 de julho de 2011.

meio desse instrumento, foram legitimadas ações que colocaram as condições de mobilização e valorização de capitais em outro patamar, pela inscrição de condições até então não permitidas, não apenas pela materialidade, mas também pelo escopo legal produzido. Assim, instrumentos como as operações urbanas consorciadas, a outorga onerosa do direito de construir ou, ainda, a transferência do direito de construção, concertados, consubstanciaram-se em amplamente favoráveis aos interesses de valorização dos capitais e, investidos na produção do espaço urbano, tornaram-se tributários do caráter reformista dessa lei. E, dez anos após a sua institucionalização, têm-se hoje exemplos bastante elucidativos das possibilidades abertas por essa lei que favorecem amplamente a reprodução do capital pela viabilização de novas condições, como demonstrou Ana Fani A. Carlos para o caso de São Paulo³⁸³.

Diante das amplas possibilidades engendradas nesse documento, o Estatuto da Cidade consubstancia-se como um dos instrumentos mais significativos de revalorização do planejamento urbano, ao mesmo tempo em que nele também se localizam os novos termos que viriam a pautar a reprodução do espaço urbano. Tal instrumento restabeleceu e exacerbou o patamar de atuação do capital imobiliário, sendo que os processos que se materializam em Belo Horizonte na atualidade constituem-se em exemplos bastante significativos deste. Como exemplo, podemos considerar a operação urbana que envolveu a produção de *shoppings* populares em 2004, em que se destaca a que envolveu o *shopping* popular Oiapoque e o *shopping* Pátio Savassi, ou, ainda, a operação urbana consorciada recém-aprovada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, que tem como objeto de incorporação uma área de cerca de 10km² – a região do Isidoro ou Mata dos Werneck – situada ao norte da capital que, estima-se, será ocupada por cerca de 200 mil habitantes³⁸⁴.

Embora possa, em certo sentido, ser entendido como tributário da Lei 10.257/01, o PDDI-RMBH também retoma – cerca de três décadas depois – o planejamento outrora desenvolvido pela Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), que atuou na elaboração do planejamento urbano em escala

³⁸³ CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na metrópole. Obra citada.

³⁸⁴ Sobre a operação urbana da Região do Isidoro, ver: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=25143&chPlc=25143>, acessado em 05 de julho de 2011, às 16h42.

metropolitana durante as décadas de 1970/80. Planejamento que, tal como o de outrora, associa-se ao ordenamento do território para a reprodução do capital. Todavia, o retoma e o situa em outro patamar. Com a extinção desse órgão em meados da década de 1980 (período em que o planejamento foi amplamente questionado, como já referido), o crescimento econômico, bem como o desenvolvimento urbano da RMBH, passou a ser apenas parcial ou setorialmente planejado. Nesse sentido, pode-se entender que o PDDI-RMBH constitui-se em uma continuidade ou retomada, já que aponta para o planejamento territorial não apenas para viabilizar investimentos privados, mas também e, fundamentalmente, investimentos públicos, o que é também outra permanência. Mas esse processo aponta rupturas em relação ao momento do planejamento elaborado pela PLAMBEL, fato que o situa em outro patamar. Se naquele momento o processo foi essencialmente capitaneado pelo Estado, embora os interesses do setor privado já se fizessem presentes, no que se refere ao PDDI-RMBH, este foi produzido de forma bastante concertada em relação aos interesses do Estado e do setor privado, principalmente daqueles agentes que atuam diretamente na produção do espaço.

A conjuntura atual aponta para a reestruturação de Belo Horizonte e de sua região metropolitana, o que afeta substancialmente a dinâmica da produção do espaço, processo que, em grande medida, resulta do aporte substancial de recursos na (re)produção da infraestrutura efetivada pelo poder público. Dessa maneira, o processo engendrado pelo Estado – em parceria com empreendedores privados – recoloca a necessidade da retomada efetiva do planejamento como instrumento de ordenação do território como forma de produção das condições favoráveis à reprodução ampliada do capital nas condições em que estas se dão na atualidade. De fato, como expresso no diagnóstico do Plano Metropolitano,

o mercado imobiliário da Região Metropolitana de Belo Horizonte vem passando por transformações significativas. Nos últimos anos, além de uma forte valorização observada em toda a região e no mercado imobiliário como um todo, vem ocorrendo uma aceleração da dinâmica de construção de novas unidades habitacionais e uma preparação para a continuidade deste processo no futuro próximo por parte dos capitais imobiliários e do poder público. Esta movimentação envolve uma transformação na própria organização territorial da região metropolitana, que ocorre de forma desigual no seu espaço, acentuando velhas desigualdades e criando novas dinâmicas territoriais. Diversos fatores atuam no sentido de propiciar estas transformações: mudanças na conjuntura macroeconômica; novos investimentos públicos estruturantes implantados e anunciados para determinadas áreas da RMBH; a saturação crescente do mercado

imobiliário do município de Belo Horizonte, que contribui para o transbordamento de investimentos imobiliários na direção dos municípios vizinhos; mudanças no perfil dos produtos ofertados pelo mercado de alta renda, que envolve uma intensificação da produção de espaços residenciais cercados, próximos a amenidades ambientais e afastados do tecido urbano adensado; uma retomada do investimento no parque industrial na região; dentre outros³⁸⁵.

É esse o contexto mais geral e mais amplo que envolve e no qual se situam os diversos empreendimentos atualmente em curso na RMBH. Empreendimentos esses que reestruturam as regiões sul e norte de expansão capitaneados pelo poder público e por empreendedores privados, e que se destinam às classes de rendimentos elevados, médios e mais baixos, mas, principalmente, empreendimentos que têm em comum o fato de terem como base ações que buscam a (re)valorização do espaço:

observa-se no mercado que o crescimento tem sido bastante heterogêneo em termos dos tipos de imóveis ofertados, agregando desde pequenos edifícios voltados para o mercado de renda média e baixa em áreas mais periféricas até os parcelamentos horizontais e condomínios verticais cercados voltados para o mercado de alta renda. Dois aspectos se destacam neste cenário: o primeiro refere-se à entrada no mercado de compra e venda de moradias de uma camada de baixa e média renda que anteriormente não tinha as condições necessárias de acesso ao crédito para tal, o que causa um crescimento vertiginoso da oferta voltada para esta faixa de renda. Isto tem ocorrido também em função do programa Minha Casa Minha Vida – que tende a potencializar este boom imobiliário do mercado de baixa renda. Em segundo lugar, o mercado imobiliário de alto luxo apresenta uma valorização que atinge patamares de preços jamais vistos na região e inaugura tipos anteriormente inexistentes (como a verticalização em condomínios fechados situados fora das sedes dos municípios) e aumenta consideravelmente seu padrão construtivo. Trata-se de um elemento importante para a avaliação da dinâmica recente, por sustentar um nível de valorização que se reflete nos dados levantados, elevando as médias de preços do mercado residencial de municípios como Nova Lima e Lagoa Santa a novos patamares, e que indicam uma ascensão considerável do poder aquisitivo das camadas de mais alta renda. As transformações territoriais levadas a cabo por estas duas frentes do mercado imobiliário vêm sendo decisivas na produção atual do ambiente construído na RMBH, e ocorre em regiões distintas, com padrões desiguais de infraestrutura e acesso aos serviços e às centralidades da região³⁸⁶.

Porém, as estratégias de valorização não se dão em condições supostamente ideais, mas a partir de condições dadas que, em grande medida, se constituem em entraves às novas estratégias de valorização engendradas que devem ser superados, visto que estas atuam sobre a base material do mundo que procuram redefinir para reinserir nos circuitos de valorização do valor.

³⁸⁵ Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – PDDI-RMBH. Estudos Setoriais integrados. Volume I. Estado de Minas Gerais, 2010. Pág. 3-4.

³⁸⁶ *Ibidem*, p.4.

4.2 – A metropolização de Belo Horizonte

No caso de Belo Horizonte – e no do que hoje se configura como sua região metropolitana –, a materialidade a ser redefinida é aquela que, em grande medida, resultou do planejamento original da capital no fim do século XIX. Embora não retome aqui sua constituição, entendo que qualquer estudo que se fundamente no e a partir do campo teórico-epistemológico da Geografia deve orientar-se não pela busca da espacialização do fenômeno, mas pela busca do desenvolvimento de um raciocínio capaz de situar espacialmente o fenômeno estudado, que permita compreender a relação dialética que envolve a produção do espaço.

Como qualquer espaço urbano planejado, a formação original de Belo Horizonte é tributária das ideias e concepções que predominaram em determinada época. No caso da capital de Minas Gerais, do paradigma higienista que, entre outros aspectos, privilegiou o sítio que apresentava determinada morfologia em consonância com essa concepção³⁸⁷. O sítio em que a capital foi produzida e sobre o qual se espalhou sua região metropolitana é marcado por três grandes complexos ambientais, que foram diretamente envolvidos em sua produção. Segundo dados do estudo produzido pela PLAMBEL:

O **Quadrilátero Ferrífero**, abrangendo 30,8% do território metropolitano, corresponde à porção sul/sudeste da RMBH onde estão situados os Municípios de Nova Lima, Raposos, Rio Acima e parte de Sabará e Caeté. Este complexo favorece a atividade de mineração, por concentrar grandes reservas minerais. Por outro lado, aí estão localizados os melhores mananciais para abastecimento de água da Região, atualmente utilizado pelo Sistema Rio das Velhas da COPASA, que abastece o Aglomerado Metropolitano. Possuindo solos de baixa fertilidade e topografia acidentada, não favorece os usos agrícolas.

A **Depressão de Belo Horizonte** corresponde a 59,5% da superfície da RMBH englobando os Municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Ibirité e parte de Vespasiano, Sabará, Caeté e Pedro Leopoldo. Seus limites correspondem, ao sul, à encosta da Serra do Curral e seus prolongamentos e, ao norte, ao vale do Ribeirão da Mata. Formado por antigas rochas granito gnáissicas do embasamento cristalino, este complexo apresenta as melhores condições para o parcelamento do solo e adensamento da ocupação.

³⁸⁷ Embora, como demonstrado em diversos estudos sobre a formação de Belo Horizonte, a morfologia do antigo Curral Del Rey tenha sido importante na escolha desse sítio, a determinação do lugar da nova capital de Minas Gerais foi também e fundamentalmente orientada pela manutenção da integridade do território do estado, conforme reflexão desenvolvida no segundo capítulo desta pesquisa.

Estas condições naturais constituem um dos fatores que propiciam a concentração urbana-industrial.

A **Bacia Sedimentar**, ocupando a menor área da Região, equivalente a 9,7% de sua superfície, corresponde aos terrenos que se estendem ao norte de Belo Horizonte, denominados "Região Kárstica de Lagoa Santa". Abrange, na Região Metropolitana, parte dos Municípios de Vespasiano, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa. Apresenta predominância de rochas calcárias, ardósias, siltitos e filitps e um regime hídrico bastante peculiar, caracterizado pela drenagem subterrânea. O regime hídrico, neste complexo, limita os usos urbano e industrial. Já as atividades agropecuárias são favorecidas pela melhor fertilidade dos solos³⁸⁸.

Em ampla medida, as características gerais do sítio metropolitano moldaram a formação da propriedade fundiária que atualmente se constitui em uma das bases da reprodução da metrópole: em função da mineração, o acentuado processo de monopolização fundiária na região sul pelas mineradoras, principalmente fora dos limites de Belo Horizonte; a ocupação acentuada da metrópole, que se apresenta (quase) saturada; ao norte, grandes propriedades fundiárias de determinadas indústrias, principalmente mineradoras; e as atividades agrícolas, o que, na atualidade, conforma as condições favoráveis à atuação de empreendedores imobiliários.

Diante do sítio mais favorável à ocupação, a cidade de Belo Horizonte foi produzida dentro da chamada Depressão Belo Horizonte. Na porção sul desse complexo, onde se encontram os terrenos mais elevados, foram estabelecidos os bairros destinados às classes de rendimentos médios e elevados. Já nos interstícios dos terrenos que compunham a topografia favorável, nos fundos de vales dos cursos d'água que drenam o território, estabeleceram-se as ocupações precárias que formaram as favelas retiradas e/ou existentes no que é institucionalmente chamado de região centro-sul. Quanto às favelas, são as que, em grande parte, também são objeto de valorização através do programa Vila Viva, principalmente aquelas que estão no caminho de potenciais extensões de eixos viários estruturantes dessa porção do território da metrópole. Foi a partir desta que se constituiu a região sul de expansão da metrópole para os municípios contíguos a essa região.

³⁸⁸ PLAMBEL. Plano Diretor Metropolitano. Síntese dos diagnósticos setoriais. 2ª ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1993. Pág. 97.

No sentido oposto, onde se localizam os terrenos mais baixos, próximo à calha do Ribeirão Arrudas, em direção à chamada Bacia Sedimentar, situam-se os bairros populares destinados às ocupações das classes que auferem rendimentos médios e mais baixos. Inicialmente, dentro da organização intraurbana do espaço, tantos os bairros destinados às classes de rendimentos médios e elevados quanto os bairros populares estabeleceram-se na contiguidade da área central. No sentido sul/sudeste, os bairros para as classes de rendimentos médios e elevados; no sentido norte/noroeste/oeste, os bairros para as classes sociais que auferiam os rendimentos mais baixos, nos quais se estabeleceram de forma mais precária. Porém, a complexificação da reprodução socioespacial levou ao processo de constituição de subcentralidades em torno das quais o espaço urbano se expandiu, processo orientado pelos investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado, em muito consonantes com os interesses privados.

A valorização fundiária, da qual também se alimentam os capitais que atuam na produção do espaço, vincula-se, essencialmente, à localização e à situação³⁸⁹ que determinado terreno permite acesso, as quais se associam, efetivamente, os investimentos realizados pelo Estado. No que se refere à localização, esta se relaciona a uma centralidade que possibilite acesso a serviços e bens que compõem a vida urbana. Quanto à situação, vincula-se à infraestrutura e a condições específicas do terreno. Em conjunto, essas características permitem ao proprietário fundiário extrair uma parcela maior da mais-valia social na forma de rendas diferenciais, como um tributo para que a propriedade fundiária possa ser utilizada. Esse tributo compõe o valor final da mercadoria imóvel, o que contribui para que o espaço produzido materialize a desigualdade social na forma do que aparece como segregação socioespacial.

Embora não seja só isso, porque também reproduz as relações que o produziram, podemos considerar que o espaço é, diretamente, produto das relações sociais que nele se materializam. Sob essa condição, os investimentos em infraestrutura realizados pelo Estado – que contribuem decisivamente para a valorização fundiária –, na medida em que são desigualmente realizados sobre o território, tendem a reforçar a desigualdade socioespacial existente. Dessa maneira, o aporte significativo de investimentos realizados

³⁸⁹ RIBEIRO, L. C. Q. Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR; UFRJ: FASE, 1997. Pág. 37-78.

pelo Estado na região norte de expansão da RMBH tende a ser capturado na forma de rendimentos pelos proprietários fundiários ou, principalmente, por empreendedores que se mobilizaram previamente para conformar o controle sobre a propriedade e, assim, para reproduzir condições que lhes permitissem a atuação que lhes fosse mais favorável. Assim, os empreendimentos produzidos na atualidade viabilizam novas condições de reprodução ampliada do capital que também se alimentam das rendas fundiárias produzidas. Essa viabilização ocorre, embora não exclusivamente, fundamentalmente por duas estratégias principais. A primeira, pela reestruturação e/ou dinamização das regiões de expansão, através dos investimentos realizados. A segunda, pelo próprio volume investido na produção desses empreendimentos, que somente na produção dos eixos viários superam R\$4 bilhões de reais³⁹⁰.

Ao contrário do ocorrido nos bairros que integram a região sul da metrópole, na região norte o espaço foi produzido e ocupado, predominantemente, por classes sociais de rendimentos mais baixos, embora existam “enclaves”, como os bairros São Luiz e Bandeirantes, destinados às classes de alta renda. No entanto, desde as imediações do centro até o limite de Belo Horizonte formaram-se bairros populares tradicionais ao longo da Avenida Antônio Carlos, que ainda hoje guardam essas características. Posteriormente, essa forma/conteúdo de ocupação alcançou os municípios limítrofes, principalmente em porções do território de Santa Luzia e Ribeirão das Neves, o que também se deveu a ações do Estado.

No sentido oeste de Belo Horizonte, a produção do território foi estabelecida pelo ordenamento territorial da capital, estando localizado aí o setor industrial, que se consubstanciou em um poderoso equipamento de atração de moradias populares no entorno e nos interstícios das indústrias que ali se estabeleceram. A partir da construção da cidade industrial, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e de grandes indústrias que foram instaladas na região, esse padrão de ocupação alcançou municípios como Contagem, Betim, Igarapé, entre outros.

³⁹⁰ Segundo dados da URBEL, deverão ser investidos via programa Vila Viva valores superiores a R\$1 bilhão de reais, sendo a maioria destes nas vias de trânsito; já nos eixos viários e no programa de transporte rápido para os jogos da Copa de 2014, mais de R\$3 bilhões de reais, conforme noticiado em jornais como o Hoje em Dia e Estado de Minas. Se considerarmos todos que já estão em curso na RMBH, esse aporte é bem superior.

Já no sentido leste, o que forjou as características gerais da ocupação foram equipamentos como o conjunto hospitalar e o quartel militar, no entorno dos quais também se formou uma ocupação caracterizada por segmentos de rendimentos médios e baixos. A abertura de avenidas como a Cristiano Machado consolidou a expansão que, em função do modo como foi produzida, apresentou características distintas. Nos bairros contíguos à centralidade da metrópole, conformou-se uma ocupação caracterizada por segmentos sociais de rendimentos médios, o que foi posteriormente reforçado pela instalação de equipamentos como o Minas *Shopping*. Já nos bairros situados depois desse equipamento, constituíram-se ocupações de segmentos de rendimentos médios-baixos e baixos.

Contudo, essa organização inicial intraurbana de Belo Horizonte foi complexificada, principalmente a partir da “década de 70 [em] que os esforços do Estado mineiro (...) materializaram-se de forma inequívoca na chamada nova industrialização mineira”³⁹¹, processo que culminou com a complexificação e expansão urbana, estruturando a metrópole em função da reprodução do capital. Em ampla medida, as ações estratégicas atuais guardam grande semelhança com o que se observa historicamente, embora também se explicitem diferenças que são fundamentais. Todavia, o crescimento metropolitano, bem como sua espacialização, foi amplamente suportado pelos investimentos estatais na atividade industrial, determinando e fazendo cumprir o ordenamento territorial estabelecido.

De fato, se considerarmos o fundamento desse ordenamento territorial que, sob aparente desordenamento, pareceu ter escapado ao planejamento, podemos compreendê-lo como inerente a este. Refiro-me, aqui, aos diversos loteamentos, irregulares sob o ponto de vista da legalidade urbanística, que se espalharam ao norte e a oeste da RMBH. Na medida em que tais loteamentos se consubstanciaram na forma de resolução da condição de permanência na metrópole, por um lado, estes não só atenderam à dinâmica industrial como foram fundamentais para ela que, por sua vez, foi fundamentada na baixa composição orgânica; por outro, tais loteamentos também expressam formas de atuação que, se em princípio são informais porque ilegais dentro da dinâmica imobiliária,

³⁹¹ COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, R.L.M. et al. (org.) Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994. Pág. 58.

retroalimentam os segmentos formais desse setor, ampliando as possibilidades de acumulação nesse segmento econômico. Ao mesmo tempo em que na região centro-sul da metrópole a acumulação desse setor relacionou-se ao processo de verticalização – que se consolidou a partir da década de 1980 – fundamentado na promulgação da Lei de Uso e Ocupação do Solo – 2.662/76 e em sua revisão, LUOS 4.035/85, na região norte tal acumulação vinculou-se aos loteamentos ditos irregulares. Assim, ao sul (e, em parte, nos sentidos sudoeste e sudeste), bairros outrora de uso residencial e com permissão de unidades verticais de baixo potencial construtivo foram alteradas, exacerbando as condições de atuação da indústria da construção civil. Já a oeste e ao norte, alcançando a região metropolitana, predominou a profusão dos loteamentos irregulares ou o reparcelamento daqueles já iniciados na década anterior.

De alguma forma, o direcionamento da atividade industrial para a região oeste causou certo conflito com usos já consolidados. Isso porque, no Barreiro, configuravam-se as áreas de descanso de fins de semana para classes mais abastadas da capital. Foi nesse contexto que o complexo turístico e de lazer da Pampulha foi engendrado, consubstanciando-se, porém, em estratégia do Estado para redirecionar, parcialmente, o perfil da ocupação da região norte da capital. Sob essa perspectiva, em torno do complexo da Pampulha (e do *campus* universitário) foram produzidos loteamentos destinados às classes mais abastadas, principalmente o São Luiz e o Bandeirantes, cuja ocupação foi garantida pelas características de seu parcelamento e legislação.

Embora no entorno desses dois bairros tenham sido produzidos outros para classes sociais de rendimentos médios, como o Jardim Atlântico, o Santa Amélia, o Ouro Preto e o Jaraguá, a característica que predominou foi a de caráter “popular”, configurando ao longo da Avenida Antônio Carlos bairros ocupados por classes sociais de rendimentos mais baixos, tais como Lagoinha, Aparecida, Bonfim e Liberdade, entre o centro e o complexo da Pampulha. E posterior a Pampulha, bairros como Santa Mônica, Jardim Leblon, Planalto, Piratininga, São João Batista, Jaqueline etc.

Dessa maneira, a ação de Juscelino Kubitschek³⁹² de redirecionamento da ocupação dessa região deu-se apenas de maneira parcial. Como bem demonstrou Flávio Villaça, mesmo a ocupação de São Luiz e Bandeirantes ocorreu de forma bastante lenta, visto que os consumidores daqueles loteamentos direcionavam-se para outros, localizados ao sul capital, tais como os bairros Cidade Jardim, São Bento, Santa Lúcia, Mangabeiras e Belvedere³⁹³. Assim, a ocupação dos bairros no entorno do complexo da Pampulha em ritmo mais lento que o esperado pelo setor imobiliário deveu-se, essencialmente, às amplas possibilidades de valorização existentes na região centro-sul da capital, desde glebas passíveis de serem loteadas até a verticalização de bairros de ocupação tradicional, como ocorrido em Lourdes, Santo Agostinho e Funcionários.

Outra característica importante da região norte de expansão de Belo Horizonte é a grande disponibilidade de terrenos para a incorporação imobiliária, inclusive nos limites da própria capital³⁹⁴. Contudo, as condições mais atraentes de investimento para reprodução do capital em grande escala (até então latentes) encontram-se nas cidades que compõem a RMBH ao norte da capital, cujas possibilidades de aproveitamento dependem de investimentos que reestruturem a região norte (inclusive sua representação) da RMBH. Por sua vez, trata-se de condições que podem se revelar bastante atraentes à indústria da construção civil, considerando-se que nessa região existem (simultaneamente e em grande quantidade) condições de atuação bastante favoráveis para o atendimento de todos os segmentos sociais.

³⁹² Certamente que as ações empreendidas por JK foram representativas de interesses de classes que se materializavam como dominantes e não como ação messiânica de um único sujeito que supostamente redefiniu os caminhos da reprodução social.

³⁹³ “Na década de 1940, Pampulha era, sem dúvida, considera longe para uma Belo Horizonte de poucas centenas de milhares de habitantes e para uma burguesia de mobilidade territorial relativamente baixa. Contudo, mesmo em meados da década de 1970, Pampulha ainda perdia para a zona sul na preferência das classes média e acima da média, apesar de Belo Horizonte ter mais de 1 milhão de habitantes e de a mobilidade territorial da burguesia ter aumentado bastante. Ainda na década de 1990, a região da Pampulha estava estagnada como região de moradia de alta renda”. VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2001. Pág. 201.

³⁹⁴ Refiro-me aqui, principalmente, à área conhecida com Granja dos Werneck ou Região do Isidoro, com quase 10KM, superior à área central interna à Avenida do Contorno.

4.3 – Fundamentos da necessidade do reordenamento territorial engendrado na região norte pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH

Dentre as características mais atrativas da região norte de expansão da metrópole destaca-se o fato de que esta comporta desde a produção de empreendimentos que se valorizam no bojo do programa “Minha Casa, Minha Vida” I e II (empreendimentos que têm se situado principalmente em Ribeirão das Neves e Santa Luzia) até a produção de empreendimentos de altíssimo luxo, como o condomínio Reserva Real, localizado entre Jaboticatubas e Lagoa Santa. E, ainda, o que o torna bastante complexo (e exacerba sua valorização), empreendimentos ligados à atividade industrial, principalmente aquelas vinculadas à chamada “tecnologia de vanguarda”. Assim, a heterogeneidade que outrora se constituía em um entrave à valorização do espaço na região norte, constitui-se, na atualidade, em condições bastante favoráveis à reprodução ampliada dos capitais, que têm na produção do espaço importante campo de atuação. É nesse contexto que se insere o planejamento estratégico engendrado pelo PDDI-RMBH, no qual se destacam empreendimentos estatais que vêm sendo produzidos desde os primeiros anos desse século, e cujo sentido é o de transformar a região norte em importante lócus de reprodução ampliada para os capitais que atuam na produção do espaço.

O entrave em que se constituía a heterogeneidade à viabilização dessa região foi transformado em um fator favorável, o que exigiu o engendramento de uma estratégia mais elaborada, cujo núcleo central é o de *segmentação dessa região de expansão*. É ela que permite produzir para todos os estratos sociais solváveis, inclusive (e principalmente) aqueles cuja solvabilidade vincula-se ao programa habitacional do governo federal. E, no bojo dessas possibilidades, empresas como o grupo Líder, de atuação tradicional nos segmentos “luxo” e “alto luxo” na capital, têm ampliado significativamente seus investimentos na construtora do grupo que atua para os segmentos de rendimentos médios e baixos, cujas incorporações, majoritariamente, concentram-se na região norte. Devido à característica histórica de ocupação da região norte, fica claro que (tal como a região oeste) esta se constitui em espaço apropriado para empreendimentos destinados às classes sociais de rendimentos mais baixos. Assim, municípios como Santa Luzia e Ribeirão das Neves são viabilizados pela instrumentalização dessas características históricas,

redefinindo apenas o “perfil” de ocupação para segmentos que reúnam as condições mínimas de solvabilidade que são adquiridas no contexto da extensão do crédito via financiamento da habitação.

Todavia, outros municípios que, em princípio, poderiam ser incorporados sob essa mesma perspectiva, são reservados para outros empreendimentos, tais como parques industriais do tipo “*tecnópolis*”, e não para a construção de meros distritos industriais e empreendimentos imobiliários classificados como “condomínios residenciais” e não conjuntos habitacionais. Dessa forma, municípios como Lagoa Santa, Confins, Jaboticatubas e Vespasiano caracterizam-se pelo redirecionamento de sua incorporação, cujo sentido é o de enfatizar empreendimentos destinados às classes sociais de rendimentos médios e elevados. Porém, para sua viabilização, ainda restava como barreira a ser superada a representação negativa acerca da distância/acessibilidade da região norte da capital, sendo que é no sentido de alterar essa representação para torná-la mais atrativa como mercadoria que o Estado vem atuando através da produção de empreendimentos atualmente em curso e em estudo de viabilidade.

Quanto ao entrave, este se resolve pela acessibilidade (ou seu discurso), visto que a relação com o espaço-tempo não se mede mais pela proximidade, mas fundamentalmente pelas condições de deslocamento. É nesse sentido que se inscreve a reprodução dos eixos viários estruturais da região norte como a linha verde, a ampliação das avenidas Antônio Carlos e Pedro I, a extensão da Avenida Pedro II e, ainda, a produção do rodoanel norte, que deverá integrar as regiões oeste e norte da RMBH. Dessa maneira, embora esses empreendimentos e estratégias componham aspectos setoriais, entendo que eles devam ser considerados dentro do contexto mais amplo que inscreve a produção do espaço nos circuitos de reprodução do capital.

4.4 – As vias de integração/reestruturação da região norte da RMBH

Conforme já afirmado anteriormente, a região norte de expansão da RMBH consubstancia-se em um campo de amplas possibilidades de valorização de capitais através da reprodução do espaço, principalmente para os setores que atuam diretamente em sua produção. Isso porque os empreendimentos produzidos nessa região transformaram em condições efetivas aquelas que até então apareciam apenas como “reserva de valor” ou latentes. A alteração fundamental dessa condição refere-se à suposta solução de dois fatores que se consubstanciavam como entraves fundamentais à viabilização de empreendimentos privados: o que se refere às condições de ligação da região norte à região centro-sul da capital e o caráter heterogêneo da primeira. É recorrente na fala de empreendedores da construção civil³⁹⁵ que entre os principais obstáculos para a viabilização da região norte da capital destacam-se os acessos precários à região. Em resposta consonante a esse discurso, a partir dos primeiros anos da década passada, foram iniciados diversos empreendimentos levados a cabo pelo Estado no sentido de reestruturar as condições de acesso e, assim, a própria região norte de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Embora sejam empreendimentos que assumam a aparência de ações inovadoras – alardeadas como “o maior conjunto de obras de Belo Horizonte das últimas décadas” –, estes se constituem em continuidades ou retomadas de empreendimentos de momentos anteriores já traçados para a capital, haja vista que, ao longo da produção do espaço da RMBH, é marcante a ação do Estado no sentido de promover o crescimento econômico via industrialização.

Um dos empreendimentos viários em curso é o prolongamento da Avenida Pedro II, integrando-a à Avenida Tancredo Neves, ambas localizadas nas regiões institucionais

³⁹⁵ Em 2005, realizei sete entrevistas com empreendedores da construção civil que até então atuavam predominantemente na região sul de expansão da metrópole. Para todos perguntei sobre o futuro da atuação da construção civil diante da representação que se constituía de diminuição das possibilidades de atuação nos patamares e condições favoráveis aos empreendedores. Em todas as respostas havia grande expectativa sobre a viabilização de novas condições nos municípios contíguos a Belo Horizonte ao sul, mas também em relação à região norte. Contudo, sobre esta, aparecia sempre o “senão” que se vinculava à necessidade de o Estado solucionar o que em suas falas aparecia como “gargalo” de acesso aos municípios situados ao norte da capital. O problema representado pelas condições de trânsito como um dos grandes entraves para a região também aparece em entrevistas publicadas em cadernos especializados dos jornais da RMBH.

Noroeste/Pampulha. Um dos sentidos principais desse empreendimento é a valorização dessa “sub-região” para a viabilização de empreendimentos em bairros do entorno, tais como o Castelo e Manacás. Porém, essa valorização ocorreu não apenas pela reestruturação dessas vias de trânsito, mas também pela retirada da favela São José, que existia naquele lugar desde 1970, e que está sendo totalmente removida em função dessa reestruturação viária.

No entanto, o encontro das vias de trânsito não é único que ocorre na favela São José e que demonstra os sentidos que perpassam a reestruturação do espaço urbano de Belo Horizonte. Nela também se encontram dois dos principais empreendimentos que sustentam a reestruturação da capital: o programa Vila Viva e a reestruturação da região norte. O prolongamento/ligação dessas avenidas é tributário do Vila Viva, programa que, embora apareça como de “urbanização”, tem-se constituído, efetivamente, em um programa de revalorização de áreas ocupadas por favelas, além de importante *locus* de investimento do capital financeiro via ação do Estado³⁹⁶.

No caso da favela São José, as práticas de remoção sumárias também se encontram: as ações para sua erradicação mobilizaram recursos da ordem de R\$115 milhões de reais, obtidos junto ao Plano Aceleração de Crescimento – PAC do governo federal. Segundo informações da URBEL, todas as 2.200 famílias serão retiradas do local, sendo que, destas, aproximadamente 1.400 serão reassentadas nas unidades habitacionais verticalizadas erguidas por construtoras privadas no bairro Manacás, nas imediações da antiga favela. Já as outras famílias, “indenizadas” com recursos médios em torno de R\$17.000,00, foram deslocadas para outras favelas existentes na capital ou para outros municípios da RMBH, principalmente Santa Luzia e Ribeirão das Neves ou mesmo para o interior do Estado, como ocorrido em outras favelas alvo do programa Vila Viva.

³⁹⁶ Conforme dito em nota anterior, até o momento, o programa Vila Viva já mobilizou investimentos superiores a 1 bilhão de reais. Em entrevista realizada em função de pesquisa mais aprofundada das ações desse programa no Aglomerado da Serra, fui informada de quanto os estudos detalhados como os realizados no âmbito do Plano Global Específico das favelas foram determinantes para o acesso a linhas de crédito do governo federal, tanto de recursos a serem investidos na promoção de saneamento básico quanto em habitações de interesse social. Não há dúvidas de que esses espaços de extrema precariedade são a outra face da acumulação capitalista da riqueza. Contudo, se antes eles assumiam a aparência de “efeito colateral”, programas como o Vila Viva demonstram que esses espaços são, na verdade, novos “nichos” de atuação do capital em seu movimento de reprodução. Nessa perspectiva, não é desimportante que, embora empregue moradores da favela na produção desses empreendimentos, em nenhum deles são adotadas ações como a construção de moradias por mutirão ou cooperativas, por exemplo. Em todas as favelas atuam consórcios das grandes construtoras da construção civil.

As informações disponíveis no sítio eletrônico da URBEL acerca do Vila Viva da favela São José são bastante esclarecedoras do sentido de reurbanizar ou do que se pretende reavivar. Fica bastante claro que não é a “vila”, visto que esta foi totalmente destruída para ser reproduzida em outros termos: verticalizada, construída por consórcios de grandes construtoras da construção civil. Ao contrário, as ações na São José demonstram uma das formas encontradas para a contradição em que se constituem as favelas como o “lugar fora das ideias e as ideias fora do lugar”³⁹⁷. Com a aparente consideração das ideias de dentro lugar (via PGE), é o lugar que é retirado do lugar, para que este cumpra afinal o destino de mediar/integrar espaços cuja valorização estava estancada em função de lugares que estavam onde não deveriam estar:

as intervenções do Programa Vila Viva, que estão sendo realizadas com recursos a fundo perdido no valor de R\$ 115 milhões, do PAC (Programa de Aceleração Econômica) (sic!) do governo federal, vão transformar o panorama urbanístico e ambiental da região. [ou seja, destravar sua valorização] (...) Além de melhorar as condições de vida das pessoas, o programa ataca antigos problemas da região. Dentre eles o gargalo do trânsito, as constantes inundações e a precariedade do saneamento. O Vila Viva também prevê a implantação de áreas de lazer e convivência próximas aos blocos de apartamentos; a canalização do córrego; a implantação de rede de água e de esgoto; a urbanização de 25 vias; a construção de rotatória com área interna para futura implantação do BHBus; o prolongamento das avenidas Pedro II e Tancredo Neves numa extensão de 1,8 quilômetros e da Avenida João XXIII em um quilômetro, que irá propiciar novas opções de trânsito às regiões Noroeste, Pampulha e Venda Nova, além de melhorar a acessibilidade para o município de Contagem.³⁹⁸ (destaques meus)

A meu ver, os termos da URBEL dispensam maiores elaborações para compreendermos afinal quais são os interesses que predominam e, mais ainda, quais os caminhos da reestruturação urbana em curso em Belo Horizonte.

A favela São José, que em princípio seria removida parcialmente apenas para a integração/prolongamento das vias, dentro do planejamento atual de reestruturação do trânsito do programa de Reestruturação Viária de Belo Horizonte – VIURBS ou simplesmente “Corta Caminhos” – será totalmente destruída para a futura instalação de

³⁹⁷ MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. E, ainda: OSTOS, L. M. B. As ideias dentro do lugar: Plano Global Específico; as ideias brotadas do lugar: participação e conteúdo. Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte - MG. 2004. 190. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 2004.

³⁹⁸ Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=17391&chPlc=17391, acessado em 27 de julho de 2011.

uma das estações de integração do sistema BRT e de linhas convencionais. As imagens a seguir compõem o material de divulgação desse projeto:



Figura 11: Prospecto da estação do VIURBS que deverá substituir a favela São José, atualmente em fase de remoção, como um dos empreendimentos estruturantes de Belo Horizonte para os jogos de 2014.

Conforme já expresso anteriormente, os investimentos realizados no Vila Viva da favela São José foram de cerca de 115 milhões de reais. Desses, a parcela mais significativa foi investida nos eixos viários com o intuito de “resolver” o “gargalo” de acesso à região norte de expansão, imprescindíveis para a valorização das áreas no entorno dessas vias passíveis de incorporação para a produção de empreendimentos destinados às classes sociais de rendimentos médios. Esse, seguramente, não é o caso dos antigos moradores da favela que, conforme levantamento da URBEL, era composta por famílias que, em sua grande maioria, obtinham rendimentos inferiores a um salário mínimo. Assim, embora esse empreendimento aponte os antigos 9.000 moradores como grandes beneficiados desse processo de valorização, é possível afirmar que pelo menos 40% sejam atingidos apenas negativamente, já que, para estes, tal empreendimento significou, essencialmente, a expropriação do lugar no qual viviam. Isso porque unidades habitacionais produzidas na atualidade em bairros como Manacás e Castelo são oferecidas por preços que se situam

bem acima do que comporta a renda de quem aufer mensalmente menos que um salário mínimo.

4.4.1 – A ampliação das avenidas Antônio Carlos e Pedro I e a produção da linha verde e seu contexto na reestruturação da RMBH

A ampliação da Avenida Antônio Carlos e a produção da linha verde são empreendimentos que objetivam claramente reestruturar a região norte de expansão, e é sob essa condição que se associam aos processos mais gerais que envolvem o reordenamento da metrópole engendrado em seu planejamento estratégico. Assim, procuro situar esses empreendimentos no bojo do contexto que os sustenta e ao qual visam redefinir. Tal como a extensão da Avenida Pedro II, o alargamento da Avenida Antônio Carlos assume importância estratégica para a viabilização dos capitais investidos (ou que ainda o serão) na região norte da capital.

Construída na década de 1940, o projeto original previa um avenida duplicada com 50m em toda a sua extensão, ligando o centro ao complexo turístico da Pampulha, também construído nessa década durante o governo de Juscelino Kubitschek. Esse aspecto é relevante na medida em que demonstra que desde meados do século XX a região norte consubstanciava-se em um “eixo” de expansão estratégico da capital, pelo menos sob a perspectiva do Estado. Contudo, apesar do planejamento e de empreendimentos que visam a redirecionar os investimentos, estes são também tributários da atuação do capital, o que revela os limites do planejamento e suas estratégias correspondentes. Portanto, ainda que o Estado continue atuando no sentido de “conhecer os desequilíbrios territoriais causados pela livre atuação do mercado nesse segmento”, porque, corretamente, compreender é fundamental para esse conhecimento, o processo histórico demonstra como é, ao menos parcialmente, ilusório acreditar ser possível uma “atuação do planejamento voltado para a correção destes descompassos e o direcionamento das dinâmicas futuras”³⁹⁹, visto que estas dependem essencialmente dos interesses da reprodução do capital.

³⁹⁹ PDDI-RMBH, 2010. Pág. 4

Diante da magnitude das possibilidades de atuação na região centro-sul da capital, o redirecionamento do crescimento da cidade para a região norte não se efetivou, pelo menos não plenamente e nos termos engendrados pelo Estado, devido a fatores já citados anteriormente.

Porém, foi o intenso adensamento de bairros ocupados pelos segmentos sociais de rendimentos mais baixos nas regionais norte, nordeste, noroeste e venda nova, bem como o de municípios situados a noroeste e norte de Belo Horizonte, a partir das décadas de 1960/70, que recolocou a discussão acerca da necessidade de ampliação da avenida arterial de ligação da região norte ao centro da cidade. Sob esse argumento, mas, principalmente, como estratégia para a viabilização de extensas áreas existentes a leste/nordeste da cidade, na década de 1970/80, o Estado retomou o projeto, da década de 1950, da produção de outra avenida arterial de ligação centro-norte da capital, a Avenida Cristiano Machado. Apesar da posterior ampliação dessa avenida pela eliminação do canteiro central e construção da faixa exclusiva para transporte coletivo, a representação do trânsito como grande entrave ao crescimento econômico da região norte continuou bastante presente.

Esse discurso, ao mesmo tempo em que confirmava boa parte da região como reserva de valor, também reafirmava a região sul como *locus* privilegiado para a expansão de empreendimentos imobiliários. A partir das décadas de 1980/90, foram intensificados loteamentos na forma de “condomínios fechados” em municípios localizados na região sul de expansão da capital, consolidando-a, bem como a intensificação de seu potencial construtivo, em bairros em que até então se restringia ou mesmo se impedia a verticalização.

De fato, é possível afirmar que o “núcleo duro” da reprodução de capitais que atuam na produção do espaço localizou-se nessa região de expansão da metrópole. Em grande medida, os empreendimentos foram impulsionados pela extensão dos chamados “condomínios fechados” em municípios como Nova Lima, principalmente através de parcerias entre empresas da construção civil e mineradoras detentoras de amplas parcelas do território que integra o quadrilátero ferrífero⁴⁰⁰, mas também pela verticalização de

⁴⁰⁰ Sobre a região sul de expansão da metrópole, além do já citado COSTA, H. S. M. et al.; Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul; ver

glebas remanescentes ainda nos limites de Belo Horizonte, tal como ocorreu em bairros como Buritis e, principalmente, Belvedere III.

Embora ainda existam amplas possibilidades de incorporação na região sul⁴⁰¹, estas se encontram, em grande medida, vinculadas às mineradoras que detêm a propriedade da terra, o que limita a ação de outros empreendedores imobiliários, visto que a relação com o proprietário fundiário é fundamental para a viabilização de qualquer empreendimento. E, como bem demonstram Maysa Rodrigues e Eliano Freitas, não se trata de proprietários fundiários que no embate com o capital industrial se vejam em condições desfavoráveis para determinar os termos da negociação. É nesse sentido que a consideração do discurso acerca da escassez ou saturação de terrenos na região sul não se configura. O que ocorre é que naquela porção do território a propriedade fundiária ergue-se com toda a sua força, tornando-se um empecilho difícil de ser superado, já que o proprietário da ampla maioria das áreas (mineradora Vale) consegue reter grandes “estoques de terras” para valorização, ao mesmo tempo em “descobriu” na produção de empreendimentos imobiliários outro importante campo de atuação.

Dessa maneira, as glebas não incorporadas da região norte de expansão, até então mantidas como reserva de valor, tornam-se objeto de interesse desses empreendedores, que veem limitadas suas possibilidades de atuação na região sul da metrópole. Foi nesse contexto que o alargamento da Avenida Antônio Carlos, ao lado da produção da linha

também: FREITAS, E. S. M. *A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte: Apa-sul RMBH, mapeando novas raridades*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. (Dissertação de mestrado em Geografia). E, ainda: RODRIGUES, M. G. *Zona de fronteira: os limites da gestão urbana. Estudo de caso sobre a expansão recente da zona sul de Belo Horizonte e Norte de Nova Lima*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC-Minas. 2001.

⁴⁰¹ Como pode ser visto em estudo detalhado sobre a região sul: INSTITUTO HORIZONTES. Programa de Ações Estratégicas do Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Instituto Horizontes, 2010. Conforme expresso na apresentação do referido documento: “O Programa de Ações Estratégicas do Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte é um trabalho que o Instituto Horizontes está desenvolvendo sob o patrocínio da Associação dos Empreendedores da Vila da Serra e Vale do Sereno, da Anglogold, da Vale e do BH Shopping”. (PAE VETOR SUL, 2010 – apresentação). Já o fragmento seguinte dá um bom indício das possibilidades de atuação referidas: “outro elemento importante na conjuntura atual da unidade de análise ora estudada é o empreendimento da Vale na extinta mina de Águas Claras. A companhia prevê a implantação de um centro urbano de uso comercial e residencial, em uma área de 194 hectares, na antiga Mina das Águas Claras, que, voltada para a exploração de minério de ferro, foi exaurida em 2002. Como âncora para impulsionar o empreendimento, a Vale anunciou que vai construir, no local, o seu novo centro administrativo em Minas Gerais, onde pretende reunir todos os setores da empresa que hoje estão em diferentes pontos de Belo Horizonte. Estima-se que, apenas pela Vale, trabalharão no novo centro administrativo cerca de 2.500 pessoas. Quando estiver completamente pronto, a perspectiva é de que o espaço total do Projeto Águas Claras conte com uma população fixa e flutuante em torno de 20 mil pessoas”.(PAE VETOR SUL, 2010, pág. 80-81)

verde, foi recolocado com bastante ênfase. O percurso efetivamente ampliado da Avenida Antônio Carlos a partir de 2004 foi aquele que corresponde do Complexo da Lagoinha na região central de Belo Horizonte ao Viaduto São Francisco (anel rodoviário), visto que o trecho que aí se inicia até a barragem da Lagoa da Pampulha já se encontrava de acordo com o planejado. O infográfico a seguir, exibido pelo Jornal Estado de Minas em 2010, apresenta o empreendimento:



Figura 12: Trecho do alargamento da Avenida Antônio Carlos. O segmento destacado em amarelo corresponde ao que já se encontrava de acordo com o projeto original. Fonte: Jornal Estado de Minas.

Porém, em toda a sua extensão (que também envolveu o trecho já ampliado), foi produzida uma faixa exclusiva para a circulação de transporte coletivo. Além dessa mudança, também foram produzidas duas trincheiras – uma na interseção com a Avenida Santa Rosa (nos bairros São Luiz e Aeroporto) e outra na interseção com a Avenida Bernardo Vasconcelos (bairro Aparecida). Se no caso da trincheira Santa Rosa (tal como o viaduto que está sendo construído na interseção com a Avenida Abraão Caram, na Figura 13 destacado com o número 1) o objetivo é eliminar a retenção no cruzamento de vias e acelerar o deslocamento, o sentido da outra trincheira vai além desse aspecto. De fato, as avenidas Bernardo Vasconcelos e Américo Vespúcio constituem-se em importantes elos entre as avenidas Antônio Carlos, Cristiano Machado e Pedro II, constituindo, assim, um “sistema” de integração das principais vias de trânsito das regiões nordeste/norte/noroeste, que estão sendo objeto de reestruturação, além da integração já possível via anel rodoviário. Sobre isso, é importante dizer que, de acordo com os diagnósticos da BHTRANS, um dos grandes problemas da integração viária de Belo Horizonte é o limitado número de avenidas perimetrais, ou seja, as que interligam as vias

arteriais. A figura a seguir, divulgada no sítio eletrônico da PBH, registra essa trincheira na interseção das Avenidas Bernardo Vasconcelos, Antônio Carlos e Américo Vespúcio:



Foto 27: Avenida Antônio Carlos, com a pista exclusiva para transporte coletivo, na trincheira que liga as avenidas Bernardo Vasconcelos e Américo Vespúcio que, por sua vez, fazem a ligação entre as avenidas Cristiano Machado, Antônio Carlos e Pedro II, via Avenida Carlos Luz. Fonte: www.pbh.gov.br

De acordo com reportagens veiculadas em jornais da capital em 2008/2010, foram investidos aproximadamente R\$350 milhões de reais na reestruturação da Avenida Antônio Carlos, oriundos dos governos federal, estadual e municipal. Desse montante, R\$ 76 milhões foram destinados às desapropriações/remoções, que ocorreram principalmente no trecho entre a Rua Aporé (bairro Aparecida) e o complexo da Lagoinha/centro. Inicialmente, a reestruturação dessa avenida se deu com recursos do município captados junto ao governo federal, forma pela qual foram realizadas as duas primeiras etapas do empreendimento. Contudo, após a 2ª fase (duplicação do viaduto São Francisco até a Rua Aporé), o governo municipal apontou para a incapacidade financeira de dar sequência ao empreendimento dentro do cronograma estabelecido. Diante desse quadro, o governo estadual assumiu a conclusão do empreendimento no trecho correspondente à Rua do Operários/Complexo da Lagoinha, fazendo o aporte dos

recursos necessários à conclusão dentro do cronograma estabelecido. Dos cerca de R\$250 milhões investidos nessa etapa, aproximadamente R\$190 milhões foram realizados pelo governo estadual, como forma de evitar o atraso do cronograma da reestruturação da região norte.

Conforme explicitado no sítio eletrônico do governo de Minas Gerais, a importância desse empreendimento deve-se ao fato de que a

a conclusão do alargamento da Antônio Carlos vai criar um corredor de ligação entre os aeroportos da Região Metropolitana (Pampulha e Confins) e o Centro de Feiras e Exposições de Minas Gerais (Expominas). *Uma via de acesso rápido que, juntamente com a Linha Verde, vai alavancar o desenvolvimento do turismo de negócios da capital. (...) Os investimentos na região tendem a crescer com a valorização de imóveis comerciais e residenciais sob a área de influência da Avenida e a possibilidade da mudança de zoneamento da área. O desenvolvimento vai permitir a atração e instalação de empreendimentos, gerando empregos diretos e indiretos durante e depois da construção da obra*⁴⁰².

A meu ver, é importante fazermos algumas considerações acerca da parceria estabelecida entre os governos municipal e estadual na continuidade da duplicação da Avenida Antônio Carlos. Não me refiro aqui ao fato da aproximação (supostamente improvável) entre políticos de legendas de partidos opostos (e, novamente, com perspectivas e concepções supostamente antagônicas): Partido dos Trabalhadores – PT e Partido Social Democrático Brasileiro – PSDB, respectivamente. A junção do apoio do então prefeito Fernando Pimentel (PT) e do governador Aécio Neves (PSDB) para eleger o atual prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, por outra legenda, demonstrou a proximidade de interesses e concepções acerca do planejamento estratégico para Belo Horizonte, independente das legendas de partidos políticos. Em termos sucintos, o consenso é amplamente alcançado em Belo Horizonte nessa quadra da história. O que destaco é o fato de o governo estadual ter se mobilizado para evitar atrasos significativos no cronograma do empreendimento. Entendo-o como significativo porque, a meu ver, esse fato associa-se ao tempo de rotação dos capitais investidos na produção desse eixo viário, que tem seu tempo atrelado aos eventos esportivos que ocorrerão em Belo Horizonte em 2013 e 2014. De fato, parte considerável dos investimentos esperados, tal como aqueles vinculados à expansão da rede hoteleira, tem nesses eventos momentos importantes para sua viabilização, já que as leis de exceção estão atreladas a eles. Assim,

⁴⁰² Disponível em: <http://www.transportes.mg.gov.br/index.php/component/content/article/796-duplicacao-da-antonio-carlos-segunda-etapa.html>, acessado em 26 de julho de 2011, às 19h46.

entendo que a importância do prazo da execução das vias não se explica por si só, mas, fundamentalmente, pelo caráter reestruturador desse empreendimento que alcança toda a região norte e, de modo mais amplo, toda a região metropolitana. Dessa maneira, na medida em que a ampliação dessa avenida vincula-se a outros empreendimentos já em curso e também a outros que serão realizados, o atraso no cronograma poderia comprometer outros investimentos que o governo espera atrair para essa região, comprometendo assim o patamar de valorização esperado⁴⁰³.

Com o término da ampliação da Avenida Antônio Carlos⁴⁰⁴, teve início o processo de alargamento da Avenida Pedro I, que dá continuidade à ligação do centro da capital à região norte através desse eixo viário. Entre o trecho correspondente à trincheira Santa Rosa, na Avenida Antônio Carlos, até o viaduto da Avenida Pedro I sobre a Avenida Vilarinho (Venda Nova), serão ampliados aproximadamente 2,6Km da Avenida Pedro I, com investimentos previstos, inicialmente, de R\$417 milhões, sendo que destes, R\$200 milhões foram destinados à indenização pelas desapropriações ocorridas ao longo de toda a via. No projeto está previsto que a via esteja totalmente ampliada – passando de seis para dez faixas de trânsito – em outubro de 2012, quando deverá ser iniciada a ampliação da Avenida Vilarinho. A figura a seguir (Figura 13), publicada pelo jornal Estado de Minas, apresenta o empreendimento:

⁴⁰³ Tal como ocorrido com a favela São José, em função da extensão da Avenida Pedro II, a duplicação da Avenida Antônio Carlos também provocou a retirada de centenas de famílias que formavam a favela Nova Cachoeirinha III. Todas as famílias foram indenizadas nos termos instituídos pelo PROAS, sendo que o valor da indenização alcança os já citados R\$17.000,00.

⁴⁰⁴ Embora a ampliação em si tenha terminado dentro do cronograma estabelecido em princípio, erros de cálculo impuseram a destruição e a reconstrução da trincheira na interseção entre as Avenidas Santa Rosa e Antônio Carlos, inicialmente concluída em 2008 para acelerar o fluxo. Também com intuito de acelerar o fluxo pela eliminação de semáforos, teve início em 2011 a produção de um viaduto na interseção dessa avenida com a Avenida Abraão Caram.

UMA NOVA AVENIDA

A Avenida Pedro I, continuação da Avenida Antônio Carlos e importante ligação entre o Centro e o Votorantim, será um dos três corredores do transporte rápido por ônibus (sistema BRT, na sigla em inglês) que Belo Horizonte terá até a Copa 2014. Com seis faixas atualmente, ela ganhará uma pista exclusiva para coletivos, com duas faixas por sentido, além de estações de embarque e desembarque. Por esse sistema, o pagamento da tarifa ocorre antecipadamente e as plataformas são construídas no mesmo nível do degrau do ônibus, tornando mais fácil a entrada dos passageiros.



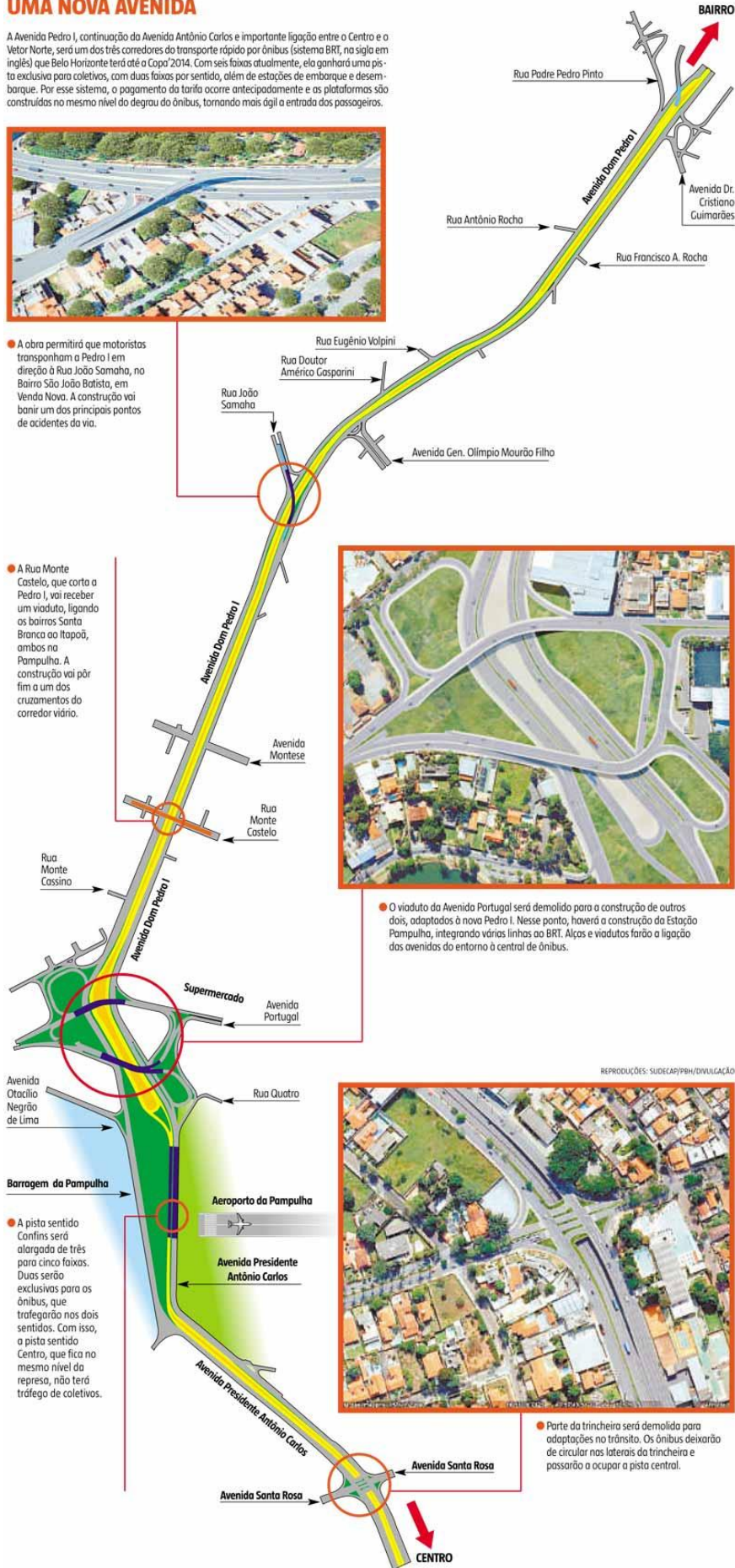
● A obra permitirá que motoristas transponham a Pedro I em direção à Rua João Samaha, no Bairro São João Batista, em Venda Nova. A construção vai banir um dos principais pontos de acidentes da via.

● A Rua Monte Castelo, que corta a Pedro I, vai receber um viaduto, ligando os bairros Santa Branca ao Itapoá, ambos no Pampulha. A construção vai pôr fim a um dos cruzamentos do corredor viário.

● O viaduto da Avenida Portugal será demolido para a construção de outros dois, adaptados à nova Pedro I. Nesse ponto, haverá a construção da Estação Pampulha, integrando várias linhas ao BRT. Alças e viadutos farão a ligação das avenidas do entorno à central de ônibus.

● A pista sentido Confins será alargada de três para cinco faixas. Duas serão exclusivas para os ônibus, que trafegarão nos dois sentidos. Com isso, a pista sentido Centro, que fica no mesmo nível da represa, não terá tráfego de coletivos.

● Parte da trincheira será demolida para adaptações no trânsito. Os ônibus deixarão de circular nos laterais da trincheira e passarão a ocupar a pista central.



REPRODUÇÕES: SUDECAP/PPH/DIVULGAÇÃO

Após a conclusão da ampliação da Avenida Pedro I, o projeto prevê a instalação do que vem sendo chamado de *sistema Bus Rapid Transit (BRT)*, cuja implantação está estimada em R\$700 milhões de reais e é apresentada como a solução para o trânsito na copa de 2014, em substituição à extensão/produção do sistema de trens metropolitanos. Sua consideração é importante para compreendermos alguns aspectos fundamentais da reestruturação contemporânea de Belo Horizonte. Embora alardeada como inovadora, entendo que esta se dá reafirmando os antigos pressupostos da urbanização. Tal como ocorrido na década de 1930 em Nova Iorque, como demonstrado por Marshall Berman, o que se observa é a estripação do espaço urbano em função da produção de eixos viários de trânsito rápido com o intuito de viabilizar áreas cada vez mais distantes. O que aparece como novo é a reafirmação, no século XXI, da força de indústrias que, em ampla medida, caracterizaram o século XX ao induzirem a produção do espaço urbano em função das condições necessárias à sua reprodução. Embora seja objeto de reflexão do capítulo seguinte, não há como não registrar aqui que o custo desta viabilização se dá pela impossibilidade de realização do Urbano⁴⁰⁵ na metrópole contemporânea. Todavia, apesar da magnitude dos recursos investidos no eixo viário Antônio Carlos/Pedro I, bem como da importância de outros empreendimentos que apontam para a reestruturação da região norte de expansão da metrópole, o principal empreendimento engendrado nessa região foi o que envolveu a Avenida dos Andradas, a Cristiano Machado e a rodovia MG 010, constituindo a então chamada linha verde⁴⁰⁶.

Anunciada em 2004, a chamada linha verde é resultante da Lei Delegada de N° 65, de 29 de janeiro de 2003, e consiste na produção de uma via de trânsito rápido com extensão de 35,4 quilômetros, que atravessa mais de cem bairros de Belo Horizonte e

⁴⁰⁵ “Assim se forma esse conceito novo: o urbano. É preciso distingui-lo bem da cidade. O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido. (...) Não se trata de uma essência na acepção tradicional do termo entre os filósofos; não se trata de uma substância como tenderia fazê-lo acreditar este ou aquele termo utilizado de forma laudatória, como, por exemplo, urbanidade; trata-se antes, de uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social. (...) no próprio seio do processo negativo da dispersão, da segregação, o urbano se manifesta como exigência do encontro, da reunião, da informação”. (LEFEBVRE, 2008, pág. 84-85).

⁴⁰⁶ Embora o custo total divulgado da linha verde tenha sido inferior à ampliação da Avenida Pedro I e da Antônio Carlos, é no entorno desta que se constitui o maior simbolismo de progresso e modernização do eixo norte.

afeta, diretamente, dez municípios da RMBH. A figura a seguir expressa a abrangência da linha verde e seu alcance metropolitano, ligando o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, no município de Confins:

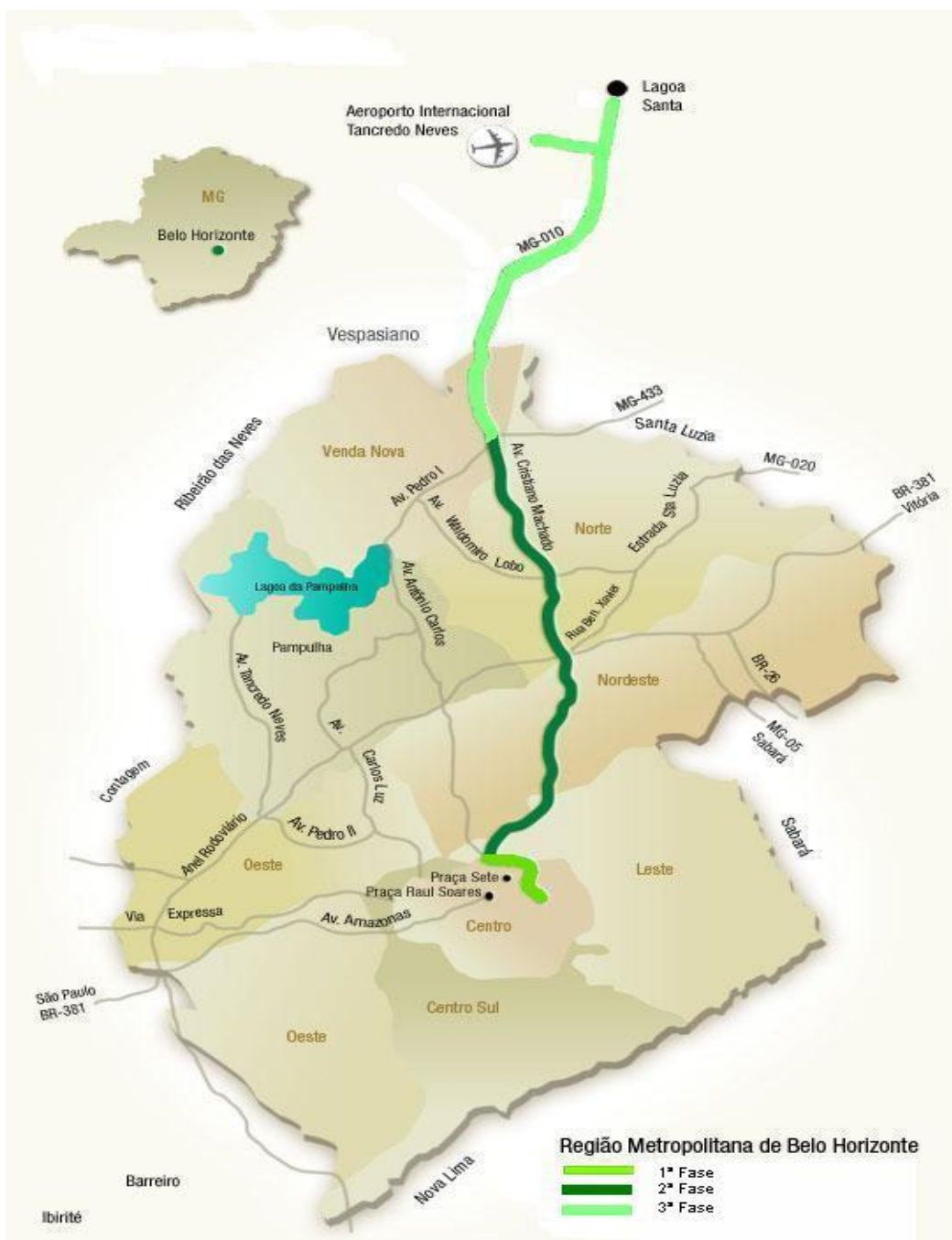


Figura 14: Croqui de apresentação do alcance da linha verde. Fonte: “Informações Básicas sobre a Linha Verde”.

Em princípio, essa via teria início na Avenida dos Andradas, no cruzamento com a Alameda Ezequiel Dias, e finalizaria na rodovia MG 010, no Aeroporto Tancredo Neves,

no município de Confins. Posteriormente, o trecho correspondente ao seu início foi modificado e estendido até o cruzamento da Avenida dos Andradas com a Avenida Mem de Sá. Essa alteração constituiu-se em importante fator de valorização para o *Shopping Boulevard*, construído na Avenida dos Andradas, nas imediações da Rua Pontaporã que, cerca de três anos antes, havia sido objeto de “urbanização”, pela retirada de parte dos moradores da favela Pontaporã então existente no local. Contudo, o que a meu ver também explica essa alteração é que essa extensão poderá integrar a linha verde com outro projeto estruturante da metrópole supostamente engavetado, o Anel da Serra que, como analisado no capítulo anterior, associa-se com a reestruturação dos eixos viários que integram Belo Horizonte aos municípios que compõem sua região sul e que estão ligados a empreendimentos como o de Águas Claras (Mineradora Vale) e Lagoa Seca (Mineradora Lagoa Seca).

Em 2003/2005, o projeto “Anel da Serra”⁴⁰⁷ foi intensamente rechaçado, principalmente pelos empreendedores imobiliários que atuavam na incorporação da Gleba da Foca, que deu origem ao empreendimento Belvedere III. A resistência encontrada naquele momento deveu-se à disputa entre os capitalistas que já haviam conformado o “estoque de terras” para a atuação na incorporação do Belvedere III e Vila da Serra, e que correspondia às maiores construtoras de Belo Horizonte e às mineradoras detentoras de propriedades fundiárias no reverso da Serra do Curral, principalmente Vale, *Anglo Gold* e Lagoa Seca. Diante do poderio bem equilibrado de ambos os lados, as construtoras, apoiadas pelos moradores de Belvedere e Mangabeiras, instrumentalizaram a discussão ambiental, apontando para o impacto que a produção de túneis na Serra do Curral e uma via como a proposta ao *cruzar o parque das Mangabeiras* causaria. Além desse contexto, este também foi o momento do estabelecimento do Zoneamento Ecológico Econômico da APA-Sul – ZEE-APA Sul, processo que absorveu amplamente a atenção das mineradoras que atuam no Quadrilátero Ferrífero e que, como demonstrou Eliano Freitas (2004), capitanearam e definiram os termos desse zoneamento. Considerando esses aspectos e, ainda, o fato de cruzar dois bairros de classes de alta renda – Belvedere e Mangabeiras – o projeto Anel da Serra deixou a “cena pública” e foi, supostamente,

⁴⁰⁷ É importante destacar que, na atualidade, encontra-se em discussão, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, a alteração do percentual de construção permitido na Serra do Curral. A vereadora Neusinha Santos apresentou projeto ampliando esse percentual de 20% para 40%.

“engavetado”. Contudo, como analisado no PGE do Aglomerado da Serra, fica claro que este não foi abandonado.

Outro aspecto favorável à produção do Anel da Serra no período atual, além da demanda em função dos novos empreendimentos, é que tanto as possibilidades de atuação em grande escala no Belvedere III quanto no Vila Serra já se esgotaram. Por sua vez, os congestionamentos na região sul tornaram-se mais intensos e o processo de descomissionamento da mina de Águas Claras chegou ao fim. Ao que tudo indica, o movimento organizado que se formou – em função de interesses comuns – contrário ao Anel da Serra não reúne mais a força organizativa para impedir sua produção. Principalmente porque os empreendedores imobiliários, outrora contrários, deverão alinhar-se a favor desse empreendimento, tornando inexorável sua produção. O que possivelmente deverá ocorrer é a alteração de uma parte do projeto original desse eixo viário (re)estruturante. E é justamente essa alteração que vincula, diretamente, o programa de “urbanização” Vila Vila à reestruturação produtiva da metrópole, revelando-o em sua essência como um projeto de revalorização de espaços ocupados por favelas. Isso porque o projeto original “Anel da Serra” foi readequado como “Rota Sul”, sendo que um dos túneis deverá fazer a ligação da via Avenida do Cardoso no Aglomerado da Serra, e outro deverá contornar a Serra do Curral, atravessando o Taquaril, outra favela inscrita atualmente no programa Vila Viva. O longo trecho a seguir foi publicado em 15 de abril de 2009 no jornal Estado de Minas em reportagem denominada “*Gargalo na Avenida Nossa Senhora do Carmo afeta o Vetor Sul*”, assinada por Thiago Herdy. Embora longo, entendo que a íntegra deste é importante pelos aspectos que explicita: primeiro o fato de que, possivelmente, os moradores não serão mais um entrave decisivo devido aos congestionamentos que os afetam cotidianamente; em segundo, porque, pelo contorno da Serra, espera-se a solução do aspecto ambiental limitante; em terceiro, a preocupação, expressa já no título da reportagem, da viabilização do “eixo sul”; e, em quarto, as afirmações incisivas de Teodomiro Camargos Diniz, ligado à construção civil, quanto à existência de áreas passíveis de incorporação na região sul, inclusive de “terras baratas” para empreendimentos populares:

O estrangulamento do sistema viário da Região Sul de Belo Horizonte, concentrado na Avenida Nossa Senhora do Carmo, da BR-356/BR-040 e MG-030 (acesso ao Centro de Nova Lima), é apontado como principal ameaça ao desenvolvimento do

Vetor Sul. O projeto Rota Sul, da BHTrans, já prevê intervenções que, na prática, melhorarão a vida de quem busca nos condomínios fechados qualidade para o cotidiano, seja para morar ou trabalhar. Mas as medidas poderão ter função perversa se atraírem mais gente para a região e, com isso, deixar as vias ainda mais saturadas. “As intervenções em curso são importantes, mas não suficientes quando se leva em conta a potencialidade do vetor. O estímulo ao acesso pode reduzir a mobilidade”, alerta Teodomiro Diniz Camargos. *As propostas de construção de um túnel no prolongamento da Avenida Agulhas Negras, no Bairro Mangabeiras, e outro pelo Taquaril, na Região Leste da capital, contornando a Serra do Curral, seriam consideradas adequadas.* Mas ainda não há sequer estudo de viabilidade técnica, econômica e de impacto ambiental. *Para as empresas e os moradores, é importante que as ações consideradas paliativas ocorram simultaneamente àquelas que serão definitivas.* Os problemas não se resumem ao gargalo que se forma diariamente, nos horários de pico, nas proximidades do Bairro Belvedere. *Atualmente, o sistema viário que atende a área não tem estrutura em rede, é linear.* O transporte público também é considerado precário. Na BR-040, a convivência entre o tráfego local e de longa distância é um problema que pode ser solucionado com outras medidas, além das melhorias viárias. *“A região tende a criar cada vez mais postos de emprego nos setores industrial, comercial e de serviços. Mas não há lugar para as pessoas morarem. Atualmente, elas se deslocam de Ribeirão das Neves, Betim e Contagem, o que não precisa ocorrer se houver previsão de assentamento dessas populações”,* explica Teodomiro. Para ele, *a valorização do terreno no Vetor Sul não é problema; há áreas em Nova Lima e municípios do entorno ainda baratas e que podem ser usadas para este fim*⁴⁰⁸.

A meu ver, além dos aspectos já ressaltados, os elementos constantes dessa reportagem explicitam que a reestruturação da metrópole não se restringe apenas à viabilização da região norte, embora esta venha centralizando os investimentos do Estado. Assim, entre os simbolismos (que também são estratégicos) que envolvem a linha verde, encontra-se o que a coloca como eixo viário de trânsito de integração entre as regiões norte e sul de expansão de metrópole. E é nesse sentido que, embora ela não tenha carreado os maiores investimentos, a construção simbólica em torno da linha verde tem-se constituído estratégica para a reestruturação da RMBH que, ao fim e ao cabo, fundamenta a reprodução dos capitais a partir da inscrição da reprodução social do espaço em seus circuitos de valorização.

Além de seu trecho no centro da capital, o que corresponde à Avenida dos Andradas, a Linha Verde também é constituída por outros dois, que correspondem à Avenida Cristiano Machado e à rodovia MG 010. A divisão em trechos da Linha Verde deveu-se ao loteamento para licitações simultâneas, o que permitiu que esta fosse produzida ao mesmo tempo por consórcios privados. O argumento do governo estadual

⁴⁰⁸ HERDY, T. Gargalo na Avenida Nossa Senhora do Carmo afeta Vetor Sul. Jornal Estado Minas, 15/04/2009. Disponível em: http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2009/04/15/em_noticia_interna.id_sessao=2&id_noticia=106480/em_noticia_interna.shtml, acessado em 03 de agosto de 2011.

para a produção da linha verde por construtores privados é que dessa maneira o custo seria menor que o estimado pelo Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais – DER-MG. Porém, entendo que o cerne da questão foi que essa via de trânsito, além de se constituir em um meio de valorização de capitais das empresas vencedoras da licitação, também acelerou seu tempo de produção, fator importante para a viabilização de empreendimentos localizados na região norte e atraídos pela linha verde e pelo CAMG.

Ainda que tais argumentos possam ter se constituído em efetivos, também é fato que a modalidade adotada pelo governo estadual coadunou mais incisivamente com os interesses da indústria da construção. Dados do sindicato da categoria, o SICEPOT, apontam que a linha verde impactou significativamente a construção pesada de Belo Horizonte. De acordo com essa instituição, o aporte de recursos investidos na linha verde correspondeu a 7,5% do faturamento relativo ao ano de 2004 das empresas que são filiadas ao sindicato⁴⁰⁹. Conforme expresso no documento “*Informações básicas sobre a Linha Verde*”, foram investidos aproximadamente R\$ 250 milhões⁴¹⁰.

O chamado Boulevard Arrudas consistiu na cobertura do Ribeirão Arrudas para a ampliação das pistas de rolamento da Avenida dos Andradas, entre a Rua Rio de Janeiro e a Avenida Mem de Sá. As fotos a seguir, constantes do já citado “*Informações básicas...*”, são do local onde foi instalado o primeiro trecho da linha verde:

⁴⁰⁹ Pelo impacto da linha verde, é possível apreender o impacto de empreendimentos subsequentes, como as ampliações das avenidas Antônio Carlos e Pedro I.

⁴¹⁰ Esse montante foi dividido entre os três consórcios vencedores da licitação. O primeiro trecho, correspondente ao Boulevard Arrudas, foi vencido pela construtora Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A, e o custo licitado foi de R\$5.748.712,67. O segundo trecho, correspondente às ações reestruturadoras da Avenida Cristiano Machado, foi realizado pela construtora Camargo Correa ao custo de R\$99.974.267,20. Já o terceiro trecho, correspondente à rodovia MG-010, cujo consórcio vencedor foi o formado pelas construtoras Cowan e Barbosa Mello, foi construído ao custo de R\$ 92.568.740,06.



Foto 28: Avenida dos Andradas, no cruzamento com a Rua Rio de Janeiro.



Foto 29: Avenida dos Andradas, na altura do Parque Municipal, com a Alameda Ezequiel Dias ao fundo, no ponto em que inicialmente se iniciaria a linha verde.



Foto 30: Extensão do novo início do Boulevard Arrudas, entre a Alameda Ezequiel Dias e a Avenida Mem de Sá. Fonte: “Informações Básicas sobre a Linha Verde”.

A conclusão desse trecho, em 2008, provocou acentuada valorização imobiliária nas imediações da Praça da Estação, tal como ocorrido em toda a extensão da linha verde, o que, não obstante, já constava do planejamento quando tal equipamento foi empreendido, pois entre os aspectos apontados como relevantes destacava-se “sua indução ao processo de valorização dos imóveis em áreas sobre sua influência”. Tal fato foi reafirmado pela Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais – CMI-MG, que apontou que haveria “uma grande expectativa de valorização das regiões que serão atendidas pela via e a concretização da obra vai agregar valor aos imóveis”⁴¹¹.

Concomitante à execução do *Boulevard Arrudas*, também ocorreram ações de reestruturação da Avenida Cristiano Machado, cujo objetivo principal foi o de eliminar os cruzamentos com o intuito de acelerar o tempo de deslocamento, atribuindo-lhe características de via expressa, o que provocou alterações significativas nessa via de trânsito e nos bairros por ela influenciados. Tal como ocorrido em relação ao trecho anterior, houve significativa valorização fundiária em quase toda a extensão da Avenida Cristiano Machado, tanto para imóveis comerciais quanto para residenciais. Em quase toda porque a eliminação dos cruzamentos se deu pela instalação de viadutos em pontos

⁴¹¹ Informações básicas sobre a Linha Verde, pág. 06.

estratégicos da avenida e, nas imediações destes, ocorreu depreciação dos imóveis existentes. Um dos pontos em que foi instalado um dos viadutos da Linha Verde está localizado no encontro da Avenida Cristiano Machado com o Anel Rodoviário, área anteriormente ocupada por favelas que existiam há cerca de 40 anos. Das cinco favelas existentes, três delas foram removidas integralmente: as favelas Vietnã, Maria Virgínia e Modelo, além da remoção parcial da favela Carioca. Ao todo, foram removidos 974 domicílios, sendo que destes, 830 constituíam-se em moradias e os demais, 144, em imóveis de uso comercial. As fotos a seguir, extraídas do documento “Informações básicas sobre a Linha Verde”, mostram como era a área ocupada por esse conjunto de favelas, bem com a proposta para sua modificação, após a execução da linha verde:



Foto 32: Cruzamento da Avenida Cristiano Machado e com o Anel Rodoviário, anterior à implantação da linha verde. Fonte: “Informações Básicas sobre a Linha Verde”.



Figura 15: Área proposta após linha verde. Fonte: “Informações Básicas sobre a Linha Verde”.

Embora o tratamento diferenciado dado às imagens seja notório, bem como a distorção da primeira em relação à segunda, o que chama a atenção é o modo como o tratamento paisagístico substitui as moradias de famílias retiradas em função da construção dos viadutos sobre a área. É esse aspecto que também explica o porquê da escolha da figura e não o uso de fotos do local, pois, a meu ver, o tratamento dado às imagens deixa bastante explícita a busca pela revalorização urbana e o que, sob esse princípio, valoriza-se ou se desvaloriza. Em cumprimento à medida condicionante Número 5, da licença prévia I.026/05 do empreendimento linha verde, foi elaborado e apresentado o Plano de Remoção e Reassentamento – PRR desta. Para a realização e execução desse plano, o governo estadual firmou convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte que, através da URBEL, responsabilizou-se pelo PRR linha verde. Tão logo foi aprovado o referido convênio, a URBEL realizou a selagem dos domicílios, identificando os que seriam indenizados. O processo de remoção das favelas não apresentou diferenças efetivas em relação a outros processos já instituídos na capital, embora tenha apresentado como

proposta o acompanhamento das famílias retiradas ao longo de todo processo, até dois anos após a remoção⁴¹².

Érika Lopes, ao analisar esse processo, afirma que, apesar das inovações trazidas pelas ações engendradas, o que se efetivou, ao fim e ao cabo, foi um “desfavelamento de novo tipo”, em função de um eixo viário estrutural para a metrópole. Segundo a autora, o relatório de satisfação dos moradores que foram incluídos dentro do reassentamento monitorado apontou que 23,30%⁴¹³ foram reassentados em outros municípios da RMBH, em localidades bem distantes do lugar em que moravam anteriormente. Assim, para Lopes (2010), trata-se de um processo que pode

ser considerado como um movimento tendencial de um *desfavelamento de novo tipo* e um favelamento da periferia. O que caracteriza esse movimento institucional que aqui designo como *desfavelamento de novo tipo* é a materialização, nos dias atuais, de projetos ou programas públicos que, rebuscados pela retórica da urbanização planejada e participativa, promovem a contínua retirada das favelas (ou de partes delas) do lugar onde estavam, transformando aquele local num espaço revitalizado e mais atraente para o mercado imobiliário. Isso porque tal prática - *desfavelamento* - é incorporada pelas gestões municipais e estaduais como forma de se planejarem e se estruturarem parcelas do espaço urbano (no caso as favelas), em função da realização de grandes obras viárias. Atribui-se a essa prática o caráter de ser *de novo tipo*, pois vem acontecendo após os anos de 1990 em Belo Horizonte, associada a 134 projetos estruturantes que têm agora o componente da participação popular (mesmo que *orientada*) como ingrediente ao qual se atribui novidade no exercício da democratização da gestão das cidades. (Lopes, 2010, pág. 133/134)

A partir dos elementos trazidos pela autora, entendo ser importante fazer algumas considerações. Dentre elas, como a participação popular, que apareceu como uma conquista significativa – o que efetivamente é – vendo sendo instrumentalizada pelo poder público para atribuir legitimidade consensual às estratégias engendradas para viabilizar a valorização do espaço como mercadoria, o que, afinal corrobora as indicações de Jordi Borja e Manuel Castells. Se, por um lado, todas as ações consolidam a cidade reproduzida como mercadoria, por outro, também reafirmam o que aparece como segregação espacial fundamentada na desigualdade social. Desde o PROFAVELA e, principalmente, no/pelo PGE, são apresentados pressupostos legais de indenização pelo mecanismo da desapropriação, ou seja, pelo reconhecimento do morador da favela como proprietário

⁴¹² Normalmente, esse acompanhamento é feito pela URBEL nos reassentamentos realizados em conjuntos habitacionais de interesse social produzidos pela PBH. No caso do acompanhamento realizado no PRR, este se deu em moradias escolhidas pelos moradores (dentro dos limites dessa escolha) removidos em virtude da linha verde.

⁴¹³ Número que é bem superior, já que este se refere às famílias de reassentamento monitorado.

legítimo da propriedade ocupada. Contudo, ainda que reduzíssemos a crítica aos termos pautados pela cidade mercadoria, através dela poderíamos explicitar a reafirmação pelo Estado dos pressupostos de remoção com uma indenização que avalia os investimentos realizados pelo morador em materiais construtivos limitados a R\$17.000,00. Ou seja, o Estado legitima, no limite, uma produção segregadora do espaço que se reafirma em processos como exploração, espoliação ou expropriação. Assim, ao se definir a remoção sumária das mais de 800 famílias das quatro favelas em questão, tal como ocorrido ao longo das Avenidas Antônio Carlos e Pedro II, o que se define é que a estas não cabe sequer a indenização nos patamares da valorização engendrados pelos empreendimentos de reestruturação da metrópole. Efetiva-se, dessa maneira, uma negação plena da cidade, mesmo nos termos reduzidos da cidade-mercadoria.

O terceiro trecho que compõe a linha verde, a duplicação da MG-010, foi o que apresentou valorização e transformação mais incisiva. Anteriormente caracterizada por terrenos vazios, atualmente encontram-se nesta diversos empreendimentos ligados à atividade industrial, ao comércio e a serviços. As figuras a seguir explicitam as ações reestruturadoras dessa fase da linha verde:





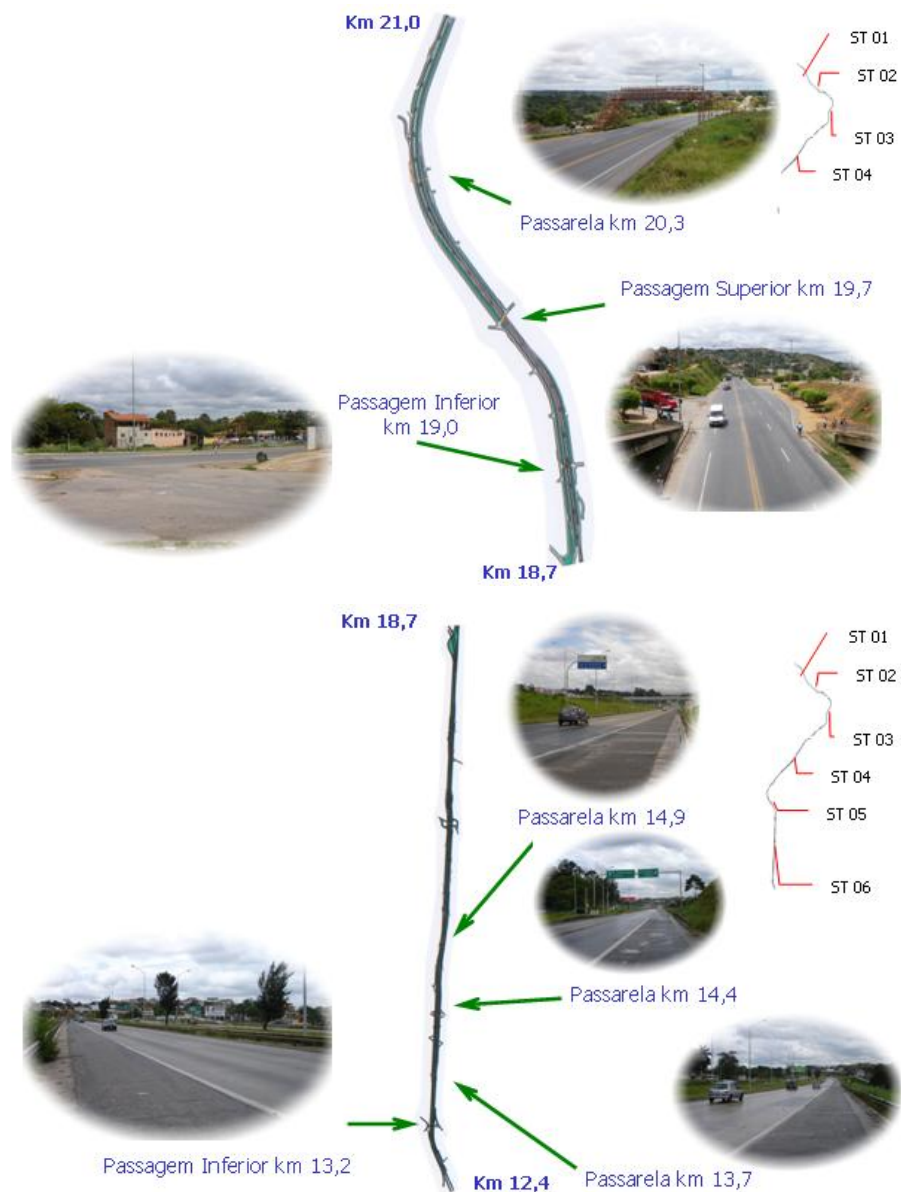


Figura 16: Croqui da linha verde na MG010. Fonte: “Informações Básicas sobre a Linha Verde”.

4.5 – Da produção de empreendimentos à reprodução simbólica da região norte de expansão da RMBH: a realização da economia política do espaço

Dentre os empreendimentos localizados nessa etapa da linha verde, o que mais se destaca é o novo Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais, localizado no bairro Serra Verde, no limite norte de Belo Horizonte. As figuras a seguir retratam o CAMG em fase de prospecção, construção e concluído, respectivamente:



Figura 17: Prospecto do CAMG. Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais⁴¹⁴.



Foto 32: vista aérea da construção do CAMG. Fonte: Revista Veja. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/020909/legado-aecio-concreto-p-074.shtml>, acessado em 28 de julho de 2011.

⁴¹⁴ Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/governador/fotos-disponiveis-para-download-da-cidade-administrativa-presidente-tancredo-neves>, acessado em 28 de julho de 2011.



Foto 33: CAMG. Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais.

Após a produção do CAMG, o governo estadual deslocou para a região norte as principais instituições administrativas do governo. Essa transferência ocasionou intenso fluxo diário não apenas de servidores que trabalham no centro administrativo, mas também de pessoas que buscam os serviços do Estado. Esse movimento contribuiu para provocar mudanças no seu entorno que tendem a redefinir as características que até então predominavam. Assim, bairros como Serra Verde e Morro Alto foram amplamente afetados pela instalação desse equipamento, bem como foram produzidos outros empreendimentos em função do novo centro administrativo, como o “condomínio” *Gran Royale*, que será considerado adiante. Esses bairros, por estarem nas imediações do centro administrativo, são atingidos de maneira incisiva pela presença desse empreendimento. Conforme explicitado no PDDI-MG, observou-se mais intensa e rapidamente o processo de valorização fundiária:

um responsável pela seção de desapropriações da Sudecap – Superintendência de Desenvolvimento da Capital – chama a atenção para o fato de que os aumentos no Vetor Norte seriam especialmente elevados pelo fato de partirem de preços muito baixos, especialmente na região onde foi implantado o Centro Administrativo. Destaca a oportunidade que teve de avaliar áreas na região do Serra Verde antes e depois do anúncio da implantação do Centro Administrativo. Dois anos antes desta decisão do governo os preços para áreas brutas giravam em

torno de 25 a 30 reais o metro quadrado. Com o anúncio e início de construção do Centro Administrativo teriam atingido 140 reais o metro quadrado⁴¹⁵.

Se a valorização fundiária afirmada pelo técnico da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) pode ser considerada como um fator positivo pelos proprietários fundiários do lugar, esta pode ter um efeito bastante perverso, como também é destacado no Plano Metropolitano:

por sua vez, os impactos da ocupação da população de baixa renda já existente sobre o entorno é ainda um aspecto não definido, seja do ponto de vista de novas ocupações, seja do ponto de vista de uma renovação urbana pela “expulsão” dos moradores pobres. A população pobre residente no Morro Alto, por exemplo, poderia vir a ser expulsa pela valorização dos seus imóveis que poderiam vir a ser ocupados por famílias de renda mais alta. Esta possível “expulsão” gera uma grande discussão⁴¹⁶.

Ainda segundo análise presente nesse documento, como não poderia deixar de ser, os empresários entrevistados consideram esse processo bastante positivo, na medida em que vislumbram amplas possibilidades de atuação. E é no contexto dessa valorização, que aparece como causa e efeito dos eixos viários recém-produzidos, que esses empreendimentos constituem-se em reestruturadores do espaço produzido da metrópole. Conforme já dito, essa reestruturação tem o sentido de viabilizar a reprodução ampliada de capitais que têm na produção do espaço lócus de atuação, condições que não se limitam ao período atual. Se estas já estão amplamente colocadas, como veremos a seguir, é explícito também que se trata de uma reestruturação viabilizada na atualidade, mas que se pretende de longa duração, conforme pode ser observado no fragmento citado a seguir:

Esses setores devem atrair investimentos de US\$ 21,9 bilhões, sendo US\$ 15,3 bilhões em manufatura e serviços e US\$ 6,6 bilhões em pesquisas. Os novos negócios devem gerar mais 400 mil empregos nos próximos 20 anos e uma população adicional de 1,4 milhão de pessoas na região. Os dados fazem parte de um estudo detalhado que acaba de ser apresentado ao governo pela Jurong Consultants, de Cingapura. A empresa, especializada em planejamento de infraestrutura de cidades, está debruçada desde 2008 em pesquisa com outras consultorias nacionais e estrangeiras para traçar o projeto Diretrizes para a sustentabilidade e desenvolvimento do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o plano macroestrutural e o seu ordenamento econômico. “Queremos ver Belo Horizonte como um hub de investimentos internacionais. Para isso, é importante fazer reservas em áreas estratégicas. Já em cinco anos queremos ver essa área como sustentável e competitiva”, afirmou Raphael Chua, gerente da Jurong Consultants. Chua apresentou o plano à administração direta do estado, associação de prefeitos e universidades na semana passada. Os

⁴¹⁵ PDDI-MG, 2010, pág. 54.

⁴¹⁶ Ibidem.

investimentos realizados no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, ressalta Chua, já foram o primeiro passo⁴¹⁷.

Outro aspecto relevante dessa reportagem é o que se refere ao alcance esperado em relação aos investimentos realizados:

o projeto propõe que os investimentos sejam concentrados em 13 municípios: Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia, Sabará, São José da Lapa, Confins, Lagoa Santa, Jaboticatubas, Matozinhos, Capim Branco e Pedro Leopoldo. “Os prefeitos precisam se organizar para preparar o território para os novos investimentos. A infraestrutura precisa crescer junto com o crescimento econômico. Belo Horizonte amanhã não vai competir só com São Paulo ou Rio de Janeiro, mas com Tóquio e Paris também. É preciso que a cidade tenha um plano estrutural que permita aos investidores chegar aqui”, ressaltou Chua durante a apresentação⁴¹⁸.

Certamente, reportagens como essa, bem como as demais que integram um conjunto bem mais amplo que tem ocupado as páginas dos jornais que circulam na RMBH, não são meramente informativas. Está bastante claro, a partir de um empreendimento como o Belvedere III, que reportagens dessa natureza, para além dos cadernos de imóveis especializados, produzem uma representação simbólica bastante favorável e imprescindível para a viabilização desses empreendimentos. A ampla maioria das reportagens sobre o que vem se chamando de “vetor norte” explicitam o quão vantajoso será investir nessa região de expansão, ao mesmo tempo em que destacam, sutilmente, a segmentação interna desta. Assim, quando se referem ao eixo formado por Pedro Leopoldo/Confins/Lagoa Santa/Jaboticatubas, as reportagens ressaltam os empreendimentos que vêm sendo chamados de residenciais complexos, diferenciados em relação ao que ocorre em outros segmentos, como o formado por Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Diferença que também se observa quando a referência feita é aos distritos industriais. Em relação a esse segmento, o termo industrial quase sempre se associa a expressões qualitativas, como “tecnologia de ponta”, “de alta tecnologia”, “de vanguarda” ou mesmo “*tecnópolis*”, como vem sendo divulgado o conjunto de investimentos realizados em Confins/Pedro Leopoldo.

⁴¹⁷ CHOUCAIR, G. Vetor Norte da Grande BH projeta investimento. Jornal Estado de Minas, 19/04/2010. Esses dados fazem parte do estudo encomendado pelo governo do Estado de Minas Gerais a Jurong Consultants, de Cingapura, empresa especializada em planejamento de infraestrutura de cidades, que foi contratada em 2008. O objetivo desse estudo é o de apresentar Diretrizes para o eixo norte de expansão da metrópole. Disponível em: http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia/173/2010/04/19/noticia_economia,i=156206/VETOR+NORTE+DA+GRANDE+BH+PROJETA+INVESTIMENTOS.shtml, acessado em 01 de julho de 2011.

⁴¹⁸ Ibidem.

Por essa estratégia, conforma-se determinada imagem simbólica que, no limite, torna-se um dos fundamentos da valorização esperada. Embora a melhoria produzida pela reestruturação viária e os demais empreendimentos seja importante, sem essa imagem simbólica para a qual contribuem essas reportagens, dificilmente a valorização esperada se materializaria. Isso porque, conforme demonstrou Jean Baudrillard⁴¹⁹, ao comprar um imóvel, a demanda solvável está consumindo uma mercadoria que, no bojo da reestruturação produtiva do capital, encontra-se revestida dos signos que a viabilizam. É nesse contexto que questões mais amplas como a preocupação ambiental são instrumentalizadas e inscritas como atributos de valorização na composição da imagem simbólica construída em torno de cada empreendimento e, de forma mais ampla, desse segmento da região norte de expansão da metrópole. Mas, se esse processo de construção da imagem simbólica, em si, já é fundamental, quando associado à valorização dos atributos ambientais torna-se ainda mais complexo. Isso porque sua inscrição não deriva apenas de uma suposta revalorização de uma “natureza natural do mundo”, mas fundamentalmente por um conjunto de leis de proteção ambiental que, no âmbito da legislação, conforma um escopo bastante sólido. Na medida em que as preocupações ambientais figuram na legislação e colocam a preservação ambiental com um dos condicionantes para a liberação dos alvarás construtivos, esta precisa ser internalizada pelos empreendedores como forma de manter elevada a extração de mais-valor na forma de rendas fundiárias. Ao exigir a conservação de parte do terreno sem permitir sua mobilização para a produção de unidades habitacionais (ou lotes) ou equipamentos de uso coletivo, mantendo suas características “naturais”, esses fragmentos são retirados da possibilidade de fragmentação. Dessa maneira, no jogo com a propriedade, torna-se necessária sua re-incorporação, como forma de transformar o que os empreendedores chamam de “passivos” em “ativos” ambientais.

É nesse contexto que a valorização simbólica das “reservas naturais” é instrumentalizada como importante atributo desses empreendimentos, de forma que a área retirada da comercialização por uma exigência ambiental é “fragmentada” e “vendida” a cada consumidor do empreendimento que, além da unidade em si e dos acessos que esta permite, também paga por aquilo que, no limite, seria um custo do empreendedor.

⁴¹⁹ BAUDRILLARD, J. Para uma crítica da economia política do signo. Portugal: Edições 70 – Brasil, 1995.

Custo esse que, transferido ao comprador, torna-se um potente instrumento de valorização de cada empreendimento, o que, afinal, ajuda explicar a forma recorrente como a publicidade desses empreendimentos destaca a suposta relação diferenciada com a “natureza” que estes permitem.

Sendo assim, o efeito imediato desse processo, que já é fartamente conhecido, é o de inscrever os atributos ambientais como atributos de valorização desses empreendimentos. A imagem e *realese* a seguir são de um empreendimento do Grupo Vitória da União – GUVU, de grande atuação na região norte. Neste é possível observar, além da associação ao CAMG/Linha Verde e à segurança, o destaque ao retorno a uma natureza supostamente preservada:



Foto 34 : Divulgação do empreendimento Canto da Siriema Resort Residence

Fonte: Grupo Vitória da União.

O Canto da Siriema Resort Residence é o grande lançamento do Grupo Vitória da União, localizado a 23Km do novo Centro Administrativo do Governo, entre Santa Luzia e Jaboticatubas, às margens da MG 020. Este empreendimento irá surpreender você e sua família. Infraestrutura diferenciada, lotes de 1000m², planos, com linda vista, água, luz, asfalto, meio fio, portaria 24h, ronda motorizada, mais de 250.000 m² de área verde preservada, 2 lindas lagoas para passeios de pedalinho e pesca, heliporto, quadra de tênis, espaço gourmet, espaço kids e pista de bicicross, bom gosto, requinte e qualidade de vida são alguns dos diferenciais desse empreendimento. Com um pequeno sinal de negócio de 10% e o restante financiado em até 84 meses, você descobre que é possível transformar seus sonhos em realidade! LIGUE AGORA E GARANTA A VALORIZAÇÃO.

Dessa maneira, entendo que o conjunto de reportagens que informa sobre os investimentos realizados na produção de empreendimentos da região norte da metrópole

conforma uma representação que reforça uma imagem simbólica determinada, contribuindo, em amplo sentido, para que a valorização esperada alcance os patamares estabelecidos no e pelo planejamento estratégico realizado para essa região. Contudo, ainda que compondo a representação da imagem favorável em construção, os dados trazidos acerca do volume de investimentos feitos e planejados nos fragmentos citados da reportagem, bem como do alcance esperado, são bastante significativos para compreendermos o alcance da reestruturação em curso. E é nesse sentido que entendo que a implantação dos empreendimentos (já em curso ou em fase de avaliação e/ou licenciamento) que são produzidos ou anunciados para a região norte de expansão demonstra como a metrópole assenhoreia-se de sua região metropolitana e de suas contradições, engendrando amplas possibilidades de reprodução do capital.

Se de acordo com Luiz César Queiroz Ribeiro (1997), os investimentos realizados em infraestrutura transferem-se para as propriedades no entorno, os empreendimentos reestruturadores da metrópole executados pelo Estado constituem, em si, também uma forma de transferência de riqueza, de valorização, através dessa produção. Em princípio, poder-se-ia considerar que se tratou, afinal, de uma transferência para todos os segmentos sociais, já que, como afirmado, trata-se de empreendimentos produzidos em uma região de expansão até então ocupados por classes sociais de baixos rendimentos. Contudo, essa consideração pode ser questionada, ou mesmo relativizada. Isso porque, tão importante quanto os empreendimentos em si, são as informações acerca destes que, por sua vez, não estão ao alcance de todos. Assim, aqueles que as detêm, encontram-se em posição mais favorável de atuação, já que podem preparar-se para ela, o que, no caso da indústria da construção civil, pode consistir em conformar um “estoque de terras” para incorporações futuras, já que necessitam de lidar recorrentemente com a propriedade fundiária como condição de atuação.

Embora não estivesse se referindo especificamente à região norte de expansão, Carlos Carneiro Costa – presidente do grupo Líder, que abrange construtoras que atuam em todos os segmentos de imóveis, entre elas a Primóvel, atuante no setor voltado às classes sociais de rendimentos mais baixos –, ao explicar a opção do grupo também por empreendimentos destinados às classes de rendimentos mais baixos, explicita com bastante clareza a importância da conformação desse estoque que, equivocada e

redutoramente, não raro é entendido como mera “especulação imobiliária”. Diante da dificuldade de se comprar terrenos para empreendimentos populares, o referido diretor, ao responder como supera essa dificuldade, afirmou que

os lançamentos econômicos estão sendo feitos em lotes que a construtora já possuía há 20 ou 30 anos. Isso facilita lançar os projetos. No caso do Way Pampulha, por exemplo, foram 96 unidades vendidas em apenas 10 dias. Temos muitas áreas compradas para esse tipo de imóvel. Mas para os grandes condomínios, aí sim, está mais difícil. Quase não há terrenos dentro de BH e na região metropolitana. Faltam grandes áreas onde se possa fazer, por exemplo, empreendimentos de 3 mil a 4 mil unidades. Para projetos desse porte, estamos comprando várias áreas fora da capital. Avaliamos opções seja em qualquer lugar, inclusive em Belo Horizonte⁴²⁰.

A meu ver, o modo como Carlos Carneiro Costa define a forma de atuação de uma das maiores construtoras do país não deixa dúvidas acerca de quem se beneficia desses investimentos, bem como também é bastante elucidativa quanto ao modo como se obtêm essas condições, o que não nos permite acreditar ingenuamente que a valorização trazida à região norte por esses empreendimentos que deverão reestruturá-la esteja colocada para todos os sujeitos que a ocupam na atualidade.

Outro aspecto importante que comporta importante estratégia para a (re)valorização do espaço na região norte é a *segmentação da região*. Conforme analisado anteriormente, a metamorfose de “zona” para “vetor” norte de expansão pautou-se, fundamentalmente, pela reestruturação dos eixos viários que integram o centro de Belo Horizonte à região norte. Isso porque um dos grandes entraves ao crescimento econômico dessa porção da metrópole estava relacionado à representação dos congestionamentos e à distância desta. O emprego do termo *representação* assume aqui o estatuto atribuído por Henri Lefebvre: não se trata de algo que não corresponda à verdade, mas que também não é falso. Para o caso específico, a representação da região norte como “lugar congestionado”, como qualquer morador de bairros que compõe essa região pode dizer com propriedade, é uma efetividade, principalmente nos horários de trânsito mais intenso, em que o tempo gasto no percurso cotidiano dobra. A falseabilidade da representação não reside nesse aspecto, mas no de que essa não é uma característica

⁴²⁰ FURBINO, Zulmira. Construtoras de luxo investem em imóveis populares. Caderno de Imóveis, Jornal Estado de Minas, 12/09/2010. Disponível em: http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia/73/2010/09/12/noticia_economia,i=179386/CONSTRUTORA+DE+LUXO+INVESTE+EM+IMOVEIS+POPULARES.shtml acessado em 24 de outubro de 2010, às 12h08

exclusiva das vias de ligação da região norte, mas que caracteriza o deslocamento em uma metrópole cujo espaço urbano é redefinido em função do deslocamento fundamentado no automóvel e que se reafirma dessa maneira. Por mais que se estripe o espaço urbano para ampliar, duplicar, construir viadutos, trincheiras ou qualquer outra “obra” de engenharia da mesma natureza, tais ações constituir-se-ão sempre em paliativas, em arranjos provisórios, pois, por mais que se amplie ou funcionalize o espaço urbano, por mais que ruas e avenidas sejam transformadas apenas em lugar de passagem, estas serão sempre insuficientes diante de uma racionalidade que se fundamenta na expansão física do espaço urbano e na redefinição da relação de proximidade para acessibilidade à centralidade definida. Essa racionalidade materializa-se cotidianamente em todos os sentidos e direções da metrópole, como pode ser atestado por qualquer transeunte que é consumido nos deslocamentos diários na reprodução de sua sociabilidade. Tais discursos revelam-se ainda mais como representação quando se observa que são utilizados de acordo com os interesses de quem determina os termos gerais da produção do espaço urbano. É nessas condições que se dão formas de legitimação de estratégias de reprodução que se apoderam do espaço urbano produzido como suporte à reprodução ampliada dos capitais investidos em sua produção. E, nesse contexto, formam-se espaços “apropriados” de atração e que conformam “espaços especializados” para a indústria de alta tecnologia, para residenciais privados com espaços de consumo (supostas centralidades) correspondentes, para espaços “periféricos” etc., sempre no sentido de adequar o “espaço-mercadoria”⁴²¹ aos interesses do consumidor ao qual se destina.

No entanto, apenas a produção/reestruturação das vias que integram o norte ao centro de Belo Horizonte não seria suficiente para redefinir a reprodução dessa região de expansão, o que demandou o engendramento de outras estratégias que, associadas à reestruturação em curso, colocam-na como lócus de atuação dos empreendedores imobiliários nas décadas seguintes. É importante considerar que, em discursos, análises,

⁴²¹ O uso de aspas em “espaço-mercadoria” deve-se ao entendimento de que essa não é a essência do espaço, embora nos últimos séculos este tenha sido produzido e reproduzido nessa condição. Contudo, apesar da longevidade dessa forma específica de produção, entendo que na medida em que o espaço resulta da reprodução do humano, estão abertas as possibilidades que se inscrevem no devir, um possível que se vincula à reapropriação deste, à retomada das estratégias que instrumentalizam sua re-produção para a valorização cada vez mais ampliada do valor. Retomada que, essencialmente, passa pela re-apropriação do cotidiano, do desejo, das necessidades, enfim, do corpo, do humano.

diagnósticos (inclusive daqueles que dão suporte ao planejamento da metrópole), também se explicita um certo comedimento no sentido de se traçar “cenários” futuros, já que há o receio de o planejado não se materializar. Comedimento que não é desprovido de sentido. Muito dessa postura aparece em instituições especializadas que apontam para o risco de uma valorização fictícia da região e que norteiam a orientação do Estado sobre o sentido e o alcance dos empreendimentos já viabilizados, em curso ou em vias de implantação.

Porém, a região norte de expansão da metrópole, como estratégia de valorização de capitais, já se materializou, independente da dimensão que assumirá nas próximas décadas. Basta considerarmos o aporte de recursos já efetuado pelo Estado. Se há riscos de desvalorização pela não efetivação do que se espera nos “cenários futuros”, estes já foram assumidos previamente pelo Estado. Dessa maneira, não haverá desvalorização de capitais, pois os recursos investidos pelo Estado em infraestrutura – como ocorre historicamente desde a sua constituição, sendo esse um dos motivos de sua existência – não operam como capital, ou seja, não são investidos para se valorizarem, mas “a fundo perdido”, para viabilizar a valorização de capitais. Certamente que esse não é o único motivador dos investimentos do Estado em infraestrutura, embora seja conhecido por todos que em uma sociedade capitalista estes sejam amplamente instrumentalizados para a valorização do valor. Indubitavelmente, moradores que foram beneficiados por ações do Vila Viva, devido à redução do tempo de viagem nas avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado ou à valorização de suas propriedades, veem positividade nesses empreendimentos. Essa positividade é vista porque ela existe, o que explicita que não se trata de algo que pode ser avaliado de forma maniqueísta ou simplista como algo bom ou ruim. Avaliações dessa natureza enquadram-se nas mesmas concepções que consideram a formação de “estoque de terras” como mera especulação imobiliária. Porém, ambas as situações são anacrônicas, posto que consideram tais ações fora da reprodução capitalista do espaço. Do mesmo modo que a questão não é especulação, também não é moral.

Situados no contexto ao qual pertencem, investimentos em infraestrutura e formação de “estoques de terras” são, fundamentalmente, expressões da contradição que envolve a reprodução capitalista do espaço e, essencialmente, estratégias capitalistas para lidar com essa contradição. Estratégias fundamentalmente contraditórias, porque o espaço

urbano não resulta apenas da ação do capital. Ao contrário e em sentido geral, a produção social do espaço urbano escapa à reprodução do capital, que necessita de (re)inscrevê-la em seus circuitos de reprodução para se alimentar de sua criação. Nesse sentido, a produção capitalista do espaço tem necessidade de lidar, constante e recorrentemente, com o que resulta de produções que não se orientam necessariamente pela valorização de capitais. Por exemplo, com moradores que, orientados pelo valor de uso complexo em que se configura o espaço urbano, nos termos usados por Luiz César Queiroz Ribeiro, mobilizam-se para resistir à execução de determinado empreendimento que, sabidamente, provocará uma valorização do lugar em questão. Sob a racionalidade capitalista, essa ação é incompreensível... E, talvez porque seja assim, é cada vez menos observada, o que demonstra o aprofundamento das relações capitalistas de produção. Nesse aspecto, é interessante considerar o manifesto de resistência dos moradores das quatro favelas atingidas pela produção da linha verde:

CHEGAMOS AO FIM DA NOVELA DA LINHA VERDE

A URBEL já disse que as famílias cujas casas valem menos de 12.500 R\$ vão receber 12.500 R\$ ou se acharem uma casa pronta no valor de até R\$17.000, a URBEL vai comprar para eles. Quem tem casa de valor maior que 17.000 R\$, vai receber o valor avaliado em dinheiro. Se você concordar com isso, muito bem. Se você não concordar com isso, e quiser batalhar para um valor melhor, vai ter UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CAMARA DOS VEREADORES - Avenida dos Andradas na Santa Efigênia – quinta feira dia 15, às 10 horas da manhã. Leve o máximo de colegas, com faixas e cartazes. Vamos exigir que as famílias mais pobres não sejam obrigadas a se tornarem mendigos na rua ou debaixo das pontes, mas possam encontrar a sua moradia digna na região.

VAMOS EXIGIR UM MINÍMO DE R\$ / 34.000/ Pela Comissão: Pe. Pigi. (LOPES, 2010, pág.127)

O sentido da reivindicação não foi pela permanência e melhoria das condições precárias existentes nas favelas ou sequer pela garantia de permanência nas imediações como forma de manutenção ainda que parcial das relações socioespaciais existentes, mas, sim, por uma indenização superior ao proposto pelo Estado que, mesmo se tivesse sido alcançada, seria insuficiente para essa permanência.

Outro reflexo dessa contradição é a formação de um “estoque de terras” que, no contexto da produção capitalista do espaço, se considerada como especulação imobiliária, consiste em um reducionismo que impede a compreensão mais ampla dessa estratégia, em si mesma contraditória. A formação desse “estoque” não pode ser entendida como mera especulação, porque não se trata de terras retidas pelo proprietário rentista clássico que

fica à mercê da valorização fundiária em função de investimentos do Estado ou de outrem nas imediações de sua propriedade. Contemporaneamente, essa formação consiste em uma estratégia utilizada pelos empreendedores imobiliários para se beneficiarem dos efeitos de suas ações ou de seus concorrentes. Assim, dificilmente um incorporador que considera produzir um empreendimento em determinada localidade atuará no sentido de obter apenas o terreno para o empreendimento planejado. Anterior à sua execução, esse agente procurará obter o maior estoque possível de terrenos (possibilidade que se deve à sua capacidade de imobilização de capitais na propriedade, em muito ampliada pela captação via financeirização direta ou indireta), como forma de reter as rendas diferenciais que se constituirão em função de investimentos futuros resultantes da ação do Estado e de empreendedores privados. Trata-se de uma estratégia recorrente de grandes incorporadores, principalmente em localidades com grande potencial de produção de empreendimentos que apresenta grande quantidade de terrenos desocupados. Nessas localidades, além das rendas diferenciais clássicas – de localização e situação –, os incorporadores também procuram obter uma nova renda fundiária que não se vincule à propriedade fundiária em si, mas ao fragmento espacial a que pertence, em função de uma representação produzida no engendramento de condições especiais que maximizam a valorização da mercadoria imóvel. Como qualquer renda fundiária, essa também se vincula à demanda. Contudo, o que a diferencia das demais é o modo como esta é induzida, já que não se associa apenas a aspectos palpáveis como acesso a comércio, serviços, condições diferenciadas internas à propriedade etc. Ela está associada à capacidade dos empreendedores de instrumentalizar as necessidades e desejos da demanda solvável pela oferta de diferenciais (muitas vezes imateriais) que os empreendimentos de determinada localidade supostamente oferecem. Nesse sentido, esse fragmento da renda fundiária não se vincula ao preço final da mercadoria imóvel, mas àquilo que se consegue mobilizar, o que a colocará no limite da capacidade/disponibilidade de pagamento da demanda solvável, nos termos da renda de monopólio. Assim, o estoque fundiário forjado de antemão pelos incorporadores explica-se pela busca da retenção pelo incorporador das rendas diferenciais I e II, bem como pela exacerbação dessa renda nos termos anteriormente colocados, como se esta fosse uma renda de espaço.

A contradição explícita dessa ação é que os recursos utilizados na conformação desse estoque fundiário consistem em capital imobilizado que, em circulação, poderia valorizar-se como capital produtivo ou capital financeiro. Nesse sentido, como explicitou Sinai Waisberg⁴²², ao explicar as estratégias de produção do Belvedere III, a venda/compra de determinado terreno não pode ser comparada com o preço estipulado no momento da venda ou cerca de dez anos depois. Nessa contabilidade, também devem ser considerados os patamares de valorização que esse dinheiro poderia alcançar, já que, essencialmente, não se trata de especulação fundiária, mas de estratégia de valorização de capitais por ganhos futuros vinculados a ações reestruturadoras em grande parte capitaneadas pelo Estado. Nesse sentido, mais que do reter a propriedade do solo, os empreendedores atuam no sentido de orientar tais investimentos, atuando assim no planejamento, que se torna, em todos os sentidos, cada vez mais estratégico para a reprodução ampliada dos capitais que atuam na produção do espaço.

Desta maneira, a essas contradições somam-se outras estratégias que conferem a esse setor extrema complexidade. Não podemos desconsiderar que em um país rentista como o Brasil, a propriedade fundiária é também garantia hipotecária, além de explicitar a pujança de determinada empresa. Ou seja, embora a propriedade fundiária signifique capital imobilizado, no contexto de financeirização imobiliária, esta é também fundamento da mobilização do capital financeiro, condição que, no bojo dessa relação, permite novo “fôlego” aos capitais que atuam na produção do espaço, resolvendo pela contradição o aspecto contraditório de sua produção, já que o capital imobilizado hoje se remunera, portanto “desimobiliza-se” pela mobilização, hoje, de ganhos futuros do capital imobiliário. Nesse sentido, se há alguma especulação, ou seja, algum jogo com a possibilidade de ganhos futuros, essa especulação não é fundiária, mas financeira, de um capital especulativo que não consegue se desvincular de uma base concreta e/ou produtiva.

É nesse contexto que entendo que as expectativas que se estabelecem em função da reprodução ampliada de capitais que se explicitam na região norte de expansão de Belo Horizonte não se associam a uma mera especulação fundiária, mas sim a uma especulação financeira, cujo suporte “concreto/produtivo” é dado pelo Estado, que assume de antemão os custos de uma possível desvalorização. É também dessa forma que

⁴²² Entrevista realizada pela autora em 2005.

compreendo que, de antemão, não há a preocupação acerca dos aspectos benéficos ou maléficos sobre a reprodução social. A questão é se o empreendimento em questão é estrutural ou não para a reprodução ampliada da riqueza... Por conseguinte, foi no intuito de consolidar essa dinâmica socioespacial em função do que se objetiva que algumas estratégias foram engendradas na reestruturação da região norte. Estratégias que, ao fim e ao cabo, buscam viabilizar a atuação simultânea dos grandes empreendedores, produzindo-se para (quase) todos os segmentos sociais com a garantia de condições de reprodução para as próximas décadas.

O primeiro e mais claro nível de segmentação é a subdivisão interna a essa região. Em princípio, a região norte de expansão da metrópole inicia-se ao norte de Belo Horizonte, na Pampulha, e alcança os municípios de Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Lagoa Santa, Confins, Jaboticatubas, São José da Lapa, Pedro Leopoldo e Matozinhos. O mapa a seguir, elaborado pelo Instituto Horizontes, destaca essa região. Nele, esta também abarca o município de Capim Branco, ao Norte de Pedro Leopoldo, e ainda abrange parte dos territórios dos municípios de Esmeraldas, Contagem e Sabará. No caso de Esmeraldas, o fragmento abrangido do território é o que integra a bacia do Ribeirão da Mata, importante unidade ambiental dessa região em expansão. Já no caso de Contagem e Sabará, a inserção é devida ao Rodoanel Norte, que se inicia em um e termina no outro município:

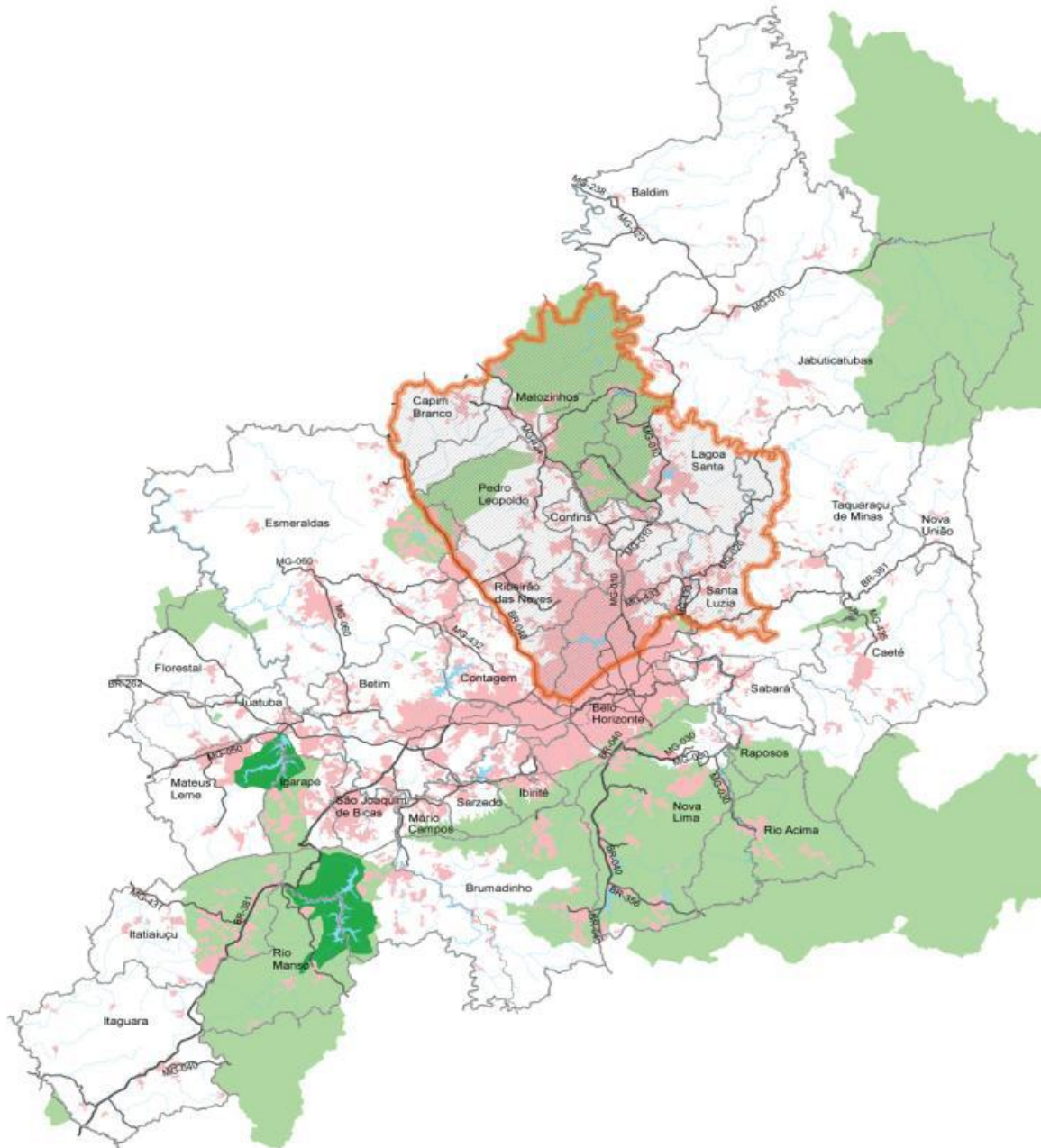


Figura 18: Região Metropolitana de Belo Horizonte, com destaque para a região norte de expansão da metrópole. Fonte: PDDI-RMBH

Ainda nos limites territoriais da metrópole, a porção de seu território que integra a região norte pode ser dividida em três segmentos básicos. O primeiro segmento corresponde aos bairros nas imediações do complexo turístico da Pampulha. Dentre estes, São Luiz e Bandeirantes apresentam-se com a ocupação consolidada na forma unifamiliar. Embora nos dois bairros o solo tenha sido parcelado em lotes de 1.000m², não raro as residências ocupam mais de um lote, sendo que há diversos casos em que um

mesmo proprietário detém mais de 5.000m². Essa característica torna esses dois bairros bastante atrativos à produção de empreendimentos verticalizados, o que, entretanto, é impedido pelo zoneamento estabelecido para eles. Porém, nos últimos quinze anos, a Pampulha (no entorno do conjunto arquitetônico) tem sido alvo de intensa pressão imobiliária, conforme noticiou o jornal “O tempo” em reportagem de 30/08/2008 acerca da mobilização dos moradores contrários ao projeto:

ALÉM DA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS COM ATÉ 12 ANDARES, VEREADORES QUEREM ESTIMULAR COMÉRCIO NA REGIÃO

Associações de moradores da Pampulha, em Belo Horizonte, se mobilizam contra o projeto de lei nº 1579/07, que, entre outras medidas, abre caminho para a verticalização de um conjunto arquitetônico considerado um dos principais cartões postais da cidade. (...) A região da lagoa e seu entorno imediato foram definidos como Área de Diretrizes Especiais (ADE). Essa lei foi regulamentada em abril de 2005 e tem padrões rígidos de construção, como, por exemplo, altura máxima de 9 m, equivalente a uma casa de três andares. O texto que prevê mudanças no padrão estabelecido recebeu parecer favorável da Comissão de Legislação e Justiça (...) Ele afirmou ainda que estuda uma alternativa para impedir a tramitação do dispositivo, baseado em argumento apresentado pelo presidente do Conselho da Associação Pró-Interesses do Bairro Bandeirantes, Antônio Carone. Segundo o representante dos moradores, revisões no zoneamento da cidade só poderiam ser realizadas em períodos de quatro em quatro anos, a contar de 1999, segundo a lei número 965/98. Portanto, mudar a forma de ocupação da Pampulha, assim como em quaisquer outras regiões de Belo Horizonte, só seria legalmente possível em projetos tramitados em 2003, 2007 e, futuramente, em 2011⁴²³.

Projetos de lei como o de N° 1.579/07 não deixam dúvidas acerca do interesse de empreendedores imobiliários na verticalização Pampulha. Embora haja a resistência de moradores contrários à verticalização, já são notórios avanços progressivos no sentido de alcançar uma alteração no zoneamento que permita a verticalização, como, por exemplo, autorizações/regulamentações de atividades comerciais na orla da Lagoa da Pampulha, bem como alguns empreendimentos, como o hotel *Pampulha In*, atualmente em construção. A figura a seguir integra o encarte publicitário de sua divulgação:

⁴²³ “Pampulha se mobiliza contra verticalização”. Caderno Geral. Jornal Pampulha/ O Tempo. 30/08 a 05/09/2008. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/jornalpampulha/noticias/?IdEdicao=102&IdCanal=19&IdSubCanal=27> acessado em 29 de julho de 2011, às 20h09.



Figura 19: prospecto do hotel *Pampulha In*.

As características gerais dos bairros do entorno do conjunto arquitetônico da Pampulha permitem afirmar que, quando for alterado o zoneamento, os bairros em questão serão reproduzidos com empreendimentos destinados às classes de alta renda, tal como já ocorre na atualidade.

O segundo segmento em que se divide a região norte atende às classes de rendimentos médios, pois é formado por bairros próximos à Pampulha, mas distantes desta o suficiente. Muitos destes foram envolvidos por um intenso processo de substituição de domicílios horizontais por grandes empreendimentos verticalizados. Bairros como Ouro Preto, Jaraguá, Dona Clara, entre outros, passam por intenso processo de substituição de casas por grandes edifícios. Outros, como Castelo e Manacás, já foram produzidos sob a égide da verticalização, tendo sido amplamente afetados em sua valorização devido à extensão da Avenida Pedro II, que os ligará à Avenida Tancredo Neves.

O terceiro segmento dessa região é o que se associa diretamente à chamada região Venda Nova, formado pelos bairros localizados nas imediações da Avenida Pedro I, que está sendo ampliada. Em bairros como São Pedro, Tony, São João Batista, Itapoã etc., construtoras como MRV e Tenda lançaram diversos empreendimentos. Muitos com a venda de todas as unidades antes da conclusão. Alguns deles são formados por apenas um ou dois blocos de unidades habitacionais. Porém, o que predomina são os empreendimentos compostos por 4, 6, 8 e até 17 blocos em um único empreendimento, como é o caso do Residencial *Bologna Life*, da construtora Tenda, localizado no bairro São João Batista. A planta a seguir é desse empreendimento:



Figura 20: prospecto do empreendimento *Bologna Life*, da Construtora Tenda, localizado na Rua Santo Antônio, 800 – bairro São João Batista. Disponível no sítio eletrônico da construtora.

Tais empreendimentos são destinados a um segmento social que auferia rendimentos entre 5 e 10 salários mínimos. No PDDI-RMBH, eles são referidos como conjuntos populares. Já nos termos do presidente da Construtora Primóvel (do Grupo Líder), trata-se de “projetos do segmento econômico”.

Além da segmentação já apresentada da região norte nos limites de Belo Horizonte, há ainda a que, possivelmente, se revelará como a de maior impacto dentro da capital. Porém, por sua dimensão e especificidades, a Granja dos Werneck, ou a Região do Isidoro, exige ser considerada separadamente. No PDDI-RMBH (2010, p. 56), a região do Isidoro é qualificada como o último “resquício rural” de Belo Horizonte. Sua área é de aproximadamente 10 Km², superior à da região central interna à Avenida do Contorno, estando localizada na capital, na divisa com o município de Santa Luzia. Além das fazendas que a compõem, a região do Isidoro também abriga a comunidade quilombola das Mangueiras que, certamente, será atingida por sua incorporação. Também conhecida como “Granja dos Werneck”, a área recebeu esse nome em função da instalação, pelo

médico Hugo Werneck, de um sanatório de recuperação contra a tuberculose ainda no final da década de 1920. Segundo informações da reportagem do jornal “O Tempo”,

na década de 1970, o prédio de mais de 8 mil metros quadrados, que fica numa área de 250 mil metros quadrados, se tornou o Recanto Nossa Senhora da Boa Viagem, vinculado à Fundação de Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem. Nessa instituição de longa permanência vivem atualmente 75 idosos, que recebem tratamento psicológico e acompanhamento médico e de enfermagem⁴²⁴.

As fotos seguintes, divulgadas pelo Jornal Estado de Minas em reportagens de 15 de março de 2011⁴²⁵, são da Região do Isidoro, tal como se encontra na atualidade:



Foto 35: Uma das cachoeiras existentes na área. Ao fundo é possível perceber um bairro que, Possivelmente, é o Zilá Spósito. Fonte: Jornal Estado de Minas.



Fotos 36: Região do Isidoro, objeto de Operação Urbana Consorciada que deverá ocupá-la com mais de 200 habitantes. Fonte: Jornal Estado de Minas.

Já a figura a seguir localiza e apresenta as principais propostas para a incorporação da Região do Isidoro que, de acordo com a operação urbana consorciada aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, deverá se transformar na 10ª Regional da capital e, em três décadas, estima-se, seja ocupada por mais de 200 mil pessoas:

⁴²⁴

Disponível

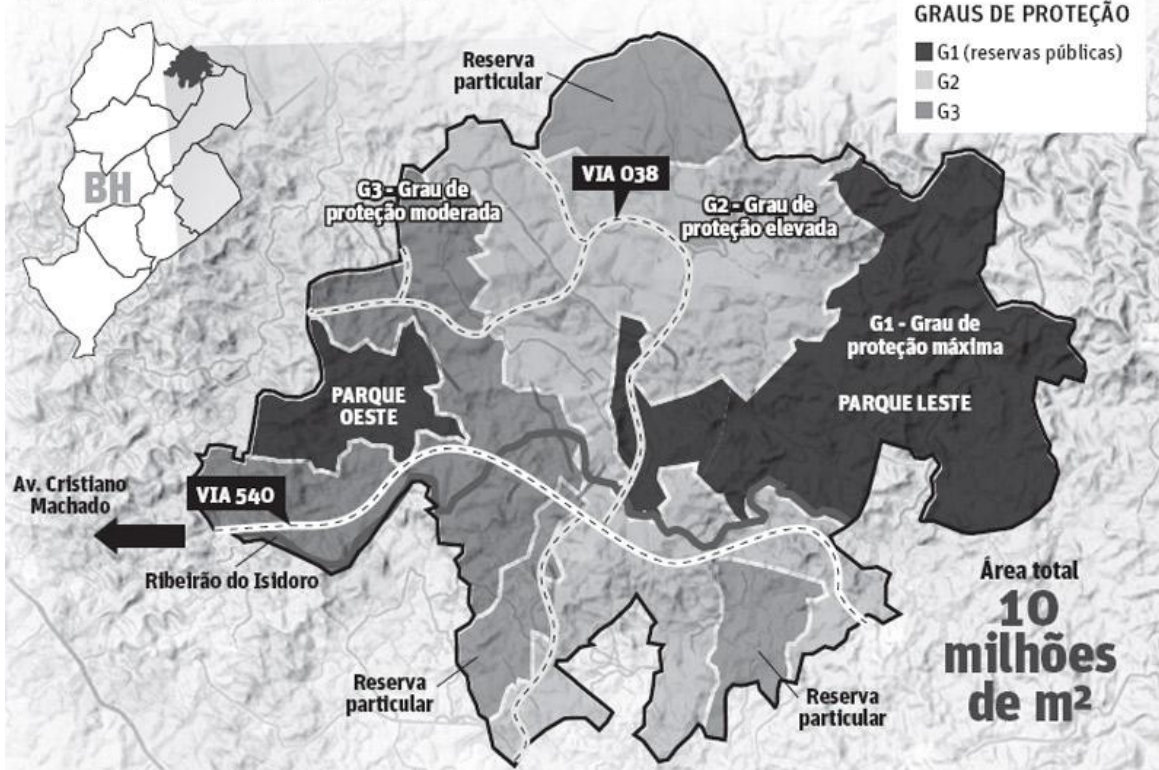
em:

<http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1602&IdCanal=6&IdSubCanal=&IdNoticia=136311&IdTipoNoticia=1> acessado em 05 de julho de 2011

⁴²⁵ Fotos disponíveis em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/03/15/interna_gerais,215211/ex-prefeito-de-curitiba-vai-planejar-urbanizacao-da-ultima-fronteira-verde-de-bh.shtml, acessado em 30 de julho de 11, à 00h24.

REGIONAL ISIDORO

EDITORIA DE ARTE



<p>População que deve ser atraída para o local</p> <p>250 mil</p>	<p>Negócios gerados com a operação</p> <p>R\$ 10 bilhões</p>	<p>Contrapartida da iniciativa privada</p> <p>R\$ 900 milhões (em dinheiro ou obras)</p>	<p>Contrapartida da prefeitura</p> <p>R\$ 107 milhões (projetos e parte da Via 540)</p>
--	---	---	--

O QUE SERÁ FEITO

- Construção de 72 mil apartamentos (3.000 já estão negociados e vão abrigar a Vila Olímpica)
- VIA 540 (ligará a MG-020 à avenida Cristiano Machado) - custo: R\$ 421 milhões
- VIA 038 (Norte-Sul) - custo de R\$ 152 milhões
- Criação de dois parques (custo total de R\$ 182 milhões)
 - 1 - Parque Leste, com 2.300.000 m² (O parque das Mangabeiras tem 2.450.000m²)
 - 2 - Parque Oeste, com 500.000 m² (O parque municipal tem 202.000m²)
- Reservas Particulares Ecológicas 1.125.629,01 m² (abertas ao público)

INFRA-ESTRUTURA

- 14 centros de saúde
- 16 creches (UMEI)
- 21 escolas de ensino fundamental
- 8 escolas de ensino médio
- 2 centros profissionalizantes
- 1 terminal de integração de transporte
- 17 terminais de embarque e desembarque de ônibus
- 1 sede da administração regional
- 2 auditórios/centros culturais

Custo R\$ 315 milhões

Prefeitura garante que irá preservar o conjunto arquitetônico do sanatório Hugo Werneck (atual recanto Nossa Senhora da Boa Viagem), que já foi referência no tratamento de tuberculose

Figura 21: Localização da Região do Isidoro a ser incorporada por uma operação urbana consorciada, com destaque para os principais empreendimentos a serem produzidos nos próximos seis anos, prazo de validade da Operação Urbana. Fonte: Jornal Estado de Minas.

Em certo sentido, o prospecto apresentado da proposição da Regional do Isidoro já traz em si importantes indícios acerca de sua ocupação futura. Tanto na divisa com Santa Luzia quanto em Belo Horizonte, os bairros que se encontram nas imediações da Região do Isidoro são caracterizados por “ocupações populares”, o que faz que com se constituam em “vizinhança indesejada”. Coincidência ou não (possivelmente não), os limites da futura Regional são dados por dois parques ambientais públicos e três reservas ambientais particulares que, entre outras funções, também cumprirão a de mediação entre o existente e o proposto. O restante da área é dividido entre “área de grau de proteção elevada” e “área de grau de proteção moderada”, as quais, em princípio, serão incorporadas. As áreas qualificadas como de “grau de proteção moderada” encontram-se nas imediações do parque ambiental de menor dimensão e do eixo viário principal que fará a ligação da região, a via 540, que a integrará à Avenida Cristiano Machado. Possivelmente, nela deverá ser construída a maioria dos cerca de 67.620 mil apartamentos previstos. Além disso, 444.600 m² dessa área deverão ser destinados à construção de equipamentos como *Shopping Center*, hipermercados, bem como de equipamentos públicos previstos. Já as áreas qualificadas como de “grau de proteção elevada” deverão ser reservadas para a conformação dos condomínios residenciais de baixa densidade que, estima-se, em muito se valorizarão em função do parque e de reservas ambientais particulares.

A Região do Isidoro (nome dado em função do Ribeirão do Isidoro, tributário do Rio das Velhas, que drena a área), nos termos em que tem sido engendrada, é tributária diretamente do Estatuto da Cidade. Sua incorporação dar-se-á por meio de uma operação urbana consorciada, já aprovada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. De acordo com o projeto, o investimento de capitais da iniciativa privada deverá ser da ordem de R\$900 milhões, sejam estes investidos na forma de empreendimentos ou de dinheiro. Devido à sua dimensão, na reportagem já citada, o jornal O Tempo referiu-se assim à Região do Isidoro e às alterações permitidas:

com as mudanças, a permissão para construir salta de 16,3 mil para 72 mil unidades habitacionais. Fala-se até no surgimento de um novo Belvedere III, em referência ao bairro da Região Centro-Sul que reúne edifícios de alto luxo. Os empreendedores serão obrigados a instalar 14 centros de saúde, 16 unidades de educação infantil, 21 escolas de ensino fundamental e oito do ensino médio, dois centros profissionalizantes, 17 terminais de ônibus, um de integração de

transporte, dois auditórios, além da sede da administração regional, estrutura que atenderá uma população de 300 mil pessoas. (...)

Ainda por sua dimensão e impacto, é possível se imaginar que tal empreendimento deverá ser de médio ou longo prazo. Contudo, acordos firmados como medidas compensatórias da operação urbana explicitam a brevidade deste:

Faz parte do acordo o empréstimo de 3 mil unidades habitacionais à prefeitura, durante a Copa do Mundo de 2014, para abrigar uma Vila Olímpica. Um décimo das construções também será destinado ao programa de habitação do governo federal Minha casa, Minha vida. O sistema viário terá investimento de R\$ 573 milhões, facilitando a circulação na região, cujos principais acessos são a Avenida Cristiano Machado e a MG-020. A Via 540, com 6,7 quilômetros, ligará os dois corredores viários. Já a Via Norte-Sul cortará a região, ligando a Via 540 aos bairros Jaqueline e Marize .

O que também comprova a imediatividade da incorporação da área é o prazo definido para a validade da Operação Urbana, estabelecido em seis anos⁴²⁶.

⁴²⁶ O fragmento a seguir foi retirado das disposições da lei que definiu os termos dessa Operação Urbana Consorciada. Embora sua vigência seja de seis anos, é certo que, se necessário, esta será renovada. A partir dos dispostos extraídos, é possível observar como as contrapartidas estabelecidas aos empreendedores privados têm grande potencial de valorização dos empreendimentos a serem incorporados. E, ainda, como estas não demandarão investimentos prévios, mas poderão ser feitas reinvestindo parte dos lucros obtidos, o que, no limite, já é uma obrigatoriedade da ação capitalista. Os artigos destacados são os de número 120, 121, 122 e 123:

Art. 120 - Para efeito da operação urbana de que trata esta Lei, a Região do Isidoro fica subdividida, conforme representado no mapa constante do Anexo IX, em:

I - Área I, passível de densidades mais elevadas e grandes equipamentos urbanos, em virtude da existência de glebas extensas e contínuas com condições de relevo, declividade e drenagem mais propícias à ocupação, inexistência de cobertura vegetal expressiva e previsão de condições favoráveis de acessibilidade; II - Área 2, em que a ocupação e o adensamento deverão sofrer restrições, por apresentarem vertentes muito onduladas e predominantemente de alta declividade, ocorrência de linhas de drenagem muito próximas, cobertura vegetal significativa e maior dificuldade de articulação viária; III - Área 3, destinada à implantação dos parques municipais referidos no art. 115, III, sem prejuízo de outras disposições desta Lei.

Art. 121 - As glebas situadas na Área I e Área 2 ficam submetidas aos seguintes critérios especiais de parcelamento do solo, mantidas as normas gerais contidas no Capítulo II, da Lei nº 7166/96, de 27 de agosto de 1996, naquilo que com elas não conflitarem:

I - o percentual mínimo de espaços livres de uso público destinados à área verde é de 8% (oito por cento) da gleba a ser parcelada, podendo este percentual ser reduzido para até 5% (cinco por cento), a critério do órgão municipal responsável pelo fornecimento de diretrizes para parcelamento do solo, no caso de projeto que apresente demanda especial de áreas para implantação de equipamentos urbanos e comunitários; II - 75% (setenta e cinco por cento) da área referida no inciso I será transferida ao Município mediante depósito do respectivo valor no Fundo da Operação Urbana, devendo os recursos apurados ser aplicados na

No PDDI-RMBH faz-se uma avaliação dos possíveis impactos da incorporação dessa região. Segundo expresso nesse documento,

a ocupação do Isidoro – devido à sua escala – deve gerar um impacto no mercado imobiliário em toda a RMBH, absorvendo parte da demanda crescente e diminuindo em certo grau a pressão de expansão por sobre os municípios do vetor norte e sobre a ocupação extensiva de áreas isoladas da mancha urbana contígua cujo núcleo situa-se na capital. Neste sentido, trata-se de um processo que pode ser virtuoso, por gerar impactos positivos em termos metropolitanos, aproveitando áreas desocupadas internas à mancha urbana onde o custo de provimento de infraestrutura é mais baixo que nas periferias mais distantes, aumentando a oferta de moradia e espaços para uso não-residencial dentro do município da capital, e nas proximidades de uma área que tende a aumentar seu grau de centralidade em função do CAMG⁴²⁷.

No setor imobiliário, também já há avaliações que dão conta de que se trata do “Belvedere III do vetor norte”, expressão que, considerando-se as proporções devidas, talvez não seja tão desprovida de sentido e veracidade. Na sequência do fragmento anterior, no diagnóstico apresentado pelo PDDI-RMBH, ressalta-se a preocupação com o fato de esse empreendimento, em associação com os demais ocorridos na região norte de expansão da metrópole, promover a expulsão das pessoas mais pobres que nele residem. Assim, entendem que “o volume de unidades destinadas à habitação social na área pode não ser suficiente para dar conta do contingente de população que será forçada – via mercado – a migrar da região para periferias mais distantes na escala metropolitana”⁴²⁸, o

implantação dos parques municipais previstos nesta Operação; III - os terrenos identificados como não parceláveis, nos termos dos incisos III e IV do art. 16 da Lei 7.166 de 1996 serão considerados unidades de conservação e poderão ser computados para efeito do cálculo de espaços livres de uso público, mediante parecer técnico ambiental favorável ao seu aproveitamento como jardins e similares, a serem mantidos e custeados pelos proprietários de lotes contíguos .

Art. 122 - As faixas lindeiras à Via 540, com a largura de 150 m (cento e cinquenta metros) contados do eixo da via, ficam sujeitas a tratamento especial no âmbito desta Operação, em virtude de seu acesso privilegiado à via, e tendo em vista a valorização desta faixa como eixo de estruturação de toda a área da Operação Urbana.

Art. 123 - O sistema viário básico da região do Isidoro, cujas diretrizes são representadas no Anexo X, é composto por:

I - um sistema principal, constituído pela Via 540; II - um sistema secundário, constituído pelas vias Arteriais e Coletoras previstas para a região, conforme mapa constante do Anexo X, que servirá também como diretriz na concepção do sistema viário local, a ser aprovado quando do parcelamento do solo.

⁴²⁷ (PDDI-RMBH, 2010, p. 57.

⁴²⁸ Ibidem.

que não se constitui em surpresa, diante do assenhoreamento do espaço como mercadoria.

Contudo, é para além dos limites físicos da metrópole que na região norte a economia política do espaço tem-se realizado de forma mais intensa. De fato, além de Belo Horizonte, a região norte da RMBH é formada por municípios que são diretamente alcançados pela dinâmica socioespacial da metrópole.

Um das características que apontam para uma ruptura em relação a momentos anteriores é que, em princípio, nos municípios que integram a região norte de expansão da metrópole quase não há a produção de empreendimentos que se enquadram dentro do que se convencionou chamar de habitações de interesse social. Os empreendimentos assim denominados são aqueles subvencionados pelo Estado, destinados aos segmentos sociais que auferem rendimentos inferiores a três salários mínimos. Segundos estudos da Fundação João Pinheiro (citados pelo PDDI-RMBH), mais de 90% do déficit habitacional é composto por famílias que se enquadram nesse estrato de rendimentos. Porém, foi também em nome do suposto combate a esse déficit que foram lançados nos últimos cinco anos os programas federais de habitação “Minha Casa, Minha Vida” fases I e II que, em grande medida, têm fomentado a produção de empreendimentos na região norte de expansão da RMBH. Embora esse programa do governo federal não se constitua em objeto específico de reflexão nesta tese, é aqui considerado devido a seu significado na reestruturação da região norte.

Em princípio, o Minha Casa, Minha Vida não pode ser considerado como um novo BNH, embora esse programa reafirme algumas permanências em relação ao programa habitacional dos anos de 1960/80, tais como a relação insidiosa entre empresas da construção civil/Estado. O aspecto central que se constitui como o “núcleo duro” desse programa deve-se, simultaneamente, à sua representação e ao que se efetiva. Quanto ao que se efetiva, o programa Minha Casa, Minha Vida constituiu-se (e ainda se constitui) na reafirmação de uma postura clássica do Estado diante de uma crise produtiva. A crise mundial ocorrida a partir de 2007/2008, que se iniciou como crise financeira nos EUA – mas que afetou a base produtiva de diversos países no mundo –, alcançou o Brasil quando este se preparava para iniciar um ciclo de crescimento de seu PIB de duração mais longa, sustentado pelo crescimento de seu mercado consumidor interno. Por sua vez, esse

crescimento sustentava-se no crescimento da renda de todas as classes sociais consideradas pelo IBGE, as chamadas classes A, B, C, D e E.

Embora se tenha construído ou enfatizado um discurso de que foram as classes C e D que tiveram maior crescimento de sua renda, algumas pesquisas realizadas⁴²⁹ demonstram que esse crescimento foi maior nos segmentos sociais compostos pelas classes de alta renda. O crescimento no dito “topo da pirâmide” viabilizou a exacerbação do consumo de mercadorias classificadas como “artigos de luxo”, o que, no setor imobiliário, significa imóveis de alto padrão arquitetônico. Como pode ser observado em reportagens veiculadas em cadernos especializados sobre venda de imóveis, o “mercado de imóveis de luxo” passou quase que incólume pela crise, sendo que as maiores dificuldades do setor vinculavam-se ao erguimento recorrente da propriedade fundiária como uma barreira a ser superada. Todavia, somente esse segmento não comporta as demandas específicas desse setor e, menos ainda, o papel da indústria da construção civil na economia em geral.

Outro aspecto relevante foi, que ainda que a crise econômica do final da primeira década deste século tenha sido sentida de forma mais amena nos países classificados como emergentes, caso do Brasil, esta alcançou o crescimento dos empregos formais, fundamental ao interesse do Estado de gerar em oito anos mais de 10 milhões de postos de trabalho e sustentar o crescimento de renda da chamada “nova classe média”. Essa preocupação deveu-se ao planejamento anterior do Estado/setor privado, que direcionou para esse estrato social parcela significativa de seus investimentos, criando linhas de produtos específicos. Ainda que de maneira menos intensa que o ocorrido nos países centrais capitalistas, uma crise ameaçaria o ciclo favorável de valorização do valor que se iniciava na economia brasileira e que dependia amplamente da “nova classe média”.

Diante desse contexto, o Estado intensificou os programas sociais ditos de transferência de renda, como o Bolsa Família, que, embora importante para a sustentação do consumo daquele que, individualmente, auferia rendimentos insuficientes, é mais ainda para a reprodução do capital. Todavia, essa transferência, embora se constitua central em muitos lugares, no geral, é insuficiente para sustentar o crescimento econômico. Assim,

⁴²⁹ Amplamente divulgado em revistas como Exame e Carta Capital, ou em jornais, como o Valor Econômico, ao longo dos anos de 2009 e 2010.

em ampla medida, foi no engendramento das estratégias de resistência à crise mundial que se consolidou e ampliou o programa Minha Casa, Minha Vida, dentro das medidas adotadas pelo Estado para o enfrentamento da crise financeira que se iniciou na década passada. Divulgado como um programa de combate ao que é redutoramente chamado de “déficit habitacional”, esse programa configurou-se como uma estratégia de fortalecimento do setor da construção civil, importante pilar de sustentação econômica, já que esse setor movimenta outras indústrias em uma cadeia virtuosa, ao mesmo tempo em que, no Brasil, exige elevado grau de emprego de força de trabalho. De fato, essas condições colocam o setor da construção civil como estratégico dentro da reprodução capitalista do espaço, visto que este permite “respostas imediatas” a uma possível retração econômica. Contudo, se é de “reposta imediata” também é de “fôlego” curto, já que grande parcela de trabalhadores, como os da construção civil, não se constitui em potenciais consumidores da mercadoria imóvel. Nesse sentido, sua produção contínua e crescente, depois de iniciada, demanda rendas contínuas e sustentadas, capazes de constituir nos patamares desejados a solvência da demanda potencial da mercadoria imóvel. Considerando que em um contexto de crise de reprodução do capital esses entraves exacerbam-se, coube ao Estado agir incisivamente no setor como forma de garantir a este o dinamismo necessário.

Para essa ação, o Estado dispõe de algumas possibilidades, cuja dificuldade e aceitação variam. Assim, ele pode atuar desde a nacionalização do solo (o que reduziria o custo de produção pela diminuição da renda da terra), passando pelos incentivos a ações como cooperativas e mutirões, até a assunção do custeio da moradia de segmentos sociais determinados. No entanto, no contexto da sociedade brasileira, ações dessa natureza, porque alcançam a propriedade, revelar-se-iam bastante negativas. Ainda como passível à ação do Estado, haveria a alternativa de garantir a elevação de rendimentos dos trabalhadores, permitindo a uma ampla parcela da população ter atendida sua necessidade vital de moradia em condições dignas e em longo prazo e não apenas de forma imediata e/ou precária. Entretanto, ações como essa possivelmente também não seriam bem vistas, certamente sendo qualificadas como “excesso de Estado na economia” ou, quiçá, “socialistas”.

Nesse sentido, dentre as possíveis respostas restantes, ficaram aquelas de caráter bastante conservador. Conservador, principalmente, dos pressupostos da reprodução ampliada do capital, sendo que, contemporaneamente, uma face dessa resposta conservadora consubstancia-se no Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida. Entre outros aspectos, esse programa caracteriza-se, fundamentalmente, por duas ações básicas do Estado: de um lado, pelo subsídio de até R\$17.000,00 oferecidos a um determinado segmento social que auferem rendimentos entre três e dez salários mínimos. Conforme dados do PDDI-RMBH, a partir de estudo da Fundação João Pinheiro, essa definição de renda exclui mais de 90% das famílias que compõem o dito “déficit habitacional”, fato que, por si, já explicita que a suposta resolução do suposto problema não é o objetivo do programa, embora seja assim alardeado. Na outra ponta, o subsídio é para as construtoras, via retirada de alguns impostos que incidiam sobre a cadeia produtiva da construção civil e, ainda, pela flexibilização de algumas condições exigidas para a produção de habitações financiadas por instituições financeiras. Além desses incentivos, no bojo do Minha Casa, Minha vida, o governo elevou o aporte de recursos destinados ao financiamento imobiliário através das instituições financeiras públicas, não só pelo aumento dos recursos da CEF, como pela entrada incisiva do Banco do Brasil (BB) como novo agente financiador. Outra medida importante foi a dilação do prazo para financiamento de quinze para até trinta anos e a redução da taxa de juros. Ao adotar essas ações, o governo ampliou significativamente a demanda solvável de imóveis qualificados no PDDI-RMBH como conjuntos populares e moradias para classes sociais de rendimentos médios, o que provocou o intenso processo de valorização fundiária em curso e possibilitou amplas condições de valorização do valor, mediadas pela reprodução do espaço através da produção capitalista de habitações. Em linhas gerais (e simplificadas), é esse o contexto de base do programa Minha Casa, Minha Vida, fundamental para a dinamização de empreendimentos imobiliários destinados às classes sociais de baixos e médios rendimentos. Isso, por sua vez, nos permite afirmar que tal programa não consistiu objetivamente em garantir o direito à habitação aos segmentos sociais historicamente alijados desse direito, mas, fundamentalmente, em uma estratégia de valorização dos capitais que atuam na produção do espaço, principalmente o capital financeiro.

Outro aspecto importante que nos permite compreender a quem se destina o Minha casa, Minha vida pode ser observado no contexto do programa de valorização de espaços (dito de urbanização) Vila Viva. Conforme pode ser observado nos diagnósticos que compõem os PGEs, é no segmento que auferem rendimentos inferiores a três salários mínimos que se enquadram os moradores retirados de suas habitações precárias, indenizados com R\$17.000,00, e que são direcionados (como ocorre historicamente) para a região metropolitana, principalmente para municípios como Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano. Todavia, como Érika Lopes observou, tem ocorrido um “desfavelamento de novo tipo”, porque supostamente esses sujeitos tiveram participação ampliada nos processos decisórios, encontrando uma situação também de “novo tipo”: declaradamente, não são bem vindos, como podemos observar no diagnóstico apontado no Plano Metropolitano acerca do Minha Casa, Minha Vida na região norte da RMBH:

em relação ao Programa Federal Minha Casa Minha Vida, observa-se uma dificuldade enorme de encontrar terrenos para a implantação do programa no Vetor Norte para as faixas de renda inferiores a três salários mínimos. Em primeiro lugar, os preços dos terrenos seriam muito altos para que fosse possível viabilizar este tipo de empreendimento. Há quem afirme que o preço de um terreno urbanizado é igual ao valor do financiamento para a casa deste tipo de conjunto. Também o vice-presidente da CMI afirma que há pouquíssima possibilidade de projetos Minha Casa Minha Vida no Vetor Norte, caso seja necessária a implantação de parcelamento. Segundo ele, “a região não tem vocação. APA Carste e densidade não se entendem. Algum empreendimento predial sem necessidade de loteamento é possível, com apoio das prefeituras”. Há indicações claras de que as prefeituras realmente não estariam dispostas a viabilizar as condições necessárias à implantação do programa para as faixas de menor renda. E quais seriam suas justificativas? Primeiramente, não se encontram mais terrenos que valham o investimento. Por outro lado, nas faixas mais elevadas a serem atendidas pelo programa, já começam a aparecer empreendimentos. Um conjunto com cerca de 400 apartamentos – o *Città Liberdade*, no Bairro Santa Clara, em Vespasiano, e em construção pela Asa Incorporadora, já está sendo vendido. Também da Asa Incorporadora, um conjunto com cerca de 300 casas geminadas – o *Città Savaju’s*, no Bairro Fortaleza, em Ribeirão das Neves, já está sendo vendido⁴³⁰.

Como pode ser observado nesse fragmento, os muito pobres não são mais desejados porque, em decorrência da valorização fundiária, os pobres ou a dita “nova classe média” começam a ocupar esses espaços outrora relegados aos segmentos sociais que auferem os rendimentos inferiores a três salários mínimos, constituindo estes o “limite” a ser considerado. O fragmento anterior também nos ajuda a situar o “perfil”

⁴³⁰ PDDI-RMBH, 2010, p. 55.

ocupacional do primeiro segmento identificado: trata-se dos municípios em que se localizam os residenciais *Cittá Liberdade* (Vespasiano) e o *Cittá Savaju's* (Ribeirão das Neves), aos quais se soma Santa Luzia. É nesses três municípios que têm sido produzidos os empreendimentos qualificados no Plano Metropolitano como “conjuntos populares”, categoria imediatamente acima daqueles qualificados como “conjuntos de interesse social”. De fato, além dos empreendimentos citados anteriormente, as construtoras MRV e Tenda tem atuado nesses municípios, sendo que a Tenda de forma mais incisiva.

De acordo com dados divulgados em seu sítio eletrônico, a Construtora MRV está lançando o residencial Horizonte Verde, também com 400 apartamentos. A planta a seguir é do projeto do empreendimento localizado na Rua Três do bairro Gávea, em Vespasiano.



Figura 22: Prospecto da planta do residencial Horizonte Verde, da MRV, em Vespasiano. Fonte: www.mrv.com.br

Já a construtora Tenda, iniciou recentemente em Vespasiano⁴³¹ a comercialização do residencial *Reserva dos Pássaros*, empreendimento composto por 57 blocos de dois

⁴³¹ Dentre os municípios que integram o eixo norte de expansão, Vespasiano é o que parece apresentar processo mais intenso de “substituição” de moradores. Conforme relatado no PDDI-RMBH, servidores públicos de Matozinhos afirmaram que o município vem recebendo número acentuado de novos moradores vindos de Vespasiano. Outro fator que corrobora essa possibilidade é o lançamento nesse município de empreendimentos imobiliários como o Residencial Rosa dos Ventos, condomínio fechado lançado em 2005 com terrenos de 360m² ao preço médio de R\$35.000,00. Já em 2008, também em Vespasiano, foi lançado

andares com oito apartamentos por andar, superando 900 unidades habitacionais. No município de Ribeirão das Neves, essa construtora produz outros dois empreendimentos, os residenciais *Morada dos Girassóis* e *Duo Xangrilá*. Este último, localizado no bairro Chácara Bom Retiro, é composto por nove blocos, com pelo menos seis apartamentos em cada um:



Figura 23: Prospecto da planta do residencial *Duo Xangrilá*, empreendimento da Tenda em Ribeirão das Neves, com previsão de entrega para janeiro de 2013.

Já em Santa Luzia, o volume produzido por essa construtora supera 1.700 unidades habitacionais, distribuídas em seis residenciais diferentes em bairros diversos. O prospecto a seguir é do residencial *Portal de Santa Luzia*, que apresenta 35 blocos:



Figura 24: Prospecto do residencial *Portal Santa Luzia*, da Construtora Tenda, localizado no bairro Belo Vale, em Santa Luzia. Fonte: www.construtoratenda.com.br

um grande empreendimento do Grupo Sécus, o condomínio *Gran Viver*, de cujo pré-laçamento participei. No intervalo de cinco horas foram vendidos 50% de todos os lotes da 1ª fase do empreendimento, sendo que o preço inicial foi de R\$80.000,00. Cerca de dois meses depois, os lotes já eram comercializados por R\$110.000,00 e, seis meses após, por R\$ 130.000,00 . Atualmente, lotes nesse condomínio superaram o preço de R\$200.000,00.

Todos esses empreendimentos possuem preço estabelecido, em média, superior a R\$130 mil reais (à vista) para apartamentos de três quartos, o que exclui de sua demanda solvável aqueles consumidores cujos rendimentos são inferiores a três salários mínimos, o que reafirma o diagnóstico analisado no PDDI-RMBH, bem como aqueles indenizados nas expropriações realizadas nas favelas de Belo Horizonte.

Já em municípios como Vespasiano, São José da Lapa, Confins, Lagoa Santa e Jaboticatubas, outro segmento da região norte da RMBH, não são observados empreendimentos da modalidade “conjuntos populares”. Ao contrário, nesses municípios predominam os empreendimentos na modalidade “condomínio fechado”, bem como empreendimentos comerciais, tais como hotéis, centros comerciais e, ainda, condomínios residenciais com centros comerciais, os chamados “condomínios complexos”. Embora uma parcela significativa dos empreendimentos lançados não apresente características como as do “*Vitória Golf Residence*”, incorporado pelo Grupo Vitória União, empreendimentos desse porte (ou acima dele) são cada vez mais constantes, aproximando-se do que observa no município de Nova Lima, localizado na região sul de expansão da metrópole.

O *Vitória Golf Residence* está localizado nas imediações dos condomínios *Condado da Lagoa, Bouganville e Amendoeiras*. Tal empreendimento foi lançado com 203 unidades de 1.000m². Ele foi produzido para os segmentos sociais de rendimentos médios e elevados. Entre seus diferenciais (provisórios), esse residencial apresenta campo de golfe, espaço *gourmet* com bar molhado, espaço *teen* e espaço *zen*, dentre outros elementos que compõem sua área de lazer. Tal como ocorre na maioria dos empreendimentos localizados na região norte, os empreendedores também o associam ao CAMG/linha verde e ao aeroporto de Confins, buscando ressaltar as condições de localização/acessibilidade favorável. Em muitos desses empreendimentos os lotes comercializados chegam a alcançar, na atualidade, preços que variam de R\$200.000,00 a R\$700.000,00, o que demonstra seu caráter nada popular⁴³².

⁴³² O Grupo Vitória da União – GUV é um dos que mais atuam nos lançamentos de loteamentos em condomínios fechados em Lagoa Santa. Além do Residence Golf, há ainda o Haras Vale dos Sonhos, com preço médio de R\$130.000,00 para lotes de 1.000m²; o Represa Ville, com preços médios de R\$100.000,00 também para lotes da mesma metragem; e o Champagne Tênis, com preço médio de lotes em torno de

Ainda que esses empreendimentos residenciais apontem para a intensa valorização fundiária ocorrida na região norte de expansão da metrópole, estes podem ser entendidos como demonstrativos de uma pequena parcela do que efetivamente tem se constituído e deverá se constituir essa região de expansão. De fato, quando observamos os estudos diagnósticos, não apenas aqueles que compõem o PDDI-RMBH, mas também outros contratados pelo Estado, como o executado pelo Instituto Horizontes – IH, fica claro como essa região metamorfoseou-se em um *locus* privilegiado de realização da economia política do/no espaço.

4.6 – Caminhos do planejamento e do ordenamento territorial sob o planejamento estratégico: a consolidação do empreendedorismo urbano na reprodução da RMBH

Para compreendermos efetivamente os processos que tem se materializado amplamente como reestruturadores da RMBH, entendo como importante considerarmos um agente que tem se constituído de grande importância nesse processo. Trata-se do Instituto Horizonte – IH, agente que se constitui em Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme informado em seu sítio eletrônico. Além disso, informa-se, também, que se trata de “uma organização sem fins lucrativos, formada por voluntários, entre profissionais liberais, empresários, intelectuais e pessoas de diversos segmentos da sociedade.” Como missão, o IH a define como sendo “produzir conhecimento e desenvolver ações estratégicas que resultem na melhoria da qualidade de vida na cidade”, condição que coloca no seu horizonte ser um “agente mobilizador e indutor da transformação da cidade.”

Em princípio, instituições como o IH são bastante interessantes, na medida em que criam canais de ampliação da participação na definição daquilo que aparece como sua missão: produzir conhecimento e desenvolver ações estratégicas que induzam a transformação da cidade. Todavia, também é interessante observar a composição dessa OSCIP em especial devido à sua influência: ela é composta, fundamentalmente, por profissionais ligados à indústria da construção civil. De fato, dos nove membros titulares

R\$200.000,000. Embora esses outros loteamentos sequer se aproximem dos preços alcançados no Residence Golf, em todos eles fica claro que os consumidores ao quais se destinam são classes sociais de rendimentos médios e elevados.

que compõem a diretoria executiva do IH na gestão 2010-2013, oito são diretamente ligados ao setor imobiliário, como diretores de construtoras que compõem a indústria da construção civil pesada ou membros ligados aos sindicatos da categoria. Trata-se de uma OSCIP de grande penetração junto ao governo (tanto em âmbito municipal quanto estadual), o que permite afirmar que mais importante que os “canais de comunicação e participação ampliada”, o IH – nos moldes em que atua e é composto atualmente – encontra-se em condições bastante favoráveis de direcionar ações e empreendimentos do Estado, o que, afinal, já está posto como sua missão. E, visto que é composto por personagens ligados à indústria da construção civil, não é abusivo afirmar que o principal canal aberto pelo Instituto Horizontes é aquele que coloca o planejamento da reprodução do espaço sob controle (ainda que não totalmente) dos empreendedores imobiliários.

Nos termos identificados por Mariana Fix, esses canais situam os empreendedores para além da condição de meros rentistas que operam apenas marginalmente como promotores imobiliários, como também impede que sejam identificados como meros antecipadores de alterações em função de informações privilegiadas. De fato, constituem-se em agentes imobiliários que, mais que aguardar ou antecipar, agem incisivamente no direcionamento das ações do Estado no sentido de exacerbarem os patamares de extração do mais-valor produzido pelo conjunto social. São, efetivamente, empreendedores que produzem as condições de realização da economia política do espaço. Como exemplo do alcance do IH, pode-se citar que foi essa organização que elaborou, sob a contratação do governo estadual, o “PAE – VETOR SUL” e, além deste, o “Programa de desenvolvimento e gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Vetor Norte da RMBH, Programa de ações imediatas”. Conforme referido já na apresentação deste último, esse documento constitui-se em um “recorte do Programa de Desenvolvimento e Gestão da RMBH, objeto do termo de parceria assinado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e o Instituto Horizontes”, sendo que é neste que o “o Vetor Norte está contemplado como uma das unidades de análise propostas”⁴³³.

⁴³³ Instituto Horizontes. Programa de desenvolvimento e gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Vetor Norte da RMBH. Programa de ações imediatas. 2009, p. 02.

Na análise apresentada nesse documento, cujo intuito é orientar ações de revalorização do Estado, a região norte de expansão da metrópole foi subdividida em 4 segmentos com características específicas⁴³⁴. O primeiro, correspondente à área entre o centro da capital e o Anel Rodoviário e interno às avenidas Cristiano Machado e Antônio Carlos. A meu ver, esse eixo é composto ainda pelos bairros que se encontram entre as avenidas Antônio Carlos e Pedro II/Tancredo Neves que, após os empreendimentos de revalorização, também são alvo de diversos empreendimentos e intensa valorização em função da reestruturação da região norte. O segundo trecho apresentado é o que corresponde às imediações do conjunto arquitetônico da Pampulha, entre o Anel Rodoviário e o bairro Itapoã (sendo a Avenida Portugal o limite desse trecho). Embora também entenda que esse seja um dos segmentos de revalorização específica da região, a meu ver, este exige ser compreendido considerando as subdivisões que são inerentes a ele, conforme já referido anteriormente.

É também nesse sentido que compreendo de modo divergente o terceiro trecho apresentado pelo IH, aquele que se refere às áreas polarizadas pela subcentralidade de Venda Nova. Acredito que o limite existente entre os bairros de Venda Nova e aqueles que pertencem aos municípios vizinhos (principalmente Ribeirão das Neves e Santa Luzia) não é meramente institucional. Não só há uma valorização diferenciada (mais elevada na capital), como as possibilidades inscritas em Santa Luzia e Ribeirão das Neves e as características das LUOS de cada um induzem determinado crescimento e ocupação. Em princípio, os consumidores potenciais dos empreendimentos são aqueles cuja renda situa-se entre 5 e 10 salários mínimos. Contudo, se observarmos mais de perto, será possível perceber que os empreendimentos que se situam em Venda Nova – Belo Horizonte se aproximam mais do limite máximo dessa renda, ocorrendo o inverso nesses municípios. Mesmo no que se refere à valorização futura, é possível observar que se trata de ações diversificadas: em Venda Nova, além da reestruturação de eixos viários centrais (Avenida Vilarinho, Rua Padre Pedro Pinto, Avenida 12 de Outubro, Avenida Civilização, além da integração com a Região do Isidoro), há também a previsão de instalação de um *Shopping Center*, entre outras ações reestruturantes. Por sua vez, Santa Luzia e Ribeirão das Neves,

⁴³⁴ Subdivisões que não são adotadas nesta pesquisa, pois o entendimento que a fundamenta é que esse eixo de expansão é mais complexo que o apresentado nas 4 subdivisões citadas.

embora devam ter os centros industriais reestruturados, não compõem a centralidade das ações, tal como acontece com Venda Nova.

Já em relação quarto trecho, o que corresponde à área de influência do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, tal como apresentado pelo Instituto Horizonte, entendo que Confins, Lagoa Santa, Vespasiano e São José da Lapa conformam um sub-região com características específicas em relação ao restante da região norte. Porém, a este se soma o município de Jaboticatubas, na medida em que o este já se constitui como lócus de “expansão” dos empreendimentos (principalmente residenciais) existentes em Lagoa Santa. De fato, é nesse município que está sendo produzido um dos empreendimentos de maior impacto (e potencial de valorização) da região norte, o que se soma ao fato de ser “caminho” para a Serra do Cipó, unidade ambiental que, pelo apelo do suposto retorno à natureza, já é alvo de interesses de empreendedores imobiliários⁴³⁵.

Entretanto, um aspecto que chama bastante atenção acerca desse último trecho é a afirmação de que esses municípios

compõem o principal foco das atenções do presente Plano de Ações Imediatas. Foram os Investimentos previstos nas áreas de influência desses municípios, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, que despertaram a atenção para essa região e, conseqüentemente, para a necessidade de se elaborar um Plano de Ações Imediatas, com o objetivo de integrar e organizar as ações modificadoras, no sentido de um desenvolvimento sustentável. (Plano de Ações Imediatas Vetor Norte, 2009, p. 11/12)

A meu ver, não causa estranheza a afirmação de que esse conjunto de municípios é o principal foco das atenções do Plano de Ações Imediatas, pois apresenta as condições mais favoráveis à produção de empreendimentos cujos consumidores seriam os de rendimentos mais elevados. Condições que, conforme já referido, permitiriam, potencialmente, a extração de mais-valor do lucro do empreendedor e das rendas diferenciais clássicas, já que são empreendimentos destinados a uma demanda solvável que permitem fixar o preço da mercadoria em função do que estes consumidores estão dispostos a pagar. Já na segunda afirmação destacada, sob a denominação bastante vaga do que se entende como “desenvolvimento sustentável, revelam-se outros interesses e estratégias engendradas:

alguns aspectos chamam a atenção, com relação às possíveis conseqüências de um processo e expansão desordenada nessa região: o primeiro deles está relacionado

⁴³⁵ Como, por exemplo, o Grupo Vitória da União, que lançou na unidade ambiental da Serra do Cipó o condomínio “Recanto da Serra”.

às características do processo de reprodução de periferias ocorrido na região de Ribeirão das Neves (Justinópolis) e Santa Luzia (São Benedito), processo que hoje se constitui numa ameaça para o conjunto dos municípios da região Cárstica. As taxas médias anuais de crescimento populacional verificadas nos municípios do Carste, associadas à proximidade deles em relação a Ribeirão das Neves (Justinópolis) e Santa Luzia (São Benedito) são um alerta nesse sentido. Pode-se constatar e é visível hoje, a existência de um eixo de formação de periferias a partir de Neves, ao longo do vale dos ribeirões das Neves e Areias, em direção a Pedro Leopoldo⁴³⁶.

Penso que o Plano de Ações Imediatas elaborado por voluntários (ligados à construção civil, é bom que se diga) por solicitação do Estado (com o intuito de orientar suas ações) explicita limpidamente a necessidade da conformação de limites à ocupação de localidades específicas dentro desse “eixo” da região norte de expansão da metrópole, como forma de garantir determinada qualidade ambiental que, na verdade, consiste em importante componente da estratégia de valorização do espaço. Nesse sentido, o que implicitamente se revela por esse documento é que, ao mesmo tempo em que se indica como necessário adotar estratégias de valorização, também se destaca a importância de se eliminarem as condições que efetiva ou potencialmente desvalorizam essa região. Nesse caso, o adensamento para além daquele previsto para a demanda solvável que se deseja atrair. Assim, deve-se evitar aquele processo que caracterizou Ribeirão das Neves principalmente e que deu sentido concreto ao termo periferia. Claramente, a condição de mercadoria é o que fundamenta a reprodução do espaço sob orientação da OSCIP, formada voluntariamente por personagens que se vinculam à indústria da construção civil.

Conforme já dito, essa preservação recomendada não é desprovida de interesses e sentidos. É nesse contexto que, a meu ver, foram (ou estão sendo implantadas) unidades ambientais como a Área de Proteção Ambiental do Carste, a APE do Ribeirão do Urubu, o Parque do Sumidouro, o Parque ambiental Serra Verde, a Área de Proteção Ambiental do Ribeirão da Mata, parques e reservas ambientais da Região do Isidoro, entre outros. Embora não desconsidere a importância e a dimensão política da questão ambiental e, ainda, sua consideração como um dos fundamentos necessários da urbanização, também não desconsidero que o uso (infra)político que se tem feito desta, em muitos casos, a tem transformado em instrumento de segregação socioespacial. Nesse caso, e sob um dos sentidos que tem assumido, a perspectiva ambiental tem cumprido o mesmo papel que a higienista nas primeiras décadas do século passado. No limite, a escolha do poder público

⁴³⁶ Ibidem, pág. 12.

(e da “sociedade civil”) tem se dado, em muitos casos, entre adensamento ou preservação ambiental, como se fosse esse o campo de oposição, e cuja resposta tem sido que tem gente demais, e gente demais é sinônimo de degradação, pois nenhum município que ser Neves... Nem mesmo Ribeirão das Neves. Talvez não seja sem propósito acreditar que as colocações feitas por Maurício Fernandes, diretor do CREA em 2005, externem, mais que uma opinião, uma concepção de classe que, no limite, perpassa a do Estado e a de empreendedores que atuam na reprodução da região norte. A afirmação a seguir foi feita em um debate sobre “Trânsito e automóvel na Grande BH”, realizado pela Associação Mineira de defesa do Ambiente – AMDA, quando Maurício Fernandes referiu-se à linha verde e à sua produção:

nós devemos entender que a Linha Verde é um remédio que nós temos que tomar contra a doença do nosso país, da falta de políticas públicas, de saneamento, segurança, habitação, etc. *Esses problemas poderiam ser resolvidos de outra forma, talvez contendo essas pessoas no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas, regiões pobres que têm um grande fluxo de pessoas para Belo Horizonte. Se nós assegurássemos boas condições de vida nesses locais talvez não teríamos essa urbanização acelerada no estado*⁴³⁷.

Assim, na medida em que esse conjunto de municípios que compõe a região norte de expansão da metrópole não se destina às classes sociais que auferem os rendimentos mais baixos, tais municípios são reproduzidos em função da viabilização de empreendimentos que ampliem significativamente a revalorização de seus espaços. Processo esse em que se revela o quão concertados encontram-se interesses de Estado e capital.

4.7 – Outras estratégias de valorização da região norte de expansão: a produção dos “condomínios fechados” para as classes de alta renda e os caminhos que compõem a representação simbólica do viver na/fora da metrópole como fundamento da realização da economia política do espaço

De fato, empreendimentos que têm nas classes de rendimentos médios/elevados sua demanda solvável, como os realizados atualmente na região norte, não apenas reestruturam o espaço em que são produzidos para readequá-los, como também exigem

⁴³⁷ Disponível em: <http://www.mtbbh.com.br/forum/viewtopic.php?f=30&t=11519> , acessado em 30 de julho de 2011, às 1h31.

que se redefinem as necessidades e “desejos” construídos historicamente em seus potenciais consumidores.

Essa redefinição vincula-se, essencialmente, ao fato de que os investimentos nos atributos mais valorizados que compõem a vida urbana tem se dado historicamente nas centralidades, o que, entre outros aspectos, contribui para sua valorização por esses estratos sociais. Nesse sentido, a viabilização de empreendimentos imobiliários, principalmente para moradia, distantes dessa centralidade exigiu a simultânea construção da representação da superioridade dessas áreas e da destruição simbólica do que essa centralidade representava. Foi nesse contexto que, na segunda metade do século XX, foi se conformando progressivamente um discurso de deterioração simbólica da metrópole, que passou a ser representada como um lugar, se não inóspito, pelo menos pouco aprazível para se viver. Representação que, no entanto, precisou e precisa ser sempre dúbia, possível de ser revertida, já que há sempre a possibilidade de mudança de um potencial construtivo que viabilize áreas inteiras... no “coração” da metrópole.

Porém, foi necessário conformar um discurso capaz de convencer uma parcela significativa da demanda solvável dos benefícios de se viver longe desses centros e do que estes oferecem, processo que se iniciou pela própria redefinição (ideológica) dos sentidos que comportam o viver. Neste percurso, o viver passou a ser associado ao “viver de verdade”, o que significava o consumo de lugares produzidos como tranquilos, distantes dos atributos que compõem a vida urbana na metrópole, como barulho, lugares cheios etc. Também para compor esse “viver diferenciado”, a metrópole foi re-presentada como misturada, poluída, congestionada e, principalmente, violenta. Assim como era colocada dessa maneira, também se apresentava a “solução” para as mazelas a ela atribuídas: os espaços tranquilos, homogêneos, dotados de ar puro, sem poluição visual e, principalmente, seguros.

Todos esses discursos se retroalimentam das representações verdadeiras ou não que compõem o cotidiano. É nesse sentido estas são instrumentalizadas e reforçadas através do discurso publicitário que se destina a vender a mercadoria imóvel. Como coroamento desse processo, as preocupações ambientais e a valorização simbólica das condições mais próximas do natural foram inscritas nas estratégias engendradas para a valorização econômica e a comercialização desses empreendimentos. Assim, tão

importante quanto a homogeneidade e a segurança, o suposto retorno à natureza ou o acesso a uma natureza representada como natural constitui-se em uma das principais estratégias de venda dessa mercadoria.

Dentre os empreendimentos produzidos nessa região sob essas condições, um dos primeiros que foram lançados logo após a reestruturação engendrada pela produção da linha verde e do CAMG foi o *Gran Royale*, produzido pelo Grupo Séculus, após este ter comprado parte da propriedade fundiária do grupo PRECON/CAUE. O *Gran Royale*, que se encontra na divisa com o PRECONPARK, certamente constitui-se em “equipamento de atração” para esse outro empreendimento de maior porte que será construído no futuro.

Contudo, o que caracteriza o empreendimento do Grupo Séculus é o fato de esse loteamento (vendido como “condomínio fechado”, embora sejam apenas lotes), voltado para um segmento social de renda média, ter obtido o sucesso de vendas que obteve. De fato, já no lançamento, aproximadamente a metade dos lotes desse empreendimento foi vendida, superando as expectativas dos empreendedores. Com o preço unitário a partir de R\$80.000,00, muitos desses lotes foram vendidos para a conformação de moradias de funcionários do futuro Centro Administrativo de Minas Gerais, conforme apontaram Pereira; Campos (2009). Empreendimentos como o *Gran Royale* são tributários não apenas do discurso que qualifica a metrópole como degradada e perigosa, mas também da imagem favorável em construção, produzida a partir das diversas reportagens sobre a região norte. De fato, são reportagens que fazem referência a um conjunto de ações que visam a minimizar o impacto ambiental causado nessa região em função de sua reestruturação. Assim, quase sempre que se noticia acerca dessas ações, associam-se a elas anúncios correlatos aos empreendimentos imobiliários que, supostamente, também se orientam por uma preocupação ambiental, como o *Gran Royale* ou outros produzidos.

É nesse contexto – que é também o da realização da economia política do/no espaço – que está sendo produzido o empreendimento PRECONPARK, engendrado pela indústria que atua no setor da mineração, a PRECON, empresa ligada ao grupo CAUÊ, que se tornou proprietária da propriedade fundiária em função da atividade industrial de mineração. Sobre esse aspecto, é importante observar que, conforme indicado no PDDI-RMBH, em quase todos os municípios do eixo norte há a ação considerável de mineradoras que, tal como ocorre na região sul (porém em escala menor), também são

proprietárias de grandes glebas em função de suas atividades. Outra semelhança entre as duas regiões é que uma parcela considerável dessas glebas já teve seu potencial mineral esgotado, sendo que outras foram (ou estão em vias de ser) alcançadas pela legislação ambiental que classifica a atividade mineradora como de alto impacto de degradação. Nessa condição, essas glebas tornam-se, nos termos da indústria, passivos ambientais, já que não podem ser inscritas em seus circuitos de valorização.

Contudo, tal como demonstrou a “experiência” de Nova Lima, com um toque (não o de Minas, mas do Estado) em “perfeita sintonia” com o setor privado, esse passivo pode ser transformado não em ouro, mas em amplo potencial valorativo pela possibilidade de desenvolvimento de empreendimentos classificados como de baixo impacto, desde que resultem em parcelamentos que produzam lotes maiores, em média acima de 1.000m², em consonância com os empreendimentos destinados às classes de alta renda. Mas, diferente da região sul, na região norte, principalmente nos municípios centrais do “Plano de ações imediatas”, há também quantidade significativa de propriedades rurais que, tal como áreas de mineração, são (ou poderão ser) redefinidas pelos empreendedores imobiliários, o que amplia significativamente as possibilidades de atuação de outros capitalistas, que não são ligados necessariamente à mineração nessa região.

Porém, o *PRECONPARK* é resultado direto da ação de empreendedores imobiliários que atuam na mineração. As figuras a seguir apresentam a localização e o prospecto do empreendimento:



Figura 25: Localização do empreendimento PRECONPARK nos limites de Confins, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa. Fonte: PEREIRA; CAMPOS (2009).

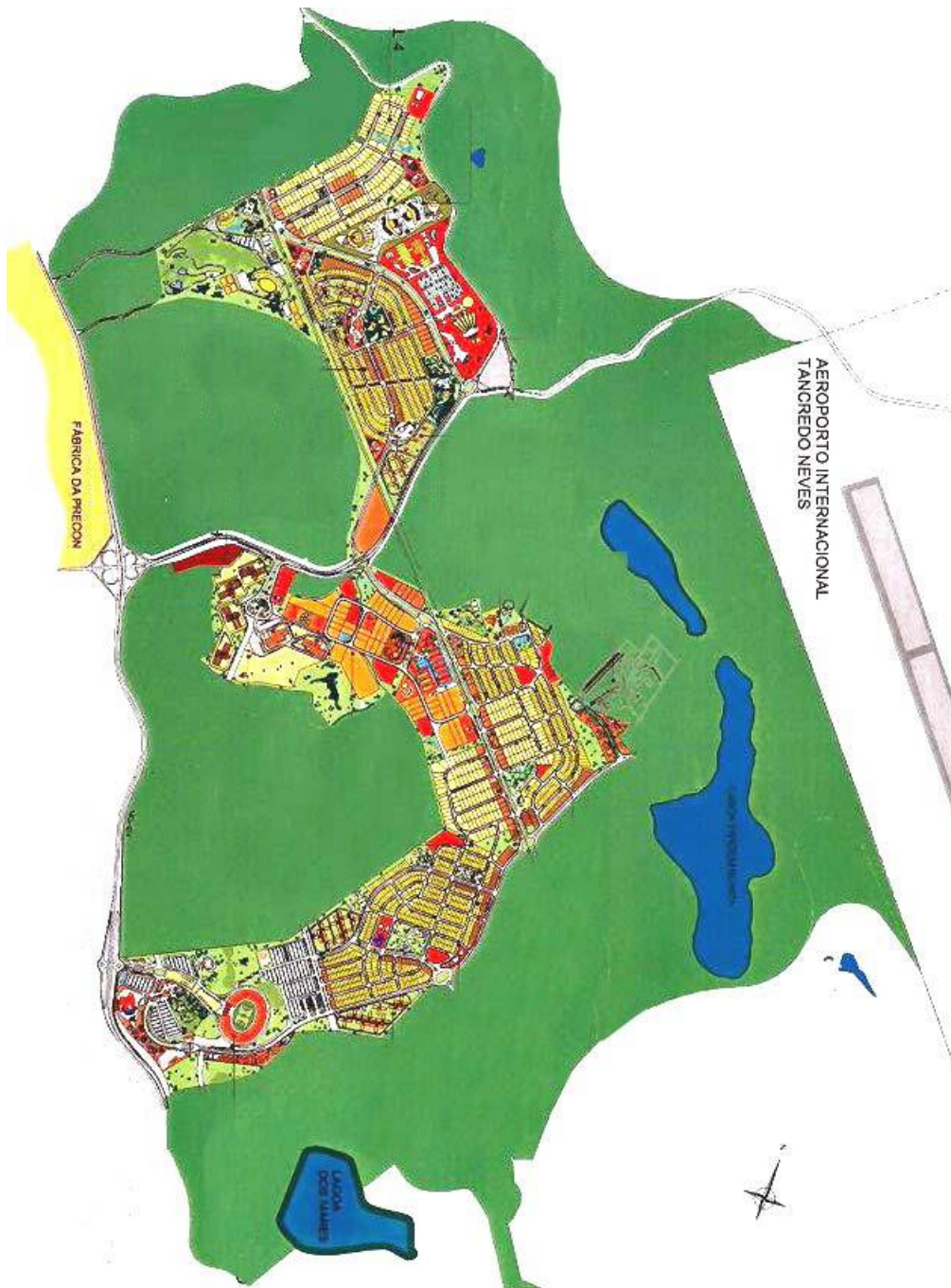


Figura 26: Prospecto do projeto do empreendimento PRECONPARK, da Indústria PRECON⁴³⁸. Fonte: www.precon.com.br.

Como estratégia de viabilização, esse empreendimento deverá ser produzido em etapas, devendo ser concluído em dez anos. Ainda que se trate de um empreendimento

⁴³⁸ Conforme informações extraídas do diagnóstico produzido pelo Instituto Horizontes, o PRECONPARK está sendo produzido pela MVD Empreendimentos, do grupo PRECON/CAUÊ, empreendimento que, quando concluído, afetará significativamente a região norte.

de realização em médio prazo, seu impacto será bastante significativo, já que, estima-se, será ocupado por uma população superior a 20.000 pessoas⁴³⁹. Sua primeira etapa ocupará uma área correspondente a aproximadamente 6.000.000 m²⁴⁴⁰, abrangendo os municípios de Confins e Pedro Leopoldo, próximos ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, área que também será ocupada pela segunda fase, no município de Lagoa Santa. Contudo, seu impacto principal não deverá ocorrer por suas dimensões, mas, principalmente, pelo que se projeta. Isso porque esse empreendimento será composto por dois setores, localizados ao sul e ao norte da rodovia MG-424, rodovia que ligará o empreendimento ao aeroporto. No setor norte, está prevista a instalação do que se chamou de “Parque de negócios”, além de dois condomínios residenciais. Já o setor sul deverá ser composto por um parque de ciência e tecnologia “de ponta”, além de dois outros condomínios residenciais. Ainda nesse setor, na área do parque tecnológico, projeta-se instalar um centro empresarial, além de um centro educacional, que deverá ser integrado à Faculdade Pedro Leopoldo, já existente, além de outros equipamentos. E, junto aos condomínios residenciais, serão produzidas estruturas com clubes para atividades de lazer (como haras) e campos de golfe, além de outros equipamentos já “tradicionais” em condomínios de alto luxo.

Além desses equipamentos, no PRECONPARK, em função de sua proximidade/relação com o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, também será produzido o que se pretende que seja um centro internacional de negócios para

⁴³⁹ A estratégia desse empreendimento é a de produção em etapas, o que vem ocorrendo desde 2006, conforme pode ser observado nas informações extraídas do informativo da Precon, N° 3, Ano I, junho/julho de 2006: Além da quadra, a Arena PreconPark vai oferecer à população da região metropolitana de Belo Horizonte um ginásio poliesportivo com capacidade para abrigar um público de 1,5 mil pessoas, um shopping center com dez lojas e uma praça de alimentação, um anfiteatro para até 240 pessoas e um campo de futebol. As obras do shopping serão iniciadas no próximo mês e, até o segundo semestre de 2007, os empreendimentos previstos para a Arena PreconPark já estarão finalizados. A conclusão da quadra poliesportiva é mais um passo para a concretização do projeto PreconPark, um megainvestimento lançado pela MVD Empreendimentos, empresa-irmã da Precon, que tem como princípio a qualidade de vida. Disponível em:

<http://www.precon.com.br/Site/Novo/Novidades/pdf/Informativo3.pdf> , acessado em 31 de julho de 2011, às 2h25.

⁴⁴⁰ Segundo entrevista do diretor-presidente da PRECON, Bruno Simões Dias, ao Informativo PRECON, edição especial de 45 anos, essa é apenas a 1ª fase do empreendimento que, posteriormente, será composta de outro com área de 6.000.000m², o que ajuda a dimensionar o processo de valorização do espaço que está em curso no eixo norte de expansão da metrópole. Disponível em: http://www.precon.com.br/Site/Novo/Novidades/pdf/jornal_45.pdf , acessado em 31 de julho de 2011, às 2h34.

convenções e exposições e, junto a esse centro, um condomínio industrial, já que um dos projetos do governo do Estado é a construção de um aeroporto internacional de cargas junto ao de Confins. Ainda como equipamentos que deverão integrar esse empreendimento de grande porte, há o projeto de instalação de um centro esportivo com estádio, um shopping, centro comercial e serviços, além de um parque temático. Conforme explicitado no “Plano de ações imediatas”,

o objetivo principal é a criação de uma tecnópolis, onde os moradores, usuários e investidores tenham oportunidade de trabalhar em espaço de grande potencial cooperativo, num ambiente propício à inovação, com geração de emprego e renda e com qualidade de vida⁴⁴¹.

Um empreendimento dessa natureza e dimensão certamente traz a instigação da relação do poder público em relação a este, pois, indubitavelmente, comporta clivagens dentro do espaço urbano que até então não eram observadas de forma tão incisiva em Confins e Pedro Leopoldo. De fato, empreendimentos como o PRECONPARK apontam para uma nova conformação de reprodução do espaço urbano cuja característica central é o seu caráter essencialmente segregado, explícito na fala de seus empreendedores: o projeto consiste em produzir o que chamam de cidade, com características, normas e regras definidas em seu planejamento. Contudo, a área em que está sendo construído não se encontra no “meio do nada” ou se trata de uma abstração: essa área integra dois municípios que serão amplamente alcançados, quiçá redefinidos, em função de um empreendimento que, explicitamente, estará no lugar, mas não se destina a ele porque não pertence a este e, mais que isso, o nega, constituindo-se, assim, em um enclave no meio de algo já de antemão qualificado como inferior ao que se produzirá.

Entretanto, empreendimentos desse porte (conforme exigência legal) devem ser submetidos a processos de avaliação de impactos e licenciamentos, dos quais a audiência pública é uma etapa importante. Para o caso do PRECONPARK, uma dessas etapas foi cumprida em 23 de fevereiro de 2011, quando o poder público pôde, publicamente, manifestar-se sobre o empreendimento. O resumo dessa audiência foi apresentado dessa maneira pelo “Portal de Confins”:

aconteceu nesta quinta-feira, 17 de fevereiro, no Espaço Craslemg em Confins, audiência pública sobre um grande empreendimento imobiliário da MVD

⁴⁴¹ Plano de Ações Imediatas, 2009. Pág. 44.

Empreendimentos. O projeto, que vem participar do desenvolvimento econômico pretendido pelo governo de Minas Gerais para o vetor norte, foi focado na sustentabilidade, discutido e elaborado de forma que prevaleçam os aspectos legais. A superintendente da Supram (Superintendência Regional de Regularização Ambiental), Scheilla Samartini Gonçalves, iniciou a audiência explicando os procedimentos e logo passou a palavra ao idealizador do projeto, o engenheiro Dr. Milton Vianna Dias: “O objetivo desse empreendimento é construir, ao longo dos anos, uma cidade planejada com área educacional, empresarial e residencial. Tudo pensando na qualidade de vida das pessoas”- explicou o empresário. Após a exposição do projeto, a palavra foi aberta para os inscritos, que se resumiram a três pessoas: um representante da sociedade civil de Pedro Leopoldo, Senhor Messias, um representante parlamentar, o vereador Luiz Rosa e a promotora Dra. Tereza. As respostas a todos os questionamentos foram muito bem detalhadas por Roberto Dinelli, seguido pelos demais integrantes da competente equipe técnica do projeto. Ficou claro que várias soluções já estão contempladas no projeto e o que ainda não está, será feito a seu tempo. O vereador Luiz Rosa falou sobre a demanda de grandes empresas por terrenos em Confins: “A falta de políticas de planejamento e desenvolvimento no município fazem com que os empresários desistam de se instalarem aqui. Sem o básico, saneamento, por exemplo, os empresários vão embora. Admiro a coragem do Dr. Milton em trazer um projeto tão grandioso para Confins, uma cidade que merece crescer”- afirmou o parlamentar.⁴⁴².

Embora se trate de uma longa passagem, é relevante destacá-la de forma quase integral, porque ela permite algumas análises. A primeira refere-se ao esvaziamento de um espaço de debates e avaliação acerca de um empreendimento desse porte. A segunda, reclamada pelo próprio empreendedor, o silêncio do poder público municipal tanto de Pedro Leopoldo quanto de Confins. E a terceira, os termos empregados que exaltam, de antemão, o projeto que sequer é discutido, o que define sua efetivação futura, já que, ao que tudo indica, como o silêncio do poder público sinalizou, muitas das definições sobre a reprodução do espaço são decididas fora do escopo dos municípios, à parte de espaços ou fóruns em que a concepção acerca dessa reprodução possa ser discutida. Define-se, então, por consenso, o que, por sua vez, já vem definido pelo setor privado, sendo que o suposto consenso constitui-se, então, em uma forma de legitimar essa ação.

Outro empreendimento de grande envergadura também já iniciado na região norte é o que vem sendo chamado de *Reserva Real*. Trata-se de um empreendimento de grande porte que deverá abrigar o “condomínio residencial” até então mais luxuoso da região

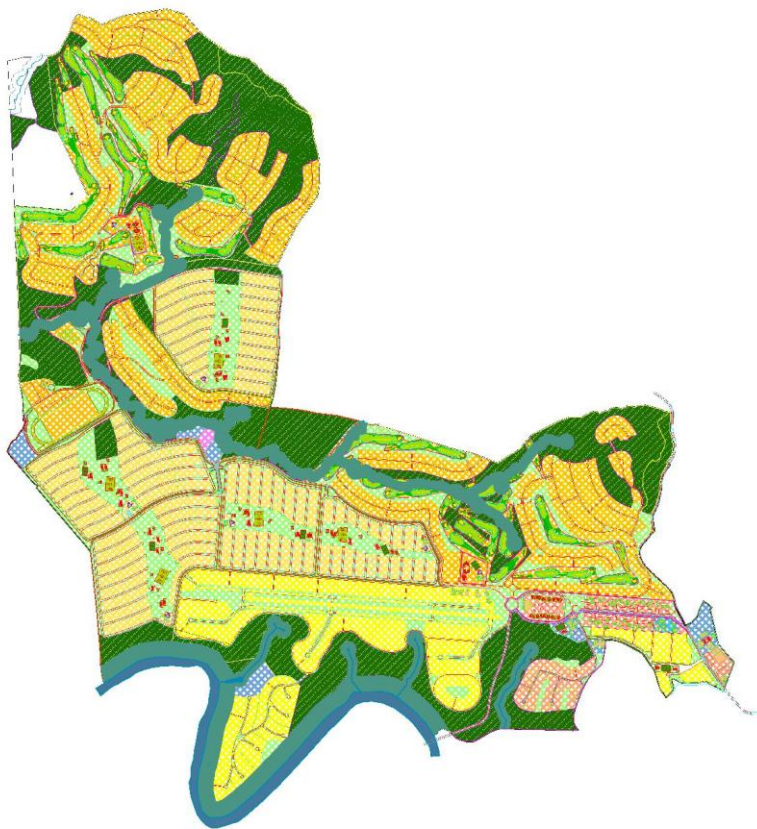
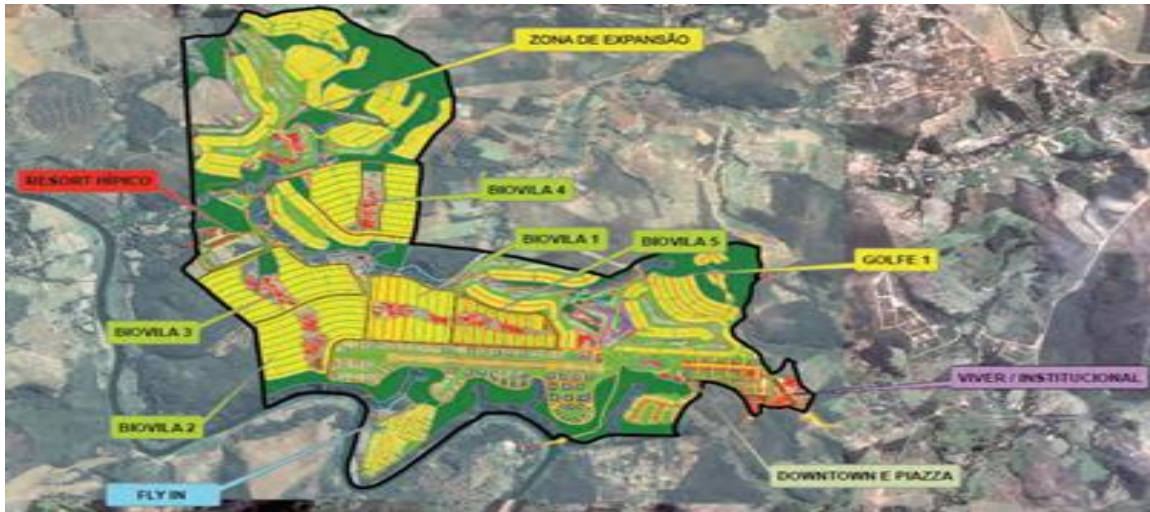
⁴⁴² Disponível em: <http://www.portaldeconfins.com.br/sociedade/audiencia-publica-sobre-o-precon-park>, acessado 31 de julho de 2011, às 03h06.

norte. O *Reserva Real Resort*⁴⁴³, também conhecido como *Porto do Rio Golf Village Resort*, está localizado no município de Jaboticatubas, na divisa com Lagoa Santa, e resultará do parcelamento da antiga Fazenda das Minhocas e de outras três fazendas nos limites desta, já compradas pelos empreendedores para expansões futuras. Produzido pelo grupo português *Design Resorts*, quando concluído, deverá ocupar uma área correspondente a 10 milhões m². Como parte do projeto de implantação, será construída uma via chamada de “Contorno Leste da Lagoa”, ligando a MG-010 e a MG-020, possibilitando, assim, acesso mais rápido do empreendimento à linha verde e ao CAMG, pois, como os demais empreendimentos, não prescinde da associação com esses equipamentos.

Conforme expresso no *realese* enviado à imprensa na RMBH, o grupo investidor obteve em setembro de 2010 a Licença de Instalação do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, concedida pela Unidade Regional Rio das Velhas, o que permite o início das atividades do empreendimento⁴⁴⁴. Ainda segundo informações constantes nesse documento, os empreendedores do *Reserva Real* investirão cerca de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) em sua produção, sendo que o grupo empreendedor busca captar outros investidores para o empreendimento. As figuras a seguir, extraídas do sítio eletrônico do empreendimento, apresentam o projeto do Reserva Real. Na primeira, é possível perceber a organização interna a ele. Já a segunda permite uma melhor visualização do empreendimento:

⁴⁴³ Em princípio, o empreendimento foi denominado Quintas do Rio das Velhas, sendo posteriormente redefinido para Reserva Real. Possivelmente, porque os termos “reserva” e “real” indiquem com mais clareza o sentido envolto nesse empreendimento e, principalmente, a quem ele se destina.

⁴⁴⁴ Em visita ao local do empreendimento em 13 de agosto de 2011, pude observar que este já foi iniciado, encontrando-se em fase de terraplanagem.



Figuras 27 e 28: Organização territorial do empreendimento Reserva Real. Fonte: www.reservareal.com.br

No estudo elaborado para a região norte, o Instituto Horizontes refere-se a esse empreendimento, destacando que se trata de um

projeto visando à criação, em bela área natural preservada, de um Complexo Turístico formado pelo hotel já existente na Fazenda das Minhocas, um Resort de grande porte, voltado para esportes de elite, com Campo de Golfe, Spa, Centro Hípico e Centro de Convenções e um loteamento de luxo que pretende estabelecer um novo padrão para os parcelamentos da região⁴⁴⁵.

Ainda nesse documento, o *Reserva Real* é avaliado com um projeto diferenciado na região norte de expansão, sendo considerado como de fundamental importância para a “solução das demandas por habitação e lazer de qualidade do pessoal a ser empregado no Pólo Industrial de Microeletrônica”. Porém, como também consta no documento do IH, esse empreendimento é “voltado para o público de nível AAA, nacional e internacional”, o que, em princípio, poderia ser contraditório. Contudo, essa contradição é apenas aparente, já que ela compõe parte da estratégia de comercialização desse empreendimento. Isso porque, embora este seja amplamente divulgado como destinado ao que se chamou de público AAA, uma parcela do empreendimento será composta pelas chamadas Biovillas. De acordo com os empreendedores, as biovillas são

mais uma novidade do *Reserva Real*. O módulo Biovillas é um projeto 100% ecológico, onde haverá reutilização de água e aquecimento por energia solar. O espaço será composto por casas prontas, as quais variam entre 120 e 360 metros quadrados. Serão oferecidos 60 modelos diferentes de arquitetura, em áreas com muito espaço verde e segurança, projetadas para oferecer também espaço para convivência, esporte e lazer, com preços extremamente audaciosos para o mercado brasileiro. Nesse projeto nada foi esquecido. Bem ao lado do condomínio será construído um *Uptown*, com toda a oferta local de comércio (farmácias, posto de gasolina, restaurantes, butiques, escolas, etc.) e serviços, além de um *open mall*, um hipermercado, e ainda salas e escritórios para profissionais liberais como médicos, dentistas, arquitetos, entre outros⁴⁴⁶.

Ainda que os empreendedores afirmem tratar-se de uma inovação, as biovillas, em alguma medida, assemelham-se às *town houses* do empreendimento Alphaville de Belo Horizonte, localizado na região sul da RMBH e lançado no final da década de 1990. Mesmo apresentando diferenças em relação às *town houses* (as biovillas não são casas geminadas, apresentam opções de projetos arquitetônicos e serão, supostamente, 100% ecológicas), o sentido fundamental das biovillas é o mesmo das habitações prontas oferecidas no

⁴⁴⁵ Plano de ações imediatas para o Vetor Norte. 2009, pág. 45.

⁴⁴⁶ Design Resorts obtém Licença de Instalação para o condomínio Reserva Real. Disponível em: www.designresorts.com/Backoffice//UserFiles/Press%20Release%20-%20Reserva, acessado em 31 de julho, à 0h38.

Alphaville. São residências destinadas aos prestadores de serviços especializados que deverão compor os diferenciais desse empreendimento. Se, fundamentalmente, tal empreendimento destina-se às classes mais abastadas (aqueles que são proprietários da frota de 800 aviões particulares, como informam), essas pessoas, mesmo que não consumam, exigem que dentro do empreendimento se tenha acesso a serviços de profissionais liberais, bem como a comércios que atendam ao cotidiano do empreendimento. Assim, tal como as *town houses* do Alphaville, as biovillas são estruturais ao que propõe esse empreendimento e destinam-se aos estratos sociais de rendimentos médios que deverão dar suporte aos demais “condomínios”. Isso porque, do mesmo modo que o PRECONPARK, do grupo CAUÊ, os empreendedores pretendem que o *Reserva Real* seja “autônomo” em relação à Jaboticatubas, sendo também outro empreendimento que, estando no lugar, não deverá estabelecer com ele suas relações essenciais, exceto pelo fornecimento de força de trabalho “não especializada”, como já se observa na divulgação da existência de vagas no município.

As informações constantes no *realese* acerca da proposta dos três condomínios residenciais que deverão compor o complexo a ser produzido são bastante elucidativas acerca das relações que deverão ser estabelecidas, bem como quais serão os seus sujeitos. O *Fly-in Community*, que deverá ser o de padrão arquitetônico mais elevado, será um “um condomínio exclusivo, com lotes que variam de 2.000 a 4.800 metros quadrados, dotado com pista de pouso de 1.600 metros, hangares privativos, heliporto (sic!), centro de apoio e equipamentos de operação noturna”. O fracionamento do terreno em lotes acima de 2.000m², seu caráter de acesso exclusivo aos moradores desse condomínio, bem como os equipamentos que o compõem expressam o caráter limitante das relações a serem estabelecidas. De fato, é para esse condomínio que se informa que “Minas Gerais tem a segunda maior frota de aviões particulares do Brasil – cerca de 800 proprietários –, e é para esse público que o projeto será destinado”. Já o *Complexo Hípico* (ao qual os moradores do *Fly-in* terão acesso), também destinado às classes sociais de alta renda, é proposto como um “projeto inédito em condomínio, com lotes a partir de 1.000 metros quadrados e dotado de uma completa infraestrutura para a prática de cinco modalidades esportivas e para a realização de torneios nacionais e internacionais”. Embora também fiquem claras as relações e seus sujeitos dentro da estratificação interna ao *Reserva Real*,

esse condomínio deverá ter um perfil um pouco inferior ao *Fly-in Community*. Já o *residencial Golf* apresenta como diferencial atrativo um campo de golfe profissional, também com possibilidade de realização de torneios oficiais⁴⁴⁷. Além dos condomínios e equipamentos de lazer, comércio e serviços, o empreendimento também será composto por uma área significativa destinada às reservas ambientais que (destacadas em verde na figura anterior), além de serem obrigatórias pela legislação para a aprovação do projeto, também são instrumentalizadas de forma a valorizar o empreendimento, já que parte significativa da publicidade do *Reserva Real* recai sobre a suposta relação diferenciada que seu consumidor poderá ter com a natureza.

Segundo reportagem do jornal Estado de Minas, assinada por Graziela Reis⁴⁴⁸, o preço inicial das casas das biovillas será de R\$250.000,00, para a planta mais simples. Já os lotes deverão ser comercializados pelo preço inicial de R\$180.000,00 a R\$200.000,00⁴⁴⁹. Tal como ocorre com muitos “condomínios fechados” (já produzidos ou propostos, nas regiões sul ou norte), o *Reserva Real* se baseia no discurso de exclusividade, segurança, retorno à natureza, qualidade de vida e acesso a comércio e serviços que permitam a seus moradores reduzir significativamente suas relações com outros fragmentos do espaço urbano. Contudo, na RMBH, é o primeiro que agrega, simultaneamente, uma hípica completa, campo de golfe profissional, quadras de tênis e pista de pouso e hangares privativos. Refiro-me a esses equipamentos não porque os entendo como diferenciais exclusivos, visto que outros empreendimentos que ainda serão produzidos poderão inserir tais equipamentos e ainda outros, decretando que esse empreendimento não é mais “*prime*”, como dizem os corretores acerca do *Reserva Real*. A referência que faço

⁴⁴⁷ As informações acerca do condomínio constam do *release* citado anteriormente.

⁴⁴⁸ REIS, G. Condomínios do Vetor Norte terão pista para jatinho e campo de golfe. Caderno Uai, Jornal Estado de Minas. Segundo dados da reportagem, esse empreendimento deverá constituir-se em um “piloto” para empreendimentos futuros: “em um primeiro momento, Brancante explica que a intenção é oferecer um local voltado para o lazer, que possa ser usado como segunda moradia. Mas ele acredita que no médio prazo e com a consolidação do Centro Administrativo de Minas na região, ele possa se tornar um local para as pessoas morarem, com qualidade de vida. Ele calcula que serão cerca de 5,5 mil unidades residenciais no local, que tem, ao todo, 10 milhões de metros quadrados, incluindo reservas naturais. No projeto também estão previstos centros de compras, escolas, hospital e espaço para hotelaria. “Este será um piloto para outras regiões do Brasil. A ideia é ser desbravador” Disponível em: http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/06/24/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=115870/em_noticia_interna.shtml, acessado 01 de agosto de 2011, à 01h16.

⁴⁴⁹ O preço do lote refere-se ao condomínio Complexo Hípico, antes do lançamento. Conforme informação dos corretores que atuam na comercialização de lotes do *Reserva Real*, o preço do lote já está situado acima de R\$500.000,00.

deve-se ao fato de que esses equipamentos compõem a representação que se tem do lazer das classes sociais de rendimentos mais elevados. Ao agregá-los, o *Reserva Real* faz jus ao nome, na medida em que explicita o novo patamar de reprodução do espaço como mercadoria, ao mesmo tempo em que revela como em cada novo empreendimento procura-se decretar a obsolescência de outros já existentes, reafirmando a condição da reprodução socioespacial sob um consumo que é cada vez mais, conforme afirmou Henri Lefebvre, burocrático e dirigido. A meu ver, não é factível que um potencial consumidor do *Reserva Real* tenha, por si só, o “desejo” ou a necessidade de um espaço-mercadoria tal como o que se oferece e que se fará presente nesse empreendimento. Contudo, ao direcionar esse “desejo”, que aparece como uma “reserva real” ao produzir tais necessidades, direcionando sua demanda solvável pelas associações simbólicas que se fazem a empreendimentos dessa natureza, a reprodução capitalista do espaço explicita sua capacidade de reproduzir-se ampliamente, mobilizando espaços cada vez mais distantes.

Todos os empreendimentos residenciais produzidos na região norte de expansão da RMBH têm como suporte, além das ações de reestruturação viária, a reestruturação industrial (para a qual os eixos viários são fundamentais) proposta pelo Estado como parte do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Metrópole, que é composto (ao menos parcialmente) pelo Plano de ações imediatas produzido por uma instituição como o Instituto Horizontes. Essas ações são significativas porque indicam o patamar em que está colocada a reprodução do espaço para a realização da economia política do/no espaço, ao mesmo tempo em que também explicitam o comprometimento do Estado com a reprodução ampliada do capital via capital financeiro. Isso porque tais empreendimentos planejados pelo Estado/setor privado, e executados fundamentalmente pelo primeiro, resultam do comprometimento de recursos futuros do Estado que já são de antemão direcionados para a reestruturação produtiva do espaço do/para o capital. Assim, o Estado reproduz as condições favoráveis à reprodução do capital industrial e imobiliário, viabilizando e ampliando as condições de reprodução do capital financeiro. Na outra ponta, reduzem-se os investimentos possíveis de serem realizados em outros âmbitos, impondo para o conjunto parte considerável do custo dessa reprodução.

Assim, entendo que o amplo e profundo processo de reestruturação ao qual a região norte de expansão da metrópole está submetida, embora se constitua em uma face

importante do processo em curso, não é o seu essencial. A meu ver, essa reestruturação é a materialização do processo fundamental de valorização do valor que se viabiliza pela financeirização das relações de produção (inclusive do espaço). Nesse sentido, a região norte e mesmo a RMBH configuram-se apenas como um fragmento em que as condições amplamente favoráveis à reprodução do capital são engendradas em função de uma complexa articulação político, social e econômica que demonstra que o capital encontrou na produção/destruição/reprodução do espaço condições para sua expansão.

Contudo, todo esse processo não se materializa sem consequências sobre a reprodução social, posto que é no bojo desta que o espaço é produzido. Assim, a compreensão dos fundamentos e do alcance desse processo que se materializa na produção dos equipamentos/empreendimentos exige que se considerem os termos dessa materialização sob a perspectiva da reprodução social cotidiana em função e apesar da produção desses empreendimentos, que visam à reprodução do espaço no sentido de aprofundar sua inscrição nos circuitos de reprodução do capital.

Capítulo 05 – A reestruturação do espaço da RMBH como fundamento do espaço abstrato e seu alcance sobre a vida cotidiana

É fundamento desta tese que o espaço é, simultaneamente, produto, condição e reproduzidor das relações sociais. Nesse sentido, entendo que o espaço que correspondeu à urbanização sob o fenômeno da industrialização forjou não apenas o espaço necessário à reprodução do capital industrial, mas também as relações sociais, pois foi nessa espacialidade que os sujeitos, inseridos nesse processo, reproduziram sua existência concreta. Sendo assim, estamos diante não apenas do processo de produção do espaço, mas de sua reprodução social.

Na medida em que o espaço é produto/reprodutor e condição das relações sociais, e que o espaço urbano-industrial brasileiro foi produzido materializando as desigualdades sociais, reproduzindo-as sob a condição de uma desigualdade socioespacial, as relações que compõem a cotidianidade também são atravessadas pela segregação que caracterizou a produção do espaço brasileiro. Portanto, se a urbanização induzida pela industrialização caracterizou-se pela ruptura do espaço da cidade e pela reprodução do espaço urbano fragmentado, funcionalizado, marcado principalmente pela separação espacial das classes sociais, essa fragmentação/funcionalização/separação compõe a sociabilidade dos sujeitos que se reproduzem nessas condições, sendo também, fundamento dessa reprodução. Dessa maneira, se, reconhecidamente, trata-se de uma manifestação explícita de violência e, ainda, da redução das condições mais favoráveis à realização do Urbano – este entendido como a possibilidade do encontro e da realização do possível nos termos pensados por Henri Lefebvre –, o cotidiano que se forja é progressivamente mais reduzido em relação às possibilidades nele inscritas. Isso porque, além da redução que advém da forma espacial que limita o conteúdo produzido no espaço urbano, o cotidiano foi, mais que tudo, inscrito nas estratégias mais amplas de reprodução do capital, e não só atravessado por elas. E, a partir dessa inscrição, tornou-se alvo de ações que visam a instrumentalizá-lo para reproduzir as condições de reprodução da riqueza.

Na produção do espaço urbano sob o fenômeno da industrialização, a inscrição do cotidiano como estratégia de valorização do valor que se reproduz na produção do

imobiliário já se fazia presente. Contudo, sua presença era pontual e restrita a alguns aspectos que compunham o cotidiano, quase sempre associada à relação tempo-espço, sustentada sob o discurso da superioridade das condições de acessibilidade em relação à proximidade. Por sua vez, essa representação foi possível devido à nova “morfologia” que se materializou na reprodução do espaço urbano através da produção dos grandes eixos viários estruturadores de uma expansão urbana que sustentou (e sustenta) a reprodução de capitais que se valorizam pela atuação no imobiliário.

Uma vez que esses empreendimentos distanciavam-se espacialmente cada vez mais dos núcleos centrais, foi se conformando um discurso, que, ao mobilizar incisivamente o cotidiano, o foi inscrevendo nas estratégias de valorização de cada empreendimento. Assim, dos supostos retorno à natureza e segurança superior destacados inicialmente, os empreendimentos posteriores passaram a ressaltar elementos que, também supostamente, seriam capazes de compor uma sociabilidade superior àquela existente no espaço urbano induzido pela industrialização. No entanto, essas estratégias compuseram apenas o início de sua inscrição e, visto que sua utilização caracterizou-se por serem pontuais, estas foram utilizadas para valorizar cada novo empreendimento produzido sem que, contudo, fossem estendidas a um conjunto mais amplo do espaço fragmentado.

Em ampla medida, o espaço urbano produzido no curso das seis primeiras décadas da urbanização brasileira caracterizou-se pelo aprofundamento da desigualdade social como fundamento da industrialização. E essa desigualdade, ao assumir a forma de uma segregação espacial, produziu um espaço que, se traz em si as possibilidades de realização do Urbano, efetivamente as reduziu significativamente. Reduzidas, essas possibilidades foram progressivamente funcionalizadas, constituindo os espaços e relações que, também fragmentadas, são do âmbito do trabalho, do lugar da moradia etc., sem superar as barreiras colocadas pela produção do espaço urbano segregado e, mais ainda, reproduzindo essas dimensões como se elas fossem apartadas umas das outras. É com essas características que o espaço e o cotidiano – produzidos no âmbito da produção do espaço sob e para a reprodução do capital industrial – apresentam-se em Belo Horizonte no período em que são amplamente reestruturados em função das novas exigências de reprodução ampliada do capital. Isso porque, diante dos limites colocados à sua valorização, o capital inscreveu a própria produção do espaço em seus circuitos de

reprodução, no contexto do que Henri Lefebvre denominou de realização de uma economia política do espaço.

A reestruturação em curso do espaço metropolitano de Belo Horizonte, que ocorre intensa e extensivamente, tem como fundamento a reprodução desse espaço para reordená-lo nos termos demandados pela economia política do espaço, já que o capital encontrou na sua produção condições favoráveis a uma reprodução ampliada e de longa duração sem, contudo, abdicar daquelas forjadas no âmbito da economia política. De fato, o que se materializa contemporaneamente no âmbito da reestruturação urbana é o aprofundamento das condições de degradação do trabalho, o que explicita o nexo que integra os “sentidos” do trabalho na reprodução social do espaço sob os termos colocados para sua reprodução.

Dessa maneira, produzido como mercadoria e nos termos engendrados por essa reprodução, o espaço foi mobilizado como forma de realização de valor de troca, condição em que seu valor de uso foi reduzido a suporte dessa realização, processo que alcança o exercício das práticas cotidianas, inclusive do trabalho, redefinindo as condições de sua realização. Assim, a produção que outrora se realizava *no* espaço, sob uma economia política que operava com a escassez e exploração do trabalho como fundamento de seu desenvolvimento, ao transformar-se em produção *do* espaço e, nessa condição, em economia política do espaço, o fez reafirmando, sobre este, os termos que fundamentam a economia política. E, haja vista que reafirma a escassez como condição de produção da raridade, as condições de desigualdade social que se materializavam na forma de uma segregação socioespacial se exacerbaram. A consequência mais imediata dessa exacerbção foi a estratificação do espaço urbano, no qual se materializava nitidamente o modo como cada classe social se inseria nessa sociedade fundamentalmente desigual.

A forma clássica de segregação espacial derivada da desigualdade de classes foi a conformação de um espaço urbano estruturado em função de classes antagônicas (detentoras e não detentoras dos meios de produção), qual seja, configurado em centro-periferia, e mediado pelos espaços da classe de mediação. Dessa forma, o capital que produziu o espaço nos termos da economia política assenhoreou-se da centralidade existente nas cidades e a reproduziu, reduzindo-a como centro de negócios, como lugar de determinação e definição da reprodução social. Nesse espaço foram produzidos os

atributos associados à vida moderna, à representação sobre o viver na cidade e ao que, efetivamente, conferia-lhe superioridade em relação aos demais espaços. E, nesse contexto, nos espaços centrais, que os investimentos do Estado que garantiam seu provimento (desses espaços) foram sempre abundantes.

Porém, esses investimentos não visavam (como não visam) apenas ao provimento, mas também (e em igual importância) à modernização do espaço, como forma de adequá-lo às novas relações de produção que se materializam em sua re-produção. Assim, os investimentos que modernizam a infraestrutura têm, como consequência, a manutenção/ampliação da valorização desses espaços, garantindo, dessa maneira, o patrimônio da classe social que os consome. No sentido oposto, o espaço das classes destituídas da condição de proprietárias dos meios de produção e que vivem da venda da sua força de trabalho tem, nos fundamentos que regem a lei do valor, as condições de sua reprodução social, que se materializa no espaço que produzem. São, dessa maneira, espaços que materializam a exploração: as periferias. A concepção de periferia que aqui considero não dispensa sua condição geográfica: ela está sempre distante dos centros de decisão, o que não significa, porém, que coincida com o centro histórico da cidade ou que diste cinco, dez, vinte, quarenta quilômetros desse centro tradicional. No espaço produzido nos termos de uma economia política do espaço, as periferias são, como bem afirmou José de Souza Martins⁴⁵⁰, os espaços da repetição, da subordinação, visto que são os espaços daqueles que aparecem submetidos à e *pela* reprodução capitalista.

Para o caso de Belo Horizonte, aproximadamente até meados da década de 1980, seu centro histórico correspondeu ao centro decisório, sendo que em suas imediações conformaram-se os espaços das classes sociais burguesas e, distante destes, separados pelos bairros de mediação – espaços das classes médias –, configurou-se a periferia⁴⁵¹. A partir da consolidação de um setor imobiliário capitalista, aprofundou-se o processo de produção capitalista do espaço, que passou, cada vez mais, a ser produzido sob os termos

⁴⁵⁰ MARTINS, J. S. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2002.

⁴⁵¹ Conforme explicitado no capítulo anterior, essa conformação obedeceu ao planejamento traçado que definiu os eixos de expansão, com as periferias nos sentidos norte e oeste. Porém, os espaços periféricos também foram produzidos nos sentidos sul e leste, sejam na forma de bairros ou de favelas. Entretanto, ao redor dos bairros burgueses tradicionais (Lourdes e Santo Agostinho), formaram-se os bairros de mediação entre estes e a periferia. E, ainda, como destacado no capítulo 03, as periferias foram produzidas ainda nas áreas centrais, na medida em que nestas se conformaram favelas.

da economia política do espaço. Essa re-produção exigiu uma ação concertada entre o setor imobiliário e o Estado, pois este foi o responsável pelo engendramento das condições de reprodução do capital que se valorizavam no espaço. Uma ação bastante incisiva, e também a mais aparente, foi a alteração seletiva do potencial construtivo, o que exacerbou as condições de atuação da indústria da construção civil através da verticalização.

Contudo, tão importante quanto a promoção de áreas que foram amplamente revalorizadas em função da elevação do potencial construtivo, foi a conformação de outras como reserva de valor, que, paulatinamente, foram inseridas no “mercado” construtivo. Por essas estratégias, simultaneamente, a indústria da construção civil alcançou pelo menos três importantes vantagens: a primeira, foi as áreas de atuação imediata; a segunda, as que permitiriam a atuação em médio e longo prazo; e a terceira, mais complexa, a capacidade de lidar com a valorização pela escassez através da legislação, além de um relativo controle sobre a propriedade da terra, mantendo, em patamares suportáveis ao setor, o preço das rendas fundiárias a serem pagas aos respectivos proprietários. De fato, o aumento do potencial construtivo que viabilizou a verticalização de praticamente todos os bairros que se localizam na região sul de Belo Horizonte não se deu simultaneamente. Sendo assim, produziu-se a escassez do espaço com a qual opera a economia política, conferindo a este os atributos de raridade fundamentais à valorização da mercadoria imóvel e, ao mesmo tempo, a concertação de interesses entre setor privado e Estado, permitindo à indústria da construção civil agir na formação do “estoque de terras” anterior à valorização ou no início desta, condição que possibilitou aos empreendedores imobiliários reter parcela significativa das rendas diferenciais de situação e localização. Essas estratégias, que fundamentalmente envolveram os bairros já consolidados localizados na região sul da capital, fizeram com que essa região ocupasse a centralidade das ações do setor imobiliário, transformando-a em uma região de expansão para a reprodução do capital. No bojo desse processo e como condição de sua sustentação, conformou-se determinada sociabilidade que, orientada pelo valor de troca e pelos atributos do espaço-mercadoria, foi mobilizada para a viabilização deste.

Foi nesse contexto que se produziu uma determinada representação que, se parecia basear-se nos desejos e necessidades dos sujeitos que a consumiriam, ao

contrário, instrumentalizou-os e os inscreveu em seus circuitos de valorização. Progressivamente, a mercadoria-imóvel produzida sob a lógica da economia política do espaço passou a comportar aquilo que, supostamente, realizaria os sonhos de felicidade da demanda solvável, processo que foi muito bem explorado pela publicidade desses empreendimentos que, por sua vez, reforçavam-nos pela construção dos simbolismos dessa realização. De fato, ainda que não usemos a imagem, acredito que esteja na memória de muitos a figura do casal sorridente com um ou dois filhos caminhando em espaço tratado pelo paisagismo com vista para o que pretendia ser a representação da natureza preservada. Felicidade que, supostamente, se realizava pelo consumo daquela mercadoria que, invariavelmente, ofereceria o lazer, a segurança, a tranquilidade, a natureza, enfim, o que, também pelo discurso, é negado como existente em outro lugar fora do espaço-mercadoria.

Porém, o espaço produzido abstratamente como mercadoria, quando completa o ciclo da rotação do capital pelo seu consumo, realiza-se concretamente dentro do cotidiano e impondo a este os limites de sua produção. Espaço esse que resulta da instauração dessa cotidianidade, processo que redefine as relações entre os sujeitos – que se tornam cada vez mais superficiais – e destes com seu tempo – cada vez mais programado – e com seu espaço – cada vez mais funcionalizado. Assim, encontra-se nos espaços funcionalizados (academias, centro de compras, clubes, local de trabalho) o que se associa ao tempo programado, condição em que se instaura e se aprofunda a programação do cotidiano, constituindo-se em importante instrumento de viabilização e valorização dos empreendimentos que conformam o espaço-mercadoria. E, na medida em que é programado e instrumentalizado *na e para a* realização da economia política do espaço, o cotidiano é, progressivamente, alcançado pelas estratégias de reestruturação do espaço abstrato que, na verdade, direcionam-se à valorização dos capitais que atuam na sua produção. Dessa forma, os espaços re-produzidos comportam também a reprodução do cotidiano, anteriormente desestruturado como condição de sua redefinição em função dos novos atributos que compõem a produção capitalista do espaço. Nesse sentido, ao consumir esse espaço, o sujeito que se constituiu na demanda solvável deste, quase sempre também foi objeto da produção de um discurso que se destina não apenas a cumprir a realização do circuito do espaço-mercadoria, mas também a re-produzir o

cotidiano que lhe dá sustentação. Assim, pode-se dizer que os sujeitos que corroboram e consomem esses signos, ao consumirem o espaço-mercadoria, participam de um processo perverso, porque estão sempre sujeitos ao processo de produção/destruição/reprodução de seu espaço e de seus “valores simbólicos”. Contudo, essa perversidade é revelada ainda mais intensamente quando atinge aqueles que, alijados da condição de consumirem o espaço como mercadoria, se veem diante da desestruturação do cotidiano em função de processos que sequer os consideram como sujeitos submetidos a essa desestruturação. Para muitos, diante do espaço urbano produzido como fundamento da economia política do espaço, a condição imposta é de alijamento, de expropriação da possibilidade de se reproduzir num espaço urbano determinado.

Torna-se interessante, portanto, considerarmos as reflexões acerca do processo de estranhamento que se materializa a partir do não reconhecimento do sujeito, seja no produto de seu trabalho, seja em sua relação com outro. Dessa maneira, esse sujeito percebe-se estranho às relações que constituem a existência. Não se trata, porém, de uma mera percepção. De fato, esta se vincula à expropriação do resultado de sua produção, mas, no entanto, é composta da materialização de parte do próprio sujeito que se transferiu para o que foi produzido. Se o artefato é mantido, produzido para o uso e composto como de uso, este, além de comportar parte do sujeito que o criou, também se transforma para este em condição de desenvolvimento de suas faculdades criativas, de suas habilidades de artífice. Nessa condição, produto/produtor compõem o mesmo processo de produção que, sob essa condição, transcende a produção estrita de coisas.

Contudo, é com essa forma mais rica de produção que o capital, em seu movimento de reprodução, necessita romper, separando o sujeito e estranhando-o em relação a seu produto, o que ocorreu por meio do aprofundamento da divisão do trabalho, até que o valor de uso de cada produto pudesse ser reduzido à condição de suporte para o valor de troca. Ao operar com essa redução, o capital alcançou as condições mais favoráveis à sua reprodução ampliada, na medida em que, no âmbito da realização da economia política, transformou o produtor também em “produto” desse processo. Porém, o tempo da re-produção das relações de produção do capital é o que inscreveu o espaço em seus circuitos de valorização. Dessa maneira, o estranhamento do sujeito em relação a si mesmo, ao produto de seu trabalho e ao outro, alcançou o espaço.

Mas o que fica claro nas estratégias de re-produção capitalista do espaço é que esse alcance não é o bastante. De fato, esse estranhamento necessita de ser aprofundado, não só para que as novas produções sejam valorizadas pelo valor de troca, mas para que essa condição seja estendida inclusive ao ambiente construído da cidade, que corresponde a outras temporalidades e intencionalidades que não a da produção capitalista do espaço.

A condição para esse aprofundamento ocorre por dois caminhos principais. O primeiro é o da preservação da forma que, vendida como raridade, é inscrita nos circuitos de consumo do espaço. Sob essa perspectiva, opera-se com a destituição das relações fundamentais que materializam a forma e, sob essa condição, desradicalizada, esta é transformada em patrimônio histórico e consumida. É dessa maneira que, por exemplo, pode-se falar do “ciclo de ouro” a partir de suas construções sem que, contudo, as relações fundamentais da forma de obtenção do trabalho ocupem a centralidade de tal discussão e, assim, um espaço urbano como Ouro Preto-MG pode se notabilizar por suas igrejas, museus e outros patrimônios arquitetônicos. O outro caminho é o que pode ser observado em espaços em que se opera com a condição de “não históricos” e com o discurso da “necessária modernização”, como é o caso de Belo Horizonte. Uma vez que sua produção arquitetônica não se constitui, supostamente, em um testemunho importante de outro tempo histórico, esta pode ser diretamente envolvida no processo de produção/destruição/reprodução. O argumento que suporta tal estratégia é o da constante necessidade de modernização para adequação dos espaços às novas exigências como suposta condição de alcance de uma modernidade que, no entanto, nunca chega. Vive-se, então, a eterna modernização do moderno como o fundamento dessa modernização... Todavia, o processo de produção/destruição/reprodução não se restringe ao espaço produzido, mas alcança as relações que o sustentam. E, em função dessa constante reprodução, consubstanciam-se os argumentos que, por sua vez, assumem a condição de consensuais⁴⁵² e legitimam a constante desestruturação para a modernização do espaço. Porém, ao se tratar de estratégia da reprodução do espaço abstrato, visto que o objetivo é o da valorização de capitais, materializa-se sobre a concretude do mundo, no

⁴⁵² É importante dizer que, embora assumam a aparência dessa condição consensual, não necessariamente o consenso se estabelece. A estratégia engendrada se dá pela eliminação do dissenso, conforme foi observado no caso do debate acerca da viabilidade e da necessidade da linha verde. Todas as vozes dissonantes foram, paulatinamente, alijadas, até que se conformasse o consenso, como pode ser observado em Pereira (2009).

âmbito da realização do viver, em que se estabelecem as relações que dão suporte ao cotidiano.

Ainda que não se trate mais do âmbito da vida cotidiana com todas as potencialidades, porque já é correspondente dos espaços fragmentados e funcionalizados da urbanização industrial, quando alcançados pela modernização, esses espaços são amplamente desestruturados e, em muitos casos, deixam de existir na sua realidade concreta, permanecendo na memória apenas como espaço do vivido. Sob essa perspectiva, é importante considerar que é dessa maneira, pelas relações de reconhecimento do/no espaço urbano, que o indivíduo que nele reproduz a sua existência se faz e se vê como sujeito desse espaço. Nesse sentido, não são meras referências espaciais, mas, essencialmente, *referências espaciais*: o lugar da moradia, a rua que lhe é familiar, a praça, a farmácia, o mercado, enfim, os lugares que compõem a representação da existência. É dessa maneira que se vive no espaço, reproduzindo-se nele, reproduzindo-o por sua apropriação.

Paradoxalmente, a relação de apropriação tende a tornar-se mais densa nos espaços mais periféricos. Em certo sentido, isso ocorre, por um lado, porque o viver periférico também se constitui em viver apartado de outros lugares do espaço urbano, em função da segregação, dos baixos rendimentos, da estigmatização, dentre outros fatores que reproduzem uma metrópole profundamente segregada⁴⁵³; e por outro, porque a condição de precariedade extrema impõe a esses sujeitos, provisoriamente, romper com a divisão radical do trabalho e, na medida em que não reúnem condições de se realizarem plenamente como consumidores, como estratégia de sobrevivência desenvolvem relações outras com o espaço. Por exemplo, ao não conseguirem consumir a mercadoria-moradia na sua forma acabada, constituem-se em autoconstrutores de sua própria habitação, o

⁴⁵³ Nos anos de 2007 e 2008, tive a experiência de trabalhar em uma escola localizada em Venda Nova, na região norte de Belo Horizonte, que atendia as crianças das imediações. Embora dentro de uma favela, tratava-se de uma escola muito bem localizada em termos de acessibilidade: ao lado da estação Vilarinho e na proximidade da confluência das Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado. No exercício como docente em uma turma de 9º ano, percebi que quando me referia a determinados lugares de Belo Horizonte a ampla maioria dos alunos manifestava desconhecimento de onde eles ficavam. Ao perguntar-lhes diretamente quais lugares conheciam fora de Venda Nova, surpreendi-me ao perceber que, de um universo de 35 alunos, apenas 15 já tinham saído dali, sendo que três desses por motivo de internação de familiares em hospitais localizados no centro de Belo Horizonte. Embora não se trate de uma referência baseada em estudos ou pesquisas específicas, penso que essa experiência pode ser sintomática de um processo de profunda segregação social ao qual estão submetidos muitos dos sujeitos que, embora vivam a condição de metropolitanos, perversamente, só estão inseridos na metrópole parcialmente.

que, como pude perceber na pesquisa realizada no Aglomerado da Serra, redefine (porque aprofunda) sua relação com a própria moradia. Não raro, o que pude perceber pela fala (que é também corporal) da ampla maioria dos moradores com os quais conversei foi o orgulho de terem feito parcial ou integralmente sua casa. Mais que isso, foi possível observar a associação de cada cômodo ou benfeitoria a uma fase da vida, como se, pela melhoria da habitação, pudessem falar de um êxito pessoal que se fundamenta em desafios superados no curso de uma existência composta por muitas precariedades. Na favela Nossa Senhora de Fátima, encontrei uma família que morava na mesma casa há trinta anos. Atualmente são cinco cômodos (cozinha, banheiro, sala e três quartos), inicialmente, eram apenas dois. À medida que a família crescia e a renda melhorava, a casa foi sendo ampliada e melhorada, em um processo que envolveu também o trabalho direto dos membros da família. O filho, ao ajudar o pai na construção do banheiro, também começou a aprender a profissão e, juntamente com ele, “constrói pra muita gente aí, que num sabe ou num tem tempo de construir”. A casa, hoje bem acabada, significa, em seus termos, ter dado conta de construir um lugar para viver, criar os filhos e sua própria família. Ao perguntar à mulher e ao seu marido quanto custaria a casa deles, após repetirem a pergunta e pensarem um pouco, responderam que não dava para vender, pois o que ela valia, eles não achariam. Talvez porque quem fosse comprar pagasse apenas pelo que visse e não pela estrutura, que era composta por mais que cimento e ferragens⁴⁵⁴.

Porém, ao contrário desses moradores, aproximadamente 20% das famílias que compunham o Aglomerado da Serra, bem como em torno de 90% daquelas que viviam às margens da Avenida Cristiano Machado e a totalidade das que formavam a favela São José foram atingidas direta e visceralmente pelas ações de revalorização em curso em Belo Horizonte. Somente nas favelas que foram removidas em função da produção e/ou ampliação de eixos viários entre os anos de 2006 e 2011, aproximadamente seis mil famílias foram retiradas de suas casas e, destas, mais da metade do entorno de onde

⁴⁵⁴ Entrevista realizada com um casal de moradores da favela Nossa Senhora de Fátima, em 07 de junho de 2011, em uma área pouco afetada pelo programa de “urbanização” Vila Viva. Após a pergunta sobre o interesse pela possível venda da casa e por que preço a venderiam, o morador entrevistado perguntou-me se eu entendia que a questão era que, mesmo que o dinheiro da venda desse para comprar outra casa, não daria para comprar uma como aquela dali, do jeito que eles precisavam. Segundo ele, na Nossa Senhora de Fátima mesmo havia muitas casas boas, mas não do jeito que ele precisava. A meu ver, essa pergunta expressa bem que a dimensão da valorização de sua casa vai muito além do valor de troca.

habitavam anteriormente e estabeleciam suas relações cotidianas. Mesmo para as muitas que permaneceram nas imediações (caso de pouco mais de 800 famílias no Aglomerado da Serra e cerca de 1.400 na favela São José), as mudanças também foram substanciais. Ao serem reassentadas em unidades habitacionais verticais, foi-lhes imposto não apenas uma nova forma de habitar, mas, atrelado a essa forma, um novo conteúdo às relações estabelecidas, uma vez que as anteriores foram totalmente desestruturadas.

O alcance dessa desestruturação é reconhecido pelo próprio Estado, que adotou algumas ações no sentido de minimizar o seu impacto. É nesse sentido que entendo as ações de acompanhamento nos dois anos seguintes ao reassentamento, bem como o fato de se procurar assentar no mesmo prédio moradores que possuíam laços constituídos anteriormente, sejam estes familiares ou de amizade, fato que pude observar em alguns dos prédios do Vila Viva que visitei no Aglomerado da Serra. Contudo, para a ampla maioria dos moradores com os quais pude conversar, a perspectiva de mudança do apartamento do Vila Viva está presente em seus horizontes.

Muitos dos moradores que encontrei pretendem vender o apartamento em que estão após o prazo mínimo de dois anos. A meu ver, é interessante observar as diferenças e semelhanças que fundamentam essa intenção. Praticamente todos os moradores disseram ter havido uma melhoria substancial nas suas condições de moradia. Muitos chegaram a dizer que a moradia anterior era, de fato, insalubre, fato corroborado por Aderbal Freitas em entrevista realizada no mesmo período. Segundo ele, muitos moradores que, inexoravelmente, teriam as moradias removidas em função das ações empreendidas pelo Vila Viva não alcançariam sequer o patamar de R\$17.000,00 de indenização. Assim, de acordo com ele, a ação adotada foi convencer essas famílias a morar nas unidades habitacionais verticalizadas, cujo argumento baseou-se na consideração da moradia como valor de troca, já que o apartamento recebido, ainda que sem nenhuma benfeitoria, será facilmente comercializado entre R\$35.000,00 e R\$45.000,00.

Porém, mesmo os moradores que reconhecem a precariedade extrema das habitações anteriores se ressentem profundamente das novas condições que compõem o seu cotidiano, demonstrando difícil adaptação a situações simples. Em um dos apartamentos do Vila Viva encontrei duas senhoras, antigas moradoras da favela Cafezal,

mãe e filha, ambas convalescentes por motivos diversos. Segundo relataram, para a convalescência de ambas, o médico receitou o consumo diário de frutas. Porém, ficam dias sem seguir tal prescrição, não devido às dificuldades financeiras, mas porque a locomoção de ambas é restrita. Mesmo havendo um mercadinho a pouco mais de 500m da moradia atual, distância menor que a percorrida anteriormente com o mesmo intuito quando moravam na favela, hoje a dificuldade é muito maior. Segundo elas, antes sempre havia um vizinho ou o filho de um vizinho que podia auxiliá-las, o que hoje não é mais possível, já que as novas relações de vizinhança não comportam (ainda?) esse nível de solidariedade, visto que as portas dos apartamentos estão sempre fechadas. Nesse sentido, de fato, esse tipo de moradia aparta as pessoas.

Outra família em que pude perceber esse nível de desestruturação reside no Vila Viva, nas imediações do bairro Serra, onde as unidades habitacionais alcançam os preços mais elevados. No edifício em que moravam (composto de dezesseis apartamentos), quatro famílias tinham algum grau de parentesco. No dia em que o visitei, uma moradora de outro prédio estendia roupas recém-lavadas no varal. Ao abordá-la e perguntar se poderia conceder-me uma entrevista, disse que sim, mas que não era moradora do prédio: somente estava ali lavando as roupas para a avó, que vivia no apartamento. No curso de nossa conversa, disse que, antes, ela e a avó moravam no mesmo lote na favela Marçola, mas como a avó já era de idade bem avançada, ela assumia os afazeres domésticos, já que o tio e a prima que também moravam ali trabalhavam o dia inteiro. Todavia, como tinha dois filhos de sexos diferentes, foi reassentada em um apartamento de três dormitórios, sendo que nessas condições só havia unidade disponível em prédio relativamente distante do da avó. Portanto, ficou difícil para ela assumir os afazeres domésticos das duas casas, sendo-lhe possível apenas lavar e passar as roupas duas vezes por semana. Já a avó conta que não teve escolha. Quando foi abordada pelos técnicos da URBEL, foi informada de que sua casa seria destruída em função do alargamento da Rua das Águas, que se daria sobre sua moradia, onde residia há mais de sessenta anos. Ao perguntar a ela sobre as lembranças de onde já morou, a moradora, de 81 anos, disse lembrar-se da colheita de feijão, que não foi feita porque o marido vendeu as terras para vir para Belo Horizonte tentar a sorte. Além desta, apenas a da vida que se fez na casa que construíram juntos por muitos anos e que viu, sozinha, ser destruída em pouco tempo. Falando dele, mas talvez

querendo falar dela, disse que se sentia feliz pelo fato de o marido não ter visto a cena da destruição de sua casa, da dos filhos e dos netos. Dentre todos os apartamentos que visitei, o dela foi o segundo em que mais percebi a apropriação efetiva da moradia: paredes com pinturas texturizadas, casa cheia de flores, decalques nas portas e paredes, quadros com fotos da família e do casal quando jovem, piso em cerâmica com assentamento trabalhado, armários na cozinha e banheiros, enfim, com muitas melhorias que indicavam essa apropriação de forma mais rica. Perguntei-lhe quem havia feito tudo aquilo, ao que me respondeu que foram seu filho e sua neta, ambos bastante felizes com a nova moradia: mais perto do trabalho, com ônibus na porta e sem morro para subir, bem pintada e mais bonita e, ainda, sem os problemas que a anterior possuía. Sobre se desejava se mudar de lá, respondeu que sim, mas que tinha certeza de que o filho e a neta não iriam querer. Condição essa com a qual parecia estar resignada, revelada pelos silêncios que negam as palavras e expressam o alcance dessa ruptura.

A meu ver, esses exemplos, embora singelos, expressam com bastante clareza como essa reestruturação da metrópole, fundamentada na/pela valorização dos espaços, atravessa e rompe as relações que compunham o cotidiano desses moradores, relações que, mais que compor, o estruturavam, permitindo sua reprodução. Para alguns, a adaptação às novas condições tende a ser mais fácil e imediata, para outros, mais difícil, demandando um longo período para se efetivar. Mas, para todos, coloca-se como condição inexorável, na medida em que o lugar e as relações que o reproduziam cotidianamente estavam no caminho da revalorização da metrópole.

Além dos moradores removidos das favelas, que foram atingidos de forma mais intensa e imediata, muitos outros também foram alcançados em seu cotidiano pelo processo de revalorização de Belo Horizonte e de sua região metropolitana. Alcance que, por sua vez, encontra-se em curso, já que muitos ainda serão afetados em função dos desdobramentos futuros das ações de revalorização atual. Somente a produção da linha verde (conforme divulgado por seus promotores) – à qual também podem somar-se as avenidas Antônio Carlos, Pedro I e Pedro II – atingiu diretamente mais de cem bairros ao longo de seu percurso, além de outros municípios da RMBH. Embora o destaque dado tenha sido para a valorização imobiliária a ser induzida em função desses eixos viários, o alcance dessa reestruturação é sempre bem mais amplo. Uma das consequências mais

imediatas, anteriores à consolidação da valorização da área, corresponde ao fato de que a aceleração do deslocamento nessas vias de trânsito pela sua constituição em (quase) vias expressas limitou amplamente as possibilidades de movimentação dos moradores em sua região de influência sem a utilização de um veículo automotivo. Se, por um lado, pela aceleração do tempo de deslocamento “encurtaram-se” distâncias, por outro, pela barreira em que se constituem, aprofundaram-se e se instauraram outras, já que atravessar de um bairro para outro agora só é possível através da utilização das vias de acesso e retorno. A modernização imposta exige novas formas de apropriação que quase exclusivamente só se tornam possíveis com a utilização dos objetos técnicos que compõem essa modernização... As novas vias expressas não são apenas o lugar da “valorização” do automóvel. Elas são, essencialmente, o lugar da negação de outras formas de apropriação.

É inegável que uma via como a Avenida Cristiano Machado já se constituía em uma barreira entre os bairros existentes em suas imediações bem antes das ações engendradas no curso da produção da linha verde. Porém, embora limitantes, as condições de superação dessa barreira anterior estavam postas ou, apesar das dificuldades, havia, em relação a estas, significativa in-corporação ao cotidiano daqueles que com ela se relacionavam. Inclusive com os riscos que isso comportava: as arriscadas travessias de pedestres, que muitas vezes culminavam em acidentes. Já com o advento da linha verde, essas condições foram redefinidas, o que exigiu (e exige) dos sujeitos que com ela se relacionam diretamente novas condições de adaptação, novas relações de reestruturação. Quanto ao que se refere à valorização tão amplamente destacada da linha verde, a materialização desta também tende a ter um efeito que pode ser bastante perverso sobre o cotidiano. Se o que prevalece é a condição de valor de troca desses espaços, a estes devem associar-se os consumidores solventes, aqueles capazes de consumir essa mercadoria *nos novos termos inscritos pela valorização*. Mas, para aqueles que diante dos novos patamares estabelecidos tornam-se insolventes, resta-lhes, como alternativa, mudarem-se para outras localidades. Nesse processo, ainda que não submetidos à expulsão compulsória como ocorrido com os moradores das favelas atingidas, a condição de não permanência também se materializa, já que a liberação do espaço das formas e relações anteriores é pré-condição para sua (re)inscrição nos circuitos de valorização dos

capitais que atuam no imobiliário e, assim, pela re-situação do patamar colocado por essa valorização. Em muitos casos, é tal valorização que traz a reboque a verticalização... Nesse sentido, os novos prédios, erguidos em função do aproveitamento da valorização e dos novos potenciais construtivos, tendem a ocupar os espaços das antigas residências e de seus antigos moradores, que estabeleciam relações antigas com outros sujeitos também antigos. Isso ocorre ainda com os antigos comércios, substituídos por outros que se destinam aos novos consumidores, e não aos moradores anteriores, ligados a um comércio mais antigo. E é justamente essa condição de antiguidade que deixa claro o descompasso dessas relações socioespaciais com as novas exigências da valorização do valor, que tem na modernização dos espaços um de seus fundamentos.

Nesse percurso, produz-se uma nova “morfologia” que, resultante da redefinição das moradias e do comércio, alcança e redefine as práticas sociais estabelecidas que compunham e estruturavam o cotidiano. Sob essa perspectiva, eixos viários como estes não aceleram apenas o tempo de deslocamento de um ponto a outro da metrópole, mas também o próprio estranhamento do sujeito em relação a seu espaço, na medida em que são rompidas as relações de sustentação da identidade existente. Ao mesmo tempo, restringem também o restabelecimento dessas relações, já que a apropriação exige um tempo mais lento que o pro(im)posto pelas reestruturações urbanas em curso, da qual Belo Horizonte é um exemplo bastante claro.

Todavia, os efeitos da reestruturação da metrópole não se restringem apenas aos seus limites. Ao contrário, de forma mais ou menos acentuada, alcança e atinge de diferentes formas e em momentos diferentes todo o conjunto metropolitano, redefinindo o ordenamento de seu território, o que impõe, conseqüentemente, a redefinição do cotidiano que o suporta.

Conforme já dito, o espaço forjado pela urbanização produzida em função da indústria exigiu e impôs condições específicas que moldaram a sociabilidade do sujeito que vive na/a metrópole. Para os que estão situados na região norte de expansão, essas condições foram moldadas, principalmente, pela segregação parcial ou mesmo total em relação a outros espaços. De forma predominante, consubstanciaram-se nessa região as periferias e seu conteúdo, que deram suporte à industrialização/urbanização como lugar da força de trabalho que lhe deu suporte. Porém, se essa é a característica geral dessa

região, ela não pode ser generalizada para todo seu conjunto, já que nela também se conformaram espaços da indústria e de moradias de classes sociais com rendimentos mais elevados, cujas relações estabelecidas eram de alcance maior que os anteriormente colocados.

A situação desigual desses segmentos sociais no território também produziu cotidianidades desiguais para esses segmentos, sendo que estas, ao serem reestruturadas, ao contrário de romperem com essa estratificação, se aprofundaram e se dividiram em novas clivagens, responsáveis por sustentar e reproduzir as novas espacialidades produzidas. É nesse sentido que entendo como necessário considerar a ruptura e o restabelecimento das relações cotidianas que sustentam a região norte de expansão da metrópole, tomando-se em conta as clivagens aprofundadas e/ou produzidas em função de sua reestruturação.

5.1 – A cotidianidade dos espaços periféricos como tributária de estratégias de outros espaços

É com a perspectiva de viabilizar uma produção segmentada que, como estratégia, os empreendedores inscrevem a promessa de uma cotidianidade que se propõe superior a do potencial consumidor. Embora não sejam novidade como estratégia de venda de empreendimentos imobiliários, a inscrição de um cotidiano supostamente superior é utilizada para a comercialização de empreendimentos destinados às classes sociais de rendimentos médios e elevados, visto que a superioridade se encontra, principalmente, na possibilidade de *não conviver* com aqueles de quem se *deseja afastar*. Dessa maneira, a convivência *entre iguais* aparece, explícita ou implicitamente, sempre destacada como capaz de supostamente proporcionar a tranquilidade necessária.

Ao ser adotada para empreendimentos destinados às classes sociais que estão na base da demanda solvável, a cotidianidade que se instaura opera pelo aprofundamento de uma fragmentação social que divide aqueles que têm mínimas condições de consumo (forjadas não apenas pela melhoria da renda, mas também pela extensão do crédito) de uma mercadoria como a habitação daqueles que não a têm. Assim, ao explorarem, nos materiais de divulgação do empreendimento, os equipamentos de lazer, a ênfase é dada ao fato de que estes são capazes de fazer “você se sentir como se estivesse em um feriado

prolongado todos os dias”⁴⁵⁵. Da mesma forma, quando ressaltam o fato de serem “condomínios fechados’, o destaque é para a segurança e a tranquilidade que os muros supostamente garantem... Mas, segurança em relação a quem?

Nesse sentido, os equipamentos e o discurso associados à nova forma de moradia oferecida às classes sociais que auferem os rendimentos no nível mínimo para se constituírem como demanda solvável impõem mudanças no dia a dia desses sujeitos, redefinindo a relação que estabelecem não apenas com a moradia, mas também com os espaços públicos. Isso porque, embora esses equipamentos apareçam como os muros que protegem ou como os equipamentos que “fazem você se sentir como se estivesse em constante feriado”, também são os que limitam as relações com os espaços públicos, aprofundando a atomização da sociedade. Entretanto, por se tratar de um processo de reestruturação, a estrutura anterior também se manifesta na reprodução do cotidiano imposta no curso da reprodução do espaço. No caso dessa modalidade de empreendimento, a estrutura anterior que se manifesta é caracterizada pela sua condição de periferia materialmente precária. Dessa maneira, torna-se importante destacar a expectativa (seja efetiva ou não) de valorização, bem como os acessos que permitem e que não se limitam a equipamentos, tais como comércio, serviços, vias de trânsito etc. Nessa cotidianidade que se reproduz, opera-se também com a associação desses empreendimentos aos equipamentos portadores da modernização, do progresso, daquilo que se propõe a ressignificar a região norte no conjunto da metrópole. Assim – porque, afinal, o fundamento e o propósito são os mesmos –, as associações feitas são com o Centro Administrativo, com a Linha Verde, com o aeroporto Tancredo Neves, mas também com o espaço central e o tempo gasto no deslocamento para o trabalho, já que se trata de consumidores/trabalhadores. O que varia é o que efetivamente considera-se próximo, que pode ser desde o empreendimento localizado a 2 km, quanto os que distam 5, 8, 10, 20, 40 km, mas sempre acompanhados do advérbio de intensidade “apenas”.

A questão que se faz presente é o modo como os anseios – que incluem a necessidade alçada a “sonho” da compra da casa própria – são instrumentalizados para a viabilização desses empreendimentos, produzidos em grande número, quase que

⁴⁵⁵ Fragmento da peça publicitária do empreendimento da MRV localizado em Vespasiano, o Residencial Horizonte Verde. Disponível em: <http://www.mrv.com.br/horizonteverde/> acessado em 11 de agosto de 2011, à 01h07.

simultaneamente, com quase os mesmos atributos, sendo que as variações são muito mais em função das condições do terreno do que propriamente do projeto arquitetônico, o que se reveste de uma dualidade. Assim como se opera com uma individualização – cujo sentido é o de produzir a representação de que os empreendimentos vendidos separam seus consumidores das condições periféricas em que estão inseridos –, opera-se também com uma padronização, que permite aos empreendedores ampliarem seus lucros pelo ganho de escala. Com exceção das modificações necessárias para a adaptação às características do terreno, esses empreendimentos são constituídos com os mesmos “diferenciais”; tendem a reproduzir o mesmo tamanho e, não raro, o mesmo projeto arquitetônico. Para os sujeitos, o mesmo discurso que, adaptado e associado aos empreendimentos destinados a outras classes sociais, contribui para moldar uma nova sociabilidade, cada vez mais fragmentada e restrita ao convívio fora do espaço da residência, estendendo a esse segmento concepções que parecem já bastante arraigadas em outros que auferem rendimentos superiores.

Talvez, a rápida adoção desse discurso que opera pela redefinição da sociabilidade derive da perspectiva desse segmento social de romper com a estigmatização que acompanha as periferias e os que são “de baixa renda”. Nesse sentido, adotar parte dos códigos (ainda que adaptados) forjados para outras classes sociais comporta também a busca pela ruptura de uma segregação estigmatizadora que tem como fundamento situá-los – sujeitos e espaços – como inferiores. Assim, aceitar esses códigos é também uma forma de querer se fazer igual, de ser reconhecido como portador do direito de pertencer efetiva e amplamente.

Porém, visto que a condição de direito efetivo não acompanha o direito de consumir a mercadoria, é preciso que se falseie essa condição, inscrevendo nesta a promessa de que com a roupa, o carro e a moradia certos, é possível tornar-se o “sujeito certo”. Isso, no entanto, jamais acontece, porque o fundamento da segregação socioespacial é constantemente reafirmado, ainda que o consumo tenha sido parcialmente estendido a esse segmento social. Essa sociedade se reproduz pelo novo, mas também pela reafirmação dos fundamentos conservadores de sua reprodução. Porém, é preciso realimentar a expectativa de que, adotando uma nova sociabilidade, moldada por novos hábitos que compõem uma nova cotidianidade, é possível se aproximar daqueles que são

“o outro”, tornando-se um “igual” e, portanto, livrando-se da estigmatização (im)posta, o que, obviamente, não se efetiva.

5.2 – A reprodução social do espaço pela reafirmação dos pressupostos da segregação: espaços das classes sociais de rendimentos médios e elevados

Tal como nos espaços considerados anteriormente, também nos destinados às classes sociais de rendimentos médios e elevados o cotidiano foi inscrito como estratégia de valorização dos capitais que atuam na reprodução do espaço. Porém, nesse caso, essa inscrição aparece de forma mais elaborada, visto que sua utilização para esses segmentos não se constitui em uma novidade. Mas, principalmente, porque inserida dessa maneira, a programação do cotidiano constitui-se em importante estratégia de diferenciação dos atributos responsáveis pela superação e/ou decreto da obsolescência de empreendimentos anteriores. E, na atualidade, da diferenciação em relação aos estratos sociais inferiores.

Ao contrário da predominância da verticalização característica dos empreendimentos destinados aos segmentos sociais que se encontram no limite mínimo da condição de demanda solvável, os produzidos para essas classes sociais caracterizam-se como “condomínios horizontais”, compostos por terrenos maiores, conjunto de lazer bem equipado e áreas verdes mais amplas. Todos esses equipamentos cercados por aparatos de segurança, que nesses empreendimentos apresentam-se exacerbados: além dos muros, seguranças, câmeras de segurança e outros, que buscam ampliar a proteção desses empreendimentos. Efetivamente, a inserção desses atributos associa-se a hábitos, discursos e práticas valorizados pela demanda solvável que vai consumir esses empreendimentos que, uma vez introduzidos, corroboram com o aprofundamento da programação do cotidiano, fundamental para a viabilização da mercadoria-imóvel. Contudo, esse processo modificou-se ao longo do tempo, de forma que hoje aparece mais elaborado e composto por outros atributos que, até outrora, não compunham esses empreendimentos. Entre os aspectos que tal processo envolve, encontra-se o de demarcar incisivamente a diferença e, principalmente, sua superioridade em relação aos empreendimentos destinados às classes sociais de rendimentos mais baixos.

Esse aparato de segurança bastante complexo é característico de todos os empreendimentos imobiliários destinados às classes sociais de rendimentos médios e elevados localizados no “eixo” anteriormente apontado, o que não significa que estejam isentos dos limites de seu alcance. Assim, também são compostos pelos equipamentos que expressam a ruptura em relação ao lugar em que se encontram. E, sob essa perspectiva, explicitam que, no que pese estarem no lugar, as relações estabelecidas tendem a ser limitadas e, principalmente, funcionalizadas. Não raro, o município em que estão inseridos tende a constituir-se apenas em lugar de passagem para o acesso desses empreendimentos ou, ainda, no lugar que “fornece” os trabalhadores domésticos ou a mercadoria de que se precisa. São, no limite, apenas suporte a empreendimentos como esses.

Os aparatos de segurança também contribuem para conformar outra estratégia que aprofunda a inscrição/programação do cotidiano pela funcionalização dos espaços. Isso porque corresponde a tais espaços a referência de que também se destinam a oferecer privacidade, elemento que, bastante valorizado por esses segmentos sociais, expressa a negação do estabelecimento de relações mais complexas. Ao serem inseridos como “atributos” desses empreendimentos, expressam como desejos, anseios e hábitos são instrumentalizados e oferecidos na forma de produtos, mas também a contradição que os envolve, como, por exemplo, as câmeras de segurança, que são amplamente invasivas da privacidade, inclusive dos consumidores desses empreendimentos.

Tão importante quanto os aparatos de segurança para a viabilização desses empreendimentos, são os equipamentos de lazer que os integram. Ao se constituírem em “enclaves fortificados”, nos termos elaborados por Tereza Caldeira, estes também se sustentam na apartação desses empreendimentos em relação ao lugar em que estão inseridos. De fato, as localidades com as quais se estabelecem as relações tendem a ser selecionadas, como forma de mantê-las restritas e homogêneas. Assim, a oferta dos equipamentos de lazer e, principalmente, sua instrumentalização, tende a ser produzida, adaptando-se (e adaptando-os) aos anseios e discursos valorizados pelos segmentos sociais que os consomem. É nesse sentido que, por exemplo, tornou-se comum a esses empreendimentos a inserção de pistas de *cooper* ou caminhada, além do “*espaço fitness*”, a reboque do discurso da importância do exercitar-se, tão valorizado socialmente, principalmente nesse segmento. Contexto no qual também se inserem os equipamentos

que associam o discurso da recuperação dos desgastes de uma vida atribulada aos chamados “espaços zen”, onde, supostamente, as “energias são renovadas”. Ou os “espaços *gourmets*”, que se sustentam na necessidade de reunião, ainda que, nos limites do condomínio, tenda a ser reunião entre iguais, o que, afinal, se insere nas práticas adotadas por um segmento que tem na homogeneização social um dos atributos mais valorizados. Como expresso na publicidade do empreendimento *Vitória Golf*, em Lagoa Santa, este “é ideal para as reuniões em família”, sendo que as “celebrações [poderão ser] realizadas com sofisticação no próprio condomínio”⁴⁵⁶, e não necessariamente na intimidade da casa...

Outro elemento que compõe o cotidiano e que tem sido assenhoreado de forma incisiva é o que corresponde à preocupação ambiental que, por sua vez, também se sustenta na representação dos espaços urbanos “tradicionais” como degradados. De fato, ao longo da segunda metade do século XX, formou-se e se consolidou uma preocupação com a degradação ambiental bastante real, marcada pelos “(des)caminhos do meio ambiente”⁴⁵⁷. Contudo, embora essa seja uma discussão bastante complexa e de grande relevância, tal como é inserida nos empreendimentos, tende a ser destituída dessa complexidade, o que, em certo sentido, explicita o modo como a discussão ambiental alcança o cotidiano forjado em uma reprodução social capitalista, sendo, assim, tratada de forma bastante superficial, reduzida a ações individualizadas que distorcem o fundamento em que se localizam a origem dos processos de degradação. Dessa maneira, os empreendedores que atuam na produção do espaço apoderam-se da valorização ambiental presente no cotidiano de parte considerável de sua demanda solvável, inscrevendo-a como suposta forma de superação de um entrave forjado no contexto da preocupação ambiental. O conjunto de leis ambientais que, em ampla medida, representou

⁴⁵⁶ Fragmento da peça publicitária do empreendimento *Vitória Golf*, do Grupo *Vitória da União*, localizado em Lagoa Santa. Disponível em: <http://www.gvu.com.br/golf/>, acessado em 11 de agosto de 2011, às 12h05.

⁴⁵⁷ A expressão é de Carlos Walter Porto-Gonçalves, um dos autores que desenvolvem a discussão ambiental a partir do arcabouço teórico-conceitual da Geografia, o que não se significa que se limite a ele. Essa expressão é o título de umas de suas publicações acerca da questão ambiental. PORTO-GONÇALVES, C.W. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo, 2004. Contudo, é em outra publicação que o autor desenvolve crítica mais acentuada ao assenhoreamento da natureza pelo capital no curso de sua valorização. Ver: PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da Natureza. A natureza e a globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

um obstáculo às possibilidades de valorização dos capitais, é então removido e transformado em um novo item de valorização do empreendimento.

Porém, no “topo” dessa estratificação – onde se localizam os empreendimentos destinados às classes sociais de rendimentos mais elevados –, os empreendimentos produzidos, bem como os discursos que os sustentam, tendem a ser bem mais elaborados que os produzidos para os segmentos de renda média e média alta. Empreendimentos como o *Reserva Real* ou o PRECONPARK, atualmente produzidos na região norte de expansão da RMBH, apontam para a conformação do que se pretendem ser novas “cidades” dentro do município existente. De fato, tais empreendimentos não oferecem apenas os espaços de lazer, os aparatos de segurança e o discurso já tradicionalmente inseridos neles. Além disso, indica-se, para a inscrição de equipamentos de lazer, o significado fundamental de *privilégio*, discurso caro para esse estrato social que, por ele, dispõe-se a pagar além do valor inscrito na mercadoria. Os equipamentos de lazer que deverão ser inseridos no *Reserva Real*, tais como hípica, campo de golfe profissional e hangar para aviões particulares, cumprem essa função e demonstram como os elementos que compõem a representação do lazer dessa classe social (golfe, esportes hípicos, jatinhos) são inseridos como indicação de *exclusividade*, já que a demanda solvável “não privilegiada” não comporta tantos empreendimentos desse porte na RMBH.

Embora se situem como empreendimentos que aprofundam a fragmentação/funcionalização do espaço urbano, no caso dos ditos complexos, tal processo se dá de forma exacerbada. Isso porque se inscreve a possibilidade de ruptura total com o lugar em que estão inseridos, pelo menos para aqueles que, propõe-se, cheguem de jatinho, divirtam-se no campo de golfe ou na hípica e consumam o que precisam nos limites do empreendimento. A suposta complexidade revela-se, então, apenas no âmbito dos equipamentos oferecidos, já que não se sustenta na sua apropriação, pois esta só é possível nos termos funcionalizados e definidos de antemão. Assim, a utilização desses espaços tende a limitar-se aos termos definidos pelo empreendedor: a “natureza” para “contemplação”, campos de golfe e hípica para torneios, espaços *gourmets* para receber convidados fora de casa, aparatos de segurança para limitar o contato com o que é definido como indesejado...

Efetivamente, esses empreendimentos são viabilizados pelo duplo processo de funcionalização dos espaços e pela inscrição do cotidiano como estratégia de valorização. Todavia, ao se materializarem, o fazem desestruturando profundamente as relações socioespaciais dos municípios onde são/serão instalados, já que, apesar de não pertencerem (ou pertencerem parcialmente) a estes, estão *neles* e, assim, provocam rupturas significativas no dia a dia dos espaços urbanos que ocupam. A alteração mais visível e imediata é a que se materializa na forma da valorização fundiária que, entre outras consequências, pode atuar no sentido da periferação de classes sociais que não conseguem lidar com o preço dos imóveis nas áreas centrais. Também visíveis são as que apareceram como incômodo nos relatos de moradores, que apontam para a intensificação do trânsito nas ruas do centro da cidade, como pude observar em Lagoa Santa, ou a elevação dos preços dos produtos no comércio local, em função dos “moradores de fins de semana”. Ou, ainda, o esgotamento desses produtos nos comércios ou mesmo o racionamento de água em bairros distantes⁴⁵⁸. De fato, ao ser alcançado em seu cotidiano, o município estruturado sob outras relações socioespaciais encontra-se no limite de sua capacidade estrutural, o que impõe consequências sobre o seu dia a dia⁴⁵⁹.

Essa desestruturação também pode ser observada nos transtornos trazidos para os moradores em função da intensificação do trânsito, conforme descrito na reportagem de abril de 2011 acerca dos congestionamentos constantes nos feriados e fins de semana⁴⁶⁰.

⁴⁵⁸ Esses relatos foram feitos em pesquisa realizada em 2007, acerca do impacto da Linha Verde e das mudanças de voos nacionais para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, sobre Lagoa Santa.

⁴⁵⁹ “(...) Limitado pela vulnerabilidade dos poços artesianos que abastecem a cidade, o Sistema de Abastecimento de Água de Lagoa Santa, embora atenda a população dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, vem impondo às pessoas o pesado incômodo da falta de água. Recentemente, o povo lagoassantense viveu os problemas causados pelo desabastecimento, preocupando a todos, principalmente as autoridades, que vêm no serviço um limitador aos projetos que se anunciam para o município”. Disponível em: http://www.lagoasanta.com.br/prestadoras_servicos/solucao_para_o_problema_de_agua_htm, acessado em 11 de agosto de 2011, às 13h54.

⁴⁶⁰ “Quem passou pelas principais vias da cidade nesse feriado percebeu que o trânsito em Lagoa Santa não perdia para nenhuma grande capital do país no mesmo período. Longos congestionamentos, acidentes em vários pontos do trânsito, motoristas irritados fora dos veículos, filas duplas em supermercados e muitos outros transtornos, o que deixou muita gente indignada no feriado. A Polícia Militar precisou tomar rápidas medidas e mobilizou-se rapidamente em uma operação que orientava os motoristas a seguir pelas vias secundárias, que também ficaram lotadas e intransitáveis. De acordo com a PM, o aumento de fluxo no trânsito é comum durante esses períodos, mas a quantidade de veículos que a cidade recebeu desta vez não

Não se trata, porém, apenas do transtorno causado pela lentidão do trânsito. Essa intensificação tem alcance mais amplo, como referiu um morador de Lagoa Santa⁴⁶¹. Um pouco menos visível ou perceptível de imediato é a fragmentação desses municípios que, pela funcionalização de seus espaços, assumem a forma de reprodução do espaço urbano da metrópole, inscrevendo ou aprofundando a segregação socioespacial característica da reprodução capitalista do espaço.

No entanto, esse processo é apenas o início de outro que não se explicita no nível do imediato, mas que se faz presente em todas as etapas, independente da classe social que busca alcançar. Trata-se da fragilização dos espaços públicos que, ao inscreverem a possibilidade da convivência e o encontro do diverso, fundamentaram o sentido mais rico que se atribuiu aos espaços urbanos. Porém, a reestruturação imposta à metrópole para a reprodução do espaço de acordo com as necessidades contemporâneas de reprodução do capital na região norte impõe aos municípios a implosão de seus espaços e do cotidiano como condição para reinscrevê-los de acordo com essa demanda.

Como exemplo dessa importância, pode-se dizer que a região norte cumpriu (cumpre), indubitavelmente, o papel fundamental de configurar-se no lugar de moradia de ampla parcela da classe social que se constituiu em força de trabalho, principalmente a que se encontra submetida às condições mais extremas de exploração e que, para reproduzir-se, teve de submeter-se à espoliação. Explorados e espoliados, esses sujeitos forjaram sua cotidianidade sob esse duplo processo que, ao mesmo tempo em que reforça sua condição de sujeitos, reduz a sua condição de sujeitos, contribuindo decisivamente para moldar a representação constituída acerca da região norte de expansão da RMBH. Paradoxalmente, esses sujeitos mais pobres – que sob essa nova condição são classificados como insolventes –, que reproduziram sua existência sob as precariedades que também

era esperada e registrou o trânsito mais caótico de toda história do trânsito local”. Disponível em: <http://www.jornallagoanews.com.br/noticia/caos-no-transito-pode-acabar-124>, acessado em 11 de agosto de 2011, às 14h05.

⁴⁶¹ “Há uns dois anos, a tranquilidade do trânsito de Lagoa Santa acabou. A cidade vai crescer muito. Se não houver obra, o trânsito vai parar. Meu filho não vai ter a tranquilidade que eu tive. Quando eu era criança, costumava com meus amigos sair de bicicleta pela lagoa e pelo centro. Com esse fluxo de carros de hoje, não vou deixar meu filho sair de bicicleta pela cidade. No meu tempo de criança, podia brincar no meio da rua. Isso é impossível hoje”. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/05/em-lagoa-santa-mg-corretor-tenta-driblar-horario-de-pico-e-falta-de-vagas.html>, acessado em 11 de agosto de 2011, às 14h25

caracterizam a região norte, diante da modernização que a alcança, veem-se sob imposição da expulsão para outros espaços periféricos. Isso porque a região norte da RMBH em processo de reestruturação é reproduzida para outros segmentos sociais, que podem consumi-la na condição de mercadoria. Assim, na RMBH, reafirmam-se pressupostos históricos da reprodução social do espaço inscrita no processo de valorização do valor.

Todavia, as relações de negação que perpassam os espaços periféricos não se limitaram à representação acerca dessa região. De fato, elas também levaram os habitantes da periferia à condição de sujeitos, que é, afinal, característica do caráter periférico, que reduz as possibilidades de exercício da Política, já que esta, para exercer-se e ser exercida, pressupõe a construção/desenvolvimento da autonomia. No entanto, apesar desse limite e em função dele, esses sujeitos, *na e para a* reprodução cotidiana, reproduziram as relações socioespaciais que lhes permitiram viver sob a condição periférica que moldou a (sobre)vivência de grande parte dos moradores dos espaços que não ocuparam o centro das estratégias de reprodução do capital. Porém, quando assume essa condição, tal processo se materializa aprofundando a negação, conforme observado nas ações de expropriação dos moradores das favelas de Belo Horizonte, expulsos direta ou indiretamente pelos mecanismos que compõem as “leis de mercado”. O fato de terem convivido e sobrevivido durante décadas com as precariedades impostas por uma urbanização sob todas as condições limitantes – condições nas quais reproduziram suas vidas, produzindo a materialidade que lhes deu sustentação – não foi suficiente para conferir-lhes o direito da permanência. E não foi porque as relações socioespaciais estabelecidas foram orientadas pela construção de um vivido que, submetido à monetarização das relações, teve que mobilizar outras estratégias como condição de reprodução. Todavia, o capital se reproduz não apenas inscrevendo tudo e a todos em seus circuitos de valorização, mas também re-inscrevendo-os. Assim, se os espaços periféricos, como a região norte e as favelas, são fundamentos da reprodução capitalista do espaço, em sua reprodução nos termos da economia política do espaço o capital reinscreve tais espaços, desestruturando as relações complexas, mas frágeis que lhes deram sustentação para funcionalizá-los – espaço e relações – como fundamento de seu novo ciclo de reprodução.

É possível que nos próximos anos a representação acerca de espaços outrora ocupados pelas favelas removidas da região norte seja redefinida como parte fundamental da estratégia de valorização em curso. E é no bojo dessa estratégia que se materializa a exacerbação da segregação imposta aos agora “muito pobres”, já que é principalmente para estes que a cidade-mercadoria é negada, já que não se constituem em demanda solvável que reúna a capacidade de consumo de seus espaços. Mas como a economia política do espaço não se exime dos fundamentos da economia política, o capital, para sua reprodução ampliada, continua demandando os muito pobres. Nesse sentido, reproduzi-los como parte da metrópole é um dos fundamentos necessários da reprodução de suas relações de produção. Seus espaços são, então, as favelas ainda não requisitadas para a modernização do moderno e que vão se tornando cada vez mais periféricas. E, ainda, os espaços metropolitanos funcionalizados como lugar dos muito pobres, como os espaços precários forjados ao longo do eixo formado pela BR040, entre Belo Horizonte-Sete Lagoas, que envolve fragmentos do território de Ribeirão das Neves e Esmeraldas, não por acaso inseridos/negados como parte integrante da região norte de expansão da metrópole. Nesse sentido, entendo ser possível afirmar que a reestruturação que fundamenta a revalorização da região norte de expansão da RMBH, bem como das favelas, porque inserida nos fundamentos da reprodução capitalista do espaço – se dá reafirmando e exacerbando os pressupostos clássicos da urbanização capitalista: valorização/estratificação/segregação/desigualdade socioespacial.

Como parte desse processo, o aprofundamento da programação do cotidiano é uma estratégia fundamental, uma vez que, ao alcançar o indivíduo em suas dimensões intangíveis – como anseios, desejos, representações simbólicas –, é instrumentalizado como fundamento da revalorização do valor presente em toda mercadoria, inclusive no espaço reproduzido inscrito nessa condição, o que demonstra que, afinal, o reordenamento territorial, nos termos em que tem sido engendrado, é fundamental para que essa estratégia se revele como de grande fôlego. Isso porque, se a programação do cotidiano fundamenta-se na programação do tempo, o que se observa é que essa programação não prescinde do espaço reproduzido funcionalmente.

Todavia, a mobilização do espaço/tempo/cotidiano consiste não apenas na re-mobilização do espaço-tempo, mas também na re-mobilização do sujeito, o que, afinal, não

é novidade na reprodução do capital, visto que desde os pressupostos clássicos da economia política estava explícita a necessidade de mobilização plena do sujeito que, desenraizado e apartado de suas relações socioespaciais, fora reduzido à condição de força de trabalho no processo de valorização do valor. Porém, se o que os termos da reprodução capitalista contemporânea apontam não é propriamente uma inovação, é uma estratégia que se tem mostrado bastante exitosa e de longa duração, revelando uma continuidade que revela o aprofundamento do assenhoreamento sobre os sujeitos. Entretanto, não apenas como força de trabalho, condição que continua central à reprodução do capital, mas em sua “plenitude”, desde que desradicalizado da ação, nos termos elaborados por Hannah Arendt.

Essa “plenitude” assenhoreada é aquela apontada por autores da “descentralização do mundo do trabalho”, conforme defendido por Clauss Offe e mesmo pela separação operada por Habermas entre os mundos da “heteronomia” e da “autonomia”, e aponta elaborações tão acertadas quanto equivocadas. Acertadas, porque, de fato, o que chamaram de “mundo da vida”, que comporta o lazer e o cotidiano, ocupam a centralidade da reprodução social sob a reprodução capitalista do espaço. E equivocadas porque operaram com uma disjunção que é apenas aparente, porque *no* e *pelo* aprofundamento das estratégias de reprodução do capital, a separação entre “mundo da vida” e “mundo do trabalho” não faz sentido, já que, para o capital, esses “mundos” fazem parte da mesma “totalidade”. Essa separação, ao contrário, faz parte da mesma estratégia: assenhorear-se da reprodução em todas as suas dimensões e de tudo que a integra. Afinal, o que se revela é que se o capital opera com a separação, esta foi sempre parcial e parte da estratégia de formação de “reservas de valor” a serem inscritas posteriormente.

Não se trata, porém, de afirmar que o capital detenha condições plenas de controle sobre a reprodução social, mas apenas, como é amplamente sabido, que este se reproduz apoderando-se daquela, inscrevendo-a em seus circuitos. E é nessa inscrição que a busca pela programação dos termos dessa reprodução compõe a estratégia de valorização do valor. Sendo assim, entendo como importante retomar as elaborações de Neil Smith, quando aponta a necessidade de superação das separações que se colocam na/para a reflexão, já que o capital, em sua reprodução, opera com essa superação. De

fato, as estratégias que envolvem a reprodução da RMBH na atualidade explicitam nitidamente como o capital opera com essa integração.

Assim, o caminho da realização do Possível que, se inscrito no devir, depende de sua construção no momento que nos é contemporâneo, não prescinde de arrancar a reprodução social do espaço das estratégias de reprodução do capital. E é nesse sentido que entendo que a totalidade das condições de re-produção das relações de produção não pode ser dividida em “mundos” apartados entre si, o que exige que superemos, prática e teoricamente, essa fragmentação, abrindo caminho para o exercício de uma práxis redefinida e que, por sua vez, redefina a reprodução social do espaço.

Considerações Finais

Ao iniciar em 2008 a pesquisa que resultou nesta tese, o “recorte” feito para a compreensão do fenômeno urbano e da crise a ele correspondente, buscando explicitar sua natureza e o que a compõe, levava em conta os impactos provocados pela ampliação da Avenida Antônio Carlos, a produção da linha verde/CAMG e o Programa de “Urbanização” Vila Viva, naquele momento restrito ao Aglomerado da Serra. Até então, Belo Horizonte ainda não tinha sido confirmada como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, embora houvesse essa expectativa.

Todavia, desde a definição da produção desses empreendimentos, estava bastante claro que Belo Horizonte e sua região metropolitana estavam envolvidas em um extenso e intenso processo de reestruturação urbana. Extenso, porque demarcou explicitamente o modo como o capital e o Estado assenhorearam-se da reprodução do conjunto metropolitano, aprofundando esse assenhoreamento em função do “transbordamento” dos fundamentos da metrópole. E intenso, porque essa reestruturação também envolveu o espaço produzido da própria metrópole, reproduzindo-o em função das novas necessidades de acumulação, revelando, nitidamente, que o capital não se reproduz apenas inscrevendo tudo e a todos em seus circuitos, mas também reinscrevendo-os.

Assim, inscritos e re-inscritos, o espaço da metrópole e de sua região metropolitana, bem como as relações que o compõem, constituem-se no fundamento da reprodução ampliada da riqueza. Foi nesse sentido que o programa de revalorização Vila Viva foi estendido a outros conjuntos de favelas de Belo Horizonte. E é também esse fato que nos ajuda a compreender a escolha do Aglomerado da Serra, das favelas Taquaril, Morro das Pedras e Vila São José e a perceber, limpidamente, o que une essas favelas: além de sua própria condição e do que comportam, o fato de todas se constituírem em barreiras aos pressupostos da reestruturação em curso que fundamentam a modernização do moderno. É sob essa condição que suas relações de sustentação são desestruturadas para que pelo menos parte destas seja reestruturada não em função da reestruturação da favela em si, mas do conjunto metropolitano. O objetivo do Estado/setor privado que se explicitou então foi o da necessidade de produzir as condições de “superação” da barreira em que essas favelas se constituíam, o que explica que em todos os projetos a extensão

de eixos viários que integram fragmentos da metrópole se faça presente de modo incisivo. Ainda que o argumento amplamente utilizado aponte para o fato de que esses eixos viários facilitem a prestação de serviços no interior da favela, também é fato que estes assumem um caráter secundário quando se analisa a integração estratégica de vias estruturantes da metrópole e de sua região metropolitana. É nesse contexto que se explicita que a reestruturação em curso não busca soluções ou paliativos em relação a problemas que já se materializam em função de uma urbanização cujo fundamento está inscrito na reprodução capitalista do espaço.

Tal condição, entretanto, também se revela nos empreendimentos que, explicitamente, objetivam reestruturar a metrópole. A ampliação dos grandes eixos viários que integram a região norte de expansão da RMBH à sua região central insere-se nesse contexto. Ainda que essa ampliação seja justificada como medida adotada para a suposta solução dos congestionamentos que caracterizam essas vias em horário de fluxo de veículos mais intenso, a reestruturação desses eixos é, de fato, condição necessária para a viabilização dos novos empreendimentos que são ou serão produzidos na região norte de expansão da RMBH.

Assim, ganha relevância a forma incisiva e sistemática pela qual o Estado é mobilizado para estruturar essa reprodução ampliada, na medida em que é esse agente que assume os investimentos que, diretamente, não se constituem em valorização do capital investido, o que não significa que não desencadeiem um intenso processo de revalorização do valor. De fato, o que ocorre é que aqueles que operam em condições privilegiadas se apoderaram fundamentalmente dessa valorização. E assim o fizeram – como pude compreender no curso desta tese – não porque detivessem a informação que lhes conferia privilégio, mas porque concertaram suas ações no sentido de mobilizar o Estado para produzir tais condições. Não se trata mais de obter uma informação privilegiada acerca das condições favoráveis, mas de produzi-las. Assim, os que mais se beneficiaram foram aqueles que empreenderam, *no e através do* Estado, as estratégias que, contemporaneamente, se materializam na reprodução social do espaço.

Sob essa perspectiva, as questões anteriormente colocadas para serem respondidas – quanto à possibilidade da constituição de uma nova centralidade e em que medida esses empreendimentos contribuem para isso – podem, agora, obter uma resposta mais efetiva.

Ainda que novas centralidades e/ou subcentralidades possam vir a se constituir como resultado da reprodução social, não é esse o objetivo engendrado pelo Estado e pelos capitais que atuam em sua produção. Nesse sentido, sua constituição dar-se-á não em função, *mas apesar dos termos engendrados por esses agentes*. Não em função, porque, efetivamente, não é o que se busca pelas ações concertadas entre Estado e capital. Ao contrário, a reprodução planejada orienta-se no sentido de aprofundar as fraturas já existentes na reprodução social e de instrumentalizá-las para o alcance das funcionalizações estruturantes desse espaço. Funcionalização que é, sem dúvida, antagônica aos fundamentos que compõem a centralidade. Assim, o espaço que daí resulta é o que tende para a homogeneidade, em que as possibilidades de encontro do diverso que está no fundamento de uma centralidade efetiva são amplamente reduzidas. Mas também porque a reprodução social escapa ao planejamento e, nas e *por* suas linhas de fratura, há algo que pode se revelar e, através da apropriação, ser capaz de reproduzir e ressignificar o espaço funcionalizado produzido. Todavia, trata-se de condições que, ao se materializarem, o fazem apenas de maneira residual, sem, nas condições atuais, reunir forças para romper com essa estrutura e caminhar para, através da apropriação do espaço, a re-produção das relações de produção, em que estas, apropriadas, possam apontar um espaço produzido que comporte os fundamentos do Urbano.

Todavia, no curso de uma reprodução socioespacial essencialmente contraditória e conflitante, a subordinação que se pretende integral e capaz de atingir todos os limites da funcionalização, inclusive e, fundamentalmente, pela programação e inscrição da vida cotidiana nos circuitos de valorização, não se realiza completamente e, *mesmo o que alcança, não alcança sem embates*. É dessa forma que entendo como a instrumentalização de reflexões que se sustentam pelo fim ou secundarização do conflito de classes, ao apontarem para a desradicalização do que se configura como a contradição fundamental, constitui-se em suporte teórico para a materialização do consenso buscado. Consenso esse que, se não se completa pela eliminação do conflito, é imposto pelo fechamento de espaços que comportam e ganham densidade por sua manifestação e pelos discursos que escamoteiam esse processo sob o princípio de manutenção da ordem.

Por sua vez, como também me foi possível apreender na realização desta tese, os processos mais gerais que incidem sobre a produção do espaço, ao desestruturarem-no,

também desestruturaram as relações sociais que este comportava (e ainda comporta), impondo-lhes novas condições à organização de reprodução social. Porque é no âmbito das tramas mais finas que os processos mais gerais que conferem novas condições de reprodução ampliada ao capital se materializam. E é também nesse nível que, ao se configurarem, assenhoreiam-se das atividades que ali se realizam como criação, subordinando-as aos novos circuitos de reprodução do capital.

No processo de formação do movimento social de luta pela habitação e pelo direito de permanência na cidade, uma das reivindicações foi a da ampla participação na elaboração dos processos decisórios de sua reprodução, rompendo e superando uma condição em que estivessem apenas sujeitados às definições estabelecidas alhures. Entre as positivities que um instrumento como o PGE comportou (e ainda comporta) está que sua elaboração não prescinde de um diagnóstico cuja construção é essencialmente dependente das experiências que se construíram no viver e no vivido do lugar de onde deriva. Todavia, esse avanço, se significativo, não pode esconder que, em muitos momentos, tem sido utilizado como representativo de uma efetiva participação, escamoteando, no entanto, o fato de que, afinal, as decisões centrais continuam no âmbito do Estado e dos grupos que conseguem fazer-se dominantes. É nesse sentido que, no PGE do Aglomerado da Serra, afirma-se que *em sua apresentação para a discussão com os moradores o projeto da via 276 poderia ter sido melhor esclarecido e provocado menos impacto. Isso revela que a definição da intervenção no Aglomerado da Serra foi decidida alhures e sem a participação de seus moradores.* Também não pode ser desconsiderado que no programa Vila Viva explicitam-se ganhos que foram conquistados no curso dessa luta, entre os quais a garantia da permanência nas imediações do lugar anterior aparece como algo significativo. Todavia, mesmo nessa dimensão, estão bastante claros os limites da forma assumida, já que a escolha é sempre limitada às opções dadas.

A reestruturação em curso da região metropolitana sustenta-se sobre argumentos de que, supostamente, esta se orienta pela busca de melhor qualidade de vida em Belo Horizonte, qualidade que (conforme expresso na “Carta do futuro: Belo Horizonte em 2030”) fundamentar-se-ia em três dimensões básicas. A primeira, que a produção de Belo Horizonte como uma “cidade de oportunidades” “gerará oportunidades de trabalho de qualidade criadas pela expansão dos serviços de valor agregado, pela inovação e pelo

empreendedorismo conjugados com o desenvolvimento da região metropolitana”, o que atribuiria ao município a condição de “uma metrópole de projeção internacional e economicamente atrativa, impulsionada por um ambiente de negócios dinâmico e desburocratizado, pela oferta de serviços de qualidade e pelas parcerias entre os setores público e privado”⁴⁶². A segunda, que Belo Horizonte (e sua região metropolitana) seria reproduzida como uma “cidade sustentável”, tornando-se essencialmente limpa e organizada, tendo elevada sua capacidade de adaptação diante de eventos de grande escala, mas que, principalmente, seria marcada como “*cidade da gestão pública participativa, com forte consenso e coesão social em torno do projeto de futuro desejado*”⁴⁶³. E em sua terceira dimensão, seria “*uma cidade democrática, reconhecida pela inclusão e justiça social, pela garantia do exercício pleno da cidadania e pelo respeito à igualdade e à diversidade*”⁴⁶⁴.

É no documento “Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030. A cidade que queremos” que está expressa a concepção anteriormente citada que, em ampla medida, apresenta o que o governo municipal aponta como a “cidade que queremos”. Conforme expresso no próprio documento, este teve como fundamento uma consulta realizada através do sítio eletrônico da prefeitura de Belo Horizonte, respondida por 2.300 pessoas, o que, segundo os organizadores, conferiu-lhe caráter democrático.

Refiro-me aqui ao Planejamento Estratégico de Belo Horizonte para 2030, já à guisa das considerações finais desta tese, porque entendo que este é bastante significativo do processo que envolve a metrópole contemporaneamente. Ao mesmo tempo em que se retoma o planejamento como forma de orientação das ações do Estado, este é reinserido sob nova forma. Por um lado, necessita assumir uma aparência democrática, através de uma participação que, supostamente, alcançaria os diversos sujeitos que compõem a metrópole. Por outro, precisa reafirmar a inscrição da reprodução social do espaço da metrópole nos circuitos de valorização do valor, como condição de torná-la competitiva diante dos novos termos da reprodução do capital.

É este o caráter geral da reestruturação da metrópole, que alcança e envolve sua região metropolitana e se reproduz em seu sentido norte: estar orientada por um

⁴⁶² BELO HORIZONTE. Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030. A cidade que queremos. Belo Horizonte: PBH, 2010. Pág. 13.

⁴⁶³ Pág. 14.

⁴⁶⁴ Ibidem.

planejamento que assume o discurso de prepará-la para, supostamente, tornar-se competitiva em relação a outros espaços urbanos, mas que, todavia, tem no *processo de sua reestruturação* o fundamento da valorização do valor em que o Estado, além de se constituir em um dos campos de revalorização do capital excedente, também reproduz os novos termos dessa revalorização. Sob um consenso aparente, a reestruturação do espaço para a revalorização do capital fundamenta-se no direcionamento dos investimentos do Estado para sua viabilização, assim como reafirma sua condição de mediador da relação capital-trabalho, garantindo ao primeiro as condições favoráveis à sua reprodução⁴⁶⁵.

É a partir desses pressupostos que entendo ser possível responder à questão também colocada acerca do que apareceu como novo no planejamento urbano brasileiro, o planejamento estratégico. A meu ver, embora este se configure como uma forma de planejamento engendrada alhures e orientada por outros fundamentos, sua adoção no Brasil também se constituiu na formalização de práticas historicamente adotadas na reprodução do espaço urbano, que necessitou assumir essa forma diante dos limites e entraves colocados pelo embrião (abortado) da participação popular que se configurou nos anos de 1980.

Dessa maneira, entendo que a reprodução do espaço inserido sob essa concepção orienta-se também pela busca do ordenamento das experiências que se materializam na reprodução cotidiana. E é justamente pelo que comportam que necessitam ser destituídas de sua radicalidade. Como fundamento dessa desradicalização, funcionaliza-se o espaço, acelera-se o tempo, programa-se o cotidiano e manipula-se o desejo. Enfim, produz-se o “sujeito indeterminado” e adotam-se estratégias que limitam o adensamento das relações que sustentam a reprodução socioespacial, pois é sob essa condição que o capital, em seu movimento de reprodução ampliada, inscreve os sujeitos em seus circuitos de valorização. Todavia, há sempre algo que escapa a esse processo, porque toda reprodução comporta também a produção do novo, o Possível que, se também inscrito no devir, alimenta-se e

⁴⁶⁵ Entre os empreendimentos para sediar os jogos do mundial da FIFA de 2014, o governo do Estado de Minas Gerais investiu mais de R\$ 650.000.000,00 na reforma/reprodução do estádio de futebol Governador Magalhães Pinto, o “Mineirão”. No final de julho de 2011, os trabalhadores empenhados na reforma do estádio entraram em greve em função das condições precárias de trabalho, entre elas, a falta de sanitários em número suficiente.

se constitui do que se materializa contemporaneamente, do que hoje aparece como impossível, porque não reúne condições de superar sua condição residual.

Porém, há muito que já está bastante claro que a reprodução do capital não prescinde da fragmentação que, se teve origem na divisão do trabalho, alcançou todas as dimensões da reprodução social. Mas, como estratégia de sua reprodução, também opera pela integração dos fragmentos, nos termos em que se constituam mais favoráveis à sua valorização. Nesse sentido, é também como estratégia de superação a esse processo que se torna fundamental a restituição da totalidade da reprodução social ao seu sujeito, para que este reúna condições efetivamente autônomas para sua reprodução.

Assim, se a restituição da totalidade é uma exigência para a superação dos pressupostos da reprodução da riqueza, também se torna necessária a adoção do cuidado da não generalização do particular na totalidade e, por conseguinte, da não ruptura da relação dialética que os sustenta. Foi sob essa perspectiva que procurei considerar as especificidades que envolvem a particularidade da reprodução social do espaço de Belo Horizonte e de sua região metropolitana, para situá-las no contexto mais geral que envolve e sustenta essa reestruturação. E, dessa maneira, colaborar para o desvendamento desse processo e de sua superação necessária, porque o objetivo desta tese é contribuir para a resistência aos processos que procurei compreender.

Referências Bibliográficas:

ABENSOUR, M. A democracia contra o Estado. Marx e o momento maquiaveliano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil. In: CARLOS, A. F. A. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Editora Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

ARENDT, H. A condição humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARENDT, H. 5ª ed. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BARRETO, A. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BAUDRILLARD, J. Para uma crítica da economia política do signo. Portugal: Edições 70 – Brasil, 1995.

BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BIHR, A. La reproduction du capital. Prolemènes à une théorie générale du capitalisme. Lausanne: Editions Page deux, 2001.

BORGES NETTO, M. A. S. Regularização fundiária em áreas de interesse ambiental como garantia do direito de cidadania: o caso do Aglomerado da Serra. In: Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito – CONPEDI, XIV, 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza: 2005. Disponível em:

<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Marco%20Antonio%20Souza%20Borges%20Netto.pdf> , acessado em 26 de maio de 2011, às 13:05.

BORJA, J. CASTELLS, M. A cidade como atores políticos. São Paulo: Novos Estudos do Cebrap, N. 45, pág. 152-156, julho, 1996.

BOTELHO, A. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005, 345p. (Tese de doutorado em Geografia Humana).

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP; Editora 34, 2003.

CARLOS, A. F. A. Repensando a geografia: uma nova perspectiva se abre. In: CARLOS, A. F. A. (org.) Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CARVALHO, J. M. Pontos e Bordados. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CHALHOUB, S. Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

COLEN, L. A. P. PROFAVELA – O morro já tem vez. In: “BH-FERRARA: A CIDADE É NOSSA CASA”, 1988 (sem página).

COSTA, E. Vila Viva – transformando vidas. Belo Horizonte: PBH, 2008.

COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR, R. L. M. et al. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Coleção BH 100 anos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, PBH, 1994.

COSTA, H. S. M. Gestão Urbana e Controle Social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do Orçamento Participativo em Belo Horizonte. Belo Horizonte: IGC/UFMG. 2000, mimeografado.

COSTA, H. S. M. et al. ; Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte : dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

DAVIS, M. Planeta favela. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

DINIZ, C. C. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DULCI, O. S. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Informações básicas sobre a linha verde. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2003.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – PDDI-RMBH. Estudos Setoriais integrados. Volume I. Estado de Minas Gerais, 2010.

FERNANDES, E. PEREIRA, H.D. Legalização de Favelas: qual é o problema de Belo Horizonte? In: Planejamento e políticas públicas – ppp N.º 34, jan./jun. 2010.

FIX, M. São Paulo cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx. Materialismo e natureza. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

FREITAS, E. S. M. A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte: Apa-sul RMBH, mapeando novas raridades. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. (Dissertação de mestrado em Geografia).

GORZ, A. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

Grupo KRISIS. Manifesto contra o trabalho. São Paulo: Editora Conrad, 2003.

HABERMAS, J. A crise de legitimação no capitalismo tardio. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

_____. Teoria de la acción comunicativa. Madrid: Editora Taurus, 1999.

_____. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Técnica e ciência enquanto ideologia. Lisboa: Edições 70, 1987.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Revista Espaço & Debates, N° 39, 1995.

INSTITUTO HORIZONTES. Programa de Ações Estratégicas do Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Instituto Horizontes, 2010.

_____. Programa de desenvolvimento e gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Vetor Norte da RMBH. Programa de ações imediatas. Belo Horizonte, Instituto Horizontes, 2009.

JACOBY, R. Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. JACOBY, R. Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KLEIN, N. 5ª ed. Sem logo: a tirania da marca em um planeta vendido: São Paulo - Rio de Janeiro: Record, 2006.

KOSIK, K. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

LAFER, C. A política e a Condição Humana. (posfácio) In: A condição Humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. Vida Cotidiana e mundo moderno. São Paulo: Ática. 1991.

_____. Lógica formal. Lógica dialética. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Posição: contra os tecnocratas. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

_____. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006.

LENCIONI, S. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 2003.

LOPES, E. O projeto Linha Verde e a remoção de cinco vilas: um estudo de caso da prática do desfavelamento de novo tipo no espaço urbano de Belo Horizonte. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2010.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARICATO, E. Posfácio. In: DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARTINS, J. S. O cativo da terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

MARTINS, J. S. (ORG.) Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARTINS, J. S. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2002.

MARTINS, S. Poder, política, urbano e a caixa de Pandora. *Cidades*. Presidente Prudente-SP, v. 7, p. 79-120, 2010.

MARX, K. O capital. Crítica da economia política. 20ª ed. Livro I, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pág. 825-877.

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 [1843].

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MESZÁROS, I. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONT MOR, R. L. M. *et. al.* Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR; PBH, 1994.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? RBCS, Nº 10, Volume 04, junho de 1989.

_____. Trabalho e Sociedade. Problemas e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO: Buenos Aires, 2006.

_____. Elegia para uma re(li)gião. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Editora Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

ORGANISTA, J. H. C. O debate sobre a centralidade do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OSTOS, L. M. B. As idéias dentro do lugar : Plano Global Específico ; as idéias brotadas do lugar : participação e conteúdo. Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte - MG. 2004. 190. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 2004.

PEDROSA, J. G. Trabalho e Educação no capitalismo tardio: crítica ao trabalho hipostasiado. Belo Horizonte: UFMG/FAE. 2002. (Tese de doutorado).

PEREIRA, D. B.; CAMPOS, L. A. A linha verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Projeto de modernidade e empreendimentos. Revista Geografias; Volume 5; Número 02; julho-dezembro de 2009. Pág. 50-64.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da Natureza. A natureza a globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – Companhia de Urbanização de Belo Horizonte – Plano Global Específico do Aglomerado da Serra. Belo Horizonte: PBH/URBEL, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – Companhia de Urbanização de Belo Horizonte – Plano Global Específico Vila Pontapora. Belo Horizonte: PBH/URBEL, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – Companhia de Urbanização de Belo Horizonte. Plano de Remoção e Reassentamento da linha verde – PRR Linha verde, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – Companhia de Urbanização de Belo Horizonte – Plano Global Específico do Taquaril. Belo Horizonte: PBH/URBEL, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030. A cidade que queremos. Belo Horizonte: PBH, 2010.

RANCIÉRE, J. O dissenso. In: Novaes, A. A crise da razão. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. Pág. 372.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Relatório Anual da Prefeitura de 1899-1900, redigido pelo prefeito Bernardo Pinto Ribeiro.

RESENDE, D. A.; GOMES, G. C. A reprodução extensiva das periferias no contexto da urbanização contraditória: uma reflexão a partir dos loteamentos populares de Ribeirão das Neves. In: Colóquio Internacional Metrôpoles em Perspectivas - globalização, Territórios e conflitos na produção Urbano-metropolitana e Experiências de Participação Social, 2007. Colóquio Internacional Metrôpoles em Perspectivas - globalização, territórios e conflitos na produção Urbano-metropolitana e Experiências de Participação Social, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q. Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR; UFRJ; FASE, 1997.

RODRIGUES, M. G. Zona de fronteira: os limites da gestão urbana. Estudo de caso sobre a expansão recente da zona sul de Belo Horizonte e Norte de Nova Lima. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da PUC-Minas. 2001.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento Econômico e desenvolvimento urbano. Por que nossas cidades continuam tão precárias? In: Novos Estudos do CEBRAP, março de 2011 – pág. 89-109. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/06.pdf> acessado em 05 de julho de 2011.

SANTOS, M. Espaço e Método. 5ª São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. Por uma geografia nova. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX. In: CARLOS, A. F. A. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP, 2003. Tese de livre docência.

SERRAN, J. R. O IAB e a política habitacional – 1954-1975. São Paulo: SCHEMA Editora, 1976.

SILVA JÚNIOR, L. R. C. O programa Favela-Bairro e as políticas habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2006. Dissertação.

SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOMARRIBA, M. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: ALMEIDA, N. M.; DULCI, O. S. Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

SOUZA, M. L. Mudar a Cidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TAVARES, M. C. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaio sobre a economia brasileira. 11ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1983.

TEULIÈRES, Roger. Favelas de Belo Horizonte. Boletim Mineiro de Geografia. Belo Horizonte. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. Seção Regional de Minas Gerais. 1957.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. *et. al.* (org.) A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. O poder das escalas e as escalas de poder. O que pode o poder local? In: CARDOSO, A. L. *et. al.* Planejamento e Território. Ensaio sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: DP&A; IPPUR/UFRJ, 2002.

VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WAGNER, E. S. 2ª ed. Hannah Arendt & Karl Marx – o mundo do trabalho. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

ZALUAR, A. ALVITO, M. Um século de Favela. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

JORNAIS E REVISTAS

CHOUCAIR, G. Vetor Norte da Grande BH projeta investimento. Jornal Estado de Minas, 19/04/2010. Disponível em: http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia/173/2010/04/19/noticia_economia,i=156206/VETOR+NORTE+DA+GRANDE+BH+PROJETA+INVESTIMENTOS.shtml, acessado em 01 de julho de 2011.

EDWARD, José. O legado de Aécio em concreto. Revista Veja, Caderno Brasil, 02/09/2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/020909/legado-aecio-concreto-p-074.shtml> acessado em 28 de novembro de 2009, às 21:44.

FURBINO, Zulmira. Construtoras de luxo investem em imóveis populares. Caderno de Imóveis, Jornal Estado de Minas, 12/09/2010. Disponível em: http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia/173/2010/09/12/noticia_economia,i=179386/CONSTRUTORA+DE+LUXO+INVESTE+EM+IMOVEIS+POPULARES.shtml acessado em 24 de outubro de 2010, às 12:08

MIZHER, Alessandra. Jornal Pampulha, caderno Habitar, Águas Claras. Vale terá condomínio de luxo. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/jornalpampulha/noticias/?IdNoticia=2082> acessado em 21 de junho de 2011, às 15:46.

NICÁCIO, Adriana. Vale entra no ramo imobiliário e transforma área degradada num empreendimento de alto luxo : projeto Águas Claras- área de 1,9 milhão de m2 terá casas de alto padrão, escritórios e shopping center. Revista Istoé Dinheiro , 2007. Disponível

em:

http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/2873_A+MINA+QUE+VIRA+CONDOMINIO
acessado em 21 de junho de 2011, às 15:59

Pampulha se mobiliza contra verticalização. Caderno Geral. Jornal Pampulha/ O Tempo. 30/08 a 05/09/2008. Disponível em:

<http://www.otempo.com.br/jornalpampulha/noticias/?IdEdicao=102&IdCanal=19&IdSubCanal=27> acessado em 29 de julho de 2011, às 20:09

TAKAHASHI, P. Construtoras investem em projeto na zona sul de BH. Caderno Economia, Jornal Estado de Minas. 06/08/2011 Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2011/08/06/internas_economia,243635/patri-mar-e-caparao-investem-em-projeto-na-zona-sul-de-bh.shtml, acessado em 31 de agosto de 2011.

REIS, G. Condomínios do Vetor Norte terão pista para jatinho e campo de golfe. Caderno Uai, Jornal Estado de Minas. Disponível em:

http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/06/24/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=115870/em_noticia_interna.shtml , acessado 01 de agosto de 2011, às 01:16.

VILA VIVA – informativo do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Belo Horizonte: URBEL, 2001. Ano I, número 01.

SÍTIOS ELETRÔNICOS:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0& , acessado em 05 de maio de 2010, às 16:05.

<http://www.mtbbh.com.br/forum/viewtopic.php?f=30&t=11519>, acessado em 30 de julho de 2011, às 1:31.

http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0974/noticias/fabrica-de-capitalistas?page=4&slug_name=fabrica-de-capitalistas acessado em 03 de setembro de 2011.

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=26330&chPlc=26330 acessado em 05 de maio de 2010, às 16:15.

<http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos>.

<http://www.transportes.mg.gov.br/index.php/component/content/article/796-duplicacao-da-antonio-carlos-segunda-etapa.html> , acessado em 26 de julho de 2011, às 19:46

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=15885&chPlc=15885> , acessado em 15 de junho de 2011, às 12:02.

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=15985&chPlc=15985&termos=PGE>, acessados em 15 de junho de 2011, às 12:28

<http://bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/Vila%20Viva%20Morro%20das%20Pedras>, acessado em 03 de setembro de 2011, às 18:46.

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=25143&chPlc=25143> , acessado em 05 de julho de 2011, às 16:42.

<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/governador/fotos-disponiveis-para-download-da-cidade-administrativa-presidente-tancredo-neves>, acessado em 28 de julho de 2011.

<http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdEdicao=1602&IdCanal=6&IdSubCanal=&IdNoticia=136311&IdTipoNoticia=1> acessado em 05 de julho de 2011.

<http://www.precon.com.br/Site/Novo/Novidades/pdf/Informativo3.pdf>, acessado em 31 de julho de 2011, às 2:25.

http://www.precon.com.br/Site/Novo/Novidades/pdf/jornal_45.pdf , acessado em 31 de julho de 2011, às 2:34.

<http://www.portaldeconfins.com.br/sociedade/audiencia-publica-sobre-o-precon-park>, acessado 31 de julho de 2011, às 03:06.

<http://www.designresorts.com/Backoffice//UserFiles/Press%20Release%20-%20Reserva> , acessado em 31 de julho, às 00:38

<http://www.mrv.com.br/horizonteverde/> acessado em 11 de agosto de 2011, às 01:07.

http://www.lagoasanta.com.br/prestadoras_servicos/solucao_para_o_problema_de_agua_.htm, acessado em 11 de agosto de 2011, às 13:54 .

www.minhamoradia.com.br